

PORTUGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XXIX - XXX



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2008 - 2009

PORTVGALIA

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
(SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA)

DIRECTOR:

Mário Jorge BARROCA

COMISSÃO EDITORIAL:

Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA

Mário Jorge BARROCA

Rui Manuel Sobral CENTENO

Susana de Oliveira JORGE

Vítor de Oliveira JORGE

Sérgio Emanuel Monteiro RODRIGUES

Maria de Jesus SANCHES

Armando Coelho Ferreira da SILVA

Teresa SOEIRO

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO (Universidad de Santiago de Compostela)

Jorge de ALARCÃO (Universidade de Coimbra)

Martin ALMAGRO (Real Academia de la História, Madrid)

Joaquim Pais de BRITO (Museu de Etnologia, Lisboa)

Luis CABALLERO ZOREDA (CCHS-CSIC, Madrid)

Domingos de Jesus da CRUZ (Universidade de Coimbra)

João Pedro CUNHA-RIBEIRO (Universidade de Lisboa)

Germán DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)

Carlos FABIÃO (Universidade de Lisboa)

Maria Paz GARCÍA-BELLIDO (CEH-CSIC, Madrid)

José Avelino GUTIERREZ GONZALEZ (Universidad de Oviedo)

Wenceslas KRUTA (Université de Paris 4 - Sorbonne)

Patrick LE ROUX (Université de Paris 13 - UFR LSHS)

José Maria Amado MENDES (Universidade de Coimbra)

Juan ZOZAYA STABEL-HANSEN (Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid).

INTERCÂMBIO:

PORTVGALIA

Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A/C Mário Jorge BARROCA

Via Panorâmica, s/nº

4150-564 PORTO

IMPRESSÃO:

Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

ISSN: 0871-4290

Depósito Legal: 189069/02

Solicita-se permuta – On prie bien de vouloir établir l'échange
Sollicitiamo scambio – We would like exchange – Tauschverkerhr erwünscht

PORTVGALIA

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
(SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA)

DIRECTOR:

Mário Jorge BARROCA

COMISSÃO EDITORIAL:

Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA

Mário Jorge BARROCA

Rui Manuel Sobral CENTENO

Susana de Oliveira JORGE

Vítor de Oliveira JORGE

Sérgio Emanuel Monteiro RODRIGUES

Maria de Jesus SANCHES

Armando Coelho Ferreira da SILVA

Teresa SOEIRO

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Fernando ACUÑA CASTROVIEJO (Universidad de Santiago de Compostela)

Jorge de ALARCÃO (Universidade de Coimbra)

Martin ALMAGRO (Real Academia de la Historia, Madrid)

Joaquim Pais de BRITO (Museu de Etnologia, Lisboa)

Luis CABALLERO ZOREDA (CCHS-CSIC, Madrid)

Domingos de Jesus da CRUZ (Universidade de Coimbra)

João Pedro CUNHA-RIBEIRO (Universidade de Lisboa)

Germán DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)

Carlos FABIÃO (Universidade de Lisboa)

Maria Paz GARCÍA-BELLIDO (CEH-CSIC, Madrid)

José Avelino GUTIERREZ GONZALEZ (Universidad de Oviedo)

Wenceslas KRUTA (Université de Paris 4 - Sorbonne)

Patrick LE ROUX (Université de Paris 13 - UFR LSHS)

José Maria Amado MENDES (Universidade de Coimbra)

Juan ZOZAYA STABEL-HANSEN (Asociación Española de Arqueología Medieval, Madrid).

INTERCÂMBIO:

PORTVGALIA

Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A/C Mário Jorge BARROCA

Via Panorâmica, s/nº

4150-564 PORTO

IMPRESSÃO:

Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

ISSN: 0871-4290

Depósito Legal: 189069/02

Solicita-se permuta – On prie bien de vouloir établir l'échange
Sollicitiamo scambio – We would like exchange – Tauschverkerhr erwünscht

ARTE DOS DÓLMENES DO NOROESTE DA PENÍNSULA IBÉRICA: UMA REVISÃO ANALÍTICA

Maria de Jesus Sanches*

RESUMO:

Discutimos neste texto a integração da “decoreção” dos dólmenes no processo material/técnico e social da construção-uso-encerramento daqueles monumentos do Noroeste peninsular. A “decoreção” interna é assim entendida como elemento inseparável daquela acção social colectiva e das suas correlativas negociações em todos os momentos da vida do monumento, desde o início da construção ao seu encerramento intencional. Discutimos em que medida a construção e a decoreção destes dolmenes reflecte a criação, manutenção e/ou alteração das memórias, identidades e ideologias das comunidades neolíticas desta região peninsular. Com efeito, se bem que cada monumento exiba, numa escala de análise próxima, uma cenografia interna que é espacial e formalmente única (não repetível), percebe-se também que tal cenografia se ancora na tradição mitográfica e ideológica desta alargada região.

Palavras-chave: “Arte dos dolmenes”, cenografia, construção-uso-encerramento, Neolítico

ABSTRACT:

This text discusses the process of construction-use-closure of decorated dolmens in the northwest of the Iberian Peninsula. The “decoration” is perceived as one of the aspects of collective social negotiation underlying the construction of the monument. In fact, the construction and decoration reflect the maintenance, recreation and alteration of specific memories, identities and ideologies in the Neolithic communities of the region. Each monument contains a specific inner scenography that is anchored in the scenographic, mythographic and ideological traditions of the wider region.

Key-words: “Dolmenic art”, scenography, construction-use-closure, Neolithic

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa expor uma reflexão analítica relativa à “decoreção” dos dolmenes do NW da Península ibérica, articulando esta última com o processo da construção, uso e condenação de cada monumento. Quer dizer, a análise à arte dos dolmenes far-se-á segundo uma perspectiva antropológica e contextual. Refere-se a 57 monumentos indicados no mapa (Fig. 1) que foram

* Professora Associada c/ Agregação. Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP). Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), Portugal. Investigadora principal do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP-FCT)

Email: msanches@vianw.pt (url): <http://crastomurca.com.sapo.pt/>; <http://www.crastopalheiros.com>; <http://www1.ci.uc.pt/iauc/cea/>.

objecto de um estudo recente (Sanches, 2005; Sanches, 2006). Esse estudo valorizou a localização das lajes decoradas no seu contexto arqueológico e arquitectónico original, isto é, entendeu-as como inseparáveis do “corpo arquitectónico” do monumento¹. Neste caso só considerámos “corpo arquitectónico” a parte megalítica interna dos monumentos (câmaras e corredores) e estruturas de acesso como corredores intratumulares e átrios. No presente texto é contemplada toda a construção, tanto a das mamoas como a das estruturas atrás indicadas.

As acções que de modo analítico alinhamos sequencialmente em “construção-uso-condenação” dos diferentes dolmenes decorados e não decorados, só adquirem sentido se forem entendidas como acções sociais de âmbito colectivo que tiveram expressão arquitectónica e ideológica muito marcada no Neolítico desta região (bem como no de outras regiões Europeias). Ao incidirmos no carácter colectivo da acção social queremos dizer que estes monumentos são *loci* de partilha e de negociação colectiva, tendo esta última reflexos directos tanto na vida comunitária como individual. De certo modo o monumento megalítico, que inclui o dólmen, representa acima de tudo um investimento por parte de comunidades neolíticas, uma “espécie” de excedente (materializado em esforço construtivo, em fabrico e deposição de artefactos) que é “reencaminhado” para as acções ligadas à construção e uso destes “edifícios” que teriam objectivos múltiplos, cabendo-nos a nós perspectivar alguns desses objectivos.

Em simultâneo estes monumentos megalíticos materializam acções diversas, ou *sequências de acções coordenadas entre si*. A duração de cada uma dessas acções, em articulação com o seu encadeamento sequencial constitui-se, em cada caso (em cada sequência “construtiva” e em cada sequência de “uso”), como um dispositivo de memória colectiva cuja essência assenta na manifestação específica duma *intenção* concreta. Esta intenção é concretizada por pessoas num tempo específico (durante o seu tempo de existência física) e num lugar particular (o lugar onde é construído o monumento). Quer dizer, aquela acção é levada a cabo pelas pessoas nela implicadas e exigiu sempre a mobilização da comunidade como um todo social.

A criação e uso de imagens gravadas, pintadas ou “esculpidas” na estrutura megalítica dos dolmenes (a sua “decoração”) fazem parte dessa intenção específica, que se manifesta de um modo particular *em cada monumento*. Quer dizer, em cada “presente”, a “arquitectura” e os “desenhos” estavam articulados de um modo próprio, reflectindo assim a intenção, por parte das comunidades envolvidas na construção, de interligar o passado e o futuro, tal como defendemos recentemente (Sanches, 2006). cremos, contudo, que na perspectiva das comunidades neolíticas e calcolíticas (comunidades agro-pastoris, datadas de entre o final do 5º e o início do 3º mil. AC) a memória (o Passado), que é o que o presente vai retendo e (re) criando continuamente, assumir-se-ia também como Presente. Neste ponto sigo de perto a opinião de T. Ingold, particularmente quando este expõe o seu modelo relacional em contraposição ao modelo genealógico em sociedades indígenas. Transcrevemos aqui as suas palavras, (Ingold, 2000: 143)“ The fact that deceased persons are no longer present does not mean that they belong to a past that has been irrevocably left behind, but rather that they have departed from the living, along a path that takes them to what is often conceived as another land. Co-presence may be temporally bounded, but existence not. (...) the past may be absent for the present but it is not extinguished by it. (...) Thus, far from calling for the replacement of one generation by another, death affirms the continuity of the progenerative process. Life (...) is itself intrinsically temporal”. Logo, cada “presente” só inclui o futuro na medida em que cada acção é sempre “prospectiva”, isto é “(...) the life of every being (...) contributes at once to the progeneration of the future and to the regeneration of the past (Ingold, 2000: 143)².

¹ Por esse motivo foram excluídos daquele estudo e também do presente trabalho todas as lajes decoradas cuja localização na arquitectura do dólmen era desconhecida. Aquele trabalho (Sanches, 2006) e este que aqui apresentamos, resumem a Lição pública proferida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 10 de Janeiro de 2006, para a obtenção do título de Agregado do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DCTP-FLUP).

² “O facto de as pessoas já mortas não estarem presentes não significa que elas pertençam ao passado que foi irrevogavelmente deixado para trás, mas antes que elas partiram de entre os vivos, seguindo um caminho que as leva àquilo que é vulgarmente entendido

Se é certo que os monumentos megalíticos são construções colectivas de carácter público, também criam espaços reservados, espaços de segredo destinados a acções espacial e socialmente confinadas (Sanches, 2005; 2006; Jorge, V. 1997). Porém, quanto a nós não tem sido dado o devido valor ao encadeamento de actos públicos – quando e de que o modo começou e prosseguiu a construção – que culminaram na erecção e uso do monumento. Supomos que a esta sequência de actos de carácter mais público toda a comunidade teria um acesso mais livre, ou seja, menos condicionado por determinações de género, idade, ou outras que desconhecemos. Pelo contrário, após a colocação das pedras das câmara e corredores, da construção dos *tumuli*, da entrada que conduz ao interior do dólmen, e, posteriormente, do quase-encerramento de todo este conjunto, o acesso ao interior do dólmen só ficaria acessível através duma entrada que é, na maioria dos casos, extremamente condicionada de modo físico (as entradas são na sua grande maioria estreitas e baixas) (Fig. 2). Deste modo, o interior do dólmen e os seus grafismos (ou “decoração”) só ficariam acessíveis a um número muito limitado (e por certo comunitariamente programado) de pessoas, como têm defendido vários autores.

No decorrer do texto empregaremos o termo “monumento” para indicar o conjunto do *tumulus* (mamoia) e outras estruturas que se inserem naquele: câmaras, corredores, átrios, etc.

2. ALGUMAS IDEIAS SOBRE DÓLMENES DO NW DA PENÍNSULA IBÉRICA

As câmaras dos dolmenes com iconografia do NW da P. Ibérica são relativamente pequenas³. Tem áreas muito reduzidas. Em 38 % dos casos caberiam ali em simultâneo 3 a 8 pessoas; em 50 % dos casos caberiam cerca de 10 pessoas; em 12% admitiriam mais de 10 pessoas (gráfico 1). Mesmo que nalguns dolmenes “as acções que decorrem no interior das câmaras e corredores” admitissem teoricamente a participação de um mais elevado número de indivíduos (como poderia acontecer nos grandes dolmenes decorados de Carapito 1, Orca da Cunha Baixa – Fig. 11 –, Dombate ou Madorras 1, onde poderiam permanecer mais de 10 pessoas), esse número será sempre relativamente pequeno se comparado com o número de pessoas que teriam estado envolvidas na construção do monumento desde o seu início até à colocação da sua tampa (ou tampas das câmaras e corredores de acesso).

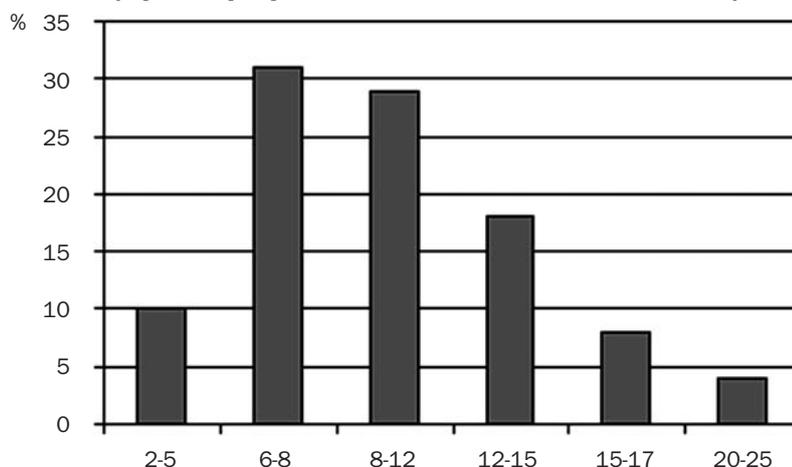
É evidente que esta aproximação ao número de pessoas que cabem e se poderiam movimentar dentro dum dólmen é meramente metodológico pois os dolmenes não são espaços fisicamente “vazios”, são antes “contentores”. Contentores de cadáveres ou partes de cadáveres, de ossadas e de “artefactos” diversos que condicionam acrescidamente a presença e a circulação de pessoas no seu interior. O dólmen de Arquinha de Moura (Tondela) – Fig. 6 –, por exemplo, além de grande quantidade de ossos humanos (Silva, 1995; Cunha, 1995) continha várias dezenas de machados, de pontas de seta, de lâminas e de recipientes cerâmicos (obs. pessoal).

como sendo uma outra terra. A co-presença pode ser retida temporalmente, mas a existência não [pode]. (...) o passado pode estar ausente do presente mas não se extingue por ele. (...) Logo, longe de apelar à substituição de uma geração por outra, a morte afirma a continuidade do processo procriador. A vida (...) é em si mesma intrinsecamente temporal (...). [...] “a vida de todo o ser (...) contribui ao mesmo tempo para a procriação do futuro e para a regeneração do passado”. (A tradução é da nossa autoria).

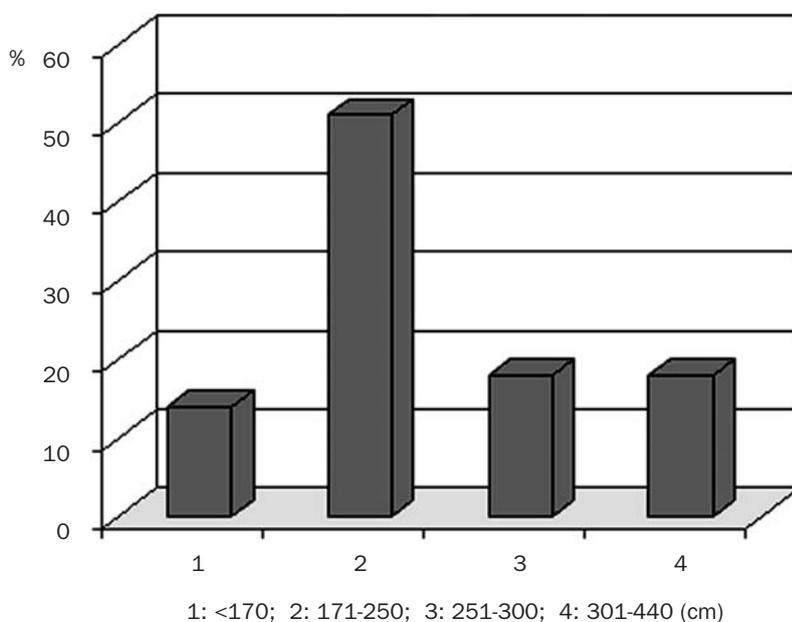
³ Nos dolmenes sem iconografias a variedade de dimensões também é assinalável. Na realidade, tornar-se-ia necessária a comparação entre dolmenes com iconografia e dolmenes sem iconografia ao nível regional e local. Só deste modo poderíamos avaliar eventuais diferenças e/ou semelhanças entre ambos e saber até que ponto o tamanho do dólmen decorado é ou não é um factor diferenciador no contexto duma necrópole ou no contexto duma região. Se numas necrópoles o dólmen decorado parece ser o de maiores dimensões (Bueno e Balbin, 2006: 178), noutras necrópoles tal facto não acontece (Sanches, 2005; 2006).

Gráfico 1

**Área interior das câmaras de 49 dolmenes decorados do NW peninsular
(aqueles que permitiram o cálculo das áreas internas) - m²**

**Gráfico 2**

Altura das câmaras - cm



Por outro lado, em muitos casos, a altura interna das câmaras também condiciona tanto o número de pessoas que aí cabem, como as possibilidades da sua circulação como ainda a visualização dos motivos dos esteios.

De acordo com o gráfico 2 e a tabela 1, em 14% das câmaras nem se pode circular em pé, exigindo que as pessoas estejam sempre reclinadas (por exemplo na Mamoa 3 do Rapido e na Mamoa do Taco 1). Na maior parte das câmaras (51 %) pode circular-se com facilidade se o número de pessoas for reduzido. Isto acontece particularmente naquelas onde a altura da câmara se situa entre 1,70 m e 2 m (Mamoa V de Chã de Arcas, Mamoa da Eireira, Dólmen de Lamoso) (Sanches, 2005; 2006). Estas câmaras pertencem à categoria 2 (ver gráfico 2). Contudo, nesta mesma categoria também incluímos aquelas câmaras onde se circula melhor e que têm até 2,50 m de altura (Casa da Moura de Zedes, Pala da Moura de Vilarinho da Castanheiro, Forno dos Mouros, Antelas – Fig. 5 –, etc). Em 18% (cat. 3) atingem 3,00 m de altura. É o caso da Dólmen da Barrosa,

do Dólmen 1 de Chã de Parada, da Casota do Paramo, da Fonte Coberta da Chã de Alijó – Fig. 17 –, da Orca dos Juncais, do Dólmen da Pedralta, etc. Outros 18 % dos dolmenes têm entre 3,00 m e 4,40 m de altura (Casa da Orca da Cunha Baixa – Fig. 11 –, Areita, Dombate, Madorras 1, Carapito 1, etc.). Estes últimos dolmenes têm simultaneamente áreas alargadas (entre 14 e 25 m²), o que torna as câmaras mais espaçosas. Estas câmaras admitiriam por certo mais pessoas e “objectos-memória” (cadáveres, instrumentos, etc.), ou então acções/“rituais” onde a mobilidade fosse um factor importante a considerar.

Deste modo, uma das ideias a ter presente nesta nossa abordagem dos dolmenes decorados relaciona-se directamente com o grau de participação colectiva implicada na construção de um monumento (que *torna presentes* os ancestrais), bem como com a avaliação e aceitação colectiva das iconografias específicas que são colocadas no exterior e no interior das câmaras e corredores. Após a construção do dólmen, as restrições físicas e sociais no acesso ao seu interior seriam muito superiores aos da acção construtiva propriamente dita.

A construção megalítica – *tumulus* e dólmen – além do esforço inerente à obtenção e carregamento de pedras e de terra, envolveria avaliações, escolhas e negociações relativas tanto à forma, cor, e proveniência de pedras utilizadas em cada parte do monumento (Sanches, 2005; *Idem*, 2006; Carrera, 2006 a; Bueno e Balbín, 2006), como ao tipo de desenhos que iriam ser colocados nas diferentes faces das pedras usadas no interior: câmaras, corredores, e outras estruturas de acesso (Sanches, 2006). Estes desenhos, repetimos, vão ficar somente acessíveis às pessoas a quem seria permitido realizar “acções” de vária índole no interior do monumento; há mesmo casos em que os desenhos ficaram “eternamente” guardados na parte traseira e/ou lateral das pedras da câmara, corredor e mesmo da mamoa, aquando da sua construção, como acontece na Mamoa do Castelo 1 (Fig. 2).

Na realidade, o monumento como uma totalidade (seja decorado ou não decorado), pode ser entendido como uma realização colectiva em que a comunidade negocea, a diferentes escalas, o poder (várias facetas do poder) através da memória corporizada nesta acção específica. Trata-se no fundo duma performance e de um investimento que cada comunidade desenvolve/utiliza em proveito próprio através do valor que os ancestrais lhe merecem.

Assim, teoricamente, um elevado número de membros da comunidade poderia entrar nesta performance/acção da construção de dolmenes e mesmo nalgumas escolhas relativas aos desenhos (desenhos/ideias; desenhos/memórias) adequados àquele dólmen particular. Do mesmo modo, cremos que estes grupos de pessoas, ou segmentos sociais, teriam aceitado *que uma parte do “programa” construtivo e/ou iconográfico que é materializado em cada monumento, escapasse ao seu escrutínio*. Nessa medida defendemos que qualquer dólmen (ou monumento no seu todo) revela uma situação específica de negociação colectiva, onde se criam ou reforçam diferenças de estatuto intra-comunitário (de parentesco, de género, idade ou outro) na medida em que o grupo aceita que somente alguns dos seus membros participem em certas “acções construtivas”⁴. No NW da Ibéria o dólmen materializa em simultâneo uma intenção concreta relativa não somente ao objectivo geral – que pode ser mobilizar o grupo em torno da construção de um espaço *que tornasse presentes* os antepassados (na dependência duma Cosmogonia comunitariamente aceite) –, mas também a um *objectivo particular circunstancial* e operativo na “vida rotineira” duma comunidade.

Aparentemente todos os dolmenes são parecidos na sua concepção arquitectónica muito geral (ou parecem-nos parecidos); porém é naquilo que os distingue que a investigação se deve focar também. E o que os distingue não são somente “particularismos arquitectónicos”, mas também a sequência das acções (e sua duração) na construção e uso de cada monumento, como tentámos mostrar ao esquematizar esse processo na Mamoa 1 do Castelo, Fig. 2). O mesmo se

⁴ Por “acção construtiva” entendemos todas as operações técnicas e suas sequências (incluindo a gravação e/ou pintura), que conduzirão ao conjunto dólmen/mamoa decorado ou não decorado.

Quadro I

Monumento	Altura das câmaras (cm)
Dólmen de Vale da Cabra	140
Mamoa 3 do Rapido	150
Dólmen 11 de Espiñaredo	155
Chan de Castiñeiras 2	160
Mamoa do Taco 1	160
Alviada 1 – Escariz 2	167
Mamoa 1 do Castelo (dólmen)	170
Dólmen 4 de Alagoas	178
Anta da Arcã	180
Antela da Portelagem	180
Dolmen 1 de Penausem	180
Mamoa 7 do Alto das Madorras	180
Mamoa da Eireira	180
Pedra da Moura 1	180
Dólmen de Lamoso	190
Mamoa 3 de Chã de Parada	190
Lobagueira 4 (ou Mamoa 1 da Lameira do Fojo)	198
Dólmen da Sobreda	200
Mamoa V de Chã de Arcas	200
Pala da Moura de Vilarinho da Castanheira	200
Dólmen de Rozas de Modias A	205
Mamoa 2 do alto da Portela do Pau	205
Casa da Moura de Zedes	210
Orca de Picoto do Vasco	210
Dólmen de Chão Redondo 2	220
Dólmen do Fontão	220
Dólmen do Juncal	220
Pedra da Moura	220
Capilla de Santra Cruz	225
Forno dos Mouros	234
Anta de Mamaltar de Vale de Fachas	250
Antelas	250
Orca de Forles	250
Dólmen da Arquinha da Moura	258
Dólmen da Barrosa (Lapa dos Mouros)	280
Fonte Coberta da Chã de Alijó)	280
Orca dos Juncais	290
Casota do Paramo	295
Dólmen 1 de Chã de Parada	300
Dólmen da Pedralta	300
Orca de Corgas da Matança	300
Orca de Cortiçô de Algodres	300
Casa da Orca da Cunha Baixa (Casa da Moura)	320
Grande dólmen de Dombate	330
Casa dos Mouros de Dumbria	350
Dólmen de Areita	350
Madorras 1	350
Orca de Santo Tisco (Mina dos Mouros)	350
Orca do Tanque	350
Pedra Coberta	380
Dólmen de Carapito 1 (Casa da Moura)	440
Chã de Castiñeiras 1	?
Dólmen de Chão do Brinco 2	?
Dólmen do Padrão	?
Mamoa 1 de São Romão do Neiva	?

passa com a iconografia. Os motivos, quer recorrentes, quer singulares, a forma como se organizam e a ordem através da qual foram inseridos no conjunto da estrutura, irão dar origem a uma criação específica em cada dólmen particular (Fig. 1: 2-10; Fig. 2 e 4).

Num texto recente (Sanches, 2006) incidimos particularmente na relação dinâmica entre as iconografias e as arquitecturas, sugerindo desde logo que desta combinação resultam “discursos” diferenciados, discursos que tendem a criar ou, pelo menos, a orientar leituras peculiares em cada um dos dolmenes, sendo que na maioria dos casos tais relações orgânicas entre arquitecturas e desenhos haviam sido programadas/criadas *ab initio*. Tal posição não permite concluir de imediato que todas as acções colectivas envolvidas na construção e decoração dos dolmenes sejam “conscientes”, mas sim que tais acções fundem a tradição (que pode ser largamente inconsciente) e a intenção de criar realidades novas, operativas em circunstâncias concretas.

No presente texto privilegiaremos outro tipo de abordagem pois falaremos da distribuição geográfica dos desenhos ou motivos gráficos incluídos no interior dos dolmenes, quer dizer, referir-nos-emos à distribuição geográfica dos dolmenes que “contêm” ou “não contêm” certos tipos motivos pintados e/ou gravados. Pretendemos assim avaliar também o grau de dependência que estas comunidades neolíticas mantêm relativamente à tradição e à cosmogonia (que pode ser partilhada, ou não partilhada dentro de certas regiões). Essa análise extravasa o do território onde supomos que cada comunidade desenvolveria a vida “rotineira”, tentando atingir um âmbito regional mais alargado. Ao mesmo tempo avaliaremos o grau de criação/actualização (local ou regional) dessa cosmogonia por parte de populações concretas. Fa-lo-emos através da análise dos grafismos que colocaram em cada dólmen e daqueles que colocaram em mais do que um dólmen. Neste último caso procuraremos circunscrever as áreas geográficas onde os dolmenes partilham motivos ou grupos de motivos.

Esta exposição exige que aclaremos alguns conceitos, como o de arte (de arte megalítica), já que o do processo de “construção arquitectónica” que se desenvolve num tempo alargado está sinteticamente indicado através da construção-uso-condenação da Mamoia 1 do Castelo (Fig. 2), (Sanches *et. al.*, 2005) (ver também nota 4). De qualquer modo abordaremos de novo este conceito tal como o entendemos no contexto de sociedades agro-pastoris de pequena escala do Noroeste da Península Ibérica que foram aquelas que construíram os dolmenes que são objecto deste estudo.

3. ARTE MEGALÍTICA

Uma aproximação “estética” à arte megalítica e à arte pré-histórica em geral, parece revelar-se pouco útil aos nossos objectivos devido a um grande número de razões já discutidas por outros arqueólogos e antropólogos (V. Jorge, 1997; Bradley, 1997; Morphy, 1994; Gell, 1998; Ingold, 2000). Embora as razões aduzidas variem com os autores estes mantêm em comum a ideia de que as “esculturas” ou as imagens dos *povos indigenas* (“primitivos”) e que entendemos como sendo “obras de arte” visuais, escultóricas ou outras, não tem esse estatuto nas sociedades que as produziram. Por certo, cremos que também o não teriam na Pré-história. Aliás, o conceito de arte como manifestação superior do espírito e da cultura deve-se ao desenvolvimento específico da filosofia ocidental e ao peso que o romantismo atribuiu ao artista individual. Tal conceito, basicamente estético, nunca foi registado em sociedades estudadas pela Antropologia mesmo que este registo só tenha ocorrido durante e após a colonização europeia. Isto não quer dizer que as comunidades indígenas não façam avaliações/negociações que de algum modo se podem considerar “estéticas”, isto é, de fazer julgamentos de valor acerca da aceitabilidade de uma obra. O que queremos enfatizar é que esses “modos de ver” e de aceitar ou não aceitar certos motivos ou configurações geram-se dentro de um sistema cultural e social, sendo então esse sistema que, segundo A. Gell, “has to be elucidated” (Gell, 1998: 2). Segundo o mesmo antropólogo, existirão nestas sociedades sem Estado algumas instâncias que de certo modo desempenhariam o papel

das tradicionais instituições que no Ocidente tem o papel de conceder maior ou menor “valor estético” a cada obra (museus, galerias, críticos, etc). Nas comunidades indígenas, sem Estado, estudadas pela Antropologia, as “obras de arte” integram-se em acções de carácter social – como trocas formalizadas através da “dádiva” –, ou de cerimónias/performances diversas. Deste modo, teriam sido *as normas sociais que superintendem essas trocas ou outras acções* que não só permitiriam aceitar ou rejeitar essas obras, como, inclusivamente, categorizá-las numa escala hierárquica de valores. Admite assim que em cada cultura existe uma espécie de “sistema de ideias/representação” ou “uma forma ideal, aceite”⁵, em todo o caso também sujeita a mudanças contínuas. Porém, essa constatação não contribui decisivamente para o entendimento do papel que cada obra desempenha no contexto da sua produção e da sua circulação. *Como objectos físicos* os desenhos entram em contextos específicos de acção, quer dizer, desempenham um papel activo nas relações sociais, sendo esse o papel que deve ser entendido pois essa função variará com os contextos mesmo adentro de uma mesma sociedade.

Alfred Gell coloca assim a tónica do entendimento da arte num sistema de acção ou de acções “intended to change the world rather than encode symbolic propositions about it” (1998: 6), denominando esse sistema de “agency”. Seguindo uma linha de pensamento muito similar, o antropólogo Tim Ingold (2000) também só entende a realização de pinturas e máscaras nas sociedades “totémicas” da Austrália e de desenhos e máscaras nas sociedades “animistas” da zona circumpolar norte, como elementos integrados em acções sociais que têm como objectivo “habitar” o mundo de acordo com uma cosmovisão específica. O poder da “arte” não reside, tal como Gell defende também, no facto de traduzir um sistema mais ou menos codificado de conduta ou de comunicação, mas antes no de proporcionar o desenvolvimento das acções da vida em sociedade dentro de um enquadramento em que a vida tenha significado. Quer dizer a tónica é colocada *na acção como intenção e na acção como instância que proporciona o curso da vida individual e colectiva*, mas que, quanto a nós assenta na continuidade (que poderemos designar de sistema) mas integra a mudança. O significado da vida e “os fundamentos da existência” (Ingold, 2000: 112) variam de acordo com a ontologia de cada comunidade. Nessa medida, os estudos de Antropologia são utilizados frequentemente desde o final do século XIX como forma de abrir os registos arqueológicos à interpretação do Passado, particularmente em sociedades pré-históricas.

Independentemente de aceitarmos ou de rejeitarmos o pressuposto de base estruturalista de que existem modelos mentais inconscientes, “não empíricos”, subjacentes à concepção e organização formal das “imagens/símbolos” na arte pré-histórica (Leroi-Gourhan, 1971), o que queremos discutir são os modos como as imagens dos monumentos megalíticos do Noroeste da Península Ibérica teriam sido integrados *como intenção* no processo da “construção-uso-encerramento” de cada monumento.

Embora não sujeitos às regras da linearidade da linguagem, cremos que os desenhos só têm valor semântico como expressão da linguagem (Gell, 1998: 6), produzindo discursos tão arbitrários como as performances a que dão corpo (Derrida, 1978: 282 *op. cit.*, de Corby *et. al.*, 2006: 369) (Fig. 1: 1-11; Fig. 12, 13, 14 e 15). Tal como na tradição oral, as lendas ou histórias que os acompanham são permanentemente recontadas *sem que tenha que existir uma versão dita “ortodoxa”* (Corbey *et. al.*, 2006: 370), sendo então a história contada em função do espaço, do lugar, da intenção e da audiência. Recentemente Lúcia Rosas argumentou, “a iconografia é geradora de iconografia, [a iconografia] é geradora de composições e não somente a expressão plástica de um texto” (2007, no prelo). Na realidade, esta especialista em arte e arquitectura medievais descreve como afinal as representações de S. Cristóvão (santo protector das viagens quer físicas, quer espirituais) têm sido sujeitas a elaborações iconográficas diferentes (através da inclusão ou exclusão de vários motivos) ao longo dos tempos. Note-se que neste caso existe, mesmo assim, nos Evangelhos Cristãos, uma narrativa ortodoxa de fundo.

⁵ Tradução livre de “ideational system”.

Assim sendo, o modo de contar a história (ou de pintar ou gravar certos desenhos específicos), os ritmos e tempos em que a narrativa se realiza, assume-se a nosso ver como o elemento activo de permanência ou, pelo contrário, de mudança do *status quo* que uma suposta “*narrativa primeva*” terá no grupo social. No caso dos dolmenes, esse “jogo” entre a permanência e a mudança utilizará a performance e a avaliação colectiva desta para conferir o valor desejado aos diferentes objectos manipulados na construção – grafismos, ferramentas, pedras de construção, etc.

Devemos contudo lembrar *que todas as sociedades tem a noção clara daquilo que será um modo adequado de contar* (Layton, 1991 2ª), *bem como do modo (aceite) de construir um dólmen* apesar de no tempo médio de vida de cada indivíduo (25-35 anos) (Sanches, 2000), este poder nunca chegar a ver ou a participar na construção de um edifício deste tipo. Neste caso teriam sido os anciãos a reter e transmitir esse conhecimento às gerações seguintes.

Contar uma “história genealógica”, evocativa do passado no presente, e/ou construir um dólmen, podem ser retidos como elementos de conhecimento colectivo ou “habitus” (Bourdieu, 1984, *op. cit.* de Corby *et. al.*, 2006). No presente estudo o processo construtivo de dolmenes no NW da P. Ibérica e a sua decoração iconográfica são entendidos como fazendo parte da mesma performance geral, ou do mesmo discurso. O contexto, o *index* (os elementos gráficos) e as inter-relações entre estes dois aspectos no processo da elaboração das arquitecturas megalíticas do NW peninsular, serão para nós os elementos chave a ter em conta. Porém, por detrás da narrativa e da intenção que subjaz à construção de cada dólmen, existirá por certo um sistema de comunicação – uma narrativa “transcendente” que incorpore tais actos – que pelo menos uma parte do grupo (“os anciãos”?) poderia entender. A despeito disso, este sistema poderá sofrer mudanças ao longo do tempo adentro de cada comunidade. Nessa medida e socorrendo-nos de novo das diferentes representações medievais de S. Cristóvão, verificamos que o sistema de “referência”, em si não é algo estático mas incorpora permanentemente novos elementos e novos significados. Só deste modo poderemos entender a grande variedade de motivos e a grande diversidade de modos de se organizarem dentro dos dolmenes.

Devemos esclarecer ainda que é por facilidade de expressão que continuaremos a utilizar o termo “arte” para nos referirmos às gravuras, pinturas e proto-esculturas (Fig. 4(b): L) dos monumentos megalíticos. Do mesmo modo também utilizaremos o termo tradicional “dólmen decorado” e “dólmen não decorado”, sabendo que aquilo que se desenhava no seu interior não pode de modo algum ser considerado “decoração” no sentido corrente desta palavra.

4. A CONSTRUÇÃO E DECORAÇÃO DOS DÓLMENES DO NW DA PENÍNSULA IBÉRICA

A maioria dos dolmenes do NW da Península Ibérica não sofreu transformações estruturais ao longo do seu tempo de uso, embora haja *alguns casos* em que o monumento vai cobrir um outro anterior, *incorporando-o*. É o que acontece em Dombate onde podemos considerar que o monumento primitivo (Dombate 1, um dólmen não decorado) é duplamente encerrado ao ser “submerso” no *tumulus* do monumento 2 (Dombate 2 ou “Grande Dólmen de Dombate”) (Bello, 1994; 1996). O mesmo acontece com Forno dos Mouros 5 (Fábregas & Vilaseco, 2006: 18). Este facto é da máxima importância na medida em que se considerarmos que na maioria dos casos a laje de cabeceira do dólmen parece materializar o “acto fundador”, todas as estruturas subsequentes, incluindo arquitecturas e desenhos, são elementos socialmente activos e razoavelmente programados. Há mesmo casos de monumentos, como o de Cotogrande 1 (Vigo) (Fábregas & Vilaseco, 2006: 15) onde uma só laje (não decorada) integrava a estrutura interna da mamoa. Esta estava primitivamente fincada no rebordo duma fossa, no centro dessa mamoa e foi de seguida intencionalmente tombada. Noutros casos, como em Mamoa da Pereira 1 (Sanches & Botelho, 1990-91), uma só laje (não decorada) também estava fincada no solo, no centro da mamoa. Nos exemplos

acima não se prosseguiu, *ou não se pretendeu/programou prosseguir*, a construção do dólmen. Porém, estes são somente dois exemplos de que o “acto fundador” – que consiste *na implantação dum laje fincada na vertical, aproximadamente no centro do espaço onde vai ser construído o tumulus* –, estava arraigado na tradição funerária destas populações do Neolítico e início do Calcolítico (c. de 4300-2800 A.C.) do NW da Península Ibérica (Fig. 1: 2 a 9 e 11).

Contudo, insistimos, cada monumento terá resultado de um “programa particular”⁶, desenhado de acordo com a tradição e construído e decorado segundo técnicas e sequências de acções aceites pela comunidade como um todo e/ou por aquelas pessoas que, dentro do grupo, deteriam o poder de avaliar a relação entre a tradição e a inovação.

Na Fig. 2. damos o exemplo dos diferentes passos da construção, deposição, gravação e encerramento da Mamoa 1 do Castelo (Sanches, *et. al.*, 2005). Destacamos aqui a utilização do fogo em partes seleccionadas do “processo construtivo” e do “processo de encerramento”. Outros monumentos recentemente escavados – Mamoa da Alagoa (Sanches *et. al.*, 2004), Dólmen do Picoto do Vasco (Cruz, 2001), Dólmen de Areita (Gomes *et. al.*, 1998), Madorras I (Gonçalves & Cruz, 1994), Chão Redondo 2 (Santos, F. *et. al.*, no prelo) – também mostram que o processo de construção-uso-decoração (gravação e/ou pintura) – encerramento materializa um “programa particular”, específico daquele monumento. Mas, como referiremos adiante, quando existe um dólmen, normalmente a primeira pedra a ser colocada no solo é a laje de cabeceira, precedida nalguns casos de incêndios da vegetação local.

Deve-se ainda fazer notar que muitos desenhos são realizados no início da construção – como acontece na laje de cabeceira da mamoa do Castelo 1, na do dólmen de Cortiço de Algodres (Cruz, 1993, a) e na do da Orca da Cunha Baixa (Vilaça & Cruz, 1990) –, que ficaram posteriormente invisíveis (escondidos). Outros esteios, excluindo a laje de cabeceira, foram também gravados antes, ou no decurso da “montagem arquitectónica” do dólmen, como são exemplos a Laje C2 de Casa dos Mouros de Dumbria (Carrera, 2005: 549) (Fig. 8), da Laje C6 da Anta do Meixoeiro (Carrera, 2006: 82), de dois esteios da câmara de Dombate (que exibem representações do motivo “o Objecto”) (Fig. 8), ou do esteio do lado direito da laje de cabeceira do dólmen Chão Redondo 2 (Santos, F. *et. al.*, no prelo) (Fig. 4(b): J). Muitas das lajes de cabeceira exibem talhes e tratamentos de regularização muito particulares em ambas as faces como é o caso, por exemplo, de Capilla de Santa Cruz (Blas, 1997) (Fig. 1: 11). Há ainda casos, embora raros, de motivos que são reparados (ou sumariamente alterados) no decurso do uso da câmara (Antelas, Forno dos Mouros) (Carrera, 2006: 107) (Fig. 4(a): F; Fig. 7). Contudo, a nosso ver este caso, e tal como recentemente frisámos (Sanches, 2006), necessita de uma investigação mais profunda.

Retomando os resultados da análise relativa à altura das câmaras (feita atrás no ponto 2 deste texto) onde se verificou que em 14% dos dolmenes não é possível permanecer em pé (como é o caso das câmaras de Vale da Cabra, de Espiñaredo ou do Rapido), podemos supor que as suas iconografias possam ter sido realizadas no decurso da construção ou, pelo menos, antes da colocação da laje de cobertura. Por outro lado, nos corredores decorados dos dolmenes de Alagoas 4, Lobagueira 4 e Chão Redondo 2, também não é possível permanecer em pé, nem existe espaço para uma adequada movimentação (os corredores são estreitos). Mesmo que a execução fosse possível em posição sentada, ou levemente deitada, cremos que teria sido mais adequado pintar e/ou gravar aí os motivos antes da colocação das tampas dos corredor (Fig. 4(b): J, K, L).

Deste modo, fazendo uma avaliação global do que temos vindo a expor relativamente à incorporação de certos desenhos em diferentes partes do monumento, verificamos que alguns dolmenes parecem mostrar de modo claro que a realização de algumas das suas iconografias terá tido

⁶ Conhecemos, no NW peninsular, vários casos de *tumuli* que não contém dolmenes no seu interior. No entanto, o que aqui queremos frisar é a forma indiscutível como a colocação de uma laje fincada na vertical, no início da construção do conjunto do monumento, é um procedimento técnico e conceptual que está profundamente arraigada na tradição. Caso se construa o dólmen, esta primeira laje parece ser sempre a laje de cabeceira.

lugar à medida que a construção prosseguia, e, no caso citado imediatamente atrás (Chão Redondo 2, Fig. 4(b): J,K e L), antes da colocação das tampas da câmara e do corredor. Em qualquer das circunstâncias, esses desenhos seriam realizados sob o olhar e a avaliação de um alargado número de indivíduos da comunidade, ou de alguns dos seus segmentos sociais (etários, de género, ou outros), num processo em que o acesso a essas iconografias (e/ou ao seu valor semântico) poderia escalonar, ou distinguir socialmente, certos indivíduos ou certos segmentos sociais.

Do mesmo modo, também podemos assumir que alguns motivos gravados ou pintados se situam entre os “primeiros artefactos” depositados no monumento ainda em construção. Estes motivos carregarão, tal como os machados, as pontas de seta, os cristais de quartzo, os restos de talhe, os moinhos, os recipientes cerâmicos, os colares, etc., uma história que aqui é organizada como *intenção*. Se seguirmos as palavras de J. Thomas (1996: 159), poderemos dizer que os motivos iconográficos e outros objectos formarão, no seu conjunto, “series of networks of significance, involving places, the personal histories of people, substances, skills and symbolic references”. Essa deposição terá sido objecto de negociação da colectividade presente ou, pelo menos, de alguns dos segmentos sociais dessa comunidade. Independentemente de a organização desses motivos e da sua distribuição no exterior e interior dos dolmenes configurar “ideias compostas” (perceptíveis na relação dos motivos entre si e na relação destes motivos com o espaço de circulação), cremos que é aqui também que se farão distinções sociais entre quem participa e vê e quem não participa e/ou não vê a deposição dos artefactos ou dos “artefactos-motivos”.

Concluindo, a construção-uso-encerramento do dólmen *deve ser assumido como um processo de diferenciação de grupos sociais*, seja no sentido da manutenção da ordem e da Memória já estabelecida que é necessário activar, seja na sua mudança. Esta mudança prefigura-se mimeticamente nas performances envolvidas na construção e uso dum monumento basicamente ligado à tradição. P. Bueno e R. Balbin (2006) têm vindo a defender a ideia de diferenciação mas no sentido de hierarquização, embora foquem predominantemente a sua análise na presença da figura antropomórfica (antropomorfo-sol; antropomorfo-estela) em certas partes do dólmen e na representação de “cenas de caça”.

Sem negar o papel fulcral que a figura antropomórfica detém num razoável número de dolmenes, um dos elementos da complexidade de cada monumento manifesta-se, a nosso ver, precisamente na sobreposição de diferentes “discursos gráficos”. Entendemos estes discursos gráficos, na sua maioria baseados na geometrização dos motivos e na geometrização do espaço “da representação”, como modos privilegiados de apreender os desenhos *de acordo com as suas localizações em certas partes escolhidas de cada dólmen*. Adentro duma perspectiva fenomenológica, a ambiguidade do discurso gráfico também ganhará “alguns significados mais fixos” de acordo com os constrangimentos ou permissões que a arquitectura impõe, ou permite, ao movimento das pessoas no interior das câmaras, e às posições do corpo a que estas obrigam. Nessa medida, defendemos recentemente que os motivos gráficos e/ou composições, em articulação com as arquitecturas, materializam um dos modos de hierarquização do espaço interno dos dólmenes (Sanches, 2005; 2006).

5. O INDEX – MOTIVOS ICONOGRÁFICOS: SUA DISTRIBUIÇÃO NO INTERIOR DOS DÓLMENES E DISPERSÃO GEOGRÁFICA DESSES DÓLMENES ADENTRO DO NW PENINSULAR

5.1. Algumas considerações iniciais

Para afastar a ideia de que só entendemos os motivos gráficos, pintados e/ou gravados dos dolmenes como elementos discretos, singulares, adiantamos que estes devem ser simultaneamente

Quadro II
O Index: motivos e sua distribuição espacial no interior das câmaras
dos dolmenes do NW da Península Ibérica

A	t	B	t	C	t	D	t	E	t	F	t	G	t
												"o objecto"	6
												Quadrados/rectângulos simples	6
												"ancinho" (4)	10
												antropomorfo	10
												Us ou Vs simples	9
												Us ou Vs embutidos	4
												circulo	14
												Circulo aberto	9
												esteliformes (4)	3
												Linhas rectas verticais	15
												Linhas rectas horizontais	16
										Círculos concêntricos	5		
												Linha ziguezague isolada	6
												Linha serpentina simples	13
												Linha meândrica	11
												Figura meândrica complexa	7
											5	Linhas serp/ziguezague paralelas não embutidas (9)	7
												Banda de linhas serp/ziguezague embutidas	17
												Covinha simples	7
												Agrupamento de covinhas	7
												"grelha"(1)	2
												Banda vertical de triângulos/losangos	3
												Pontos pintados	3
												ancoriforme	3
												"Outros" (5)	16
								Dentes de lobo	6				
										Círculos concêntricos	5		
								Pele esticada/ antropomorfo	4				
								Cervídeo com armação	2				
								Figura trapezoidal	3				
								Placa (6)	2				
								Báculo	3				
								Figura zoomórfica (2)	3				
										"Sóis"(8)	8		
								Arco (a)	1				
								Espinho de peixe	1				
Lua/crescente	1			Lua/crescente	1					Lua/crescente	1		
				"Oculado"	3					"Oculado"	3		
Linhas radiais com circuito exterior	1	Linhas radiais com circuito exterior	1										
"comb"	1	Pente/antropomorfo	1										
Arboriforme	1	Arboriforme	1										
Triângulo	1	Triângulo	1										
Antropomorfo fálico	4					Antropomorfo fálico	2						
Idolo rectangular	5			Idolo rectangular	3								
Quadrado/rectangular segmentado	3			Quadrado/rectangular segmentado	1			Quadrado/rectangular segmentado	3				
Círculo c/ covinha (7)	1							Círculo c/ covinha (7)	1				

A – Motivos exclusivos do fundo da câmara: laje de cabeceira; esteio do seu lado direito e esteio do seu lado esquerdo; **B** – Motivos exclusivos da laje de cabeceira; **C** – Motivos exclusivos da metade direita da câmara, excluindo a laje de cabeceira; **D** – Motivos exclusivos da metade esquerda da câmara, excluindo a laje de cabeceira; **E** – Motivos da laje de cabeceira e da metade esquerda da câmara; **F** – Motivos da Laje de cabeceira e da metade direita da câmara; **G** – Motivos que ocupam qualquer posição na câmara (incluindo aqueles que também figuram no corredor: estes aparecem marcados com um *)
t – totais – refere-se ao total de dolmenes (e não ao total de motivos) em que cada motivo está presente naquela posição.

(1) Grelha – Banda horizontal de triângulos/losangos. (2) Figura zoomórfica (todos os tipos de figuras zoomórficas excepto cervídeos com armação). (3) Esteliformes – ponto (pintado)/covinha com linhas radiais ou linhas radiais a partir de um ponto central (imaginado). (4) Ancinho – figura (claramente formalizada) formada por linhas curtas paralelas verticais, unidas numa extremidade; ou figura formada por uma linha horizontal da qual parte, perpendicularmente, linhas verticais curtas. (5) Outras – Motivos abstractos diversos. (6) "Placa" – figura rectangular claramente formalizada. (7) Circulo com covinha central. (8) "Sóis" – linhas radiais. (9) Em dois dolmenes só se encontram no corredor. Teremos assim este motivo em 9 dolmenes. (a) Ocorre também no corredor do dólmen 4 de Lobagueira.

interpretados como integrando “composições” gráficas (onde dominam elementos geometrizarantes), ou seja, apresentar-se-ão com “significados compostos”. Nessa medida, podemos visualizar e entender composições à escala de cada laje situada no interior ou exterior do dólmen, e, ao mesmo tempo, composições à escala de cada dólmen. Este é entendido como um espaço tridimensional (Fig. 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15).

Assim, neste texto vamos focar dois aspectos que nos parecem da máxima importância e que constituem *leituras complementares* à análise fenomenológica que temos vindo a citar (Sanches, 2005; Sanches, 2006).

Em primeiro lugar, após procedermos ao inventário exaustivo dos motivos presentes no interior dos dolmenes do NW, e à sua posição específica, no interior ou exterior da câmara, tentámos verificar, numa análise estruturalista, se teria existido, à escala das sociedades construtoras de dolmenes do NW, uma organização gráfica de fundo, “recorrente”, que pudesse ser definida, ainda que em traços largos. Esta poderia constituir uma espécie de “forma ideal, comunitariamente aceite”, ou seja, uma referência semântica a uma mitografia dolmênica, partilhada, ainda que em diferentes graus, do ponto de vista do seu significado como “história genealógica”. Essa organização, a ser detectada, poderia constituir, do ponto de vista metodológico, um primeiro ponto de partida para a detecção, *agora à escala regional, ou mesmo local*, dum modo partilhado de proceder no que respeita à escolha dos desenhos e/ou composições por parte das populações adentro duma região. Ou seja, pretendíamos identificar modos comunitários de agir, assentes no *habitus* (segundo genealogias partilhadas à escala do NW peninsular) e ao mesmo tempo, modos locais de ligar o que poderiam ser atitudes identitárias das comunidades locais a identidades regionais mais alargadas. Procurámos assim detectar a partilha de uma ideologia de fundo que se manifestasse não somente na presença ou ausência de certos motivos (motivos – ideia), mas também na posição que estes ocuparam no interior do dólmen, à semelhança do que V. O. Jorge (1997) já havia feito com uma “amostra” menor, e de P. Bueno e R. Balbín, numa análise geral de arte megalítica de toda a península Ibérica (1997)⁷.

5.2. Análise das iconografias dos dólmenes do NW da Península Ibérica

Foram consideradas as seguintes partes das câmaras (Quadro II): **A** – fundo da câmara (compreende motivos que só se encontram na parte mais recuada da câmara): refere-se à laje de cabeceira e aos dois esteios situados, um do seu lado direito e outro do seu lado esquerdo; **B** – Laje de cabeceira (motivos que só se encontram na laje de cabeceira); **C** – metade direita da câmara (motivos que só se encontram na metade direita): refere-se à metade direita mas exclui a laje de cabeceira; **D** – metade esquerda da câmara (motivos que só se encontram na metade esquerda): refere-se à metade esquerda mas exclui a laje de cabeceira; **E** – laje de cabeceira e metade esquerda da câmara (motivos que se encontram na metade esquerda somados aos que aparecem na laje de cabeceira); **F** – laje de cabeceira e metade direita da câmara (motivos que se encontram na metade direita somados aos que aparecem na laje de cabeceira); **G** – câmara (motivos que ocupam qualquer posição no dólmen). Relativamente ao corredor, *este quadro* indica somente a sua presença, não distinguindo os lados direito ou esquerdo.

A primeira observação a fazer, e que não figura no quadro apresentado, é de que *as metades esquerdas e direitas dos monumentos, se vistos como uma totalidade do ponto de vista estatístico, não se distinguem quanto à quantidade de motivos que ostentam. Porém, se atendermos à variedade de motivos, é na metade esquerda que se encontra a maior diversidade*. Assim, se excluirmos o fundo da câmara (laje de cabeceira e os dois esteios que a ladeiam – **A**), os monumentos do NW peninsu-

⁷ V. O. Jorge (1997), já usara esta metodologia num grupo substantivamente menor de monumentos. Por seu lado P. Bueno e R. Balbín (2003), utilizando outros parâmetros analíticos, diferentes dos nossos, abarcaram no seu estudo toda a Península Ibérica.

lar distinguem-se por apresentarem um mais elevado leque de motivos na metade esquerda, tal como V. O. Jorge (1997) intuía no decurso da avaliação de um mais restrito numero de monumentos.

O Quadro III “O índice de motivos e a sua distribuição geográfica no NW da península Ibérica” será comentado em simultâneo com os resultados expressos no Quadro II.

Devemos referir desde logo que *são em reduzido número os motivos exclusivos da “arte dólmenica”*: Motivo pele esticada/antropomorfo, O Objecto (The thing), Pente, Banda vertical de triângulos e Bandas de serpentiformes/Ziguezagues (embutidas ou não embutidas) (Fig. 8, Fig. 4(a): C e F, Fig. 15, 13 e 14). Todos os restantes fazem também parte da arte de ar livre (pintada ou gravada) do NW da Península Ibérica (Fig. 3(a): D, F; Fig. 4(b); Fig. 1: 2 e 8).

Nessa medida seria sugestivo verificar em que medida cada um dos motivos que é simultaneamente característico da arte de ar livre, teria uma maior ou menor expressão regional ou local, tal como intentámos fazer no quadro III com a arte dólmenica. A mesma metodologia deveria ser seguida na percepção de eventuais associações “recorrentes” quer nos dolmenes, quer na arte de ar livre, segundo uma perspectiva aproximada àquela que foi desenvolvido por P Bueno e R. Balbin na Extremadura espanhola (2000). Estes autores detectaram associações similares de motivos na arte de ar livre e na arte dólmenica, adiantando que essa recorrência traduziria a existência de mitografias partilhadas pelas comunidades daquela região. Essas mitografias teriam

Quadro III
O Index dos motivos e distribuição geográfica dos dolmenes que os contêm
(Noroeste da Península Ibérica)

A – Motivos que ocorrem somente num dólmen:

A1 – Lua/Q. Crescente; "pente/antropomorfo"; “espinha de peixe”; esteliforme inscrito – Viseu.

B – Motivos que ocorrem em áreas muito restritas. Estão presents em 1, 2 ou mesmo 3 dolmenes:

B1 – Arco; zoomorfo (geral); cervídeo macho; "placa" (figura quadrangular muito formalizada) – Viseu-Aveiro;

B2 – "figura oculada" – Porto/Vila Real;

B3 – Banda vertical de triângulos/losangos (reticulado) – Viseu.

C – Motivos que ocorrem em áreas geográficas restritas:

C1 – Báculo; Figura ancoriforme – Viseu/Vila Real-Bragança;

C2 – Círculo com covinha; “Sol” (círculo radiado) – Viseu-Aveiro/Viana do Castelo.

D – Motivos que ocorrem em regiões mais alargadas que no caso anterior:

D1 – Antropomorfo fálico; Us ou Vs embutidos – Viseu-Aveiro/Porto/Vila Real/Bragança;

D2 – motivo radiado (esteliforme); quadrado/rectângulo simples; figura trapezoidal – Viseu-Aveiro/Porto/Viana do Castelo;

E – Motivos que ocorrem em regiões muito alargadas:

E1 – círculo radiado (esteliforme); Us ou Vs embutidos; linha meândrica; linhas serpentiformes/Ziguezague, paralelas, não embutidas Viseu-Aveiro/Viana do Castelo/Pontevedra/Corunha/Oviedo;

E2 – Círculos concêntricos; círculo aberto; linha serpentiforme simples; figura: conjunto de linhas paralelas verticais unidas na base; covinhas agrupadas – Viseu-Aveiro/Porto/Vila Real-Bragança/Viana do Castelo/Corunha;

E3 – figura antropomórfica; círculo simples; linhas rectas verticais; linhas rectashorizontais; covinha isolada – Viseu-Aveiro/Porto/Vila Real-Bragança/Viana do Castelo/Pontevedra;

E4 – "The Thing" O Objecto – Viseu-Aveiro/Porto/Viana do Castelo/Corunha;

E5 – Figura: “pele esticada de animal/antropomorfo; quadrado/rectângulo segmentado interiormente – Viseu-Aveiro/Vila Real-Bragança/Corunha;

E6 – Ídolo rectangular – Viseu-Aveiro/Vila Real/Viana do Castelo.

F – Motivos que ocorrem em todo o Noroeste peninsular:

F1 – Banda de linhas serpentiformes/Zigue-Zague, embutidas.

G – Motivos que ocorrem num restrito numero de dolmenes, sendo que estes se distribuem por regiões muito distantes entre si: Viseu/Coruña:

G1 – banda horizontal de triângulos/losangos (reticulado); motivo “dentes de lobo”.

sido graficamente “codificadas” de modo genericamente similar quer quando eram colocadas em rochedos ao ar livre, quer quando entravam no interior dos dolmenes.

Só procedendo do mesmo modo poderíamos avaliar com mais segurança quais seriam os motivos, ou associações de motivos que, em cada sub-região do NW peninsular, teriam sido integradas pelas populações neolíticas no processo de construção-uso-encerramento dos seus dolmenes. O mesmo deveria ser feito no caso dos espaços de ar livre (abrigos, rochas expostas na paisagem, etc.). Na impossibilidade actual dessa análise, referir-nos-emos à arte de ar livre do NW da Península ibérica como se esta mostrasse um *index* igualmente compartilhado pelas comunidades neolíticas e calcolíticas desta região, embora saibamos à partida que os motivos daquele *index* têm também expressões sub-regionais distintas.

Uma leitura atenta do **Quadro II** revela que os *motivos exclusivos* das lajes de cabeceira (B) – Esteliforme inscrito, Pente (/antropomorfo), Arboriforme e Triângulo – só ocorrem num dólmen por cada um desses motivos (Fig. 1: 8; Fig. 4(a): F; Fig. 4(b): I e L). Esses dolmenes situam-se todos na região de Viseu/Aveiro (Quadro III). Tal facto leva-nos a supor que estes 3 motivos poderiam ter sido utilizados para *individualizar semanticamente aquele dólmen particular*, podendo ser relacionados exclusivamente com as populações neolíticas da região de Viseu/Aveiro (a Sul do rio Douro).

No entanto, verificou-se que num elevado número de câmaras a maioria dos motivos se centram na sua parte mais recuada, isto é, na laje de cabeceira e nos dois esteios que a ladeiam (Quadro II – **A**). Se excluirmos os motivos que só se encontram nas lajes de cabeceira (**B**), são os seguintes os *motivos exclusivos da parte recuada da câmara*: Antropomorfo fálico, Ídolo rectangular, Quadrado/rectângulo segmentado e Círculo com um ponto central/covinha (Quadro II, Fig. 4(b): I e J; Fig. 14). O Antropomorfo fálico, o Ídolo rectangular, o Quadrado/rectângulo segmentado e o Círculo com covinha central encontram-se nas câmaras da região de Viseu/Aveiro-Porto-Vila Real/Bragança, no que respeita ao primeiro motivo (Quadro III – *D1*), e nas de Viseu/Aveiro-Vila Real-Bragança – e/ou Viana do Castelo, no que se refere aos segundos (Quadro III – *E6* e *C2*). O Quadrado/rectângulo segmentado é um motivo que ocorre já em regiões muito alargadas do ponto de vista geográfico – *E5*, podendo ser considerado um motivo-ideia que terá tido significados provavelmente aparentados em toda esta alargada região do NW peninsular⁸.

A análise da distribuição geográfica dos motivos que *ocupam somente a parte recuada das câmaras (A)* (Quadro II) permite que interpretemos estes “motivos – ideia” como elementos partilhados pelas comunidades implantadas numa região mais alargada do que aquela apontada pelos motivos exclusivos das lajes de cabeceira (**B** – Quadro II). Essa partilha refere-se tanto ao *grafismo propriamente dito (ou seja, àquele desenho específico), como à sua posição espacial no interior da câmara*.

Se valorizarmos a *metade direita das câmaras* (Quadro II), continuamos a verificar que há um motivo que individualiza um dólmen na área Viseu (*A1*) – Lua/crescente (Fig. 15)⁹ –, e um outro motivo – “oculado” – que individualiza agora uma outra pequena sub-região (*B2*), localizada entre o Porto e Vila Real (Fig. 12) (Quadro III).

Se valorizarmos a *metade esquerda das câmaras*, repete-se algo de similar à metade direita (Quadro II). O motivo Espinha de peixe ocorre somente num dólmen na área de Viseu (*A1*); o motivo Arco ocorre em dois dolmenes na área de Viseu (*B1*) ocupando a metade esquerda do dólmen Orca dos Juncais (Fig. 9) e o lado esquerdo do corredor do dólmen de Lobagueira 4. O Antropomorfo fálico, já referido, encontra-se, como se disse, nas sub-regiões de Viseu-Porto – Vila Real-Bragança (Quadro III).

⁸ – O mesmo parece ter acontecido com uma figura antropomórfica muito específica da arte dolmênica do NW denominada “Skin skeuomorph”, ou seja, “Pele esticada de animal/antropomorfo”.

⁹ – Seguindo E. Shee, nomeamos este desenho do esteio do lado direito da laje de cabeceira do dólmen de Antelas como sendo uma “Lua”. Porém, no registo de Domingos Cruz, patente na nossa Fig. 15, aquele desenho não parece distinguir-se da bordadura da banda vertical de triângulos.

Torna-se necessária uma nota neste ponto da nossa exposição. Esta nota pretende indicar que há motivos que parecem ter sido utilizados em cada dólmen para os individualizar dos demais dentro duma área geográfica restrita ou adentro duma sub-região – Lua/crescente; Linhas radiais inscritas num círculo; Pente/antropomorfo; Arboriforme; Triângulo; Oculado e Espinha de peixe (Quadro III). Cremos que estes motivos particulares traduzirão aqui uma intenção muito peculiar, repetimos – a intenção que presidiu à construção de cada dólmen (“daquele dólmen particular”). Isto não quer dizer que defendamos que a *individualização* dum dólmen resida *somente* nos seus motivos específicos, particulares. Residirá nestes e ao mesmo tempo no conjunto dos restantes motivos daquele dólmen e na sua organização gráfica e espacial (ver por ex. Figs. 12 e 14). Nessa perspectiva devemos destacar a importância e variedade das associações de motivos na arte dolménica¹⁰, bem como as relações estreitas que certos motivos ou associações de motivos revelam ter com algumas partes das câmaras e/ou corredores.

De qualquer modo, a inclusão desses motivos peculiares naquele ou naqueles dolmenes – Pente, Espinha de peixe, etc. –, foi por certo permitido pelo conjunto da comunidade, ou, mais provavelmente, por parte de algum dos seus segmentos sociais. Levantamos duas hipóteses de diferente natureza, mas igualmente viáveis, quanto à explicação desta atitude: a) um dos segmentos sociais da comunidade teria a noção clara de que estava a incorporar naquele dólmen motivos-ideia ausentes de outros dolmenes que conhecia empiricamente ou que conhecia pela tradição; b) seria considerada habitual a incorporação nos dolmenes de motivos-ideia que eram usados noutros contextos da vida comunitária (ornamento corporal, rituais de iniciação, grafismos rupestres, etc.), independentemente de se conhecerem ou desconhecerem os motivos usados mais frequentemente nos dolmenes por outras comunidades vizinhas.

Trata-se em ambas as hipóteses de inovações, inovações que devem ser interpretadas no contexto da “agency”, tal como a definiu A. Gell (1998).

A presença de um motivo somente em 2, 3 ou mesmo 4 dolmenes adentro duma sub-região – Bandas verticais de triângulos/losangos (B3) na área de Viseu (Fig. 1: 3 e Fig. 15); Arco, Figura zoomórfica, Cervídeo macho (com armação), Placa (figura rectangular formalizada) (B1) em Viseu/Aveiro; Figura oculada (B2) na sub-região de Porto-Vila Real (Quadro 3) –, poderá indicar uma certa proximidade cronológica na construção destes dolmenes adentro de cada uma dessas sub-regiões. Complementarmente apoia a hipótese interpretativa de que estes motivos embora estejam a responder a *intenções comunitárias específicas*, estão simultaneamente a *dar origem uma tradição mitográfica de âmbito local*. Essa tradição mitográfica local relacionar-se-ia com a genealogia específica das populações que habitavam naquela área geográfica, i.e., com as pessoas que se identificam ao mesmo tempo com aquele território e com o grupo a que pertencem. Essa genealogia articular-se-ia por sua vez e a diferentes escalas com outras genealogias mais abrangentes, as quais seriam partilhadas em diferentes graus pelas populações neolíticas e calcolíticas das restantes sub-regiões do NW da península Ibérica.

Aos motivos anteriores podemos acrescentar aqueles que no quadro III incluímos nos grupos C e D. O grupo C refere-se a motivos que ocorrem em áreas geográficas restritas: C1 – Báculo, Ancoriforme – na sub-região de Viseu/Vila Real-Bragança (Fig. 1: 2); C2 – Círculo com ponto central, Sol (círculo radiado) – na sub-região de Viseu-Aveiro/Viana do Castelo (Fig. 1: 10; Fig. 15). O grupo D refere-se a motivos que ocorrem em regiões mais alargadas que no caso anterior: D1 – Antropomorfo fático, U’s ou V’s simples – na região de Viseu/Aveiro-Porto-Vila Real/Bragança; D2 – Esteliforme (motivo radiado), Quadrado/rectangulo simples, Figura trapezoidal – na região de Viseu/Aveiro-Porto/Viana do Castelo.

¹⁰ Este assunto, de grande importância, não é debatido neste texto por falta de espaço.

Os motivos que acabámos de enumerar mostram que as comunidades pré-históricas das diferentes sub-regiões do NW da Península Ibérica possuem um alargado leque de motivos propícios ao espaço funerário dos dolmenes. Em simultâneo partilham esses motivos a uma escala geograficamente um pouco mais alargada que a escala local.

Intuímos que a realidade deve ter sido muito mais complexa do que aquela que aqui temos vindo a esquematizar. Além disso porque não estamos a entrar em linha de conta com as “associações” de motivos, temos a clara noção dos limites na nossa análise.

As iconografias atrás mencionadas ocupam espaços diferenciados adentro das câmaras e/ou corredores dos dolmenes (ver quadro II). *Alguns desses motivos podem encontrar-se indiferentemente em qualquer lugar da câmara* – Ancoriforme, Us ou Vs simples, motivos radiado (esteliformes), Quadrados/rectângulos simples – indicando provavelmente que o seu “lugar”, ou *posição espacial, não estava previamente fixado* pela história genealógica vigente no momento do construção-uso-encerramento daquele ou daqueles dolmenes. Cabe perguntar se estes motivos carregariam um sentido “fixo” de *per se*, independentemente do lugar que ocupavam, ou, pelo contrário, se seriam motivos cuja semântica seria tão vaga que somente em cada dólmen esta seria fixada na relação com os restantes motivos e na relação com as restantes partes do mesmo dólmen. Esta é uma questão fulcral em termos interpretativos, mas à qual não podemos responder neste momento.

Pelo contrário, a Figura trapezoidal e o Báculo ocupam sempre a laje de cabeceira e a metade esquerda da câmara; as figuras solares (Sóis) estão na laje de cabeceira e na metade direita da câmara; finalmente, o Antropomorfo fálico (já comentado antes) ocupa sempre a parte mais recuada da câmara. O uso destes últimos quatro motivos, que tanto ocorrem em áreas geográficas muito restritas, como em regiões mais alargadas (Ver quadros II e III), pode indicar que naqueles dolmenes se pretenderam contar/evocar histórias, ou dar sentido a narrativas genealógicas cujas raízes *tem já expressão marcada em comunidades neolíticas distribuídas por regiões mais alargadas do que as simples comunidades locais ou sub-regionais*. Estamos perante uma questão que envolve marcadamente a escala geográfica onde as comunidades vivem, se movimentam e se relacionam com outras comunidades. Assim, à escala sub-regional, a par de histórias genealógicas muito localizadas – que podemos perceber nos monumentos que exibem motivos-ideia exclusivamente locais (**B** – Quadro III)¹¹ –, ter-se-ão criado novas narrativas ou reorganizado as narrativas vigentes através da inclusão nos seus dolmenes de outros motivos-ideia que também eram usados pelas comunidades que habitavam nas regiões vizinhas (*C* e *D* – Quadro III).

No âmbito das tradições mitográficas de âmbito local ou sub-regional gostaríamos de abrir desde já um parêntesis para mencionar que conseguimos perceber 3 “excertos mitográficos” susceptíveis de terem sido partilhados pelas comunidades implantadas nas áreas geográficas que de seguida mencionamos. Estes “excertos mitográficos” parecem estar presentes em 3 tipos de composições.

1 – A “composição animada” formada pelo motivo “O objecto” em várias posições de modo a sugerir um movimento circular que se encontra em dois dolmenes da *Coruña*: Dombate e Forno dos Mouros (Sanchez, 2006) (Fig. 8);

2 – as “representações” ou “sugestões” de cenas de caça na área de Viseu (Orca dos Juncais; Lubagueira 4) (Fig. 9);

3 – a associação do motivo Pele esticada (antropomorfo)/Figura trapezoidal a Cervídeo macho (Orca dos Juncais– laje de cabeceira e Esteio C1) (Fig. 9), ou a figuras zoomórficas (Arquinha da Moura– laje de cabeceira; Orca dos Juncais – Esteio C1) (Fig. 10 e 9), que ocorre também na área de Viseu.

¹¹ Ou motivos que até só se encontram num dólmen: A, quadro 3.

De entre os motivos que entram nas composições atrás referidas, somente O Objecto e o motivo Pele esticada/antropomorfo aparecem em regiões muito alargadas (Quadro III): o primeiro (E4) nas regiões de Viseu/Aveiro-Porto-Viana do Castelo-Corunha; o segundo (E5) nas regiões de Viseu/Aveiro-Vila Real-Bragança/Corunha. Complementarmente, estes dois motivos são exclusivos do espaço interior dos dolmenes (não ocorrem na arte de ar livre).

Porém, é de fazer notar que nestas alargadas regiões aqueles motivos não ocupam sempre a mesma posição topográfica no interior dos dolmenes. Enquanto o motivo Pele esticada/antropomorfo se situa sempre laje de cabeceira e/ou na metade esquerda da câmara, o motivo O Objecto ocupa qualquer espaço no interior da câmara (embora nunca apareça desenhado no corredor). Tal como outros autores perceberam desde há longa data (Shee, 1981), estes são dois dos motivos que permitem percepcionar uma mitografia “genérica” (mas não ortodoxa), que terá atravessado as narrativas genealógicas das diferentes sub-regiões do NW peninsular mas que surge exclusivamente ligada ao espaço dolménico. Em articulação com esta, as populações regionais terão criado, na nossa opinião, excertos mitográficos diferenciados, sendo os 3 referidos atrás os exemplos que identificamos.

Em síntese, o modo particular de uma comunidade, ou comunidades organizar motivos que são partilhados por populações de alargadas regiões constituirá um elemento identitário das comunidades locais das áreas consideradas: uma pequena área geográfica situada nas proximidades da cidade da Coruña; uma outra nas proximidades da cidade de Viseu.

A mitografia genérica enunciada atrás poderá ser percepcionada também pela presença do motivo Banda de linhas serpentiformes/Ziguezague embutidas que, além de ser o motivo que aparece num mais elevado número de dolmenes (17 dolmenes), está presente em todas as sub-regiões do NW peninsular (Fig. 13, 14).

5.3. Outros problemas relativos à interpretação

A organização gráfica do espaço interno dos dolmenes do NW da península Ibérica faz-se predominantemente à custa de motivos de tendência formal geométrica, de algumas figuras “abstratas” e, mais raramente, de motivos subnaturalistas e/ou semi-esquemáticos. Estes dão forma a composições muito diversificadas, dominando, contudo, uma tendência organizativa geometrizante. Esta é, aliás, uma das características mais distintiva da arte dos dolmenes do NW peninsular. Nessa medida torna-se difícil distinguir o que poderá ser aparentemente entendido como um **“motivo-ideia-artefacto”** – *Sóis/Esteliformes, Círculos concêntricos, Pele esticada/antropomorfo, Figuras zoomórficas (simples), Ancoriformes, Rectangulos (variados), “o Objecto”, Meandros complexos* – daquilo que poderá constituir um **“recurso gráfico”** destinado a organizar o espaço de cada esteio bem como todo o espaço interior do dólmen. Colocamos hipoteticamente neste último grupo – que denominamos provisoriamente de “grupo de recursos gráficos” por oposição ao grupo de “motivos-ideia”, os Motivos – “dentes de lobo”, Linhas rectas verticais, Linhas rectas horizontais, Linhas ziguezague isoladas, Linhas serpentiformes/ziguezague paralelas não embutidas, Bandas de linhas serpentiformes/ziguezague embutidas, Bandas verticais de triângulos/losangos, Bandas horizontais de triângulos/losangos (“Reticulado”), Covinhas simples, etc.

Responder à questão da distinção semântica dos dois grupos de motivos é interpretativamente muito difícil devido à multivalência associativa daqueles motivos e à ambiguidade que, particularmente o “grupo de recursos gráficos”, parece deter nas organizações decorativas. Por ex., o motivo “Reticulado” não parece desempenhar o mesmo papel em Dombate 2 ou em Antelas. Em Dombate 2, ao percorrer a base dos esteios da câmara e do corredor, propõe uma “leitura” contínua de todo o espaço interior simulando ser um elemento formalmente destinado a (i) *dar coerência* (e unidade) a um espaço naturalmente segmentado pela sequência contínua dos

esteios da câmara¹² mas também a (ii) dividir semanticamente e graficamente a parte inferior dos esteios da parte superior dos mesmo – onde ocorrem “outras narrativas”(Bello Diéguez, 1994, Fig. 3, 4 e 5; 1996). Em Antelas o motivo “Reticulado” preenche quase completamente dois esteios da câmara (esteios E8 e E5), associando-se, em simultâneo, a Linhas serpentiformes/ziguezague paralelas não embutidas, em disposição vertical, e a um Círculo pintado no esteio do lado direito da entrada da câmara (Fig. 15). Então, ao contrário de Dombate 2, em Antelas o motivo “Reticulado” deve ser entendido sobretudo como um “motivo-ideia” e não meramente um elemento gráfico destinado principalmente a organizar o espaço. O mesmo parece acontecer com o motivo “Banda de linhas serpentiformes/ziguezague embutidas”. Se em Forno dos Mouros (Fig. 4(b): B) e no corredor de Pedra Coberta exerce um papel similar àquele que desempenhará o “Reticulado” em Dombate (isto é, conferir continuidade ao espaço), na câmara de Portela do Pau 2 a Banda conjuga-se estreitamente com outros motivos nalguns dos seus esteios (Fig. 14). Neste dólmen a “Banda de linhas serpentiformes/ziguezague embutidas” parece indicar que desempenha *simultaneamente* um papel de unir e estruturar o espaço interno, e o de se constituir como “motivo-ideia”. Neste seu último papel conjuga-se com os restantes motivos (Antropomorfo, Círculos concêntricos, Círculos simples; Linhas serpentiformes/ziguezague paralelas não embutidas) de modo a criar um discurso/narrativa muito particular.

Neste ponto deve fazer-se notar que o motivo “Linhas serpentiformes/ziguezague paralelas não embutidas” (que é muito similar à “Banda de linhas serpentiformes/ziguezague embutidas”), ocupa somente a parte recuada das câmaras e a sua metade direita; por sua vez a “Banda de linhas serpentiformes/ziguezague embutidas” ocupa qualquer lugar na câmara ou corredor. No entanto, quer a “Banda de linhas serpentiformes/ziguezague embutidas”, quer o motivo “Linhas serpentiformes/ziguezague paralelas não embutidas”, podem ser considerados aqueles que conferem maior unidade gráfica (e mitográfica?) à arte do NW da P. Ibérica pois, além de terem sido registados em 24 dólmenes, estes dolmenes distribuem-se por todas as sub-regiões do NW peninsular.

Devemos ainda referir dois motivos que, embora presentes em raríssimos dolmenes, merecem a nossa atenção pois estes dolmenes situam-se nos dois extremos geográficos da área que estamos a considerar (NW da Península Ibérica). Trata-se do motivo “Banda horizontal de triângulos/losangos” (Reticulado) e do motivo “Dentes de Lobo”. Ocorrem nas áreas da Coruña e Viseu, o primeiro, e nas de Coruña-Oviedo e Viseu, o segundo. O motivo “Banda horizontal de triângulos/losangos” (Reticulado) regista-se em 3 dolmenes e ocupa qualquer espaço adentro da câmara; pelo contrário, o motivo “Dentes de Lobo” (Fig. 3: 4) já se regista em 6 casos e só ocupa a laje de cabeceira e/ou a metade direita das câmaras .

Estes dois motivos, quer sejam entendidos como “motivos-ideia” quer como “recurso gráfico” destinado a estruturar o espaço de cada esteio (pois desenha-lhes como que uma “moldura” no interior da qual se encontram discursos gráficos muito standardizados), mostram que as comunidades neolíticas da Coruña (/Oviedo) e de Viseu, apesar da distância geográfica que as separa, partilharam, pelo menos em determinado período da sua “história”, modos muito formalizados e similares de decorar dolmenes. Podemos assim supor que em algum momento situado entre o final do 5º mil. e o final do 4º mil AC, teria havido uma comunicação estreita, directa, entre pelo menos alguns membros das comunidades destas tão distantes regiões (líderes?, magos/artistas? Oficiantes?).

¹² O espaço interior dos dolmenes do NW da Ibéria consiste sempre numa sequência contínua de painéis verticais – formados pelas superfícies dos esteios.

6. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte megalítica do NW da Iberia mereceu a atenção de vários investigadores desde a primeira metade do séc. XX (Leisner, 1934) tendo sido desde logo reconhecida como algo de excepcional no contexto destes tumulos. Em 1981 E. Shee publicou um *Corpus* de arte megalítica atlântica (Shee, 1981) e esta obra mostrou que a arte dos monumentos megalíticos da Irlanda, da Escócia, da Bretanha e do NW da P. Ibérica não podia ser interpretada segundo um modelo único. Traduziria, na escala da Europa atlântica, modos regionais ou estilos regionais de realizar e de colocar figuras no interior e exterior dos monumentos megalíticos. Os estudos que se lhe seguiram (a partir dos anos de 1990) incidiram em duas problemáticas distintas, embora estas muitas vezes surjam como complementares. Por um lado, mercê do elevado número de escavações e de análises de C14 que dataram os monumentos megalíticos com mais precisão, complementadas com datações directas (Carrera, 2005; Fabregas e Vilaseco, 2006) ficou definitivamente assente que a arte megalítica era contemporânea da construção dos dolmenes (e não posterior), que a pintura e a gravura eram contemporâneas e complementares mas a pintura terá sido mais correntemente usada que a gravura (Carrera, 2006 a). O leque de motivos seria também muito mais extenso do que inicialmente E. Shee registara. Em simultâneo Fernando Carrera revela as técnicas de elaboração da pintura, da gravura e raspagem em vários dolmenes, socorrendo-se inclusivamente da realização da pintura experimental (Carrera, 2005), e contribui decisivamente para re-direccionar as problemáticas inerentes aos tempos e formas de execução dos motivos sobre os ortostatos.

Por outro, e em simultâneo, ensairam-se interpretações de âmbito mais abrangente destacando-se na P. Ibérica a investigação de P. Bueno/Rodrigo Balbin, Bello Diéguez, de V. Jorge e de Pena Santos/Manuel Rey. Embora estes autores foquem aspectos distintos da arte megalítica ibérica (P. Bueno/Rodrigo Balbin), da arte megalítica do NW da Iberia (Bello Diéguez e Vitor Oliveira Jorge), ou da relação cronológica, formal e semântica entre a arte megalítica do NW e a arte de ar livre do grupo Galaico (Pena Santos e Manuel Rey), propõem modelos interpretativos que dependem tanto do número de casos analisados e da sua distribuição geográfica, como da incidência interpretativa, maior ou menor, nos grafismos registados no interior dos dolmenes e na arte de ar livre. P. Bueno e R. Balbin (2000) distinguem-se por apresentarem um modelo interpretativo de “Arqueologia espacial” para a Extremadura espanhola¹³ onde relacionam estreitamente os grafismos dos dolmenes e os de sítios de arte de ar livre. Concluem que as comunidades neolíticas e calcolíticas daquela região possuem um sistema gráfico único que denominam de “estilo megalítico”, mas que codificam de modo algo diferente de acordo com o “lugar” do (*seu*) território a que se destinam: monumentos megalíticos, rochas nos vales dos rios, abrigos sob rocha na montanha, etc. Ao mesmo tempo estendem estas e outras conclusões a toda a arte megalítica ibérica pondo definitivamente em causa os 2 grupos estilísticos e formais inicialmente avançados por E. Shee para a Península Ibérica. Em síntese, defendem uma base gráfica comum a toda a Península Ibérica cuja inspiração se situaria na arte esquemática de cada uma das regiões consideradas (Bueno e Balbin, 1996), mas onde o elemento antropomorfo, sob as mais diversas formas e associações (associado particularmente a animais, a figuras solares, a serpentes e a armas), constituiria a marca mais visível do megalitismo ibérico. Nesta análise de Bueno e Balbin é o monumento megalítico em si (como corpo arquitectónico, suas oferendas e “rituais”) que é visto como um indicador de desigualdade social entre os antigos grupos de produtores (agricultores e pastores). Os seus grafismos, ou arte, denunciam essa desigualdade por constituírem itens de prestígio da linhagem dos sepultados. Deste modo, segundo aqueles autores, as sociedades do Neolítico e Calcolítico peninsular terão encetado, desde o início do 5º mil. AC, uma diferencia-

¹³ Onde incluem as gravuras de ar livre do Alto Tejo em território português.

ção entre a “arte quotidiana” (usada noutros contextos, como abrigos sob rocha ou rochas ao ar livre) e a “arte funerária” monumental. Esta arte funerária reflectiria e perpetuaria explicitamente os símbolos das mitologias ligadas aos antepassados que uns poucos terão utilizado em seu proveito (Bueno e Balbin, 2006: 176-8; 197-8; 191). [Nos monumentos megalíticos] “Uma parte do grupo ostenta os símbolos que teoricamente seriam de todos para justificar a sua posição social de prestígio (...)” (Bueno e Balbin, 2006: 177).

Bello Diéguez (1994) assinala as semelhanças formais e compositivas entre a arte megalítica da Coruña-Oviedo (tendo como limite o rio Sella) e da região de Viseu, intuindo uma certa uniformidade formal e estilística em todo o NW peninsular. Apesar de reconhecer que muitos dolmenes na região de Viseu e fora dela ostentam grafismos menos característicos, tal constatação leva-o a adiantar, como proposta de trabalho, um grupo estilístico único para todo o NW peninsular que denomina de “grupo noroccidental”. Tomando como exemplo o dólmen de Dombate 2, defende que muitos ortostatos teriam sido gravados (imediatamente) antes de serem encaixados na construção.

V. Oliveira Jorge (Jorge, 1997) propõe um modelo estruturalista de análise de um significativo número de dolmenes do NW peninsular dentro do pressuposto teórico-metodológico de que arquiteturas e desenhos fazem parte do mesmo *design*, quer dizer, nenhum deles seria aleatório. Em conjunto criam um dispositivo que serve mais para guardar um segredo (a arte megalítica é concebida para o interior das criptas) do que para enterrar mortos. Destacando algumas figuras paradigmáticas – “o Objecto”, “Pele esticada de animal/figura antropomórfica”, Figuras trapezoidais e quadrangulares; figuras solares – e sua articulação dinâmica com o espaço interior dos dolmenes, adianta que o significado destas e de outras figuras não seria fixo, mas antes relacional (dependeria da sua posição dentro de cada monumento). Enquanto V. O. Jorge e Bello Diéguez assumem implicitamente uma certa unidade formal na arte dos dolmenes do NW da P. Ibérica, P. Bueno e R. Balbín insistem no papel particular que as figuras antropomorfas (e suas associações gráficas a outros motivos) detêm em determinados espaços do monumento (átrios, entradas do corredor, entrada da câmara e fundo da câmara) para inferirem uma ideologia funerária que materializaria uma crescente valorização política e social do indivíduo (masculino) ou de certas elites (masculinas) dentro do grupo social. Peña Santos e Manuel Rey (1997) estendem esta diferenciação social, assente na emergência do poder masculino, à arte de ar livre (pintura e gravura) de todo o NW peninsular, afirmando que são precisamente os motivos menos esquemáticos – onde se incluem todas as temáticas relacionadas com a figura humana e particularmente com animais, armas, ídolos – aqueles que aparecem tanto nas partes mais destacadas dos dolmenes (lajes de cabeceira) como nas rochas visíveis e imponentes na paisagem. Assim sendo, no NW peninsular, as lajes de cabeceira dos dolmenes e as rochas visualmente destacadas na paisagem – aliadas à presença nestes contextos de motivos maioritariamente abstractos associados a motivos subnaturalistas – seriam as duas faces da mesma moeda no que respeita à simbologia e ideologias partilhadas pelas populações do Neolítico final e Calcolítico desta região. Essa ideologia destacaria progressivamente a importância das lideranças sociais e políticas masculinas (Santos and Rey 1997). Porém, fazem uma distinção cronológica entre a arte megalítica, que seria *mais antiga*, e a arte de ar livre, *mais recente*, fazendo derivar, ao contrário de P. Bueno e R. Balbin, a segunda da primeira. Devemos referir, em contraponto a esta ideia o facto de Pena Santos e Manuel Rey terem utilizado exemplos de arte esquemática de ar livre datada pelo menos do 5º milénio AC no caso da Fraga d’Aia (Sanches 1997)¹⁴ e do 5º ou início do 4º mil., no abrigo 2 do Regato das Bouças (Sanches 2002). Estaríamos assim, na arte de ar livre do NW e na arte dos seus dolmenes, perante fenómenos “artísticos” aproximadamente contemporâneos e não cronologicamente distintos (Sanches, 2002). Ambos materializariam diferentes contextos de acção (agency)

¹⁴ Estes autores citam a cena de caça de Fraga d’Aia cuja cronologia se situa ente o 6º e o início do 4º mil. AC (Sanches, 1997).

criados pelas comunidades pré-históricas regionais que são documentadas pela arqueologia desde o neolítico antigo regional (início do 5º mil. AC) à Idade do Bronze inicial (meados do 2º mil. AC).

A nossa discussão, encetada em textos imediatamente anteriores (Sanches, 2005; 2006), segue de perto as propostas de V. O. Jorge (1997) e foca somente a arte dos dolmenes do NW da península Ibérica no pressuposto de que teria existido uma articulação dinâmica entre os grafismos e a construção arquitectónica, e essa articulação processa-se durante a construção, a utilização e o encerramento dos monumentos. Partiu de uma análise caso a caso e só valorizou os motivos e organizações decorativas caso fosse possível relacionar-los fisicamente e de forma precisa com o espaço e a arquitectura do interior e exterior dos monumentos. Numa análise fenomenológica do espaço interior, concluímos que os motivos e as arquitecturas obedeciam a um mesmo programa construtivo, iconográfico e ritual, sendo que os grafismos eram utilizados em certas partes do interior do monumento de modo a hierarquizar o seu espaço interno com vista à realização de rituais específicos (Sanches 2006). Nessa abordagem a análise da facilidade ou dificuldade de movimentação através das câmaras e corredores permitiu uma valorização diferenciada dos motivos em cada monumento. Quer dizer, por detrás duma eventual mitografia partilhada a nível local e/ou regional, cada monumento teria sido concebido com uma intenção cerimonial específica. Essa intenção foi “lida” somente através da relação entre os espaços e as iconografias, faltando, como sempre frisámos, uma articulação estreita daquelas com os “depósitos” de memórias (sob a forma de cadáveres e/ou de artefactos e objectos diversos).

Dada a importância dos eixos de entrada dos monumentos (relativamente às suas câmaras), investigámos também se a variação da entrada do sol nascente se relacionava de algum modo com o calendário solar pois que os esteliformes em geral (ou seja, eventuais figuras solares) são dos motivos mais correntes na arte dos dolmenes desta região. Complementarmente estes motivos tanto aparecem na laje de cabeceira como nas metades esquerda e direita das câmaras sugerindo alguma ligação conceptual entre os dolmenes e as posições que o sol adquire ao entrar nestes ao longo do ano. Também investigámos se tais motivos solares poderiam ser iluminados directamente pelo sol em algum momento do ano nas câmaras abertas ou precedidas de vestíbulo¹⁵.

Relativamente ao calendário solar verificámos que em 59% dos casos as entradas se voltavam para os pontos equinociais (35%) ou para os solsticiais (24%), embora em 41% dos casos não se encaixassem em qualquer posição específica. Porém, considerando esta estatística, assumimos que o calendário solar poderia ter tido um papel importante na maioria dos “programas” construtivos. No que respeita à iluminação natural da iconografia concluímos que, *após a colocação da tampa da câmara e do corredor*, nenhum motivo se relaciona com a luz solar. Deste modo, todos os motivos terão sido concebidos ou para serem observados na obscuridade ou mesmo na escuridão.

Neste texto desenvolvemos basicamente duas ideias.

A primeira é a de que a construção de monumentos megalíticos no NW da Península Ibérica deve ser entendida simultaneamente como um processo de manutenção social da ordem estabelecida, e da alteração dessa mesma ordem. Esta ordem diz respeito também à diferenciação social, embora não estejamos em condições de definir segmentos sociais ou grupos específicos (de idade, de género, de eventuais linhagens) na tomada de decisões relativamente ao modo como as diferentes práticas se realizam. A tónica é colocada não no monumento como forma arquitectónica final, completa e acabada, pronta a “usar” – um dólmen no interior de uma mamoa destinado ao enterramento e a outros rituais –, mas no processo construtivo que pode ter durado vários meses ou até, eventualmente, mais do que um ano. Apresentámos como “case-study” o processo de construção-utilização-encerramento do dólmen do Castelo 1, mas poderíamos ter acrescentado

¹⁵ Pois as de corredor são naturalmente escuras (porque herméticas).

muitos outros casos que mostram de que modo os diferentes segmentos sociais duma comunidade podem ter participado de modo diferenciado na construção ritualizada de um monumento e mesmo na tomada de decisões quanto aos motivos que poderiam ser aí inseridos nas suas diferentes fases.

A segunda ideia é a de que não defendendo como pressuposto uma unidade gráfica e simbólica na arte dolmênica do NW da Península Iberica, necessitávamos de tornar mais precisas certas ideias. Estas ideias referem-se à procura de articulação dinâmica, estrutural, entre motivos e arquiteturas megalíticas neste espaço geográfico (segundo uma análise estruturalista) e, dependendo estreitamente dessa articulação, à percepção dos diferentes graus de partilha (ou de não partilha) de cenografias e de motivos entre comunidades que constroem dolmenes nas diferentes subregiões do NW peninsular. Concluimos que a arte megalítica reflecte um processo dinâmico de criação e re-criação contínua de histórias mitográficas (genealógicas) locais que integram em diferentes graus tradições genealógicas presentes em regiões vizinhas ou em regiões mais afastadas (que estudámos somente adentro do NW peninsular). Essa tradição *se for entendida como estando presente em todo o espaço do NW peninsular*, pode ser observada (1) na organização decorativa geometrizarante da maioria dos dolmenes, (2) na decoração mais rica da laje de cabeceira, (3) na colocação da maior diversidade de motivos no lado esquerdo das câmaras, (4) na utilização de motivos paradigmáticos – “Bandas de linhas serpentiformes/ziguezague embutidas”, “o Objecto” – que ocupam qualquer posição no interior dos dolmenes, e (5) no uso de outros motivos que, pelo contrário, tem na arquitectura interna uma posição fixa, determinada – “Pele esticada/figura antropomórfica”, “Linhas serpentiformes/ziguezague não embutidas”. Os restantes motivos e organizações de motivos do “index” megalítico do NW peninsular sobrevalorizam ora as tradições ou genealogias partilhadas por populações em regiões mais alargadas, ora em regiões mais restritas. A questão da escala geográfica de análise é importante na medida em que adentro de algumas regiões surgem motivos insistentemente utilizados: Ancoriforme, Us e Vs simples, Esteliformes variados, quadrados/rectângulos simples, Figuras trapezoidais, Báculos, Antropomorfos fálcos, sendo que alguns destes (Figuras trapezoidais, Báculos, Esteliformes e Antropomorfos fálcos) ocupam sempre o mesmo lugar dentro do dólmen.

Nesta análise também foi possível distinguir a criação de tradições locais através (i) do uso nalguns dolmenes de motivos distintos dos de outras regiões (Arco, Figuras zoomórficas, Cervídeo com armação, Placa, Oculado, Bandas verticais de triângulos/losangos), ou (ii) através de “excertos mitográficos” que se revelam somente em duas regiões: na área em torno da cidade de Viseu com 2 tipos de composições/associações e na área situada a sul da cidade da Coruña, com uma nova composição.

A comunicação, interacção física e partilha identitária ou genealógica pontual entre comunidades neolíticas do Noroeste, mesmo situadas em regiões distantes, pode ser percebida também através do uso dos motivos “Banda horizontal de triângulos/losangos” (reticulado) e do motivo “Dentes de lobo”, que se encontram em poucos dolmenes mas estes dolmenes ocupam regiões geográficas muito afastadas entre si – região de Viseu e região da Coruña/Oviedo.

A despeito do que atrás expusémos, incidimos de novo numa ideia. Esta ideia fixa-se na intenção, objectivos e processo de construção-uso-encerramento de cada monumento peculiar pois este é o *locus* de partilha social onde se joga o jogo da manutenção da tradição e o da mudança.

Cada monumento materializa um “discurso” único que assenta no processo faseado da sua construção e “decoração”, na organização dos seus motivos, e na inserção de motivos peculiares que provavelmente provém doutros contextos de acção comunitárias, como locais com arte de ar livre, danças, decorações cerâmicas, etc. (por ex. “Pente/fig.antropomórfica”, “espinha de peixe” e esteliformes inscritos, que se registam nos dolmenes da região de Viseu).

BIBLIOGRAFIA

- BALBÍN BEHRMANN, R. e BUENO RAMIREZ, P. (2000) – La grafia megalítica como factor para la definición del território, *ARKEOS*. CEIPHAR, Tomar, 10, p. 139-178.
- BAPTISTA, A. M. (1997) – Arte megalítica no planalto de Castro Laboreiro (Melgaço, Portugal e Ourense, Galiza), *Brigantium*, La Coruña, 10, p. 191-216 (3º Colóquio Internacional de Arte Megalítico).
- BLAS CORTINA, M. A. (1997) – El arte megalítico en el territorio cantábrico: un fenómeno entre la nitidez y la ambigüedad., *Brigantium*, La Coruña, 10, p. 69-89 (3º Colóquio Internacional de Arte Megalítico).
- BELLO DIEGUEZ, J. M. (1994) – Grabados, pinturas y idolos em Dombate (Cabana, La Coruña). Grupo de Viseu o grupo noroccidental? Aspectos taxonómicos y cronológicos, *O Megalitismo no Centro de Portugal. Estudos Pré-históricos*, Viseu, 2, CEPBA, p. 287-304.
- BELLO DIEGUEZ, J. M. (1996) – Aportaciones del dólmen de Dombate (Cabana, La Coruña) al arte megalítico occidental, *Révue Archéologique de l'Ouest*. Rennes, 8, p. 23-39.
- BOURDIEU, P. (1984) – *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BUENO RAMIREZ, P. e BALBÍN BEHRMANN, R. (2000) – Art mégalithique et art en plein air. Approches de la definition du territoire pour les groupes producteurs de la peninsula ibérique, *L'Anthropologie*, Elsevier, 104, p. 427-458.
- BUENO RAMIREZ, P. e BALBÍN BEHRMANN, R. (2003) – Una geografia cultural del arte megalítico ibérico: las supuestas áreas marginales, in BALBIN R. & BUENO RAMIREZ, P., eds., *El Arte Prehistorico desde los Inicios del Siglo XX*, Asociación Cultural Amigos de Ribadesella, p. 291-313.
- BUENO RAMIREZ, P. e BALBÍN BEHRMANN, R. (2006) – Arte parietal megalítico en el Noroeste Peninsular, in CARRERA, F. E FÁBREGAS, R. Eds., *Arte Parietal en el Noroeste Peninsular. Conocimiento y Conservación*, Santiago de Compostela: Tórculo Editións, p. 153-212.
- BRADLEY, R. (1997) – *Rock Art and the Prehistory of Atlantic Europe. Signing the Land*, London and New York, Routledge.
- CARRERA, F. (2005) – El Arte Parietal en Monumentos Megalíticos del Noroeste Peninsular: Dimensión del Fenómeno y Propuestas de Conservación, PhD. Dissertation, Univ. Nacional de Educación a Distância (Cd. Edition).
- CARRERA, F. (2006) – Arte parietal en monumentos megalíticos fel área noroccidental peninsular, in CARRERA, F. E FÁBREGAS, R. Eds., *Arte Parietal en el Noroeste Peninsular. Conocimiento y Conservación*, Santiago de Compostela: Tórculo Editións, p. 61-151.
- CORBET, R.; LAYTON, R.; TANNER, J. (2006) – Archaeology and Art, in BINTLIFF, J. Ed., *A Companion to Archaeology*, Blackwell Publishing, p. 357-379.
- CUNHA, A. M. L. (1995) – Anta da Arquinha da Moura, Tondela, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, SPAE, 35, 3, pp. 133-151.
- CRUZ, D. J. (1993a) – Monumentos megalíticos do concelho de Fornos de Algodres, *Estudos Pré-históricos*. Viseu, CEPBA, 1, p. 111-112.
- CRUZ, D. J. (1993b) – A Orca doa Juncais (Queiriga, Vila Nova de Paiva, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, Viseu. CEPBA, 1, p. 67-81.
- CRUZ, D. (2001) – *O Alto Paiva: Megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-história Recente*, Coimbra, (PhD) Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CUNHA, A. L. (1995) – Anta da Arquinha da Moura –Tondela, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, SPAE, 35, 3, p. 133-151.
- DERRIDA, J. (1978) – *Writing and Difference*, London, Routledge.
- FABREGAS, R. & VILASECO, X. I. (2006) – En torno al megalitismo gallego, in CARRERA, F. E. FÁBREGAS, R. Eds., *Arte Parietal en el Noroeste Peninsular. Conocimiento y Conservación*, Santiago de Compostela: Tórculo Editións, p. 9-36.

- GELL, A. (1998) – *Art and Agency, An Anthropological Theory*, Clarendon Press, Oxford.
- GOMES, L. F.; CARVALHO, P. S.; MARRAFA, J. (1998) – O dólmen de Areita (S. João da Pesqueira), *Estudos Pré-históricos*, Viseu, CEPBA, 6, p. 243-248.
- GONÇALVES, A. H. B. e CRUZ, D. (1994) – Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real), *Estudos Pré-históricos*, Viseu, CEPBA, 2, p. 171-231.
- INGOLD, T. (2000) – *The Perception of the Environment. Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*, Routledge.
- JORGE, V. O. (1997) – Jorge, V. O. (1997) – Questões de interpretação da arte megalítica, *Brigantium*, La Coruña, 10, p. 47-65 (3º Colóquio Internacional de Arte Megalítico).
- LAYTON, R. (1991. 2ª) – *The Anthropology of Art*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LEISNER, G. (1934) – *Die Malerein des dolmen Pedra Coberta*, I.P.E.K., IX.
- LEROI-GOURHAN, A. (1971) – *Pré-histoire de l'Art Occidental*, Paris, Lucien Mazenod eds.
- MORPHY, H. (1994) – The anthropology of art, in INGOLD, T. ed., *Companion Encyclopedia of Anthropology*, London and New York, Routledge, p. 648-685.
- PENA SANTOS, A. and REY GARCIA, M. (1997) – El arte parietal megalítico y Grupo Galaico de arte rupestre: una revisión crítica de sus encuentros y desencuentros en la bibliografía arqueológica, *Brigantium*, La Coruña, 10, p. 301-331 (3º Colóquio Internacional de Arte Megalítico).
- ROSAS, L. (2007, no prelo) – A representação de São Cristóvão na pintura mural portuguesa dos finais da Idade Média: crença e magia, *Actas da 11ª Mesa Redonda da Primavera*, Porto, DCTP-FLUP, Edições Afrontamento.
- SANCHES, M. J. SILVA, M. S. e BOTELHO, I. J. (1990-91) – Mamoa 1 da Pedreira, S. Pedro de Vale do Conde-Marmelos, Mirandela (Escavação de emergência), Portugal, Porto, IAFLUP, nova série, 9, p. 39-50.
- SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (O abrigo do Buraco da Pala no Contexto Regional)*, Porto, SPAE.Textos.
- SANCHES, M. J. (2002) – Spaces for social representation, choreographic spaces and paths in the Serra de Passos and surrounding lowlands (Trás-os-Montes, northern Portugal) in late prehistory, *ARKEOS*, Tomar, CEIPHAR, 12, p. 65-105.
- SANCHES, M. J. (2005) – *Dolmenes com Iconografia do Noroeste da Península Ibérica. Reordenação descritiva dos espaços, das composições e dos motivos do espaço interno*, Lição de Síntese apresentada como Prova de Agregação ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Univ. do Porto. Policopiada, 64 págs. (Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- SANCHES, M. J. (2006) – Passage-graves of Northwestern Iberia: setting and movements. An approach to the relationship between architecture and iconography, *Journal of Iberian Archaeology*, Porto.
- SANCHES, M. J. (2009, no prelo) – The inner scenography of decorated Neolithic dolmens in Northwestern Iberia: an Interplay between broad community genealogies and more localized histories, in Ana M. S. Bettencourt, M. Jesus Sanches, Lara B. Alves & Ramón Fábregas Valcarce (eds.), *Spaces and Places for Agency, Memory and Identity in prehistory and protohistory*, Proceedings of the 15th Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences, Lisbon, September.
- SANCHES, M. J., NUNES, S. B. and SILVA, M. S. (2006) – A Mamoa 1 do Castelo (Jou)- Murça (Trás-os-Montes), Resultados dos trabalhos de escavação e de restauro dum dólmen de vestíbulo, Portugal, n.º 26, Porto, DCTP-FLUP, pp. 5-47.
- SANTOS, F. S.; PERPÉTUO, J. M.; SANTOS, A. T.; GOMES, F. C. (2009, no prelo), Chã Redondo's dolmen 2 (Sever do Vouga, Aveiro), a monument with iconographies. Digging and restoration works preliminary results, in Ana M. S. Bettencourt, M. Jesus Sanches, Lara B. Alves & Ramón Fábregas Valcarce (eds.), *Spaces and Places for Agency, Memory and Identity in Prehistory and Protohistory*, Proceedings of the 15th Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences, Lisbon, September.

SILVA, A. M. (1995) – Restos humanos da Arquinha da Moura, Estudos Pré-históricos, Viseu, CEPBA, 3, p. 141-150.

THOMAS, J. (1996) – *Time, Culture & Identity. An Interpretative Archaeology*, London and New York, Routledge.

VILAÇA, R. e CRUZ, D. J. (1990) – *A Casa da Orca da Cunha Baixa (Mangualde)*. Mangualde, “Terras de Azurara e Tavares”, Câmara Municipal de Mangualde, n.º 2.

ANEXO 1 – LEGENDA DA FIG. 2

Representação esquemática do processo de construção-uso-encerramento da Mamoa do Castelo 1 (Jou, Murça). 1 e 2 – Demarcação da área subcircular da base do *tumulus* através da realização de fogueiras e da deposição de cristais de quartzo bem como de outras peças líticas talhadas. Implantação no solo da laje de cabeceira que contém gravuras na sua parte posterior (após a construção do *tumulus* estas gravuras ficariam escondidas). A construção pode ter-se iniciado, alternativamente, pela implantação da laje de cabeceira, a que se seguiria a marcação da área destinada à construção da mamoa. 3 – Implantação do ortostato de quartzo alaranjado do lado direito da laje de cabeceira. Este ortostato é uma estela antropomórfica. 4 – Continuação da construção da estrutura vertical da câmara e do vestíbulo e sua contrafortagem pétreia. Esta contrafortagem com pedras foi acompanhada da realização de fogueiras e da deposição de artefactos. 5 – Construção do *tumulus* em argila e delineamento do corredor intratumular em argila bem como do átrio. 6 – Consolidação da mamoa em argila através da realização de novas fogueiras, seguida da edificação da couraça periférica do *tumulus*. À medida que a couraça ia sendo assente, realizavam-se novas fogueiras sobre cada camada de pedras. Colocação da tampa, sendo provavelmente deslocada por sobre a rampa do *tumulus*. Envolvimento de toda a construção em fogo (fogueiras desde a base periférica do *tumulus* até à laje de cabeceira). 7 – Dólmen, *tumulus* e acessos em uso funerário e/ou cerimonial. No átrio foram alinhados seixos negros, fincados na vertical que demarcam formalmente o exterior do interior da construção. 8 – Encerramento intencional do monumento. Foi feito através da realização alternada de fogueiras no vestíbulo e no corredor intratumular (e provavelmente na câmara) e da colocação de grandes blocos de quartzo formados de cristais. (Sanches, *et. al.*, 2006).

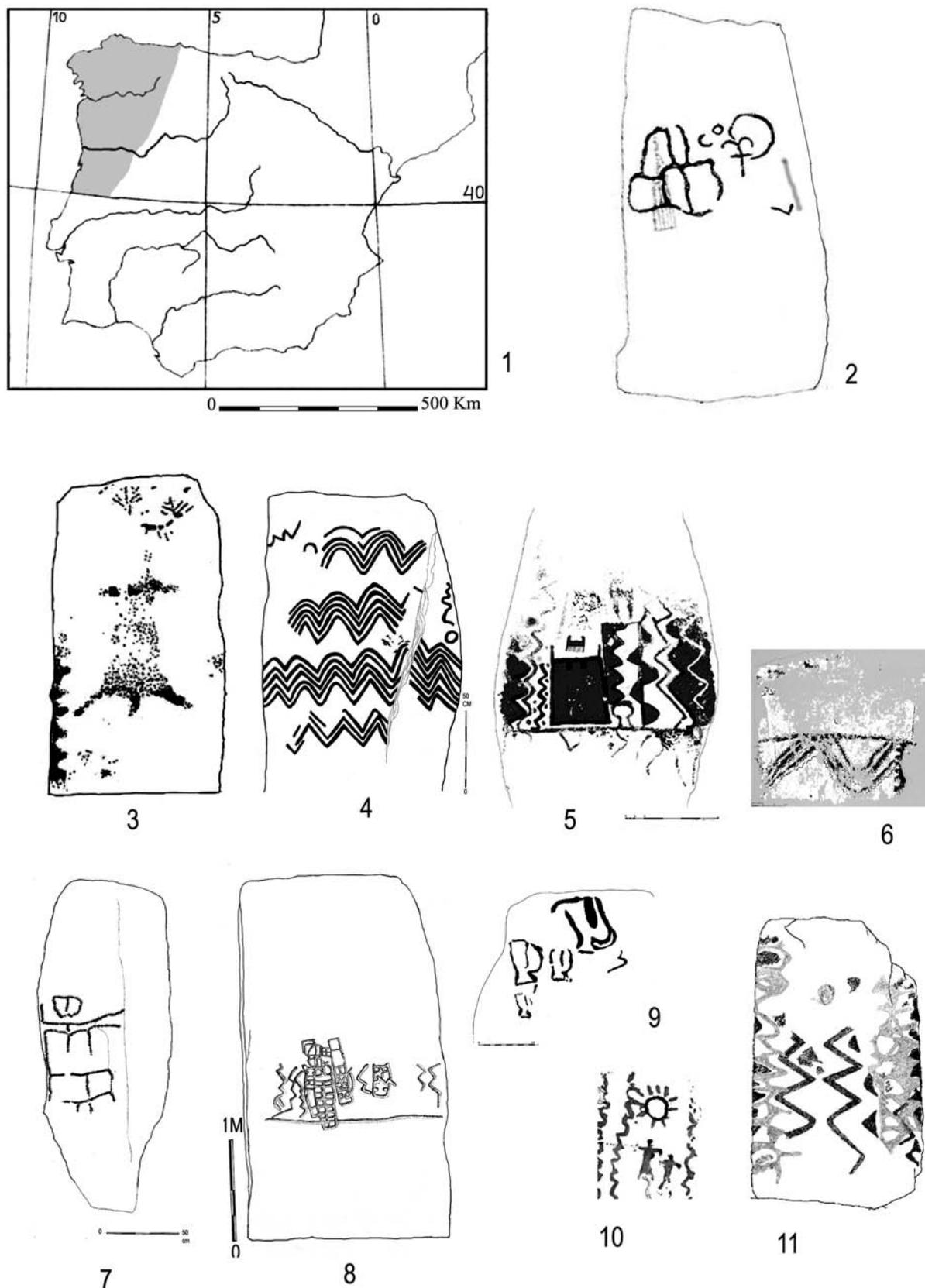


Fig. 1 - 1. Indicação, a cinzento, do Noroeste da Península Ibérica. Lajes de cabeceira de alguns dolmenes; 2. Madorras 1 (Vila Real); 3. Orca dos Juncais (Viseu); 4. Portela do Pau 2 (V. Castelo); 5. Antelas (Viseu); 7. Picoto do Vasco (Viseu); 8. Areita (Viseu); 9. Chã de Parada 1 (Porto); 11. Capilla Sta Cruz (Oviedo). Corredor: 6. Dombate (Coruña). 10. Esteio do dólmen Padrão (Porto)

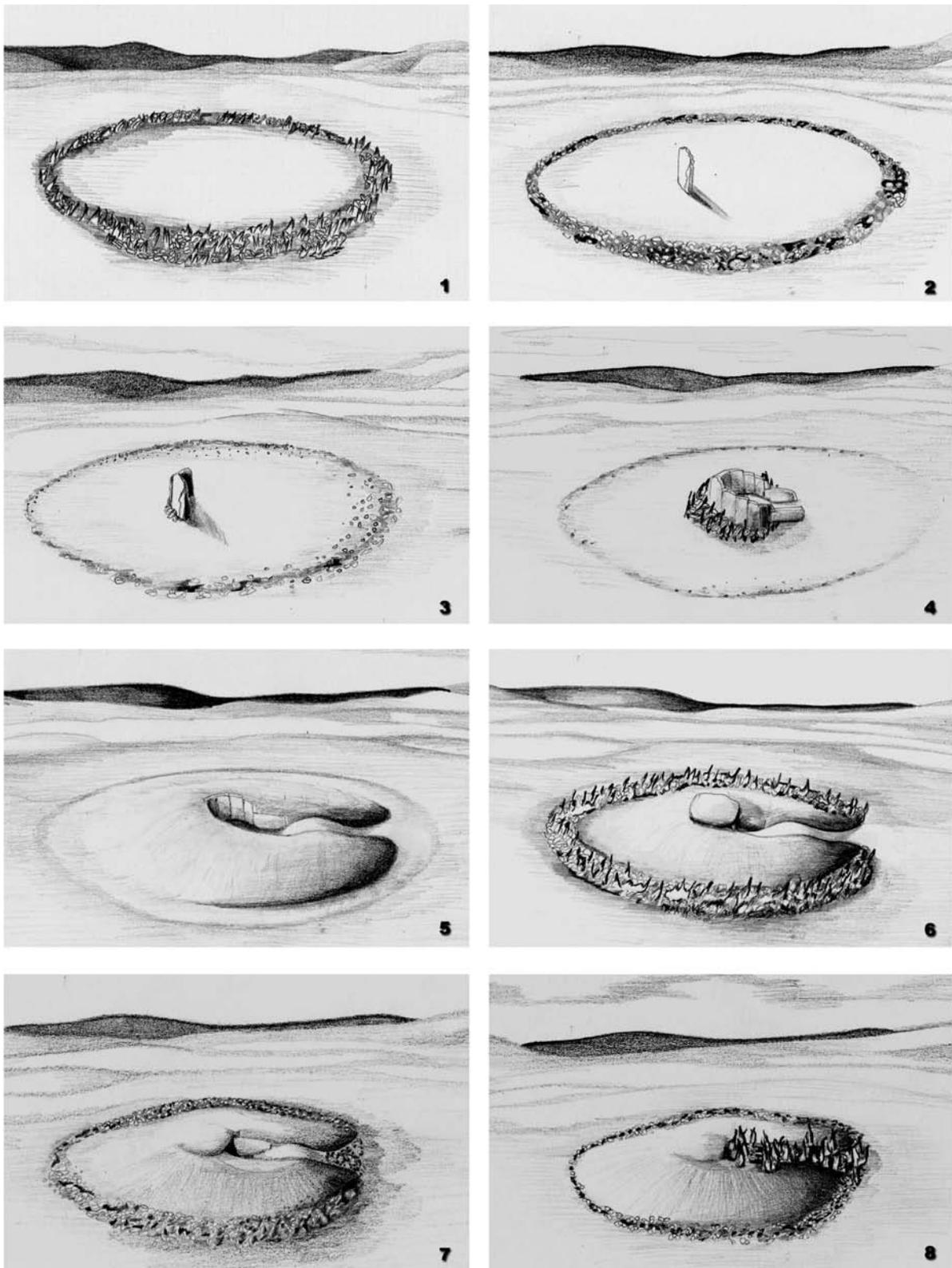


Fig. 2 - Representação esquemática do processo de construção-uso-condenação da Mamoa do Castelo 1 (Jou, Murça) (a legenda desenvolvida encontra-se no anexo 1) (Desenho de Dulcineia Pinto baseado nos documentos da escavação) (Sanches *et. al.*, 2006)

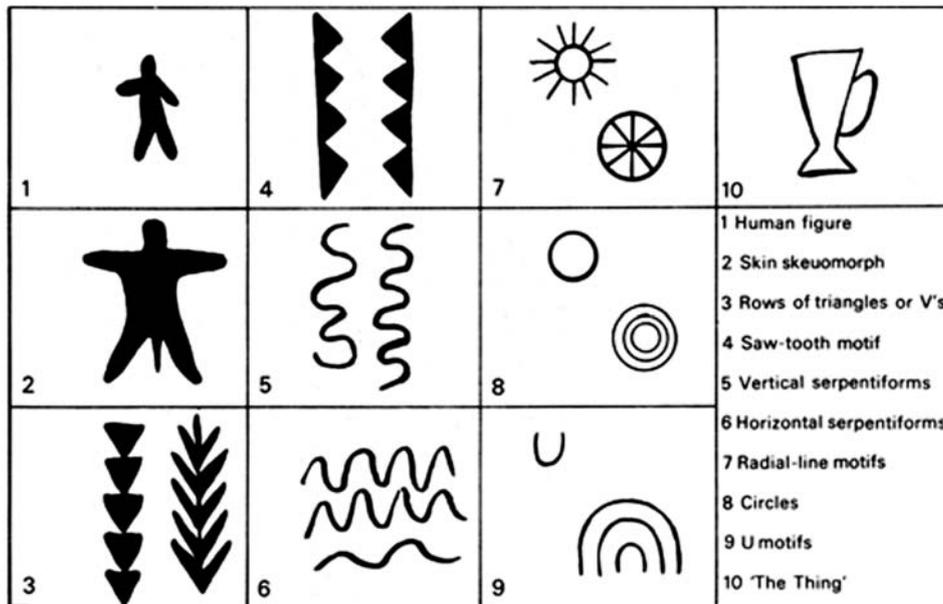


Fig. 3 - A. Motivos característicos da arte megalítica do NW seg. E. Shee (1981)

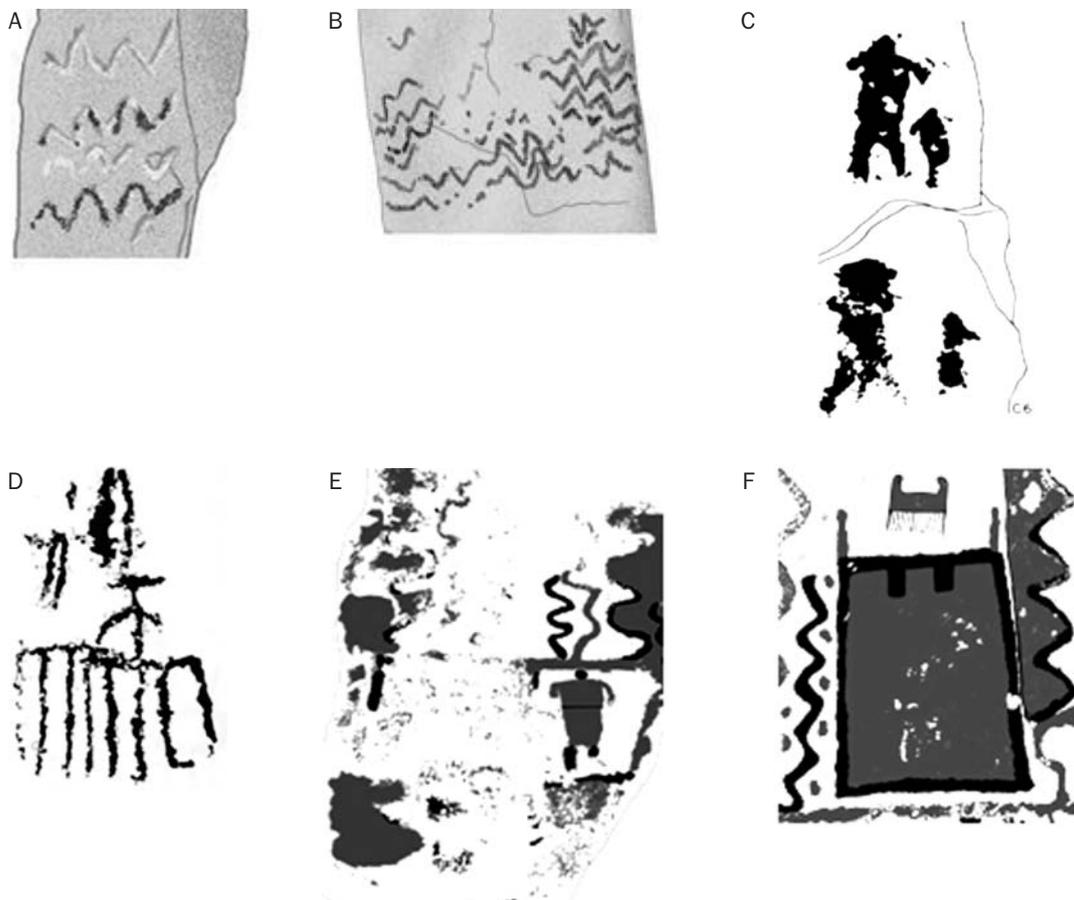


Fig. 4(a) - Configuração que alguns motivos assumem nos esteios/lajes de cabeceira – A. Dólmen do Juncal/Aveiro (gravura e pintura a vermelho e branco) (Carrera, 2005); B. Forno dos Mouros/Coruña (pintura a vermelho e preto com fundo branco) (Carrera, 2005); C. Orca do Tanque/Viseu (pintura a vermelho) (Shee, 1981); D. Dólmen do Picoto do Vasco, V. N. Paiva/Viseu (gravura) (Cruz, 2001); E e F. Antelas/Viseu (E – pintura a vermelho e preto com fundo branco) (Os desenhos de Antelas foram cedidos gentilmente por Domingos Cruz)

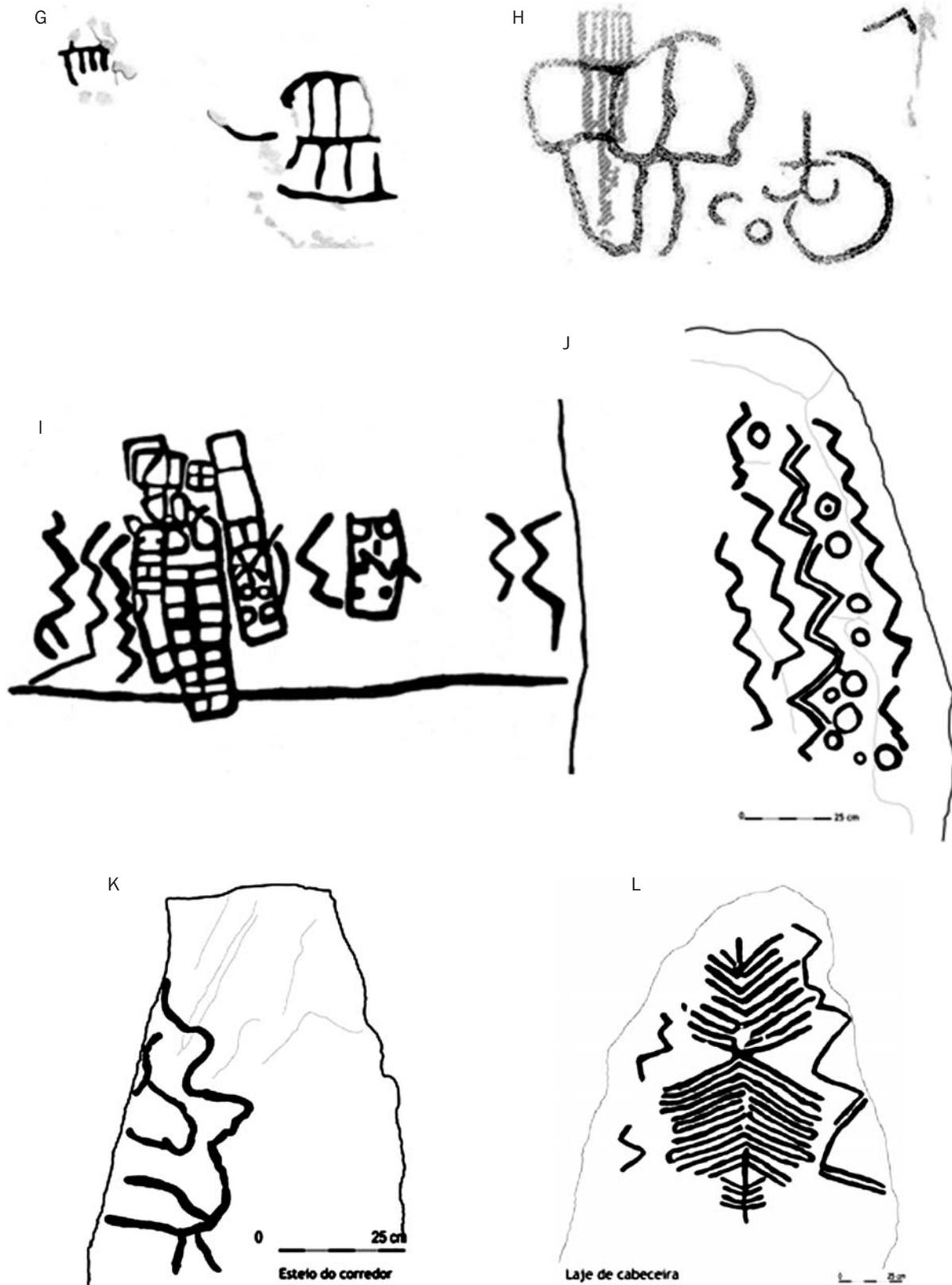


Fig. 4(b) - Configuração que alguns motivos assumem nos esteios/lajes de cabeceira (cont.). G. Casa da Orca da Cunha Baixa/Visu (gravura) (Cruz & Vilaça, 1989); H. Madorras 1/Vila Real (pintura a preto e gravura) (Cruz & Gonçalves, 1994); I. Dólmen de Areita/Guarda (gravura) (Gomes, Carvalho e Marrafa, 1998); J, K e L. Dólmen de Chão Redondo 2 (gravura) (Santos, Perpétuo e Santos, no prelo)

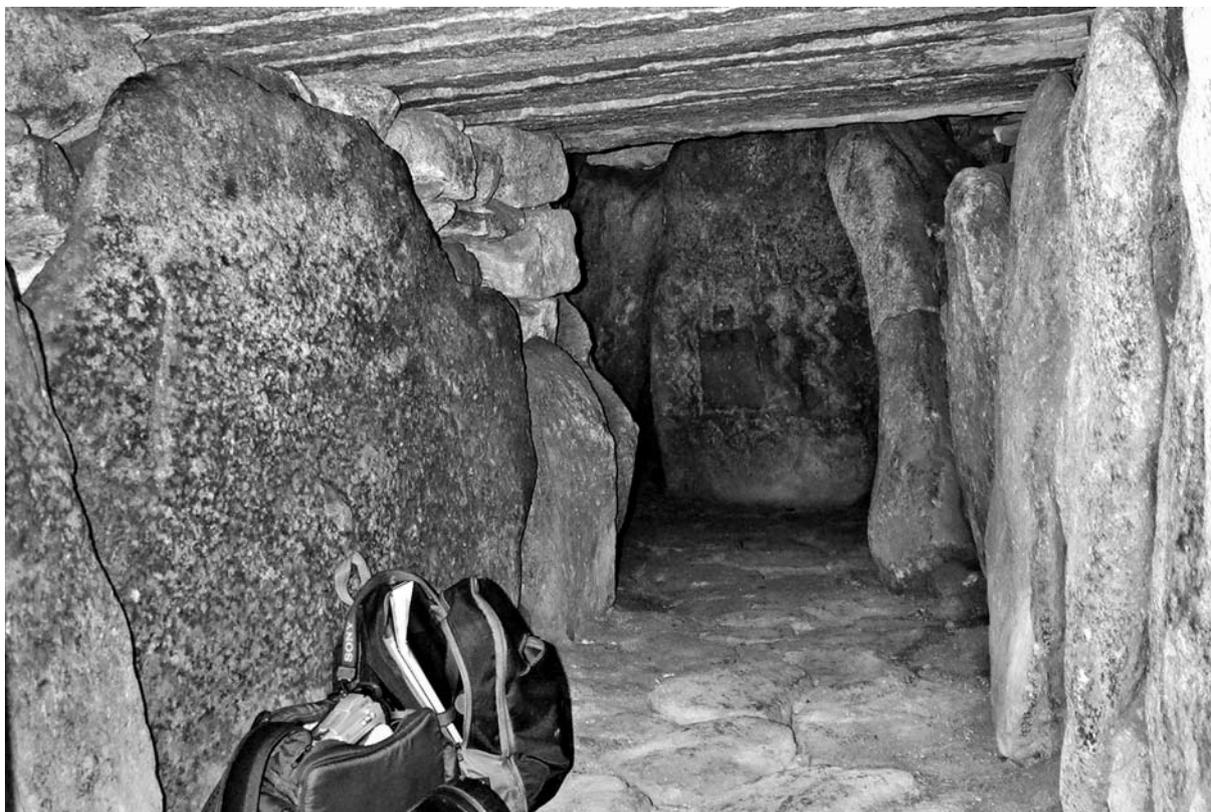
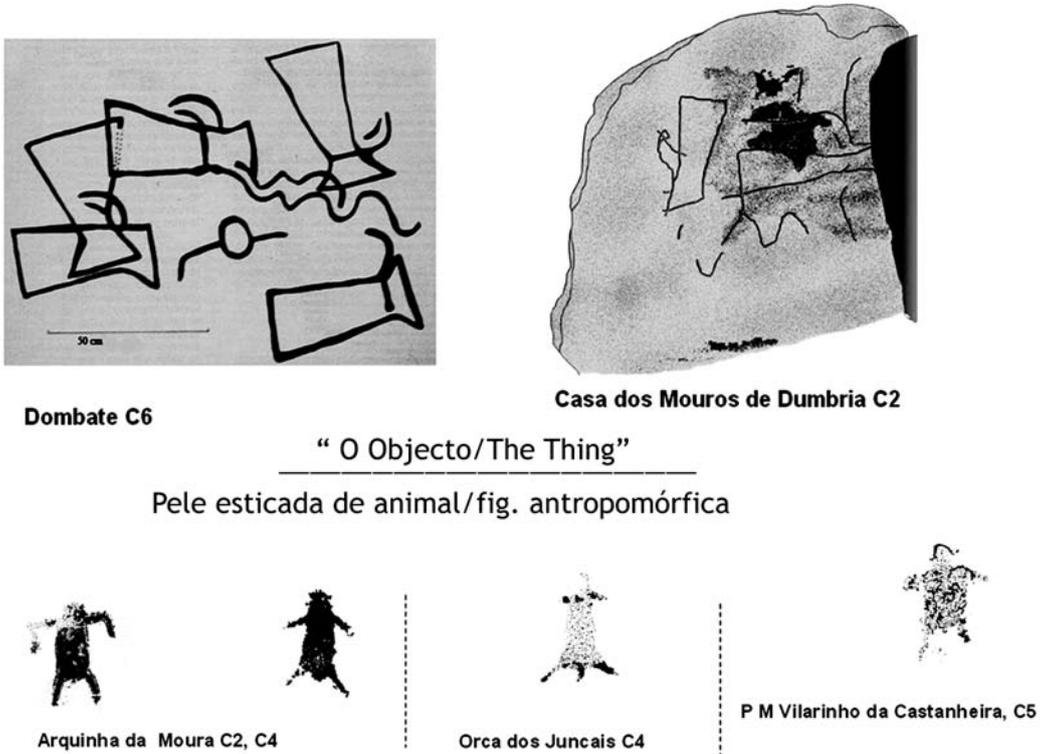


Fig. 5 - Interior do dólmen de Antelas (Oliveira de Frades, Viseu)

Fig. 6 - Interior do dólmen de Arquinha da Moura (Tondela, Viseu)



Fig. 7 - Pormenor da parte central da laje de cabeceira do dólmen de Antelas (pintura)



Dombate C6

Casa dos Mouros de Dumbria C2

“ O Objecto/The Thing”

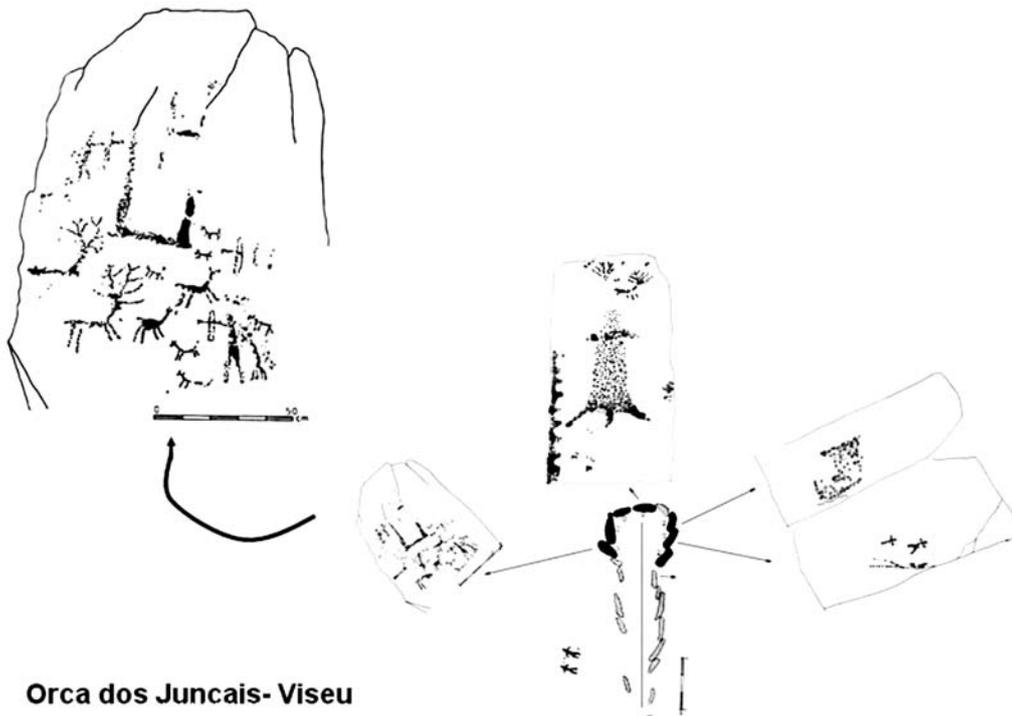
Pele esticada de animal/fig. antropomórfica

Arquinha da Moura C2, C4

Orca dos Juncals C4

P M Vilarinho da Castanheira, C5

Fig. 8 - Dois motivos exclusivos da arte megalítica: O Objecto e a Pele Esticada de animal/Figura antropomórfica. Mostram-se ainda duas composições “animadas”, similares entre si que figuram em dois dolmenes geograficamente vizinhos (Coruña). Domina aí o motivo “O Objecto” (Dombate: seg. Bello 1994, 1996; Casa dos Mouros: seg. Carrera, 2005)



Orca dos Juncals- Viseu

Fig. 9 - Representação da planta (simétrica) e dos motivos/composições do interior da câmara e corredor longo do dólmen “Orca dos Juncals”, Viseu (com base em Shee, 1981) (Pintura a vermelho)

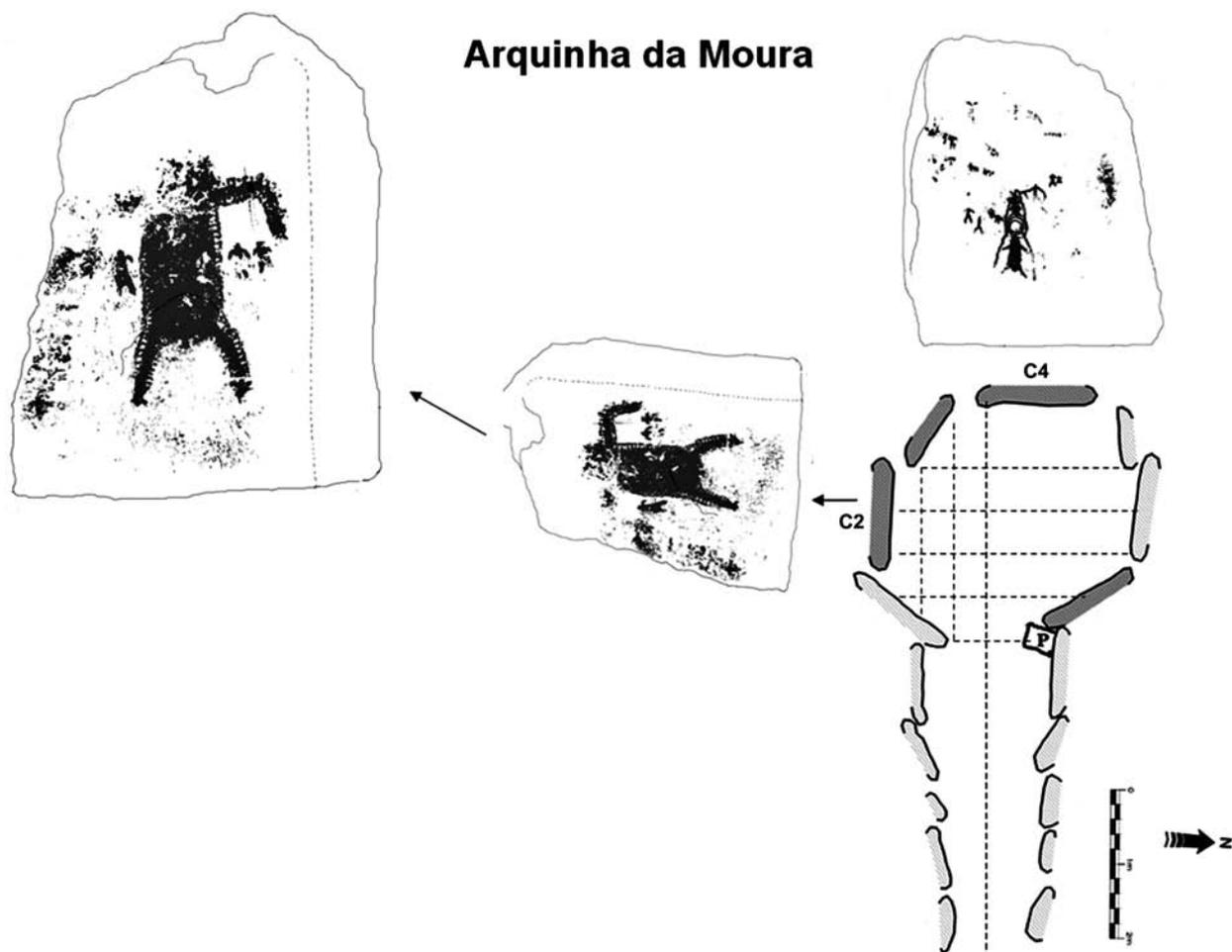


Fig. 10 - Representação da planta (dissimétrica) e dos motivos/composições do interior da câmara do dólmen de Arquinha da Moura – Tondela, Viseu (com base em Cunha, 1995 e em Carrera, 2005) (pintura a vermelho)

Casa da Orca da Cunha Baixa -Mangualde

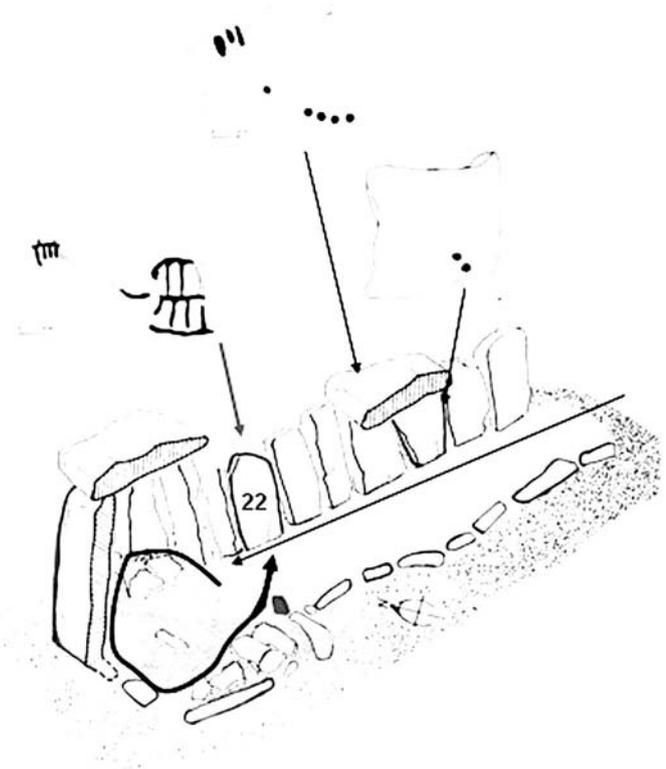


Fig. 11 - Representação da planta (simétrica) e dos motivos/composições do interior e exterior do corredor longo do dólmen Orca da Cunha Baixa-Mangualde, Viseu (com base em Cruz & Vilaça 1989). Fotos do interior da câmara (em baixo) e do exterior da câmara/corredor do mesmo monumento (Gravura no corredor e pintura a vermelho na câmara; esta ultima não é aqui representada)

Dólmen de Chã de Parada 1- Baião

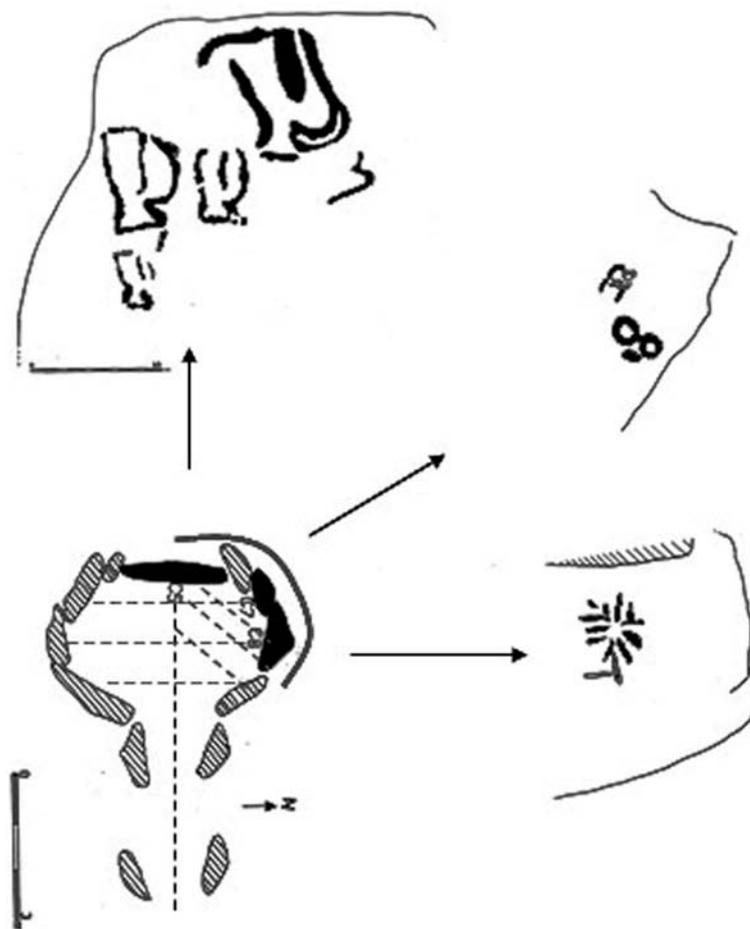


Fig. 12 - Representação da planta (simétrica) e dos motivos/composições do interior da câmara do dólmen de Chã de Parada 1-Baião, Porto Viseu (com base em Shee, 1981) (Gravura)

Forno dos Mouros-Coruña

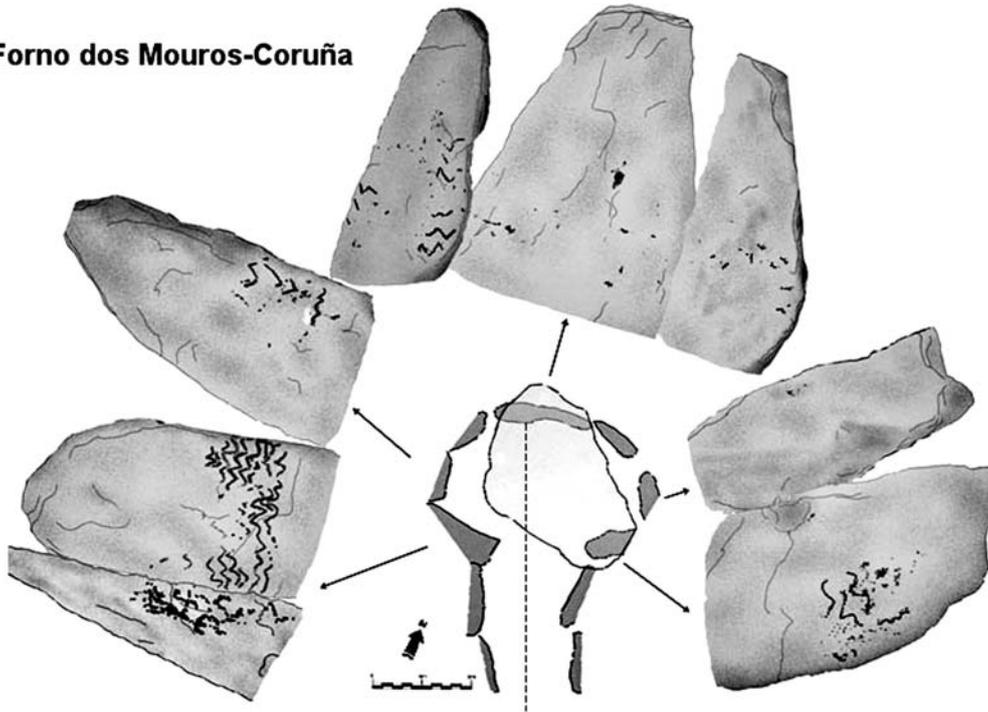


Fig. 13 - Representação da planta (dissimétrica) e dos motivos/composições do interior da câmara do dólmen Forno dos Mouros, Coruña (com base em Carrera, 2005) (Pintura a vermelho e preto sobre fundo branco)

Portela do Pau 2- Melgaço

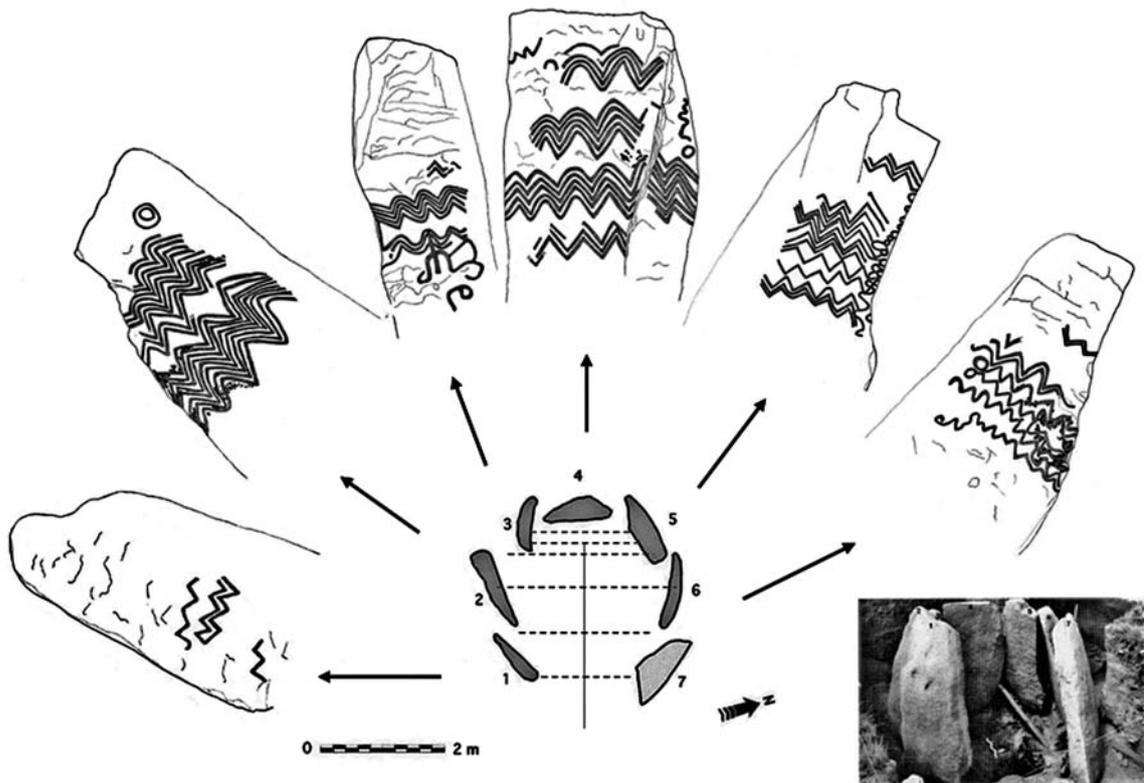
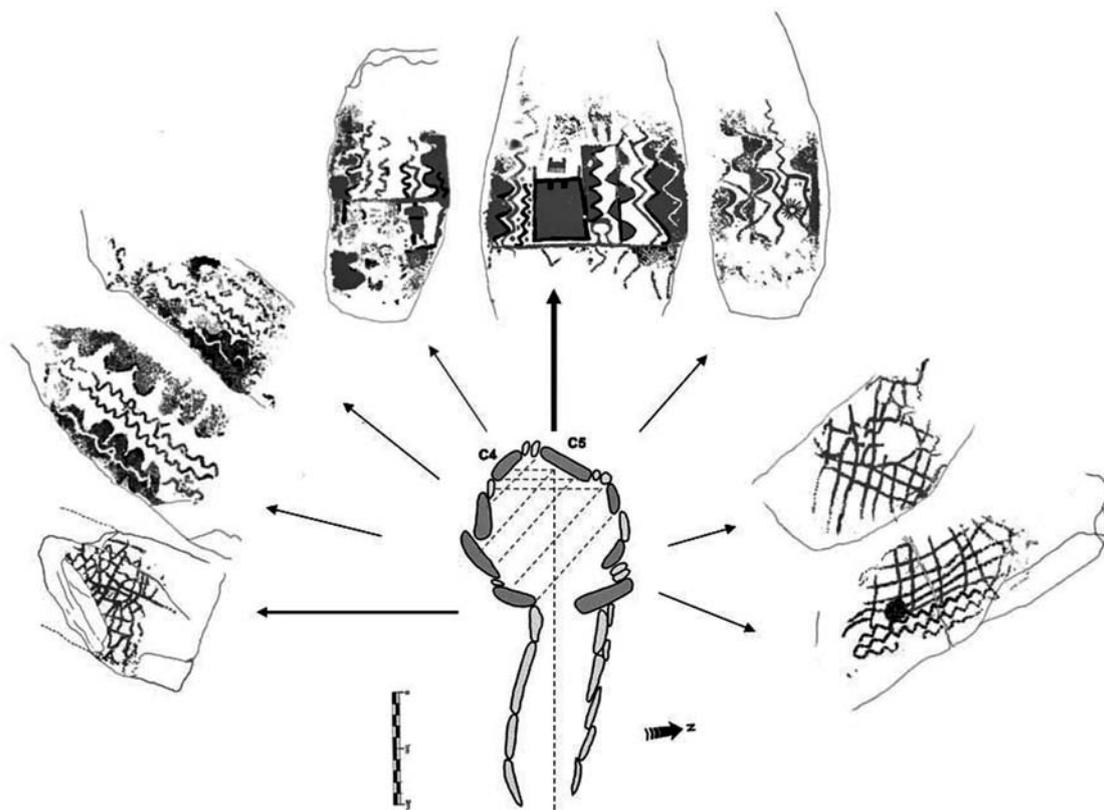


Fig. 14 - Representação da planta (simétrica) e dos motivos/composições do interior da câmara do dólmen de Portela do Pau 2-Melgaço, Viana do Castelo (com base em Jorge *et. al.*, 1997) (Gravura e pintura a preto)



Antelas-Oliveira de Frades

Fig. 15 - Representação da planta (dissimétrica) e dos motivos/composições do interior da câmara do dólmen de Antelas-Oliveira de Frades, Viseu (montagem com imagens gentilmente cedidas por Domingos Cruz) (Pintura a vermelho e preto sobre fundo branco)



Fig. 16 - Aspecto da Mamoa (com dólmen gravado) de Alto das Madorras 7 – Murça, Vila Real

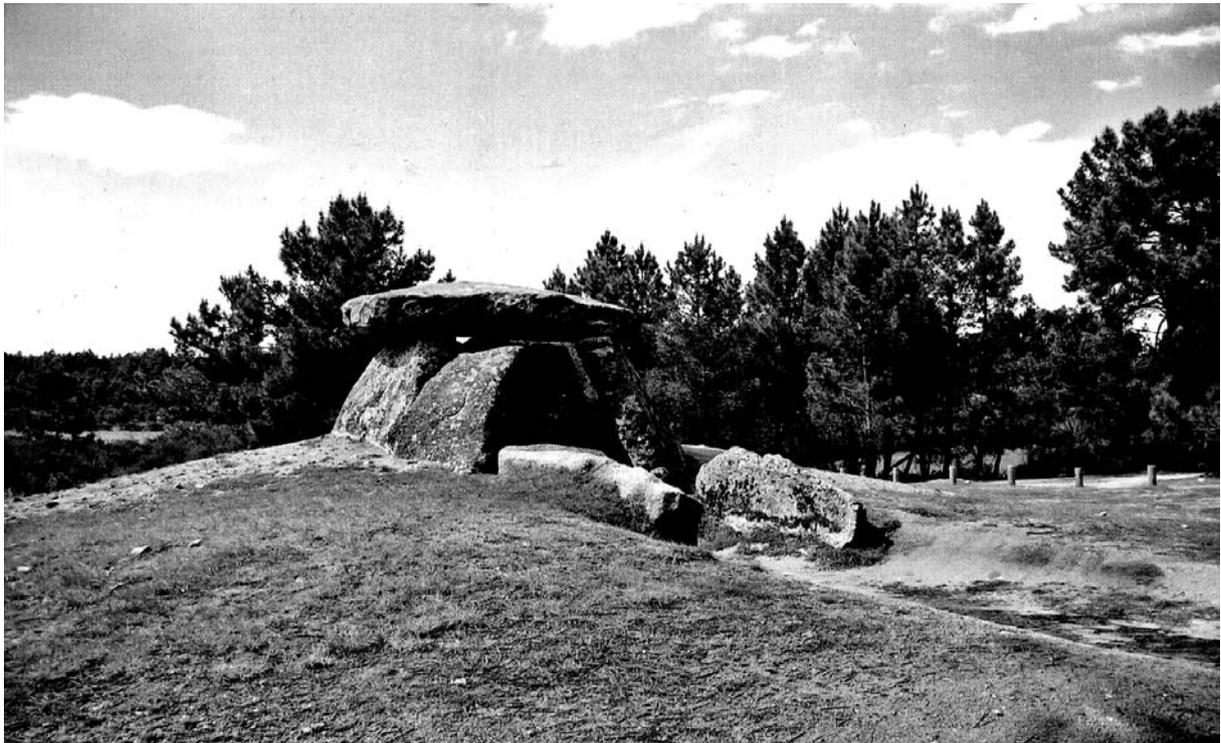


Fig. 17 - Aspecto do Dólmen da Fonte Coberta da Chã de Alijó-Alijo, Vila Real (Câmara com gravuras e pinturas a vermelho)

CASTANHEIRO DO VENTO (HORTA DO DOURO, VILA NOVA DE FOZ CÔA). ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DO DISPOSITIVO ARQUITECTÓNICO

Ana Margarida Vale*

RESUMO:

Este texto pretende reflectir acerca dos dispositivos arquitectónicos detectados no sítio arqueológico de Castanheiro do Vento, a partir da análise de duas estruturas específicas, consideradas enquanto exemplos paradigmáticos (segundo Agamben, 2000), e explorando dois conceitos: imersão e movimento.

Palavras-chave: Castanheiro do Vento, Arquitectura, Pré-história recente

ABSTRACT:

This paper aims to reflect upon the architectonic devices present in the archaeological site of Castanheiro do Vento. In this way two particular structures will be considered as paradigmatic examples (after Agamben, 2000), and two concepts will be highlighted: immersion and movement.

Key-words: Castanheiro do Vento, Architecture, Late Neolithic

toda a paisagem é pré-histórica,
isto é, é anterior ao nosso entendimento
à nossa razão de pobres contemporâneos,
colados ao acontecimento.
está cheia de volumes,
e quem nela se perdesse poderia talvez encontrar
lânguidas tentativas de abraços,
formas do terreno se antropomorfizar,
de nos apelar de novo à confusão perdida.
(Jorge, V. O., 2003: 102)

1. INTRODUÇÃO

As escavações no sítio arqueológico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) iniciaram-se em 1998 coordenadas por Vítor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso e Antó-

* Aluna de Doutoramento FLUP, bolsista FCT, investigadora júnior CEAUCP-CAM (email: ana.m.vale@gmail.com).

nio Sá Coixão, aos quais se vêm associar mais tarde Susana Oliveira Jorge, Leonor Sousa Pereira, Ana Margarida Vale, Gonçalo Leite Velho, Bárbara Carvalho e Sérgio Gomes.

Os trabalhos de escavação permitiram identificar três muretes concêntricos, interceptados por estruturas subcirculares, apelidadas de “bastiões”, e diversas passagens. Estas três linhas parecem delimitar um Recinto Principal, correspondendo sensivelmente à cota mais elevada da colina. Adoçado à primeira linha de murete registou-se um recinto anexo, delimitado por um muro de tendência circular interceptado também por “bastiões” e entradas. As escavações no topo da colina de Castanheiro do Vento registaram ainda um conjunto de estruturas circulares e micro-estruturas. Este dispositivo define até ao momento a morfologia geral do sítio (Fig. 2).

As estruturas identificadas são de base pétre¹ e possuem um forte sistema de contrafortagem (lajes de xisto colocadas perpendicular e paralelamente entre si), elaborado na base das estruturas, de forma a permitir a sua sustentação através de um jogo de forças. As “paredes” deveriam ser construídas em terra crua, o que implicaria a equação de outros materiais (como a água e materiais perecíveis) assim como todo o tempo de construção e manutenção².

As datas de carbono 14 permitem “inserir” o complexo de estruturas sumariamente enunciadas, numa ampla cronologia: de 2875 a 1519 cal BC (81,5% do conjunto das datas disponíveis para o sítio recaem neste intervalo) (Cardoso, 2007: 103).

O termo “arquitectura” tem sido abordado em diversos artigos colectivos (como por exemplo em: Jorge, V. O. *et. al.*, 2006 e Vale, A. M., *et. al.*, 2006) e em trabalhos individuais (Jorge, V. O. 2006 & 2007b; Velho, G. L., 2006; Cardoso, J. M. 2002). Pretende-se com este texto continuar esta linha de investigação, com a consciência da amplitude do conceito e da multiplicidade de perspectivas acerca do mesmo. Neste sentido procurar-se-á uma muito breve revisão de como a palavra “arquitectura” tem sido trabalhada por diversos autores³. Num segundo momento propor-se-á a abordagem de conjuntos de materiais registados durante as escavações de Castanheiro do Vento enquanto exemplos paradigmáticos (segundo Agamben, 2002), que permitem a articulação com outras questões (aqui procederemos ao estudo do “Bastião” A e do “Bastião” S). Nesta análise será sublinhada a impossibilidade de delinear um planeamento ordenado para a compreensão da organização do espaço em Castanheiro do Vento, assim como serão enfatizadas duas palavras chave: movimento e imersão; o movimento enquanto criador de espaços e de múltiplas conexões, e a ideia de imersão no contexto de uma construção que se pressupõe labiríntica.

2. CONSTRUÇÕES DO PASSADO ENQUANTO ESPELHOS DE COMUNIDADES PRETÉRITAS

“We want to know who last sat on that chair? Who lay on this bed? What happened over there? What happened down here? What really happened where? (But do we really want to know?)” (Rendell, 2006: 88)

Susana Oliveira Jorge (2007) na “Introdução” do volume 8 das Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, dedicado ao tema: “A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica”, enuncia um conjunto de características partilhadas pelos os autores que participam na publicação, (à excepção de V. O. Jorge *et. al.*, S. O. Jorge *et. al.*, e M. J. Sanches em alguns aspectos), como a crença na existência de um projecto arquitectónico prévio à execução, e a interpretação do construído enquanto espelho do sistema socioeconómico, político e

¹ Os embasamentos pétreos são elaborados essencialmente com recursos a lajes e blocos de xisto, quartzo e granito em relação com outros materiais como fragmentos cerâmicos.

² Por exemplo, a época das chuvas não é favorável à moldagem em terra crua.

³ A literatura arqueológica consultada para a elaboração deste texto debruça-se essencialmente sobre os tradicionalmente designados “povoados fortificados”, cujo modelo explicativo vem sendo posto em causa desde 1994, a partir da investigação desenvolvida no sítio de Castelo Velho de Freixo de Numao (V. N. de Foz Côa), coordenada por Susana Oliveira Jorge (2005).

simbólico das comunidades que edificaram e utilizaram essas mesmas arquitecturas. Sublinha ainda que grande parte dos autores se concentra no estudo das possíveis relações entre a “arquitectura” e o espaço (entendido enquanto paisagem envolvente) (*ibid*: 11).

Esta linha interpretativa, denunciada por S. O. Jorge, associa normalmente a palavra “arquitectura” ao edificado, cujo estudo permite a integração do sítio arqueológico num esquema interpretativo geral (por indução), e também a elaboração de explicações, de interpretações, que se estendem a outros sítios, a outros espaços (por um processo dedutivo). Neste sentido, arquitectura, entendida enquanto construção, é interpretada como uma unidade estática⁴, passível de ser traduzida em funções e significados unívocos. A arquitectura permite assim inferir, por exemplo, contextos de guerra, processos de complexificação social, de formação de elites, de controlo de espaços de exploração agrícola, linhas de comércio..., por outras palavras, é interpretada como uma imagem bem definida de quem ocupou, mais do que quem construiu. A construção, o acto de fazer raramente é enunciado, apenas equacionado enquanto fases de mudança no seio da comunidade, como espelho dessa mesma mudança. Seguindo este esquema interpretativo, a existência de um plano prévio, de um projecto que depois se executa, normalmente num curto espaço de tempo, compreende as construções e reformulações como acções bem definidas no tempo, representadas de forma sequencial, ou seja, por fases construtivas (intervaladas por fases de ocupação). É na longa duração da arquitectura que as narrativas acerca do passado se constroem, na quase ausência de tempo, descrevendo e personificando actividades atemporais, condenadas a repetir-se por centenas de anos. Desta forma, pretende-se a recuperação do edifício original. Os textos acerca do passado arquitectam-se pela tradução dos materiais do passado como cópia, o mais fiel possível do original, relatando o que realmente aconteceu, apresentado o passado sem tempo, preso em molduras, em imagens fixas.

Este modelo de tradução pretende revelar um pretenso significado autêntico que estaria encerrado nas estruturas e deveria ser desvelado pelos arqueólogos. Nesta linha, os materiais, desde o fragmento cerâmico ao muro de base pétrica, são contentores de significados originais (únicos, autênticos, fixos), e podem anunciar as intenções de quem os fez, de quem os manuseou e descartou, arrumados em quadros de funcionalidades, sejam da esfera do “doméstico”, do simbólico/religioso, de actividades guerreiras, comerciais ou agrícolas, Neste caso, será um muro de base pétrica sempre indicador imediato de actividades guerreiras? Será uma estrutura subcircular, normalmente apelidado de “bastião” sempre denotativo de estratégias de defesa? As correlações imediatas muitas vezes condicionam a interpretação. Num ciclo vicioso, as estruturas semelhantes são indicadores de práticas semelhantes. A elaboração de explicações para unidades construídas, baseadas na observação do imediato no presente, conduz à repetição do quadro explicativo definido, ao reconhecimento do já visto e nunca se procede à negação do imediato (segundo Adorno e Horkheimer, 1992 [1944]: 27) à reflexão do que aparece perante os nossos olhos, à crítica do óbvio.

A representação do passado autêntico recorre a imagens realistas, que pressupõem a existência de um referente externo existente num mundo objectivo (Jordaniva, L., 1989: 47). Neste sentido a construção de imagens realistas conduz a uma extrema familiaridade dos intervenientes do presente com as personagens do passado, numa tentativa de alcançar as origens, o nostálgico outro que um dia fomos. Contudo, se por um lado, fazer do passado um lugar familiar é necessário para a própria inteligibilidade dos sítios arqueológicos, por outro, remete para “nota de rodapé”, ou dilui na narrativa, os casos de estranheza relativos às incongruências das estruturas registadas pelos arqueólogos, como é exemplo os “sistemas defensivos” que pecam por excesso ou escassez de capacidade defensiva, seja porque o complexo de vários muretes ultra-

⁴ Segundo este modelo, as mudanças sociais estão ligadas a momentos de abandono, pela destruição intencional do sítio, de algumas estruturas, ou pelo simples “deixar” o sítio.

passa as necessidades práticas de defesa, seja porque a volumetria das “muralhas” não permitiria uma defesa eficaz (ver a título de exemplo, Esquivel, J. A. & Navas, E. (2007) acerca do sítio de Los Millares).

3. ARQUITECTURA ENQUANTO CONSTRUÇÃO, PRÁTICA E RELAÇÃO

“Arquitectura é a “arte” de transformar o espaço numa rede de lugares e de trajectos significativos para as comunidades que os habitam ou neles circulam, através de materializações (por acrescentamento e/ou ablação) mais ou menos intensas” (Jorge, V. 2006: 106)

Nos últimos anos tem-se assistido em Portugal a uma crescente reflexão acerca do conceito de Arquitectura no âmbito da Arqueologia Pré-histórica, e dos limites e possibilidades interpretativas dos traços materiais do passado, registados pelo arqueólogo, sob influência da antropologia (por exemplo de Tim Ingold (2000) e de Lucien Lefebvre (2000)), da literatura arqueológica anglo-saxónica (Julian Thomas (2004, 2006), Mike Parker Pearson (1997), entre outros) e da leitura de bibliografia portuguesa que propõe uma reflexão crítica da arquitectura (por exemplo, Fernando Távora (1999)). Neste sentido, a arquitectura, passa a ser entendida, não apenas como o conjunto de estruturas identificadas num determinado sítio arqueológico, mas em relação com outros materiais, em relação com actividades e práticas, como parte e extensão de um espaço que não se restringe às áreas intramuros das estações arqueológicas. Desta forma, multiplicam-se as definições do conceito.

Segundo V. O. Jorge (2009) a arquitectura deverá ser entendida enquanto criação, enquanto movimento, enquanto relação (de actividades, de materiais, de estruturas). O autor sugere “transplantes” como palavra-chave, transplantes de coisas de um lugar para o outro, como a extracção de uma laje de xisto para a feitura de um muro, com toda a carga simbólica que a laje, o sítio de onde foi extraída, o próprio afloramento rochosos e o murete envolveriam. De acordo com a mesma linha interpretativa, S. O. Jorge (2007) alerta para o facto de os elementos construídos não traduzirem as actividades que nelas se desenrolaram, pois as *“arquitecturas só expressam sentidos se articuladas com os cenários da acção que nelas se operaram. As arquitecturas não espelham a “natureza” das sociedades, nem “falam”, por si só, sobre o que no seu interior ou em redor foi ocorrendo. E “o-que-foi-ocorrendo” no interior e à volta das arquitecturas não tem correspondência directa na forma dos espaços e nas materialidades que deram vida aos cenários da acção”* (*ibid*: 12).

Apesar de para muitos autores, a arquitectura continuar a estar relacionada com as unidades edificadas, a sua relação com outras variáveis (como possíveis actividades e tempos de duração) é questionada (ver por exemplo, Sanches, 2008) Por outro lado, alguns arqueólogos estendem o horizonte do conceito ao alargar a área de análise, como é visível no trabalho de J. M. Cardoso (2007). O autor reflecte acerca da arquitectura à escala de um território, enquanto movimento, vivência, enquanto organização de um território que simultaneamente “estruturava” as comunidades que o habitavam (*ibid*: 442). Cardoso explora também a importância das texturas (por exemplo, do xisto e do granito) e os sons (do vento e da água) na arquitectura do espaço (*ibid*: 308). Na mesma linha A. C. Valera (2006) entende a arquitectura como resultado da interacção das comunidades com o meio, numa tentativa de superar a dicotomia entre Natureza e Homem, realçando que não existe uma ruptura entre espaço construído e paisagem envolvente. Este autor concebe a arquitectura enquanto a materialização de formas de organização de espaço, que não têm necessariamente que ser somente produto de uma actividade de construção. Contudo, parece perseguir o momento original em que o “espaço físico indiferenciado” se converte em espaço categorizado, referenciado pelo Homem, ou seja, o princípio da organização do espaço.

A equipa envolvida no projecto de escavação do sítio de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) tem enunciado palavras-chave como fluidez, relação, transformação, essenciais para repensar, redefinir e recontextualizar o conceito de arquitectura. Procurou (e procura) diluir ou pelo menos denunciar um pensamento dicotómico, e a pergunta “para que serve?” sai definitivamente do inquérito. Tem problematizado a ideia de projecto, sugerindo antes que o sítio está em construção, em reformulação permanente e propõe a moldagem do sítio em terra crua, juntamente com a pedra, materiais perecíveis e outros elementos como a água. O sítio deixa de ser o topo do morro onde se processam as escavações mas abarca toda a colina, passa-se a usar o termo: colina monumentalizada.(ver por exemplo Jorge, V. O., *et. al.*, 2006) (Fig. 3).

Nos trabalhos da equipa de Castanheiro do Vento é patente a influência de Ingold, principalmente as ideias desenvolvidas no texto “Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world” (2000). Nesta reflexão o autor considera que apenas construímos porque habitamos (na linha de Martin Heidegger), ou seja, que o mundo físico não se encontra como um contentor, como uma unidade externa que o Homem transforma pela construção. As linhas interpretativas que sugerem que o Homem transforma um mundo inerte pela construção são, segundo Ingold, expressão de uma crença no evolucionismo, que almeja alcançar a primeira cabana, o momento em que o Homem rompe com a Natureza. Assim, o autor considera a construção não como um fim, mas um processo em constante realização enquanto os indivíduos habitarem um determinado ambiente, pois é no processo de habitar que construímos. Assim sublinha a responsabilidade de cada geração em relação ao que deixa para as gerações vindouras, enfatizando a relação entre passado, presente e futuro do mundo em que habitamos.

Desta forma, as narrativas arqueológicas acerca dos recintos /colinas monumentalizadas do III/inícios do II milénio a.C., cujos autores acima referidos são exemplo, acompanham a diversidade interpretativa do chamado pós-processualismo. Assim, a arquitectura passa a ser entendida no contexto arqueológico enquanto um entrelaçado de actos, significados e “coisas materiais”, que criam mais do que uma forma física concreta (Thomas, 2006: 354).

4. ARQUITECTURAS E EXEMPLOS PARADIGMÁTICOS: SUGESTÃO METODOLÓGICA

O ponto anterior não pretendeu fazer uma revisão bibliográfica exaustiva sobre o conceito de arquitectura, mas sim, dar alguns exemplos das múltiplas aproximações, concepções e utilizações do termo “arquitectura”. Da leitura dos textos referidos e da relação com os trabalhos desenvolvidos em Castanheiro do Vento, entendemos aqui arquitectura como um conjunto de práticas interligadas, tendo em consideração que a organização do espaço pode envolver distintas actividades e percepções. É pela acção que sítios e significados se constroem, e é pela acção que os construímos, ou seja, os interpretamos hoje. Seguimos Jacques Derrida (Dooley, M. & Kavanagh, L., 2007), quando admite que a nossa relação com o passado é, em certa medida, uma relação de cegueira, contudo perseguimos exercícios interpretativos (somos movidos pelo desejo de interpretar) (*ibid*: 6). Pretendemos aqui enfatizar o processo construtivo e a construção permanente do sítio de Castanheiro do Vento, seja pela elaboração de um murete, de um “bastião”, de uma micro estrutura de moinhos manuais ou pela possível colocação intencional de um conjunto de fragmentos cerâmicos num determinado sítio, ou através dos fragmentos cerâmicos talhados, colocados como “cunhas” nas bases dos muros em Castanheiro do Vento (Cardoso, 2007: 248). Todas estas actividades são consideradas enquanto arquitectura, e o seu estudo “compartimentado” pretende surgir enquanto exemplo paradigmático (segundo Agamben, 2002) que nos permitirá questionar a relação com outras singularidades e colocar uma conjunto de questões.

Giorgio Agamben (2002) considera o estudo do panóptico de Michel Foucault como um paradigma na medida em que, como exemplo, permite questionar e dar inteligibilidade a um conjunto

alargado de problemáticas interrelacionadas. O estabelecimento de um paradigma não pretende alcançar generalizações (ou inversamente partir do universal para o particular) mas tão só questionar singularidades, relacionando particularidades entre si (o particular com o particular, como enunciou Aristóteles). Neste sentido, o exemplo paradigmático permite neutralizar um pensamento dicotómico (universal/singular; geral/particular) e investe na relação entre estes pólos, no processo de tensões entre opostos, que por não apresentarem limites bem definidos, interconectam-se criando áreas de indefinição. Segundo Agamben, Foucault libertou a História do contexto metonímico, ou seja, do enquadramento geográfico e cronológico que era (e é) inerente a qualquer pesquisa histórica. Assim, o título provável de “A França no século XVIII”, dá lugar à criação metafórica de “Panóptico”. Agamben sublinha também que “*The apparent seriousness of metonymical contexts, like the chronological and geographical, have no epistemological basis at all*” (*ibid*). Por exemplo, a organização da pesquisa histórica por séculos apenas entra em voga após a Revolução Francesa.

Michel Foucault estudou os dispositivos arquitectónicos panópticos (como prisões e hospitais), o que lhe permitiu questionar um conjunto de outros problemas que se interligam, como: disciplina, vigilância, observação, punição, poder, sujeito.... Em Foucault “dispositivo” é sobretudo “*une machine qui produit des subjectivations et c’est par quoi il est une machine de gouvernement*” (Agamben, 2007: 42), ou seja, refere-se a tudo aquilo capaz de capturar, orientar, determinar, modelar e controlar, gestos, condutas, opiniões e discursos (*ibid*: 31). Neste sentido, o dispositivo arquitectónico não se refere apenas à ordem do construído mas aos discursos, às leis, às medidas administrativas, aos enunciados científicos e filosóficos. Poderíamos também referir o projecto de Walter Benjamin, “Passegen-Werk” (obra inacabada, da qual existem apenas fragmentos), como um estudo paradigmático. O autor dispunha-se a analisar um dispositivo arquitectónico particular: as arcadas parisienses (precuroras das modernas galerias comerciais) em decadência já na década de vinte do séc. XX, juntamente com outros materiais como os manequins, e de figuras como o *flanêur*. Pretendia problematizar um conjunto de pontos do mundo burguês ocidental do séc. XIX, procurando nos objectos do quotidiano inspiração filosófica, tentando estabelecer a ponte entre a vida de todos os dias e os corredores da academia, o que certamente rompia com os modelos vigentes da estrutura académica. (Buck-Morss, 1989).

Desta forma, a arquitectura, longe de poder ser descrita enquanto um princípio universal, entendido ao longo do tempo da mesma forma, permite-nos hoje estabelecer-se enquanto um paradigma (no sentido de Agamben (2002) e já proposto por V. O. Jorge (2009b)), que não pretende a explicação, mas sim a compreensão de casos particulares que podem ser interconectados uns com os outros. E estes “casos” não são troços de muro ou qualquer outra unidade estática. São as práticas, as teias de actividades, que hoje intuimos na nossa relação com as ausências pressentidas no diálogo com os materiais e com os outros (em trabalho de campo). Nas palavras de Vítor O. Jorge: “*O arqueólogo fala de uma ausência, mas que presentifica, não como nostalgia, ou perda, mas como acção ou produção actual. Acção a vários níveis: pela sua actividade como observador, como prospector, como escavador, como intérprete, como encenador de narrativas, pelo texto, pelo discurso, pelo museu, pela exposição, pela visita de sítios, lugares, paisagens, ou pela própria capacidade de “pôr de novo as coisas a mexer”, fazendo a sua simulação – a sua representação – em espaços virtuais (computador) ou reais*” (Jorge, V. O. 2005).

5. CASTANHEIRO DO VENTO: AUSÊNCIA DE PLANEAMENTO FUNCIONAL

Eduard T. Hall (1986 [1966]) analisou diferentes organizações do espaço (no mundo animal e humano), no sentido de realçar diferentes formas de estar (uns com os outros, e de forma interligada, no espaço, construído ou não). O caso do Japão surge como exemplo paradigmático no

estudo de outras particularidades do mundo ocidental (em relação aos modelos de um antropólogo norte-americano), sublinhando os diferentes entendimentos que fazemos dos espaços que habitamos. Assim, por exemplo, as casas japonesas não são numeradas pela sua disposição numa rua mas os números são atribuídos à medida que as casas se vão construindo, a numeração relaciona-se com a antiguidade da construção. Também as ruas não possuem nomes, mas sim as intersecções entre estas. Neste sentido, E. T. Hall sublinha que a percepção do espaço é dinâmica porque se liga à acção (*ibid*: 135). Os significados não são estáticos, as percepções sensoriais do espaço diferem de grupo para grupo, de indivíduo para indivíduo. Na mesma linha, o autor refere, seguindo a análise de Philippe Ariès, que até ao séc. XVIII, as divisões das casas europeias não tinham funções específicas. Não existia o conceito de privacidade como hoje o entendemos e as crianças eram tratadas como pequenos adultos (*ibid*: 123).

Podemos citar como outro exemplo as casas Dogon (Mali) (Oliver, P., 2003). Estas organizavam-se segundo um modelo antropomórfico (as diversas divisões correspondem a partes do corpo humano). No entanto apesar de este padrão se encontrar em diversos espaços habitacionais em outros existe apenas a memória, “*it is the anthropomorphic symbolism of the entities that matters and not their placement in figurative terms*” (*ibid*: 182).

Estes exemplos dados pela antropologia, longe de nos concederem (aos arqueólogos) linhas interpretativas para os sítios arqueológicos, revelam a diversidade de formas de apreensão do espaço, conscientes que os discursos antropológicos não são neutros nem apresentam uma realidade autêntica, mas apontam para a interpretação do antropólogo. Contudo, atento a outras narrativas, às múltiplas formas de estar/entender o mundo, o arqueólogo não pode mais fingir que a interpretação da organização do espaço no passado pré-histórico se pode fazer por comparação com as representações das antigas aldeias do mundo ocidental baseadas na agricultura e pastoreio. Neste modelo temos sempre representado um núcleo de casas que albergavam unidades familiares mais ou menos alargadas (casais monogâmicos e heterossexuais, filhos, e avós), unidades destinadas ao armazenamento de alfaias e bens agrícolas, espaços reservados aos animais domésticos, locais de transformação (de olaria e de metalurgia) e uma construção reservada ao sagrado (ou na ausência de um espaço determinado confere-se a certos artefactos o carácter de sagrado).

Os sítios arqueológicos como Castanheiro do Vento, agrupados pela escola tradicional (histórico-culturalista e processualista) da Península Ibérica como povoados fortificados, incluem nas suas explicações locais com funções bem definidas e permanentes ao longo do tempo, como: casas, locais de armazenamento, eiras, locais de aprendizagem/iniciação... Esta organização do espaço pressupõe por parte das comunidades pré-históricas que construíram e habitaram estes locais um planeamento segundo a lógica moderna ocidental: espaços organizados, ordenados, adstritos a funções definidas que não sofrem alterações com o tempo. Segundo Michel Foucault (1991) apenas a partir do século XVIII se assiste (em França) a uma reflexão por parte dos políticos em relação à arquitectura, concernente ao que uma cidade deveria ser e como deveriam estar organizados os seus espaços com o objectivo de evitar epidemias, revoltas e permitir uma vida familiar decente, segundo a moral burguesa (*ibid*: 239).

Castanheiro do Vento parece exactamente denunciar a impossibilidade de atribuir uma função a uma estrutura. A mesma estrutura poderá ter diversas apreensões segundo a comunidade que a habitou, diferentes significados para quem a construiu, e para um mesmo grupo pode ter sido entendida de diversas formas. Segundo McFadyen (2008), os sítios arqueológicos aparecem-nos enquanto um processo contínuo e não como um palimpsesto (onde uma actividade sobrepõe-se a outra eliminando os traços da primeira). Antes pelo contrário, as diversas actividades misturam-se, entrelaçam-se, “*So, as archaeologists, when we study something we shall be attentive to the multiple relations that made that thing finally “appear” as focus of our study, including our own methodology that made it occur as it is*” (V. O. Jorge, 2007a).

A estrutura subcircular A (ou “Bastião” A), que se encontra integrada no Murete 1 (M1), localizada genericamente no lado Norte da estação arqueológica (Fig. 2), permitiu a identificação de micro-estruturas elaboradas no espaço que se encontra delimitado pelo murete, assim como estruturas de oclusão. É um espaço que não se apresenta como a materialização de acções bem definidas protagonizadas no passado, assim como não permite uma leitura sequencial das várias actividades. Não é espelho nem representa por si só as comunidades que o construíram e habitaram. Esta estrutura encontra-se colmatada (Jorge, V. O. *et. al.*, 2005), ou seja, o espaço delimitado pelo murete, antes passível de circulação foi preenchido por um conjunto organizado de lajes de xisto⁵. Muito provavelmente esta fragmentação da estrutura fez-se acompanhar pela fragmentação intencional de vasos cerâmicos (Vale, 2003: 143), pois um conjunto de fragmentos cerâmicos de recipientes de grandes dimensões se encontravam concentrados na área sul da estrutura mas que permitiram colagens entre concentrações de fragmentos que estão próximos, assim como, com alguns fragmentos localizados na área norte da estrutura (*ibid*: 141).

O fecho do “Bastião” A encontra paralelos nas restantes estruturas morfológicamente semelhantes localizados no M1 e Recinto Anexo. Todas estas unidades se encontram colmatadas por um (ou mais) nível (ies) (arqueológicos) de lajes de xisto estruturadas. Ao contrário, nos “bastiões” integrados nos Muretes 2 e 3 não foi possível identificar qualquer estrutura semelhante. Neste sentido parece que as estruturas integradas no M1 e Recinto Anexo foram intencionalmente fragmentadas e o seu espaço transformado por oclusão. Terá esta acção destruído a sincronia que poderia existir com as outras estruturas morfológicamente semelhantes? Possivelmente a oclusão das estruturas tipo “bastião” do M1 alterou a relação estrutural entre muretes, modificando percursos e actividades. Contudo, as acções empreendidas e possíveis percursos multiplicam-se atendo à diversidade estrutural (estruturas com entrada estreita, estruturas de vão aberto, a presença de microestruturas no seu interior ou de estruturas circulares no espaço interior das estruturas em “bastião”) e às possibilidades interpretativas, directamente conectadas com a prática arqueológica, com a “leitura” das relações entre materiais, plasmado no chamado “registo arqueológico” (por exemplo, distribuição e nível de fragmentação de fragmentos cerâmicos).

Voltando ao “Bastião” A, após a escavação da estrutura de colmatagem registou-se um nível caracterizado por um sedimento de matriz argilosa, de cor amarela e de compactação média (designada camada 3) na qual se integrava uma micro estrutura formada por quatro fragmentos de dormentes em granito e duas lajes de xisto, localizadas junto à parede interna da estrutura, a sul (Fig. 4). Os materiais registados não permitem a atribuição de uma função para este espaço, nem a descrição de um conjunto de actividades que ainda que sobrepostas, pudessem ser descritas de forma exacta. A presença de elementos de moinhos manuais poderia indicar a presença de actividades de moagem, directamente associáveis ao modelo económico proposto de forma genérica para estas comunidades. Contudo, estes elementos encontram-se “encaixados” numa estrutura circular, encontram-se fragmentados e apenas se registou a presença de um movente. Foi já brevemente ensaiada (Vale, 2003: 140, 141) uma proposta de várias actividades funcionais e suas contradições para esta estrutura. Contudo este exercício não pretendeu retirar ilações para todo o sítio, mas procurou apenas realçar que a unidade construída não pode ser relacionada com uma função específica ou um conjunto de actividades mais ou menos padronizadas.

É necessário colocar estas estruturas, enquanto particularidades, em relação, e esse trabalho ainda está por fazer, devido à própria metodologia adoptada, em que apenas alguns contextos forma escavados. Contudo algumas questões estão a ser equacionadas. Por exemplo, estudos na área da zooarqueologia realizados por Cláudia Costa (2007), revelam que os ossos animais

⁵ É de realçar que na literatura arqueológica acerca dos “povoados fortificados” muito se tem enfatizado acerca de deposições de fundação mas pouco acerca do fecho das estruturas.

recolhidos em diferentes estruturas tipo “bastião” (e apesar destas estruturas não terem sido alvo do mesmo tipo de intervenção arqueológica, pois algumas unidades foram apenas decapadas) revela alguns dados interessantes: os ossos animais em Castanheiro do Vento encontram-se maioritariamente calcinados, à excepção dos recolhidos por exemplo no “Bastião” J (onde 40% da amostra não se encontra calcinada) e no “Bastião” L (onde 64% não foi submetido a calor intenso e os restos faunísticos resultantes de uma bolsa de terra escura apresentam 84% de ossos não queimados). Também a variedade de espécies e tamanho dos fragmentos parecem diferir, numa primeira análise, entre as unidades registadas nas das estruturas tipo “bastião” do M1 e M2.

6. CASTANHEIRO DO VENTO: PERCURSOS E MOVIMENTO

Castanheiro do Vento, como foi desenvolvido no trabalho de J. M. Cardoso (2007), parece denunciar uma constante reformulação e não permite construir uma narrativa coerente com espaços, percursos e áreas “de possível ocupação” bem delimitadas. Existe um construir e reconstruir do espaço, o espaço é moldado constantemente. Tomemos como exemplo a escavação do Bastião S integrado na segunda linha de murete (M2) (Fig. 2). Trata-se de uma estrutura tipo “bastião” de vão aberto (*ibid*: 196), onde no espaço delimitado pelo murete que o define, se detectou uma estrutura circular. Esta estrutura circular, moldada essencialmente por lajes de xisto fincadas (com o seu eixo maior disposto na horizontal) “ocupa” grande parte do espaço interno do “bastião”. Parece ter uma entrada, que se encontra direccionada a NNE, ou seja, voltada à parede do “bastião” (Fig. 5). Esta situação permite reflectir acerca da mobilidade, percursos e constrangimentos que a relação destas estruturas denunciam. Admitimos que são coetâneas pois a leitura das relações estratigráficas e das datas de radiocarbono apontam para uma coerência, ou seja, não foram detectadas sobreposições nem datas absolutas ou relativas que apontem para diferentes períodos cronológicos. Parecem remeter para práticas interrelacionadas, na construção ou moldagem, nos circuitos e movimentos que potenciam ou interditam.

Assim, podemos equacionar que para se aceder ao interior da estrutura circular era necessário percorrer uma espécie de corredor estreito (formado pela parede do “bastião” e da estrutura circular), não permitindo um acesso directo a um grande grupo. As barreiras físicas poderão ser problematizadas aqui enquanto limites, contudo não podem ser consideradas enquanto elementos fixos e definitivos. A moldagem em terra crua confere plasticidade às elaborações e reelaborações. Além disso, estes limites (ainda que não entendidos de forma permanente, pois poderiam estar sujeitos a modificações) não se limitam às “coisas” físicas que hoje observamos. Os interditos, os percursos, os caminhos, estariam relacionados com uma multiplicidade de factores que não se plasmam em barreiras físicas, podendo-se ainda equacionar o facto de “*as barreiras físicas das paredes, uma vez pintadas desmaterializam-se, funcionando como portais abertos à liberdade imaginária de múltiplos mundos*” (Pinto, 2007: 63).

Pelo andar, os espaços, os encontros entre pessoas e coisas, alteram-se constantemente (Rendell, 2006: 152). Ir de um sítio para outro, por um percurso definido, permite por exemplo relembrar espaços e tempos, num diálogo entre passado e presente, apela a memórias e vivências e pode definir ou redefinir espaços. Neste sentido o sítio adquire significado pela performance e não pela atribuição fixa de significados por entidades que protagonizaram a sua origem (o mito do início, o desejo de procurar o princípio de tudo). O acto de andar, o movimento transforma constantemente os percursos ainda que definidos, e conexões distintas podem ser convocadas, pressentidas. Neste sentido, a fixidez a que temos vindo a aludir como característica de muitas narrativas acerca do passado é novamente equacionada. Com esta observação, não pretendemos fazer qualquer exercício acerca do que os indivíduos do passado poderão ter sentido ou visto ao andar por um determinado caminho. Mas pretende-se sublinhar que os diversos percursos que podem

ser enunciados num exercício interpretativo não são fixos, que o espaço se elabora pelo movimento, pela acção. Pretende enfatizar o carácter relacional das variáveis plausíveis enunciadas pelo arqueólogo, sublinhar o diálogo, que em última análise não é mais que o nosso com o sítio.

De forma a desenvolver esta linha de pesquisa é necessário um estudo micro estratigráfico em articulação com a interpretação da posição espacial relativa de cada elemento em relação ao outro, para poder equacionar problemas relacionados com tempos de elaboração e para analisar a relação entre estruturas construídas. Ainda que a estrutura construída não possa ser tomada como uma unidade estática, que não sofreu remodelações ou que invoque um tempo único. O tempo de duração não é linear e remete para múltiplos tempos. Como já foi referido, o conceito de transplante de V. O. Jorge (2009 a) é essencial para equacionar outros tempos e lugares dos materiais. Por exemplo um fragmento cerâmico faz alusão ao espaço e tempo da extracção, selecção (que não deveria obedecer apenas aos nossos preconceitos funcionais modernos mas a sua escolha encontrar-se-ia ligado a uma rede de outros significados, como Ingold (2007) já referiu), ao tempo e espaço da feitura, cozedura, e múltiplas utilizações, fragmentação...

Segundo o filósofo Jacques Derrida (1997: 319), a arquitectura não pode ficar reduzida ao status da representação do pensamento. Neste sentido, a Arqueologia não poderá também propor a arquitectura enquanto representação do pensamento do passado pois *“o seu presente nunca se lhes mostrava a eles mesmos como presente compreensível, tal como o nosso presente que pensamos o presente deles, jamais se nos representa como compreensível, totalmente abarcável por uma teoria. Há que ultrapassar uma filosofia da representação, que é uma teologia, uma vontade de recuperar a unidade do sentido”* (Jorge, V. O. 2009a). Considerando ainda as reflexões de Derrida acerca da arquitectura, as palavras: fundação, super-estrutura, infra-estrutura são poderosas metáforas que se encontram presentes na maioria dos discursos, assim como, a Torre de Babel é a metáfora arquitectónica para a explicação da multiplicidade de línguas existentes (*ibid*: 322). A Arqueologia lida com as fundações, as fundações conectam-se com as origens, com o princípio, e esse foi e continua a ser o objectivo de muitos arqueólogos: enunciar esse princípio (neste caso, por exemplo, da “aldeia”, da metalurgia, de sociedades hierarquizadas...). O mesmo autor refere que a arquitectura não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas. É uma forma de escrita, de inscrição, conectado com a memória, mas sempre de carácter incompleto e fragmentário. Neste sentido, os traços do passado nunca podem revelar um passado tal como aconteceu, pois estão incompletos e cortados pelo tempo, pois a história não é linear, lógica ou coerente, no sentido em que *“contains within itself gaps and secrets, ghosts and holes, it can never tell us who we are”* (Dooley & Kavanag, 2007: 4).

7. CASTANHEIRO DO VENTO: LABIRINTO E IMERSÃO

Castanheiro do Vento tem sido entendido enquanto um labirinto, com diversos caminhos e possíveis percursos interligados (Jorge, V. O., *et. al.* 2006). Parece estabelecer um jogo de aberturas e espaços fechados, negociando o jogo de tensões entre espaços estreitos e espaços amplos, em permanente articulação e tensão (também) com a paisagem envolvente. Segundo C. Ross (2006), o labirinto é mais um mundo de imersão do que de visão (xx). Neste sentido, o privilégio concedido à visão no estudo destes sítios terá de ser equacionada. Mas, mais uma vez, a equação deste problema não implica a adopção de uma atitude fenomenológica inocente, procurando possíveis experiências e sensações, possíveis percepções pressentidas pelas comunidades passadas. Queremos apenas realçar que Castanheiro do Vento pode ser equacionado enquanto um dispositivo que absorvia, mais do que permitia a contemplação de uma paisagem exterior, no entanto, sem negar que poderia ser considerado enquanto ponto de vigia ou como miradouro (não se pretende um jogo de opostos, apresentando propostas por oposição a outras).

Walter Benjamin considerou que a arquitectura absorve o observador ao contrário da obra de arte que é absorvida pelo olhar contemplativo do observador (Rendell, J. 2006: 78/79). No entanto, pela contemplação o indivíduo pode também ser absorvido, por exemplo, pela obra de arte. É importante realçar a relação dialéctica entre quem vê e quem é observado, e no retorno do olhar daquele que consideramos apenas como objecto inerte, na con-fusão de ambos. A imersão não surge como contradição de contemplação, a contemplação pode ser imersão. Seguindo Benjamin a arquitectura conecta-se com distração e não com a concentração que por exemplo um quadro exige por parte de quem o vê.

A observação de Benjamin permite-nos pensar acerca da importância concedida à visão pela ciência moderna e da necessidade de uma reflexão crítica acerca do “ocularcentrismo” na representação e colocação de hipóteses acerca do passado (Vale, A. M., 2008). O mundo moderno ocidental assente no poder das imagens, parece conduzir à procura de imagens no passado: a imagem do dia-a-dia, a imagem das cerimónias rituais; a imagem da intervisibilidade entre sítios... A importância dada à visão na produção de conhecimento em Arqueologia, insere-se num campo mais vasto (que domina a ciência tradicional moderna, e que Merleau-Ponty apelidou de “filosofia da visão” (Presnell, M. & Deetz, S., 1996: 306). Neste contexto o sujeito (o observador) aparece distanciado do objecto (o observado)⁶. Maioritariamente estudamos os objectos arqueológicos (desde o fragmento cerâmico à paisagem) através de meios visuais: gráficos, mapas, desenhos, tipologias, plantas... como se os objectos fossem contentores de realidade, de vidas, passadas, que o arqueólogo pode, e deve, descobrir. Destinam-se à percepção visual. Contudo, esta observação não implica renunciar ou desvalorizar os métodos de registo assentes na visão (seria impossível); são meios essenciais para pensar acerca de possíveis práticas passadas assim como para reflectir acerca da interacção do arqueólogo com o sítio arqueológico. Por exemplo, a planta de Castanheiro do Vento, enquanto dupla construção do arqueólogo (pela escavação e pelo desenho) permite-nos equacionar possíveis movimentos e circuitos, assim como é a planta do sítio que de forma mais clara nos transmite a ideia de labirinto.

Castanheiro do Vento como um labirinto, como espaços de imersão, apela para a reflexão acerca de jogos de luz, de entradas, de rasgões, do jogo entre a sombra, a penumbra, e a claridade. A intensidade e ângulo da luz, natural ou artificial, interfere na percepção de texturas, materiais, cores. A existência de aberturas, entradas ou janelas rasgadas nas paredes de terra crua de Castanheiro do Vento, implica questionar acerca da multiplicação de contactos (por exemplo, visuais), de movimentos. Possibilita questionar os espaços limite, pois a existência, por exemplo de uma abertura tipo janela, diluía um limite físico ou acrescentaria um interdito. Os efeitos de luz permitem a transfiguração de espaços, a sua própria dimensão e textura.

Foram identificadas 14 entradas em Castanheiro do Vento. Segundo J. M. Cardoso (2007), dividem-se em cinco tipos tendo em consideração a sua elaboração (por exemplo existência ou não de patamares de acesso, estreitamento do vão de passagem, entre outras), contudo o autor nota grande variabilidade morfológica destas interrupções no murete e destaca a possível relação existente entre 4 passagens (duas no M2 e outras duas no M3), localizando-se a pouca distância e mostrando uma certa simetria (*ibid*: 200-211). Contudo, a localização das entradas não sugerem o acesso directo ao recinto mais interno do sítio (Recinto Principal). As aberturas localizadas nos diferentes muretes parecem antes sugerir percursos, mais longos e labirínticos que condicionavam o acesso ao recinto principal. No entanto devemos ter em atenção que estas entradas poderiam não ser contemporâneas e a possível existência de outras abertura alteraria os possíveis percursos e movimentos, alteraria o jogo de tensões entre dentro e fora. S. O. Jorge discutiu já o “*jogo cénico implícito na presença/ausência de ‘entradas’*” (2005: 131), apresentando pos-

⁶ É comum nas metáforas utilizadas em Arqueologia utilizar a visão referente ao papel do sujeito: “ver com outros olhos” “ter uma visão diferente”, contudo, quando se procura a interacção com o objecto normalmente registam-se expressões como “é necessário deixar o sítio falar” ou “é necessário ouvir o que o sítio tem para nos dizer”.

síveis momentos de contemporaneidade entre estas estruturas, ressaltando que se trata de um exercício teórico pois o registo arqueológico é opaco (*ibid*: 132). No entanto, possibilita reflectir sobre práticas construtivas do murete, de oclusão ou de abertura, em articulação com outros materiais e outras estruturas de base pétrica. Permite equacionar acerca da multiplicidade de movimentos e de acessos (sempre condicionados) a um reduto que se encontrava delimitado por muretes de forma tendencialmente circular.

8. EM JEITO DE CONCLUSÃO. CASTANHEIRO DO VENTO: SENTIR-SE EM CASA

Segundo Benjamin (Buck-Morss, S., 1989: 8), a origem não é o princípio, mas quando começa a ser, o que não se pode relacionar com nenhum ponto fixo no tempo e no espaço nem representado por uma única imagem. Castanheiro do Vento não é a origem nem resultou na origem de, mas algo que começou a ser. Provavelmente, várias comunidades começaram a reunir-se na e pela arquitectura, que hoje interpretamos. Arquitectura não equacionada apenas através da análise das unidades construídas, mas chamando ao discurso arqueológico as práticas, os movimentos, as percepções, a multiplicidade de histórias, a acção continua pela qual se garante ou se perturba ou inverte a coesão social. Estes diversos grupos, ainda não completamente sedentários e que poderiam viver nos vales (da Ribeira da Teja, por exemplo) poderiam encontrar em Castanheiro do Vento um espaço de reunião, na elaboração permanente de um sítio e nas múltiplas acções empreendidas. Claro que não como espaço apartado mas fazendo parte das vivências das comunidades, onde os diversos grupos se sentiam em casa. Não numa casa entendida como um espaço doméstico, ocupado por uma família e da esfera do privado, mas um espaço com o qual se identificariam, no qual se reuniriam e sentiram aquele espaço como seu. Castanheiro do Vento, como um conjunto de práticas que se materializaram num espaço e que coloca em diálogo diversos tempos, é um sítio onde também nós nos sentimos em casa, na sua irreduzível estranheza, num diálogo com um passado que não nos é familiar.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer todo o apoio e inspiração do meu orientador Vítor Oliveira Jorge. Também o nosso trabalho em conjunto em Castanheiro do Vento me tem ensinado a ter uma visão crítica, não só da Arqueologia, mas em relação ao “nosso mundo”. Este pequeno texto insere-se num trabalho de equipa e surge de várias discussões em grupo. Assim o meu obrigada a Susana Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso, Bárbara Carvalho e Gonçalo Leite Velho. Ao Sérgio, à Lurdes e à Joana obrigada pelas inúmeras conversas que resultaram neste texto. Contudo, todas as afirmações são da minha responsabilidade. Este trabalho encontra-se enquadrado num projecto de doutoramento financiado pela FCT.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. (1992 [1944]) – *Dialectic of Enlightenment*. Translated by John Cumming, London, New York, Verso.
- AGAMBEN, G., (2002) – *What is a Paradigm?*, European Graduate School, <http://www.egs.edu/faculty/agamben/agamben-what-is-a-paradigm-2002.html> (consultado em 7 de Março de 2009).
- AGAMBEN, G. (2007) – *Qu'est-ce qu'un dispositif?*, Paris, Éditions Payot & Rivages.

- BUCK-MORSS, S. (1989) – *The Dialectics of Seeing. Walter Benjamin and the Arcades Project*, Cambridge, London, The MIT Press.
- CARDOSO, J. M. (2007) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº milénio a.C.: Problemática do Sítio e das suas Estruturas à Escala Regional*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- COSTA, C. (2007) – *Zooarqueologia e Tafonomia de Castanheiro do Vento*, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, edição policopiada.
- DERRIDA, J. (1997) – Architecture Where the Desire May Live, In LEACH, N. (ed.), *Rethinking Architecture. A reader in cultural theory*, London, New York, Routledge, 319-323.
- DOOLEY, M. & KAVANAGH, L. (2007) – *The philosophy of Derrida*, Montreal & Kingston, McGill-Queen's University Press.
- ESQUIVEL, J. A. & NAVAS, E. (2007) – Geometric architectural pattern and constructive energy analysis at Los Millares Copper Age Settlement (Santa Fé de Mondújar, Almería, Andalusia), *Journal of Archaeological Science*, 894-904.
- FOUCAULT, M. (1991) – Space, Knowledge, and Power, In RABINOW, P. (ed.) *The Foucault Reader. An Introduction to Foucault's Thought*, Penguin Books, 239-256.
- HALL, E. T. (1986 [1966]) – *A Dimensão Oculta*, Tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio D'Água.
- INGOLD, T. (2000), Building, dwelling, living: how animals and people make themselves at home in the world, in *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*, London, New York, Routledge, 172-188.
- INGOLD, T. (2007) – Materials against Materiality, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XLVII, Fascs. 1-4, Porto, SPAE, 9-24.
- JORDANOVA, L. (1989) – *Sexual Visions. Images of Gender in Science and Medicine between the Eighteenth and Twentieth Centuries*, The University of Wisconsin Press.
- JORGE, S. O. (2005) – *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Porto, Edições Afrontamento.
- JORGE, S. O. (2007) – Introdução, In *A Conceção das Paisagens e dos Espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Universidade do Algarve, Promontoria Monográfica 08, 9-12.
- JORGE, V. O. (2003), Lugar, *Arquitecturas Sazonais*, Campo das Letras, 101/102.
- JORGE, V. O. (2005) – Teatro e Arqueologia, *Jornal a Página da Educação*, ano 14, n.º 141, 33 <http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=3602> (consultado a 11 de Fevereiro de 2009).
- JORGE, V. O. (2006) – Breve Reflexão sobre alguns Problemas das Arquitecturas Pré-Históricas, in CORREIA, M. & JORGE, V. O., *Terra: Forma de Construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de Primavera*, Argumentum, Escola Superior Gallaecia, 106-109.
- JORGE, V. O. (2007a) – Unframing the past: from an archaeology of “fixed forms”, objects, or abstract materialities, to an archaeology of the “transformations” of materials as “living things” – a brief comment on some Tim Ingold's ideas, <http://trans-ferir.blogspot.com/2007/04/unframing-past.html> (consultado em 17 de Fevereiro de 2009).
- JORGE, V. O. (2007b) – Algumas notas exploratórias de um tema em pano de fundo: arquitectura e poder difuso – a acção colectiva como forma de construção de sociabilidades em “comunidades da oralidade”, <http://trans-ferir.blogspot.com/2007/10/algumas-notas.html> (consultado em 18 de Fevereiro de 2009).
- JORGE, V. O. (2009a) – Transplantes: Vila Nova de Foz Côa, há 5.000 anos hoje, <http://trans-ferir.com/2009/02/transplantes-vila-nova-de-foz-coa-ha.html> (consultado em 11 de Março de 2009).
- JORGE, V. O. (2009b) – Sítios “monumentais” do Calcolítico: a nossa responsabilidade, <http://trans-ferir.blogspot.com/2009/03/sitios-monumentais-do-calolitico-nossa.html> (consultado em 15 de Março de 2009).

- JORGE, V. O. *et. al.* (2005) – Morfologia Construtiva do Recinto Pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas “estruturas de conde-nação”, *Al-Madan*, II série, n.º 13, 25-35.
- JORGE, V. O. *et. al.* (2006) – Copper Age “Monumentalized Hills” of Iberia: the Shift from Positivist Ideas to Interpretative Ones. New Perspectives on Old Techniques of Transforming Place and Space as Result of a Research Experience in the NE of Portugal, In JORGE, V. O. *et. al.* (eds), *Approaching “Prehistoric and Propohistoric Architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective”*, JIA, vol. 8, special issue, Porto, ADECAP, 203-264.
- LEFEBVRE, H. (2000) – *La production de l’espace*, Ed. Anthropos.
- McFADYEN, L. (2008) – Temporary Spaces in the Mesolithic and Neolithic: Understanding Landscapes, in POLLARD, J. (ed), *Prehistoric Britain*, Oxford, Blackwell Publishing, 121-134.
- OLIVIER, P. (2003) – *Dwellings*, London, New York, Phaidon Press Limited.
- PEARSON, M. P. & RICHARDS, C. (1997) – *Architecture and Order. Approaches to Social Space*, London, New York, Routledge.
- PINTO, J. C. (2007) – *O Espaço-Limite. Produção e Recepção em Arquitectura*, Lisboa, Faculdade de Arquitectura. Universidade Técnica de Lisboa.
- PRESNELL, M. & DEETZ, S. (1996) – Interpersonal Icons: Remembered Images and the Closure of Discourse from a Lacanian Perspective, in H. Mokros (ed.) *Interaction and Identity: Information and Behavior*, New Brunswick, NJ: Transaction Press, p. 297-315.
- RENDELL, J. (2006) – *Art and Architecture. A Place Between*, London, I. B. Tauris.
- ROSS, C. (2006) – *The Aesthetics of Disengagement: Contemporary Art and Depression*, University of Minnesota Press.
- SANCHES, M. J. (coord científica & ed.) (2008) – *O Crasto de Palheiros. Fragada do Castro. Murça-Portugal*, Município de Murça.
- TÁVORA, F. (1999) – *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP Publicações.
- THOMAS, J. (2004) – *Archaeology and Modernity*, London, New York, Routledge.
- THOMAS, J. (2006) – From dwelling to building, in JORGE, V. O. *et. al.* (eds), *Approaching “Prehistoric and Propohistoric Architectures” of Europe from a “Dwelling Perspective”*, JIA, vol. 8, special issue, Porto, ADECAP, 349-359.
- VALE, A. M. (2003) – *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª Nª de Foz Côa). Contributos para o Estudo dos Resultados das Primeiras Campanhas de Trabalhos (1998-2000)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- VALE, A. M. (2008) – Images from Iberian Copper Age: the case of the so-called “fortified settlements”, in JORGE, V. O. & THOMAS, J. (eds), *Archaeology And The Politics Of Vision In A Post-Modern Context*, New Castle, Cambridge Scholars Publishing, 51, pp. 186-208.
- VALE, A. M. *et. al.* (2006) – Recintos Murados e/ou Colinas Monumentalizadas no Nordeste de Portugal? O Caso de Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa, in CORREIA, M. & JORGE, V. O., *Terra: Forma de Construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de Primavera*, Argumentum, Escola Superior Gallaecia, 98-105.
- VALERA, J. C. (2006) – *Calcolítico e Transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego. Estruturação e Dinâmica de uma Rede Local de Povoamento*, Volume I, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada.
- VELHO, G. V. (2006) – O Jogo da Pedra e da Terra num Sítio Pré-Histórico do Nordeste de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa, in CORREIA, M. & JORGE, V. O., *Terra: Forma de Construir. Arquitectura. Antropologia. Arqueologia. 10ª Mesa-Redonda de Primavera*, Argumentum, Escola Superior Gallaecia, 91-97.

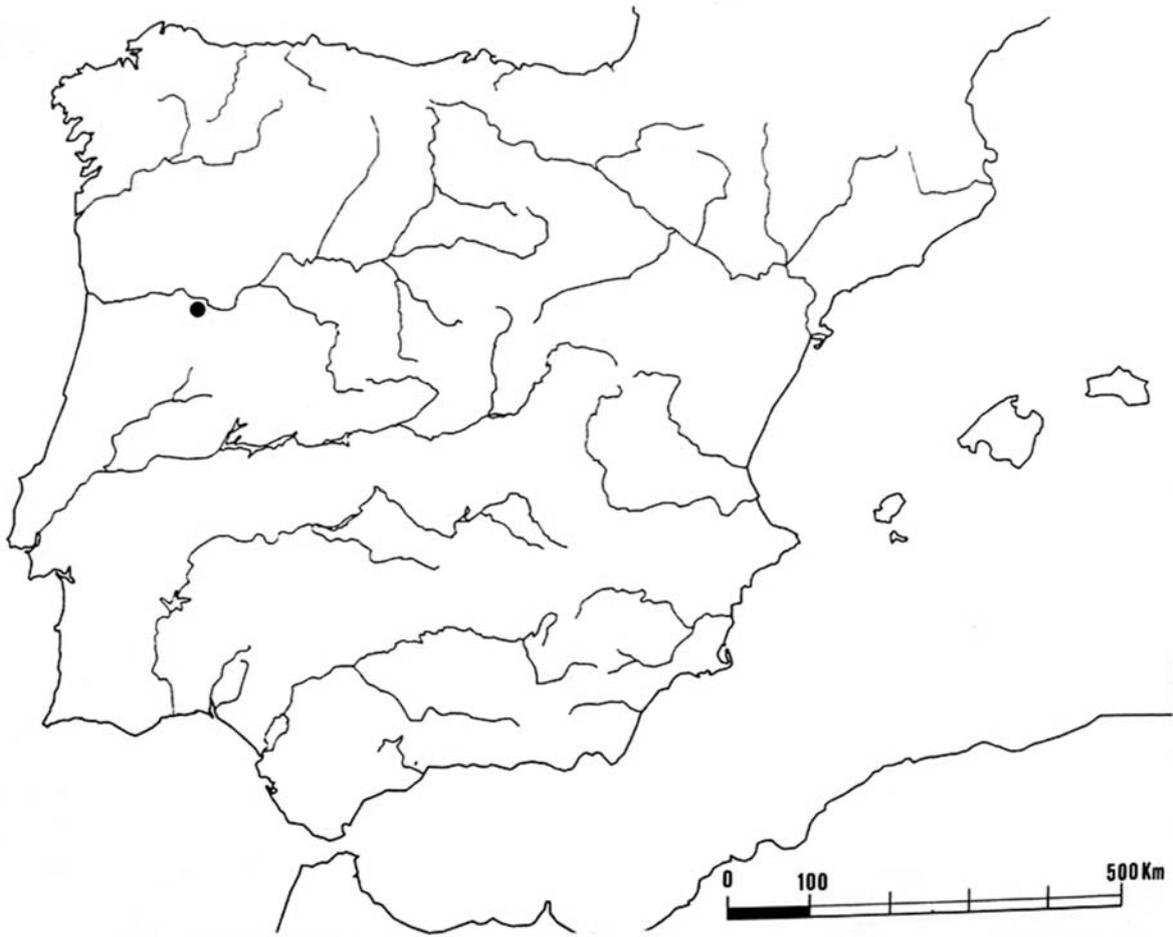


Fig. 1 - Localização da estação arqueológica de Castanheiro do Vento na Península Ibérica. O sítio encontra-se na freguesia de Horta do Douro, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda. Coordenadas geográficas: 41°3'49" Lat. N.; 7°19'18" Long. W. Gr. (seg. a "Carta Militar de Portugal" à esc. 1:25000, folha 140)

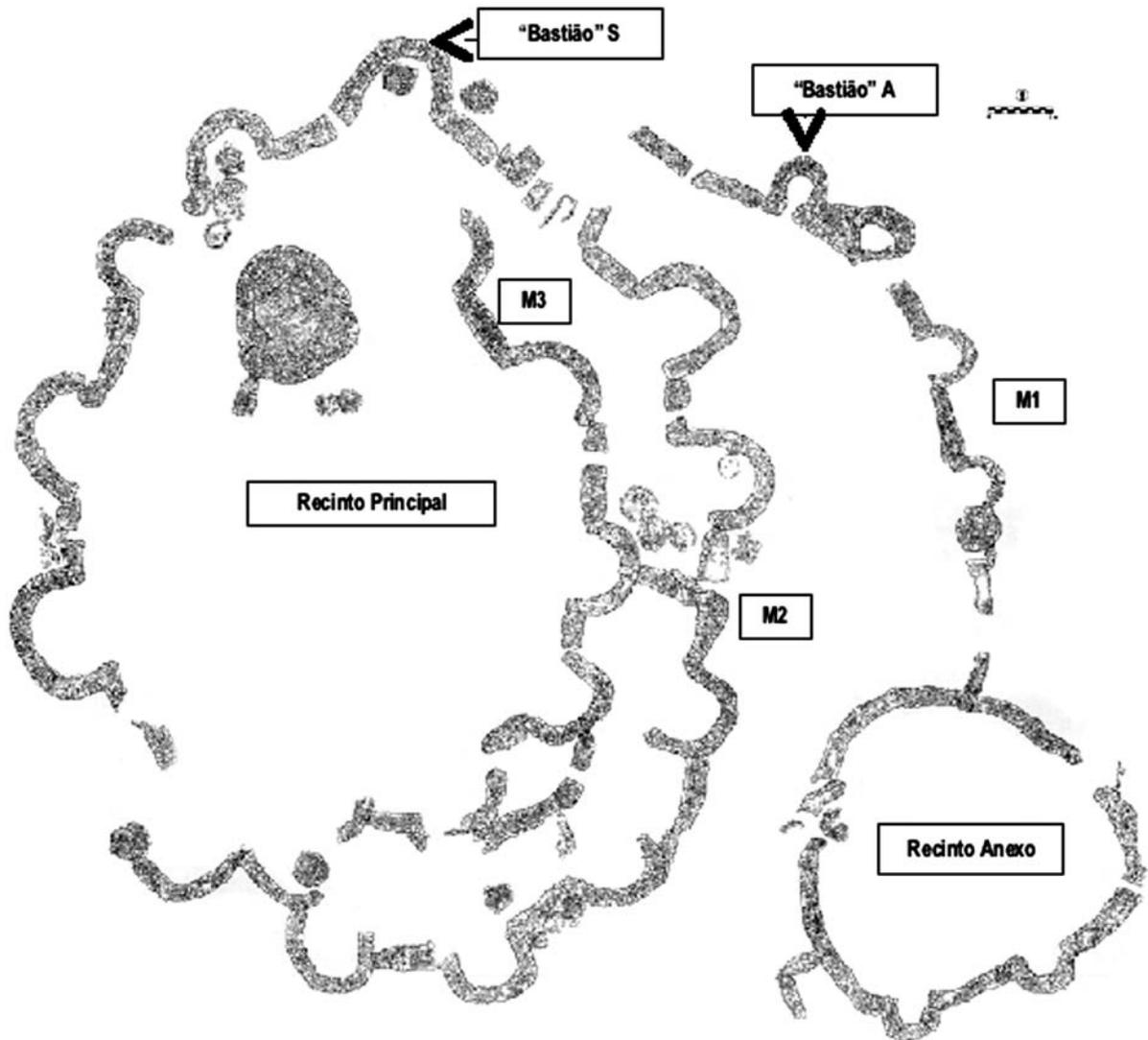


Fig. 2 - Planta geral do sítio de Castanheiro do Vento após a campanha de 2006. As escavações arqueológicas privilegiaram trabalhos de decapagem (remoção dos sedimentos correspondentes a antigos solos agrícolas) com o objectivo de delimitar os principais alinhamentos pétreos construídos nas cotas mais elevadas do morro. Saliente-se que Castanheiro do Vento tem sido considerado enquanto toda a colina e não apenas o seu topo. Neste sentido, adoptou-se a designação de “colina monumentalizada” (Tintagem de Leonor Sousa Pereira)



Fig. 3 - Colina de Castanheiro do Vento vista genericamente de Norte. No entanto, o morro de Castanheiro do Vento adquire diversas formas consoante o ponto de onde se avista. Por exemplo, do vale da Ribeira da Teja (a Este do sítio) a colina aparece de forma destacada e imponente. Olhado do Castelo de Numão (também genericamente a Este do sítio) dilui-se na paisagem, pois é “absorvido” pelas elevações de cotas mais elevadas que se localizam para Oeste do sítio (Fotografia de Leonor Sousa Pereira, 2002)



Fig. 4 - Pormenor da micro-estrutura constituída por dormentes fragmentados de granito e lajes de xisto, localizada no “Bastião A” (Fotografia de João Muralha Cardoso, 1999)

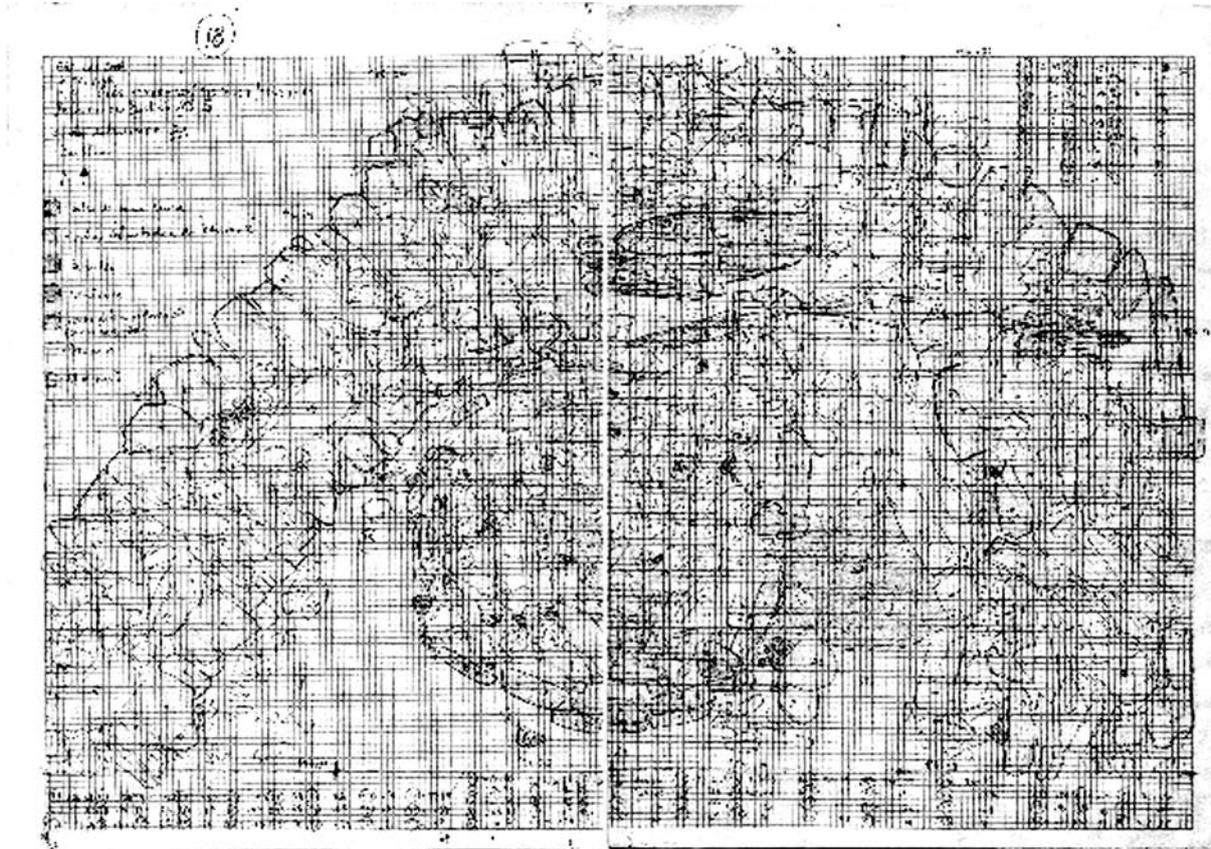


Fig. 5 - Desenho de campo do “Bastião” S e da estrutura circular n.º 20. Esta imagem pretende chamar a atenção para a relação entre estruturas e outros materiais (como fragmentos cerâmicos e elementos de moinhos manuais em granito). Tem ainda como objectivo salientar o processo interpretativo que resulta de um desenho como este. Não se trata apenas da cópia do que “estava lá” mas desenha-se na interacção do arqueólogo com o sítio, e com os outros, num diálogo permanente (Desenho de Bárbara Carvalho, 2006)

SOBRE *TRANCHETS* DO BRONZE FINAL DO OCIDENTE PENINSULAR

Raquel Vilaça*

RESUMO:

Em 1976, Philine Kalb chamou a atenção para três artefactos de bronze do Centro do território português provenientes da Sr.ª da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul) e do Caratão (Mação), interpretando-os como *tranchets* ou facas para trabalhar peles e couros. Notou ainda a particularidade de os cabos serem vasados, na linha tipológica dos punhos das espadas de “tipo Huelva”. O presente estudo debruça-se sobre este tipo de instrumento, integrando agora cerca de duas dezenas de peças do Ocidente peninsular, em parte inéditas. Discutem-se semelhanças e diferenças, contextos e cronologias, estas também com base em datações radiocarbónicas, recorrendo-se igualmente à informação resultante de análises metalográficas. Verifica-se que o uso atribuído a este tipo de artefactos é controverso, embora continue legítima, na perspectiva da autora, a proposta avançada por Kalb.

Palavras-chave: Bronze final, Ocidente peninsular, *tranchet*

ABSTRACT:

In 1976, Philine Kalb drew attention to three bronze artefacts from central Portugal. She interpreted these correctly as *tranchets*, and pointed out a typological detail of the haft area, namely the spaces on the tangs, as found in Huelva-type swords.

The present study deals with these tools again, now on the basis of about twenty pieces of the same type, all from the western Iberian Peninsula, some unpublished. Descriptive and typological analyses of each piece are followed by discussion of the main differences; reference is made to results of the metallurgical analyses of some of the pieces. The contexts of the *tranchets* are discussed. The use of these tools has aroused some controversy; the author follows Kalb's theory that they were knives for cutting hides.

Key-words: Late Bronze Age, West Iberian Peninsula, *tranchet*

1. INTRODUÇÃO

Este texto¹ debruça-se sobre os designados *tranchets*, peças metálicas atribuídas aos finais da Idade do Bronze, mas cuja funcionalidade precisa coloca ainda diversos problemas. Entre nós, o

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Portugal. CEAUCP. E-mail: rvilaca@fl.uc.pt.

¹ Uma versão inglesa deste texto, mais resumida, foi preparada em 2007 para integrar o volume de *Homenagem a Philine Kalb*, Habelt Verlag, Bonn (no prelo).

assunto foi despoletado em 1976 por Philine Kalb quando chamou a atenção para três artefactos de bronze provenientes do Centro do território português e os interpretou como facas para trabalhar peles e couros, na linha da proposta de Roth para peças semelhantes europeias (Kalb, 1976).

Todos eles tinham sido já publicados, mas não identificados como *tranchets*. O primeiro, proveniente do Castelo Velho de Caratão (Mação), é apenas descrito na publicação de origem, conjuntamente com o respectivo desenho (Pereira, 1970: 170 e Fig. 73). Anos depois, Montegaudou integra-o no seu *Corpus* de machados peninsulares, representando o “tipo 36 G” (Caratão), com a função de plaina, portanto para cortar finas lâminas de madeira (Montegaudou, 1977: 170). Os outros dois artefactos são da Sr.^a da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul) e foram interpretados como espátulas ou cabos vazados de objectos não identificados (Silva, 1979: 519). Esta particularidade tipológica dos cabos, similar à que se encontra nas espadas de “tipo Huelva”, foi desde logo sublinhada por Kalb. E é justamente nesse pormenor que se encontra legitimidade para atribuir coerência tipológica aos cerca de vinte *tranchets* conhecidos no Ocidente Peninsular e que este texto se propõe analisar.

Como referimos, a questão da funcionalidade precisa deste tipo de artefactos não se encontra perfeitamente resolvida nem é necessariamente homogênea, aspecto que recentemente foi também sublinhado (Armada Pita *et. al.*, 2008: 490). No entanto, têm sido entendidos, em geral, como facas para cortar sólidos flexíveis como peles, couros ou cabedais, conforme evocam algumas das designações pelas quais são conhecidos: *Ledermesser*, em alemão, *cuchillas de zapatero*, em espanhol, *tanged chisels*, em inglês, ou *tranchets*, em francês. Esta última denominação acabou por ser adoptada pela comunidade arqueológica peninsular, conforme revela a bibliografia portuguesa e espanhola sobre o assunto.

Nas últimas duas décadas, os estudos sobre o Bronze Final no território português, designadamente na sua região central, conheceram importantes avanços para os quais contribuíram, decisivamente, diversos programas de escavação em povoados das Beiras Interior e Central. A nossa responsabilidade directa em boa parte deles permitiu a recuperação de mais algumas peças interpretáveis como *tranchets*, perfeitamente contextualizadas e datadas, algumas inéditas, que ora se publicam.

Entretanto, foram também publicadas mais algumas (ou fragmentos de algumas) do mesmo tipo provenientes de outras regiões, quer do Sul de Portugal, quer da Extremadura espanhola e Andaluzia, que se compilam neste texto. Não obstante estes novos registos, permanece válida a ideia de que se trata de um tipo raro no contexto das produções do Bronze Final e perfeitamente coerente face ao grupo de *tranchets* de espigão da Europa de além-Pirenéus.

A informação disponível sobre *tranchets* do Ocidente Peninsular encontra-se, assim, reunida neste texto, que também pretende valorizá-los em função dos contextos de proveniência, bem como discutir as problemáticas inerentes à sua funcionalidade.

2. TRANCHETS DO OCIDENTE PENINSULAR

Entre as peças publicadas e inéditas que chegaram ao nosso conhecimento, contam-se mais de uma vintena de exemplares. Exclui-se deste repertório o *tranchet* de Paredes de Nava (Palencia, Espanha) por corresponder a um tipo distinto daquele que ora nos ocupa. Esta peça mesetinha enquadra-se no tipo de *tranchet* com espigão para encabamento, de âmbito atlântico, referindo o autor da publicação que corresponde ao único exemplar desse tipo conhecido na Península (Fernández Manzano, 1986: 120 e Fig. 37-1). Coffyn menciona ainda um outro *tranchet* de modelo atlântico pertencente à antiga colecção Cazorla do Museu de Valença (Coffyn, 1985: 55). Não tivemos oportunidade de fazer uma pesquisa sistemática no sentido de saber se, entretanto, na Península, outros exemplares similares, e bem conhecidos além Pirenéus, foram dados à estampa.

Os *tranchets* em análise são muito distintos. Se olharmos para a sua distribuição no mapa (Fig. 1), verificamos, mais uma vez, que cabe ao Centro do território português, e muito concretamente ao seu interior, um papel particular como região de franco dinamismo na manipulação de artefactos de bronze entre os finais do II e inícios do I milénio a.C. Tais produções, imitações, exportações e importações de finais da Idade do Bronze mereceram o epíteto de “Grupo Lusitano” (Coffyn, 1985: 267). Entretanto, outros trabalhos desenvolvidos na zona mais setentrional da Extremadura espanhola, legitimam a sua incorporação nesse mesmo mundo cultural. E é concretamente no Noroeste da Extremadura que se conhece, também agora, um número significativo de *tranchets*.

Vejamus então, de seguida, *tranchet* a *tranchet*. Começamos, de Norte para Sul, primeiro com os de território português, depois com os de território espanhol. Não nos foi possível, porém, observar directamente a totalidade dos artefactos, pelo que, nos casos assinalados, baseamo-nos na respectiva bibliografia². Esta condicionante deverá ser tida em conta, uma vez que é limitadora de outras considerações, por ventura mais correctas, se baseadas na observação directa de todos os artefactos e da sua microtopografia, com recurso a lupas, que não nos foi possível efectuar.

2.1. Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu

Os dois *tranchets* provenientes desta emblemática estação do Bronze Final do território português foram encontrados na campanha de escavações realizada em 1973 por Celso Tavares da Silva. Pouco se sabe sobre as suas condições precisas de achado e associação contextual a estruturas e aos demais materiais recolhidos, cerâmicos, líticos e metálicos (Silva, 1979). Trata-se, porém, e não obstante alguns problemas de índole estratigráfica, de um conjunto de grande coerência do ponto de vista cultural e cronológica. É abundante a bibliografia sobre este povoado e haverá sempre considerações de interesse a fazer. Pela nossa parte, tivemos ocasião de desenvolver algumas em trabalhos recentes, nos quais também publicamos três novas datas de Carbono 14 adiante referidas (Vilaça, 2007; 2008).

Uma das peças (Fig. 2-1) apresenta o cabo de linhas direitas e quatro alvéolos de dimensão irregular. A lâmina, fracturada numa das zonas do gume, é trapezoidal e possui nervuras laterais e uma central. Dimensões³: comp. 11,2; larg. gume 4,4; esp. máx. 0,5 (Kalb, 1976, 201, Abb.1-1).

A segunda peça (Fig. 2-2) é idêntica à anterior, mas o cabo está fracturado lateralmente, possuindo apenas três vazamentos. A lâmina, também trapezoidal e nervurada numa das faces, é mais curta e está praticamente completa; o gume é direito. Dimensões: comp. 10,9; larg. gume 3,4; esp. máx. 0,4 (Kalb, 1976, 201, Abb. 1-2 e Tafel 48; Silva, 1986: 200 e Lâm. LXXXIX-2).

Ambas as peças foram restauradas (Fig. 5-3).

2.2. Tapada das Argolas, Capinha, Fundão, Castelo Branco

Referido pela primeira vez no séc. XVIII, este povoado deverá ter sido ocupado nos finais do Calcolítico/Bronze Inicial, Bronze Final, Idade do Ferro e inícios do período romano, conforme testemunham diversos materiais recolhidos à superfície em distintos momentos. O facto de nunca ter sido alvo de escavações cientificamente dirigidas impede uma cabal compreensão da sua diacronia, organização interna, bem como da cronologia da muralha. Os dados relativos ao período que aqui nos interessa foram valorizados em trabalho recente, no qual é publicado o fragmento de um *tranchet* (Vilaça *et. al.*, 2002-2003: 182, Fig. 7-3 e Est. II-2).

² Assinalamos apenas a mais significativa.

³ As dimensões são sempre apresentadas em centímetros.

Trata-se de uma recolha casual e sem contexto preciso conhecido (Fig. 2-3 e 5-1). O *tranchet* está reduzido à lâmina, notando-se ainda o início de um dos alvéolos rectangulares. Apresenta contorno subtrapezoidal, com nervuras laterais e uma central, perpendiculares ao gume e em ambas as faces. O gume, de fio ligeiramente convexo e assimétrico pelo uso, tem secção lenticular (Fig. 5-2). Dimensões: comp. 4,2; larg. 3,6; esp. 4.

2.3. Monte do Frade, Penamacor, Castelo Branco

Ocupando uma pequena área (c. 126 m²) no topo de uma elevação, esta é uma das mais interessantes estações do Bronze Final da Beira Interior, precisamente pelo contraste entre a sua dimensão, circunscrita a duas unidades habitacionais, e a quantidade, diversidade e qualidade dos seus testemunhos artefactuais: cerâmicas impressas, incisas, com ornatos brunidos de “tipo Lapa do Fumo” e puncionadas de “tipo Cogotas”; braceletes, punhais, sovelas, pontas de seta, argolas, um *tranchet*, pinças, uma lâmina de ferro, etc. (Vilaça, 1995: 125-163, Est. CIV).

A peça classificada como *tranchet* encontra-se praticamente reduzida ao cabo (Fig. 2-4 e 6-1). Este, de contorno sub-rectangular, possui três alvéolos recortados de forma irregular, embora com tendência sub-rectangular; um quarto, junto à extremidade, não chegou a ser completamente aberto. O gume está praticamente desgastado e é quase recto. Dimensões: comp. 8,2; larg. máx. 2,5; esp. máx. 0,4 (Vilaça, 1995: 141 e Est. CIV-4).

É esta a informação que se encontra publicada mas, reanalisando de novo a peça, ficámos com algumas dúvidas relativas ao gume. A peça parece estar quase completa. De facto, o cabo não se diferencia da lâmina, porque esta é praticamente inexistente, pelo que não devemos afastar a hipótese de estarmos, simplesmente, perante o cabo de um artefacto. Mas, neste caso, não é fácil entender como seria efectuado o encabamento, pois não existe qualquer orifício de fixação.

2.4. Monte do Trigo, Idanha-a-Nova, Castelo Branco

Este povoado corresponde a uma elevação de forma cónica em cujo topo, parcialmente murado, encontramos uma ocupação do Bronze Final sobreposta a uma outra, calcolítica.

Os *tranchets* são provenientes de uma área (B8 02) de elevada concentração de artefactos metálicos, entre os quais também se encontravam pequenas lâminas de ferro, conjuntos aí depositados intencionalmente e submetidos à acção do fogo (Vilaça, 2006b: 88-90).

Um dos *tranchets* (Fig. 2-5 e 6-2) apareceu conjuntamente com dois pequenos fragmentos de bronze de secção circular. Possui forma subtrapezoidal, mas está incompleto, faltando-lhe parte do cabo, onde ainda se conservaram um alvéolo de contorno sub-elíptico e parte de um segundo, possivelmente semelhante. A lâmina tem bordos rectilíneos ligeiramente alteados e ténue nervura central em ambas as superfícies. O gume é irregular e assimétrico, denunciando uso efectivo. A peça encontra-se deformada por acção do fogo, concretamente na zona do cabo, enquanto que o gume apresenta rugosidades e pequenos orifícios também decorrentes de calor muito intenso. A porosidade da superfície pode ser igualmente devida ao processo de fundição. Dimensões: comp. 7,8; larg. gume 2,6; esp. 0,4; peso 24,37 g.

O segundo *tranchet* (Fig. 2-6) também se encontra incompleto, praticamente reduzido à lâmina. Tem contorno subtrapezoidal, conservando numa das extremidades o arranque de um alvéolo. A face posterior é totalmente lisa, enquanto que a outra possui uma interessante decoração com finas nervuras que formam pequenas “caixas” rectangulares. O gume encontra-se esboçado, mas parece ter sido rectilíneo e assimétrico. Tal como a peça anterior, também está deformada por acção do fogo. Dimensões: comp. 6,7; larg. gume 2,5; esp. 0,3; peso 19 g.

2.5. Castelo Velho de Caratão, Caratão, Mação, Santarém

Infelizmente, ainda não se encontram integralmente publicados os dados relativos às campanhas de escavação desenvolvidas nos anos oitenta do século passado nesta estação. Pelos dados conhecidos, trata-se de um povoado de altura com ocupação do Bronze Final (também calcolítica), estando presentes as características cerâmicas de ornatos brunidos e vestígios da actividade metalúrgica⁴.

O *tranchet* do Caratão (Fig. 2-7) apresenta forma sub-rectangular, de bordos quase direitos. O dorso é plano e a frente possui nervura central e duas laterais formando bordos. O cabo exhibe grande alvéolo (originalmente teria tido dois?) e o gume é direito. Dimensões: comp. 11,5; larg. gume 2,3; esp. gume 0,2; peso 25 g (Pereira, 1970: 170 e Fig. 73).

Como referimos no início, integra-se no “tipo 36 G” (Caratão) de Monteagudo, tendo sido interpretado como plaina (1977: 215).

2.6. Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior, Santarém

Escavado por Manuel Heleno em 1937, este sítio forneceu inúmeros vestígios que testemunham uma ocupação desde o Paleolítico Superior até ao período medieval. Os materiais proto-históricos (cerâmicos e metálicos) estão publicados e, entre eles, contam-se fragmentos de *tranchets* (Carreira, 1994: Est. XXXIV-6 e 7).

Dois deles (Fig. 2-8) correspondem à zona de transição do punho para a lâmina, possuindo bordos sensivelmente divergentes (Carreira, 1994: 83). Um outro pertence à empunhadura, também incompleta, tendo-se conservado dois alvéolos (Fig. 2-9).

2.7. Quinta do Marcelo, Almada, Setúbal

Esta estação, junto ao Tejo, foi interpretada como acampamento sazonal relacionado com o garimpo do ouro e com as primeiras trocas de praia entre indígenas e Fenícios (Barros, 1999: 18). Para além de cerâmicas de ornatos brunidos, os metais correspondem a duas fíbulas, uma de dupla mola e outra de “codo”, faquinhas em ferro, pesos de rede em chumbo e uma navalha de barba (Barros, 1998: 31-34).

Creemos que esta última será a mesma peça que aparece referida num outro texto como “faca de curtir peles em bronze” (Barros, 1999, vol. 2: 34-35, 44-45). Neste trabalho, o autor descreve-a sumariamente, apresentando desenho e fotografia. Estranha-se, porém, que não a refira na parte do texto relativa a esta estação, pelo que se ignora o seu contexto preciso de achado. Esta mesma peça viria a ser valorizada em publicação de cariz regional sobre o povoamento da Baixa Estremadura (Cardoso, 1999-2000: 385, 390 e Fig. 33-2).

A descrição que apresentamos deste potencial *tranchet* (Fig. 3-1) baseia-se no desenho esquemático existente e nele podemos ver uma peça fragmentada em duas partes, que não se ajustam perfeitamente entre si, decerto por efeitos de corrosão (ou porque falta a parte intermédia?). O desenho pode induzir em erro, sugerindo uma peça completa, mas de acordo com a informação de Barros, está fracturada na parte distal e tem o peso de 6,25g (Barros, 1999: 44). Deste modo, desconhecemos como era, com efeito, a morfologia do gume. A forma é sub-rectangular, os bordos são rectilíneos e o cabo possui dois alvéolos subelípticos, um deles bastante alongado. Dimensões⁵: comp. 7,7; larg. máx. 2,6.; esp.0,3.

⁴ Dados apresentados por M. A. Pereira no *Simpósio sobre o Bronze Final na Beira Interior* (Mação, 1988).

⁵ Confirmando-se que o desenho existente está à escala.

2.8. Castelo de Arraiolos, Arraiolos, Évora

Entre as diversas ocupações humanas do morro onde se localiza o castelo de Arraiolos, conta-se a do Bronze Final testemunhada por diversas estruturas e materiais resultantes de sondagens realizadas por Gustavo Marques em 1973 e 1994 e pela empresa de arqueologia *Arkaios*, já nos inícios deste século. Os materiais encontram-se em estudo, sendo de destacar o soberbo conjunto de cerâmicas com decoração brunida no exterior, no interior ou em ambas as superfícies (Almeida, 2009).

A maioria das peças metálicas foi encontrada em 1973 e provém de uma das sondagens do sector II, localizado na plataforma superior, no interior das muralhas, do seu lado Nascente⁶. Do conjunto consta um pequeno fragmento de cabo de *tranchet* (Fig. 3-2), com a referência “CA S5 II”, já antes publicado por Carreira, embora com indicação de ser proveniente de escavações realizadas na encosta do castelo (1994: 83 e Fig. 11-3). Trata-se da extremidade do cabo, de secção subtriangular, conservando-se parte do primeiro alvéolo. Dimensões: comp. 3,2; larg. máx. 3; esp. 0,3.

2.9. Castelos, Baleizão, Beja

O povoado dos Castelos faz parte da rede de povoamento do I milénio a.C. que tem como eixo estruturante o troço do Guadiana, designadamente nos concelhos de Moura, Serpa e Beja. O sítio, com dupla muralha, foi identificado por Conceição Lopes que lhe atribuiu cronologia do Bronze Final (Lopes, 2003: 90, nota 2 e Fig. 19).

Entre as colecções do MNA contam-se algumas peças e fragmentos metálicos, inéditos, encontrados neste povoado que corroboram, em pleno, a cronologia proposta. Foram oferecidas por José Brissos, conforme consta na etiqueta, sem outras informações relativos ao achado. Entre elas conta-se um *tranchet*⁷.

O *tranchet* (Fig. 3-4 e 6-3) encontra-se completo, embora fragmentado na parte central. O desenho e descrição que apresentamos devem ser vistos com alguma reserva, uma vez que a peça ainda não foi sujeita a qualquer tipo de limpeza. Ambas as superfícies são irregulares devido à corrosão. Apresenta empunhadura de contorno subcircular com dois alvéolos sub-elípticos, abertos lado a lado. A zona mesial, mais estreita, é rasgada longitudinalmente por um estreito alvéolo. A lâmina, plana, alarga na zona do gume que é sub-rectilíneo. Dimensões: comp. 12,5; larg. gume 4,4; esp. 0,4.

2.10. La Muralla del Agujón de Pantoja, Trujillo, Cáceres

O local corresponde a um grande castro do Ferro Pleno situado sobre a foz do Tamuja com o Almonte, tendo também fornecido materiais cerâmicos e metálicos datáveis do Bronze Final, nomeadamente um *tranchet* completo (Martín Bravo, 1999: 37, 54 e Fig. 8-8).

O desenho publicado permite ver uma peça (Fig. 3-9) de forma subtrapezoidal, cabo com dois alvéolos, um sub-rectangular, o outro subquadrangular; a lâmina aparenta possuir pequena nervura central, apresentando as extremidades ligeiramente divergentes e o gume rectilíneo.

⁶ Informações recolhidas no “Arquivo Gustavo Marques”, depositado no Museu Nacional de Arqueología. Agradecemos ao Director do Museu, Dr. Luís Raposo, a autorização para a sua consulta.

⁷ Agradecemos ao Director do Museu, Dr. Luís Raposo, a autorização para a sua análise.

2.11. El Risco, Sierra de Fuentes, Cáceres

Este povoado de altura, com ocupação do Bronze Final e Ferro Inicial, situa-se num inequívoco ponto estratégico, de onde se domina a peniplanície cacereña (Martín Bravo, 1999: 35). Neste importante trabalho dá-se a conhecer o lote de materiais metálicos de El Risco depositados no Museu Provincial de Cáceres, entre os quais se contam quatro *tranchets* (Martín Bravo, 1999: 37, 54 e Fig. 7-1, 2, 3 e 4).

A peça (Fig. 3-6) mais completa apresenta forma sub-rectangular, com orifício numa das extremidades e gume subconvexo.

Uma outra (Fig. 3-7) possui a zona do encabamento incompleta, conservando ainda parte do alvéolo rectangular rebaixado mas não totalmente oco; a lâmina tem as extremidades ligeiramente divergentes e o gume sub-rectilíneo.

As outras duas peças (Fig. 3-8) estão bastante incompletas, limitadas à lâmina, faltando-lhes a zona do encabamento onde, todavia, ainda se vê o arranque de um alvéolo.

2.12. El Castillejo, Robledillo de Trujillo, Cáceres

Na ladeira sul deste imponente cerro existe um castro do Ferro Pleno, ignorando-se o local preciso de proveniência dos materiais do Bronze Final, concretamente dois *tranchets*, pertencentes ao Museu Provincial de Cáceres e estudados por Martín Bravo (1999: 34-35, 54 e Fig. 6-3 e 7)⁸.

Um deles (Fig. 3-3) encontra-se bastante incompleto, sendo de assinalar a existência de um alvéolo subovóide.

O outro (Fig. 3-5) também está incompleto, faltando-lhe a zona de encabamento; conservou-se um alvéolo subcircular, do qual arrancam três pequenas nervuras no sentido do gume; este é convexo e encontra-se deformado por intenso desgaste.

2.13. Los Concejiles, Lobón, Badajoz

Este povoado, identificado nos inícios dos anos 90 do séc. XX, implanta-se num cerro destacado e de topo amesetado, dominando visualmente um amplo trecho do Médio Guadiana. Os diversos materiais conhecidos, provenientes de recolhas superficiais efectuadas em distintos momentos, revelam assinalável sintonia de um ponto de vista cronológico e cultural, de finais da Idade do Bronze (Vilaça *et. al.*, no prelo).

Contam-se mais de 200 fragmentos cerâmicos de fabrico manual, com elevada percentagem de decorações, espelhando óbvia selecção na sua recolha: decorações brunidas de tipo “Guadaluquivir” e “Lapa do Fumo”, pintadas, de tipo “Carambolo”, incisadas pós-cozedura, de tipo “Baiões/Santa Luzia”, caneladas e puncionadas. Também o conjunto metálico é revelador, destacando-se um conjunto de ponderais e duas fíbulas de “codo”, para além de outros tipos. Entre estes, conta-se um *tranchet* praticamente intacto.

Trata-se de peça com curto cabo subcircular e alvéolo central, prolongado por uma lâmina desenvolvida de contorno subtrapezoidal e nervurada; gume direito mas ligeiramente dissimétrico. Embora esteja actualmente desaparecida, foi possível registá-la em desenho (Fig. 3-10). Dimensões: comp. 8,3; larg. gume 2,9.

⁸ A autora apresenta ainda um outro artefacto deste povoado, semelhante a um largo escopro e cujo cabo possui em grande alvéolo elíptico (Martín Bravo, 1999: 34, Fig. 6-9).

2.14. Rio Genil, Sevilha

No local de Remanso de las Golondrinas, num meandro do rio Genil e perto da junção de águas de Arroyo Blanco com aquele, têm aparecido, em distintos momentos, vários artefactos de bronze, concretamente três espadas, um punhal, uma fúrcula ou gancho de carne, uma ponta de lança e um *tranchet* (Armada Pita e Lòpez Palomo, 2003). Estes dois últimos apareceram juntos, tendo sido o *tranchet* considerado inicialmente como possível navalha de barbear (Lòpez Palomo, 1978).

Perto encontram-se os povoados de Castellares e de Alhonor, cujos habitantes teriam sido, segundo aqueles investigadores, os responsáveis pelos depósitos de bronze (Armada Pita e Lòpez Palomo, 2003: 171). Esta relação espacial de proximidade, a sua localização junto às margens do rio e o achado de grupos de peças em distintos momentos e lugares, concorrem no sentido de estarmos perante um depósito, ou vários, com interessantes problemáticas que recentemente discutimos, nomeadamente a dos que designamos por “depósitos de margem”, “campos de depósitos” e “depósitos periféricos” (Vilaça, 2006a).

O *tranchet* (Fig. 3-11) é uma peça bastante elegante, de lâmina subtrapezoidal, cujo gume, incompleto, adivinha-se ter sido rectilíneo. Na zona mesial, de transição da lâmina para o cabo, a peça apresenta estrangulamento para depois alargar, primeiro de forma oval, depois circular. O cabo é assim constituído por duas argolas interligadas que acompanham a forma dos dois alvéolos, respectivamente, ovóide e circular. Dimensões: comp. 14,6; larg. máx. 3,3.

3. TIPOLOGIA DOS TRANCHETS

Face aos dados disponíveis e às três famílias de *tranchets* – com lingueta, espigão e alvado – definidas por Nicolardot e Gaucher (1975: 105), faz todo o sentido falar de uma quarta, de cabo vazado, valorizada por Kalb (1976) e agora plenamente confirmada pelos exemplares entretanto conhecidos e aqui reunidos. As características do encabamento funcionam, assim, como o principal atributo intrínseco de distinção.

Também parece ser pacífico associar este último tipo às produções do Ocidente Peninsular, onde se concentram os casos conhecidos. Um outro *tranchet* de cabo vazado subcircular, mas reduzido a pequeno fragmento, pertence ao depósito de Monte Sa Idda (Cagliari, Sardenha) (Taramelli, 1921: 56 e Fig. 77) (Fig. 3-12). Os outros tipos são manifestamente característicos de além-Pirenéus, nomeadamente de França e Inglaterra.

Quanto aos que ora nos ocupam, se passarmos a um segundo nível de análise, e sem ferir a notável coerência tipológica ditada pelas características do cabo com alvéolos, encontramos determinadas particularidades ou especificidades do talão, do gume e da forma geral das peças, o que também implica ter presente a diversidade que lhes é inerente.

De um ponto de vista metodológico, é talvez prematuro avançar para o estabelecimento de variantes tipológicas com parâmetros bem definidos, tendo em conta o número reduzido de exemplares, concretamente completos. Acresce o facto, como referimos, de não termos observado directamente todas as peças. Mas é possível traçar algumas linhas orientadoras que talvez um dia, com informação adicional, possam ser precisadas ou corrigidas.

Apesar destas nossas reticências, a verdade é que foi já estabelecida uma tipologia em função do desenvolvimento do cabo e da forma do gume, na qual se definiram cinco variantes, quase tantas quanto o número de *tranchets* utilizados na sua elaboração (Martín Bravo, 1999: 54 e Fig. 15-A). E se é certo que aqueles dois critérios podem servir de distinção, a verdade é que outros também o podem com plena legitimidade.

Quanto à forma geral, há peças tendencialmente rectangulares, isto é, em que a lâmina se desenvolve no prolongamento do cabo (v.g. Caratão, Quinta do Marcelo, El Risco 1). Outras, pelos

contrário, possuem contorno subtrapezoidal, na medida em que a lâmina tem bordos divergentes que se distingue do cabo (v.g. Baiões, Tapada das Argolas). E ainda outras cujo perfil é sinuoso ou tripartido (v.g. rio Genil).

Por outro lado, julgamos ser importante sublinhar que determinados exemplares (v.g. Caratão, Monte do Trigo 2, Quinta do Marcelo? e Castelos?⁹) são unifaciais, ou seja, apresentam uma das faces totalmente lisa e a outra nervurada. Sem ser possível demonstrar qualquer relação em termos de fabrico, é de lembrar que talvez não seja simples coincidência o Centro do território português ser igualmente responsável pelas produções de machados de talão unifaciais, ou seja, com essa mesma característica (Coffyn, 1985: 219).

As lâminas podem ser lisas ou nervuradas. Tanto ocorrem nervuras simples e pouco pronunciadas (v.g. Monte do Trigo 1), como muito pronunciadas (Baiões 2, La Muralla, Tapada das Argolas, Los Concejiles). Excepcionalmente, encontramos nervuras formando reticulado com objectivos decorativos (Monte do Trigo 2). A decoração de peças consideradas de carácter funcional, como é o caso, e a que podemos juntar machados e pontas de lança, etc., mereceria maior reflexão que, porém, não cabe neste texto.

Por sua vez, os gumes variam entre os rectilíneos (v.g. rio Genil, La Muralla, Los Concejiles) e os convexos (v.g. Castelos, Tapada das Argolas). Pormenor da maior importância, porque comprovativo de um uso efectivo e decerto associado ao corte de sólidos flexíveis, é a dissemetria de alguns gumes (v.g. Monte do Trigo 1, Tapada das Argolas, El Castillejo 1). Esses gumes dissimétricos sugerem ainda um movimento de corte sempre no mesmo sentido, compatível com aquela presumível função. Num caso (Monte do Frade), é admissível que a peça se circunscreva ao cabo, ou apresente o gume extremamente gasto.

No que respeita os cabos, são igualmente notórias as diferenças, com destaque para os rectilíneos (v.g. Bocas), por um lado, e os circulares (v.g. Castelos, rio Genil), por outro. Esta característica é ainda partilhada pelo *tranchet* pertencente do depósito sardo atrás referido. Sem ser possível ir muito além desta constatação evidente, note-se, porém, que aqueles casos, concretamente os de território peninsular, são provenientes da região mais meridional.

Um outro possível critério de distinção diz respeito à forma e ao número de alvéolos que encontramos nos cabos. Nuns casos são sub-rectangulares ou subquadrangulares, noutros são ovóides, subcirculares ou subelípticos, quase sempre em função da forma geral do cabo. Os alvéolos são normalmente sequenciais, em número de quatro (v.g. Monte do Frade, Baiões 1), três (v.g. Baiões 2) ou dois (v.g. Quinta do Marcelo, La Muralla). O exemplar dos Castelos oferece não só uma outra disposição, com dois lado a lado e um central, como alvéolos – na realidade fendas – bastante estreitos quando comparadas com os dos outros *tranchets*.

A questão da forma e número de recortes dos cabos é critério que poderá ter especial valor na perspectiva do investigador, mas até que ponto o teria para as pessoas que os fizeram e usaram? Para serem eficazes, estes instrumentos teriam de ser utilizados encabados, com madeira, osso, chifre, cordas enroladas, etc., que encobriam aqueles. Trata-se, enfim, do problema *emic* versus *etic*, que nos levaria até aos longínquos anos cinquenta do século passado e à discussão iniciada por Ford e Spaulding.

Como se vê, existem diferenças várias entre os *tranchets* do Ocidente Peninsular que, porém, não anulam a inequívoca unidade pautada pelo peculiar recorte dos cabos. Se estas variantes traduzem alguma evolução cronológica ou regionalismos, é algo que terá de ficar em aberto, o que não nos parece demasiado grave. Por outro lado, esta diversidade, quer nos cabos, quer nos gumes, quer ainda na forma geral das peças, poderá ser reflexo de distintas funcionalidades difíceis de estabelecer com total segurança.

⁹ Como referimos, o estudo desta peça foi condicionado pelo facto de não se encontrar limpa.

4. METALURGIA DOS *TRANCHETS*

Nem todos os *tranchets* foram sujeitos a análises metalográficas, mas podemos já adiantar alguma coisa em função dos dados referentes a dez peças (Quadro 1)¹⁰. É certo que nem todas as análises foram realizadas com idêntica metodologia, o que seria desejável numa comparação mais rigorosa, nomeadamente no que respeita a quantificação percentual dos diversos elementos constituintes. Mas também é verdade que tal não põe em causa determinadas características tendenciais, como veremos.

A questão dos métodos utilizados, quaisquer que eles sejam, é sempre um problema que se coloca, conforme têm sublinhado diversos investigadores e que também já tivemos oportunidade de comentar, pois todos têm limitações e vantagens (Vilaça, 1997).

Recentemente, materiais metálicos de Baiões, incluindo os dois *tranchets*, foram analisados pelo método de fluorescência de raios X dispersiva de energias¹¹, confirmando-se corresponderem a ligas binárias de cobre e estanho, aliás como os restantes materiais desta estação (Valério *et. al.*, 2006: 299). Os valores de estanho são manifestamente exagerados (41,5% e 47,6%) e naturalmente irrealistas em termos de liga metálica propriamente dita, o que se explica, como notam os autores, pela significativa camada de corrosão superficial.

A lâmina do *tranchet* da Tapada das Argolas foi analisada no Museu Arqueológico Nacional de Madrid¹² pelo método de fluorescência de raios X de energias dispersivas, tendo revelado uma composição binária (Vilaça *et. al.*, 2002-2003: 188). Os valores de estanho (19,1%) são ligeiramente superiores aos ideais para uma boa liga de cobre e estanho (12-15%), mas ainda assim dentro de limites aceitáveis.

O *tranchet* de Monte do Frade foi inicialmente analisado¹³ pelo método de espectroscopia de raios X de energias dispersivas, que mediou elevada percentagem de estanho (33,8±1,3%) (Seruya, 1995; Vilaça, 1995: 352-359). Mais tarde foi submetido a análise de microscopia electrónica de varrimento¹⁴, confirmando-se, naturalmente, a liga binária, mas acusando agora valores normais de estanho (10,08%). É óbvio que a discrepância dos valores deste elemento resulta da disparidade dos métodos (Vilaça, 1997: 128 e Merideth, 1997).

As análises dos dois *tranchets* do Monte do Trigo, efectuadas por microscopia electrónica de varrimento e que agora se divulgam¹⁵, revelaram bronzes binários em que as percentagens de estanho rondam os 8-9%.

O *tranchet* do Castelo Velho do Caratão foi analisado no Laboratório de Rennes juntamente com outros artefactos do Bronze Final do território português. E, mais uma vez, os resultados revelaram uma excelente liga de cobre e estanho, numa relação de 85,9% para 14% (Coffyn, 1998: 175).

A análise de fluorescência de raios X aplicada à parte mesial do *tranchet* do Abrigo Grande das Bocas revelou uma liga binária de cobre e estanho, em que este atinge valores elevados (30,07%) (Seruya e Carreira, 1994: 140).

Quanto aos *tranchets* de território espanhol, dispomos de análises para as peças de La Muralla de Aguijón de Pantoja, El Castillejo 1 e El Risco 1 e 2, então designadas como “rasuradores calados” (Gómez Ramos *et. al.*, 1998: 107). Neste caso, um deles destaca-se do quadro aqui apresentado por apresentar diminuta quantidade de estanho (5%).

¹⁰ O *tranchet* da Quinta do Marcelo também foi analisado, mas os resultados ainda não se encontram disponíveis.

¹¹ Análises realizadas por Pedro Valério no âmbito dos projectos “Caracterização das produções metalúrgicas do Grupo Baiões/Santa Luzia (Bronze Final)”/“Metalurgia e Sociedade no Bronze Final do Centro de Portugal” (POCI/HAR/58678/2004).

¹² Análises realizadas por Ignacio Montero no âmbito do Projecto BHA2001-0248 “Caracterización Tecnológica de la Metalurgia del Bronce Final en la Península Ibérica”.

¹³ Análises efectuadas por Ana Isabel Seruya no Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa.

¹⁴ Análises efectuadas sob responsabilidade de Craig Merideth no Institute of Archaeology (University College, London).

¹⁵ Ver nota anterior.

N.º	Estação	Cu	Sn	Fe	Ni	Zn	As	Ag	Sb	Pb
1	Sr.ª da Guia	57.1	41.5	0.19	-	-	0.76	-	0.07	<0.10
2	Sr.ª da Guia	51	47.6	0.19	-	-	0.44	-	0.21	0.1
3	Tapada das Argolas	80	19.1	0.04	0.05	-	0.32	0.15	0.33	0.08
4	Monte do Frade	66±1.3	33.8±1.3	-	-	-	-	0.058±0.02	0.07±0.01	-
		87.85	10.08	-	-	-	-	-	-	-
5	Abrigo Grande das Bocas	69.93	30.07	-	-	-	-	-	Vest.	-
6	Monte do Trigo	81.84	8.84	-	-	-	-	-	-	-
7	Monte do Trigo	86.51	7.99							
		86.27	8							
		87.93	7.9							
8	Castelo Velho do Caratão	85.9	14	-	0.02	-	Vest.	0.04	0.01	0.03
9	El Risco	84.9	13.8	0.16	0.08	-	0.19	0.09	0.61	0.18
10	El Risco	94.6	5	0.22	-	-	0.16	Vest.	-	Vest.
11	La Muralha del Aguijón de Pantoja	88.8	10.8	0.12	0.11	-	-	0.02	0.03	0.11
12	El Castillejo de Robled	83.9	13.5	0.39	0.09	-	1.5	0.13	0.25	0.21

Reunindo toda a informação no quadro, verifica-se que os resultados obtidos para os *tranchets* não só revelam uma assinalável coerência entre si no que respeita a composição binária, como se enquadram, por isso mesmo, nas características das composições metalúrgicas do Bronze Final do Ocidente Peninsular, designadamente do Centro do território português.

Por outro lado, e conforme já sublinhámos, os elevados valores de estanho que alguns acusam, e onde se destacam as duas peças de Baiões (com valores de estanho de 41,5% e 47,6%, respectivamente), devem ser entendidos à luz da metodologia empregue e em função do grau de corrosão das peças, nada devendo, na nossa perspectiva, nem à ignorância tecnológica dos artífices, nem à particular abundância de estanho no território português (Vilaça, 1995: 356-357; 1997: 142-143). Distanciamo-nos, assim, da interpretação que valoriza as elevadas percentagens de estanho em determinados artefactos das Beiras e Estremadura na sequência da abundância dos recursos de estanho.

5. CONTEXTOS DOS *TRANCHETS*

Como ficou demonstrado, este tipo de *tranchets* tem uma área de distribuição peninsular perfeitamente definida, nela assumindo papel cimeiro o Centro do território português (Fig. 1). Seria expectável, pela similitude do tipo de cabos, que se verificasse a existência de um maior número de exemplares nas zonas onde se encontram espadas de “tipo Huelva”. É bem possível que se encontrem algumas peças inéditas nos fundos dos museus, o que poderá vir a alterar pontualmente a moldura de distribuição apresentada neste trabalho.

Vimos também que são conhecidos, ainda que em vários casos de forma muito superficial ou imprecisa, os contextos de proveniência dos artefactos catalogados. Noutros, pelo contrário, não só são conhecidos com bastante pormenor, como existem datas de Carbono 14 com eles relacionáveis. Assim, e de um ponto de vista cronológico-cultural, estas peças não oferecem problemas de monta: testemunham e dão corpo à pujante metalurgia do bronze dos finais da Idade do Bronze do Ocidente Peninsular, centradas nos sécs. XI-IX a. C.

Nos casos dos *tranchets* do Monte do Frade e do Monte do Trigo, existem datas de Carbono 14 para os níveis onde foram encontrados. Quanto às datas recentemente obtidas para a Sr.^a da Guia, não é possível estabelecer com absoluto rigor uma relação directa por insuficiência de registos de campo, mas tudo indica que tal será admissível. Para a estação da Quinta do Marcelo, as informações são mais imprecisas, uma vez que não se disponibiliza informação relativa ao contexto de achado do *tranchet* e das amostras datadas (Barros, 1999: 36).

Assim, e quanto a estas últimas, pouco mais se pode adiantar para além dos resultados obtidos, quer os que constam naquele trabalho, referentes a três datas, quer outros, entretanto divulgados. As datas relacionam-se com duas estruturas escavadas, mas ignora-se de qual delas é proveniente o *tranchet*. Existem três datas para a “Bolsa 1” (ICEN-943: 2780±120 BP; ICEN-945: 2910±50 BP; ICEN-947: 3000±70 BP) e quatro para a “Bolsa 2” (ICEN-924: 2700±70 BP; ICEN-920: 2830±50 BP; ICEN-923: 2560±100 BP; ICEN-922: 2790±60 BP) (Melo e Senna-Martinez, 2000: 98). A calibração destas datas, para um intervalo de confiança de 2 sigma são, respectivamente e segundo os mesmos autores, as seguintes: 1272-770 cal. AC; 1260-925 cal. AC; 1411-1004 cal. AC; 994-783 cal. AC; 1121-841 cal. AC; 902-399 cal. AC; 1112-812 cal. AC.

O *tranchet* do Monte do Frade encontrava-se na periferia da lareira 3 (sector I, camada 3), num nível para o qual existem quatro datas de Carbono 14 obtidas a partir de carvão vegetal (GrN-19660: 2805±15 BP; ICEN-971: 2850±45 BP; ICEN-969: 2920±50 BP; ICEN-970: 2780±100 BP). A sua calibração, para um intervalo de confiança de 2 sigma, indica, respectivamente, os seguintes parâmetros: 1003-913 cal. AC, 1192-1132 cal. AC, 1292-946 cal. AC e 1257-790 cal. AC. É possível estimar uma ocupação centrada entre o séc. XI e a 1.^a metade do séc. X AC. Os resultados das duas primeiras são estatisticamente semelhantes, sendo que a sua calibração permite apontar o séc. X AC para o núcleo de troncos carbonizados (c. 3-nível 4b) que selava, parcialmente, a camada 3, constituindo, assim, um *terminus ante quem* do nível onde se encontrava o *tranchet* (Vilaça, 1995: 141, 162, 374).

Para o Monte do Trigo estão disponíveis sete datas de Carbono 14 resultantes de amostras de carvão de distintos níveis inseridos na camada 2. Essas datas (Sac-1458: 3020±60 BP; Sac-1456: 2990±50 BP; Sac-1457: 2960±45 BP; Sac-1507: 2960±45 BP; CSIC-1289: 2913±41 BP; Sac-1506: 2880±45 BP e CSIC-1288: 2880±33 BP) reportam-se à mesma realidade cultural. Após calibração, e para um intervalo de confiança de 2 sigma, obtêm-se, respectivamente, os seguintes valores: 1419-1057 cal. AC, 1387-1056 cal. AC, 1368-1022 cal. AC, 1368-1022 cal. AC, 1262-997 cal. AC, 1211-925 cal. AC e 1193-937 cal. AC. (Vilaça, 2006 b: 94; 2008).

As três datas recentemente determinadas para a Sr.^a da Guia são de elevada fidedignidade por possuírem desvios-padrão relativamente pequenos e por terem sido obtidas a partir de sementes (fava e ervilha), portanto elementos de vida curta, o que lhes confere um valor muitíssimo próximo da realidade. As sementes resultaram das escavações realizadas em 1973 por Celso Tavares da Silva, não sendo possível especificar o seu contexto preciso de origem, nomeadamente se oriundas do sector A ou do sector B; sabe-se apenas que foram recolhidas na crivagem das terras (Silva 1979: 524). Indirectamente, poderemos associá-las aos materiais dessa campanha, os quais correspondem, ao nível dos metais, com os dois *tranchets*, um conto e duas pontas de lança, um espeto, etc., e ainda cerâmicas de “tipo Baiões” e outras estampilhadas (Silva 1979: 528).

Os resultados (GrA-29095: 2745±40 BP; GrA-29097: 2680±40 BP; GrA-29098: 2650±35 BP), e a média ponderada passível de ser utilizada (2688±22 BP), uma vez calibrados, para um intervalo de confiança de 2 sigma, fornecem os seguintes valores: 993-979 cal. AC, 906-796 cal. AC, 895-787 cal. AC e 895-806 cal. AC. Portanto, são resultados que apontam para uma cronologia centrada nos sécs. X-IX AC (Vilaça, 2007; 2008).

As datas do Monte do Trigo correspondem a uma das mais antigas ocupações do Bronze Final da Beira Interior datadas pelo C14, recaindo maioritariamente nos sécs. XII-XI AC. Pelo con-

trário, as de Baiões, a uma das mais recentes. Comparando-as, a simultaneidade de ocupação dos dois sítios, a ter-se verificado, teria ocorrido durante um lapso de tempo relativamente curto, por volta de 1000-975 cal AC.

Os próprios resultados das análises metalográficas de artefactos destes e dos demais povoados, sempre binárias, como vimos, corroboram, ainda que seja critério de alguma fragilidade, uma datação anterior ao séc. VIII.

No que respeita o tipo de contextos, todos eles, com uma única excepção – *tranchet* de rio Genil – são provenientes de povoados ou espaços habitados. Não conhecemos, portanto, achados em contextos sepulcrais ou em depósitos de bronze, independentemente do(s) sentido(s) e funcionalidade(s) que lhes queiramos atribuir. Quanto àqueles, e não obstante assinaláveis diferenças entre si, que não cabe comentar neste momento, quase todos correspondem a sítios de altura, muralhados ou não, com estratégica implantação no espaço. A Quinta do Marcelo foge a este modelo, uma vez que constitui um acampamento sazonal junto à praia.

Em vários deles está comprovada a prática local da metalurgia do bronze, sendo presumível que nos restantes (ou em alguns deles) também tivesse sido praticada.

Se aceitarmos que a concentração de achados numa dada região constitui um indicador relativamente fiável da sua produção regional, é bem provável que pelo menos alguns destes *tranchets* tenham sido produzidos nos locais onde se encontraram. Contra esta ideia, que certamente alguns critic(ari)am, poderá argumentar-se que não existem quaisquer evidências de moldes de *tranchets* naqueles povoados. Mas a verdade é que não se conhecem aí nem em qualquer outra região peninsular, segundo cremos. E, todavia, terão de ter existido. Por ora, e sobre esta problemática, temos de nos circunscrever às peças propriamente ditas e assumimos que corresponderão, até prova em contrário, a produções características do Centro do território português/Extremadura ocidental (Vilaça, 2008).

Por outro lado, e sem ser contraditório do que acabámos de afirmar, alguns dos sítios de achado dos *tranchets* (Sr.^a da Guia, Monte do Frade, Monte do Trigo, Abrigo Grande das Bocas, Quinta do Marcelo, Arraiolos) forneceram elementos de timbre marcadamente mediterrâneo, como fíbulas, pinças, contas de vidro, facas em ferro, etc. Veremos ainda que esta ligação ao mundo meridional é testemunhada por outros indícios de particular pertinência no estudo dos *tranchets*.

6. FUNCIONALIDADE(S) DOS *TRANCHETS*

Em termos genéricos, não existem motivos consistentes para se considerar incorrecta a função que tem sido atribuída aos *tranchets*. Porém, os argumentos que a fundamentam não são absolutos. Sendo mais que provável o seu uso como instrumentos destinados ao corte de sólidos flexíveis, concretamente couros e peles, é igualmente necessário admitir outras soluções impostas pela variabilidade atrás exposta. Começemos pelos mais fácil.

Por definição, os *tranchets* são peças providas de gume. Em alguns casos observa-se a particularidade deste apresentar um desgaste assimétrico denunciador de uma utilização de corte sempre na mesma direcção, conforme foi já sublinhado (Kalb, 1976: 201). Nas peças que estudámos, esta característica manifesta-se de forma evidente nas da Tapada das Argolas, Monte do Trigo 1 e El Castillejo 1.

Ao nível das produções metálicas características do Bronze Final do Ocidente peninsular, é bem sabido que não só aumentaram em número relativamente ao período anterior, como diversificaram os tipos com funções perfeitamente distintas e específicas. Por outro lado, também é relativamente pacífico ter-se como certas, para a época e região, a intensificação da criação de gado e a valorização estratégica das peles no sistema de trocas vigente (Vilaça, 1998: 367-368; Vilaça *et. al.*, 2002-2003: 190). Em trabalho de síntese ficou plenamente demonstrado pelas evidências

estudadas, que a criação de gado – *Bos taurus*, *capra hircus*, *Sus domesticus* e *Ovis aries* –, mas também a caça – *Cervus elaphus* – constituíram importantes actividades entre as populações do Bronze Final do território português (Cardoso, 1996). Outros dados entretanto divulgados apontam no mesmo sentido.

Assim, a existência de artefactos com a função específica do trabalho de peles é perfeitamente normal e, o que espanta, é o facto de serem em tão reduzido número. Mesmo contando com os achados mais recentes, e outros que certamente ocorrerão um dia, a sua produção foi diminuta no contexto das produções metálicas do Bronze Final. Poderemos sempre admitir que esta mesma função pudesse ter sido executada com outro tipo de instrumento (metálico ou lítico) cuja especificidade funcional não se afigura de modo tão explícito nos espólios conhecidos.

Não é despiciente pensar ainda que a sua raridade é articulável com uma função executada só por alguns. A verdade é que muito pouco se sabe, em concreto, sobre o trabalho do couro, e a organização das actividades produtivas, em geral. Peles, couros e cabedais seriam utilizados na confecção de vestuário, calçado, cinturões, sacos, bainhas de punhais e de espadas, aljavas, etc.

Mas a raridade deste tipo de peças permite outras leituras. De facto, dela se poderá depreender uma função mais “nobre” e de excepção compatível com acções ou usos bem menos prosaicos e de elevado significado social. Por exemplo, poderão algumas ter servido de espátula para limpeza do corpo? Se assim for, será também necessário sublinhar, pelos contextos de achado, que tais actividades decorreriam (excepção para a peça do rio Genil) nos habitats.

Se assumimos antes que as peças em estudo correspondem a *tranchets*, não ignoramos, porém, que outras interpretações têm sido propostas, concretamente as de navalhas de barbear (v.g. Gómez Ramos *et. al.*, 1998: 107; Warmenbol, 2007: 389). Os *tranchets* de Baiões chegaram mesmo, há bem pouco tempo, a ser considerados possíveis espelhos (Harrison, 2004: 151). Se alguns casos podem suscitar legítimas dúvidas, não serão decerto estes últimos, que não acreditamos corresponderem a espelhos. E é de evitar que as mesmas peças sejam navalhas numa publicação e *tranchets* numa outra distinta, sem se justificar o motivo da alteração (Barros, 1998: 32; 1999: II-44).

Creemos que esta alternativa interpretativa decorre da diminuta espessura de alguns dos gumes de *tranchets*, o que os aproxima das delicadas lâminas das navalhas de barbear. Aliás, pelo mesmo motivo, também não são inéditas algumas confusões entre navalhas de barbear e pontas de “tipo Palmela”. Mas as navalhas, que pudemos recentemente estudar (Vilaça, 2009), nem possuem gumes assimétricos, nem a espessura comparativamente grosseira das lâminas dos *tranchets*. Pelo contrário, caracterizam-se por lâminas muitíssimo delgadas indicando, simultaneamente, uma técnica de fabrico distinta. Decerto que o manuseamento directo de todas as peças ajudaria a eliminar algumas dúvidas. O recurso à observação microscópica, muito em particular dos gumes, com vista a identificar vestígios de uso, e a realização de testes de micro-dureza seriam igualmente fundamentais.

É já sabido que os cabos destes *tranchets* são muito semelhantes aos de punhais e de espelhos sardos, nomeadamente de Torpe, Abini, Santa Vittoria (Kalb, 1976: 204; Coffyn, 1985: 222; Lo Schiavo, 1991: 216-217; Vilaça, 1995: 339). Mas estes possuem um pormenor importante, inexistente nas peças peninsulares em análise: um pequeno orifício de fixação, revelando inequívoca função como cabos de objectos.

Ora, a questão dos cabos merece mais algumas palavras.

É suposto que as pegas decoradas com o peculiar estilo entrançado de timbre sardo-cipriota não seriam encabadas com madeira, osso, chifre, etc. As outras, lisas, peninsulares, e concretamente as que estão em bruto, isto é, que não sofreram qualquer tipo de polimento depois de saídas do molde, sê-lo-iam. Mas o problema da apreensão destas peças vai para além da questão da presença/ausência de decoração e/ou de polimento final dos cabos. A função é aqui determinante, pois a forma de pegar num espelho ou numa navalha de barbear é muito distinta da que

se emprega num artefacto para cortar peles. Neste, a sua eficácia dependia não só da força exercida, mas igualmente de uma prensão bem ajustada à mão, o que só um cabo mais volumoso permitiria. Naqueles nada disto era exigível, podendo-se pegar, simplesmente, ou exercer apenas alguma pressão.

Entre as peças que estudámos, a de Monte do Frade é bastante interessante, pois parece estar completa mas reduzida ao cabo. Assim, não enjeitamos a possibilidade de se tratar do cabo de um qualquer outro objecto e não de um *tranchet*. Um *tranchet* tem de possuir uma lâmina. Todavia, aquele não possui explicitamente, nem parece ter possuído, por outro lado, orifício de fixação, o que pode invalidar esta segunda hipótese. Se orientarmos a peça de forma inversa, o problema estaria resolvido, pois uma das extremidades não tem propriamente um alvéolo, antes dois pequenos orifícios sub-circulares que poderiam ter tido aquela função. Mas estes orifícios não são intencionais, antes resultado do processo de fundição.

Infelizmente, nenhum dos outros *tranchets* se aproxima, neste particular, da peça de Monte do Frade, o que talvez esclarecesse o problema. Se alguma analogia podemos encontrar é ao nível de uma gravura, com todas as limitações de interpretação subjacentes a esse tipo de testemunho (Vilaça, 1995: 339).

Trata-se, porém, de uma figura bastante realista gravada na estela de Capilla III (Badajoz) que deve ser interpretada como navalha de barbear, em função da característica lâmina bífida (Fig. 4). Antes, a figura em causa tinha sido considerada um espelho, expressando bem a ambiguidade de que tratámos acima (Enríquez Navascués e Celestino Pérez, 1984: 240). Posteriormente, este último investigador interpretou-a, quanto a nós, de forma correcta e sublinhou que se trata do único caso de uma navalha figurada nas estelas, descrevendo-a correctamente: “Tiene un mango de forma acampanada invertida compartimentada en três secciones ligeramente circulares. Del mango parte una varilla que divide dos hojas arriñonadas ligeramente separadas entre sí en la parte superior” (Celestino Pérez, 2001: 375).

Portanto, estamos perante uma figura que conjuga um motivo com a forma das lâminas de barbear de folha bífida e espigão, cujo paralelo mais próximo nos leva à navalha do Abrigo Grande das Bocas (Fig. 4-B) (Carreira, 1994: Est. XXXIII) (Vilaça, 2009), e um outro que serve de cabo, vazado, em tudo similar ao *tranchet* de Monte do Frade (Fig. 4-A).

Deste modo, faria até algum sentido perguntar se a navalha de barba (talvez também para remoção de pêlos e cabelo em geral)¹⁷ e os fragmentos de *tranchet* daquela primeira estação em vez de serem peças funcionalmente distintas, não seriam antes e tão só dois módulos – lâmina e cabo – de um único objecto.

Tranchets, cabos de espelhos e lâminas de barbear são, por conseguinte, elementos com alguns problemas que se cruzam. Na verdade, há *tranchets* com espigão e *tranchets* com alvéolos. Aqueles são atlânticos, estes possuem afinidades estilísticas com outras peças mediterrâneas e poderíamos designá-los de “lusitanos” em função da sua distribuição geográfica. Há navalhas com espigão, tipicamente atlântico-ocidentais, mas também conhecidas no mediterrâneo Central (v.g. Sicília), e há-as com pegas perfuradas e em argola, neste caso características dos Campos de Urnas Antigos, peninsulares e ultra-pirenaicos, mas também presentes no sul do território português e em Itália (Vilaça, 2009). E há ainda, como vimos, navalhas de espigão associadas a cabos com alvéolos (Fig. 4-C).

¹⁶ Veja-se discussão do assunto em Vilaça (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece ter ficado demonstrado que os *tranchets* do chamado Bronze Atlântico português são diferentes dos *tranchets* do Bronze Atlântico europeu, constituindo uma variante identificada em 1976 por Philine Kalb. A característica principal dessa variante encontra-se no tipo de encabamento, vazado.

Hoje, conhecem-se cerca de duas dezenas de *tranchets* com essa e outras características afins. É possível que alguns outros se encontrem ainda inéditos nas coleções de museus ou com particulares. E é mais do que provável o aparecimento de novos exemplares à medida que se desenvolvam projectos de escavação em povoados do Bronze Final das Beiras, Estremadura, Alentejo e Estremadura espanhola. Mas estas hipóteses, a confirmarem-se, não deverão alterar substancialmente a raridade que preconizamos para este tipo de artefacto no quadro das produções metalúrgicas do Bronze Final.

Parece também ter ficado clara a estreita relação geográfica deste tipo peculiar com o Centro-Sul Ocidental da Península Ibérica. Naquela altura, esta região e, muito particularmente, o Centro do território português e a zona de Cáceres/Badajoz, corresponderam a uma das áreas mais dinâmicas de produções, exportações e importações, inter-ligando o Atlântico e o Mediterrâneo, o que lhe mereceu o epíteto de “Grupo Lusitaniano” (Coffyn, 1985: 267). Toda a informação disponível concorre no sentido de esta categoria de *tranchets* ser igualmente uma produção genuína daquela região, justificando que possam ser designados por “*tranchets* lusitanos”.

Do ponto de vista da metalurgia, os resultados disponíveis revelam grande coerência, com a presença absoluta de ligas binárias.

A valorização deste tipo conta agora com um razoável conhecimento dos respectivos contextos de uso e de deposição. Praticamente todos foram encontrados em povoados de altura com provas de produção local do bronze. A sua adscrição às últimas etapas do Bronze Final, concretamente sécs. XI-IX a. C. parece ser segura. Mais incerto é (são) o(s) seu(s) uso(s) específico(s), o que exige atenção e reflexão continuadas.

AGRADECIMENTOS

A José Luís Madeira pela colaboração no arranjo gráfico das figuras e na elaboração do mapa.
A Barbara Armbruster pela fotografia 5.3.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, S. (2009) – A ocupação do Bronze Final de Arraiolos no seu contexto regional, *Jornadas de Arqueologia Proto-histórica da FLUC*, Coimbra (22 de Maio de 2009).
- ARMADA PITA, X.-L. e LÓPEZ PALOMO, L. A. (2003) – Los ganchos de carne con vástagos torsionados: un nuevo ejemplar en el depósito acuático del río Genil (Sevilla), *Revista d'Arqueologia de Ponent*, n.º 13, 167-190.
- ARMADA PITA, X.-L.; RAFEL FONTANALS, N.; MONTERO RUIZ, I. (2008) – Contactos precoloniales, actividad metalúrgica y biografías de objetos de bronce en la Península Ibérica, in Celestino Pérez, S.; Rafel, N.; Armada, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e): La precolonización a debate*, Madrid, CSIC, p. 465-507.
- BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*, Câmara Municipal de Almada.
- BARROS, L. (1999) – *O Final da Idade do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*, 2 vols., Lisboa, FLUL (tese de mestrado, policopiada).

- CARDOSO, J. L. (1996) – Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O testemunho dos mamíferos, in *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Lisboa, MNA, 160-170.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 8, 355-413.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História Recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, n.º 2, Lisboa, 47-144.
- CELESTINO PÉREZ, S. (2001) – *Estelas de guerrero y estelas diademadas*, Barcelona, bellaterra arqueología.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Diffusion de Boccard, Publ. Centre Pierre Paris 11, Col. Maison Pays Ibériques 20, Paris.
- COFFYN, A. (1998) – Une entité contestée: le Bronze atlantique, in Jorge, S. O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, *Trabalhos de Arqueologia*, 10, IPA, Lisboa, 166-178.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. e CELESTINO PÉREZ, S. (1984) – Nuevas estelas decoradas en la cuenca del Guadiana, *Trabajos de Prehistoria*, vol. 41, 237-250.
- FERNÁNDEZ MANZANO, J. (1986) – *Bronze Final en la Meseta Norte Española: el utilaje metálico*, Monografías, Junta de Castilla y León.
- GÓMEZ RAMOS, P.; MONTERO RUIZ, I; ROVIRA LLORÉNS, S. (1998) – Metalurgia Protohistórica Extremeña en el Marco del Suroeste Peninsular, in Rodríguez Díaz, A. (coord.), *Extremadura Protohistórica: Paleoambiente, Economía y Poblamiento*, Universidad de Extremadura, Cáceres, 97-117.
- HARRISON, R. J. (2004) – *Symbols and Warriors*, Bristol, Western Academic & specialist Press Limited.
- KALB, P. (1976) – Ledermesser der Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Archäologisches Korrespondenzblatt*, VI, 201-205.
- LO SCHIAVO, F. (1991) – La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final Atlantique, in Chevillot, C. e Coffyn, A. (dir.), *L'Age du Bronze Atlantique*, Actes du 1er Colloque du Parc Archéologique de Beynac, A.MU.SA, Beynac-et-Cazenac, 213-226.
- LOPES, M. C. (2003) – *A Cidade Romana de Beja. Percursos e debates acerca da "civitas" de Pax Iulia*, Conímbriga/Anexos 3, Coimbra.
- LÓPEZ PALOMO, L. A. (1978) – Pequeño depósito de bronce en el río Genil, *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, n.º 3, 233-244.
- MARTÍN BRAVO, A. M. (1999) – *Los Orígenes de Lusitania. El I milénio A.C. en la Alta Extremadura*, Madrid, Real Academia de la Historia.
- MELO, A. e SENNA-MARTINEZ, J. C. (2000) – Agricultores e Metalurgistas, da Troca ao “Mercado”. Alguns aspectos e problemas do Bronze Final e Primeira Idade do Ferro na “Península de Lisboa”, *Turres Veteras*, IV, Câmara Municipal de Torres Vedras, 95-118.
- MERIDETH, C. (1997) – Energy dispersive spectroscopy analysis from Late Bronze Age artefacts), *Estudos Pré-Históricos*, V, Viseu, CEPBA, 145-154.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, München, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Prähistorische Bronzefunde IX; Band 6).
- NICOLARDOT, J.-P. e GAUCHER, G. (1975) – *Typologie des objets de l'âge du bronze en France*, fascicule V: outils, Paris, S.P.F., Commission du Bronze.
- PEREIRA, M. A. H. (1970) – *Monumentos Históricas do Concelho de Mação*, Coimbra.
- SERUYA, A. I. (1995) – Análise não destrutiva por XRF dos artefactos metálicos, in Vilaça, *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*, 466-483.
- SERUYA, A. I. e CARREIRA, J. R. (1994) – Análise não destrutiva por Fluorescência de raios X do espólio metálico do Abrigo de Bocas, Rio Maior, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, Lisboa, 135-144.
- SILVA, C. T. (1979) – O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, Viseu, 38 (3), 511-531.

- TARAMELLI, A. (1921) – Il ripostiglio di bronzi nuragici di Monte Sa Idda, Decimoputzu (Cagliari), *Monumenti Antichi*, XXVII, 6-98.
- VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F.; SENNA-MARTINEZ, J. C. e VAZ, J. L. I. (2006) – Caracterização química de produções metalúrgicas do castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final), *O Arqueólogo Português*, série IV, 24, Lisboa, 289-319.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*, Trabalhos de Arqueologia, 9, Lisboa, IPPAR, 2 vols.
- VILAÇA, R. (1997) – Metalurgia do Bronze Final da Beira Interior: revisão dos dados à luz de novos resultados, *Estudos Pré-Históricos*, V, Viseu, CEPBA, 123-154 (com apêndice de Merideth, C., Energy dispersive spectroscopy analysis from late bronze Age artefacts).
- VILAÇA, R. (1998) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a. C., *Estudos Pré-Históricos*, VI, Viseu, CEPBA, 347-374.
- VILAÇA, R. (2006 a) – Depósitos de bronze do território português – Um debate em aberto, *O Arqueólogo Português*, série IV, 24, Lisboa, 9-150.
- VILAÇA, R. (2006 b) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados”, *Complutum*, Madrid, n.º 17, 81-101.
- VILAÇA, R. (2007) – Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final, Actas do Colóquio *A Arqueologia Portuguesa e o Espaço Europeu. Balanços e Perspectivas*, Lisboa, SPG [*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15], 135-154.
- VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro, in Celestino Pérez, S.; Rafel, N.; Armada, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*, Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma del CSIC, 371-400.
- VILAÇA, R. (2009) – Sobre rituais do corpo em finais do II-inícios do I milénios a. C.: do espaço europeu ao território português, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, Oeiras, 489-511.
- VILAÇA, R.; MONTERO RUIZ, I; RIBEIRO, C. A.; SILVA, R. C. e ALMEIDA, S. O. (2002-2003) – A Tapada das Argolas (Capinha, Fundão): novos contributos para a sua caracterização, *Estudos Pré-Históricos*, X-XI, Viseu, CEPBA, 175-197.
- VILAÇA, R.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. e GALÁN, E. (no prelo) – El poblado de Los Concejiles (Lobón, Badajoz) en el marco del Bronce final de la cuenca media del Guadiana, *Sidereum Ana II – El rio Guadiana en el Bronce Final* (Mérida/Badajoz, 28-30 de Maio de 2008).
- WARMEMBOL, E. (2007) – Miroirs et mantique à l’âge du Bronze, in Burgess, C. et. al. (eds.), *Beyond Stonehenge. Essays on yhe Bronze Age in Honour of Colin Burgess*, Oxford, 377-396.

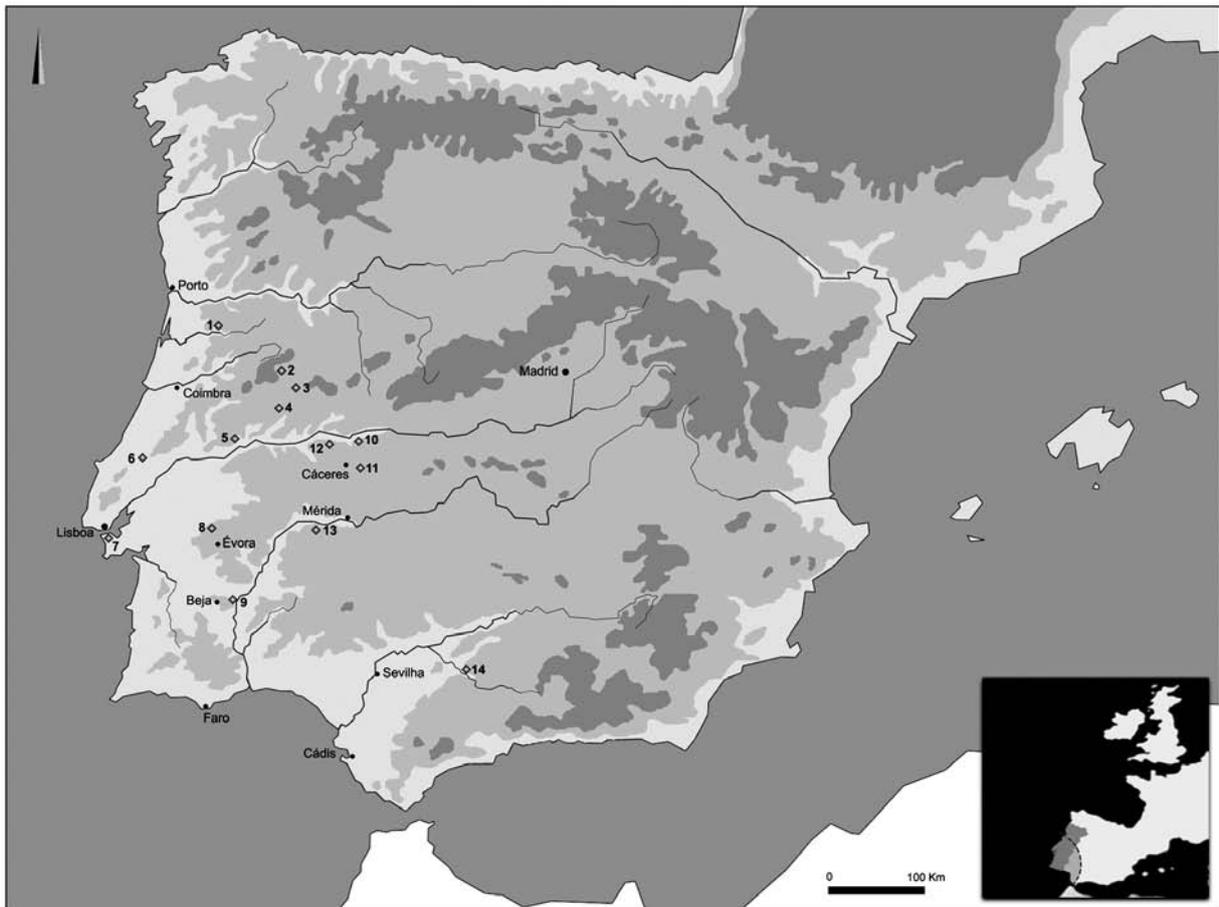


Fig. 1 - Distribuição dos *tranchets* no Ocidente peninsular

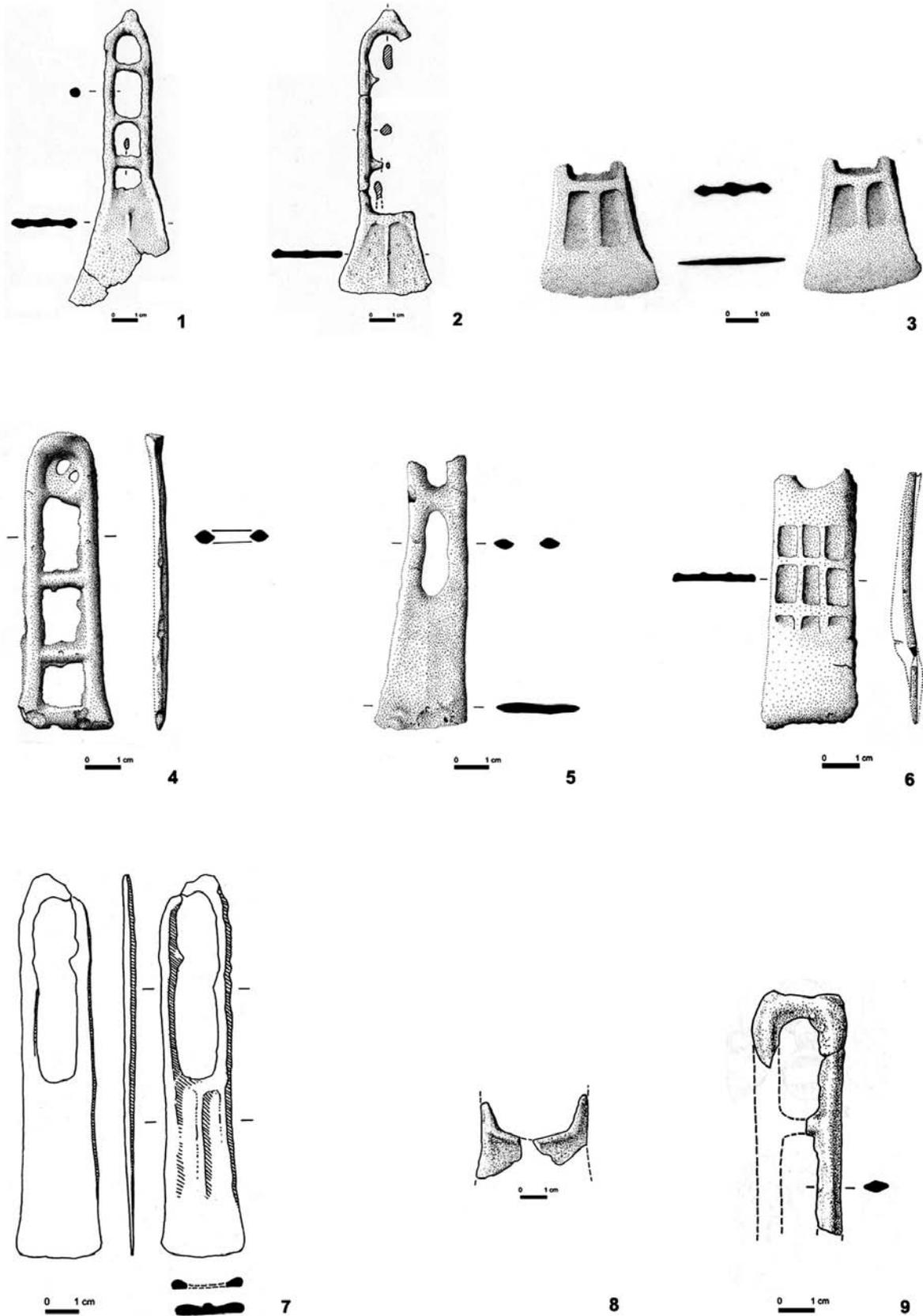


Fig. 2 - Baiões (1 e 2), Tapada das Argolas (3), Monte do Frade (4), Monte do Trigo (5 e 6), Castelo Velho de Caratão (7), Abrigo Grande das Bocas (8 e 9)

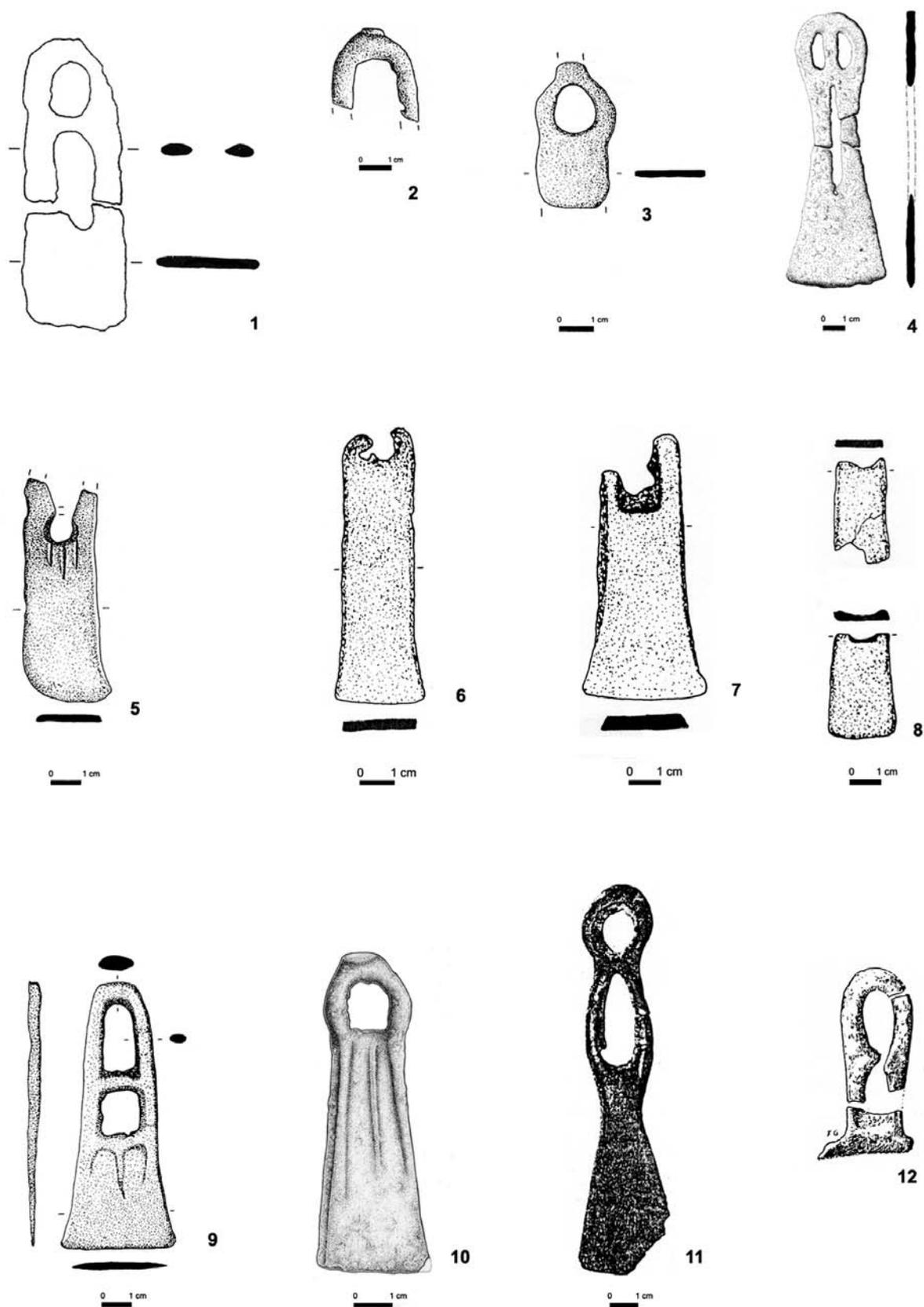


Fig. 3 - Quinta do Marcelo (1), Castelo de Arraiolos (2), Castelos (4), La Muralla del Agujón de Pantoja (9), El Risco (6, 7 e 8), El Castillejo (3 e 5), Los Concejiles (10) Rio Genil (11), Monte Sa Idda (12)

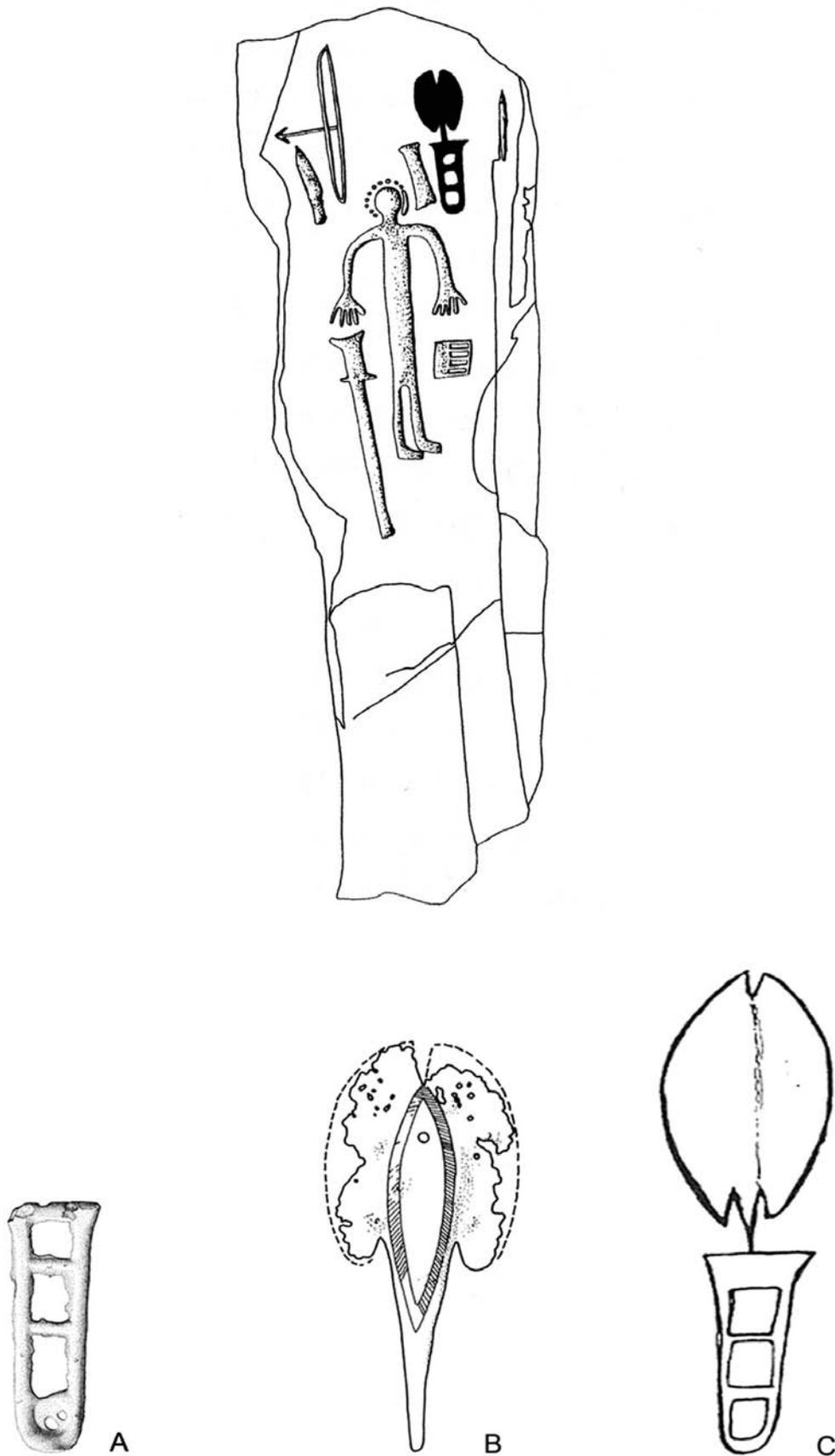


Fig. 4 - Estela de Capilla III e navalha de cabo vazado (C) (seg. Celestino Pérez, 2001); *tranchet*/cabo (?) de Monte do Frade (A); Abrigo Grande das Bocas (B) (seg. Carreira, 1994)

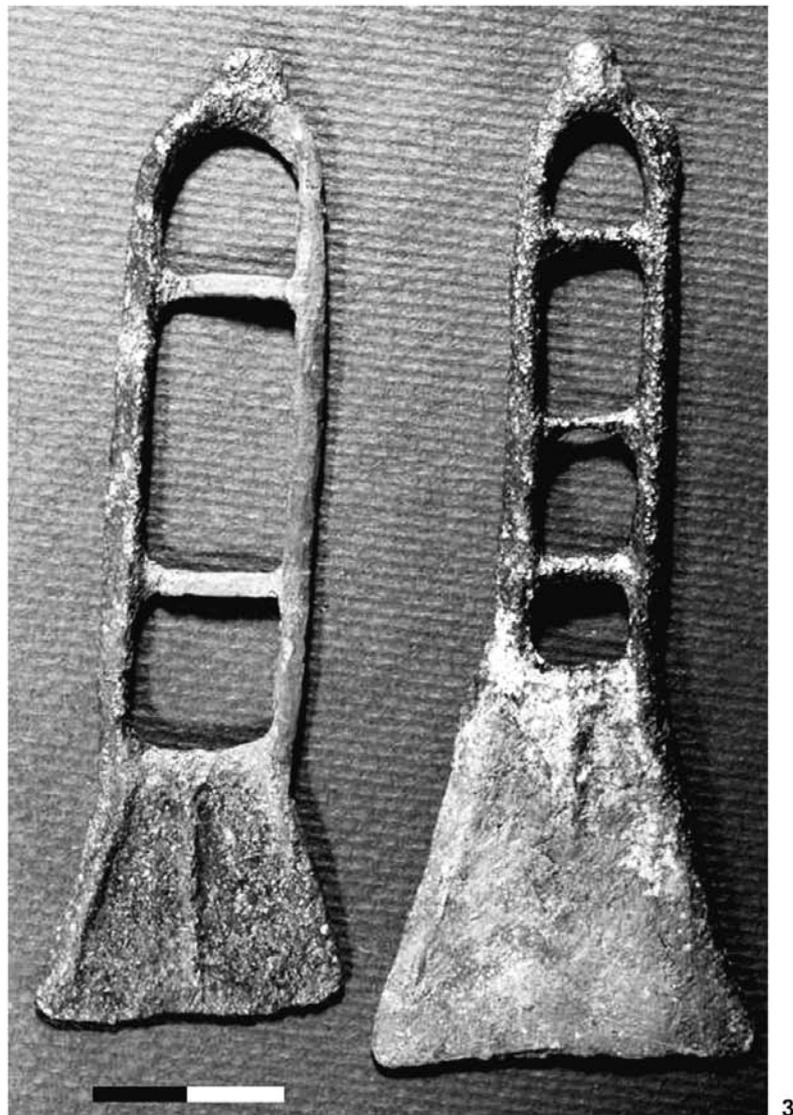


Fig. 5 - Tapada das Argolas (1 e 2) e Baiões (3)



Fig. 6

O OUTEIRO RUPESTRE DA BOTELHINHA – PEGARINHOS (ALIJÓ): REGISTO E ANÁLISE DO CONJUNTO DE ROCHAS GRAVADAS

Alexandre Lima*

RESUMO:

Este texto é um estudo monográfico do conjunto de rochas gravadas do Outeiro da Botelhinha, em Pegarinhos, concelho de Alijó (Trás-os-Montes). A par da descrição e análise de todas as rochas, são ensaiadas interpretações deste sítio como “lugar” no sentido antropológico do termo. É ainda discutida a criação e temporalidade do Outeiro da Botelhinha, cujo início, marcado pela tipologia e organização especial das gravuras, é colocado no Calcolítico regional (3^o mil. AC). É ainda de realçar a sua utilização no tempo longo, particularmente na Idade Média (e eventualmente na época moderna), o que configura um palimpsesto de usos e simultaneamente a assinalável importância social e simbólica do Outeiro ao longo dos tempos.

Palavras-chave: Arte rupestre, Gravuras, Lugar, Calcolítico, Idade Média

ABSTRACT:

The text presented here is the monographic study of the carved rocks of Outeiro da Botelhinha, Pegarinhos (Alijó, Trás-os-Montes). At the same time some interpretations are advanced for Outeiro as “a Place” and for the timelines and temporalities of the creation and use of that place during the regional Chalcolithic period (3 mil. BC). However, some of the carved motifs show us that also in later times (Medieval Age, Modern Age...) Outeiro da Botelhinha continued to enjoy great political/symbolic and socio-economic importance in the region of Trás-os-Montes (NW Iberian Peninsula).

Key-words: Rock art, Engravings, Place, Chalcolithic, Middle Age

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que agora se apresenta é o resultado do primeiro estudo realizado no Outeiro Rupestre da Botelhinha (Pegarinhos, concelho de Alijó). Trata-se de uma estação de ar livre com vários afloramentos graníticos gravados com diversos motivos, de variadas tipologias, que importou registar e analisar, segundo as novas abordagens que actualmente se fazem em arte rupestre.

* Arqueólogo. Licenciado em Arqueologia pela Faculdade de Letras da UP, email: alexandremiguel.lima@iol.pt.

O conjunto foi conhecido junto da população de Pegarinhos¹ e através de breves referências bibliográficas (ALMEIDA *et. al.*, 1997, p. 15-24; SOUSA & PEREIRA, 1988), mas nunca fora objecto de um levantamento sistemático rigoroso e como tal houve a necessidade de colmatar as lacunas de conhecimento em torno do mesmo. E assim surgiu o Projecto ESPMARP, Estudo, Preservação e Musealização da Arte Rupestre de Pegarinhos, apresentado ao então Instituto Português de Arqueologia em 2002, integrado nas candidaturas ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) desse ano².

Ao iniciarmos este estudo sobre o Outeiro Rupestre da Botelhinha, objectivamos atingir, nesta fase, um nível de entendimento baseado essencialmente no registo dos motivos gravados, de modo a possibilitar a comparação, a prazo, entre o nosso estudo e aqueles já realizados ou a realizar, sobretudo ao nível regional. Por ora, neste texto, apresentamos os resultados obtidos durante as campanhas realizadas.

2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA

A estação da Botelhinha localiza-se num pequeno outeiro ligeiramente aplanado, situado a meia encosta, de um amplo anfiteatro natural voltado para o vale do Regato do Souto, este alimentado pelos diversos ribeiros que nascem na encosta setentrional do Alto da Regaleira (Figuras 1 e 2).

O sítio está topograficamente inserido na paisagem envolvente, a uma cota de 640 metros de altitude absoluta, segundo as coordenadas geográficas 41°20'35''N, 07°26'55'' (Datum Europeu 1950), obtidas através de um aparelho GPS.

Do ponto de vista geomorfológico a estação insere-se na Sub-região Natural da Padrela, à qual correspondem superfícies graníticas aplanadas ou de encostas suaves a moderadas, alterando com outras mais penhascosas, inclinando-se gradualmente para sul até ao contacto com a plataforma de xistos e grauvaques da região duriense (COBA, 1991, 29). Ocorrem granitos alcalinos de grão médio, caracterizados por amplas massas rochosas, por vezes sobre a forma de batólitos. No entanto, podemos adiantar que a Botelhinha é ainda um dos vários conjuntos rupestres da bacia depressionária de Mirandela (ou bacia do Tua) pois, tal como muitos outros, situa-se nas encostas, outeiros de encosta ou plataformas de encosta que circundam pelo interior aquela depressão.

No local a cobertura vegetal resume-se apenas a dispersos tufo de carquejas e urzes uma vez que o mesmo foi percorrido por um incêndio recente.

3. METODOLOGIA DE ESTUDO

Os trabalhos realizados na estação da Botelhinha realizaram-se segundo uma metodologia actualmente aceite dentro da Arqueologia, mas sujeitaram-se aos meios técnicos de que dispusimos. Antes do início dos trabalhos removeu-se a vegetação que envolvia os afloramentos gravados³ e desmatou-se uma faixa com cerca de 50 metros de largura, entre o limite Sul do Outeiro e o estradão que liga o sítio ao centro da aldeia de Pegarinhos, com o objectivo de fazer o levantamento topográfico do sítio (Figura 3).

¹ O sítio foi-nos dado a conhecer pelo Sr. Pedro Bernardino Carreira, habitante da aldeia de Pegarinhos.

² A direcção dos trabalhos realizados esteve a cargo da Doutora Maria de Jesus Sanches e contou com a co-direcção de Alexandre Lima, António Costa e Maria Antónia Soares, que integravam a equipa de investigação. Estes tiveram o apoio da Câmara Municipal de Alijó e da Junta de Freguesia de Pegarinhos, a quem deixamos aqui o nosso agradecimento. O nosso especial obrigado à Presidente da Junta de Pegarinhos, a Enfermeira Amélia, pelo carinho e apoio com que sempre nos prendou. Um agradecimento a todos aqueles colegas que nos ajudaram nos levantamentos de campo.

³ A desmatização do sítio contou com o apoio de dois trabalhadores locais, contratados pela Junta de Freguesia de Pegarinhos.

Após estes trabalhos, procedeu-se à limpeza, a seco, dos afloramentos gravados, uma vez que estes estavam cobertos de líquenes. Utilizaram-se para o efeito escovas de pelo macio, que serviram apenas para tirar os líquenes mais salientes e menos agarrados às rochas.

Os registos foram realizados à escala 1/1, através de decalque directo em plástico policristal, utilizando-se folhas de 57 cm por 76 cm, com uma esquadria de 10 cm, de modo a permitir a sobreposição em fase posterior. Foram usadas canetas de acetato, de diferentes cores e espessuras: a preto, vermelho ou azul, sendo a primeira utilizada para a delimitação da gravura e as restantes para marcar pormenores e limites do afloramento.

Em todas as folhas usou-se uma numeração correspondente à respectiva rocha de modo a permitir a montagem dos desenhos. A marcação nas folhas de tracejados na zona de colocagem permitiram uma melhor colagem durante a fase de redução para uma escala maior. De igual modo, e como medida preventiva, fotografaram-se os plásticos *in situ*. Os decalques realizaram-se sob a projecção de um foco de luz rasante artificial de forma a registar as subtilidades dos motivos gravados, e tentar perceber a estratigrafia figurativa dos mesmos. Foram feitos levantamentos nocturnos e diurnos, acompanhados sempre por registos fotográficos. Relativamente ao registo diurno, utilizou-se um esquema de luz indirecta, proporcionada pelo uso de um espelho e de um guarda-sol que sombreava as zonas que queríamos registar.

Findos os levantamentos das gravuras, foram realizados desenhos à escala de cada rocha.

No que respeita à análise morfo-estilística do conjunto, o método seguido compreende sobretudo quatro níveis de análise: o espaço alargado, no outeiro, a rocha, os painéis e, finalmente, as figuras.

O espaço refere-se assim à caracterização do sítio, à sua inserção na paisagem e à relação com o espaço envolvente.

A rocha é considerada, em termos analíticos, como a unidade primária. Os painéis actuam como unidades conexas, onde são distinguidas preferências espaciais (denominadas de áreas) e linhas de composição figurativa.

4. O ESPAÇO, AS ROCHAS, OS PAINÉIS E OS MOTIVOS GRAVADOS

No Outeiro da Botelhinha observam-se diversos afloramentos graníticos à superfície posicionados de forma dispersa, mas a maior e proeminente concentração ocorre num género de “crista”, orientado no sentido E-O, que limita naturalmente a plataforma a Norte, precisamente onde se reinicia a cadênciã altimétrica em direcção ao Regato do Souto. É nesta pequena “crista” que observamos um total de 12 rochas gravadas, numeradas de 1 a 12 neste estudo (Fig. 1, 2 e 3).

De um modo geral as rochas aqui analisadas estão muito próximas entre si, estruturando um espaço reservado e natural entre o planalto e a encosta baixa, imediato aos cursos de água, criando, conseqüentemente, um maior impacte e centralização visual para quem por ali está de passagem⁴. Daí impera o domínio visual sobre a paisagem envolvente, avistando-se toda a parte SO da bacia de Mirandela. Tem-se por horizonte a emblemática Serra de Passos/Sta. Comba, a Norte, onde se encontra um vasto conjunto de abrigos e painéis pintados (SANCHES *et. al.*, 1998, pp. 85-104; SANCHES, 2002 & 2005) e o singular abrigo Pré-histórico do Buraco da Pala (SANCHES, 1995). Daqui domina-se bem a crista que originou o monumento de Crasto de Palheiros (SANCHES, 1997 & 2005) e os povoados de Castelo de Castorigo e Castelo de Vale de Mir (LEMONS, 1993; SILVA, 1986; ALMEIDA 1992-93), este último a Oeste da Botelhinha. Enquanto os primeiros são estações pré-históricas, estes últimos povoados são atribuídas à Idade do Ferro/

⁴ Assume-se que o sítio seria um ponto de passagem para quem desce do Alto da Regaleira para o vale do Regato do Souto.

Romanização. No caso do Crasto de Palheiros aquele é simultaneamente um monumento do Calcolítico (c. 3000/2000 a.C.) e um povoado da Idade do Ferro (sec. VI-I/II a.C.) (SANCHES & PINTO, 2008 a e b). No entanto, não é fácil identificar o Outeiro da Botelhinha a partir de pontos de observação não muito distantes, talvez por se confundir num meio em tudo semelhante. Trata-se assim de um lugar de passagem de onde se vê um alargado território não sendo facilmente visto a partir daquele.

No conjunto, parece ter havido ali o aproveitamento do posicionamento natural das rochas na hierarquização do espaço. Ou seja, se abordarmos o “lugar”, independentemente do local onde nos encontramos e por onde o fazemos, a Rocha 1 é, no conjunto, a que mais sobressai do ponto de vista visual e volumétrico na plataforma onde está inserida. Concomitantemente é a Rocha com o maior número de motivos gravados (70%), o que parece demonstrar uma preferência relativamente às restantes rochas. Provavelmente essa predilecção provém também do elevado número de superfícies passíveis de gravação e da peculiar exposição solar constante sobre as mesmas ao longo do dia. A hierarquização do espaço, com base na implantação de cada rocha, é acentuado pelo número e diversidade de motivos gravados diminuem quando se caminha de Este para Oeste, tal como será possível confirmar adiante. A razão provável para que tal aconteça parece estar relacionada com o incremento da dificuldade no acesso às mesmas, obrigando o transeunte a aproximar-se e pisar as rochas para poder ver os motivos gravados. A disponibilidade de superfícies (painéis) aptas à gravação também pode contribuir para essa hierarquização, ou seja, as preferências de gravação poderão decorrer das características do suporte, e consequentemente, das linhas de composição que este permite. Há aqui um jogo espacial e compositivo cujas linhas explicativas ainda não se tornaram claras.

As rochas gravadas têm perfil variável, com arestas bem definidas, que delinham áreas de gravação pouco regulares (que designamos painéis) nos vários planos/espacos, sub-horizontais e/ou verticais, interiores e exteriores. Em todo o conjunto foram demarcados 25 painéis gravados, dos quais seis estão no plano sub-horizonta e os restantes no plano subvertical; dois são painéis interiores, um em cada plano, e os restantes exteriores. Para um melhor entendimento do conjunto temos que fazer notar que neste pequeno outeiro há rochas agarradas ao solo que são consideradas como elementos fixos, podendo os seus painéis serem assumidos como mantendo as suas posições originais. É o caso das rochas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 10.

Pelo contrário, outros blocos graníticos que poderiam ser movimentados dado o seu relativamente pequeno volume e peso, têm de ser entendidas como blocos móveis. A sua posição actual pode ser meramente circunstancial ou então próxima daquela que ocuparia em último lugar. É o caso das rochas 7, 9, 11 e 12.

Do ponto de vista dos motivos gravados identificamos 26 figuras singulares que se distinguem em todo o conjunto, independentemente da sua dimensão, quantidade, qualidade, e associações/sobreposições figurativas entre si. Essas 23 figuras foram analiticamente organizadas em XVI categorias (algumas destas com subdivisões internas) – ver Quadro 1

O conjunto integra cuja complexidade técnica é reduzida, uma vez que o próprio suporte não é o mais adequado para registar subtilezas de pormenor dignas de referência. O Quadro 2 refere-se à distribuição dos motivos, nomeados pelas diferentes rochas.

A técnica de gravação utilizada para gravar as rochas da estação rupestre da Botelhinha consistiu essencialmente em picotagem, seguida por vezes de abrasão. Segue-se então a descrição detalhada de cada uma das rochas gravadas no Outeiro Rupestre da Botelhinha. Os desenhos dos painéis de cada rocha constam das Figuras deste artigo.

Quadro 1
Síntese das categorias e subcategorias das figuras gravadas

Figura	Caracterização	
I	Ia	Figuras de rectângulos de bordos arredondados segmentados interiormente por 1, 2 e 3 linhas rectas, formando xadrez, antropomorfizados por cruciforme ou apêndice na parte superior e apêndice inferior.
	Ib	Figuras de quadrados de bordos arredondados segmentados interiormente por duas linhas perpendiculares entre si com apêndice (antropomorfizadas). Estas figuras são por vezes de tendência oval.
II	Figuras antropomórficas esquemáticas com ou sem cabeça –, com os quatro membros rectos, de eixos com dimensões semelhantes.	
III	Figuras antropomórficas de tipo cruciforme (e suas variantes), algumas dos quais de natureza latina (ou seja, com aletas ou círculos nas extremidades do eixo vertical e horizontal).	
	IIIa	Figura com corpo triangular – saia(?).
IV	IVa	Figuras antropomórficas ictifálicas.
	IVb	Figuras antropomórficas/bucrânios.
V	Va	Figuras subcirculares fechadas, associadas ou não a covinhas.
	Vb	Figuras subquadrangulares ou de tendência subcircular (com cantos arredondados).
	Vc	Figuras subquadrangulares ou de tendência subcircular (com cantos arredondados), interiormente segmentadas.
VI	Figuras radiais, tendo ou não covinha central (esteliformes).	
VII	Semicírculos ou círculos incompletos (comumente denominados de “ferraduras”) associados ou não com covinhas.	
VIII	Motivo triangular, associado a uma covinha;	
IX	IXa	Covinhas isoladas.
	IXb	Covinhas interligadas.
X	Xa	Sulcos algo sinuosos, compridos e irregulares.
	Xb	Sulcos algo sinuosos, curtos, simples, isolados ou alinhados entre si.
XI	Motivos indefinidos que por vezes poderão ser “restos” de motivos erodidos pelo tempo ou motivos inacabados.	
XII	Figuras tipo “phi” grego simplificado.	
XIII	Figuras geométricas – barra horizontal, da qual partem 3, 4 ou 5 linhas perpendiculares à primeira e paralelas entre si (similares a um ancinho). Estas figuras podem também ser integradas na categoria I (seria Ia) mas preferimos distingui-las dado que tanto aparecem antropomorfizadas, associados a cruciformes ou com apêndice, como isoladas.	
XIV	Figuras de utensílios/arma encabada.	
	XIVa	Figura similar a um bastão, com dois apêndices, uma para cada lado do topo, formando um “T” simétrico.
	XIVb	Figura formalmente bastante padronizada que consiste num traço mais ou menos longo (um “cabo”?) encimado por um círculo com apêndice, tendo o círculo por vezes 1 covinha ou traço que parte do “cabo”.
XV	Cruciforme complexo, com 3 eixos horizontais/antropomorfo esquemático (arboriforme?).	
XVI	Figura composta de dois arcos – oculado(?).	

Rocha 1

A Rocha 1 é a mais complexa do conjunto, a que detém a maioria dos motivos do conjunto (cerca de 70%), a que exhibe maior variedade de motivos e também a que mais se realça no Outeiro. Trata-se de um afloramento granítico alongado, de forma sub-rectangular com cerca de

Quadro 2
Distribuição do Motivo nas Rochas da Botelhinha

Rocha / Categoria	Rocha 1	Rocha 2	Rocha 3	Rocha 4	Rocha 5	Rocha 6	Rocha 7	Rocha 8	Rocha 9	Rocha 10	Rocha 11	Rocha 12	Total %	
I	Ia	2	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4 1%
	Ib	25	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	27 6,5%
II	37	2	3	2	0	0	0	2	0	0	0	0	46 11%	
III		136	15	15	0	1	2	2	0	0	0	1	1	173 41,5%
	IIIa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4 1%
IV	IVa	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 0,5%
	IVb	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 0,3%
V	Va	9	3	1	5	0	0	0	0	6	0	0	0	24 5,8%
	Vb	1	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8 2%
	Vc	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2 0,5%
VI	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4 1%	
VII	31	4	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	39 9,4%	
VIII	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 0,5%	
IX	IXa	21	1	0	2	7	0	0	0	1	0	0	0	32 7,7%
	IXb	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	6 1,4%
X	Xa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0,0%
	Xb	4	1	0	0	0	0	0	0	1(?)	0	0	0	6 1,4%
XI	11	9	0	1	0	0	0	0	0	1(?)	0	0	0	22 5,3%
XII	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 0,5%
XIII	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3 0,7%
XIV	XIVa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 0,3%
	XIVb	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2 0,5%
XV	1	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	6 1,4%
XVI	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 0,3%
TOTAL %	292 70%	46 11%	31 7,4%	11 2,6%	11 2,6%	2 0,5%	4 1%	3 0,7%	10 2,4%	4 1%	2 0,5%	1 0,3%	417 100%	

2,80m eixo maior e 2,10m de eixo menor, sobre o qual assenta um monólito rochoso independente, ligeiramente mais pequeno (cerca de 2,20 m. de eixo maior e 1,70m. de eixo menor) cuja base tem uma concavidade natural (com espaço suficiente para albergar uma pessoa de estatura baixa no interior), onde são visíveis as marcas provocadas pela erosão eólica. A rocha tem cerca de 1,5m. de altura máxima e 0,7m de altura mínima.

Na área exposta a Norte existe uma fresta natural, vertical, com cerca de 0,4m de altura e 0,15m de largura média. Apesar de se tratar de duas massas rochosas fisicamente independentes, mas sobrepostas entre si, são aqui assumidas como uma só rocha, uma vez que é esta morfologia que a torna proeminente em relação às restantes rochas do conjunto.

Esta rocha apresenta zonas bastantes erodidas, designadamente nas partes expostas a Sul, que dificultaram a distinção entre os motivos gravados e erosão natural. O recurso à projecção de um foco de luz rasante artificial permitiu ultrapassar, em certa medida, esta dificuldade, mas não clarificou, em termos de estratigrafia figurativa, as sobreposições entre motivos.

Por questões de ordem prática, que se prendem com o polimorfismo da própria rocha, optamos por dividimo-la em dez painéis, definidos pelas arestas principais da mesma (PN1/2-R1: Painel Norte1 e 2; PLSS – R1: Painel Lateral Sul Superior; PH-R1: Painel Horizontal; PLSI-R1: Painel Lateral Sul Inferior; PHI/V-R1: Painel Horizontal e Vertical Interior; PLPI-R1: Painel Lateral Poente Inferior; PLN-R1: Painel Lateral Nascente; PLPS-R1: Painel Lateral Poente Superior) – ver Figura 4.

A abundância de motivos gravados em praticamente todos os painéis desta Rocha é, repetitivos, um aspecto que deve ser salientado. A excepção ocorre nos painéis voltados a Norte (PN1/2 – R1) os quais apresentam poucos motivos gravados e bastante afastados entre si (Quadro 3). Os decalques realizados nos painéis desta Rocha permitiram reconhecer motivos/figuras que se inserem na subcategoria Ia, categorias II, III, subcategorias IVa, IVb, Va, Vb, categoria VII, subcategorias IXa, IXb, categorias XI, XII, XIII XV. Segue-se então a caracterização e análise de cada painel individualmente.

Painel Norte 1 (PN1-R1): este painel, subvertical, voltado sensivelmente a Norte, apresenta apenas 6 motivos, designadamente de categorias, III e VII e subcategoria Xb. Neste painel a luz solar não incide directamente nos motivos gravados, o que faz com que sejam pouco perceptíveis ao longo do dia. A disposição dos motivos no painel assume uma posição periférica, não se verificando associações. Mesmo assim, verificam-se dois agrupamentos: um com um cruciforme junto de um círculo com covinha; o outro com um cruciforme junto de três círculos abertos/covinhas. Todas foram realizadas através da técnica de picotagem e têm perfil em “U”. Todos os motivos estão genericamente alinhados segundo o eixo vertical da rocha – Figura 5.

Painel Norte 2 (PN2-R1): este painel, subvertical, está voltado sensivelmente a NNO. Apresenta apenas 6 motivos gravados: 3 motivos antropomorfos de categoria II e 3 de categoria III, todos gravados na parte superior e marginal do painel, sendo parcialmente visíveis com luz natural, mas já ao final do dia. As gravuras foram realizadas através da técnica de picotagem, e têm perfil em “U”. Dos motivos gravados, 5 seguem o mesmo eixo vertical e apenas um o eixo horizontal da rocha – Figura 6.

Painel Lateral Nascente (PLN-R1): este painel, sub-horizontal, de perfil sinuoso, voltado a sensivelmente a Este, apresenta 46 motivos gravados das seguintes categorias e subcategorias: Ia (1 motivo), II (11 motivos), III (26 motivos), IVa (2 motivos), IVb (1 motivo) Va (2 motivos), e Vb, VII (1 motivo), IXa (1 motivo) e XI (1 motivo), independentemente de qualquer associação figurativa. A incidência de luz solar ocorre directamente nas gravuras, o que faz

com que sejam bastante visíveis entre o sol nascente e o sol de meio-dia. Na distribuição das gravuras no painel verifica-se uma preferência evidente pela área mais próxima do solo. Assim, parece haver uma organização/composição visível na orientação genérica dos motivos, que criam uma fronteira formal entre uma área mais sinuosa (Área A), mais próxima do solo e outra menos sinuosa, mais próxima do topo (Área B). Assim, na Área A, os motivos estão tendencialmente orientados para a esquerda, enquanto na Área B, verifica-se o oposto; verifica-se também que é na parte inferior desta área que figura um maior número de motivos. Surgem duas associações de motivos antropomorfos da categoria II e III, havendo a acrescer ainda uma associação de um cruciforme complexo, com uma figura ambígua, que tanto pode ser uma figura em “phi” (categoria XII) como um bucrânio (subcategoria IVa). Nesta área sobressai um motivo reticulado da subcategoria Ia, antropomorfizado pela associação a um cruciforme (de categoria II) e por essa razão decidimos considerar o motivo como “uno” (pois aqui estes “rectângulos aparecem sempre antropomorfizados). Este motivo é rodeado de 9 antropomorfos, 2 semicírculos com covinhas (categoria VII) e uma figura sub-circular fechada (subcategoria IVb). De destacar ainda dois motivos de antropomorfos ictifálicos, ou seja, com “três pernas” (subcategoria IVa), simbolizando provavelmente o sexo masculino. São únicos em todo o conjunto da Botelhinha. Único também é o par de antropomorfos/cruciformes claramente de “mãos dadas”. Verifica-se que os motivos têm sulcos profundos, de perfil tanto em “U” como em “V”, o que sugere que tenha havido um reavivamento dos mesmos em épocas mais recentes. As técnicas de gravação utilizadas parecem ter sido a picotagem, seguida de abrasão.

A Área B revela um menor número de motivos que se dispersam pelos limites do painel. Surgem motivos de categoria II e III, covinhas da categoria IXa e dois motivos semi-circulares, da subcategoria Va. Verifica-se uma associação de dois motivos antropomorfos da categoria III e a associação entre um motivo subcircular fechado (V) e dois motivos, um da categoria III e outro da categoria XI (aqui parece haver uma sobreposição dos motivos, em que o semi-círculo antecede os restantes, podendo levar a pensar que se trata de um motivo uno, mas formal e semanticamente compósito). Os sulcos gravados são menos profundos do que nos motivos da área A (provavelmente por estarem mais expostas à erosão e por não terem sido “retocados” em períodos mais recentes) e têm perfil tanto em “U” como em “V”. A técnica de gravação é semelhante à utilizada na Área A – Figura 7

Painel Horizontal (PH-R1): Este painel, sub-horizontal, de perfil muito sinuoso, com uma orientação genérica E-O, apresenta 62 motivos gravados, designadamente da categoria Ia (1 motivo), categoria II (6 motivos), categoria III (38 motivos), categoria V (2 motivos), categoria VII (3 motivos), categoria IXa (3 motivos), categoria XI (6 motivos), categoria XII (1 motivo) e categoria XIII (2 motivos). Neste painel a incidência de luz solar ocorre directamente nas gravuras, o que faz com que sejam visíveis ao longo de todo o dia (de acordo com o percurso solar) sendo tanto mais visíveis quanto maior for o ângulo de penetração de luz nos sulcos gravados. A distribuição das gravuras no painel é quase homogénea, não se verificando uma preferência evidente por uma área específica do mesmo. No entanto, parece haver uma organização de motivos em três áreas distintas (A, B e C), segundo a orientação dos eixos dos motivos antropomórficos.

A que designamos de Área A é composta por motivos antropomorfos da categoria II e III, covinhas – da subcategoria IXa, um motivo subcircular fechado da subcategoria Va, e um semi-círculo, da categoria VII, este associado a um antropomorfo de categoria III. Os motivos estão orientados sensivelmente para a esquerda do painel. A Área B é composta por motivos antropomorfos da categoria III, um dos quais está associado a uma figura geométrica da categoria XIII e surge ainda um motivo da categoria VII associado e sobreposto por um motivo

antropomórfico da categoria III. Os motivos estão tendencialmente orientados para a direita do painel. Por último, a Área C é composta por motivos antropomorfos da categoria III, um deles associado a uma figura em “phi”, formando como que uma figura uma do ponto de vista formal e talvez semântico. Existe ainda uma figura geométrica da categoria XIII e uma associação de um cruciforme da categoria III com um motivo subcircular fechado, da categoria V, bem como uma figura rectangular – da categoria Ia – associado a um antropomorfo da categoria II, com cabeça. Merece ainda destaque uma figura alongada provida de uma espécie de laço na extremidade – e que denominamos de arma/utensílio encabada –, por serem evidentes as suas semelhanças com o motivo da Rocha 5, bem como com o motivo lateral da Rocha 2 (categoria XIV). Os motivos estão orientados tanto para a esquerda como para a direita do painel.

Devido à erosão patente em toda a superfície, torna-se difícil perceber, em termos de estratigrafia figurativa, as sobreposições de motivos pois os traços harmonizam-se de tal forma que dificultam este entendimento. As gravuras foram realizadas através da técnica de picotagem, e têm perfil em “U” e em “V” – Figura 8.

Painel Vertical Interior (PVI-R1): está localizado na parte superior da cavidade rochosa. Está voltado sensivelmente para Este e apresenta quatro antropomorfos simples, da categoria III, ligeiramente alinhados, gravados sobre uma superfície bastante erodida. O seu visionamento só é possível no interior da rocha – Figura 9.

Painel Horizontal Interior (PHI-R1): o painel Horizontal Interior apresenta uma superfície gravada de dimensões semelhantes às da concavidade natural que a cobre. São vários os motivos gravados, mas a interligação e harmonização do traço entre eles condicionou a identificação dos motivos gravados. Verifica-se como que um “horror ao vazio”, com a maioria dos motivos muito próximos uns dos outros e maioritariamente ligados entre si. Os traços desenhavam sobretudo motivos antropomorfos (categorias II, III) ligados ou não entre si, ou ligadas as outras figuras. Tem assim motivos da categoria II (25 motivos), subcategoria Va (2 motivos), categoria VII (6 motivos), subcategorias IXa (10 motivos) e IXb (4 motivos), categoria XIII (1 motivo), XIV (talvez 1 ou 2 motivos), da categoria XV (1 motivo) e da categoria XVI (1 motivo). A luz interior, apesar de ténue, permite visualizar grande parte dos motivos gravados; para tal contribui também a profundidade dos sulcos gravados, provavelmente avivados em épocas mais recentes, demarcando bem cada figura.

Dado que a maioria dos motivos se liga entre si numa associação singela, ou seja, aparece em forma de “rede” de motivos interligados, é mais fácil falar daqueles que se individualizam: alguns antropomorfos cruciformes que contornam o painel pelo lado direito, círculos, “ferraduras” e covinhas. As associações entre motivos, num total de 7, traduzem-se na maioria em associações entre motivos antropomorfos e as retículas simples ou segmentadas; surge ainda uma associação entre uma figura geométrica (XIII) associada a um semi-círculo (VII) e a 2 antropomorfos da categoria III. Das covinhas existentes, as mais próximas do limite Sul do painel são, quanto a nós, de origem natural, formadas devido à erosão provocada, por exemplo, pelo escorrimento de águas pluviais; estas estão interligadas entre si por um sulco contínuo que parece limitar, em associação com outros motivos (cruciformes e retículas simples), a área de gravação. No conjunto associativo torna-se evidente uma organização figurativa composta pela associação de motivos antropomorfos e suas variantes e retículas simples, criando uma composição meandroide, única em todo o conjunto da Botelhinha. Esta organização está patente em 4 das 7 associações, ocupam cerca de 3/4 da área gravada e todas elas seguem aproximadamente o mesmo eixo vertical, à semelhança das restantes associações.

A gravação dos motivos parece ter sido realizada por picotagem e abrasão, surgindo assim motivos com perfil em “U” e em “V”. A harmonização do traço entre os motivos, torna difícil perceber sobreposições entre motivos e portanto a estratigrafia figurativa do painel – Figura 10.

Painel Lateral Sul Superior (PLSS-R1): este painel, vertical, de perfil sinuoso, voltado a Sul, apresenta 33 motivos gravados, sendo essencialmente antropomorfos da categoria II e III, surgindo ainda exemplares das subcategoria Va e IXa, ainda que em número muito reduzido (2 motivos, um de cada). De qualquer modo, dois destes cruciformes complexos podem também ser incluídos na categoria XV. Neste painel a incidência de luz solar ocorre directamente nas gravuras o que faz com que sejam bastante visíveis entre o sol nascente e de meio da tarde. A distribuição das gravuras no painel não é homogénea, verificando-se uma maior concentração na área situada mais a Este, a qual está naturalmente demarcada por uma fractura da rocha. Do ponto de vista das associações figurativas apercebemo-nos que é na área de maior concentração de motivos que se dá este fenómeno. Ou seja, surgem motivos antropomorfos de categorias II e III interligados entre si na zona mais a Este do painel. Todos os motivos surgem gravados no mesmo eixo aproximado.

Os motivos gravados apresentam sulcos de perfil em “U”. A técnica de gravação utilizada parece ter sido picotagem. Refira-se que ainda que este painel apresenta um grau de erosão significativo, sendo perceptíveis as marcas da erosão continuada ao longo dos tempos, mesmo sobre as gravuras. Tal facto inviabiliza a leitura estratigráfica da composição – Figura 11.

Painel Lateral Sul Inferior (PLSI-R1): este painel, subvertical, de perfil sinuoso, voltado a Sul, apresenta 22 motivos gravados, sendo essencialmente antropomorfos da categoria II e III; surgem ainda exemplares da subcategoria Va e IX ainda que em número reduzido. Neste painel a incidência de luz solar ocorre directamente nas gravuras, o que faz com que sejam visíveis entre o sol nascente e de meio da tarde. O elevado grau de erosão da rocha origina alguma confusão entre o que é erosão e o que é gravação. A distribuição das gravuras no painel não é homogénea, verificando-se que a gravação e concentração de gravuras ocorrem em consonância com o limite Oeste da concavidade e o Painel Horizontal Interior. A fractura da rocha –, que é visível no PLSS, vê-se prolongada neste painel em direcção ao solo. À semelhança do que acontece no PLSS, também aqui ocorre o maior número de motivos gravados, o que faz com que haja uma ligação peculiar entre estes planos. Do ponto de vista das ligações/associações físicas entre motivos, temos um motivo antropomorfo de categoria III ligado a um motivo subcircular de categoria Va. Duas covinhas estão interligadas entre si por um sulco profundo mas este é por nós já considerado um motivo único (IXb).

Os motivos gravados apresentam sulcos de perfil em “U”. A técnica de gravação utilizada foi a picotagem – Figura 12.

Painel Lateral Poente Superior (PLPS-R1): painel subvertical, de perfil pouco sinuoso, voltado a Poente. Apresenta 9 motivos gravados, divididos entre antropomorfos de categoria II (7 motivos) e 2 motivos semi-circulares de categoria VI. Neste painel a incidência de luz solar ocorre directamente nas gravuras, a partir do meio-dia o que faz com que, a partir daí, sejam mais visíveis do que em períodos de sombra. Para tal concorre o facto de serem pouco fundos, provavelmente devido à erosão a que o painel está exposto. A maioria das gravuras ocupa o centro do painel e aquelas estão orientadas segundo o mesmo eixo vertical, mas

tendencialmente voltadas para a direita. Não existem associações entre motivos, mas os semi-círculos estão um ao lado do outro, como que formando um par. O perfil dos motivos gravados é geralmente em “U” – Figura 13.

Painel Lateral Poente Inferior (PLPI-R1): este painel, subvertical, de perfil muito sinuoso, que apresenta na base uma “pia” natural, está voltado sensivelmente a Oeste, para o povoado da Idade do Ferro, denominado Castelo de Vale de Mir (ALMEIDA *et. al.*, 1997, 17). Do conjunto de rochas e painéis gravados é o que apresenta a maior de concentração de motivos em “ferradura” ou semi-círculos de categoria VII (num total de 16) associados por vezes a covinhas. Surgem também motivos antropomorfos de categoria II (6 motivos) e categoria III (17 motivos), e ainda exemplares da subcategoria Va (3 motivos), subcategoria IXa (6 motivos) e categoria XI (4 motivos). No entanto, a distribuição dos motivos parece ser motivada pelo vértice rochoso que delinea dois planos (por nós definidos de áreas A e B) divergentes no painel. A clara intencionalidade de aproveitar o formato da rocha reflecte-se também no modo como estão distribuídos os motivos. Assim, na Área A verifica-se que os motivos mais recorrentes são aqueles em “ferradura”, enquanto na Área B são os motivos antropomórficos, apesar de coexistirem em cada uma das áreas. A interligação figurativa entre as duas áreas é feita pela associação, gravada sobre o vértice rochoso, de um motivo cruciforme de categoria II e de um motivo em “ferradura” (categoria VII). Esta composição repete-se nas duas áreas. Em ambas as áreas existem também associações entre motivos antropomorfos – Figura 14.

Neste painel a incidência de luz solar directa ocorre desde o meio-dia até ao final da tarde. O perfil dos motivos gravados é geralmente em “U” e foram executados segundo a técnica de picotagem.

No conjunto da Rocha 1 foram identificados, repetimos, 292 motivos (representando 70% do total de motivos do conjunto da Botelhinha) dos quais 59,3% são das categorias II e III, ou seja motivos antropomórficos simples ou de tipo cruciforme e suas variantes. São estes os motivos mais frequentes na Rocha 1, em oposição à inexistência de outros motivos –, como por exemplo, os radiais ou esteliformes, que só ocorrem na Rocha 2.

Rocha 2

A Rocha 2 da Botelhinha é um bloco granítico, solto, onde é possível visualizar três painéis gravados: um no plano horizontal, mas tendencialmente voltado para solo, no sentido O-E (PH-R2), e dois painéis laterais, dos quais um está voltado sensivelmente para norte (PLN-R2) e ou outro para SO (PLS-R2). A divisão entre os três painéis é feita pelas arestas principais da rocha – Figura 15.

Morfologicamente a Rocha 2 apresenta uma forma subtriangular, com 2 metros de eixo maior e 1,20 metros de eixo menor, genericamente orientada no sentido E-O, com o lado maior do lado Este. O perfil é variável, com cadência para Este, de cerca de 30°. Esta rocha tem grão de calibre médio-elevado e os sinais de erosão são claramente visíveis.

Relativamente aos motivos gravados verifica-se que a sua distribuição não é uniforme, constatando-se que é o PH-R2 que apresenta a maior concentração e diversidade de motivos gravados (Quadro 4). A profundidade dos motivos gravados é variável, ao ponto de alguns só serem perceptíveis através da projecção de luz rasante artificial. Os decalques realizados nos painéis desta Rocha permitiram reconhecer motivos que se inserem nas categorias e subcategorias Ia, Ib, II, III, Va, Vb, VI, IXa Xa, Xb e XIVa. Do conjunto é o único afloramento que apresenta gravações da categoria VI, ou seja, covinhas associadas a traços radiais (6 e 8 traços) ou esteliformes de desenho mais tosco.

Quadro 3
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 1

Painel / categoria		PN1-R1	PN2-R1	PLN-R1	PH-R1	PVI-R1	PHI-R1	PLSS-R1	PLIS-R1	PLPS-R1	PLPI-R1	Total %
I	Ia	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2 0,7%
	Ib	0	0	0	0	0	25	0	0	0	0	25 8,5%
II		0	3	11	2	0	0	4	4	7	6	37 12,7%
III		2	3	26	38	3	0	29	18	0	17	136 46,6%
	IIIa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2 0,7%
	IVb	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1 0,3%
V	Va	0	0	1	2	0	2	1	0	0	3	9 3,1%
	Vb	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1 0,3%
	Vc	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0,0%
VI		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0,0%
VII		3	0	1	3	0	6	0	0	2	16	31 10,6%
VIII		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0,0%
IX	IXa	0	0	1	3	0	10	1	0	0	6	21 7,2%
	IXb	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4 1,4%
X	Xa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0 0,0%
	Xb	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	4 1,4%
XI		0	0	1	6	0	0	0	0	0	4	11 3,8%
XII		0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1 0,3%
XIII		0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	3 1%
XIV	XIVa	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1 0,3%
	XIVb	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1 0,3%
XV		0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1 0,3%
XVI		0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1 0,3%
TOTAL %		6 2%	6 2%	46 15,7%	58 19,9%	3 1%	52 17,8%	35 12%	25 8,5%	9 3,1%	52 17,8%	292 100%

Esta Rocha posiciona-se a Sudoeste da Rocha 1, a cerca de 1 metro de distância, numa posição altimétrica menos destacada. De igual modo localiza-se à equidistância de cerca 0,5 metros das Rochas 3 e 4.

Segue-se então a caracterização e análise de cada painel.

Painel Lateral Sul (PLS-R2): painel vertical de perfil pouco sinuoso, voltado sensivelmente para Sul. São poucos os motivos gravados neste painel, ou seja, surgem apenas 5 motivos, dos quais três são antropomorfos da categoria III (um dos quais abrangendo também o PH-R2) um motivo da categoria IXa e por fim um motivo da categoria Xb.

Neste painel a incidência de luz solar directa sobre as gravuras ocorre a partir do meio-dia até cerca das 3 ou 4 da tarde. No entanto, a presença de uma luz mais tênue não deixa de as evidenciar uma vez que os sulcos são reentrantes. Estes ocupam a parte superior do painel, não se verificando sobreposições ou associações figurativas. O perfil dos motivos gravados é geralmente em “U” e a técnica utilizada foi a picotagem, seguida provavelmente de abrasão – Figura 16.

Painel Lateral Norte (PLN-R2): painel subvertical de perfil sinuoso, voltado sensivelmente para Norte. São menos de uma dezena os motivos gravados neste painel: da subcategoria Vb e Vc (4 motivos, dois de cada), categoria VI (1 motivo), categoria VII (1 motivo) e categoria XI (2 motivos). Dos três painéis que compõem a rocha, este é o único que não apresenta motivos cruciformes. Neste painel a incidência de luz solar directa nas gravuras ocorre do meio-dia até ao pôr-do-sol. As figuras ocupam o plano superior e quase central do painel, provavelmente como forma de aproveitamento da luz solar. A técnica de gravação utilizada foi a picotagem e perfil dos motivos gravados é geralmente em “U” – Figura 17.

Painel Horizontal (PH-R2): painel sub-horizontal, de perfil sinuoso, com cadência natural voltada sensivelmente para Este. São abundantes os motivos gravados, contabilizando-se 34 neste painel. Surgem motivos da subcategoria Ia (1 motivo), categoria II (2 motivos), categoria III (12 motivos), da subcategoria Va (3 motivos), Vb (2 motivos), da categoria VI (3 motivos), VII (4 motivos) e XI (7 motivos).

Neste painel a incidência de luz solar directa nas gravuras ocorre do meio-dia até ao meio da tarde nas partes mais baixas do painel e até ao final do dia, nas mais altas. Pensamos que esta talvez seja a razão pela qual as figuras se distribuem de forma quase radial relativamente ao topo, sendo clara a posição central dos motivos reticulados e dos esteliformes. Assim, julgamos haver a intencionalidade de organizar os motivos em duas áreas distintas, que definimos como A e B.

É na Área B que as associações figurativas surgem mais frequentemente. Há aí um motivo antropomorfo (da categoria III) adossado a um motivo subcircular (da categoria Va); ocorrem também algumas associações duvidosas entre motivos inacabados ou erodidos pelo tempo e, por último, temos uma eventual associação entre um motivo antropomorfo da categoria III e um motivo esteliforme da categoria VI. O problema da associação tem de atender a estas 2 hipóteses de elaboração: a) as figuras são da mesma época e teremos então a representação de um cálice com óstia que terá sido assim pensada desde o início; b) as figuras não são mesma época e então o motivo cruciforme teria acrescentado um novo significado ao motivo “estelar” transformando-o em óstia”. O desgaste natural do afloramento não nos permite usar a patine como argumento em favor de uma ou outra hipótese.

A Área A tem apenas duas associações, uma entre dois motivos antropomorfos da categoria III e a outra entre um motivo subcircular – de categoria VII – e um motivo de categoria XII.

Quadro 4
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 2

Painel / Categoria		PLS-R2	PLN-R2	PH-R2	Total %
I	Ia	0	0	1	1 2,1%
	Ib	0	0	0	0 0,0%
II		0	0	2	2 4,2%
III		3	0	12	15 31,9%
	IIIa	0	0	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0	2	0 0,0%
	IVb	0	0	1	0 0,0%
V	Va	0	0	3	3 6,4%
	Vb	0	2	2	4 8,5%
	Vc	0	2	0	3 4,2%
VI		0	1	3	4 8,5%
VII		0	1	4	4 8,5%
VIII		0	0	0	0 0,0%
IX	IXa	1	0	1	1 2,1%
	IXb	0	0	0	0 0,0%
X	Xa	0	0	0	0 0,0%
	Xb	1	0	0	1 2,1%
XI		0	2	7	9 19,1%
XII		0	0	0	0 0,0%
XIII		0	0	0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0	0	0 0,0%
	XIVb	0	0	0	0 0,0%
XV		0	0	0	0 0,0%
XVI		0	0	0	0 0,0%
TOTAL %		5 10,6%	8 17%	34 72,3%	47 100%

O perfil da totalidade dos motivos gravados é em “U”, verificando-se a utilização da técnica de picotagem e posterior abrasão na execução das gravuras – Figura 18.

Dos motivos reconhecidos nesta rocha (num total de 47, equivalentes a 12% do total de gravuras na Botelhinha), são os motivos antropomórficos da categoria III os mais recorrentes do conjunto. Não foram registados motivos de categoria VIII, XII, XIII, XV e XIV.

Rocha 3

A denominada Rocha 3 da Botelhinha é igualmente de um bloco granítico, solto, onde foi possível identificar três painéis gravados: um no plano horizontal, de secção côncava (PH-R3), e dois painéis laterais, dos quais um está voltado sensivelmente para norte (PLN-R3) e ou outro para SSO (PLO-R3). A divisão entre os três painéis é feita pelas arestas principais da rocha.

Do ponto de vista morfológico a Rocha 3 tem forma sub-rectangular, tendo 2,30 metros de eixo maior e 2 metros de eixo menor, orientada no sentido NE-SO. Tem um perfil variável, com secção côncava na parte central e convexa nas extremidades. O plano horizontal tem uma ligeira pendente para Sul. Esta rocha tem grão de calibre médio/elevado, tal como as restantes do conjunto. Localiza-se junto da Rocha 2, sensivelmente a SO daquela.

Relativamente aos motivos gravados verifica-se que a sua distribuição não é uniforme, constatando-se que é o PH-R3 que apresenta a maior concentração e diversidade de motivos gravados (Quadro 5). A profundidade dos motivos é também variável, ao ponto de alguns só serem perceptíveis através da projecção de luz rasante artificial – Figura 19.

Segue-se então a caracterização e análise cada painel.

Painel Lateral Oeste (PLO-R3): painel subvertical, de perfil pouco sinuoso, voltado sensivelmente para Poente. São poucos os motivos gravados neste painel: surgem motivos da categoria III (1 motivo), subcategorias Va (1 motivo) e Vb (3 motivos), e categoria VI-II (1 motivo), sendo este último único em todo o conjunto da Botelhinha. Neste painel a incidência de luz solar directa nas gravuras ocorre desde o meio-dia até ao pôr-do-sol. As figuras ocupam o plano superior esquerdo. Existe apenas uma associação figurativa entre um motivo antropomorfo da categoria III e um motivo subcircular de categoria Va, verificando-se que o primeiro se sobrepõe ao segundo. No entanto, parece-nos evidente a intencionalidade de criar uma relação de proximidade entre os motivos subcirculares e o antropomorfo de categoria III. O perfil dos motivos gravados é geralmente em “U” e foi utilizada a técnica de picotagem para gravação – Figura 20.

Painel Lateral Norte (PLN-R3): painel subvertical, de perfil pouco sinuoso, voltado sensivelmente para Norte. São muito poucos os motivos gravados neste painel resumindo-se apenas a dois antropomorfos da categoria III e uma gravura compósita/complexa, provavelmente inserível na categoria XV, cuja origem é no PH-R3. Neste painel a incidência de luz solar directa praticamente não existe. A quase ausência de gravuras neste painel pode eventualmente dever-se a esse facto. Por outro lado, assume-se que a proximidade entre este painel e a Rocha 4 é muito grande (30 a 50 cm), o que condicionada qualquer movimentação do indivíduo em torno do sítio. As figuras ocupam o plano superior esquerdo e direito, o que nos leva a pensar que estas poderiam ser observadas apenas a partir de cima, ou seja, da Rocha 4. Não foram identificadas associações entre figuras. O perfil dos motivos gravados é geralmente em “U” e foi utilizada a técnica de picotagem para gravação – Figura 21.

Painel Horizontal (PH-R3): Painel sub-horizontal, de perfil sinuoso, com secção concava ao centro e convexa nas extremidades, com pendente suave, sensivelmente voltada para sul. Os

motivos gravados, num total de 21, resumem-se a seis categorias: 14 antropomorfos (categorias II e III), três semicírculos (categoria VII), um dos quais associados a uma covinha (tal como já acontecia noutras áreas do conjunto), 1 motivo de categoria XIII e 3 motivos da categoria XV. A incidência de luz solar inicia-se quase com o sol nascente, sendo contínua praticamente até ao final do dia. As figuras distribuem-se de forma pouco homogénea, ou seja, verifica-se uma grande concentração no plano central, côncavo; algumas figuras mais dispersas ocupam os planos convexos. No entanto, há claramente uma organização figurativa com base nos eixos principais da rocha, que dividimos em duas áreas (A e B). Na Área A verifica-se que uma parte significativa dos motivos antropomorfos gravados estão associados entre si ou, se não estão, estão extremamente próximos uns dos outros e seguem mesmo eixo horizontal; surge aí ainda a associação de um motivo antropomorfo de categoria II a um motivo de categoria XIII. Na Área B a quase totalidade dos motivos gravados segue o eixo vertical e as associações figurativas ocorrem apenas entre dois antropomorfos da categoria II, um antropomorfo de categoria III e um motivo semi-circular (categoria VII).

O perfil dos motivos gravados é em “U” e foi utilizada a técnica de picotagem para gravação – Figura 22.

Na Rocha 3 são os motivos antropomórficos de categorias II e III e subcategoria Vb que são representados em maior número, atingido 67,8%. No conjunto da Botelhinha é terceira rocha com mais motivos gravados (7,4%). No entanto, diversidade tipológica dos motivos gravados é reduzida.

Rocha 4

A Rocha 4 da Botelhinha é um afloramento rochoso aplanado, com um painel gravado (PH-R4) dividido por uma fissura natural, genericamente orientada no sentido N-S.

Do ponto de vista morfológico a Rocha 3 tem forma sub-rectangular, com cerca de 2,20 metros de eixo maior e 0,60 metros de eixo menor, genericamente orientada no sentido E-O. Tem um perfil variável, ascendente de Este para Oeste e as marcas de erosão são visíveis. Esta rocha tem grão de calibre médio/elevado, tais como as outras do conjunto. Esta localizada a Norte da Rocha 3, a uma distância de 30 a 50 cm.

São poucos os motivos gravados neste painel e pela primeira vez em todo o conjunto são os motivos de subcategoria Va os mais recorrentes (Quadro 6).

Segue-se então a caracterização e análise do painel.

Painel Horizontal (PH-R4): painel horizontal, de perfil sinuoso, orientado genericamente no sentido E-O. São muito poucos os motivos gravados neste painel resumindo-se a 2 antropomorfos de categoria II, 5 motivos subcirculares da subcategoria Va (associados a covinhas) e um motivo tipo “ferradura” de categoria VII. Surge ainda um motivo indefinido, da categoria XI, e duas covinhas da subcategoria IXa. Neste painel a incidência de luz solar directa ocorre praticamente ao longo de todo o dia. A distribuição das figuras ocorre em dois planos seccionados pela fissura natural do afloramento. Assim, no plano Este, onde ocorrem apenas motivos da categoria V e VII, as gravuras ajustam-se organicamente às proporções do painel natural; o plano Oeste concentra os motivos antropomorfos no seu limite superior. Não ocorrem associações figurativas mas parece-nos que, a Sul, um motivo subcircular está relacionado com 2 covinhas que o parecem limitar. O perfil dos motivos gravados é geralmente em “U” e foi utilizada a técnica de picotagem para gravação – Figura 23.

Quadro 5
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 3

Painel / Categoria		PLO-R3	PLN-R3	PH-R3	Total %
I	Ia	0	0	0	0 0,0%
	Ib	0	0	0	0 0,0%
II		0	0	3	3 9,7%
III		2	1	11	15 48,4%
	IIIa	0	0	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0	2	0 0,0%
	IVb	0	0	1	0 0,0%
V	Va	1	0	0	1 3,2%
	Vb	3	0	0	3 9,7%
	Vc	0	0	0	0 0,0%
VI		0	0	0	0 0,0%
VII		0	0	3	3 9,7%
VIII		1	0	1	2 6,5%
IX	IXa	0	0	0	0 0,0%
	IXb	0	0	0	0 0,0%
X	Xa	0	0	0	0 0,0%
	Xb	0	0	0	0 0,0%
XI		0	0	0	0 0,0%
XII		0	0	0	0 0,0%
XIII		0	0	0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0	0	0 0,0%
	XIVb	0	0	0	0 0,0%
XV		0	1	3	4 12,9%
XVI		0	0	0	0 0,0%
TOTAL %		7 22,6%	3 9,7%	21 67,7%	31 100%

Quadro 6
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 4

Painel / Categoria		PH-R4	Total %
I	Ia	0	0 0,0%
	Ib	0	0 0,0%
II		2	2 18,2%
III		0	0 0,0%
	IIIa	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	5	5 45,5%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		1	1 9,1%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	2	2 18,2%
	IXb	0	0 0,0%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	0	0 0,0%
XI		1	1 9,1%
XII		0	0 0,0%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	0	0 0,0%
XV		0	0 0,0%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		11 100%	11 100%

No total de motivos gravados neste painel são os motivos subcirculares fechados que ocorrem com mais frequência (45,5%), seguindo-se, com % igual, os motivos antropomorfos da categoria II (18,2%) e as covinhas, da categoria IX (18,2%). No conjunto da Botelhinha é uma das rochas que menos figuras contém, representando apenas 2,6% do total.

Rocha 5

A designada Rocha 5 da Botelhinha integra a massa rochosa de base encontra-se em elevado estado de meteorização nas zonas expostas a Sul.

Do ponto de vista morfológico tem perfil muito variável e sinuoso. Os motivos gravados são numericamente poucos (Quadro 7) e parecem marcar o limite do conjunto, a Poente, num pequeno painel horizontal que antecede a cadência rochosa da “crista” em direcção ao vale e às linhas de água que lhe estão associadas. Segue-se então a caracterização e análise do painel gravado.

Painel Horizontal (PH-R5): Painel sub-horizontal de pequenas dimensões de perfil sinuoso. Os motivos “gravados” reduzem-se a 9 covinhas que parecem ser de formação natural, associadas a um motivo antropomorfo de categoria III, criando assim uma figura antropomorfa dinâmica, ou seja, em movimento, que delimita a Poente o conjunto da Botelhinha. Esta figura antropomorfa parece ter os “braços” apontados para elementos verticais (armas? bastões, “outros objectos”), sendo que do lado esquerdo temos uma figura de “bastão” da categoria XIVb e, do lado direito, um alinhamento vertical de covinhas profundas, duas ligadas. Estas podem ser, como se disse, naturais, ou somente algo avivadas, no sentido de conseguir a composição pretendida. O perfil dos motivos gravados é geralmente em “U” e foi utilizada a técnica de picotagem para gravação – Figura 24.

Nesta rocha são as covinhas que criam a composição figurativa neste painel, representado 81,9% dos motivos aqui gravados, apesar de acharmos que estas não são de natureza antrópica.

Rocha 6

A denominada Rocha 6 da Botelhinha é um bloco granítico, solto, mas de mobilização praticamente impossível, pousado sobre a massa rochosa de base, de perfil muito irregular, com cerca de 1,30 metros de eixo maior e 1,40 metros de eixo menor onde distinguimos apenas um painel gravado, no plano horizontal (PH-R6). A delimitação deste painel foi feita pelas arestas principais da rocha. Tal como nas outras rochas o grão é calibre médio/elevado e as marcas de erosão são visíveis. Em termo de conjunto, esta Rocha está localizada a Norte da Rocha 4, numa posição pouco destacada e diferenciada podendo-se-lhe atribuir um grau de importância mais reduzido – Figura 25.

Segue-se então a caracterização e análise do painel gravado.

Painel Horizontal (PH-R6): Este painel, sub-horizontal, está voltado sensivelmente para SSE, para o conjunto principal. Apresenta apenas dois motivos gravados de categoria III (Quadro 8). Não há qualquer associação entre eles. A técnica de gravação utilizada parece ter sido a de picotagem e posterior abrasão.

Rocha 7

A Rocha 7 da Botelhinha é um bloco granítico, solto, móvel onde é possível visualizar um painel lateral gravado (no plano vertical), o único no que respeita à possibilidade de gravação (PLE-R7), voltado sensivelmente para Este. Tem forma sub-rectangular e o topo bem como os planos laterais estão completamente meteorizado devido à erosão. Está localizada a sul da Rocha 5 e tem 6 motivos gravados de 4 tipologias diferentes (Quadro 9).

Quadro 7
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 5

Painel / Categoria		PH-R5	Total %
I	Ia	0	0 0,0%
	Ib	0	0 0,0%
II		0	0 0,0%
III		1	1 9,1%
	IIIa	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	0	0 0,0%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		0	0 0,0%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	7	7 63,7%
	IXb	2	2 18,2%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	0	0 0,0%
XI		0	0 0,0%
XII		0	0 0,0%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	1	1 9,1%
XV		0	0 0,0%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		11 100%	11 100%

Quadro 8
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 6

Painel / Categoria		PH-R6	Total %
I	Ia	0	0 0,0%
	Ib	0	0 0,0%
II		0	0 0,0%
III		2	2 100%
	IIIa	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	0	0 0,0%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		0	0 0,0%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	0	0 0,0%
	IXb	0	0 0,0%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	0	0 0,0%
XI		0	0 0,0%
XII		0	0 0,0%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	0	0 0,0%
XV		0	0 0,0%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		2 100%	2 100%

Segue-se então a caracterização e análise do painel gravado.

Painel Lateral Este (PLE-R7): painel gravado de pequenas dimensões, com cerca de 0,40 metros de eixo maior e 0,13 cm de eixo menor. Apresenta 2 “figuras” que resultam de associações: uma entre um cruciforme da categoria III e um antropomorfo em “phi” (categoria XII); outra entre um cruciforme da categoria III e uma figura subquadrangular de categoria Ib. A primeira associação desenvolve-se segundo o eixo menor da rocha a segunda no eixo maior. Na posição actual da Rocha, a luz incide directamente nos motivos com o sol nascente e prolonga-se até meio ao meio da tarde. A gravação foi realizada pela técnica de picotagem e as gravuras têm perfil em “U” – Figura 26.

Rocha 8

A Rocha 8 da Botelhinha é uma pequena saliência da rocha base, com cerca de 70cm de comprimento, onde é possível visualizar um painel subvertical gravado, genericamente orientado para SE (PLE-R8). As marcas de erosão são notórias no painel gravado. Os motivos gravados resumem-se a antropomorfos de categoria II e III (Quadro 10).

Segue-se então a caracterização e análise do painel gravado.

Painel Lateral Este (PLE-R8): Este painel, de perfil pouco sinuoso apresenta apenas três motivos antropomorfos gravados, sendo dois da categoria II (um deles também poderia ser considerado como um “projecto” de um cruciforme complexo de categoria XV, mas como consideramos que tal figura contempla um eixo vertical e três horizontais, optou-se por a incluir na categoria II) e 1 da categoria III. A luz incide directamente nos motivos com o sol nascente e prolonga-se até meio ao meio da tarde. Entre os motivos, em “U” – Figura 27.

Rocha 9

A Rocha 9 da Botelhinha é um bloco granítico solto, móvel, de forma e secção subtriangular, com uma chanfradura natural na base. Está actualmente posicionada entre a Rocha 2, e 4 e o painel gravado (PL-R9) está voltado para Nascente. Relativamente aos motivos gravados, estes são muito ténues e a sua visualização só foi possível através da projecção de um foco de luz rasante artificial. A rocha tem cerca de 1 metro de eixo maior e 0,60 metros de eixo menor. Esta rocha tem grão de calibre médio/elevado, tal como as outras do conjunto e são visíveis marcas de erosão. Os motivos gravados nesta rocha são maioritariamente inseríveis na categoria Va, representando 66,7% do total de motivos (Quadro 11).

Segue-se então a caracterização e análise do painel gravado.

Painel Lateral Nascente (PLN-R9): este painel, de perfil pouco sinuoso apresenta cerca de uma dezena de motivos gravados, sendo essencialmente da categoria Ia (1 motivo), da categoria Va (6 motivos), da categoria IXa (1 motivo) e da categoria XI ou eventualmente da categoria Xb (1 motivo). A distribuição dos motivos no painel não é homogénea, verificando uma ocupação essencialmente central, e em dupla banda. A gravação foi realizada pela técnica de picotagem e as gravuras têm perfil em “U” – Figura 28.

Rocha 10

A Rocha 10 tem forma sub-rectangular, com cerca de 1 metro de eixo maior e 0,60 metros de eixo menor, genericamente orientada no sentido E-O. Tem um perfil variável, com tendência côncava na parte central, com pendente para Oeste. Esta rocha tem grão de calibre médio/elevado, tal como as outras do conjunto. Na base existe uma cavidade natural provocada pela erosão.

Quadro 9
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 7

Painel / Categoria		PLE-R7	Total %
I	Ia	0	0 0,0%
	Ib	1	1 25%
II		0	0 0,0%
III		2	2 50%
	IIIa	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	0	0 0,0%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		0	0 0,0%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	0	0 0,0%
	IXb	0	0 0,0%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	0	0 0,0%
XI		0	0 0,0%
XII		1	1 25%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	0	0 0,0%
XV		0	0 0,0%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		4 100%	4 100%

Quadro 10
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 8

Painel / Categoria		PLE-R8	Total %
I	Ia	0	0 0,0%
	Ib	0	0 0,0%
II		2	2 75%
III		0	0 0,0%
	IIIa	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	0	0 0,0%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		0	0 0,0%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	0	0 0,0%
	IXb	0	0 0,0%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	0	0 0,0%
XI		0	0 0,0%
XII		0	0 0,0%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	0	0 0,0%
XV		1	1 25%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		3 100%	3 100%

Quadro 11
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 9

Painel / Categoria		PLN-R9	Total %
I	Ia	1	1 11,1%
	Ib	0	0 0,0%
II		0	0 0,0%
III		0	0 0,0%
	IIIa	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	6	6 66,7%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		0	0 0,0%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	1	1 11,1%
	IXb	0	0 0,0%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	1(?)	1(?) 11,1%
XI		1(?)	1(?) 11,1%
XII		0	0 0,0%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	0	0 0,0%
XV		0	0 0,0%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		9 100%	9 100%

Tal como a Rocha 9, em que, no que respeita à mobilidade, as características físicas são semelhantes, apenas existe um painel gravado no plano subvertical, de secção ligeiramente côncava (PL-R10), o qual está actualmente voltado sensivelmente a Poente. A rocha localiza-se a cerca de 3 metros NNE da Rocha 1, num plano altimétrico ligeiramente inferior. Porém, porque se trata de uma rocha solta este é um pormenor de pouca relevância.

Painel Lateral Oeste (PLO – R10): O painel apresenta apenas 4 motivos gravados, da categoria III (Quadro 12). A distribuição dos mesmos no painel é praticamente homogênea. Não existem associações figurativas. A luz incide directamente nos motivos com o sol de fim de tarde. A gravação foi realizada pela técnica de picotagem e as gravuras têm perfil em “U” – Figura 29.

Rocha 11

A Rocha 11 é um elemento granítico solto, facilmente movível, com forma sub-rectangular, e secção ligeiramente ovalada; o granito é de grão de calibre baixo/médio. Tem cerca de 40 cm de eixo maior e 28 cm de eixo menor. A área gravada tem perfil praticamente aplanado e é possível visualizar dois motivos tenuemente gravados (Quadro 13): uma quadrícula segmentada da categoria Ib associada a um motivo antropomorfo de categoria III, à semelhança do que acontece na Rocha 7 – Figura 30.

Rocha 12

A Rocha 12 é igualmente um elemento solto, facilmente movível, em granito, de forma sub-rectangular, e secção ligeiramente ovalada; o granito é de grão de calibre médio/elevado. Tem cerca de 17,5cm de eixo menor e 26,5cm de eixo maior. A área gravada tem perfil praticamente aplanada e é possível visualizar apenas um motivo gravado (Quadro 14): motivo antropomorfo de tipo cruciforme de categoria III. Esta rocha parece estar relacionada com a organização de território em tempos medievais ou posteriores, sendo provavelmente uma marca de termo uma vez que a encontramos na periferia do conjunto da Botelhinha – Figura 31.

Quadro 12
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 10

Painel / Categoria		PL0-R10	Total %
I	Ia	0	0 0,0%
	Ib	0	0 0,0%
II		0	0 0,0%
III		0	0 0,0%
	IIIa	4	4 100%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	0	0 0,0%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		0	0 0,0%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	0	0 0,0%
	IXb	0	0 0,0%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	0	0 0,0%
XI		0	0 0,0%
XII		0	0 0,0%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	0	0 0,0%
XV		0	0 0,0%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		4 100%	4 100%

Quadro 13
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 11

Painel / Categoria		P1-R11	Total %
I	Ia	0	0 0,0%
	Ib	1	1 50%
II		0	0 0,0%
III		1	1 50%
	IIIa	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	0	0 0,0%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		0	0 0,0%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	0	0 0,0%
	IXb	0	0 0,0%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	0	0 0,0%
XI		0	0 0,0%
XII		0	0 0,0%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	0	0 0,0%
XV		0	0 0,0%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		2 100%	2 100%

Quadro 14
Distribuição dos motivos nos painéis da Rocha 11

Painel / Categoria		P1-R12	Total %
I	Ia	0	0 0,0%
	Ib	0	0 0,0%
II		0	0 0,0%
III		1	1 100%
	IIIa	0	0 0,0%
IV	IVa	0	0 0,0%
	IVb	0	0 0,0%
V	Va	0	0 0,0%
	Vb	0	0 0,0%
	Vc	0	0 0,0%
VI		0	0 0,0%
VII		0	0 0,0%
VIII		0	0 0,0%
IX	IXa	0	0 0,0%
	IXb	0	0 0,0%
X	Xa	0	0 0,0%
	Xb	0	0 0,0%
XI		0	0 0,0%
XII		0	0 0,0%
XIII		0	0 0,0%
XIV	XIVa	0	0 0,0%
	XIVb	0	0 0,0%
XV		0	0 0,0%
XVI		0	0 0,0%
TOTAL %		1 100%	1 100%

5. LINHAS DE FORÇA RELATIVAS À ANÁLISE DO OUTEIRO COM ARTE RUPESTRE DA BOTELHINHA

5.1. O conjunto fixo de Rochas e o conjunto de Rochas móveis

Neste conjunto rupestre as Rochas fixas 1,2 e 3 – que ocupam uma posição física central dada pelo volume e morfologia da Rocha 1 –, são também aquelas que detêm mais quantidade e variedade tanto de motivos como de “associações de motivos”. As Rochas fixas 4,5 e 8 prolongam fisicamente e iconograficamente este conjunto para Oeste.

A Rocha 1 é simultaneamente aquela que inicia o conjunto, a Leste, pois a Rocha 10 já é um bloco solto gravado com cruciformes cujo aspecto sugere claramente marcas de cristianização (ver abaixo, Figura 29). Do lado Oeste seria a Rocha 5 que marcaria o limite físico deste conjunto rupestre gravado.

As Rochas soltas ou móveis n.º 7,9,10,11 e 12 poderiam ter ocupado qualquer posição e lugar no conjunto da imagética do Outeiro de acordo com as intenções do momento, ou seja, de acordo com a exposição e/ou percursos pretendidos no decurso de eventuais actos sociais (de carácter mais ritual e/ou cerimonial⁵). Os cruciformes, normalmente de grande dimensão e de extremidades marcadas, gravados também nas Rochas soltas n.º 10 e 12, parecem corresponder a cristianizações que teriam ocorrido em data muito mais recente do que a da fundação do Lugar, sendo que a 12 seja provavelmente uma marca de termo de propriedade.

Mais duvidosos serão os cruciformes das Rochas 7 e 11 cuja associação a figuras quadrangulares segmentadas se repete, a nosso ver, não casualmente em ambas. Cremos que pertencem também ao conjunto mais antigo da Botelhinha, ou seja, ao conjunto que acreditamos ser de raiz pré-histórica, i.e., anterior à cristianização deste Lugar. Estas duas Rochas móveis (7 e 11) têm ainda a particularidade de exhibir os únicos quadrados segmentados⁶ da estação e que aqui se ligam claramente a antropomorfos. No caso da Rocha 7 é ainda um destes antropomorfos que se liga a uma figura talvez similar ao quadrado, mas mais provavelmente a uma figura esquemática em *phi* (tal como já acontecia também no painel horizontal da Rocha 1).

A Rocha móvel 6 e a Rocha fixa 8 exibem antropomorfos de cariz antigo que entram na maioria das restantes rochas, e são peculiares precisamente devido a esse pormenor: o de conterem somente cruciformes/antropomorfos simples. Temos assim uma rocha móvel e uma fixa (situadas na extremidade oeste do conjunto) que resumem a natureza do conjunto rupestre: este seria formado de rochas fixas e móveis, tendo como elemento dominante os cruciformes/antropomorfos simples, de cariz antigo.

Por fim, a Rocha móvel 9 é a única que só exhibe um pequeno antropomorfo/cruciforme (categoria III), sendo marcada principalmente por motivos derivados do círculo (subcategoria Vb, e categoria VII) e por uma espécie de “escaleriforme” (ainda inserível, para nós na cat. Ia) que é simultaneamente a única figura desta natureza em toda a estação.

Em termos analítico-interpretativos do conjunto fixo de rochas podemos colocar a hipótese de um dos painéis da Rocha 1 – no extremo Leste – ou da Rocha 5 – no extremo Oeste – poderiam ter marcado imageticamente as eventuais “fronteiras exteriores”, ou mesmo um “início de leitura”. Realmente, no conjunto fixo, verifica-se um incremento na quantidade e variedade de motivos quando nos dirigimos da Rocha 5 para a 1 (passando pela 4, 3 e 2), ou o contrário, uma diminuição quando nos dirigimos da Rocha 1 para a 5. Porém, a Rocha 5 só tem um painel e a

⁵ Utilizamos estes termos somente para um melhor entendimento. Na realidade, em sociedades pré-históricas, como cremos que foram aquelas que criaram a Botelhinha, não haverá distinção entre sagrado e profano, entre actos sagrados e menos “sagrados” (rituais e cerimoniais e não rituais...), sendo que a sua distinção deveria fazer-se a partir do interior da comunidade, da carga que esta lhe atribuíra. Estamos assim perante acções que obedecem não a uma racionalidade dualista, mas a uma racionalidade múltipla onde nos é impossível distinguir as gradações de sentido bem como toda a carga vivencial que aquelas sociedades lhe atribuíam.

⁶ Um eventual quadrado segmentado, ou círculo segmentado interiormente, surge no painel horizontal da Rocha 2, mas trata-se aqui de uma figura muito pouco clara em termos identificativos.

Rocha 1 tem 10. Assim, no caso da Rocha 1, com painéis exteriores, interiores, verticais, horizontais, torna-se difícil perceber qual ou quais os painéis em causa.

Porém, dado que o conjunto se desenvolve no sentido Leste Oeste, vemos que no extremo Leste da Rocha 1 temos o painel lateral nascente – PLN-R1 –, em posição vertical, voltado à paisagem aberta da bacia depressionária de Mirandela, com uma assinalável variedade de motivos. Destacam-se aí 2 antropomorfos ictifálicos, uma figura em phi/bucrânio e um “par” de antropomorfos de mãos dadas, sendo que estes motivos nomeados são únicos em toda a estação⁷. Temos ainda neste painel uma figura sub-rectangular antropomorfizada (Ia) que só se virá a repetir outra vez precisamente nesta mesma rocha, num painel horizontal principal (PH-R1), bem como no mais destacado painel da Rocha 2 – o painel horizontal (PH-R2). Aliás, este painel nascente da Rocha 1 – PLN-R1 – faz parte do conjunto dos 6 painéis mais complexos da Botelhinha que se distribuem pelas Rochas 1, 2 (já nomeados) e mesmo pela Rocha 3, como indicaremos adiante.

Se procuramos um “contraponto” ao painel da Rocha 5, situado no extremo Oeste, então parece-nos que o ponto de comparação não seria o atrás descrito painel Lateral nascente (Rocha 1) mas antes os painéis Norte 1 e 2 da Rocha 1.

Estes exibem os motivos dominantes neste Lugar – cruciformes/antropomorfos (categoria III). No painel Norte 1 temos, além disso, cruciformes “associados” a círculos não fechados (“feraduras”), (III+VII), sendo que um destes cruciformes/antropomorfo está “associado”, ou “segura” um “artefacto”(III+Xb), sendo aceitável também a associação III+Xb+VII. Trata-se de uma associação precisamente similar àquela da Rocha fixa 5.

Na Rocha 5 um antropomorfo dinâmico, de cabeça bem marcada e de pernas em V muito aberto, indicando, pela sinalização do pé esquerdo, que “caminha” em direcção a Norte ou Nordeste. Desse lado parece segurar (ou é ladeado por) um “objecto encabado” (III+XIVb) bem maior do que ele, e, do outro, é antecedido dum alinhamento vertical de covinhas (III+XIVb+ IXa e b) (Figuras 25 e 39). Refira-se que um grande número, senão a totalidade, destas covinhas são depressões naturais circulares, bastante largas e fundas, que foram como que “adaptadas” a esta composição (naturalmente, também podem ter sido elas a sugerir a composição).

Se é plausível que estes extremos do Outeiro se relacionem em termos iconográficos através de antropomorfos que “seguram” objectos alongados presentes na Rocha 5 e da Rocha 1, através das “associações” – III+Xb ou III+XIVb – devemos acrescentar que nesta última rocha dois outros painéis exteriores, além do PN1-R1 (Figuras 4, 5 e 6) – os painéis PLSS-R1 e PLSI-R1 (Figuras 4, 11 e 12) – exibem as restantes 2 das 4 que contámos na Botelhinha.

O mais acertado então é pensar que os 4 painéis verticais exteriores da Rocha 1 – dois voltados a Norte e dois voltados Sul –, marcariam, pela “posição e pela associação” – III+Xb – o contorno exterior Leste do conjunto, sendo que o contorno Oeste se materializaria na Rocha 5 (com III+XIVb). Aliás, estes 4 painéis da Rocha 1 são tematicamente similares embora se distingam do ponto de vista compositivo.

Nesta estação dominam, como dissemos antes, os motivos antropomorfos ou outras figuras antropomorfizadas, sendo que o mais elevado número corresponde a cruciformes de variados tamanhos, sendo organizados entre si e com outros motivos de formas muito variadas. Há casos mesmo de painéis de rochas fixas que só contêm cruciformes, a saber: Rocha 1 – Painel Norte 2; Rocha 3 – Painel Norte e Rocha 8 (painel único). No grupo das rochas móveis destaca-se a Rocha 6 cujos cruciformes parecem de configuração mais antiga, provavelmente de origem pré-histórica (por oposição às rochas móveis 10 e 12 que também contêm cruciformes, mas de aspecto mais recente). O elemento “cruciforme” tem assim relevo dominante em toda a estação ao ponto de podermos dizer que só há uma rocha móvel sem cruciformes – Rocha 9 –, e uma rocha fixa – Rocha 4 –, cujo painel horizontal também não possui cruciformes.

⁷ Na Rocha 3, no painel horizontal pode estar também um outro “par” de antropomorfos, mas não estamos seguros desta última identificação.

5.2. Valorização do espaço e do tempo na Botelhinha

Na valorização dos motivos, baseada na articulação entre estes e o espaço gravado, podemos seguir várias linhas de análise na busca quer de sentidos possíveis (sendo que uma foi já exposta em 5.1.), quer da cronologia, quer ainda da duração (temporalidade) do Outeiro da Botelhinha.

Até aqui expusemos as ideias que decorrem até de uma análise simples.

Resumidamente, procedemos à valorização do conjunto fixo de rochas, particularmente àquele composto pelas Rochas 1,2 e 3, que se dispõem ligeiramente em arco aberto a Sul-Sudeste, usufruindo aí de um alargado espaço plano, vazio de rochas, que se prolonga pelo topo do Outeiro aplanado (Figura 3). São estas 3 rochas (do “Arco 1”) que exibem a maior diversidade de motivos, particularmente a Rocha 1, com os seus 10 painéis, 2 dos quais são interiores.

Frisemos ainda que é nas rochas deste “Arco 1” que se concentram os 6 painéis mais complexos de toda a estação (que exibem 6 ou mais categorias de motivos): Rocha 1 – Painel Lateral Nascente; painel Horizontal (exterior), Painel Horizontal (interior), Rocha 2 – Painel Horizontal e Painel Lateral Norte, Rocha 3 – Painel Horizontal.

As Rochas 4, 5 e 8 formam como que outro alinhamento em arco (“Arco 2”), contíguo ao primeiro, mas menos “aberto” do que este (aberto a Sul), prolongando-se o seu espaço também pelo topo do Outeiro aplanado, quer dizer, partilhando do mesmo espaço aberto do arco referido anteriormente (Figura 3). No entanto, estas 3 últimas Rochas fixas exibem uma quantidade e variedade muito escassa de motivos (entre 1 e 4 categorias de motivos). Salvaguardando a composição da Rocha 5, já descrita atrás (Figura 24), as Rochas 4 e 8 só contêm muito poucos motivos cruciformes/antropomorfos (particularmente a Rocha 8, cujo Painel Vertical se vira para o centro deste arco) e motivos subcirculares abertos ou fechados (particularmente a Rocha 4).

Articuladas com estes “dois arcos 1 e 2” de Rochas gravadas fixas – arcos tangentes, e contíguos e orientados na mesma direcção –, deviam figurar aquelas móveis – Rochas 7,9 e 11⁸ – com seus motivos e associações que se poderiam adaptar a qualquer posição, ou seja, criarem um papel/função específicos somente quando adaptadas espacialmente ao conjunto fixo.

A configuração dos motivos destas 4 rochas móveis levam-nos a inclui-las no conjunto mais antigo, embora coloquemos também a possibilidade de os cruciformes da Rocha 7, na sua forma final (associados com os motivos “anteriores”), terem resultado da adaptação do sítio aos ideais da cristianização. Sendo assim, esta rocha, juntamente com as Rochas móveis 10 e 11, bem como alguns dos cruciformes da Rocha 1 (PL Nascente-R1; PH-R1), da Rocha 2 (PLS-R2; PH-R2) e dos 3 painéis da Rocha 3, fariam parte de utilizações não pré-históricas (e não proto-históricas) deste local.

A presença de cristianizações que incidem tanto nas rochas mais profusamente gravadas do outeiro, como noutras soltas, induz-nos a pensar numa cristianização mais programada do que aleatória. Usando suportes fixos e móveis, é natural que todo o conjunto tenha sido reinterpretado, prolongando assim a duração física dos motivos mais antigos e a temporalidade do sítio, ainda que agora os significados e/ou concepções de leitura específicas deste conjunto de imagens se possam ter alterado substancialmente.

De qualquer modo, em ambos os tempos, no mais antigo e no mais recente, são as figuras cruciformes que delineiam gráfica (e semanticamente?) o conjunto rupestre. Também no que respeita à delimitação exterior do complexo rupestre, verificou-se uma certa coincidência física entre as rochas dos limites Este e Oeste do Outeiro, bem como nos motivos aí gravados.

⁸ Pois as Rochas 10 e 12 parecem exibir cruces mais recentes.

5.3. Ainda sobre a temática, a cronologia e o tempo na Botelhinha

Relativamente aos motivos devemos desde já acentuar que nos parece que muitos dos motivos gravados nos parecem incompletos mormente nos casos em que estamos perante “desenhos” razoavelmente estandardizados inseríveis no conjunto não só dos motivos da pintura e da gravura esquemática peninsular, mas também nos desta região transmontana:

Pintura: Abrigos da Serra de Passos (Mirandela-Valpaços) (SANCHES, 2002), Buraco da Pala (SANCHES, 1997); As Portas (Valpaços) (BALTAZAR, 2008), Fraga das Passadas (Valpaços) (MESQUITA, 2008) Pala Pinta (Alijó) (SOUSA, 1989), Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães), Penas Roías (Mogadouro) (SANCHES, 1992); *Gravura:* Fraga das Passadas (Valpaços); Lombinho das Cruzes-Bouçoais (Valpaços) (BALTAZAR, 2008); Fraga das Ferraduras de Ribalonga (PEREIRA& LOPES, 2005), Fraga das Ferraduras de Linhares (SANTOS JÚNIOR&AZEVEDO, 1961), Tripe (Chaves) (BAPTISTA 1983-84), Outeiro Machado (Chaves) (SANTOS JUNIOR, 1978), Lamelas (Ribeira de Pena) (M. SOUSA, 2008). Por sinal, muitos destes motivos aparecem também em esteios de monumentos megalíticos quer pintados (Mamoá 1 de Madorras, em Sabrosa) (GONÇALVES & CRUZ, 1994) quer gravados (Mamoá do Castelo, Murça) (SANCHES, NUNES e SILVA, 2005) e que, além de permitirem uma aproximação cronológica, advertem-nos precisamente para a leitura parcelar que muitos conjuntos rupestres mal conservados (particularmente em termos de pintura) implicam. Fernando Carrera adverte precisamente para este facto ao constatar, por ex. que no dólmen Juncal – esteio C2 (2006: lám. 5; fig. 10-11) motivos serpentiformes gravados e pintados formam um só “motivo” (linha serpentiforme). Por sua vez, no Alto Côa, no sítio da Faia 6 são evidentes as diferenças das cabeças dos cavalos paleolíticos se aí não se tivesse conservado também a pintura a vermelho (BAPTISTA, 1999: 154-157). Na verdade a pintura tanto reforça a gravura (pintura por sobre os sulcos gravados), como prolonga o desenho somente através de traço pintado, tal como acontecia no dólmen de Juncal. É provável, naturalmente, que este modo de desenhar, articulando a pintura com a gravura, que se verifica desde o Paleolítico, tenha tido uma expressão mais corrente na Pré-história do que aquela que o estado de conservação permite atribuir aos diferentes conjuntos gravados.

Nessa medida, a prática de observação da pintura e em geral da arte esquemática que afinal se desenvolve por toda a Península Ibérica, permite que digamos que, em termos de diversidade (mas não de quantidade) estamos perante um conjunto de motivos característicos da arte esquemática, muitos dos quais partilham também com outros motivos os “suportes” dos monumentos megalíticos peninsulares. Porém, dados os regionalismos que frequentemente estes conjuntos gravados e pintados exibem, devemos centrar-nos sobretudo nas temáticas que ocorrem tanto em penedos, como em abrigos, como ainda em monumentos megalíticos.

Enumeramos de seguida os motivos: figuras rectangulares interiormente segmentadas, e neste caso antropomorfizadas (e eventualmente um escaleriforme tosco) (Ia); figuras quadrangulares interiormente segmentadas em 4 partes (Ib); figuras antropomórficas de corpo triangular (IIIa) figuras antropomórficas ictifálicas (IVa); figuras em *phi*/bucrânio (IVb); figuras subcirculares fechadas, simples (Va) ou alongadas, ovóides e por vezes segmentadas interiormente (Vb); motivo triangular, neste caso associado a uma covinha (VIII), covinhas isoladas ou alinhadas (Xa), por vezes ligadas entre si (“alteriforme” Xb), barras ou sulcos simples, curtos (Xa) ou sinuosos e mais compridos (Xb); figuras em *phi* grego simplificado (XII), figura geométrica formada por uma barra horizontal da qual partem 4 ou mais linhas curtas perpendiculares (XIII); utensílio/arma encabada ou bastão, em “T” (XIVa), ou mais complexo na extremidade (XIVb); cruciforme complexo/arboriforme esquemático (XV), possível “oculado” (XVI).

Não por estarem ausentes, mas por serem pouco frequentes, excluímos deste grupo os semi-círculos com covinha no interior ou na zona de fecho (“ferraduras”) e os grandes cruciformes com as partes terminais muito marcadas que cremos serem mais recentes, como dissemos

atrás. Os cruciformes simples ocorrem na pintura esquemática embora sejam aí pouco frequentes; além disso não conhecemos nenhum na pintura esquemática regional. Pelo contrário, estes associam-se predominantemente a conjuntos iconográficos predominantemente gravados como Tripe, Outeiro do Salto, Outeiro Machado e mesmo Lamelas, neste último convivendo com figuras quadrangulares segmentadas interiormente, antropomorfos em *phi* simples e múltiplos, círculos com covinha, serpentiniformes e mesmo idoliformes (SOUSA, M. 2008).

Na realidade, à excepção dos círculos (e dos cruciformes simples, II e III), o motivo com mais importância tanto estatística, como em termos de sobreposições, materializa-se nas figuras sub-circulares abertas – “ferraduras” – associadas ou não a covinhas e que se articulam predominantemente com cruciformes.

Nessa medida, uma avaliação cronológica restrita será pouco fiável. Atendendo somente à cronologia regional dos motivos, diríamos que estamos perante um conjunto rupestre dominado por figuras de cruciformes/antropomorfos, associados ou convivendo com círculos com ou sem covinha central, estes últimos característicos da arte atlântica mas que regionalmente tem expressão clara e dominante no vizinho conjunto rupestre de Lapaças (Valpaços) (TEIXEIRA, 2008).

No entanto, nenhum dos motivos enumerados acima nos conduz só por si a cronologias anteriores ao 3º mil. AC, embora alguns daqueles (motivos Xa, XIII e XIV) tenham expressão nos monumentos megalíticos regionais da segunda metade do IVº milénio AC (SANCHES, neste volume).

Será talvez mais avisado pensar que a Botelhinha é um Lugar rupestre criado por comunidades calcíticas regionais na segunda metade do 3º mil. AC (ou, eventualmente, no início do milénio seguinte) que iconograficamente teriam mantido como tradição iconográfica um elevadíssimo número de motivos esquemáticos, também utilizados por comunidades regionais coevas ou mesmo anteriores. *A dominância dos cruciformes, das “ferraduras”, dos círculos e em geral de figuras antropomorfizadas, parece ser a marca distintiva deste sítio, isto é, o que o torna extremamente original.*

Apesar do aspecto aparentemente “caótico”, nota-se uma certa organização num grande número de painéis, sendo, apesar disso, de supor que talvez nem todos os motivos pré-históricos tenham sido ali colocados *ab initio*. O acrescento de gravuras e de pinturas é um facto documentado em muitos conjuntos rupestres, embora neste caso o grau de meteorização do granito não deixe perceber as devidas relações “estratigráficas” entre os motivos.

A duração deste sítio deve ter-se expandido no tempo, sendo que, em articulação com o povoamento regional, possamos colocar até a hipótese de este sítio de origem calcítica se poder ter mantido até à Idade do Ferro. Naturalmente, não podemos confirmar adequadamente a temporalidade possível, que agora propomos.

Já da nossa Era, embora não saibamos fixar-nos num século particular, será a cristianização do lugar. É provável que neste segundo momento de uso a Botelhinha tivesse até ganho tanta importância como no primeiro, principalmente pelo facto de afinal a ideologia “cristã” já estar evocada através de tão elevado número de cruciformes. Que terá provavelmente sido utilizada como marco de divisória de freguesia, também é possível, mas preferimos falar deste assunto no ponto seguinte.

5.4. A Botelhinha e a relação com o território envolvente: algumas notas

Este ponto remete-nos para uma reflexão sobre implantação do sítio. Verificamos que o Outeiro da Botelhinha segue uma lógica de implantação que parece estar ligada a questões de acessibilidade entre o planalto e o vale, estando a estação implantada numa via natural de acesso ao vale, entre os altos da Botelhinha e da Regaleira e as terras férteis do Regato do Souto. Actualmente esta ligação faz-se através de diversos caminhos em terra batida, muitos dos

quais abertos em meados do século XX, no decurso da implantação de viveiros florestais para exploração de madeiras e resinas. No entanto, achamos que alguns desses caminhos poderão ser mais antigos se considerarmos a proximidade do Outeiro da Botelhinha aos mesmos. Tal acontece em outras estações semelhantes como por exemplo a da Igrejinha, situada a pouco mais de 150 metros da Botelhinha, ou então nas estações da Fraga das Ferraduras de Linhares (SANTOS JÚNIOR & AZEVEDO, 1961: 42 a 62) e Fraga das Ferraduras de Ribalonga (PEREIRA, LOPES, 2005), esta última junto a um caminho antigo que interligava Ribalonga a Cachão da Rapa. No seio desta abordagem, verificamos ainda que algumas estações de ar livre semelhantes à Botelhinha são coincidentes com as actuais circunscrições territoriais de concelhos ou freguesias, o que poderão, em alguns casos, balizá-las (tanto no conjunto de motivos gravados, ou em certos motivos isolados) numa perspectiva cronológica bem mais recente do que possamos achar. Referimo-nos por exemplo às estações da Fraga da Aborraceira e da Fraga das Ferraduras de Ribalonga (PEREIRA & LOPES, 2005) ou então às estações inéditas no extremo Oeste do território transmontano, nomeadamente Reboral e Restes, no concelho de Montalegre (CANINAS & LIMA, 2008) cuja localização é coincidente com os actuais limites de freguesia. No caso do Outeiro da Botelhinha, verificamos que se localiza a mais de 1km dos actuais limites de freguesia entre Carlão, Chã, Santa Eugénia e Ribalonga. No entanto julgamos necessário realizar, a curto prazo, um estudo mais aprofundado sobre organização e divisão do território, uma vez que a freguesia de Pegarinhos pertenceu ao concelho de Murça até 1855 (LEITÃO, 1963: 56). Lembre-se por exemplo que a estação da Igrejinha, tem uma gravura “P”, que poderá corresponder ao termo de Pegarinhos. Do mesmo modo, alguns dos motivos gravados da Botelhinha poderão estar relacionados com esta divisão administrativa, ainda que careçam de confirmação.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se muito particularmente à Prof.^a Maria de Jesus Sanches a revisão deste texto, nomeadamente no que concerne ao ponto 5.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C. A. B., Coordenação (2005) – História do Douro e do Vinho do Porto. História Antiga da Região Duriense, Vol. I, Edições Afrontamento, Porto.
- ALMEIDA, C. A. B. *et. al.* (1997) – Os lagares cavados na rocha do Castelo de Castorigo – Pegarinhos (Alijó). Douro – Estudos & Documentos, vol. II(4), GEHVID, pp. 15-24, Porto.
- ALMEIDA, C. A. F. e MOURINHO A. M. (1981) – Pinturas esquemáticas de Penas Roias, Terra de Miranda, in Arqueologia, 3, GEAP, Porto.
- BALTAZAR, António Manuel Pereira (2008) – *Localização e Descrição de Sítios com Arte Rupestre no Concelho de Valpaços*, Trabalho apresentado no âmbito do Seminário da Licenciatura em Arqueologia, apresentado à FLUP, Porto (2 vols. policopiado).
- BAPTISTA, A. M. (1983-84) – Arte Rupestre de Norte de Portugal. Uma perspectiva, in Portugália, 4-5, n/s, IAFLUP, Porto.
- _____ (1980) – Introdução ao Estudo da arte pré-histórica no Noroeste Peninsular. Gravuras do Gião, in Minia, 2^ª Série, ano III, n.º 3-4.
- _____ (1981) – A arte do Gião, in Arqueologia, n.º 3, GEAP, Porto.
- _____ (1986) – Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção. História da Arte em Portugal, vol. I – *Do Paleolítico à Arte Visigótica*, Alfa.

- _____ (1999) – *No Tempo Sem Tempo. A Arte dos Caçadores Paleolíticos do Vale do Côa. Com uma Perspectiva dos Ciclos Rupestres pós-glaciares*, Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- CANINAS, João Carlos & LIMA, Alexandre Miguel (2008) – Relatório sobre o Descritor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnológico do EincA do Parque Eólico do Facho Colmeia, EMERITA para Procel, Engenharia Hidráulica e Ambiental.
- CARRERA, F. (2006) – Arte parietal en monumentos megalíticos del área noroccidental peninsular, in CARRERA, F. E FÁBREGAS, R. Eds., *Arte Parietal en el Noroeste Peninsular. Conocimiento y Conservación*. Santiago de Compostela: Tórculo Editións, p. 61-151.
- GONÇALVES, A. A. Huet de B. & CRUZ, Domingos J. da (1994) – Resultados dos Trabalhos de Escavação da Mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real) Actas do Seminário “O Megalitismo no Centro de Portugal”, Viseu, pp. 171-232.
- GOMES, M. Varela (2002) – Arte Rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século, In *Arqueologia e História*, AAP, Vol. 54, pp. 139-194, Lisboa.
- JORGE, V. O. (1996/1997) – Em Torno da Arte Megalítica: revisitando uma visão de 1981, in *Portugália*, 17-19, n/s, IAFLUP, Porto.
- _____ *et. al.*, (1988) – A Fraga d’Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – arte rupestre e ocupação Pré-histórica, in *TAE*, 28, 1-2, SPAE, Porto.
- _____ *et. al.*, (1988) – O abrigo com pinturas rupestres da Fraga d’Aia – notícia preliminar, in *Arqueologia*, 18, GEAP, Porto.
- _____ (1987) – Arte rupestre em Portugal, in *Arqueologia*, ano 8, n.º 76, Zugarto Ediciones, S.A. Madrid.
- _____ (1986) – O Projecto do campo arqueológico da Serra da Aboboreira (Norte de Portugal): resultados de oito anos de trabalho/Revista da Faculdade de Letras: História, série II, vol. 03, pag. 239-256.
- LEITÃO, Fernando Rodrigues (1969) – Subsídios Psicossociológicos e Históricos do Concelho de Alijó, Luanda: Edição do Autor.
- _____ (1963) – Monografia do Concelho de Alijó, Lisboa
- MARTINS, Manuel José Carvalho (1981) – *O Santuário Rupestre de Lamelas: Ribeira de Pena*, Ribeira da Pena: Câmara Municipal, 40 p.
- MESQUITA, Augusta Maria Vicente da Cunha (2008) – *A Estação Rupestre da Fraga das Passadas (Água de Revés e Crasto – Valpaços). Estudo Preliminar*, Trabalho apresentado no âmbito do Seminário da Licenciatura em Arqueologia, apresentado à FLUP, Porto (policopiado).
- PAIVA, Sérgio Joaquim Ferreira (1996) – Levantamento Arqueológico do Concelho de Alijó, Porto.
- SANCHES, M. J. (1985-86) – O abrigo com pinturas esquemáticas das Fragas da Lapa – Atenor, Miranda do Douro, in *Portugália*, vol. VI/VII, IAFLUP, Porto.
- SANCHES, M. J. & A. G. LEBRE (1986) – O abrigo com arte esquemática da Solhapa – Duas Igrejas, Miranda do Douro, in *TAE*, XXVI, fasc. 1, SPAE, Porto.
- SANCHES, M. J. (1990) – Os abrigos com pintura esquemática da Serra de Passos – Mirandela, no conjunto de arte rupestre desta região. Algumas reflexões, in *Rev. Fac. Letras – História*, 7, 2º, FLUP, Porto.
- _____ (1992) – Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes), *Monografias Arqueológicas* 3, GEAP, Porto.
- _____ (1993) – Les abris peints de Serra de Passos (nord du Portugal) dans l’ensemble de l’art de cette région. Les représentations Humaines du Néolithiques à l’âge du Fer, in *Actes do 115ème CTHS*, CTHS, Paris.
- _____ (1994) – Laje de Vale de Juncal (Mirandela) in Actas do Seminários “Megalitismo no Centro de Portugal” (Mangualde, Nov. de 1992), Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta.
- _____ (1997) – Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto regional, SPAE, vol. I & II, Porto.

- _____ (2002) – Spaces for social representation, choreographic spaces and paths in the Serra de Passos and surrounding lowlands (Trás-os-Montes, northern Portugal) in late prehistory, *ARKEOS*, 12, CEIPHAR, pp. 65-105.
- _____ (2005) – Sociedades em mudança. Dos caçadores-recolectores aos mais antigos agricultores, in *História do Douro e do Vinho do Porto. História Antiga da Região Duriense*, Vol. I, Edições Afrontamento, Porto, pp. 80-163.
- SANCHES, M. J.; NUNES, S. A., SILVA, M. S. (2005) – A Mamoia 1 do Castelo (Jou)- Murça (Trás-os-Montes), Resultados dos trabalhos de escavação e de restauro dum dólmen de vestíbulo, *Portugália*, n.ºs, 26, Porto, DCTP-FLUP, pp. 5-47.
- SANCHES, M. J. e PINTO, D. B. (2008 a) – Cronologia e faseamento do Crasto de Palheiros em I, II e II, Cap. A.4. (Parte I) de *O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto)*, *Murça-Portugal*. (Partes I e II num só volume), SANCHES, M. J.- Coord. Científica e editorial/Editor), Município de Murça, Murça, p. 43-53.
- _____ (2008) – Quadro cronológico do Crasto de Palheiros (Chronological charts of Crasto de Palheiros), Cap. A.3. (Parte I) de *O Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto)*, *Murça-Portugal*. (Partes I e II num só volume), SANCHES, M. J.- Coord. Científica e editorial/Editor), Município de Murça, Murça, p. 39-42, versão bilingue: português e inglês.
- SANTOS JUNIOR, J. R. (1933) – O abrigo pré-histórico de Pala Pinta, in *TAE*, 6(1), Porto, p. 33-43.
- SOUSA, Luis Miguel Pereira de (2008) – *O Santuário Rupestre de Lamelas*, Trabalho apresentado no âmbito do Seminário da Licenciatura em Arqueologia, apresentado à FLUP, Porto (policopiado).
- SOUSA, O. (1989) – O abrigo de Arte Rupestre da Pala Pinta – Alijó, in *TAE*, 29 (1-4), p. 191-198.
- _____ (1988) – As pinturas rupestres da Mamoia 3 de Chã de Parada – Baião, Notícia Preliminar, *Arqueologia*, 17, Porto p. 119.
- SOUSA, Fernando de & PEREIRA, Gaspar Martins (1988) – *Alto Douro – Douro Superior*, Novos Guias de Portugal, 7, Lisboa.
- SANTOS, André Tomás (2003) – *Uma abordagem Hermenêutica-fenomenológica à arte rupestre da Beira Alta: o caso do Fial (Tondela, Viseu)*, dissertação de Mestrado apresentado à FLUP.
- TEIXEIRA, Joana Coelho de Castro (2007) – *Entre a Gravura e a Escultura: A Estação Rupestre de Lampaça no Contexto da Arte de Ar livre da Região*, Trabalho apresentado no âmbito do Seminário da Licenciatura em Arqueologia, apresentado à FLUP, Porto (2 vols. policopiado).

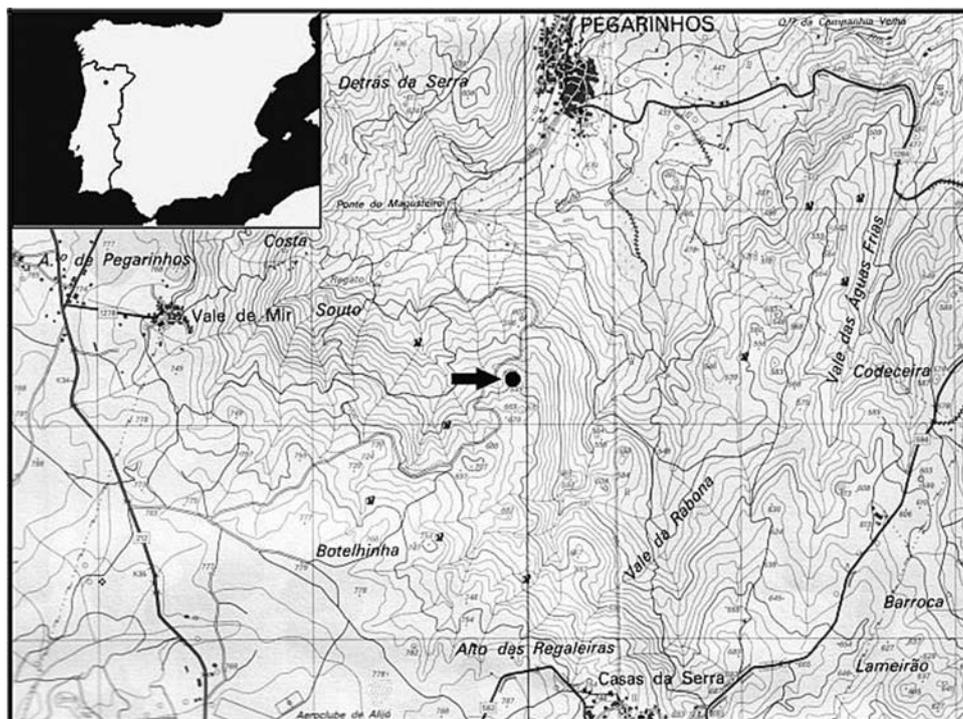


Fig. 1 - Localização do Outeiro da Botelhinha em extracto de carta militar de Portugal, à escala 1:25000, n.º 103

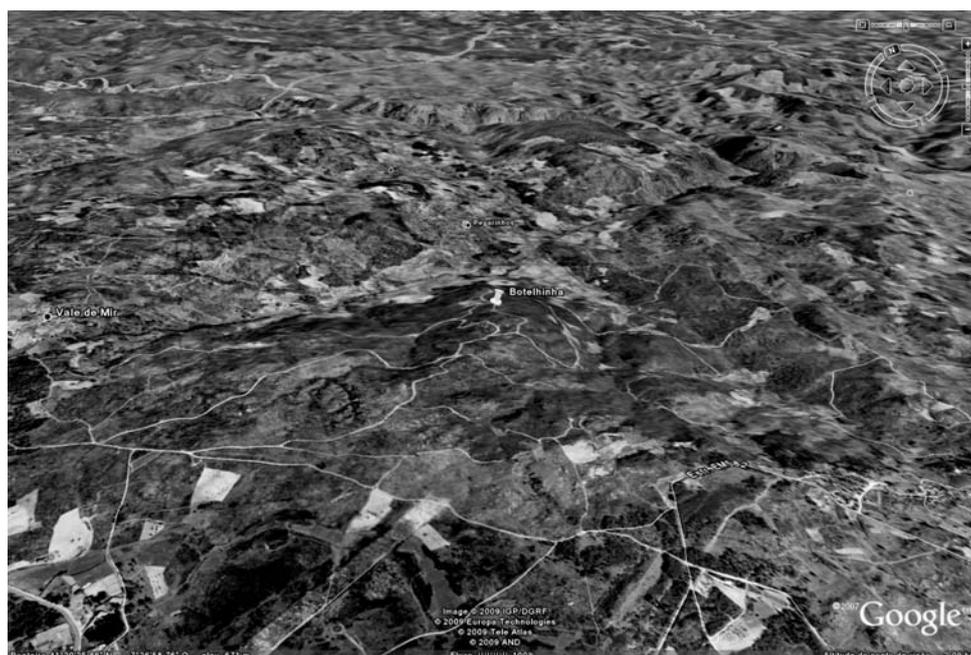


Fig. 2 - Localização do Outeiro da Botelhinha em extracto cartográfico 3D – Fonte Google Earth

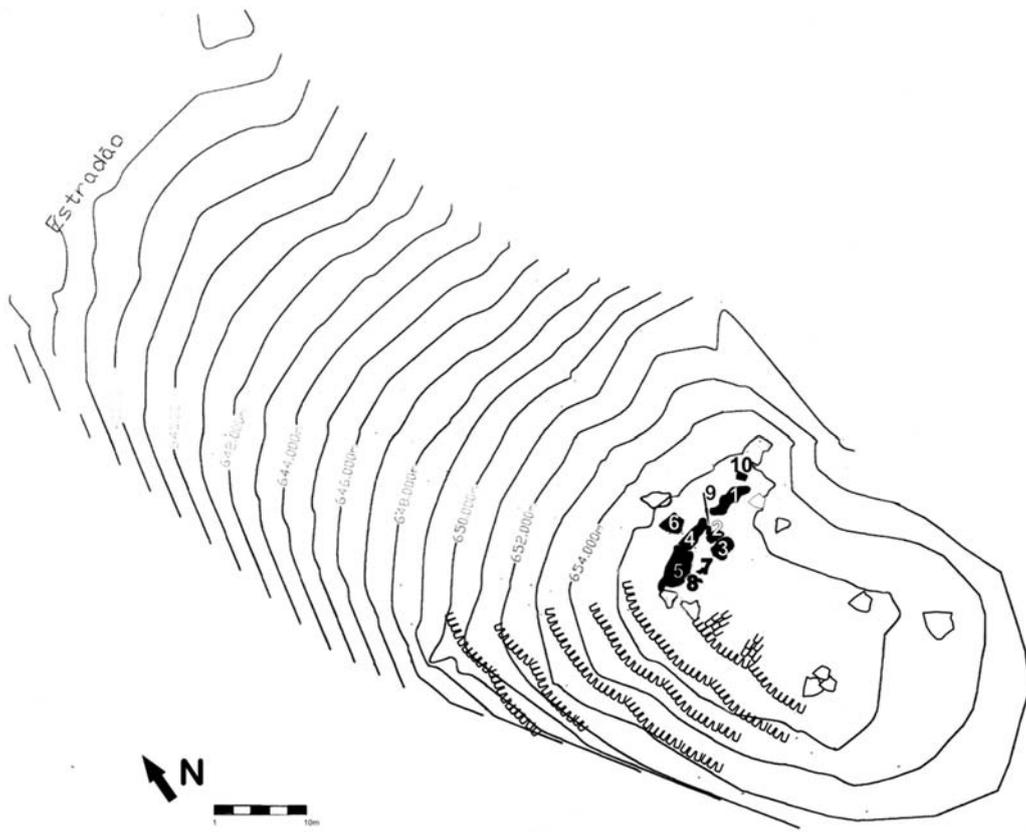


Fig. 3 - Levantamento topográfico do conjunto à escala 1:5000

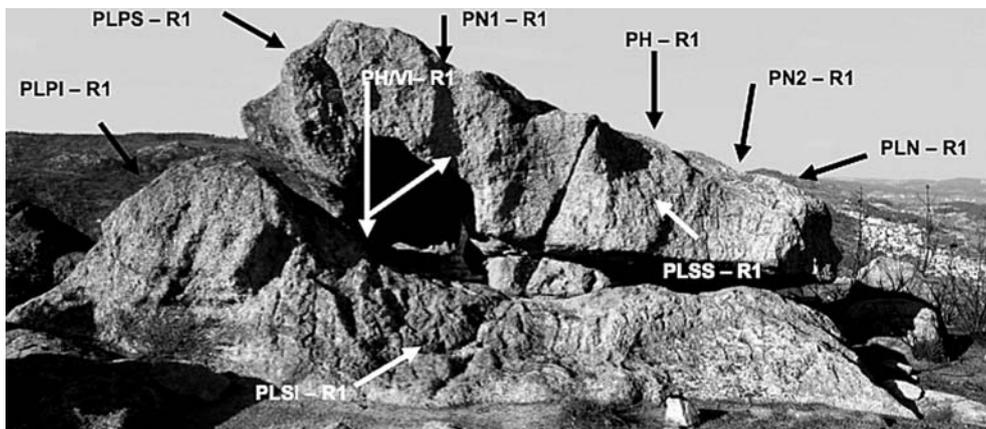


Fig. 4 - Distribuição dos Painéis gravados na Rocha 1

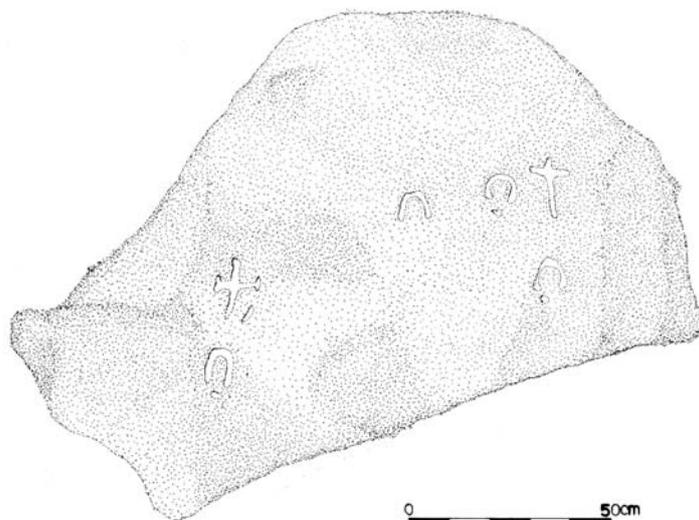


Fig. 5 - Painel Norte 1, Rocha 1

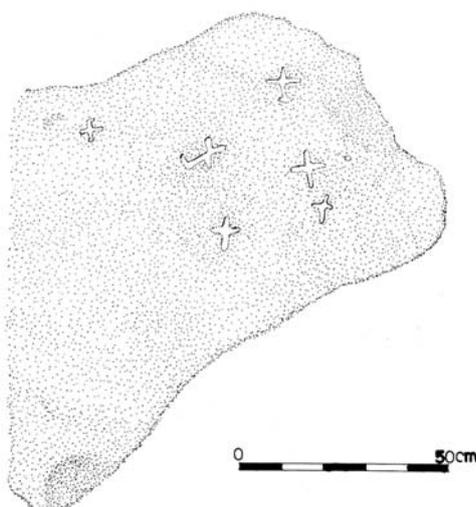


Fig. 6 - Painel Norte 2, Rocha 1

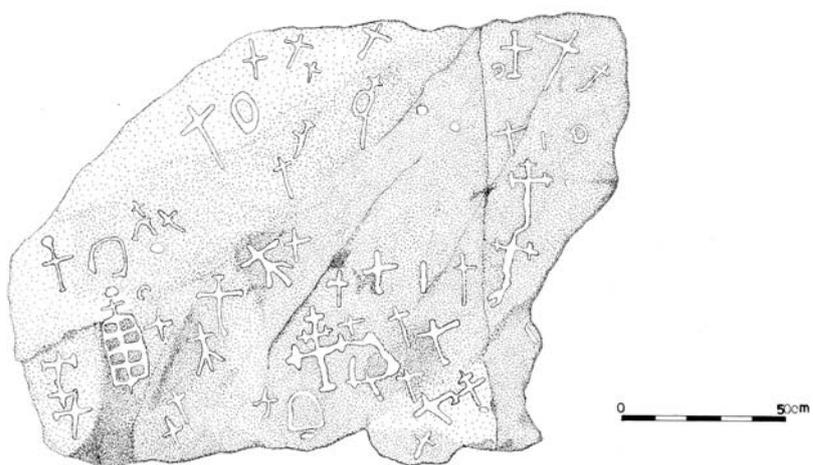


Fig. 7 - Painel Lateral Nascente, Rocha 1

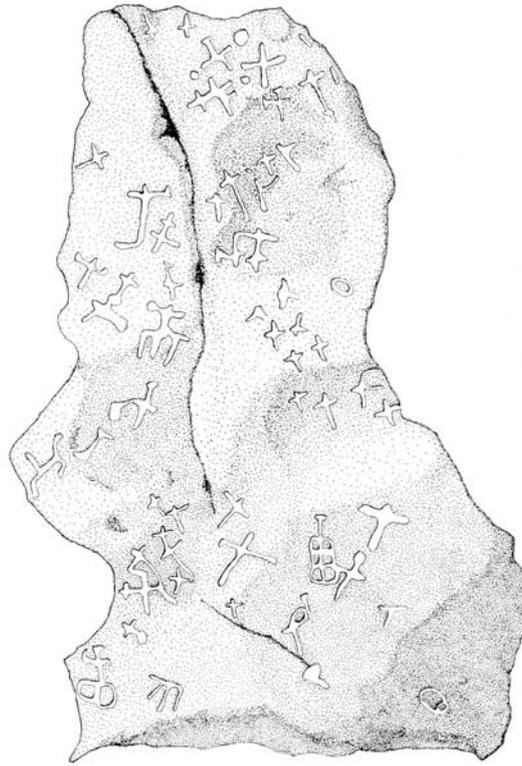


Fig. 8 - Painel Horizontal, Rocha 1

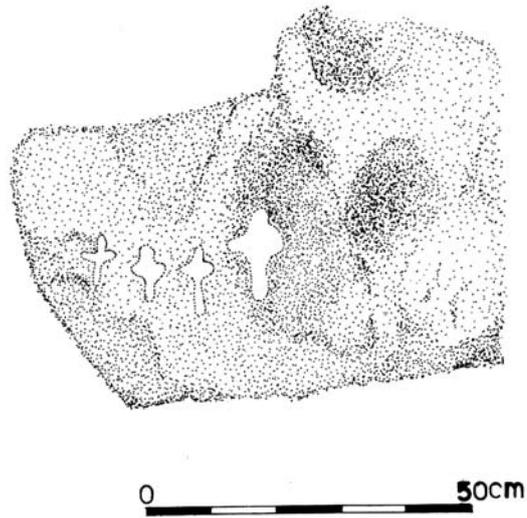


Fig. 9 - Painel Vertical Interior, Rocha 1

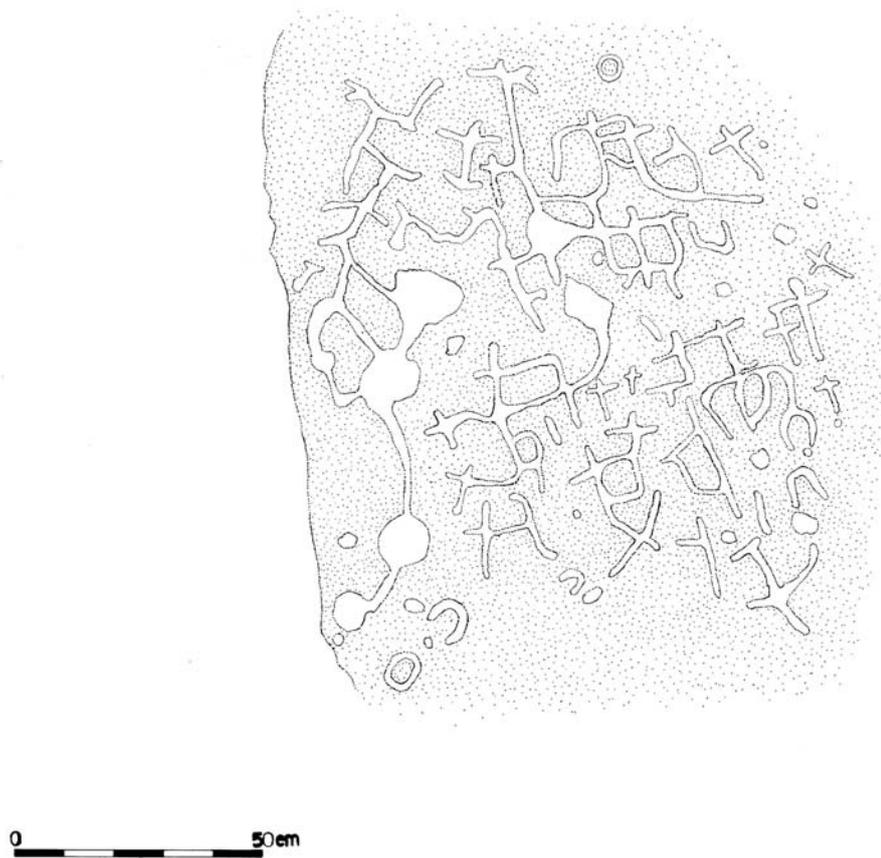


Fig. 10 - Pannel Horizontal Interior, Rocha 1

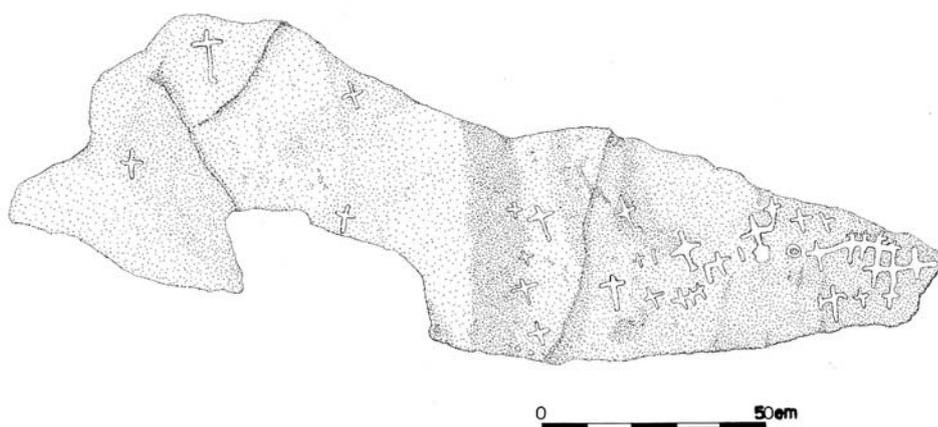


Fig. 11 - Pannel Lateral Superior Sul, Rocha 1

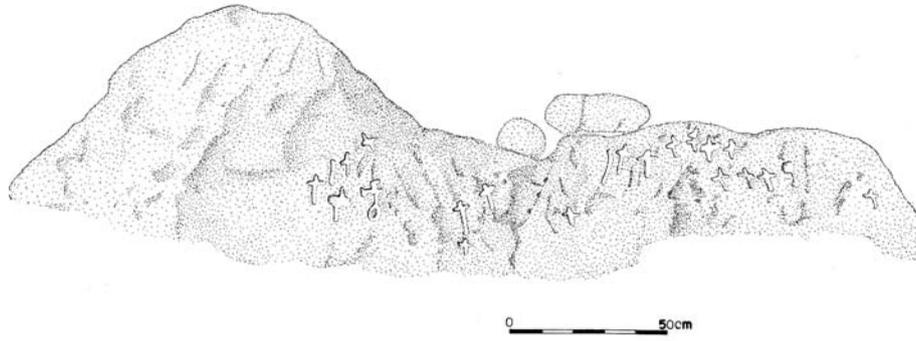


Fig. 12 - Painel Lateral Inferior Sul, Rocha 1

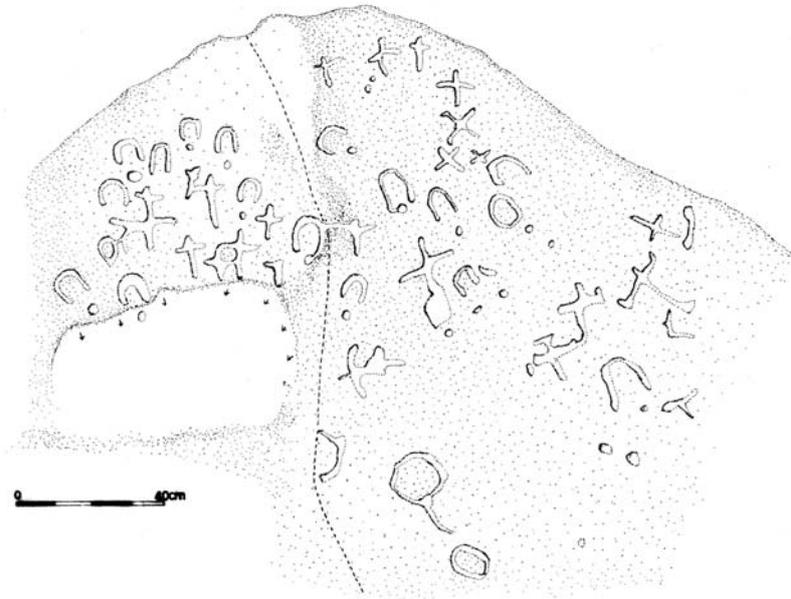


Fig. 13 - Painel Lateral Poente Inferior, Rocha 1

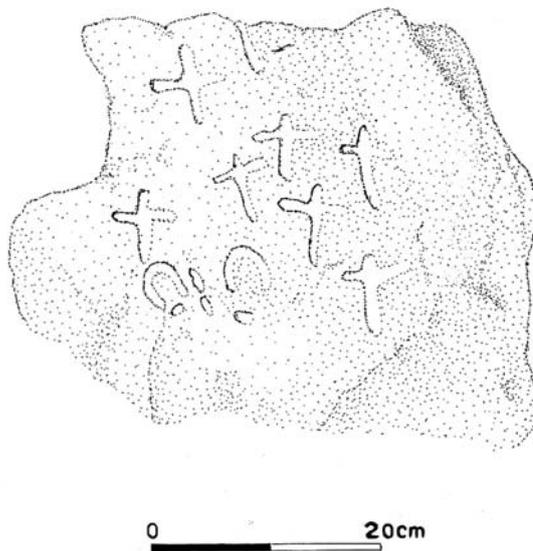


Fig. 14 - Painel Lateral Poente Inferior, Rocha 1

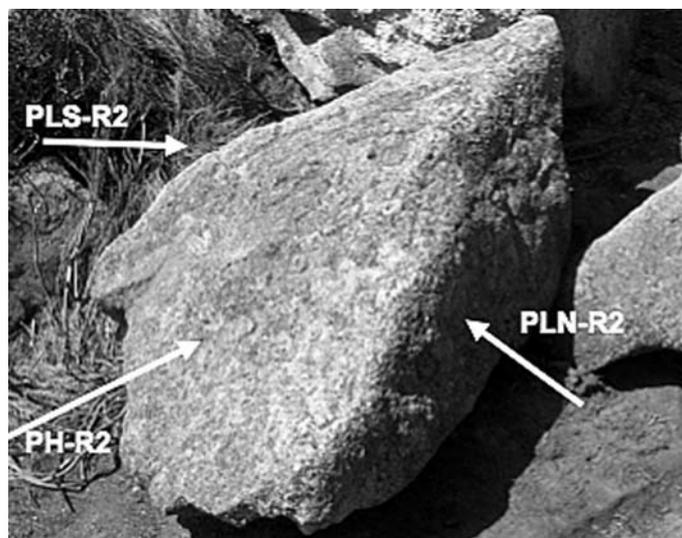


Fig. 15 - Distribuição dos Painéis gravados na Rocha 2

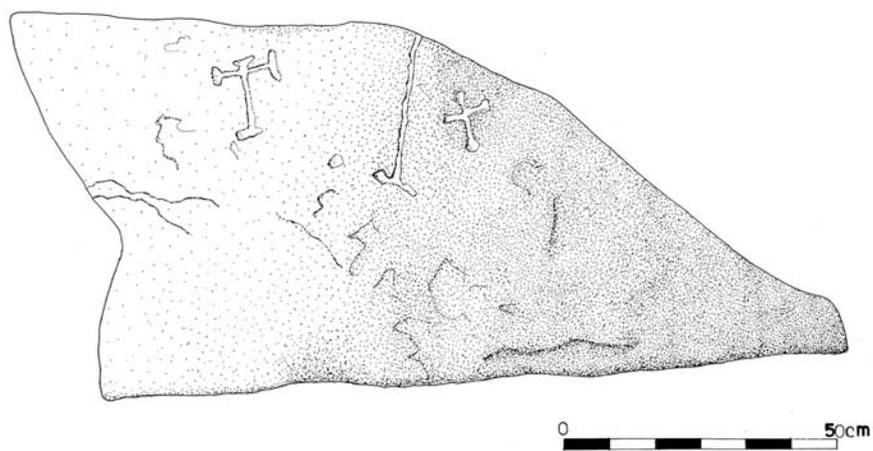


Fig. 16 - Painel Lateral Sul, Rocha 2

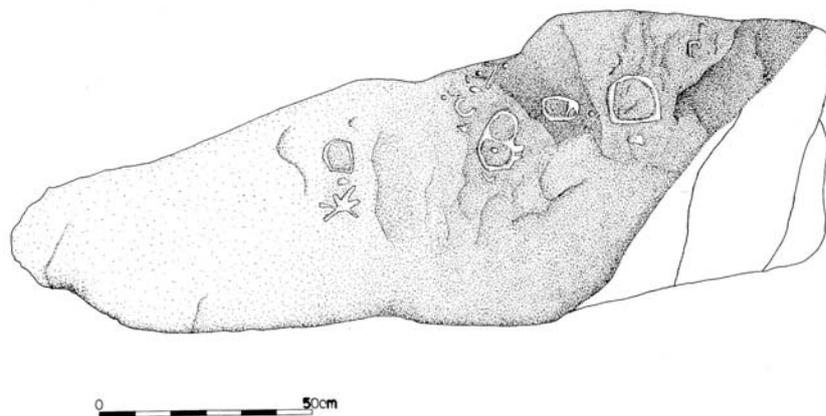


Fig. 17 - Painel Lateral Norte, Rocha 2



Fig. 18 - Painel Horizontal, Rocha 2

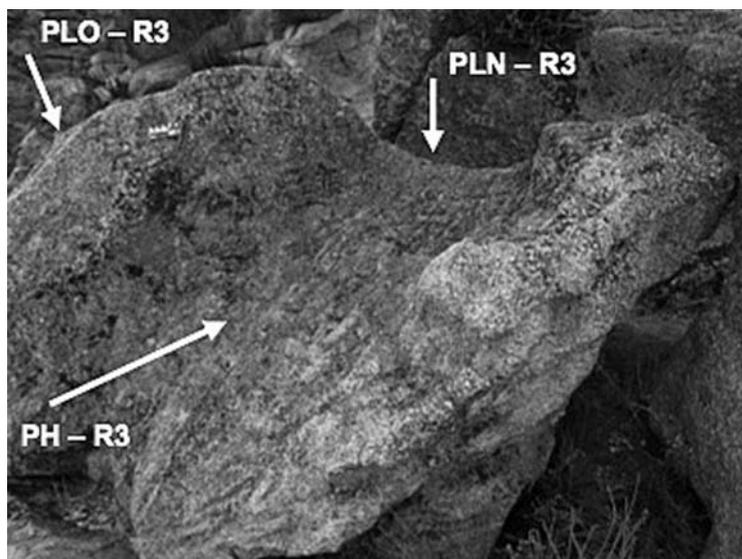


Fig. 19 - Distribuição dos Painéis na Rocha 3

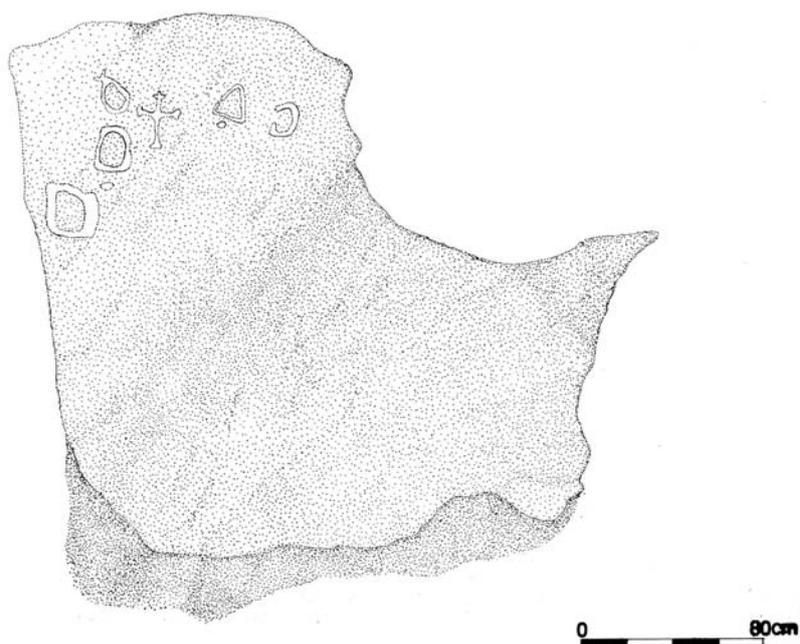


Fig. 20 - Painel Lateral Oeste, Rocha 3

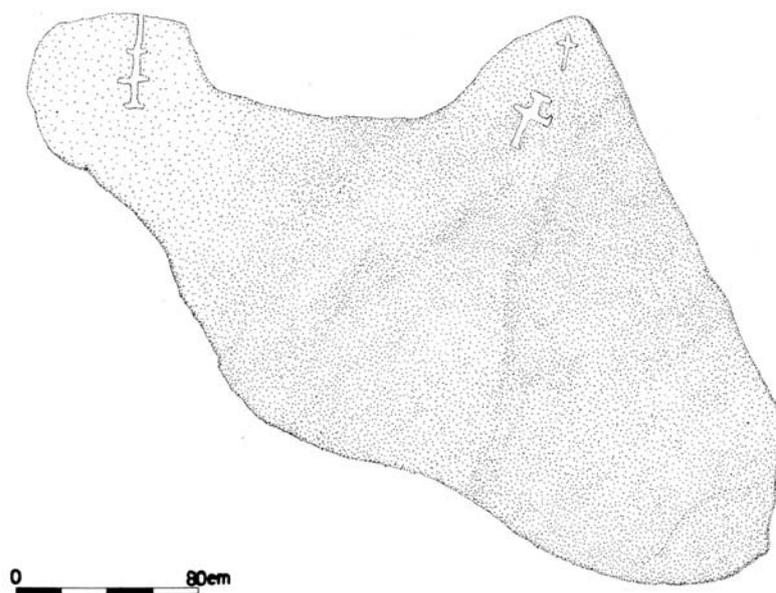


Fig. 21 - Painel Lateral Norte, Rocha 3

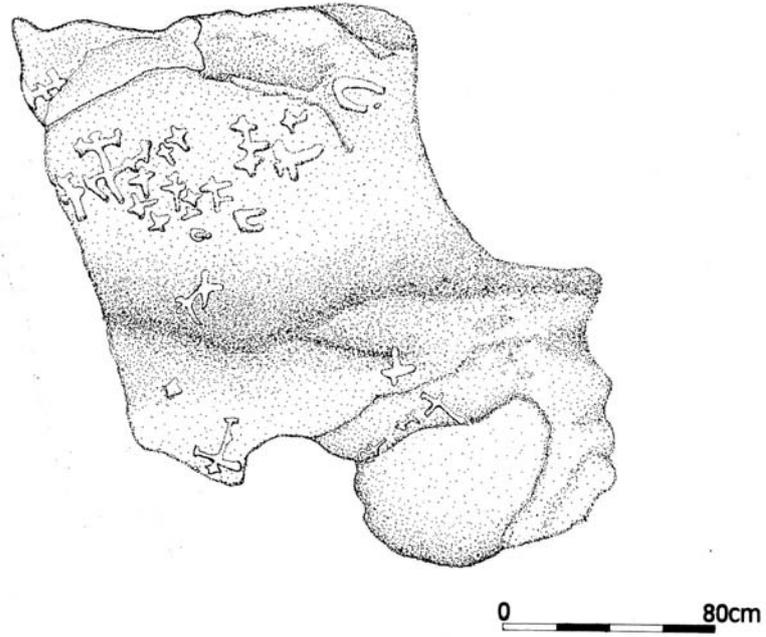


Fig. 22 - Painel Horizontal, Rocha 3

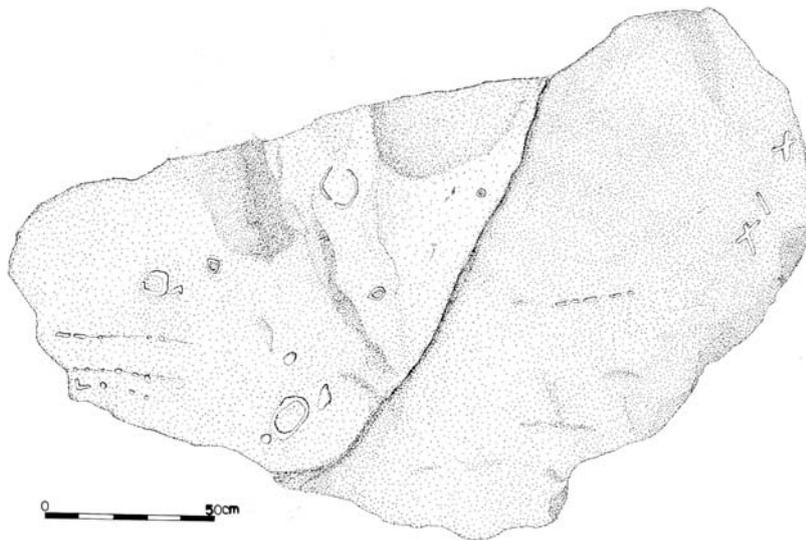


Fig. 23 - Painel Horizontal, Rocha 4

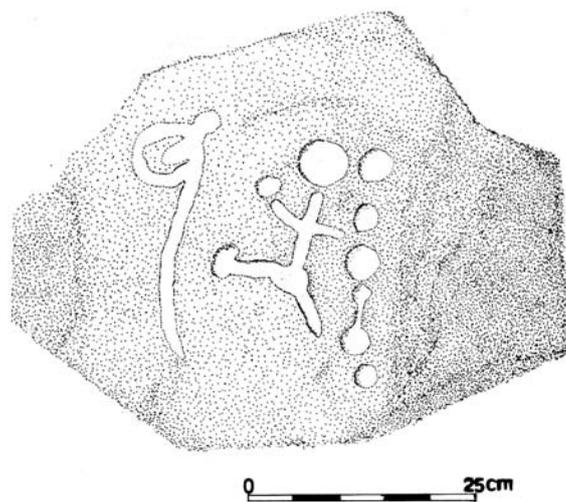


Fig. 24 - Painel Horizontal, Rocha 5

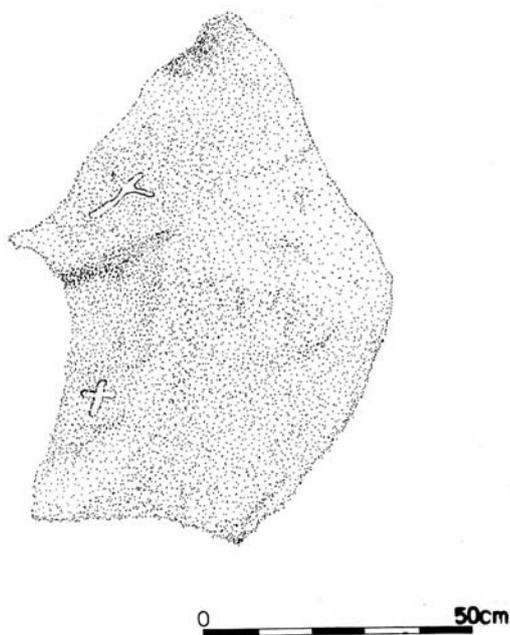


Fig. 25 - Painel Horizontal, Rocha 6

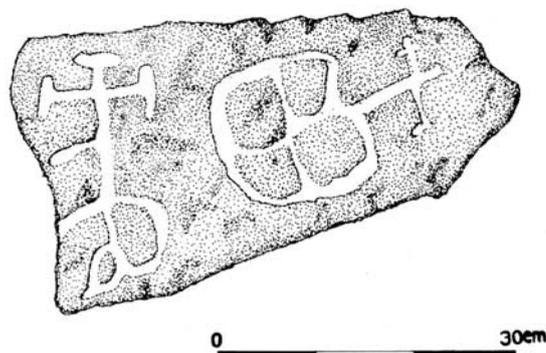


Fig. 26 - Painel Lateral Este Rocha 7

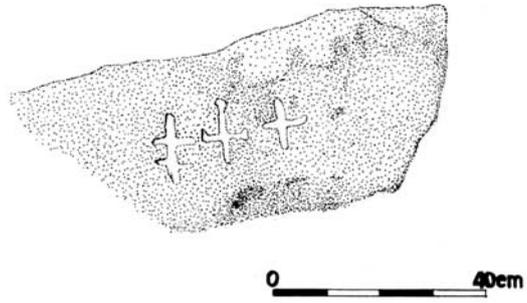


Fig. 27 - Pannel Lateral Este, Rocha 8

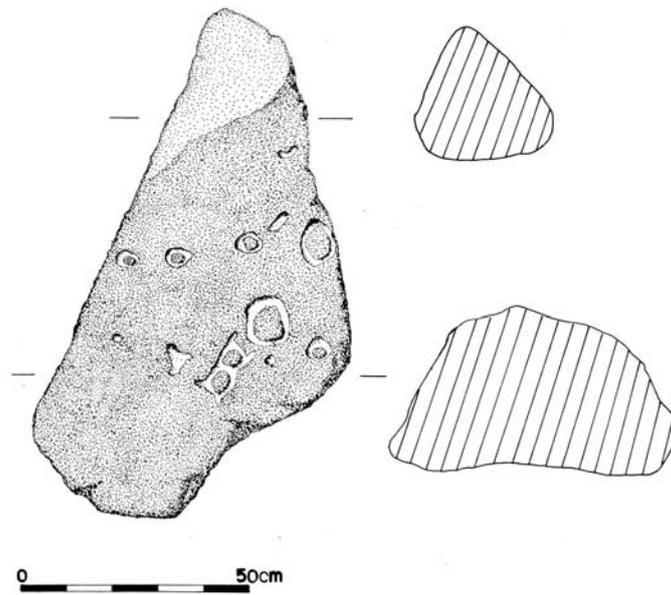


Fig. 28 - Pannel Lateral Este, Rocha 9

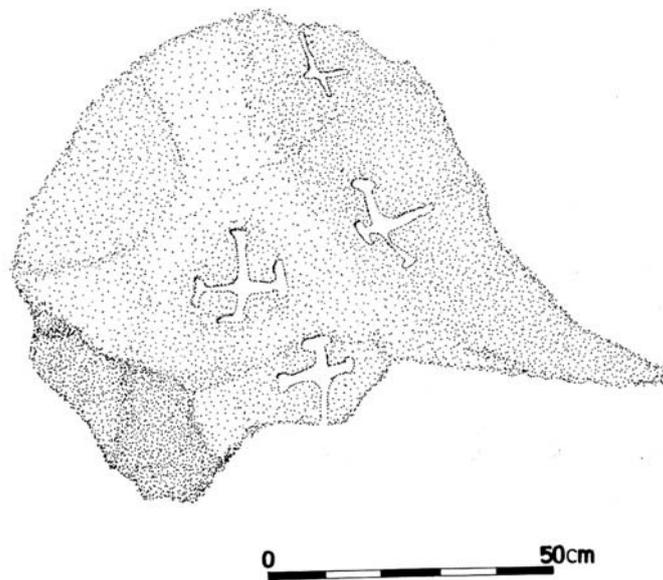


Fig. 29 - Pannel Lateral Oeste, Rocha 10

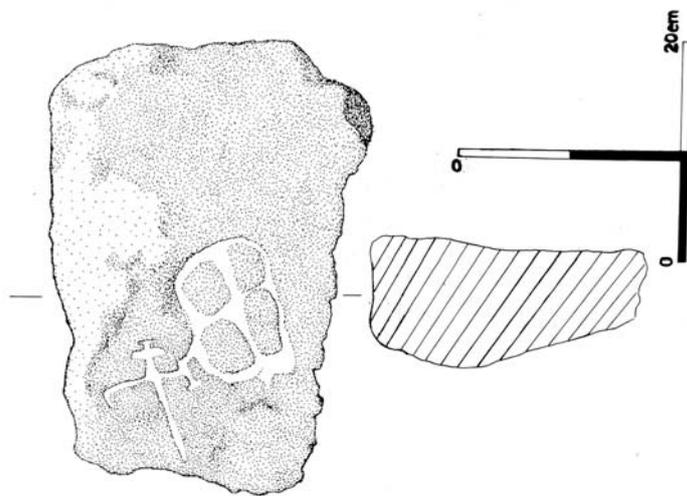


Fig. 30 - Rocha 11

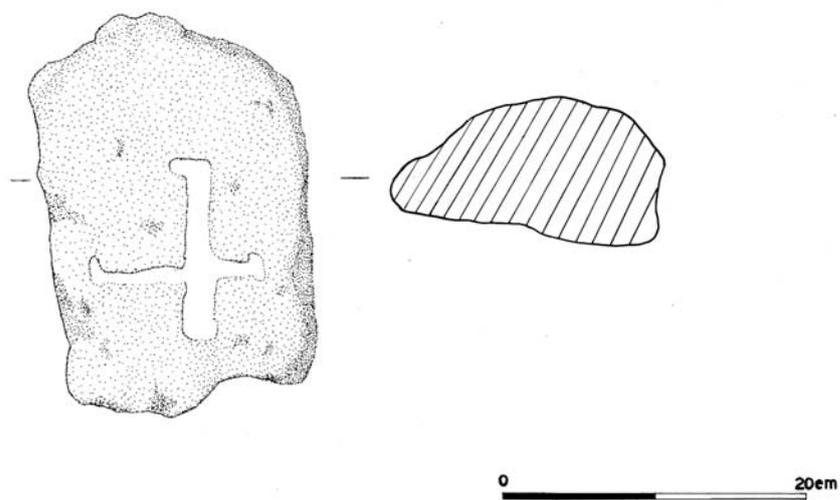


Fig. 31 - Rocha 12



Fig. 32 - Outeiro da Botelhinha visto sensivelmente de Sul



Fig. 33 - Pormenor do Painel Lateral Nascente, da Rocha 1



Fig. 34 - Pormenor do Painel Lateral Nascente, da Rocha 1



Fig. 35 - Pormenor do Painel Lateral Poente Inferior, da Rocha 1



Fig. 36 - Pormenor do Painel Horizontal da Rocha 2

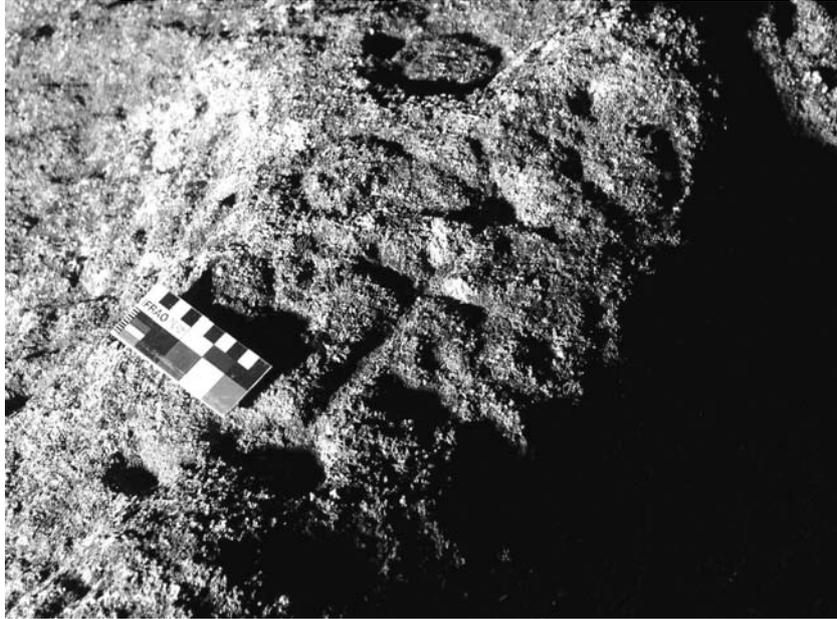


Fig. 37 - Pormenor do motivo esteliforme presente no Painel Horizontal da Rocha 2



Fig. 38 - Pormenor do Painel Horizontal da Rocha 5

O BALNEÁRIO CASTREJO DO CASTRO DAS EIRAS*

Francisco Reimão Queiroga**

António Pereira Dinis

RESUMO:

O balneário castrejo escavado no castro das Eiras em 1990 trouxe novos dados para o entendimento destas estruturas tão curiosas como raras. Este balneário, com dimensões anormalmente grandes, apresentava uma profusa decoração das grandes peças graníticas que o constituíam. Este balneário é um equipamento de prestígio pertencente a um grande castro construído sob o domínio romano. A mestria artesanal necessária ao talhe dos seus elementos decorativos, bem como a tipologia de alguns motivos, sugerem a existência de artesãos itinerantes.

Palavras-chave: Balneário tipo sauna, Cultura Castreja

ABSTRACT:

The Iron Age sauna uncovered in 1990 at the Eiras hillfort added new evidence for the understanding of these interesting and somewhat rare structures. The bath structure bears an unusual large size and profuse decoration of its granite-composing elements. It is a prestige utility within a large urban site built under Roman guidance, although its typology is indigenous. The craftsmanship and decorative typologies involved suggest the existence of specialized itinerant masons.

Key-words: Sauna bath, Castro Culture

Ao Mestre

1. INTRODUÇÃO

O castro das Eiras fica situado no Alto das Eiras, na confluência das freguesias de Joane, Pousada de Saramagos, Telhado e Vermoim, do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Esta estação foi objecto de uma intervenção arqueológica no Verão de 1990, após a descoberta do balneário localizado na sua periferia.

O presente trabalho pretende dar a conhecer os aspectos mais significativos da arquitectura da estrutura de banhos castreja do Castro das Eiras, evitando a apresentação detalhada dos

* Este trabalho foi apresentado ao colóquio "Castrexos e Romanos no Noroeste" de homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, realizado em Outubro de 1997 em Santiago de Compostela. As actas deste colóquio não foram publicadas. O texto então produzido é aqui publicado na versão original, pese o facto de algumas ideias expressas terem sido posteriormente afinadas pelo aparecimento de novos balneários e, conseqüentemente, por novas evidências e bibliografias.

** Professor Associado da Universidade Fernando Pessoa, Porto.

outros aspectos arqueológicos que mais caberiam num relatório de escavação. Quanto à problemática sobre os balneários castrejos, é sobejamente conhecido o seu longo e polémico percurso, desde o reconhecimento da primeira “pedra formosa”, em 1876 e da tipificação destes monumentos (Sarmiento 1989, 21-2) até à mais recente teoria que interpreta estas estruturas como balneários (Almeida 1974), a qual entendemos como definitiva, porque confirmada e complementada por posteriores trabalhos de revisão dos dados arqueológicos (Silva 1986) e de contextualização teórica (Almagro-Moltó 1992; Queiroga 1992, 24-6).

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ESTAÇÃO

O Alto das Eiras é uma das proeminências existentes na parte média de uma linha de montes que da Serra do Carvalho descem na direcção de Famalicão, e que separam os vales dos rios Pele e Pelhe.

O posicionamento topográfico do Castro das Eiras confere-lhe um assinalável controle visual sobre os vales, em particular o do rio Pele que domina em grande parte do seu curso e permite-lhe visualizar vários povoados castrejos, nomeadamente Santa Tecla e S. Miguel-o-Anjo de Ruivães, S. Bartolomeu e S. Miguel-o-Anjo de Vermil, além do vizinho castro de Vermoim.

O castro das Eiras é um povoado de grandes dimensões e aparente complexidade nas suas estruturas urbanísticas, tanto quanto os vestígios de superfície deixam antever. As dimensões deste povoado, se definirmos uma orientação segundo um eixo que siga o seu comprimento máximo, sendo este intersectado em ângulo recto por um outro, temos o eixo principal, com cerca de 1100 metros de comprimento, orientado no sentido NE-SW, e balizado pelos taludes exteriores. O outro eixo, que cruza o primeiro no ponto central desta estação, orienta-se no sentido NW-SE, com um comprimento de cerca de 450 metros. Estas dimensões definem o castro das Eiras como uma das maiores estações castrejas conhecidas.

Até à data da presente intervenção, nenhuma outra escavação arqueológica tinha sido efectuada. Contudo, a área da acrópole, na qual se encontra implantado um marco geodésico, revela alguns vestígios de escavações clandestinas, mormente remeximentos junto a zonas de entalhes mais visíveis nos inúmeros rochedos que juncam o local, entalhes estes que certamente estariam associados a estruturas. Existem ainda outros inúmeros remeximentos, em toda a área do castro, e do resto do relevo, tratando-se de captações de água, pois a grande maioria do abastecimento de água das casas de lavoura dos vales adjacentes provém destes montes.

Em toda a área se notam inúmeras estruturas à superfície, mormente muralhas e taludes, que conferem ao relevo da estação um ordenamento topográfico em sequência de plataformas, certamente com a finalidade de aplanar a área de implantação de estruturas habitacionais.

Os materiais de superfície contam-se entre as cerâmicas calaico-romanas, locais e de importação, bem como inúmeros fragmentos de tégulas e imbrices, apontando este conjunto para um período de ocupação entre o câmbio de Era e o século III d.C.

3. A ESTRUTURA DE BANHOS

3.1. Localização

A estrutura de banhos encontra-se localizada numa linha de água, na vertente, a SSW do marco geodésico, e na periferia do povoado. A julgar pelas condições naturais de acesso, a partir do vale do Pele, este deveria estar junto a um dos caminhos que conduziam ao castro. O pendor do terreno, bem como os inúmeros afloramentos rochosos da área, impedem uma análise precisa

da topografia, pois as rochas naturais são, por vezes, aproveitadas para ligar os muros de plataformas, ou muralhas, mas, por outro lado, também criam naturalmente zonas de terraço, de difícil caracterização.

Na área envolvente do monumento foram já localizados alguns muros de suporte, de ambos os lados da linha de água, facto que determina a ocupação do esporão adjacente, a SSW do marco geodésico, e designado toponimicamente por “Monte do Marinho”, o que, aliás, é confirmado por outras evidências a referir oportunamente.

Situada, portanto, numa encosta de um certo pendor, o balneário das Eiras encaixa numa base de granito alterado, protegido do declive por rocha natural, a Sul. A orientação da estrutura, tomando a linha que parte do centro do forno e intersecta o centro da “pedra formosa”, é NE-SW.

3.2. Estrutura

A estrutura geral deste “monumento” integra-se no conjunto tipológico, comum aos exemplos conhecidos no Entre-Douro-E-Minho, apresentando soluções arquitectónicas que cada vez mais se podem, de uma forma geral, conotar com o núcleo cultural que corresponderá à área meridional da Cultura Castreja (Almeida 1983, 188). Esta área, se a definirmos pela tipologia destes balneários (Queiroga 1992, fig. 15), e corroborada pela distribuição das estátuas de guerreiros (Calo Lourido 1994, 692 – mapa 8), teria que englobar o de Santa Marinha de Águas Santas, pois a sua integração nesta família tipológica é indiscutível. Mais distantes formalmente, e até porque diferentes recursos geológicos tendem a motivar diferentes soluções arquitectónicas, são os “monumentos com forno” nortenhos, em xisto, tais como os de Coaña e Pendia.

O balneário do castro das Eiras é composto pelos seguintes espaços funcionais: forno, câmara, antecâmara ou vestíbulo, e finalmente os pátios.

3.2.1. O forno

O forno é um elemento de planta semi-circular, em forma de ferradura, com a abertura voltada para a câmara. É constituído por pedras aparelhadas, de tamanho médio e cuidadosamente dispostas, dispensando cimentação. A parede do forno tem duas faces, à boa maneira castreja, e uma espessura aparentemente exagerada, mas talvez necessária, pela necessidade de suportar o peso das terras envolventes.

O nível do solo original do forno encontrava-se destruído aquando da escavação. Aliás, estava-o já quando Martins Sarmento o viu, nos finais do mês de Abril de 1880. Deste remeximento, que pudémos documentar estratigraficamente no decurso da escavação, ainda existe alguma evidência observada por Sarmento (1989, 21-2). Merece transcrição o seu relato sobre a visita que efectuou ao “Castelo de Vermoim”, durante a qual observou uma recente escavação no “Monte da Fonte do Rei” ou “Alto das Eiras”, já na descida deste monte que, suspeitamos, o notável arqueólogo talvez tivesse tomado pelo Monte do Castelo ou Castro de Vermoim, posto que se encontram fronteiros e muito próximos um do outro. “...Ao pé do rego, e talvez não a muita distancia da nascente de água havia uns restos de construção cónica, igual á do “Forno dos Mouros da Saia”. Dentro havia uma escavação profunda. ... tinha talvez 3 metros de profundidade, e havia no fundo algumas pedras grossas, que os escavadores à certa contavam extrair. ... Duas das pedras extraídas denotavam terem sido requeimadas pela acção do fogo. Uma delas tinha uma cavidade. ... Para mim a casa cónica é um edifício idêntico ao da Saia e do Sabroso” (Idem, *ibidem*).

A face interior do muro é vertical até cerca de 1,5 metros de altura, convergindo então na direcção da parte superior, formando cúpula. Deste pano com curvatura pouco sobreviveu, como

é natural. Contudo, os elementos respeitantes a este arranque da curvatura, complementados com o nível do cume da câmara, podem permitir a reconstituição da forma original da cúpula. Esta fechava contra uma peça de chaminé, da qual foi encontrado um fragmento (Fig. 3, 4) que corresponde a mais de metade. A configuração desta peça é mais um elemento a sugerir que o forno fecharia em cúpula, e não em falsa cúpula como os conhecidos fornos de Briteiros (Cardozo 1931, 251) e Galegos (Silva 1986, Est. 35).

Os remates da parede do forno são travados por dois pilares em granito (Fig. 1, A), extremamente calcinados e degradados, sobre os quais assentaria o lintel da abertura de comunicação com a câmara.

3.2.2. A câmara

A câmara é uma peça de construção extremamente cuidada e de área pouco superior à do forno, do que ressalta a interligação funcional entre estes dois elementos. O pavimento é composto por grandes lajes, de configuração irregular e superfície bem polida. De cada um dos lados e perpendicularmente à entrada do forno, dispõem-se duas grandes lajes, espessas e bem aparelhadas, em cujos topos foi talhada uma canelura longitudinal destinada a travar as lajes de cobertura. Esta era formada por grandes lajes afeiçãoadas dispostas em tecto de duas águas, seguindo o modelo tradicional já conhecido neste tipo de estruturas. Das lajes de cobertura, apenas uma foi encontrada *in situ*, apesar de fragmentada no topo convergente com as restantes. Esta parte foi, contudo, encontrada no interior da câmara, dando-nos, assim, as dimensões exactas da peça.

Não foi encontrado qualquer vestígio ou marca da existência de bancos neste espaço. Cremos que, a terem existido, seriam em madeira e amovíveis.

A fechar a câmara temos a tradicional “pedra formosa” ou estela frontal que, de resto, é o mais magnífico dos elementos desta estrutura (Fig. 2)¹. É um monólito granítico, de grão grosseiro, com características coincidentes com o contexto geológico circundante. Aquando da sua descoberta encontrava-se já fragmentada no sentido vertical e amputada na parte superior. A estela frontal encosta às lajes de contrafortagem lateral, assentando sobre as lajes do pavimento, estando calafetada na parte posterior por duas pedras, uma de cada lado da abertura, as quais estão perfeitamente afeiçãoadas, por forma a encaixar no ângulo formado pela estela e pelo pavimento.

A estela tem forma casiforme, com uma abertura semi-circular na parte central inferior. Esta encontra-se ornamentada por uma orla em espinha, em baixo-relevo. De cada um dos lados dois motivos cruciformes, com posicionamento oblíquo. Sobre a abertura dispõem-se, horizontalmente, uma faixa composta por três toros, representando corda, em baixo-relevo. O toro central encontra-se interrompido, na sua parte média, para dar lugar a uma concavidade de apoio à saída da câmara. O toro superior, também na parte média, deriva para o cume, em ângulo recto, formando dois toros com motivo em corda. Temos, assim, uma divisão da face anterior da estela em três zonas – a inferior dominada pela entrada e as superiores, direita e esquerda. Dentro do espaço superior temos uma organização assimétrica em cada um dos lados que a compõem. A direita, e mais preenchida, é formada por um motivo decorativo de aspecto lanceolado à esquerda do qual se desenvolvem três bandas verticais de cordado duplo e simétrico entre si. No lado esquerdo repete-se a mesma organização decorativa, reduzindo-se, contudo, em um o número de encordados. Esta temática decorativa não é muito frequente na área geográfica da Cultura Castreja aparecendo, contudo, um número significativo de exemplos na Citânia de Briteiros e no Castro de Sabroso (Calo Lourido 1994, 144-9; Cardozo 1972, 176, n.º 107).

Quatro fragmentos decorados, encontrados durante a escavação, pertencem, sem dúvida, à parte amputada da “pedra formosa”, e o seu posicionamento exacto (Fig. 2) foi corroborado pela

¹ Os desenhos das Fig. 1, 3 e 4 foram realizados por A. Pereira Dinis com a colaboração de Alfredo Barbosa. O desenho da Fig. 2 foi realizado por Christina Unwin.

mancha de argila que reflecte a ligação com a cobertura da antecâmara. Trata-se da parte superior do lanceolado do lado direito, bem como um pequeno fragmento que indica a existência de uma roda flamejante de cinco pontas, no lado esquerdo. Um outro fragmento de roda flamejante de cinco pontas, com desenvolvimento oposto ao anterior, sugere a existência de uma decoração deste tipo no lado direito. A continuação dos toros verticais na direcção do vértice poderia apresentar duas soluções possíveis. Um remate simples, com entalhe para apoio da trave-mestra da antecâmara ou, então, o remate dos toros em círculo, convergindo num só, à semelhança da “pedra formosa” 1 de Briteiros, com a qual, aliás, esta apresenta muitas semelhanças de organização decorativa.

Caberia ainda salientar a perfeição do talhe de todos os motivos decorativos acima descritos, como indicadora não só de uma extraordinária mestria do artífice que os produziu, mas também da existência de uma variedade de instrumentos de talhe necessários à execução desta obra.

3.2.3. A antecâmara

A antecâmara apresenta um formato sub-quadrangular, com dimensões que muito se aproximam das da câmara.

Existem alguns indicadores que parecem sugerir uma cobertura em madeira coberta e calafetada com saibro como a solução mais viável para este caso. Contudo, o derrube da cobertura da antecâmara não está representado com clareza no registo arqueológico, talvez devido às sucessivas perturbações a que este imóvel foi sujeito.

Do lado voltado à antecâmara, os rebordos laterais da estela mantêm ainda as marcas de saibro da cimentação com as lajes laterais da antecâmara – hoje desaparecidas – e com a cobertura, marcas estas que corroboram o facto de esta camada de argila dever ter coberto toda antecâmara.

À semelhança da câmara, as lajes laterais estavam contrafortadas no exterior por um muro em pedra, do qual hoje só se notam vestígios. O posicionamento das lajes pode ser documentado pelas marcas na estela frontal bem como pelos entalhes (Fig. 1, B) no pavimento na peça onde assentariam as ombreiras da entrada da antecâmara.

A antecâmara era ladeado por dois bancos os quais cremos terem sido em pedra – já desaparecidos – encaixados junto às paredes laterais, notando-se ainda na “pedra formosa” as marcas do seu tampo, em argila. De resto, o seu perfil está perfeitamente marcado nas lajes do pavimento através de uma ligeira canelura (Fig. 1, C). Estes bancos, que alinhavam perpendicularmente à entrada, teriam cerca de 50 cm de altura por cerca de 40 cm de largura, podendo o comprimento ser estimado em 2,80 metros.

Defronte da “pedra formosa,” e ladeando o orifício da entrada, existem dois entalhes circulares, respectivamente em alto e baixo-relevo, os quais teriam servido como suportes de peças do tipo lamparinas, talvez destinadas a iluminar o recinto. Esta interpretação é apoiada pelos nítidos restos de fuligem presentes nas orlas laterais do orifício de entrada, zonas para as quais seria lançada a chama e o fumo pela corrente de convecção vinda do exterior na direcção da câmara.

O pavimento da antecâmara é composto por duas grandes lajes, perfeitamente polidas, notando-se uma ligeira inclinação face ao centro e exterior da antecâmara, certamente com o intuito de drenar as águas residuais. De resto, esta inclinação continua no pátio, seguindo o mesmo alinhamento.

Entre a antecâmara e o pátio, temos alguma evidência da solução arquitectónica empregue para o seu fecho. Dois entalhes na laje do pavimento, do lado direito, e encostando ao limite lateral do banco, sugerem a existência de duas colunas (Fig. 1, D) ladeando a entrada, que suportariam não só a estrutura de separação entre o pátio e a antecâmara, como também a cobertura

desta última. Destes elementos arquitectónicos, que apoiavam internamente as lajes laterais da antecâmara, nada conhecemos além da presunção da sua existência. Contudo, chamou-nos a atenção um grande lintel decorado, hoje no Museu da Sociedade Martins Sarmento, proveniente da entrada da Quinta da Breia (Cardozo 1972, 173, n.º inv. 104; Sarmento 1989, 18), no sopé do monte, e referida como sendo proveniente do Castelo de Vermoim². Pelas características gerais deste elemento, mormente as suas dimensões e disposição decorativa (Fig. 4), cremos tratar-se da padieira que assentaria sobre estas colunas, separando a antecâmara do pátio. Afigura-se-nos, ainda, que este lintel deveria ser encimado por uma outra pedra, talvez de formato triangular, a qual fecharia a frontaria da antecâmara, até porque esta pedra contém uma canelura longitudinal numa das faces, a qual entendemos como um encaixe. Defronte destas colunas deveriam situar-se dois pilares de contrafortagem, os quais reforçariam a estabilidade do conjunto. A sua existência é sugerida pelos entalhes aplanados (Fig. 1, E) situados nos lados da entrada e defronte das colunas acima referidas.

3.2.4. O pátio

O pátio é a dependência mais destruída por depredações várias, tendo já desaparecido parte dos muros que o delimitariam, bem como algumas lajes do pavimento. Duas delas encontram-se hoje sobreelevadas em relação ao seu nível original, documentando assim uma das fases de violação desta estrutura. Do lado oeste, e amparando a elevação do terreno, existe um muro de suporte que arranca da entrada da antecâmara, ao lado da ombreira, dele restando apenas um pequeno pano. O seu aparelho, bastante cuidado, é composto por grandes lajes bem aparelhadas que formam a base, e encimado por pedras de menores dimensões, com um ordenamento oblíquo, que nas casas redondas se tem vindo a designar como helicoidal. Junto à parte final deste muro, encontrava-se, sobreelevada e obviamente deslocada, uma grande pedra de formato sub-quadrangular bem aparelhada – com excepção de uma das faces – que num dos lados ostenta uma canelura em meia cana. Cremos tratar-se de uma pedra que estaria na continuação do muro atrás referido, servindo de espaldar a uma bica de água, passando esta através da canelura. Deste lado Oeste desapareceram outras estruturas que aqui teriam existido. Dentre elas certamente se contaria a escada de acesso ao balneário. Do lado oposto, e apesar das diversas perturbações registadas, sobreviveu parte da face exterior do muro que delimita o conjunto. A Sudeste, e junto de um caminho actual, este muro apresenta dupla face, alinhando quase em paralelo com o plano da “pedra formosa”. Embora dispondo de escassa evidência, cremos que a entrada do conjunto se efectuará entre este tramo e o muro situado a Oeste.

O pavimento do pátio apresenta uma inclinação convergente para o centro e para fora, à semelhança da câmara e antecâmara, cuja função seria a de drenar as águas para o exterior.

A cerca de 2,60 metros da entrada da antecâmara, e paralelo a esta, existe um entalhe alongado no pavimento que atravessa todo o pátio. Trata-se de uma canelura de alicerce do que seria um muro de pedra seca, cuja função poderia ser a de criar dois espaços distintos no pátio, ou então dois pátios com diferentes funcionalidades. A reforçar esta sugestão da existência de uma barreira, temos a depressão que drena os compartimentos anteriormente descritos (Fig. 1, F), a qual inflecte para a direita ao chegar junto desta canelura/alicerce. A diversidade e quantidade dos elementos arquitectónicos com decoração já documentados como integrando este complexo, leva-nos a propôr a existência de um painel decorado neste local. Desta forma, aqui poderíamos integrar a laje decorada existente no Museu da Sociedade Martins Sarmento (Cardozo 1972, 175, n.º inv. 106), proveniente do “Castelo de Vermoim” (cf. nota 2), e cuja espessura coincide

² A confusão manifestada por Martins Sarmento entre o Castro (ou Castelo) de Vermoim e o Castro das Eiras, que aliás distam apenas algumas centenas de metros, poderá ser a razão pela qual esta peça tem vindo a ser referida como proveniente do Castro de Vermoim em toda a bibliografia arqueológica referente aos balneários castrejos.

com a largura do entalhe acima referenciado. Curiosamente, esta hipótese foi já aventada por Calo Lourido (1994, 631), apenas pela análise da peça, e no desconhecimento dos dados que acima relatamos.

3.2.5. Caleiros e drenagens

As estruturas de drenagem constituem uma preocupação evidente neste balneário, o que não será de estranhar não só pela água utilizada para a prática banhar, como para as lavagens das pedras, e mesmo devido às infiltrações desta área subterrânea.

Os entalhes na face decorada da estela frontal, destinados a servir de apoio às mãos para a entrada na câmara, possuem um pequeno orifício vertical, que os liga, e que serve para drenar a água que lá se acumulasse. Estando a estela coberta, assume-se que este orifício de drenagem indicará a prática de lavagem das pedras do balneário, certamente para as limpar dos limos e fungos que se desenvolveriam neste ambiente húmido e quente. De resto, idênticas drenagens existem na “pedra formosa” de Briteiros, o que parece demonstrar a divulgação desta prática.

Como foi acima referido, o pavimento entre a câmara e o pátio apresenta uma pequena depressão no centro, a qual permite o escoamento de todas as águas, encaminhando-as para um caleiro composto por pequenas lajes em granito, sem cobertura, que se inicia junto do suposto muro divisório do pátio e alinha para Sul, conduzindo as águas para o exterior, intersectando o muro delimitador do balneário. Já no exterior, as águas correriam junto ao muro exterior, para Leste na direcção do pendor, através de um caleiro (Fig. 1, G), do qual escavámos um tramo. Esta estrutura foi, entretanto, abandonada, talvez porque afectaria a solidez do muro, e foi então construído um maciço adossado ao cunhal do lado direito, afastando assim as águas do muro e conduzindo-as a um outro caleiro (Fig. 1, H) coberto com pequenas lajes.

4. MATERIAIS AVULSOS

No decurso da escavação foram encontrados, dentro do espaço do balneário, alguns elementos arquitectónicos avulsos com decoração, certamente deslocados aquando das violações para obtenção de pedra, e que nos podem indicar alguns detalhes suplementares sobre a complexidade decorativa deste balneário.

1 – Fragmento de possível friso, de secção sub-circular, com incisões oblíquas representando corda (Fig. 3, 1).

2 – Fragmento de possível colunelo, de secção sub-circular, a parte anterior bem afeiçãoada e polida e a posterior decorada com motivo em dupla espiral (Fig. 3, 2).

3 – Fragmento de possível friso, de secção sub-trapezoidal, com decoração em corda com dois toros associados formando “espinha de peixe” (Fig. 3, 3).

5. CRONOLOGIA

A datação dos “monumentos com forno” conhecidos tem sido sempre rodeada de uma certa ambiguidade, sobretudo devido às especificidades arqueológicas destas estruturas.

A escavação deixou-nos a impressão que o balneário se terá mantido mais ou menos intacto após o seu abandono, o que não admiraria se atendermos à qualidade da sua construção. Os escassos materiais cerâmicos que encontrámos no seu interior além de pouco diagnósticos correspondem a escorrimentos pós-abandono e sobretudo às fases de violação. Faltaria ainda alargar a escavação para o exterior com o intuito de recolher dados sobre a cronologia da sua cons-

trução. Os dados disponíveis sugerem que a construção deste balneário não deverá ser anterior a meados do século I d.C., podendo a sua utilização ultrapassar a época Flávia.

6. CONCLUSÕES

Pelo que conhecemos deste balneário, a juntar ao que pode ser indicado por alguns elementos dispersos, cremos estar em presença do mais magnífico conjunto arquitectónico conhecido na cultura castreja. O tamanho do imóvel e das lajes em granito que o compõem, a profusão dos elementos decorativos, bem como o cuidado posto nas soluções construtivas, sugerem um enorme esforço posto na sua construção, só possível numa comunidade com amplos recursos económicos, e numa manifesta atitude de ostentação e de prestígio. Com efeito, a área desta estação arqueológica é consentânea com a de um povoado de nível hierárquico superior, papel que talvez tenha assumido ao longo da 1ª metade do século I d.C., acompanhando o declínio e abandono de alguns pequenos castros da área (Queiroga 1992, 37-9, fig. 25) bem como a (re)organização do território conduzida pelo processo de romanização³. Contudo, o carácter marcadamente indígena deste balneário deixa transparecer o profundo apego a algumas tradições, apesar do avançado processo de romanização.

A mestria dos canteiros e pedreiros desta época⁴ está bem patente em todo o conjunto, e em particular nas grandes lajes decoradas em baixo-relevo. Alguma da temática decorativa presente na estela frontal e na padieira, acima referidas, e em particular a execução destes ornamentos, sugerem-nos algumas considerações complementares que, cremos, serem oportunas. Os motivos decorativos com associações de “SS” rematando em flecha não são frequentes na arquitectura castreja⁵ (*in genere* Calo Lourido 1994), estando ausentes das decorações conhecidas na cerâmica (Silva 1986, est. 65 a 78) castreja. As ocorrências desta associação decorativa parecem concentrar-se em Briteiros e nas Eiras, existindo mesmo uma significativa semelhança não só no traço e lavra mas também nas dimensões dos ornamentos destes dois sítios (Pereira 1941, 39, Fig. 29; Cardozo 1980, 36), alguns dos quais aparentam mesmo ter sido executados a partir do mesmo desenho. Tudo isto nos sugere que estas peças poderão ter sido executadas pelo mesmo artífice, ou grupo de artífices, operando nesta área do vale do rio Ave, e residindo em qualquer um dos povoados da região⁶.

Cremos que cada vez mais se confirmam as observações feitas por C.A. Ferreira de Almeida, a propósito do guerreiro de Sta. Comba (Almeida 1981, 115), ao sugerir a existência de pedreiros especializados, e com “espírito de corpo profissional”. Aceitando-as, poderemos compreender mais claramente a grande uniformidade regional da arquitectura castreja, nas suas soluções e no talhe da pedra, bem como o extraordinário volume – e trabalho – de pedra presentes nos castros que se desenvolveram com a romanização.

³ As linhas gerais desta hipótese foram já levantadas por Sarmiento, em 1879 (Sarmiento 1933, 31-2), a propósito do castro de Sabroso, pelo que continuam a fascinar-nos a lucidez e a capacidade de síntese deste arqueólogo.

⁴ A grande especialização dos pedreiros castrejos com o influxo da romanização foi já salientada por Almeida (1983, 190; 1986). No caso deste balneário, e atendendo às características do conjunto, sugerimos ter havido uma separação de funções cabendo, eventualmente, aos canteiros o corte e aparelhamento em grosso das lajes, sendo o trabalho de escultura e polimento fino reservado a operários mais especializados.

⁵ Independentemente de algumas variações estilísticas, referimos os exemplos de Briteiros e Sabroso (Cardozo 1972, 176, 182), do castro de Grovos, Caires, Amares (Calo Lourido 1994, 270-80) e, evidentemente, a padieira e a “pedra formosa” do balneário das Eiras.

⁶ Cremos que nesta época, como acontece em épocas posteriores, os pedreiros especializados poderiam cobrir uma vasta região, deslocando-se para a execução das obras. De resto, e ressaltando a diacronia dos materiais, a execução do volume de elementos arquitectónicos decorados e estatuária castreja apresentado no *corpus* de Calo Lourido (1994), não deveria ocupar a totalidade da vida útil de uma equipe de artífices especializados.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO GORBEA, M.; MOLTÓ, L. (1992) – “Saunas” en la Hispania prerromana, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie III, Historia Antigua, n.º 5, 67-102.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974) – O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, 149-72.
- _____ (1981) – Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto), *Arqueologia* 3, Porto, 111-16.
- _____ (1983) – O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação, in Pereira Menaut, G. (ed.), *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, 187-98.
- _____ (1986) – Arte castreja, *Arqueologia* 13, Porto, 161-72.
- CALO LOURIDO, F. (1994) – *A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa (2 vols.)*, La Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa.
- CARDOZO, M. (1931) – A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da “Pedra Formosa”, *Revista de Guimarães*, 41, 55-60, 201-9, 250-60.
- _____ (1972) – *Catálogo do Museu de Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento (2ª ed.).
- _____ (1980) – *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento (8ª ed.).
- GARCIA Y BELLIDO, A. (1968) – Cámara funeraria de la cultura castreña, *Archivo Español de Arqueología* 41 (117-18), 16-44.
- PEREIRA, F. A. (1941) – Páginas inéditas de Félix Alves Pereira, *Revista de Guimarães*, 51 (1-2), 27-40.
- QUEIROGA, F. M. V. R. (1992) – *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age* (Policopiado), Oxford, Oxford University (2003, BAR International Series 1198, Archaeopress, Oxford).
- ROMERO MASIA, A. (1976) – El habitat castreño, Santiago de Compostela.
- SARMENTO, F. M. (1933) – Acerca das escavações de Sabroso, *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 22-35 (1879, A Renascença, pp. 22-33).
- SARMENTO, F. M. Antiqua (F. J. Salgado Guimarães ed.) (1989) – *Revista de Guimarães*, 99, 16-66.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.

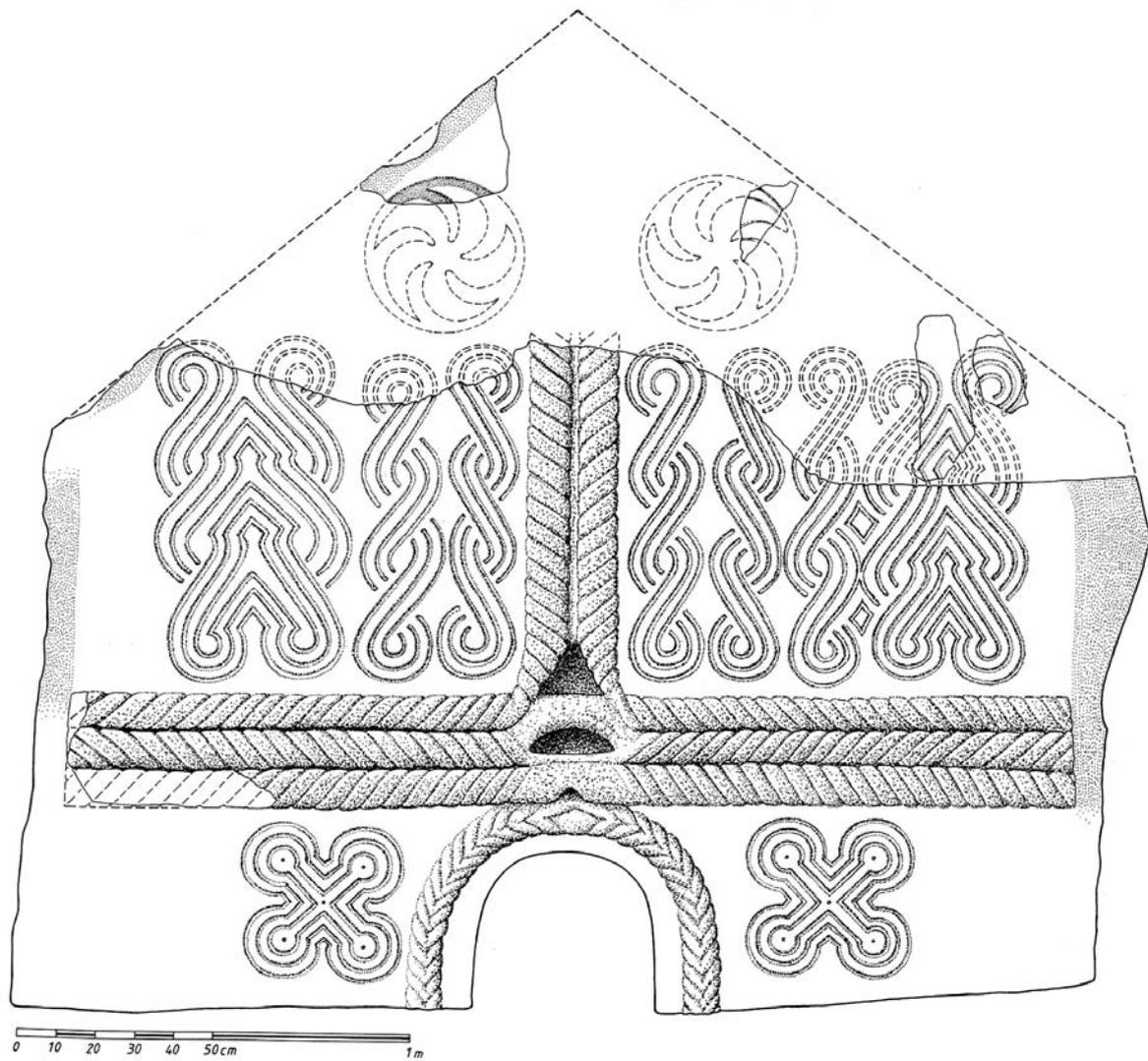


Fig. 2 - "Pedra Formosa" do balneário castrejo do Monte das Eiras

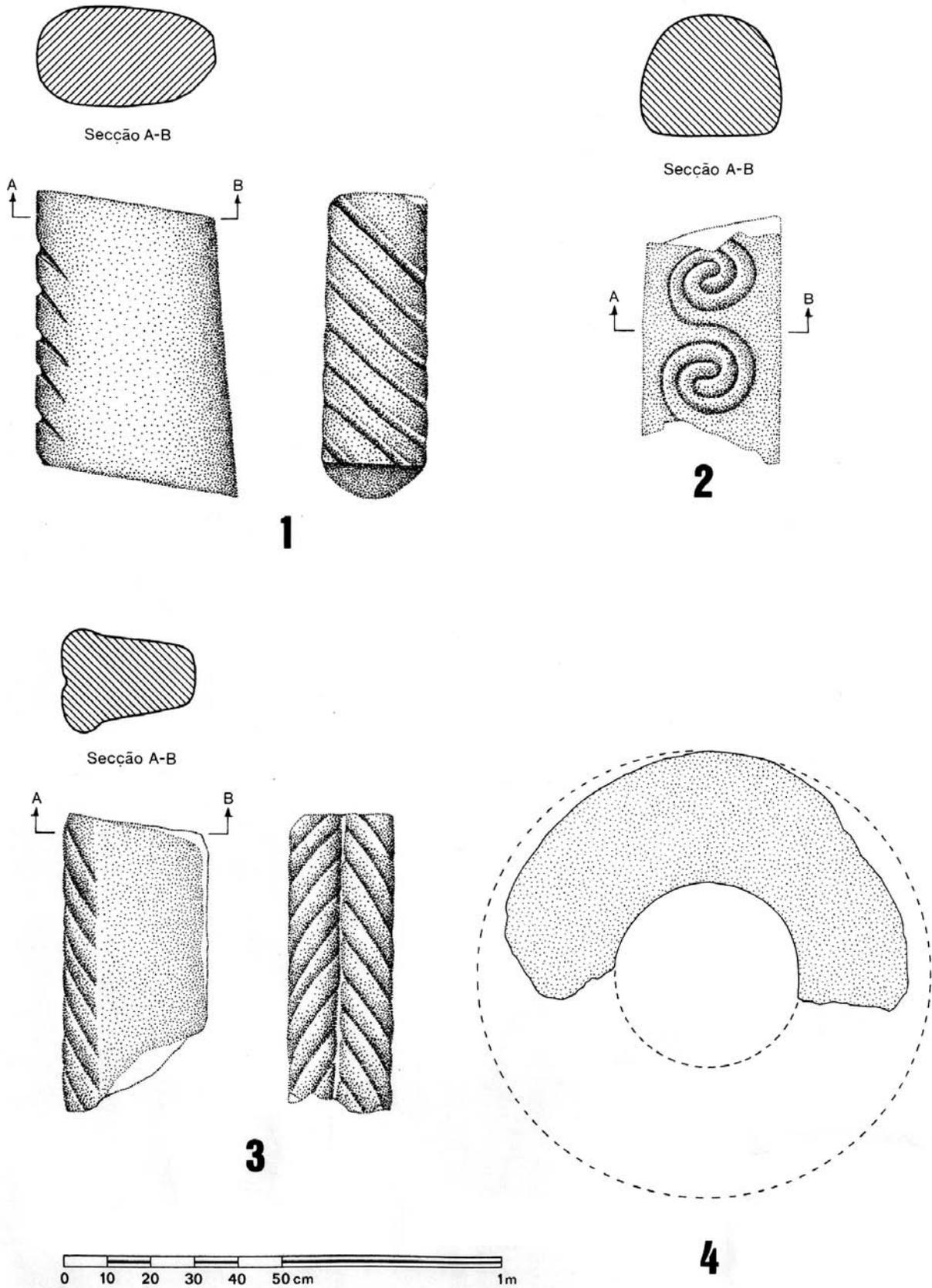


Fig. 3 - Elementos arquitectónicos avulsos do balneário castrejo do Monte das Eiras

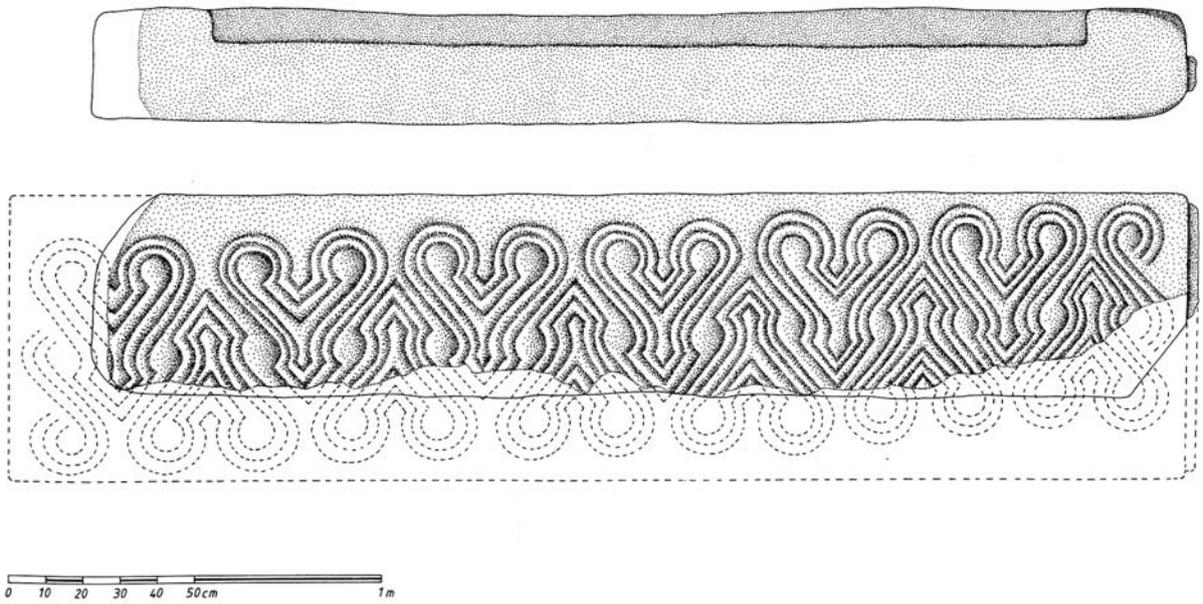


Fig. 4 - Lintel decorado do Museu da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães

MONTE MOZINHO. UMA CERÂMICA DE PASTA BRANCA*

Teresa Pires de Carvalho**

RESUMO:

Estudo de um conjunto de cerâmicas romanas de pasta branca encontradas no Monte Mozinho (Penafiel), povoado castrejo romanizado do Norte de Portugal, ocupado entre os séculos I e V da nossa Era. Este conjunto foi isolado no âmbito de uma grande quantidade de fragmentos de cerâmicas de pasta branca e submetido a análises macroscópicas e químicas. Apesar de continuarmos sem resposta para muitas questões em torno destas cerâmicas, foi possível estabelecer uma cronologia para o seu fabrico – entre os fins do Séc. I a.C. e os meados do Séc. I d.C. – assim como determinar a sua área de produção, que se devia situar no sul da Península Ibérica.

Palavras-chave: Cerâmica romana, Monte Mozinho

ABSTRACT:

A particular roman ceramic of white fabric was found at Monte Mozinho, which is a romanized Northern Portuguese iron age hillfort, occupied from 1st to 5th centuries AD. This particular fabric was characterized and isolated from a large sample of white fabric pottery, and both macroscopic and chemical analyses were done in order to establish the origin of this pottery. However some questions remain unanswered, one was able to ascertain the chronology of this pottery production – end of 1st century BC to mid 1st century AD – as well as its area of production: somewhere in the south of Iberian Peninsula.

Key-words: Roman ceramics, Monte Mozinho

I. INTRODUÇÃO¹

Dentro das cerâmicas que foram exumadas em Mozinho (e não incluídas nos grupos de importação claramente definidos), destacam-se pela singularidade das suas pastas, as de cor branca ou esbranquiçada. Dentro destas, foram isoladas já há cerca de três décadas as denominadas

* Este artigo foi apresentado em 1997 no Colóquio “Castrexos e Romanos no Noroeste” de Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que se realizou em Santiago de Compostela em Outubro de 1997. Por vicissitudes várias, as actas nunca foram publicadas, tendo-nos sido enviado recentemente o referido artigo. Aproveitamos para o publicar agora mantendo-o na íntegra, embora conscientes dos estudos que entretanto foram publicados sobre temáticas semelhantes, sobretudo em Braga, com evidentes actualizações bibliográficas.

** Arqueóloga responsável pela investigação no castro de Monte Mozinho.

¹ Agradecemos à Doutora Teresa Soeiro, Directora do Museu Municipal de Penafiel, a disponibilização das cerâmicas e o incentivo dado para este estudo.

Aproveitamos também para agradecer à Dra. Teresa Seixas a disponibilidade que teve na interpretação das análises químicas, bem como ao Instituto Geológico e Mineiro do Porto, que as realizou.

bracarenses (ALARCÃO, A. 1966), caracterizadas quer pela pasta branca, depurada, quer também pelo tipo de acabamento engobado num tom laranja acastanhado, com algumas variações, quer ainda pelas formas, que imitavam predominantemente as formas das *sigillatas*, e em menor grau as “Paredes Finas” para além de raras formas individualizadas (ALARCÃO, A.; MARTINS 1976: 2). Tratava-se, em suma, de uma produção provavelmente regional (elas não apareciam a sul do Mondego, sendo vestigiais em Conímbriga), confinando-se ao espaço do Noroeste Peninsular, sobretudo português. Com o passar dos anos, foi-se confirmando a sua difusão noroestina, com aparecimento de novas formas em *Aquis Querquennis*. Esta delimitação regional levou sempre os arqueólogos a considerarem-na uma produção do noroeste, subsistindo as dúvidas de que existiriam um ou vários centros de produção. Portanto, dentro das cerâmicas de pasta branca, este grupo deixou de fazer parte das chamadas cerâmicas comuns por se ter determinado um razoável raio de difusão e características muito próprias, que possibilitaram a definição de um tipo.

Com pasta de características semelhantes, embora com diferente tratamento de superfície, há outro grupo de cerâmica, vagamente denominado de “cerâmica pintada”, de que não há nenhum estudo sistematizado sobre as formas e esquemas decorativos, englobando-se neste *item*, cerâmicas de cronologias e quiçá origens diferentes. Ela aparece também referenciada na bibliografia quer referida a escavações de castros ou outros assentamentos, quer em artigos de especialidade cerâmica (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ 1991; MARTÍN 1992; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ 1992, ALCORTA 1995, entre outros). Descrevem-se tipos iconográficos procurando-se apontar e definir as influências indígenas (ALMEIDA 1974a: 13; ABASCAL PALAZÓN, 1984:194; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ 1991: 23), mas não se avança muito sobre as constantes das formas ou sobre as características das pastas, ou qual a relação forma/ pasta/acabamento/decoração. Parece ser aceite que as pastas dos exemplares desta cerâmica e as da “bracarense” são extremamente parecidas (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ 1991: 23), colocando as questões de se saber se eram os mesmos os centros de produção ou se haveria divisão de produções especializadas e de oleiros com características próprias, embora usassem hipoteticamente os mesmos barreiros. Há uma separação nítida nas formas: enquanto que a bracarense (pelo menos a aparecida em estações portuguesas) tem uma panóplia de formas baseada quiçá em serviços (como as formas 35 e 36) de serventia mais ligada à comida sólida, as formas da “cerâmica pintada” são prioritariamente de contenção e utilização de líquidos, exceptuando-se os casos de “tentativa de adaptação” (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ 1991: 31), patentes em formas 35-36 pintadas de Mozinho (ALMEIDA 1977: 5, Est. IV, 6 e 7), embora sendo um caso raro nas formas típicas desta produção. Cronologicamente, as duas produções encontram-se nos mesmos estratos, entre meados e fins do séc. I d.C.

Para além destes dois grandes grupos sobejamente conhecidos nos povoados romanizados do Noroeste peninsular (a que chamamos Grupo I e II de pastas, respectivamente Bracarense e Pintada), há outros de difícil definição por não se conhecerem globalmente as formas (estão bastante fragmentados) e por não aparecerem claramente definidos e isolados na bibliografia, misturando-se com a denominada cerâmica comum.

Em Mozinho há pelo menos mais três grupos de cerâmicas por identificar, mas cujas pastas têm semelhanças com as anteriormente descritas: esbranquiçadas, muito depuradas, com poucos desengordurantes, finos e dispersos (pequenas pigmentações de óxidos de ferro, raríssimas micas, poucos grãos de quartzo, observados a lupa binocular, com aumento de 10x), de pasta tenra ou dura, alguns parecendo melhor cozidos que outros. O que leva à distinção dos três grupos é o tipo de acabamento, as formas fragmentárias e ligeiras diferenças na dureza das pastas.

Assim, teríamos um grupo (ainda mal definido) constituído por cerâmicas bem cozidas, de pasta fina, esbranquiçada, muito depurada e dura, quase sem vacúolos, com forte alisamento na superfície externa, parecendo inclusivamente haver um engobe ou aguada amarelada (Munsell 2,5 Y 9/6) muito macia, que denominaremos grupo IV. Tem traços de bom torneamento, com pés “de bolacha”, chatos, com sulco e as formas são globalmente púcaros e jarros.

Um segundo grupo, de “menor qualidade”, teria um acabamento mais fraco, com ligeira aguada ou apenas alisado e por vezes mal, notando-se os traços do pano utilizado para o alisamento. Deixa traços brancos amarelados (Munsell 2,5 Y 8/4 e 9/4) nos dedos, quando manuseado. Apresenta fragmentos bem cozidos e outros aparentemente pior, tendo por vezes uma decoração em meandros incisivos. Não é possível determinar as formas deste grupo, parecendo, no entanto, destinarem-se também à utilização de líquidos: bordos e pés de púcaros. Será o grupo III.

Finalmente um terceiro grupo, que será o objecto do nosso estudo, constituído por fragmentos muito pequenos e incompletos, de formas de pequenos púcaros com vários perfis de bordo e jarros, mais ou menos tipificados. A pasta é muito tenra, depurada, de paredes finas e frágeis. Este grupo distingue-se dos outros pelo tipo de pasta, tão porosa que parece vulcânica, não fora a sua cor branca ou levemente rosada. O acabamento é sempre feito com alisamento não muito forte e por vezes parece ter levado uma ligeira aguada esbranquiçada. A superfície apresenta-se geralmente pouco lisa, algo rugosa. É o grupo V.

O que torna esta cerâmica especial é a sua cronologia, ligada aos estratos mais antigos do povoado (juntamente com as sigillatas itálicas e as ânforas Dressel 1) e o facto de aparecer em vários castros do noroeste, sempre nas mesmas amostras fragmentárias e com as mesmas formas. Há evidentemente poucos materiais para se poderem definir conjuntos de formas e determinar tipologias, mas no entanto a sua homogeneidade e constância levaram a sobre ela nos debruçarmos e tentarmos definir as grandes linhas da sua existência.

Um dos problemas que se colocam relativamente a esta cerâmica, resulta da semelhança macroscópica das pastas: poder-se-à determinar uma mesma proveniência para todas elas? E a sua origem seria noroestina, como parece acontecer com a “bracarense”, que só aparece no noroeste? Ou procederia de outros lugares? No primeiro caso, corresponderia a uma escolha gerada pela existência na região de barreiros com determinadas características caulínicas, que conferem a cor esbranquiçada à cerâmica. Se as origens são diferentes, poder-se-à primeiro avaliar as diferenças cronológicas e tentar relacioná-las com os locais de origem, o mesmo que é dizer com o comércio. Num caso ou no outro parece, de facto, significar um gosto pela coloração específica esbranquiçada.

II. OBJECTIVOS

Perante os dados de que dispúnhamos, importava saber em primeiro lugar, qual era a proveniência do nosso grupo cerâmico, se se tratava de cerâmica regional ou oriunda de comércio a longa distância, que outras cerâmicas a tinham acompanhado, se era afim dos outros grupos de pasta branca acima descritos. Para responder a esta última questão e ir eliminando hipóteses, submeteram-se a análise arqueométrica fragmentos de cada um dos grupos, tendo dois *pivots*: a bracarense e um fragmento de ânfora da Bética. Pretendia-se saber se haveria diferenças de fabrico e de origem entre todas estas produções.

III. METODOLOGIA

1. Como primeiro passo, foram observados todos os registos respeitantes às escavações de Monte Mozinho no Museu de Penafiel, onde estão guardados os fragmentos por estratos quadriculados, ou seja pela sua localização em três dimensões. Assim, foi possível seleccionar os fragmentos pretendidos e ao mesmo tempo, observar os vários contextos em que estavam inseridos. Nesta primeira pesquisa retirámos todos os fragmentos da cerâmica que constitui o nosso objecto de estudo, bem como fragmentos das de pasta branca anteriormente referidas e por vezes confundíveis;

2. Foram em seguida analisadas as pastas de todos os fragmentos, de forma macroscópica, seguindo-se para isso uma determinada metodologia, como à frente se pormenoriza. Consideramos extremamente importante a análise macroscópica quando se estuda uma cerâmica, constituindo o primeiro passo e quase sempre decisivo. As respostas da aplicação arqueométrica às cerâmicas só terão validade quando tiverem que responder a premissas concretas e quando houver sobre o objecto o maior conhecimento possível – arqueológico e macroscópico – pois, de contrário, arriscamo-nos a fazer meros exercícios formais, sem respostas conclusivas. A definição de grupos, a partir de conjuntos de características de um determinado tipo, é fundamental para a percepção das diferenças e sua relativa valorização. Só então, se as perguntas não conseguirem encontrar respostas, se deverá avançar para outro tipo de análise.

A metodologia tradicional de análise para a descrição da pasta (BUXEDA *et. al.* 1995: 40) foi feita em todos os fragmentos observados, incluindo os grupos anteriormente descritos, a fim de se poderem distinguir características grupais; a fractura foi feita no momento da observação, no sentido da secção e sob as mesmas condições de luz (lâmpada incandescente, de vidro translúcido, de 100 W, incidindo sempre no mesmo ângulo);

As cores foram vistas através do código de cores de Cailleux e convertidas para a nomenclatura de Munsell, por ser aquela que aparece na bibliografia de referência. As cores foram tiradas no núcleo e, nos casos de grandes diferenças, nas superfícies.

A análise da fractura partiu de três critérios básicos, com os quais se fizeram as combinações possíveis: lisa, rugosa e escalonada ou laminada (quando se apresenta em forma de camadas sobrepostas).

As inclusões não plásticas foram consideradas a partir da sua coloração e do seu calibre, calculado subjectiva e macroscopicamente, a partir de critérios de natureza dimensional: pequeno (só visível com lupa de aumento 10 vezes); médio (visível a olho nú, em observação atenta, como pontos); grande (claramente visível a olho nú, embora no caso destas cerâmicas raramente ultrapassem o 0,5 mm. A quantidade e distribuição também foram tomadas em conta. Apesar de qualquer valorização mineralógica requerer uma caracterização petrológica, feita por lâminas delgadas e Difracção de Rx, apresentamos as pequenas variações referidas, por se tratar de uma cerâmica muito depurada, com raras inclusões e, que por isso, se diferencia claramente de outros tipos, nomeadamente de origem castreja.

Quanto à porosidade, foram considerados os vacúolos individualizáveis e quantificáveis e a sua forma.

3. Há dois grandes tipos de análises arqueométricas a submeter as cerâmicas: análise quantitativa, através dos seus componentes químicos (muito útil sobretudo no que diz respeito a cerâmicas muito depuradas, como sejam as sigillatas e onde já há bastante literatura de referência, quer acerca dos métodos utilizados, quer acerca dos resultados) e análise qualitativa, por meio da constituição petrológica e mineralógica da cerâmica (PICON 1992: 5). Neste caso concreto foi utilizada apenas a análise quantitativa e semi-quantitativa por fluorescência de Rx, usando-se a primeira para determinação dos elementos menores² e a segunda análise destinada aos elementos maiores, para confirmação dos resultados.

IV. IDENTIFICAÇÃO DA CERÂMICA

Da observação das pastas, determinaram-se algumas variações, sem que houvesse uma clara correspondência com as formas e acabamentos. As pequenas diferenças não foram, por isso, grandemente valorizadas, embora possam ser confirmadas ou não, em futuras análises arqueométricas, feitas numa maior extensão e maior número de indivíduos.

² Segundo a dra. Teresa Seixas, são os responsáveis “genéticos” pelas diferenças grupais.

1. Descrição da pasta:

Como características gerais, tratam-se de pastas pouco consistentes, muito depuradas e leves (porosas), parecendo pouco cozidas e quebram com facilidade. A pouca dureza é outra constante, podendo considerar-se as suas superfícies de dureza 1-2 da escala de Mohs, pois desfazem-se com os dedos e riscam-se facilmente com a unha. A raridade de grãos não plásticos nesta cerâmica sugere uma lavagem ou decantação cuidada e atenta do barro, ao qual foram retirados os maiores grãos.

Foi possível distinguir alguns sub-grupos, de acordo com ligeiras diferenças que, contudo, não parecem significar diferentes fábricas. No entanto, pode ter havido várias formas de amassar o barro, o que daria as pequenas diferenciações verificadas. Assim, considerámos:

- Pasta branda, de fractura lisa-laminada, fina, com raros vacúolos alongados, inclusões não plásticas ponteadas, sendo as mais frequentes, as de médio calibre – grãos brancos (quartzo), torrões vermelhos, redondos e espaçados (argilas ou óxidos de ferro); de menor calibre – partículas brilhantes (micas); de calibre grosso – raros grãos cinzentos.
- Pasta branda, muito semelhante à anterior, de textura lisa-laminada, com muitos vacúolos alongados e algumas inclusões não plásticas; de calibre fino – partículas brilhantes (micas); calibre médio (o mais frequente) – grãos brancos (quartzo), torrões vermelhos (argilas ou óxidos de ferro).
- Pasta branda, de textura lisa-rugosa, quase sem inclusões não plásticas, pequenas e raras, brancas e cinzentas / negras.
- Pasta branda, de textura lisa-rugosa, com raras inclusões não plásticas, de pequeno calibre – partículas brilhantes (micas); de médio calibre – raríssimos e espaçados grãos negros; alguma porosidade, em poros não quantificáveis.

As cores são muito semelhantes, embora com algumas variações entre o amarelo pálido (Munsell 2,5 Y 7/4; 8/3; 8/4; 9/4;), que congrega a maioria dos fragmentos, o castanho muito pálido (Munsell 1QYR 7/3; 7/4; 8/4), o rosado (Munsell 7,5 YR 7/4; 2,5 YR 7/8), o amarelo-rosado (Munsell 5 YR 7/6; 7,5 YR 8/6) e o branco (Munsell 5 Y 8/1). As superfícies são quase sempre mais claras, esbranquiçadas, parecendo, por vezes terem tido um ligeiro engobe ou aguada, que entretanto desapareceu (Munsell 10 YR 9/2 e 5 Y 8/1). Foram sempre alisadas com um alisamento leve, resultando em superfícies ásperas e rugosas, onde se alojam com facilidade as sujidades provenientes da deposição no subsolo. Assim, apresentam-se quase todas com incrustações negras dificilmente removíveis.

2. Distinções e paralelos:

As razões da escolha e selecção deste grupo cerâmico deveram-se a várias considerações relacionadas quer com a sua cronologia, quer pela forma e sobretudo pela sua identificação como grupo por oposição aos outros tipos, embora aparentemente não se distinga. De facto, há várias semelhanças em relação às outras cerâmicas de pastas claras, anteriormente referidas e, por isso nos dispusemos a tentar uma classificação mais quantitativa, no sentido de perceber as semelhanças e/ou diferenças.

Cronologicamente, ela aparece quase sempre nos estratos de ocupação mais antiga de Mozinho, associada a *Terra Sigillata* de tipo itálico ou sudgálica, globalmente de cronologia Júlio-Claudiana. Está ausente nos sectores onde se verificou a reforma construtiva na segunda metade do século I, ou seja, nos sectores A, C e parte do D. Ocorre, portanto, num momento restrito da

vida do povoado, ainda antigo e pelas características da pasta e formas, não sugere fabrico local e muito menos pré-romano.

Por ser distintiva, possuir formas específicas e aparecer noutros locais do Noroeste (nomeadamente em Braga, onde tivemos oportunidade de observar alguns fragmentos, confirmando a mesma panóplia reduzida de formas), embora sempre em quantidades ínfimas, procurámos uma primeira definição deste grupo, no sentido de se tentar a partir de agora isolar mais formas e sobretudo mais exemplares.

Esta cerâmica distingue-se dos outros tipos cerâmicos de pastas claras essencialmente pela consistência das pastas (sendo nos demais grupos considerados sempre dura) e no tipo de acabamento, que, seja por engobe, pintura ou apenas forte alisamento e/ ou polimento, confere à superfícies uma lisura totalmente diferente da do nosso grupo.

A busca de paralelos para esta cerâmica torna-se difícil e complicada, porquanto ela não vem referida na bibliografia, nem é referenciada como uma unidade isolada.

Em Conímbriga, há uma cerâmica que de algum modo apresenta algumas semelhanças com esta, embora de acabamento aparentemente diferente: é a cerâmica de engobe branco, que agrupa uma diversidade de formas e de pastas, provavelmente provenientes de diferentes centros oleiros, mas que têm o engobe externo como denominador comum (CONIMBRIGA VI: 59). Há uma forma, que se aproxima especialmente dos nossos exemplares, que é a forma 1 (CONIMBRIGA, pl. XIV.1), *pichel* de uma ou duas asas e que corresponderia ao nosso púcaro mais comum. É uma forma que ocorre em vários tipos de pasta, embora nenhuma seja exactamente igual à nossa. A pasta que mais se aproxima, seria a 4^a, definida “com um pouco de quartzo e mica, cor rosada (Munsell 5 YR 7/6), de engobe muito diluído, recobrando mal a pasta, de cor branco rosado, sendo os fragmentos raros” (CONIMBRIGA VI: 60). Não é concretizado o local de origem, referindo-se apenas ser de importação. Outras semelhanças relativamente ao nosso grupo residem no facto de, por um lado, todas as formas serem vasos de beber ou conter líquidos: *ænochoés*, *pícheis* e *potes*; por outro, aparecerem já em estratos claudianos.

Outro grupo de Conímbriga, cujas pastas se aproximam da nossa, é o da Cerâmica Comum de Importação, sobretudo as “cerâmicas brancas amareladas”. O conjunto das cerâmicas finas tem muitas semelhanças com o nosso, nomeadamente no facto de a pasta ser pouco compacta, “deixando traços nos dedos” (CONIMBRIGA VI: 72), para além da semelhança da cor. Também o tipo de formas é afim: apesar de não haver formas completas, são todos vasos de beber ou servir líquidos.

No estudo que Jeannette Nolen publicou sobre as cerâmicas de Balsa (NOLEN 1995), faz referência a um grande grupo cerâmico, de “Pastas Claras”, cuja variedade mais fina tem uma composição de pasta muito semelhante à nossa e à das ânforas (de versão mais grosseira), sendo, segundo a autora, provavelmente oriundas da Bética, considerado de âmbito regional na dimensão algarvia (NOLEN 1995: 120; 123). Caracteriza a pasta como sendo branca, com presença de cerâmica moída, mica e escassos minerais ferromagnesianos. Tal como a cerâmica em estudo, só produziu formas de louça de mesa, nomeadamente uma bilha, vários jarros e um púcaro. É considerada a mesma pasta da produção de lucernas, constatação também feita em Mozinho, para alguns fabricos, como o exemplar referido por T. Soeiro, curiosamente proveniente do mesmo estrato que algumas peças da cerâmica em estudo (SOEIRO 1984: 143).

As referências acima apontadas foram as mais próximas do nosso grupo de estudo, que encontramos na literatura da especialidade³, o que nos confirma a sua raridade, a sua fragmentação (é um facto a ausência de formas completas e a pouco variada panóplia de vasos encontrados) e o desconhecimento que sobre ela há. Por outro lado, devemos considerar a possibilidade da sua inclusão nos grupos de pastas claras, esbranquiçadas, referidos no início e com os quais

³ No recente trabalho publicado sobre Tongobriga (DIAS 1997), não encontramos nenhuma descrição de pastas que se aproxime das do nosso grupo de estudo.

mantém muitas afinidades; e, não sendo as formas mais conclusivas, obviamente que não são as publicadas.

3. Formas

Do nosso reduzido número de amostras (cerca de 80 fragmentos, dos quais apenas 39 definem perfis, quantidade semelhante à da *sigillata* de tipo itálico aparecida em Mozinho), conseguimos distinguir quatro perfis de formas, a que se acrescentaram as asas e os pés que, por não se ligarem a nenhuma forma concreta, foram considerados à parte. Não apareceu nenhum perfil completo, o que também é comparável à aludida *sigillata* de tipo itálico, talvez explicável pelo facto de se tratar de cerâmicas antigas e, portanto, sujeitas a muitos remeximentos feitos no castro e, também à sua provável reduzida importação.

Assim, considerámos os seguintes grupos, sendo os púcaros a forma de longe mais utilizada, existente em duas versões distintas. Apesar de muitos exemplares só apresentarem a parte superior do bordo, atribuímos, por comparação com outras formas mais seguras, a designação de púcaros.

O primeiro (Perfil I), é um púcaro com lábio espessado, reentrante, marcado por vinco interno, plano ou arredondado no topo; o bordo é tendencialmente alto, de paredes oblíquas rectas e esvasadas (CONÍMBRIGA VI: 61 e pl. XIV, n.º 1). Alguns exemplares apresentam uma asa, sendo crível, dada a forma que sugerem, que tivessem duas asas. Os diâmetros de boca variam entre os 150 e os 180 mm. Ilustramos com os exemplares n.º 1, 7, 24 e 27, da fig. I⁴. Apesar de ser a forma mais numerosa, é também a mais homogénea.

O segundo (Perfil II), é um púcaro com lábio ligeiramente espessado, arredondado, virado para dentro, com a parede do bordo alta, curva e côncava (n.º 13, 21, 29 e 32 da Fig. I), forma que lembra alguns púcaros das necrópoles do Alentejo (NOLEN 1985: Est. XXI e XXIII, n.º 139 e 157); incluímos aqui uma variante (n.º 15), cujo bordo é mais curto, reentrante e côncavo, com provavelmente duas asas. Parece haver dois tamanhos: um, claramente mais pequeno, de diâmetro de boca de 90 mm; outro, maior, variando entre os 120 /140 mm.

A forma seguinte (Perfil III) é a que denominámos copo (ALARCÃO, J. 1974: 34), embora possa ser considerado um pequeno pote, de boca larga, que lembra vagamente o Tipo 26 de Mercedes Vegas (VEGAS, 1973: 70). É um vaso de perfil aparentemente cilíndrico ou ligeiramente curvo, alto, com lábio espessado triangular e saliente. Os diâmetros de boca variam entre 120 e 140 mm. São os n.ºs 23 e 28 da Fig. I.

O Perfil IV refere-se a jarros⁵, genericamente de colo alto e estreito, ligeiramente curvo, com variações de bordo: virado para fora, ou de lábio espessado, triangular. Podem ter uma moldura saliente no colo, a meio, ou na ligação com a pança, que parece ser ovalada e bojuda. Globalmente, lembra a forma 38 de Mercedes Vegas (VEGAS 1973: 93) e a forma n.º 64 das Cerâmicas das Necrópoles do Alto Alentejo (NOLEN 1985: 179, Est. IX, 64). Os diâmetros de boca rondam os 40 ou 50 mm. Ilustramos com os n.º 14, 30 e 31 da Fig. I.

Vêm de seguida os pés (Perfil V), que parecem ser quer de púcaros, quer de jarros, muito semelhantes na forma, mas não nas dimensões (o que parece ter a ver com as diferenças dos vasos que sustentavam). São relativamente altos, planos, marcados por sulco circular interno, vulgarmente designados por “pés de bolacha”. Nos que têm paredes, notam-se as molduras internas típicas dos vasos fechados, feitos a torno. Os diâmetros são muito variáveis, podendo consi-

⁴ Os desenhos estão à escala 1/2.

⁵ Na nomenclatura de Jeannette Nolen (NOLEN 1985: 35), seria uma forma de bilha por ter o colo estreito; mas para Jorge Alarcão, a distinção entre bilha e jarro aparece referenciada ao bojo (ALARCÃO 1974: 34), que não existe no nosso caso; além disso, a designação em latim *lagoena* aplica-se indiferentemente aos dois casos. Por último, Jorge Alarcão refere a existência de boca trilobada nos jarros, que têm geralmente o colo alto e estreito.

derar-se dois grupos distintos: um, cerca de 50/55 mm e outro entre os 70 e 100 mm, como se observa nos n.º 8, 9, 18 e 26 da Fig. 1.

O Perfil VI é constituído por asas, todas de fita, embora algumas de contornos arredondados, mais ou menos largas, com ou sem sulco central.

Finalmente o grupo VII refere-se aos fragmentos de forma indeterminada (geralmente panças), que servem apenas de reforço ao contexto deposicional deste tipo cerâmico.

V. RESULTADOS

1. Cronologias

1. Da nossa pesquisa resultou percebermos que o nosso grupo cerâmico era muito fragmentário, apenas se encontrando em estratos fundos de áreas restritas dos sectores **a)**, **d) g) e D)**, que são os sectores com ocupação mais antiga de Mozinho, estando ausentes nos sectores **A)**, **C) e B)**, onde os materiais são de épocas mais tardias, sendo os mais antigos apenas residuais.

O quadro apresentado (QUADRO 1) relaciona os grupos formais com os locais e estratos onde apareceram, estando referenciadas quantidades em cada unidade estratigráfica. Para uma melhor percepção, indicamos aqui as referências cronológicas e contextuais para cada uma, excepto para o sector D, ainda em vias de publicação⁶.

Assim, no sector **a**, os estratos **1**, **2** e **3** correspondem a níveis superficiais e de destruição de um sector vizinho; o estrato **4** tem uma cronologia Júlio-Claudiana, onde aparecem *sigillatas* de tipo itálico Goud. 37 e 38, *sigillata* sudgálica e lucernas de volutas e bico triangular (SOEIRO 1984:138-142). O estrato **5** apresenta as mesmas formas de *sigillata* de tipo itálico e as formas drag. 27 e 15/17 de *sigillata* sudgálica, que pode apontar para uma cronologia Tibério/ Claudio.

No sector **g**, o estrato **3** está sobre um piso da época flávia, que também forneceu cerâmica bracaraense; o estrato **4** está classificado da época Júlio-Claudiana e os **5** e **6** encontram-se sob um piso de casa, sendo da primeira metade do séc. I, fornecendo *sigillata* de tipo itálico Goud. 15 (SOEIRO 1984: 167-169).

O sector **d** apresenta o estrato **2** com alguma amplitude cronológica, onde aparecem *sigillatas* de tipo itálico Goud. 17,18, 40, *sigillata* sudgálica 24/25 e *sigillata* Hispânica 15/17 e 24/25 (das formas mais antigas), parecendo-nos que a ocupação não iria muito além do reinado de Nero. O estrato **3** data do 3.º quartel do séc. I, sobre o piso de uma casa (SOEIRO 1984: 184-186).

O jarro da Necrópole provém de um “covacho pequeno, aberto na terra”, do séc. I (SOEIRO 1984: 299).

2. Análise química

Detectados alguns aspectos de distinção em relação aos outros grupos cerâmicos esbranquiçados, algumas questões se levantaram, como a de saber se os quatro grupos cerâmicos apontados no início do trabalho, teriam uma composição de pastas semelhante, que permitisse enquadrá-las num mesmo tipo de fabrico; saber se o nosso grupo de estudo se poderia ou não incluir nesse conjunto, ou se seria completamente diferente.

Devido a contingências várias, só foi possível submeter a análise arqueométrica 9 amostras cerâmicas que pretendíamos submeter a uma análise quantitativa por fluorescência de Rx, para se reconhecerem as semelhanças e diferenças das amostras em estudo e a uma análise semi-

⁶ Estas referências são as indicadas exactamente para os sítios de achado, podendo a numeração estratigráfica ter diferentes significados em áreas diferentes.

quantitativa ou qualitativa, por Difraccção de RX ou por exame microscópico de lâminas delgadas, no sentido de se obter um conhecimento mineralógico das pastas; este, poderia permitir identificar a região de proveniência das matérias-primas (SEIXAS 1996: 111-113), ou perceber se a existência do *calcium* é devida a uma matriz calcárea ou ao desengordurante calcite, por ex. (SCHNEIDER 1995: 26).

As amostras, embora grandes, não puderam ser submetidas às duas últimas análises por falta de peso, pois não atingiam os 10 gr. necessários, pelo que só foi efectuada a análise por Fluorescência de Rx. A escolha das amostras foi feita procurando-se cobrir o leque de possibilidades anteriormente consideradas. Assim, a amostra 1 pertence ao nosso grupo IV de pastas; a amostra 2, ao grupo II; a amostra 3 ao grupo III; as amostras 4 (bordo de púcaro) e 5 (pança curva), ao nosso grupo de estudo, o V; a amostra 6 era de uma ânfora bética, de pasta muito semelhante, embora mais porosa, proveniente de Braga; as amostras 7 e 8 eram também provenientes de Braga de dois vasos semelhantes aos do nosso grupo de estudo (V); finalmente a amostra 9 era de um vaso bracarense, grupo I de pastas. Esta última e a n.º 6 funcionariam como amostras de referência para as outras, porque se sabia com certeza a proveniência.

3. Descrição dos resultados obtidos pela análise

Tendo sido a Dra. Teresa Seixas que analisou os resultados obtidos, transcrevemos aqui o texto que nos entregou sobre as conclusões que se puderam enunciar.

“Com o fim de se encontrarem as possíveis semelhanças entre as 9 amostras de cerâmica de modo a serem agrupadas fez-se o estudo por fluorescência de raios X.

Os elementos menores foram os Sr, Zr, Y, Ba, Rb, Nb, Sn, e W. A partir dos teores destes elementos pudemos agrupar as amostras como se segue:

Amostras n.ºs 1, 2, 3 e 9 – com teores idênticos nestes elementos, formando um agrupamento com origem comum.

Médias – Rb – 205 p.p.m., Sr – 41 p.p.m.; Y – 61 p.p.m.; Zr – 189 p.p.m.; Nb – 45 p.p.m.; Ba – 235 p.p.m.; Sn – 35 p.p.m.

Amostras n.ºs 7 e 8 – grupo diferente do anterior, com teores idênticos entre si, pensando-se em origem comum. A amostra n.º 5, apesar de possuir um teor em bário superior, parece-nos possível incluí-la neste grupo.

Médias – Rb – 51 p.p.m.; Sr – 83 p.p.m.; Y – 19 p.p.m.; Zr – 185 p.p.m.; Nb – 17 p.p.m., Ba – 482 p.p.m.; Sn – 6 p.p.m.

Tendo em conta as amostras estudadas, a única que poderemos considerar mais próxima da n.º 6 (tomada como amostra de referência) é a n.º 4.

Médias – Rb – 58 p.p.m.; Sr – 115 p.p.m.; Y – 25 p.p.m.; Zr – 183 p.p.m.; Nb – 17 p.p.m.; Ba – 195 p.p.m.; Sn – 7 p.p.m.

O bário é o elemento mais discriminativo para todos os agrupamentos. Os outros elementos menores separam especialmente o 1º agrupamento dos restantes. (V. Gráfico do Bário).

Relativamente aos elementos maiores, Si, Al, Fe, Mg, Mn, Ti, Ca, Na, K, P, neste momento, apenas temos análise semi-quantitativa, permitindo, todavia, uma comparação entre os agrupamentos formados. Assim:

No 1º grupo os teores da alumina são superiores aos dos outros grupos e os de cálcio, fósforo e ferro, inferiores.

No 2º grupo os teores de alumina são bastante mais baixos, tendo, no entanto, teores mais elevados em óxidos de ferro, de fósforo e de cálcio.

Relativamente às amostras 4 e 6 têm teores:

- em óxido de fósforo mais baixos do que os do 2º grupo e mais elevados do que os do 1º grupo; (V. Gráfico do P).
- em alumina inferiores à do 1º grupo e superiores às do 2º grupo;
- em óxido de cálcio, também são mais elevados do que os do 1º grupo e do que os do 2º grupo; (V. Gráfico do Ca).
- em óxidos de ferro inferiores aos do 2º grupo e superiores aos do 1º grupo. (V. Gráfico do Fe).

Conclusão:

Enquanto que no 1º grupo de amostras existe uma grande homogeneidade a nível de composição química e, relativamente às n.ºs 4 e 6 ela é também suficientemente evidente, já não é tão clara a relação entre a amostra n.º 5 e as n.ºs 7 e 8, pelo que apenas pomos como hipótese formarem um grupo.

Com uma amostragem bastante superior poderíamos ter mais certezas quanto à inclusão desta amostra neste ou noutro grupo ou, até, se se trataria de uma amostra aberrante. Por outro lado, o estudo microscópico e por D.R.X. dar-nos-ia mais pistas o que não foi possível devido ao tamanho dos fragmentos ser manifestamente insuficiente.

As análises foram efectuadas no laboratório de F. R. X. do Instituto Geológico e Mineiro do Porto, pelo que ficamos gratos. Teresa Seixas.

NOTA FINAL

Pelos resultados das análises químicas, verificámos que os grupos I, II, III e IV, são muito semelhantes entre si, com pastas provavelmente da mesma origem. As restantes amostras são claramente diferentes deste grupo, registando-se pequenas diferenças entre elas que podem significar sítios de produção diferentes ou provirem todas das mesmas oficinas, questão que só se resolveria com a efectivação de várias pesquisas, em vez de uma só (PICON 1992: 7). Fica-nos a hipótese de o nosso grupo cerâmico poder ser proveniente da Bética e ter acompanhado as ânforas para os castros e povoados do Norte.

Não conseguimos responder a todas as nossas interrogações acerca deste tipo cerâmico, ficando bastante à quem das expectativas iniciais, mas tentámos identificá-lo, isolá-lo e, embora numa definição muito preliminar, procurar referências e semelhanças.

Foi modesto o contributo prestado nesta Homenagem ao nosso Professor, mas como ele próprio dizia, “é preciso pôr as cerâmicas a falar!”. Foi um começo.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1984) – “La cerámica pintada de época romana en Portugal y sus conexiones periféricas”, *Revista de Guimarães*, XCIV, p. 179-208.
- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1986) – *La cerámica pintada romana de tradición indígena en la Península Ibérica*, Madrid, p. 131-149.
- AGUAROD, C. (1992) – “Cerámica de Cocina importada”, *Arcóbriga II – Las Cerámicas Romanas*, Instituto Fernando el Católico, Zaragoza, p. 237-245.
- ALARCÃO, A. (1966) – “Bref Aperçu sur la Céramique Romaine Trouvée a Bracara Augusta”, *Rei Cretariae Fautorum Actae*, VIII, p. 45-50.
- ALARCÃO, A.; MARTINS, A. (1976) – “Uma cerâmica aparentada com as ‘Paredes Finas’ de Mérida”, *Conímbriga*, vol. XV, p. 91-109.

- ALARCÃO, J. (1974) – *Cerâmica Comum de Conímbriga*, Coimbra.
- ALARCÃO, J.; DELGADO, M., MAYET, F.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1976) – *Fouilles de Conimbriga. Céramiques Diverses et Verres*, Vol. VI, Paris = CONIMBRIGA VI.
- ALCORTA IRASTORZA, E. (1991) – “Cerâmica de Cociña e Mesa en Galicia Romana a través do achádegos de *Lucus Augusti*”, *Revista Larouco*, 1, p. 35-52.
- ____ (1995) – “Avance al Estudio de la Cerámica Común Romana de Cocina y Mesa de *Lucus Augusti*”, *Ceramica Comuna Romana d’Epoca Alto – Imperiale a la Península Ibérica. Estat de la Qüestió*, Monografies Emporitanes VIII, Museu d’Arqueologia de Catalunya, p. 201-226.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974a) – “Influências Meridionais na Cultura Castreja”, Sep. da *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, p. 205.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974b) – *Escavações no Monte Mozinho* (1974), Centro Cultural Penafidelis, Penafiel.
- ALMEIDA, C. A. F. (1977) – *Escavações no Monte Mozinho II*, 1975-1976, Centro Cultural Penafidelis, Penafiel.
- BUXEDA, J.; CAU, M. A.; GURT, J.; TUSET, F.; (1995) – “Análisis Tradicional y Análisis Arqueométrico en el Estudio de las Cerámicas Comunes de Época Romana”, *Ceramica Comuna Romana d’Epoca Alto Imperiale a la Península Ibérica. Estat de la Qüestió*, Monografias Emporitanes VIII, Museu d’Arqueologia de Catalunya, p. 39-60.
- CAILLEUX, A. (s/d) – *Notice sur le Code des Couleurs des Sois*, Boubée, Paris.
- DIAS, L. (1997) – *Tongobriga*, IPPAR, Lisboa.
- GONZÁLEZ FERNANDEZ, E. (1991) – “*Aquis Querquennis*: Aportación ó estudio de vasos globulares pintados con decoración triangular”, *Revista Larouco*, 1, p. 13-23.
- MARTÍN, A. (1992) – “Cerâmica pintada”, *Arcóbriga II – Las Cerámicas Romanas*, Instituto Fernando el Católico, Zaragoza, p. 151-221.
- NOLEN, J. S. (1985) – *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- NOLEN, J. S. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa*, I.P.M., Lisboa.
- PICON, M. (1992) – “L’Analyse Chimique des Céramiques: Bilan et perspectives”, *Archeometria della Ceramica – Problemi di Metodo*, Atti 8º SIMCER (Simposio Internazionale della Ceramica), Bologna, p. 3-26.
- ROCA, M. (1995) – “Estado actual de la Investigación de las Cerámicas Comunes de Época Romana en la Península Ibérica”, *Ceramica Comuna Romana d’Epoca Alto – Imperiale a la Península Ibérica. Estat de la Qüestió*, Monografies Emporitanes VIII, Museu d’Arqueologia de Catalunya, p. 9-12.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, X. (1992) – “Contribución al conocimiento de la cerâmica pintada altoimperiale en Galicia. Cerâmica ‘tipo Clunia’ de Santomé (Orense)”, *Finis Terrae – Estudos em lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, Universidad de Santiago de Compostela, p. 27-314.
- SCHNEIDER, G. (1995) – “A short note on project planning and sampling”, *The Aim of Laboratory Analyses of Ceramics*, Archaeology, Konferenser, 34, Stockholm, p. 23-27.

MONTE MOZINHO.
UMA CERÂMICA DE PASTA BRANCA

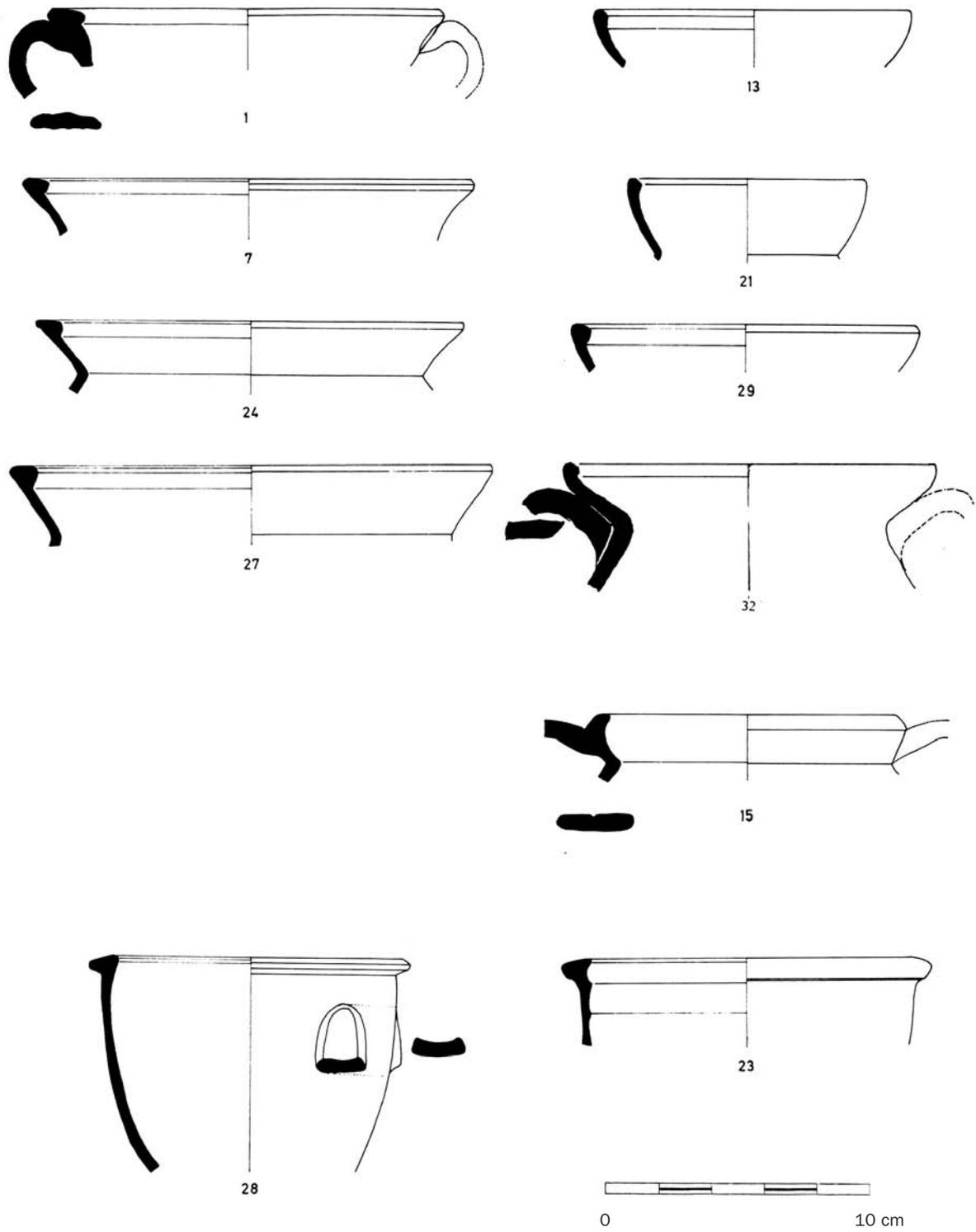


Fig. 1 - Formas dos vasos: púcaros e copos

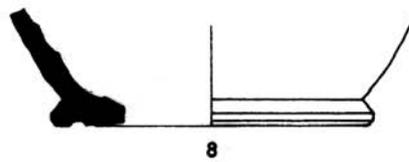
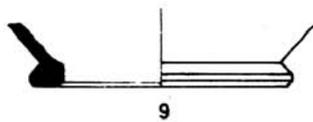
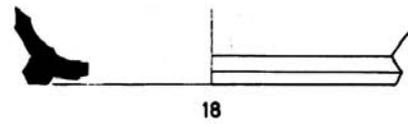
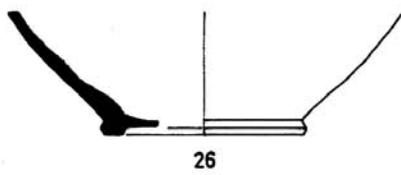
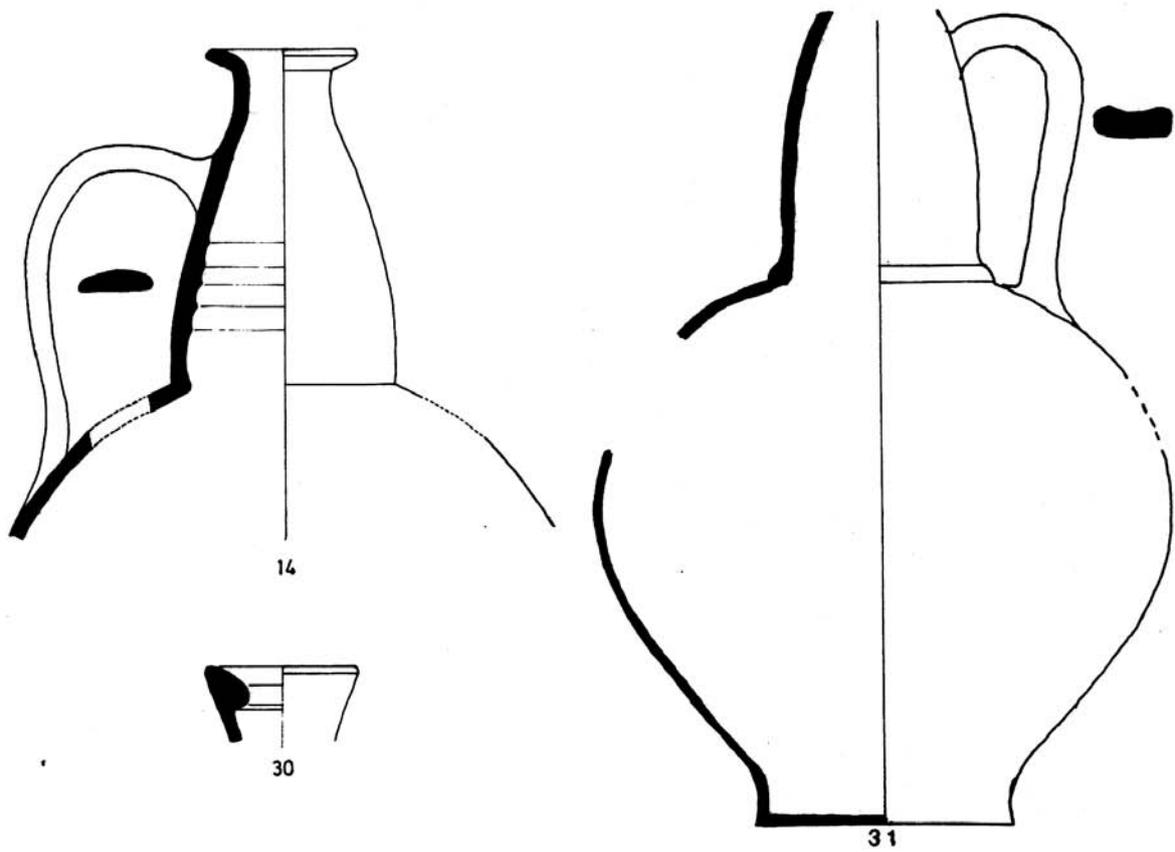


Fig. 2 - Formas dos vasos: jarros e pés

Quadro 1
Relação entre os perfis dos vasos, o local e estrato de proveniência

	Perfil I (púcaros)	Perfil II (púcaros)	Perfil III (copos)	Perfil IV (jarros)	Perfil V (pés)	Perfil VI (asas)	Indet.
Sector a	3 vasos Estrato 3 Estrato 5	3 vasos Estrato 1 Estrato 3		2 vasos Estrato 4	1 pé Estrato 4	1 asa Estrato 4	Estrato 4 Estrato 5
Sector d	8 vasos Estrato 2 Estrato 3		1 vaso Estrato 2		3 pés Estrato 2	1 asa Estrato 2	Estrato 2
Sector g	9 vasos Estrato 2 Estrato 3 Estrato 4 Estrato 5	1 vaso Estrato 5			2 pés Estrato 1 Estrato 2		Estrato 1 Estrato 3 Estrato 4 Estrato 5
Sector D	1 vaso Estrato 4	1 vaso Estrato 3	1 vaso Estrato 4	1 vaso Estrato 1			Estrato 1 Estrato 2 Estrato 3 Estrato 4
Necrópole				1 vaso			

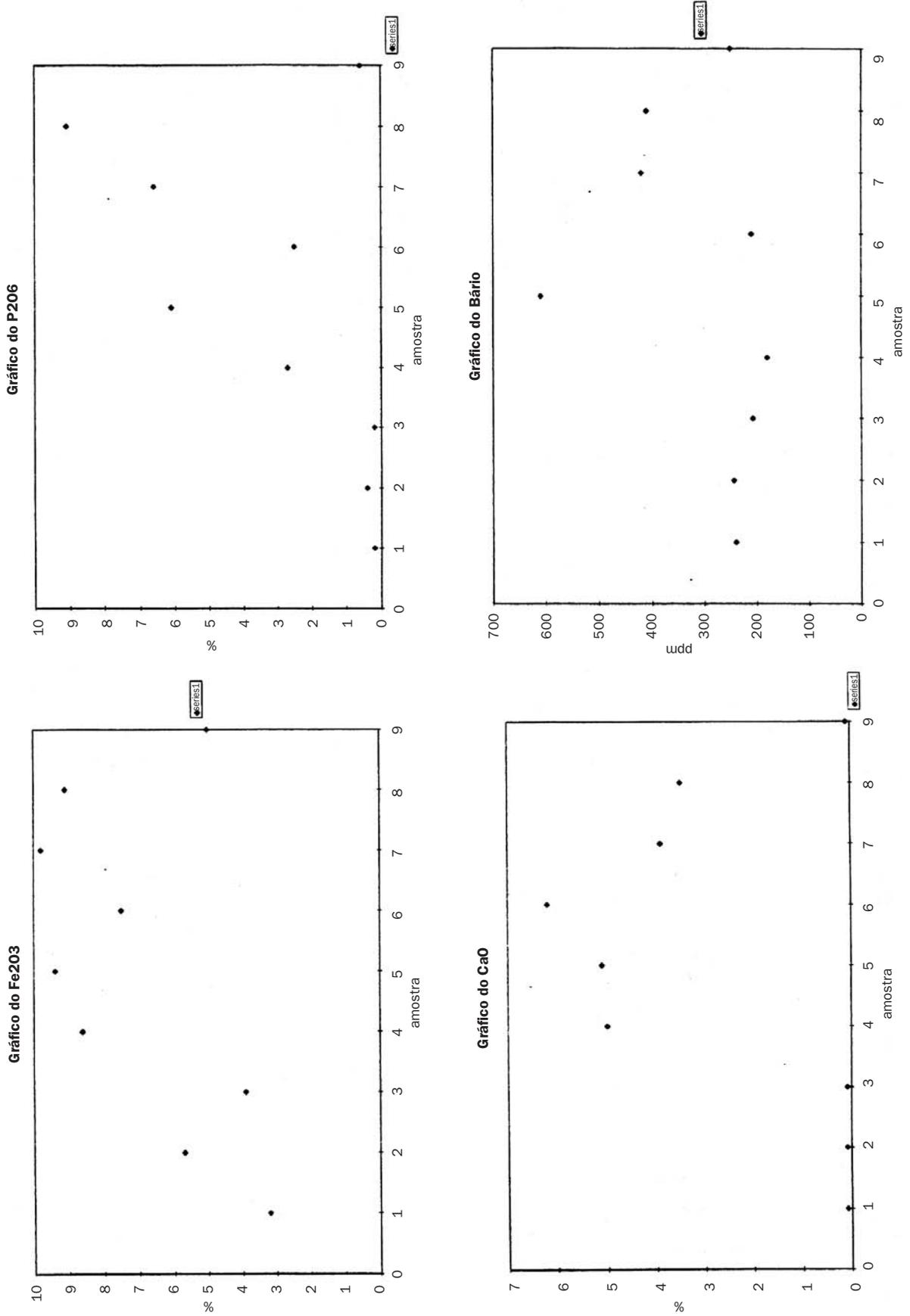


Fig. 3 - Gráficos relativos às análises semi-quantitativas do Ferro, Fósforo, Cálcio e análise quantitativa do Bário

UM TRIENTE DE ÉGICA EM AQUAE FLAVIAE

César Guedes*

RESUMO:

No decorrer de uma intervenção arqueológica realizada no centro histórico da cidade de Chaves (Vila Real, Portugal), foi recolhido um numisma cunhado em *Emerita* (Mérida) durante o reinado a solo de Égica (c. 687-698). No presente texto é feita a descrição e classificação do triente e são ainda referidas outras moedas com proveniência geográfica conhecida, emitidas por este monarca.

Palavras-chave: Visigodos, Égica, Numismática, Triente, *Aquae Flaviae*

ABSTRACT:

A VIIth century *tremissis* struck in *Emerita* during the sole reign of Egica (c. 687-698) is reported. The coin was found in 2007 during an archaeological excavation in the city of Chaves (Vila Real, Portugal). The author also refers other coins issued by this king with known geographical provenience.

Key-words: Visigoths, Egica, Numismatics, *Tremissis*, *Aquae Flaviae*

Os conjuntos numismáticos provenientes de intervenções arqueológicas são uma fonte incontornável de informação. As moedas quando devidamente classificadas informam-nos da data (ou período de tempo) em que foram cunhadas auxiliando a interpretação arqueológica.

A importância das moedas é ainda maior quando representam uma época pouco conhecida da nossa história e para a qual escassos vestígios sobreviveram até aos nossos dias.

O triente ou *tremissis* visigótico que seguidamente apresentamos integra este raro conjunto de numismas. Faz parte dos materiais recolhidos na intervenção arqueológica realizada na rua do Bispo Idácio, cidade de Chaves, distrito de Vila Real.

1. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A intervenção arqueológica foi planeada no âmbito do projecto de recuperação e construção de um edifício para albergar o Arquivo Histórico Municipal de Chaves.

O projecto de arquitectura previa a reabilitação do edifício, cuja fachada posterior assentava na muralha medieval, e a construção, no seu logradouro, de um espaço para depósito documental.

* Arqueólogo.

Para dar resposta ao projecto de arquitectura e evitar impactes negativos sobre o património foi desenvolvido um plano de trabalhos arqueológicos que contemplou a escavação de cerca de 300 m² na zona do logradouro e a abertura de cinco sondagens arqueológicas no interior do edifício¹.

A primeira fase dos trabalhos iniciou-se em Janeiro de 2007 tendo decorrido até Julho desse ano. A escavação do logradouro evidenciou a existência de várias estruturas arqueológicas em bom estado de conservação tendo a Câmara Municipal de Chaves demonstrado vontade em preservá-las. Este facto motivou uma reformulação do projecto de arquitectura, obrigando a uma nova fase de trabalhos arqueológicos que decorreram entre Abril e Maio de 2008.

Os resultados, ainda preliminares, da intervenção arqueológica permitiram observar uma multiplicidade de estruturas e materiais associados que atestam uma intensa e contínua ocupação de *Aquae Flaviae*, corroborando assim a opinião de Jorge López Quiroga, “*Una vez más, la idea de una permanencia ocupacional se impone sobre la de ruptura o despoblación*”² (Fig. 1 e 2)

A moeda que seguidamente apresentamos foi exumada de uma sondagem que se localizava encostada à fachada voltada à rua do Bispo Idácio. Nesta sondagem pudemos observar a existência dois muros de aparelho pseudo-isódomo, perpendiculares que definem o ângulo de um compartimento. A análise estratigráfica revelou-nos a anterioridade destes muros em relação aos níveis de onde foi exumado o triente. No perfil SO da mesma sondagem observamos uma outra estrutura pétreia que corresponderá ao cunhal de um muro com orientação NE-SO. Esta estrutura apoiava-se nos sedimentos que cobriam a camada onde foi encontrada a moeda, sendo assim de cronologia posterior aos finais do século VII (Fig. 3).

O sedimento de onde foi exumado o triente corresponde ao período de tempo que medeia a destruição dos dois primeiros muros e a conseqüente remodelação deste espaço.

2. O REINADO DE ÉGICA

O *trients* ou triente pertence ao reinado de Égica. Este monarca visigótico ascendeu ao trono no ano de 687, após a morte do seu sogro, e antecessor no trono, Ervígio. O seu reinado foi marcado por um ambiente de crescente tensão social, fruto não só das mudanças geopolíticas exteriores ao reino, pois as forças islâmicas avançavam provocando a instabilidade no reino Visigótico, mas também, a nível interno, devido às perseguições, purgas e confiscações que o monarca moveu contra alguns membros da nobreza, com o intuito de fortalecer o seu poder pessoal e da sua família³.

O clima de tensão social que se vivia foi também reforçado pela terrível epidemia de peste bubónica que grassou no reino a partir do ano de 693 provocando graves problemas demográficos. Tendo como base estas situações, Luís Garcia Moreno refere que o endurecimento das políticas de Égica contra os judeus, iniciadas no XVI Concílio de Toledo e reforçadas no XVII Concílio dessa cidade, em 694, poderão não ser mera coincidência. O mesmo autor dá-nos ainda conta de três expedições militares falhadas, movidas por Égica contra os Francos, nos anos de 688-690 e pouco antes de 694⁴.

Procurando reforçar e manter o poder na sua família, Égica associa em 698 o seu filho Vitiza ao poder confiando-lhe o governo da *Gallecia*. Este governo conjunto prolongar-se-á até à morte de Égica, no ano de 702, altura em que Vitiza é coroado rei. Durante este período de governação conjunta (698-702) surgem as moedas em que ambos os governantes aparecem representados.

¹ Os trabalhos arqueológicos foram adjudicados à empresa “Arqueologia & Património – Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, Arqueologia Lda.”. A direcção dos trabalhos de campo foi da nossa responsabilidade.

² LÓPEZ QUIROGA, J. (2004) – *El Final de la Antigüedad en la Gallecia: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño Y Duero (siglos V al X)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Colección Galicia Histórica, p. 133.

³ GARCIA MORENO, L. (1998) – *Historia de España Visigoda*, Madrid, Cátedra, 2.ª Ed., p. 181.

⁴ *Idem*, pp. 185-186.

A moeda, que representa apenas Égica, datará possivelmente do período em que este monarca governava sozinho, isto é, entre 687 e 698.

3. O TRIENTE (Fig. 4)

Descrição do anverso: A moeda exhibe, ao centro, a representação muito estilizada do busto do rei. A imagem do monarca é apresentada de perfil, voltado à direita e usando um elmo.

Na *legenda do anverso* podemos ler: + I·D·H·M·N·EGICAP + (as iniciais silábicas correspondem à abreviatura de *In Dei Nomine*. Ainda neste conjunto observa-se que o ponto distintivo que separa a letra D da H se encontra elevado em relação aos outros. Segue-se o nome do monarca, EGICA, e a fechar a legenda observamos um P ligado a um carácter cruciforme que, de acordo com María Ruiz Trapero, terá como significado REX)⁵.

Descrição do Reverso: Apresenta no centro da moeda uma cruz sobre quatro degraus, cujos degraus do meio se encontram unidos por uma barra vertical. O primeiro degrau, mais próximo da cruz, apresenta-se diferente dos restantes três, visto as suas extremidades rematarem em forma circular e não triangular.

Na Legenda do reverso lemos: + EMERITAPIVS

Ceca: Mérida

Peso: 1,381g.

Diâmetro: 19,90 mm

Eixo: ↓ (6H)

Classificação:

- Corpus Nummorum Visigothorum n.º 536v. Apresenta-se como variante uma vez que a efigie do monarca pertence a um cunho diferente⁶.
- Miles, n.º 447, correspondendo a moeda ao tipo A da ceca de Mérida e o busto do monarca ao tipo 2 n⁷.

4. OUTROS TRIENTES DE ÉGICA COM PROCEDÊNCIA CONHECIDA

Durante a primeira fase da sua governação Égica cunha trientes em 19 cecas: *Narbona* (Narbonne), *Barcinona* (Barcelona), *Cesaraugusta* (Saragoça), *Gerunda* (Gerona), *Rodas* (La Roda de Andalucia – Sevilha), *Tarracona* (Tarragona), *Valentia* (Valência), *Acci* (Guádix, Granada), *Mentesa* (La Guardia), *Toleto* (Toledo), *Cordoba* (Córdova), *Eliberri* (Granada), *Ispali* (Sevilha), *Egitania* (Idanha-a-Velha), *Elvora* (Évora), *Emerita* (Mérida), *Salmantica* (Salamanca), *Bracara* (Braga) e *Tude* (Tuy). Durante o período de governação conjunto com Vitiza o número de oficinas aumenta para vinte e duas, diminuindo durante o reinado a solo de Vitiza para cerca de treze cecas⁸. Deste período são conhecidos catorze trientes de procedência identificada⁹.

Os trientes de Égica com procedência conhecida vão a pouco e pouco aumentando de número. Xavier Barral i Altet, em 1976, identificou onze exemplares procedentes de:

⁵ RUIZ TRAPERO, M. (2004), En torno a la moneda visigoda, *Documenta & Instrumenta*, 1, p. 199. Também disponível em: http://www.ucm.es/info/documen/articulos/art_primera/art_maria.pdf.

⁶ VICO MONTEOLIVA, J., CORES GOMENDIO, M. C., CORES URÍA, G. (2006) – Corpus Nummorum Visigothorum. Ca. 575-714. *Leovigildus-Achila*, Madrid, p. 511.

⁷ MILES, G. (1952) – *The coinage of the Visigothic Spain. Leovigild to Achila II*, New York, The American Numismatic Society, pp. 55 e 402.

⁸ MARQUES, M. G., CABRAL, J. M. P., MARINHO, J. R. (1995), *Ensaio sobre História Monetária da Monarquia Visigoda*, *Anexos NVMMS*, n.º3, Porto, SPN, pp. 275-279.

⁹ BARROCA, M. J. (2204), Um triente de Vitiza procedente de Alva (Castro Daire), *Nvmms*, 2.ª S., XXVII, Porto, S.P.N., p. 204.

- Lérida – 1 exemplar cunhado em *Narbona*;
- Obiols (Berga, Barcelona) – 1 exemplar cunhado em *Ispalis*;
- Alcuescar (Cáceres) – 1 exemplar, ceca não mencionada;
- Cáceres – 1 exemplar cunhado em *Tarracona*;
- Coimbra – 1 exemplar cunhado em *Egitania*;
- Évora – 2 exemplares cunhados em *Egitania*;
- Ardegão (Ponte de Lima) – 1 exemplar cunhado em *Toledo*;
- Guimarães – 1 exemplar cunhado em *Gerunda*;
- Orense – 1 exemplar cunhado em *Gerunda*;
- Toulouse – 1 exemplar cunhado em *Narbona*¹⁰.

A esta lista, António Marques Faria acrescentou, em 1988, outras nove moedas:

- El Bolavar (Seròs, Segrià, Lérida) – 4 exemplares, 3 cunhados em *Gerunda* e 1 de *Ispalis*;
- Castelos Velhos (Guarda) – 1 exemplar cunhado em *Ispalis*;
- Idanha-a-Velha (Castelo Branco) – 1 exemplar, ceca não mencionada;
- Mascarro (Castelo de Vide, Portalegre) – 1 exemplar cunhado em *Toledo*;
- Porto dos Cacos (Alcochete, Setúbal) – 1 exemplar cunhado em *Ispalis*;
- Fontainha (Granja, Tresminas, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real) – 1 exemplar cunhado em *Ispalis*¹¹.

A moeda que apresentamos passa a corresponder à vigésima primeira moeda de Égica com proveniência conhecida, sendo a única desta lista, batida na ceca de *Emerita*.

Com este numisma passam a contabilizar-se 11 trientes de Égica provenientes do nosso actual território. A sua proximidade geográfica com a proveniência do exemplar da Fontainha (Três Minas, Vila Pouca de Aguiar), aliada ao facto de se conhecerem moedas cunhadas em *Flavas* (Chaves) nos reinados de Recaredo e Viterico, poderá indiciar a contínua exploração aurífera nesta região em período visigodo, contrariando assim, uma vez mais, a tese do abandono e despovoamento destas regiões no período das invasões germânicas¹². De facto, Ricardo Teixeira e, mais recentemente, Jorge López Quiroga, que estudaram o povoamento desta região, identificam vias, habitats e necrópoles, sugerindo uma evolução da ocupação e povoamento desta região¹³.

A importância deste triente não fica apenas pelo conhecimento da sua proveniência geográfica. O facto de ter sido recolhido durante uma intervenção arqueológica, exumado num contexto estratigráfico concreto e associado a algumas estruturas, contribui para que o consideremos um achado excepcional e merecedor de uma pequena notícia individualizada.

BIBLIOGRAFIA

BARRAL i ALTET, Xavier (1976) – *La circulation des monnaies suèves et visigothiques. Contribution à l’Histoire Économique du Royaume Visigot*, “Beihefte der Francia”, Band 4, München.

¹⁰ BARRAL i ALTET, X. (1976) – *La circulation des monnaies suèves et visigothiques. Contribution à l’Histoire Économique du Royaume Visigot*, “Beihefte der Francia”, Band 4, München, pp. 190-191, n.º 136-146.

¹¹ FARIA, A. M., (1998), On finds of Suevic and Visigothic Coins in the Iberian Peninsula and their interpretation, *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, 3, Santarém, pp. 76-77, n.º 29-37. Sobre o achado da Fontainha (Granja, Tresminas, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real), vd. tb., PARENTE, J.(1979), Dois tremisses inéditos de Vila Pouca de Aguiar, *Nummus*, 2.ª Série-Vol. II, Porto, S.P.N., pp. 93-97.

¹² MARQUES, M. G., CABRAL, J. M. P., MARINHO, J. R. (1995) – *Ensaio sobre História Monetária da Monarquia Visigoda*, Anexos NVMMS, n.º 3, Porto, SPN, p. 278. Sobre o triente de Recaredo batido em Chaves, vd. GARCIA, A., (1944), Um triente de Recaredo batido em Chaves, *Revista de Guimarães*, vol. 54, Guimarães, pp. 34-39

¹³ TEIXEIRA, R. (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Policopiada.

LOPÉZ, QUIROGA, J. (2004) – *El Final de la Antigüedad en la Gallaecia: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño Y Duero (siglos V al X)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Colección Galicia Histórica.

- BARROCA, Mário Jorge (2004) – “Um triente de Vitiza procedente de Alva (CastroDaire)”, sep. de *Nvmmvs*, 2.ª S., XXVII, Porto, S.P.N., pp. 201-207.
- FARIA, António Marques (1998) – “On finds of Suevic and Visigothic Coins in the Iberian Peninsula and their interpretation”, *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*, 3, Santarém.
- GARCIA, A. de Elias (1944) – “Um triente de Recaredo batido em Chaves”, *Revista de Guimarães*, vol. 54, Guimarães, pp. 34-39.
- GARCIA MORENO, Luís A. (1998) – *Historia de España Visigoda*, Madrid, Cátedra, 2.ªEd..
- LOPÉZ QUIROGA, Jorge (2004) – *El Final de la Antigüedad en la Gallecia: la transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño Y Duero (siglos V al X)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Colección Galicia Histórica.
- MARQUES, Mário Gomes, CABRAL, J. M. Peixoto, MARINHO, J. Rodrigues (1995) – *Ensaio sobre História Monetária da Monarquia Visigoda*, Porto, SPN, Anexos NVMMVS, n.º 3.
- MILES, George (1952) – *The coinage of the Visigothic Spain. Leovigild to Achila II*, New York, The American Numismatic Society.
- PARENTE, João (1979) – “Dois tremisses inéditos de Vila Pouca de Aguiar”, *Nummus*, 2.ª Série, Vol. II, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, pp. 93-97.
- REINHART, Wilhelm (1955) – “Os elmos germânicos no figurado das moedas visigodas”, *Nummus*, Vol. III, Fasc. 10, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, p. 157-161.
- RUIZ TRAPERO, Maria (2004) – “En torno a la moneda visigoda”, *Documenta & Instrumenta*, 1, pp. 179-201, disponível em: http://www.ucm.es/info/document/articulos/art_primera/art_maria.pdf.
- TEIXEIRA, Ricardo (1996) – *De Aquae Flaviae a Chaves. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média*, Porto, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ed. policopiada, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- VICO MONTEOLIVA, Jesús, CORES GOMENDIO, Maria Cruz, CORES URÍA, Gonzalo (2006) – *Corpus Nummorum Visigothorum. Ca. 575-714. Leovigildus-Achila*, Madrid, p. 511.

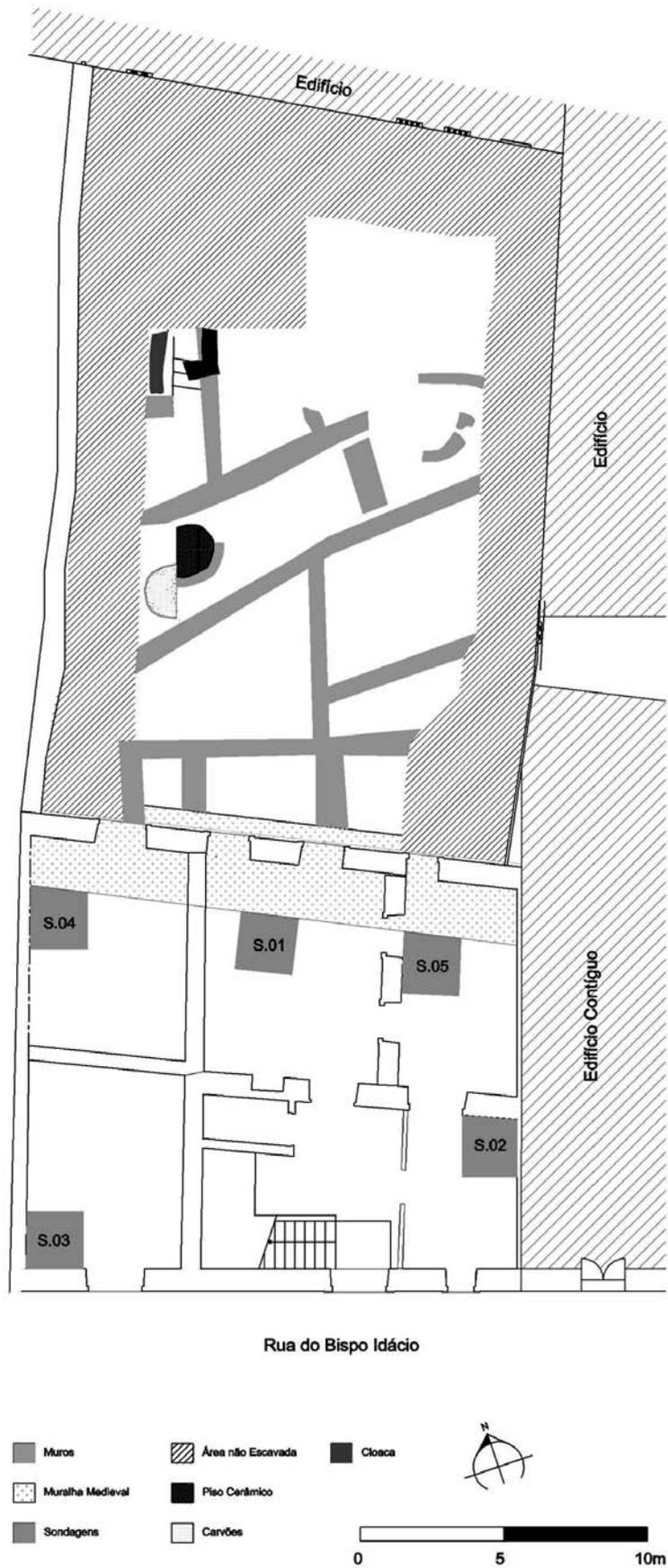


Fig. 1 - Planta onde se encontram assinaladas as principais estruturas arqueológicas



Fig. 2 - Perspectiva geral das estruturas expostas na zona do logradouro



Fig. 3 - Plano final da sondagem onde foi exumado o triente.
No canto superior esquerdo pudemos observar o arranque do muro posterior ao século VII



Fig. 4 - Anverso e reverso da moeda

UM CONJUNTO DE ESPORAS MEDIEVAIS PROVENIENTES DO CONVENTO DE S. SALVADOR DE VILAR DE FRADES (BARCELOS)

Ricardo Erasun Cortés*

Francisco Líbano Monteiro Faure**

RESUMO:

Neste artigo são apresentadas quatro esporas medievais, datáveis entre os séculos XIII e XV, descobertas no Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos), durante a campanha de escavações arqueológicas de 1999.

Palavras-chave: Esporas medievais, Mosteiro de Vilar de Frades

ABSTRACT:

Four medieval spurs are described in the present paper. These spurs were found at the Monastery of Vilar de Frades (Barcelos) excavations during 1999 and are presumably from the 13th-15th centuries.

Key-words: Medieval spurs, Monastery of Vilar de Frades

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das obras de reabilitação que o Instituto Português do Património Arquitectónico levou a cabo no Convento de Vilar de Frades (Areias de Vilar, Barcelos), foram realizadas várias campanhas de escavações arqueológicas que tinham, para além da necessária minimização dos impactos da obra, o fim de conhecer melhor a história deste monumento. Aos signatários coube a direcção da segunda campanha de 1999 e das de 2000/2001.

Os trabalhos arqueológicos então levados a cabo na segunda campanha de 1999, pois é desta campanha que provém o espólio aqui apresentado, consistiram na abertura de 6 sondagens. Para além das sondagens, foram realizados acompanhamentos de obra durante a abertura de diversas valas, nomeadamente as que se destinavam à implantação de um dreno perimetral à igreja, cujo objectivo era a eliminação de infiltrações de águas subterrâneas que estavam a gerar, por capilaridade, uma forte humedificação das estruturas e a infestação das pedras por algas e musgos.

* Arqueólogo. Arqueoges, Lda.

** Arqueólogo. Câmara Municipal de Guimarães.

Cabe-nos, aqui, abordar em pormenor a sondagem 30, aquela onde apareceram as esporas de que damos presentemente conhecimento. Contudo, e dado que o enquadramento desta sondagem não pode ser isolado da restante escavação, faremos, também, uma breve abordagem de toda a campanha.

As origens do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades estão directamente ligadas à Ordem de S. Bento. Todavia, se aos Beneditinos se pode atribuir a fundação, a história de Vilar de Frades não pode ser desligada da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista (os Lóios), que ali tiveram a sua casa-mãe.

Frei Leão de São Tomás (São Tomás, 1974), o conhecido cronista beneditino, atribui a fundação de S. Salvador de Vilar a S. Martinho de Dume, na segunda metade do séc. VI. Tal acto fundacional, corroborado também por dois cronistas dos Lóios, Baltazar de Cristo Sodré¹ e Jorge de S. Paulo², baseava-se numa missiva onde frei Drumario, dirigindo-se a frei Frontano, diria, referindo-se a S. Martinho, que “*de fructo ventris sui, posuerunt Deus, et sanctissimus Pater Noster Benedictus supra sedes suas, monasterium scilicet Dumense, Antoninum, Victorium, Tibanense, Villare, Vaugense, Magnetense, Turris, Claudinum, Cobanense, Azerense...*” (São Tomás, 1974, vol. I, p. 358).

A moderna historiografia não atribui, contudo, validade a esta carta³, datando o mais antigo documento que faz referência a Vilar de Frades em 1059, tal como afirma Avelino de Jesus da Costa (1959, Vol. II, p. 82). Parecendo comprovar esta data, encontram-se alguns dos elementos arquitectónicos provenientes de Areias de Vilar e depositados no Museu Pio XII, em Braga, já anteriormente estudados por Mário Barroca (1990).

Em primeiro lugar, encontra-se um ajimez em granito correspondendo ao fragmento de um arco do lado esquerdo e ao arranque do arco do lado direito. Seguindo a descrição feita por Mário Barroca,

“a curvatura dos seus arcos ultrapassa em cerca de 3/4 o raio da circunferência. Muito embora não ostente qualquer decoração, a forma como se apresenta o remate inferior dos arcos geminados, com um estrangulamento que é sublinhado por uma pequena secção vertical paralela, aproxima este ajimez de alguns exemplares galegos” (Barroca, 1990, p. 110).

Para além do ajimez, encontram-se depositados no mesmo museu “uma placa decorada com motivo cruciforme/geométrico, possível fragmento de cancela pré-românica (SL 597) e um silhar com decoração animalista (SL 598) proto-românico” (Barroca, 1990, p. 110-111). O mesmo autor aponta para estes elementos arquitectónicos uma datação que poderá estar compreendida entre os meados do século X e a primeira metade do século XI (Barroca, 1990, p. 128).

A conjugação destes dados permite-nos considerar a data de 1059 como um *terminus ante quem* para a fundação de S. Salvador de Vilar de Frades. Este facto não deixa de ser curioso sobretudo por demonstrar uma certa discrepância face à data de re-fundação do mosteiro beneditino apontada pelo Pe. Jorge de S. Paulo. Este autor diz que, depois de um abandono devido às invasões muçulmanas, o mosteiro foi reactivado em 1070 (Maurício, 2000, Vol.II, pp. 193). Ora, assumindo que o edifício terá sido erguido antes de 1059, opinião que também possui Mário Barroca (1990, p. 128), estamos perante uma diferença de, no mínimo, mais de 11 anos entre a hipotética refundação do mosteiro e a data apontada pelo cronista dos Lóios.

A fundação do mosteiro no séc. XI terá sido levada a cabo, segundo Frei Leão de São Tomás (1974, vol. I, p. 402) e o Pe. Jorge de São Paulo (Maurício, 2000, p. 200), por D. Godinho Viegas,

¹ IAN/TT – Mic. 1447. Utilizaremos, contudo, a transcrição feita do documento original e publicada Rui Maurício (Maurício, 2000, Vol.II, pp. 133 – 183).

² ADB – ms. 924. Utilizaremos, para este documento, a transcrição feita e publicada Rui Maurício (Maurício, 2000, Vol.II, pp. 185-220).

³ Sobre este assunto, conferir, entre outras, a nota 403/A75 de José Mattoso em São Tomás (1974), Vol 1, p. [21].

neto de D. Arnaldo de Baião, tendo os seus descendentes mantido o padroado do convento até aos inícios do séc. XIV. Nos princípios do séc. XII, mais concretamente em 1104, D. Gotinha, parente de D. Godinho Viegas, aumentou as rendas do convento com uma propriedade em Santiago de Encourados (Vinhas, 1998, p. 12) e em 1172, Vilar de Frades recebe carta de couto de D. Sancho I, por solicitação de D. Pedro Salvadores, que, para tal, invoca em seu favor os serviços prestados a D. Afonso Henriques (Vinhas, 1998, p. 11). Em 1302, D. Beringeira Aires doa o padroado e jurisdição de Vilar de Frades a D. Geraldo, Bispo do Porto (Vinhas, 1998, p. 15).

Em 1400, o convento passa para o padroado do Arcebispo de Braga como abadia secular e, em 1425, é formalmente extinto por D. Fernando da Guerra.

Apesar do favor da família de D. Godinho Viegas, Vilar de Frades nunca foi um convento próspero e as suas condições não deveriam ser as melhores, pelo menos no que diz respeito aos bens que possuía. Vilar de Frades era o único mosteiro beneditino isento das dízimas das searas e dos votos de S. Tiago na arquidiocese de Braga. Este privilégio de isenção surge depois da obrigatoriedade de pagamentos imposta pelo IV Concílio de Laterão, em 1215 (Conf. Marques, 1988, p. 405-406), e demonstra a precariedade de bens possuídos pelo mosteiro. Para demonstrar esta pobreza, concorrem, ainda, o privilégio de D. João I, dado em 24 de Novembro de 1387, sendo abade do mosteiro D. Martim Obral, bem como a carta de redução a igreja secular, passada por D. Fernando da Guerra e a missiva do Mestre João Vicente, fundador dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, ao papa Eugénio IV, enviada em 30 de Janeiro de 1431, suplicando a confirmação desta igreja. Nestas duas cartas, é referido o estado de degradação a que o convento havia chegado.

Este estado de nítida degradação em que se encontrava o mosteiro é reflexo do “impacto da crise económica e demográfica desta época sobre as instituições monásticas” (Marques, 1988, p. 655). Vilar de Frades foi o primeiro mosteiro beneditino a ser extinto por D. Fernando da Guerra. Na realidade, mais do que uma oposição à ordem de S. Bento, preconizada por Frei Leão de São Tomás, as extinções de D. Fernando da Guerra são uma formalização, à luz do direito, de uma situação de facto.

Reduzido a igreja secular em 1425, o convento é, na mesma data, entregue a mestre João Vicente e aos seus seguidores como casa mãe do novo instituto religioso. A partir daqui, e até à extinção das ordens religiosas, em 1834, os Homens Bons de Vilar ou Cónegos Azuis, jamais abandonarão este convento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Apesar da sua origem no séc. XI, não são conhecidos, até ao momento, outros elementos arquitectónicos e arqueológicos que possam atestar uma ocupação pré-românica do Convento de Vilar de Frades para além dos já mencionados. A igreja e o convento actuais são fruto da acção dos Lóios e, no caso concreto da igreja, da obra patrocinada por D. Diogo de Sousa e que se iniciou nos alvares do séc. XVI.

Quando os Lóios tomam conta de Vilar de Frades, o conjunto conventual encontrava-se, como já acima dissemos, em estado de elevada degradação. Por esse motivo, foram de imediato encetadas obras e, antes de 1513, já havia começado a construção da torre sul, que serviu de torre de relógio. Nesta torre, hoje com aspecto bastante alterado devido à remodelação da fachada nos inícios do séc. XIX, são visíveis uma porta e uma janela de traça claramente românicas, provavelmente já datáveis do último quartel do séc. XII. Pensamos que a janela deverá ser uma adaptação de uma outra porta e que terá ali sido colocada já durante as obras de oitocentos.

Além destes elementos, apareceram, durante a primeira campanha de escavação de 1999, dirigida por Lídia Lopes, no interior da igreja, duas bases para assentamento de colunas junto ao

alicerce sul da nave da igreja. Trata-se de blocos graníticos de formato paralelepípedo com as arestas superiores boleadas.

Apesar de, durante as campanhas de 1999, uma vasta área do interior da igreja ter sido escavada, não é clara, ainda, a forma como se desenvolveria a igreja pré-românica e românica. As bases de assentamento de colunas a que já anteriormente aludimos, estavam adossadas a um muro cuja construção, em silhares graníticos rectangulares rejuntados com argamassa, poderá ser atribuído ao período românico. Contudo, se a presença destas estruturas parece apontar para o facto de a igreja românica se desenvolver para norte e, nesse sentido, corresponder parcialmente à planta actual, algumas dúvidas se levantam a este respeito.

Sensivelmente a meio da igreja, um muro atravessava praticamente toda a nave no sentido Norte-Sul. Este muro dividia o espaço actualmente ocupado pela igreja em duas zonas, uma a Este e outra a Oeste, ficando esta a uma cota de cerca de 0,5 m inferior à daquela. Sensivelmente a meio deste muro, uma série de 3 degraus permitiam aceder da zona inferior, a Oeste, à zona de cota mais elevada, a Este. De um e do outro lado do muro, apareceram diversas cistas sepulcrais, as do lado Este apresentando ainda cobertura polilítica, o que nos permite, devido à homogeneidade de ocupação do espaço, inferir que se estaria perante uma vasta área destinada a enterramentos.

Na zona Oeste, a cista identificada na sondagem 25 não tinha cobertura. Aliás, toda esta zona apresentava um piso de terra e argila muito compactado, que mantinha uma cota sempre uniforme e cobria a cista. O assentamento deste piso e a necessidade de manter o seu nivelamento, terão levado ao conseqüente desmantelamento da cobertura desta cista e, supomos, das restantes cistas que se encontrariam nesta zona.

O piso permitiu-nos obter o contexto selado mais seguro de toda a escavação e, assim, atribuir aos níveis que abaixo dele se encontravam, o séc. XV como *terminus ante quem*. A datação do piso é, aliás, consistente com os dados obtidos na 1ª campanha de 1999, dirigida por Lídia Lopes. Por diversas vezes, associados a este piso encontraram-se ceitis de D. Afonso V (1438-1481).

2.1. Sondagem 30

O espólio ao qual fazemos referência no presente trabalho apareceu na Sondagem 30, localizada no canto Sudoeste da nave da Igreja.

A abertura desta sondagem teve como principal objectivo compreender melhor a articulação entre o alicerce da nave e o do pórtico manuelino da fachada principal. Além disso, dado que na primeira campanha havia aparecido a base de assentamento de coluna na Sondagem 21, procurava-se, através do prolongamento para Oeste desta sondagem, compreender melhor a sua função.

Uma análise geral da estratigrafia desta sondagem permite identificar os seguintes níveis de ocupação:

1. níveis posteriores à construção da fachada manuelina e, portanto, datáveis do 2º quartel do séc. XVI, mostrando uma ocupação contínua até à actualidade. Aqui se enquadram os enterramentos realizados nesta zona até aos finais do séc. XIX e o assentamento do lajeado colocado pela DGEMN.
2. Níveis contemporâneos da construção da igreja erigida sob a égide de D. Diogo de Sousa, e que implicaram uma subida da cota de ocupação. Como se sabe, as obras patrocinadas pelo Arcebispo de Braga e suas familiares apenas se ficaram até ao nível do arco cruzeiro. As desavenças entre os lóios e D. Diogo de Sousa fizeram com que este retirasse o seu apoio à construção tendo, os cónegos azuis de Vilar, conseguido que as sobrinhas de D. Diogo de Sousa, D. Teresa Mendonça e D. Leonor Lemos, financiassem as capelas laterais

do transepto. A edificação do pórtico manuelino foi feita já a expensas da Congregação, antes de 1523 (Vinhas, 1998, p. 128).

3. Piso de ocupação do séc. XV. Este piso deverá estar relacionado com as obras encetadas pelos Lóios quando tomaram conta do convento. Não sabemos quais eram os planos que pretendiam levar a cabo mas não há dúvida de que, para isso, previam uma remodelação total da área onde se localizava o cemitério do séc. XIII.
4. Enterramentos do séc. XII/XIII, realizados em cistas polilíticas.

As esporas apareceram sob o piso datado do séc. XV e, portanto, em contexto de destruição das cistas medievais.

Na zona da sondagem 30, apenas apareceram ténues vestígios destas cistas. Por um lado, parte de uma das cistas servia de alicerce à base de assentamento de coluna adossada ao muro sul. Por outro, apareceram rasgadas no substrato geológico as pequenas valas de assentamento de cada uma das pedras que delimitava as cistas.

Devido à destruição das cistas para a criação do piso de terra batida e argila, não nos é possível ter uma correlação directa entre estas estruturas e o muro que delimita, a sul, a nave da igreja. Ficou claro, durante a escavação, que a fachada manuelina apenas adossava a esta estrutura sendo, por isso, posterior a ela. A base de assentamento de coluna, por seu turno, poderá não estar *in situ* pois, ao contrário da que apareceu na sondagem 21, não apresenta uma correlação directa com o muro.

3. ESPORAS

Um total de quatro esporas e um fragmento do terminal de uma outra apareceram na sondagem 30.

3.1. Espora 1, n.º de inventário VF99/30/23/19 (Fig. 3 e 4)

Espora de acicate em ferro, com perfil em U e hastes rectas dispostas em ângulo de 90º. O espigão de secção tubular e ponta cónica, formando um ângulo de 45º com respeito à caixa, está rematado no topo por um botão de tendência semicircular e colo curto. O terminal conservado, de forma circular, é realizado através de perfuração na haste. A espora, que não apresenta decoração visível, não conserva as ferragens destinadas à aplicação das correias. As suas reduzidas dimensões 14.5 x 6.5 x 8 cm induzem-nos a pensar que esta peça estaria associada a um botim de couro destinado a uso civil ou ao pé de um infante. Encontra-se em bom estado de conservação. Cronologia: século XIII.

3.2. Espora 2, n.º de inventário VF99/30/23/16 (Fig. 5 e 6)

Espora de acicate em ferro de pé esquerdo, com perfil em U, hastes curvadas em S e dois tipos diferenciados de terminais. O direito é de forma circular e factura simples por perfuração, em contraposição ao lado esquerdo, que apresenta uma perfuração vertical de forma quadrada, protegida externamente por uma placa cuja superfície conserva, ainda que difusas, marcas de decoração. O espigão de secção tubular, com colo curto e ponta piramidal, forma um ângulo de 45º com respeito à caixa, rematada num topo de botão de secção com tendência semicircular. Dimensões 17 x 8 x 10.4 cm. Cronologia: século XIII. Encontra-se em bom estado de conservação.

3.3. Espora 3, n.º de inventário VF99/30/23/18 e 21 (Fig. 7 e 8)

Espora de acicate em ferro de pé direito com perfil em U e hastes rectas ligeiramente descaídas nas extremidades. As curvaturas das hastes estão decoradas externamente com um triângulo cujo campo não apresenta preenchimento visível. Somente conserva um dos terminais, de forma circular, realizado mediante uma perfuração da haste. O terminal conserva ainda parte da anilha que fixaria a fivela à espora, assim como esta última. O espigão, claramente deteriorado na zona do topo que se encontra praticamente desaparecido apresenta, após restauro, secção tubular e ponta cónica, sendo originalmente como no acicate n.º 4. Dimensões: 14.5 x 6.5 x 6.8cm. Século XV. Os paralelos mais próximos correspondem a um par de esporas pertencentes ao fundo de S. João de Alporão do Museu Municipal de Santarém – inv.: MMS-003796 e 003796/1-TR.

3.4. Espora 4, n.º de inventário VF99/30/23/17, A20 e A21 (Fig. 9 e 10)

Espora de acicate em ferro de pé esquerdo, com perfil em U e hastes rectas ligeiramente descaídas nas extremidades. Como na peça anterior, as curvaturas das hastes estão decoradas externamente com um triângulo cujo campo não apresenta preenchimento visível. Ao contrário do seu par, conserva os dois terminais correspondendo a forma circular ao lado interior do botim e a perfuração vertical de forma quadrada à haste exterior. A ponta incompleta, de secção cónica, está rematada por um topo de botão de tendência semicircular delimitado por anéis. Dimensões: 12.5 x 7 x 8 cm. Século XV.

Os paralelos para as peças 16 e 19 são os acicates de Fernando de la Cerda; Santa Maria de la Real de Huelgas, Burgos no Museu de Telas Medievales – inv.001/017MH; o acicate de Fernando III na Armaria Real de Madrid, datado em 1218-1252 – cat.F.159, f.60; o acicate do Museu Nacional de Arte Romano de Merida; o acicate do Museu Arqueológico Provincial de Cuenca, encontrado no Reillo e o Acicate do Museu de Ciudad Real -inv. AI-88-III.

Para o par constituído pelas peças 17, 18, A20, 21 e A21, somente encontramos um paralelo num par de esporas pertencentes ao fundo de S. João de Alporão do Museu Municipal de Santarém – inv. MMS-003796 e 003796/1-TR (Barroca e Monteiro, 2000, p. 293-294), que como já foi indicado são datadas no século XV mas que, diferentemente das peças em estudo, estão feitas em cobre.

4. CONCLUSÕES

A história de Vilar de Frades, principalmente no que concerne ao período entre a sua fundação e os alvares do séc. XVI, data em que se iniciam as grandes obras já com o convento ocupado pelos Lóios e, sobretudo, após o patrocínio de D. Diogo de Sousa, é ainda difícil de descortinar. Não é fácil, antes de mais, compreender a localização da igreja fundacional do mosteiro beneditino.

As esporas aqui apresentadas, ainda que não provindo de um contexto sepulcral seguro, pois não estavam directamente associadas a nenhuma das sepulturas identificadas durante a escavação, não deveriam estar muito descontextualizadas. As terras da unidade estratigráfica 23, onde apareceram, devem ser as mesmas que envolviam e enchiam as cistas polilíticas entretanto destruídas nos meados do séc. XV. É, por isso, para nós, verosímil que as esporas apenas tivessem sido retiradas do seu contexto sepulcral original, mantendo-se, contudo, na mesma zona onde inicialmente haviam sido depositadas.

Não conhecemos, para o mosteiro de Vilar de Frades, quaisquer túmulos de traça mais erudita ou monumental do que as pequenas cistas com as suas coberturas. Tão-pouco há vestígios de tampas de sepultura com inscrições que permitissem identificar a tumulação de um cavaleiro ou de alguém que ocupasse uma posição social mais abastada. É, por isso, interessante o facto de, caso as esporas pertencessem a um indivíduo sepultado numa das cistas, como acreditamos ser o caso, haver uma total ausência de caracteres de diferenciação social nesta necrópole. De facto, se a ocupação sepulcral deste espaço fosse homogénea, como aparentava pelo que se podia observar nas diversas sondagens abertas na nave da igreja, estaríamos perante uma área com um máximo de 40 sepulturas na zona Oeste e de 50 sepulturas na zona Este, até ao transepto. Se a estas acrescentarmos as cistas identificadas no adro da igreja e na zona do claustro, podemos chegar facilmente à conclusão de que esta era a forma preferencial de sepultamento em Vilar de Frades durante a Idade Média independentemente do estatuto social do defunto.

BIBLIOGRAFIA

- BARROCA, Mário Jorge (1990) – Contribuição para o Estudo de Testemunhos Pré-Românicos de Entre-Douro-e-Minho. 1. Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolos. In *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. I – O bispo D. Pedro e o ambiente político-religioso do século XI, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, p. 101-145.
- BARROCA, Mário Jorge e MONTEIRO, João Gouveia (2000) – *Pera Guerreiar. Armamento medieval no espaço português*, Catálogo da exposição, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1959) – *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, 2 vols, Coimbra.
- MARQUES, José (1988) – *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MAURÍCIO, Rui (2000) – *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532). Urbanismo e Arquitectura*, Leiria, Magno Edições.
- QUINTANA LACACI, G. (1987) – *Armeria del palacio real de Madrid*, Madrid, Edit Património Nacional.
- SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1974) – *Beneditina Lusitana*, Introdução e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SOLER DEL CAMPO, A. (1990) – *La evolución del armamento medieval en el reinado castellano-leonés y al Andalus (siglos XII-XIV)*, Madrid, ADALID.
- SOLER DEL CAMPO, A. (1995) – Arreos y jaeces para caballeria en al-Andalus, in DE LA TORRE, P. (ed.) *Al-Andalus y el caballo*. Granada, p. 81-97.
- VINHAS, Joaquim Alves (1998) – *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da congregação dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) à extinção do convento*, Barcelos, Junta de Freguesia de Areias de Vilar.

UM CONJUNTO DE ESPORAS MEDIEVAIS PROVENIENTES
DO CONVENTO DE S. SALVADOR DE VILAR DE FRADES (BARCELOS)

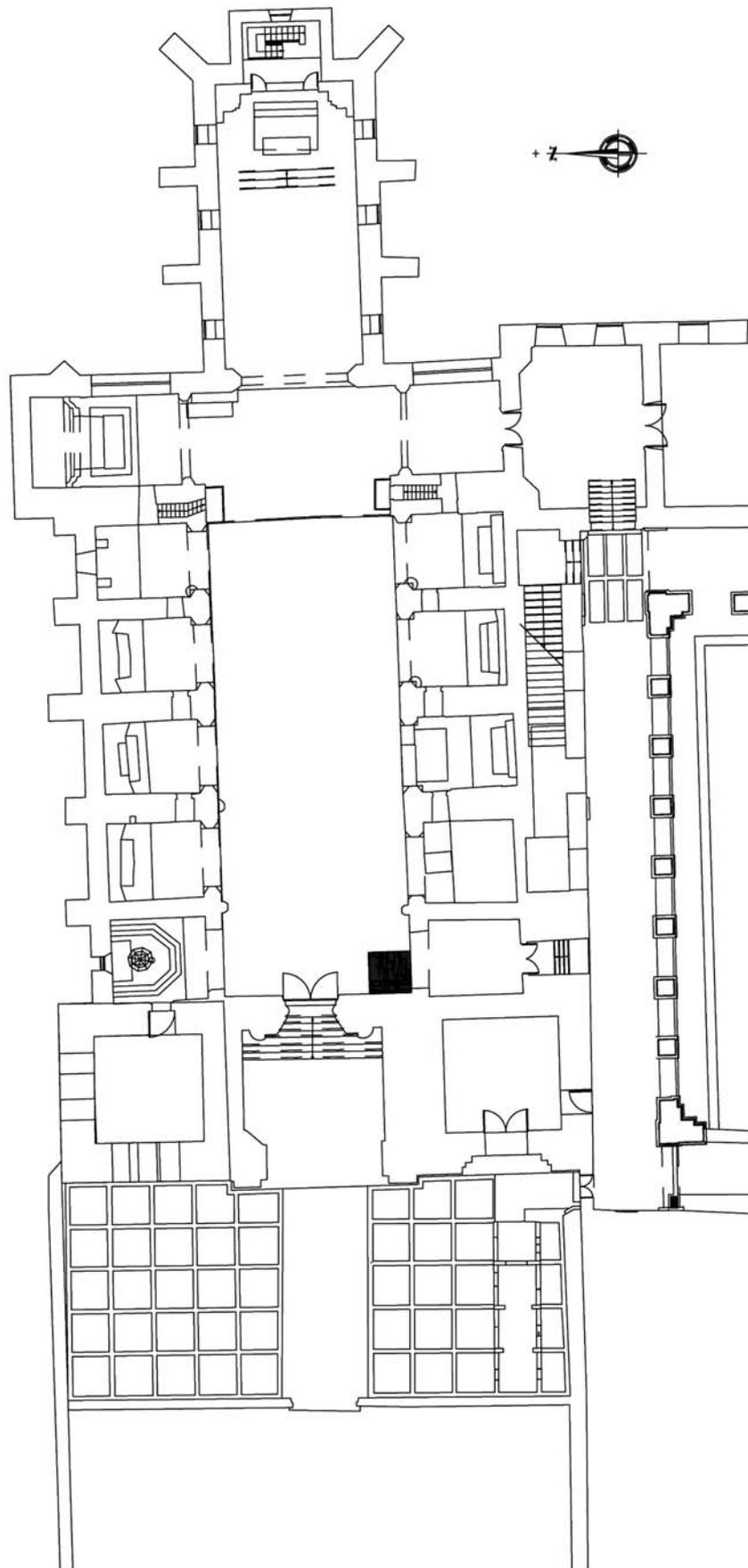


Fig. 1 - Planta da Igreja do Convento de Vilar de Frades com a implantação da sondagem 30

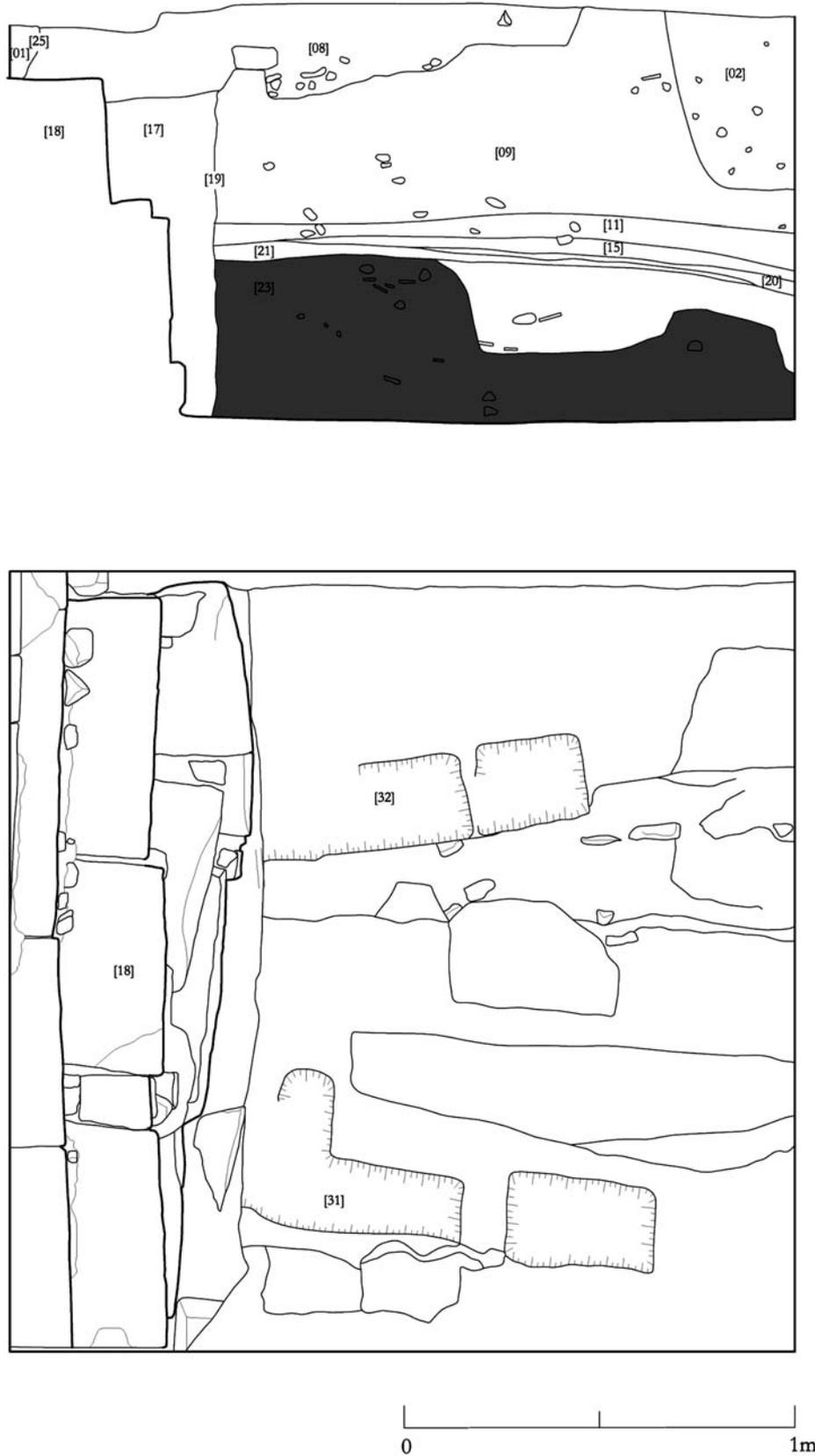


Fig. 2 - Plano Final de escavação e Perfil N da Sondagem 30. No perfil, a cor cinza encontra-se representada a unidade estratigráfica 23, onde apareceram as esporas. No plano, as unidades [31] e [32] correspondem aos negativos dos assentamentos de pedras que formavam duas cistas

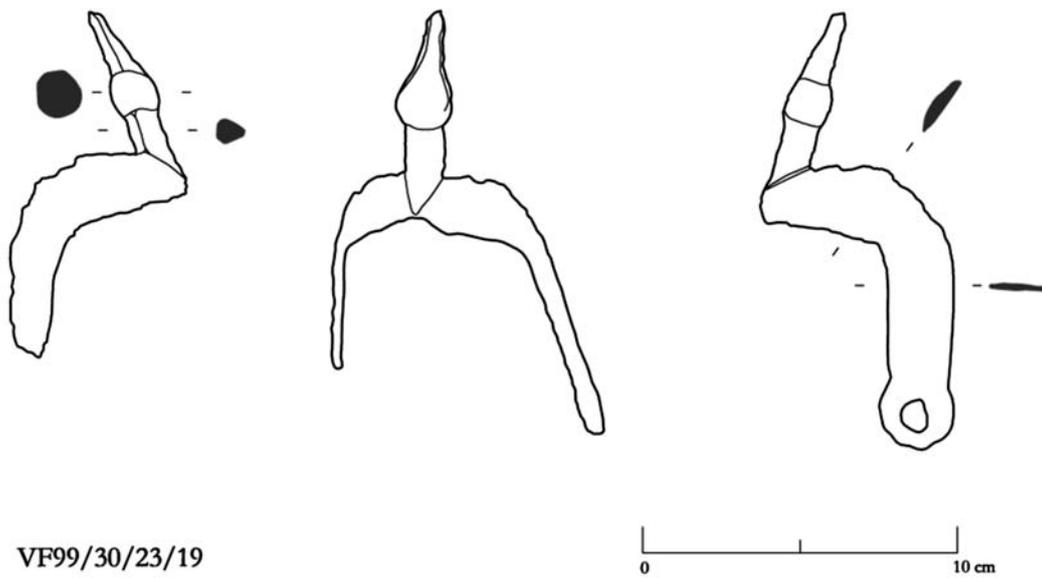


Fig. 3 - Desenho da Espora 1

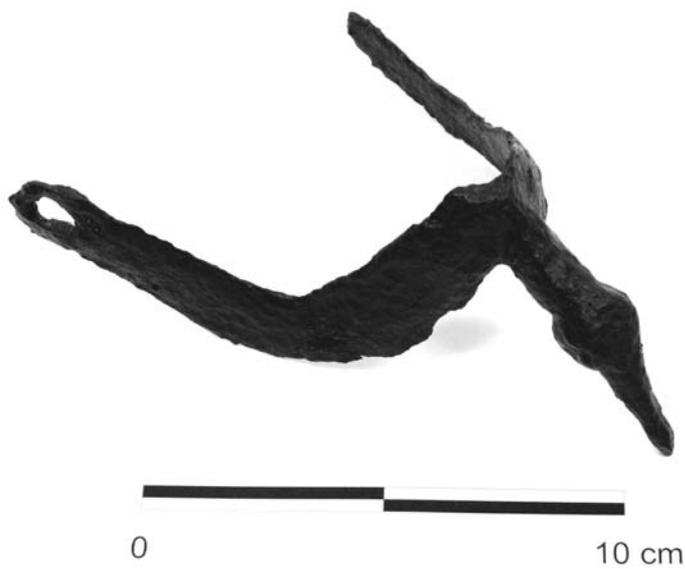


Fig. 4 - Espora 1

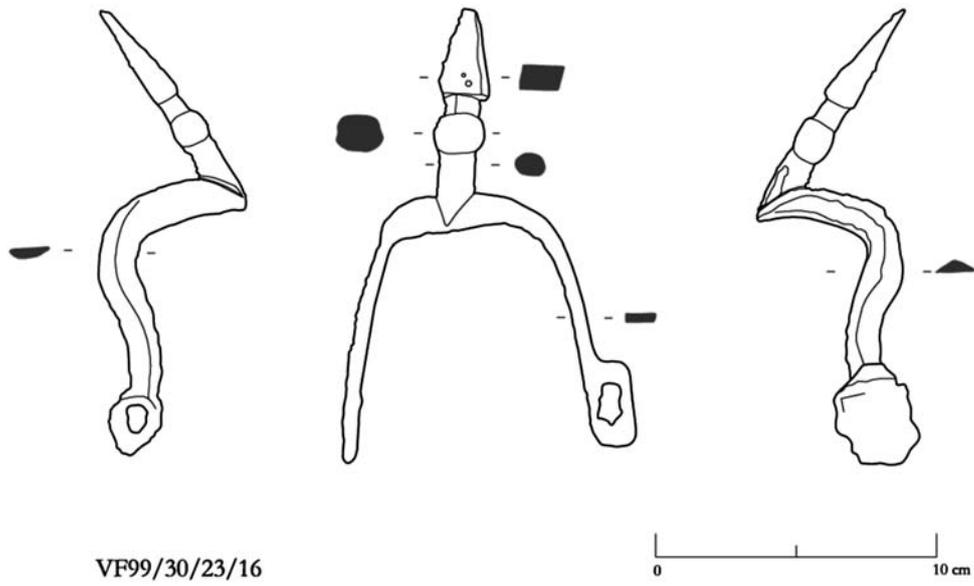


Fig. 5 - Espora 2

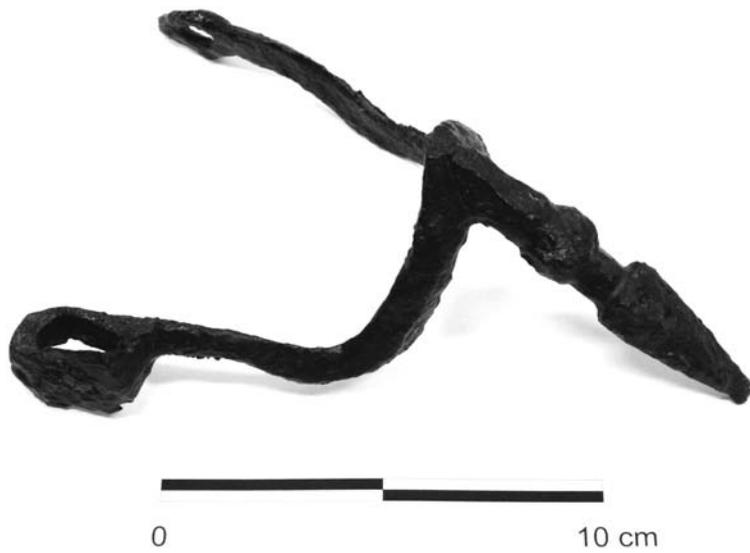


Fig. 6 - Fotografia da Espora 2

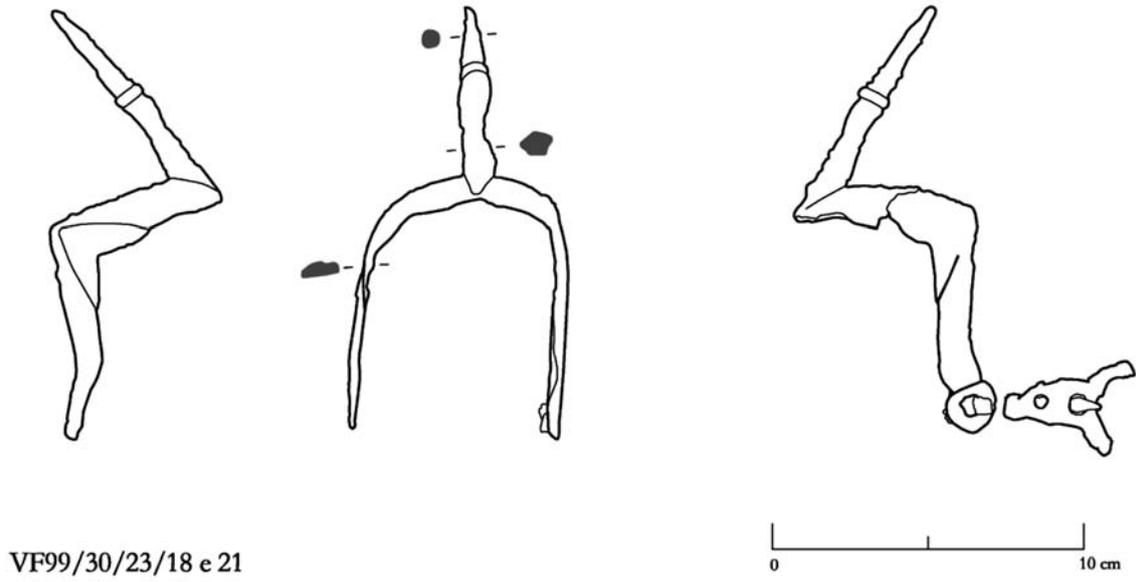


Fig. 7 - Desenho da Espora 3

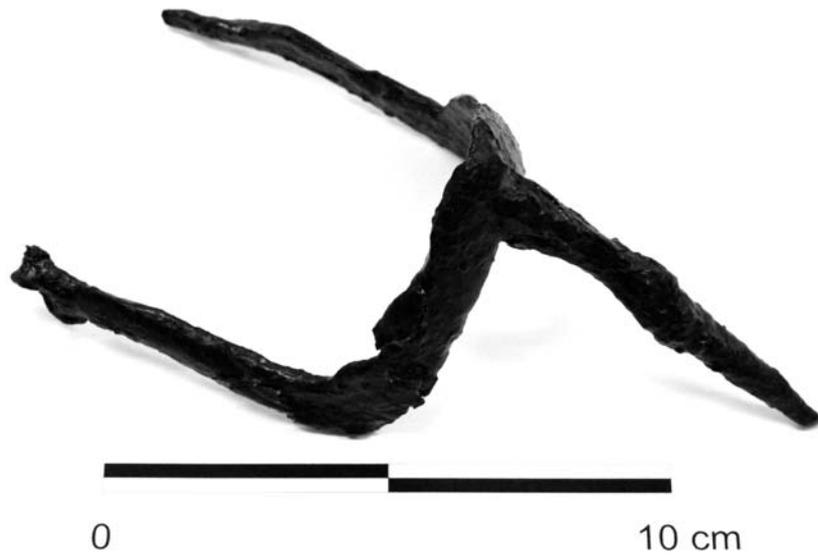


Fig. 8 - Fotografia da Espora 3

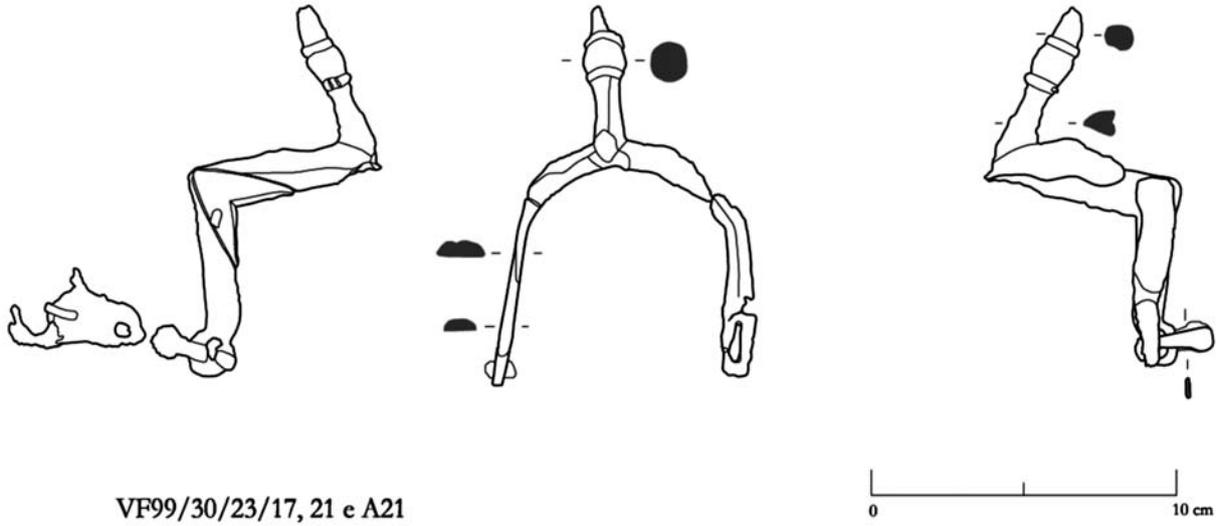


Fig. 9 - Desenho da Espora 4

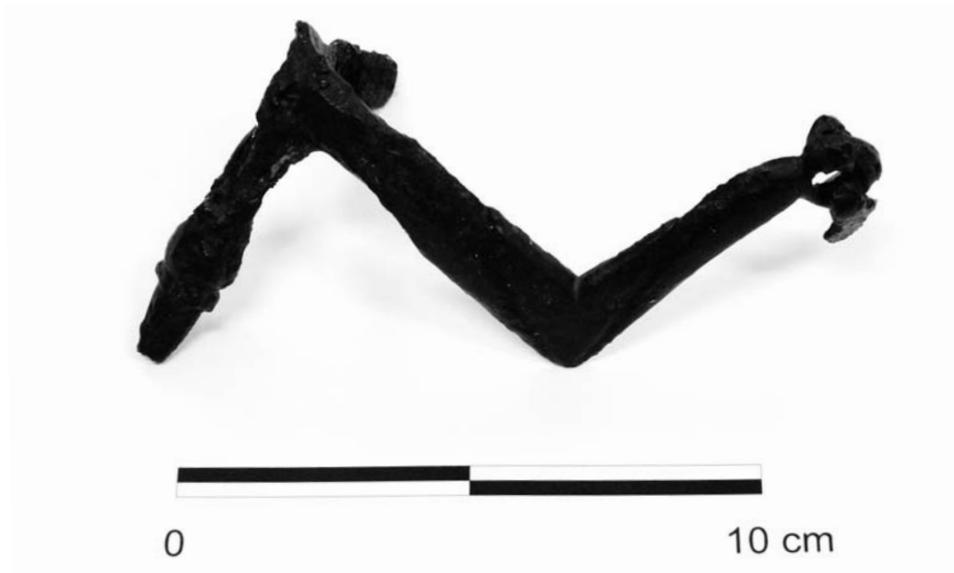


Fig. 10 - Fotografia da Espora 4

DE MIRANDA DO DOURO AO SABUGAL – ARQUITECTURA MILITAR E TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS MEDIEVAIS NUM ESPAÇO DE FRONTEIRA

Mário Jorge Barroca*

RESUMO:

Estudo da evolução da ocupação humana de uma vasta área territorial na fronteira Leste de Portugal, compreendida entre Miranda do Douro e o Sabugal, entre a Alta Idade Média e os inícios do Séc. XVI. Apesar da atenção ter sido focada na evolução das estruturas militares, não foram esquecidos outros testemunhos (arqueológicos, toponímicos e documentais) que ajudam a traçar a evolução deste território de fronteira.

Palavras-chave: Povoamento altomedieval, Povoamento islâmico, Reconquista cristã, Castelos

ABSTRACT:

The author analyses the medieval evolution of a vast area in the east frontier of Portugal, between Miranda do Douro and Sabugal, from the Early Middle Age to the beginning of the 16th century. Although the main attention is centered in the evolution of military structures, other testimonies of the medieval occupation are also mentioned in this paper.

Key-words: Early Middle Age, Islamic occupation, Christian reconquest, Medieval Castles

NOTA PRÉVIA

O texto que aqui se publica é o resultado da nossa participação num projecto de investigação intitulado “*Do Douro Internacional ao Côa*”, que surgiu no contexto das comemorações dos setecentos anos do Tratado de Alcañices (1297-1997) e que congregou um grupo de docentes de Idade Média da FLUP. Apresentado em 1999, no termo do referido projecto, foi concebido para um volume de textos de síntese que nunca chegou a ser editado¹. A uma década de distância, e sem perspectiva de essa edição sair do prelo, optamos por o divulgar nas páginas da PORTVGALIA. Certamente que, volvidos tantos anos, as referências bibliográficas seriam mais vastas e algumas passagens seriam redigidas de forma distinta. Optámos, no entanto, por manter o texto de 1999, assumindo-o como um estudo datado.

* Professor Associado com Agregação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CEAUCP-CAM, unidade I&D 281 da FCT.

¹ Apenas foi publicada a base de dados que esteve na sua origem – cf. Lúcia Maria Cardoso Rosas e Mário Jorge Barroca, *Do Douro Internacional ao Côa. As Raízes de uma Fronteira*, CD-Rom, Porto, IDH-FLUP, 2000.

O objectivo central deste texto é tentar traçar um panorama sobre a forma como evoluiu a arquitectura militar portuguesa ao longo da Idade Média na zona raiana do Nordeste de Portugal, numa área que se estende desde Miranda do Douro até ao Sabugal. Trata-se de um espaço que, geográfica e politicamente, se estruturou em torno de duas bacias hidrográficas – a do rio Douro e a do rio Côa – que se afiguram fundamentais para a compreensão de toda a evolução histórica desta região. A nossa atenção irá centrar-se sobretudo no período que vai desde a Reconquista Cristã até aos fins da Idade Média, ou seja, grosso modo desde os Sécs. X-XI até aos inícios do Séc. XVI. Mas, até por necessidade de enquadramento histórico, iniciaremos o nosso texto com uma breve resenha dos testemunhos documentais e arqueológicos relativos à Alta Idade Média, paleocristãos e suevo-visigóticos, e com um outro apontamento sobre os indícios da ocupação Muçulmana, posteriores a 711. E, porque entendemos que a compreensão do fenómeno militar perde sentido sem uma referência à matriz de povoamento, abordaremos, sempre que tal se afigure necessário, os principais testemunhos documentais e arqueológicos relativos ao povoamento, que dão coerência à evolução das formas arquitectónicas militares.

Uma zona geográfica tão ampla, que se estende de Norte a Sul por cerca de 170 km, comporta, naturalmente, uma enorme diversidade de condicionalismos que ajudam a explicar as diferenças que se detectam entre os vários assentamentos humanos (factores de natureza geográfica, distintas cronologias do processo da Reconquista e do repovoamento, diferentes senhorios por que as zonas passaram, diferentes eventos militares a que estiveram sujeitas, etc). Entre o povoamento de Miranda do Douro, ocorrido certamente no Séc. X ou XI, no âmbito do repovoamento do vale do Douro, e a criação de Sortelha, na segunda década do Séc. XIII, no quadro de tensões fronteiriças com o vizinho reino de Leão e Castela, vai uma enorme distância, geográfica e temporal, mas também histórica. E o mesmo se passa quando comparamos a construção da Torre de Menagem do Castelo do Sabugal, nos fins do Séc. XIII ou inícios do Séc. XIV, pouco depois desta povoação ter entrado na posse definitiva da coroa portuguesa (1296-97), e a reforma do Castelo de Alfaiates, em que se empenhou D. Manuel I, cerca de 1515-1525. Os condicionalismos políticos eram outros, as armas usadas no palco da guerra tinham evoluído muito. É sobre essa evolução, que se processa a vários níveis, que nos iremos ocupar nas páginas que se seguem.

1. ANTECEDENTES

1.1. Testemunhos paleocristãos e altimediéviicos

A zona em estudo encontrava-se, na Alta Idade Média, repartida entre duas dioceses: a Diocese de Braga (à qual pertencia o território a Norte do Rio Douro) e a Diocese de Viseu (com os territórios a Sul deste rio). Situada na periferia de uma zona aurífera muito importante e a Ocidente de uma das vias estruturantes do espaço ibérico – a Via da Prata, que ligava *Asturica Augusta* (Astorga) a *Emerita Augusta* (Mérida) – a área sobre a qual nos iremos debruçar sofreu um processo de romanização relativamente tardio, aparentemente com escasso desenvolvimento do fenómeno urbano². Compreende-se, por isso, que os primeiros sintomas da difusão do Cristianismo sejam, também eles, tardios. Na realidade, os primeiros testemunhos da presença de comunidades cristãs estruturadas no Nordeste de Portugal remontam aos meados do Séc. VI, quando, no Paroquial Suévico ou *Divisio Theodomiri*, um documento atribuído ao ano de 569 mas na realidade redigido entre 572 e 582³, se mencionam três paróquias nesta área geográfica: na Diocese de Braga a paróquia de *Astiatico* (correspondendo hoje ao lugar de Santiago, freg. Vila de

² GARCIA MORENO 1997, pp. 115-118.

³ O Paroquial Suévico, que traz data expressa de 569, foi analisado por Pierre David, em 1947, num estudo ainda hoje insubstituível – DAVID P. 1947, pp. 1-82. Sobre a datação crítica deste documento veja-se sobretudo pp. 67-68.

Ala, conc. Mogadouro)⁴ e de *Vallariza* (Vilariça, freg. Cardanha, conc. Torre de Moncorvo)⁵; e na Diocese de Viseu a paróquia de *Caliabria* (Monte Calabre, freg. Almendra, conc. Vila Nova de Foz Côa)⁶. Se para a primeira paróquia não possuímos outros testemunhos coevos (nem documentais, nem materiais), já para os outros dois casos podemos avançar com mais alguns elementos.

A paróquia suévica de *Vallariza*, que corresponde hoje a Vilariça (Torre de Moncorvo), não viu o seu estatuto alterado com a *Divisio Wambae*, permanecendo no Séc. VII na condição de simples paróquia⁷. Mas deve ter assistido a um aumento da sua importância – se não demográfica, pelo menos política e económica – já que aqui foi sediada uma *ceca* visigótica – a *ceca Valleartia* – que cunhou moeda com Viterico (603-609)⁸.

No caso de Calábria podem ser avançados mais alguns elementos. A referência da *Divisio Theodomiri* na cópia exarada no *Liber Fidei* acrescenta, em relação a Calábria, numa clara interpolação posterior, o seguinte comentário do copista: “... *et Caliabria, qui apud Gotos postea sedis fuit...*”⁹. E, na realidade, Calábria, paróquia nos meados do Séc. VI, seria elevada na centúria seguinte a sede de uma nova Diocese, que surge documentada pelo menos desde 633, mas cuja formação poderá ser uma ou mais décadas anterior a essa data. O incremento da importância deste povoado era, no entanto, já perceptível no virar da centúria, quando Viterico (que reinou entre 603-609) aqui instalou uma *ceca* visigótica, cunhando moeda, num gesto que seria seguido, alguns anos mais tarde, por Chintila (636-639), que voltaria a cunhar tremisses em Calábria¹⁰. A Diocese de Calábria surge referida nessa condição pela primeira vez na *Divisio Wambae*, onde se anotaram os seus limites geográficos: “... *Calabria teneat de Sorta usque Albenam, de Sotto usque Farum...*”¹¹. O seu território ia, portanto, desde *Sorta*, (limite comum às dioceses de Lamego e Viseu, que deve corresponder à actual Serra da Lapa) até *Albena* (no Leste do seu espaço, hoje talvez Alba), enquanto que os limites setentrionais e meridionais seriam *Faro* e *Soto* (que, segundo a proposta de Almeida Fernandes, corresponderiam respectivamente a Monte Faro, freg. de Vilas Boas, conc. de Vila Flor, e a Souto, no conc. Sabugal)¹². A área da Diocese de Calábria estendia-se, portanto, por ambas as margens do rio Douro, a Norte e a Sul deste rio, como de resto a implantação da sua sede, no actual Monte Calabre (freg. de Almendra, conc. Vila Nova de Foz Côa), sobranceiro ao curso do Douro, na sua margem Sul, parece corroborar. Para a história de Calábria ficaram os nomes de 5 bispos:

- *Servus Dei*, que esteve presente nos IV, VI e VII Concílios de Toledo (respectivamente 633, 638 e 646);
- *Caledonio*, que assinou as actas dos VIII e X Concílios de Toledo (respectivamente 653 e 656);
- *Aloario*, presente no Concílio de Mérida (666);
- *Andres*, presente no XI Concílio de Toledo (675);
- *Ervigio*, presente nos XV e XVI Concílios de Toledo (respectivamente 688 e 693)¹³.

⁴ LFidei, doc. 10, vol. I, p. 19. Vd., entre outros, FERNANDES A. A. 1997, p. 63.

⁵ LFidei, doc. 10, vol. I, p. 19. Pierre David aceitou como autentica a referência a uma paróquia “Valle Aritia” dentro da Diocese do Porto, declarando a “Vallariza” da Diocese de Braga (Vilariça, Torre de Moncorvo) como interpolação na lista do *Liber Fidei* – cf. DAVID P. 1947, pp. 35 e 46.

⁶ LFidei, doc. 10, vol. I, p. 19; DAVID P. 1947, p. 37. Vd., entre outros, FERNANDES A. A. 1997, p. 86.

⁷ Na Diocese do Porto existia uma outra paróquia com nome semelhante – *Valle Aritia* – o que levou alguns autores, como Pierre David, a excluir a paróquia de *Vallariza* da lista de Braga, tomando-a como interpolação do Séc. XII (cf. DAVID P. 1947, p. 46). Almeida Fernandes, no entanto, considera a existência das duas paróquias, *Vallericia* ou *Valle Aritia* na Diocese do Porto (e hoje situada dentro do âmbito da cidade do Porto), e *Vallariza* coincidindo com Vilariça (Torre de Moncorvo) (cf. FERNANDES A. A. 1997, pp. 75-76).

⁸ L. A. Garcia Moreno interpreta as *cecas* visigóticas de Valleartia e de Caliabria como sendo “*cecas de viaje*”, onde os monarcas cunharam moeda por conveniência militar, para satisfazer pagamentos aos exércitos. Cf. GARCIA MORENO 1997, pp. 119-123.

⁹ Já Pierre David anotou que, obviamente, o comentário a Calábria resulta da intervenção do copista que exarou o diploma no *Liber Fidei*, e que terá de ser posterior à Invasão de 711, que ditou a decadência do Bispado de Calábria – DAVID P. 1947, p. 45.

¹⁰ MATEU Y LLOPIS 1979, pp. 7-12. A cunhagem com Viterico é comumente assinalada pelos diversos autores. A de Chintila encontra-se recensada em MARQUES, CABRAL e MARINHO 1995, p. 278.

¹¹ LFidei, doc. 9, vol. I, p. 16; FERNANDES A. A. 1997, pp. 127-129.

¹² FERNANDES A. A. 1997, pp. 127-128.

¹³ Cf. VIVES 1969.

Depois do XVI Concílio de Toledo, reunido em 693, nos fins do Séc. VII, não conhecemos o nome de nenhum outro bispo que tenha estado à frente dos destinos de Calábria. É provável que a Diocese ainda existisse em 711, aquando da invasão muçulmana, mas certamente pouco mais tempo terá conseguido sobreviver. O silêncio documental que paira sobre ela até ao ano de 1171, quando Fernando II doa o povoado (abandonado) de Calábria ao recém-criado Bispado de Ciudad Rodrigo – “... *do vobis etiam civitatem dictam Caliabriam quae jacet inter Coam et Agadam...*” – revela os tempos difíceis que a diocese visigótica atravessou depois de 711, que culminaram com o abandono do povoado em data ainda não determinada.

Como referimos, as ruínas de Calábria correspondem, hoje, ao Monte Calabre, na freguesia de Almendra (conc. Vila Nova de Foz Côa)¹⁴. Trata-se de um monte de dimensões imponentes – que se ergue mais de 250 m, até atingir uma cota absoluta de 510 m – que se destaca facilmente na paisagem, mesmo a grande distância, e que beneficia de boas condições defensivas e de um amplo domínio sobre o espaço envolvente. No seu topo, aplanado e hoje plantado com amendoeiras, são perceptíveis os restos de uma linha de muralha em xisto, com mais de 2 m de espessura, que protegia o povoado abandonado. Os testemunhos de romanização, que se têm vindo a recolher desde os tempos de Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, confirmam que a sede episcopal visigótica sucedeu a um povoado tardo-romano relativamente importante, que se estendia igualmente pelo sopé do monte, nomeadamente à zona hoje reconhecida pelo elucidativo microtopónimo de “Olival dos Telhões”, que está a ser objecto de escavações arqueológicas¹⁵.

O aparecimento da Diocese de Calábria corresponde, sem dúvida, a um aumento da importância das comunidades cristãs nesta zona da Península. Estamos, de resto, na vizinhança de uma das manchas de maior densidade de testemunhos visigóticos, que se espelham não tanto em testemunhos arquitectónicos monumentais mas antes numa densa mancha de necrópoles que fornecem materiais germânicos e, sobretudo, nas várias centenas de pizarras visigóticas, com textos e registos de contabilidade, aparecidas numa zona centrada em torno das Províncias de Salamanca, Ávila e Plasência, estudadas por D. Manuel Gomez Moreno, Manuel Diaz y Diaz e, mais recentemente, por Isabel Velazquez Soriano¹⁶. A quantidade de textos conhecidos – 104 textos publicados e estudados por Isabel Velazquez Soriano – traduz a existência de comunidades humanas relativamente numerosas, dominando a escrita e perfilhando a religião cristã. Não é de estranhar, por isso, que a área de Calábria, confinante com a zona de Salamanca-Ávila, também fosse palco, no Séc. VII, de um significativo aumento demográfico e, sobretudo, de uma reestruturação religiosa. Salientemos, de resto, que há referências a possíveis achados de pizarras visigóticas junto da Capela de St^o. André (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), que nunca foi devidamente explorada¹⁷.

Sensivelmente coevos do aparecimento da Diocese de Calábria podem ser apontados diversos testemunhos arqueológicos no Nordeste de Portugal. Ordenando-os segundo um critério geográfico, partindo de Norte para Sul, começaremos por registar um Pé de Altar altimedieval que jaz abandonado junto do adro da Igreja paroquial de Duas Igrejas (Miranda do Douro) e que chegou até hoje inédito. Trata-se de um fuste cilíndrico, talhado em mármore de Vimioso, que apresenta, numa das extremidades, uma moldura simples e, no topo menor oposto, o *loculus* para albergar as relíquias. Este Pé de Altar não pode deixar de recordar outros exemplos registados no Norte de Portugal, nomeadamente o Pé de Altar de St^a. Eulália de Rio Covo (Barcelos), publicado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹⁸, e o Pé de Altar que se preserva, reaproveitado, na

¹⁴ Sobre as ruínas de Calábria vd. GEPB, II, p. 82; VEIGA F. A. 1856; FITA 1913a; FITA 1913b; GOMEZ CENTURIÓN 1913; ALMEIDA J. 1945, II, pp. 375-379; CABRAL 1962, pp. 138-158; CABRAL 1963; FERNANDES A. A. 1965-69, vol. V, p. 55, e vol. VII, pp. 7-10; MATEU Y LLOPIS 1979, pp. 7-12; GOMES J. P. 1981, pp. 59-61; MARQUES, BAÈRE e COSME 1996, pp. 278-279; COIXÃO 1996, pp. 202-203; FERNANDES A. A. 1997, pp. 86 e 127-129; POLICARPO 1998, pp. 107-114; COSME 1998, pp. 63-68.

¹⁵ MARQUES, BAÈRE e COSME 1996, pp. 278-279; COSME 1998, pp. 63-68. O Monte Calabre já tinha sido objecto de uma sondagem arqueológica, realizada por Nelson Rebanda, e nunca publicada.

¹⁶ Vd. GOMEZ MORENO 1966; DIAZ Y DIAZ 1961 e 1975; VELAZQUEZ SORIANO 1989.

¹⁷ Cf. COELHO 1972, p. 276; BARROCA 1991, p. 148.

¹⁸ ALMEIDA 1979, p. 312 e Est. III.

Capela-Mor da Igreja Velha de Ermelo (Baião)¹⁹. Apesar de surgir sem contexto, o Pé de Altar de Duas Igrejas pode ser imputado ao Séc. VI ou VII, de acordo com os paralelos conhecidos.

Ao segundo quartel do Séc. VII pertence a inscrição funerária aparecida em Janeiro de 1933 no lugar do Prado, junto a S. Martinho do Peso (freg. do conc. de Mogadouro), e levada pelo Abade de Baçal para o Museu de Bragança, onde hoje se conserva. Trata-se do epitáfio de *Thuresmude*, falecida a 24 de Dezembro de 634, encomendado por seu marido, *Protheus*. A inscrição diz:

+ PROTHEUS FECIT / THURESMUDE UXO / RI SUE OBIIT IPSA /
SUB DIE VIII KaLendas IA / NUARi ERA DCLXXII²⁰.

É fácil de avaliar a importância desta inscrição. Bastará, para tanto, salientar que o epitáfio de *Thuresmude* constitui o único testemunho epigráfico altomedieval que possuímos para a zona do nosso estudo e mesmo para todo Trás-os-Montes. Mas devemos registar que na periferia da zona que nos tem ocupado, na zona das Beiras, se conhecem outros testemunhos epigráficos do Séc. VI e VII, nomeadamente o epitáfio de [...]vanda (Servanda, Amanda?), de 23 de Junho de 586, aparecido junto da Capela de S. João, em Vide (freg. de Rua, conc. de Moimenta da Beira), o epitáfio de *Florentia*, falecida em 1 de Abril de 588, aparecido na Capela de N.ª. S.ª. de Seixas (freg. Sever, conc. Moimenta da Beira), e o epitáfio de *Suinthiliuba*, falecida a 5 de Novembro de 566, que se conserva na Igreja de Açores (freg. Açores, conc. Celorico da Beira)²¹. Se, a estes epitáfios paleocristãos associarmos a notícia do achado de pizarras visigóticas nas imediações da Capela de St.º André (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), a que acima já aludimos, teremos reunido o conjunto dos textos epigráficos respeitantes à Alta Idade Média disponíveis para o estudo do avanço do Cristianismo nesta zona. E todos estes testemunhos apontam para uma cronologia tardia, espelhando as dificuldades que a nova religião parece ter enfrentado nesta zona. Neste sentido não podemos deixar de salientar que são todos exemplos coevos ou posteriores à acção evangelizadora de S. Martinho de Dume (falecido em 579)²².

No que respeita a testemunhos arquitectónicos, o espaço que temos vindo a analisar não oferece elementos muito abundantes. Devemos, no entanto, registar testemunhos arquitectónicos atribuídos ao período paleocristão em dois locais junto da margem Sul do Rio Douro: na Muxagata (Vila Nova de Foz Côa) e no Prazo (Freixo de Numão).

Na Quinta da Ervamoira (freg. Muxagata, Vila Nova de Foz Côa), Gonçalves Guimarães escavou, desde 1984, uma estação arqueológica com uma ampla diacronia, que se prolonga desde a ocupação romana (Séc. III-IV d.C.) até à Baixa Idade Média (Séc. XIII)²³. Os testemunhos mais remotos parecem corresponder a uma *mutatio*, com ocupação no Séc. III e sobretudo IV, e, anexa a ela, uma *taberna*. No Séc. VI foi aqui construída uma basílica paleocristã, que Gonçalves Guimarães classifica como martirial, e da qual apareceram os alicerces de quatro paredes. Entre o espólio fornecido pela escavação deste templo paleocristão encontra-se uma *tegula* decorada com um *Crismon*, testemunho indiscutível da filiação religiosa desta construção. Apesar de não ser possível obter uma planta integral do espaço, tudo parece indicar que seria um edifício de planta basilical com nave única. O edifício terá sido abandonado e, mais tarde, já em plena Baixa Idade Média, o local teve nova fase de ocupação, à qual corresponde a construção de uma capela de invocação de St.ª. Maria e um sarcófago antropomórfico.

¹⁹ BARROCA 1984, pp. 131-132.

²⁰ Vd. ALVES 1934, pp. 91-92; OLIVEIRA M. 1941, n.º 38, pp. 41-42; VIVES 1969, n.º 502-503 (Sic), p. 168; NETO 1975, p. 285; ALVES 1976, pp. 91-92; MOURINHO 1986, p. 8; BARROCA 1995, vol. III, Insc. n.º 66, p. 29.

²¹ Veja-se BARROCA 1995, vol. III, Inscs. n.º 56, 58 e 70, respectivamente (onde se registam todas as referências bibliográficas conhecidas para estas inscrições beiroas).

²² Sobre a importância da acção de S. Martinho no Noroeste Peninsular veja-se, entre outros, ALMEIDA C. A. F. 1973, pp. 14-16 (da separata).

²³ Sobre as ruínas de St.ª. Maria de Ervamoira, vd. os estudos de Gonçalves Guimarães: GUIMARÃES 1995; GUIMARÃES 1996; GUIMARÃES 1997; GUIMARÃES 1998 (no prelo).

Um pouco a Ocidente da Muxagata, nas ruínas romanas do Prazo (freg. de Freixo de Numão), que Sá Coixão tem vindo a escavar desde 1995²⁴, apareceu a estrutura de uma *villa* romana do Séc. I-II da nossa Era, com uma ocupação que se prolonga até ao Séc. V, que revelou a sua zona termal relativamente bem conservada. Na periferia da *villa* foram descobertas as paredes de um templo que, segundo aquele arqueólogo, remontaria ao período paleocristão. As estruturas visíveis revelam um templo de dimensões relativamente modestas, com perto de 8 m de comprimento e 4,5 m de largura, apresentando uma cabeceira recta, tripartida, e o corpo principal dividido em três naves por meio de pilares (ao centro das naves) e por meio de *antas* (junto da cabeceira e do arco triunfal). É possível que junto da fachada principal o templo adoptasse igualmente a solução das *antas*, tão do agrado da arquitectura altimediévia, sobretudo da Reconquista. Acompanhando toda a parede Sul da Nave, desde a zona das Capelas até à fachada do templo, encontram-se dois compartimentos rectangulares, enquanto que um terceiro se desenvolve a Norte do templo, acompanhando a parede da Capela lateral Norte e parte da Nave. Uma análise mais atenta permite, no entanto, determinar que as capelas laterais resultam de um acrescento posterior, tal como acontece com o grande compartimento do lado Norte. Deste modo, o templo fora, inicialmente, concebido com três naves e uma única capela, tendo, a Sul, dois compartimentos de apoio à actividade litúrgica (se é que estes correspondem já ao programa inicial, e não a uma fase intermédia). A estes compartimentos, que comunicam entre si por meio de porta, tinha-se acesso apenas a partir da nave lateral Sul. Mais tarde, na zona da cabeceira foram acrescentadas as duas capelas laterais, que comunicam por meio de portas com as naves laterais e com a própria capela-mor. Nessa ocasião acrescentou-se um amplo compartimento a Norte, ao qual apenas se pode aceder a partir da Capela lateral Norte ou directamente a partir do exterior. O templo do Prazo tem, ainda, a particularidade de apresentar uma orientação invertida, com a cabeceira voltada a Ocidente e a porta principal rasgada na parede Oriental. Dentro do espaço de culto, repartidas pelas naves e pelas três capelas, e nas suas proximidades, encontram-se diversos sepulcros (ao todo 20) que denunciam cronologias mais tardias que a proposta cronológica avançada por Sá Coixão. Na realidade, duas das sepulturas apresentam soluções antropomórficas que pertencem já ao Séc. X, enquanto que outras adoptam tipologias que são igualmente compatíveis com uma cronologia bastante mais avançada, talvez dentro dos Séc. X-XI. cremos, de resto, que as sepulturas 6 e 7 (ambas no interior da Capela-Mor) e a sepultura 2 (ao centro da nave, junto do arco triunfal) se afiguram fundamentais para a datação do espaço de culto. E a sepultura 7, antropomórfica, não pode ser anterior ao Séc. X. Esta nova proposta cronológica está, de resto, de acordo com o local escolhido para a implantação dos monumentos – no interior do templo, contra as recomendações da Igreja, nomeadamente a interdição aprovada no Concílio de Braga de 561.

Analiseemos, finalmente, a ocorrência de espólio móvel altimediévico na zona em estudo. Este tipo de achados, pela mobilidade inerente à sua própria natureza, revela-se bastante menos elucidativo para a análise do povoamento, suscitando problemas interpretativos complexos. No entanto, perante um panorama tão pobre em testemunhos arquitectónicos, não podemos deixar de os referir aqui. Dentro da nossa área geográfica os achados altimediévicos são muito escassos. Apenas poderemos registar o aparecimento de um *tremissis* visigótico de Hermenegildo, monarca rebelde que se documenta entre 579 e 584, aparecido em Almeida e registado por Manuel Severim de Faria nas suas *Noticias de Portugal*, editadas em 1655²⁵. Mas, na periferia da nossa área de estudo encontra-se recenseada uma série de testemunhos impressionante: *tremisses* visigóticos em Castelo Branco (6 exemplares de diferentes reinados), Idanha-a-Velha (5 exemplares), em Medelim (Castelo Branco) (2 exemplares), no Castro de Tintinholho (Guarda) (2

²⁴ Sobre as ruínas do Prazo vd., entre outros estudos, COIXÃO 1996, pp. 175-181; COIXÃO 1997, pp. 49-62.

²⁵ X. BARRAL Y ALTET, 1976, n.º 54, p. 177.

Quadro 1
Quadro dos achados monetários altimedievicos no Nordeste de Portugal
(Distritos de Bragança, Guarda e Castelo Branco)

Local	N.º Ex.	Achado
Almeida (Almeida, Guarda)	1	– um tremissis de Hermenegildo (579-584) (BARRAL y ALTET 1976, N.º 54, p. 177)
Castelo Velho (Rochoso, Guarda)	2	– um tremissis suévico (FARIA 1988, n.º S-4) – um tremissis de Egica (687-695) (FARIA 1988, n.º 33)
Castro de Tintinholo (Guarda)	2	– um tremissis de Suintila (621-631) (FARIA 1988, n.º 16) – um tremissis de Sisebuto (612-621) (BARRAL y ALTET 1976, p. 183)
“Demoura” (A-de-Moura, João Antão) ou Santana da Azinha (Santana da Azinha, Guarda)	1	– um tremissis de Recaredo (581-601) cunhado em <i>Monecipio</i> (BARRAL y ALTET 1976, n.º 67, p. 179)
Manteigas (Guarda)	1	– um tremissis de Sisenando (631-636) (FARIA 1988, n.º 19)
Quinta do Burrinho (Medelim, Castelo Branco)	1	– um tremissis de reinado não identificado (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 185, p. 198)
Santiago (Medelim, Castelo Branco)	1	– um tremissis de Leovigildo (568-586) (FARIA 1988, n.º 6)
Monsanto (Idanha-a-Nova, Castelo Branco)	2	– dois tremisses de Recesvindo (653-672) (FARIA 1988, n.º 25 e 26)
Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova, Castelo Branco)	5	– um tremissis de Chindasvinto (642-649) cunhado em Barbi (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 113, p. 187) – um tremissis de Recesvinto (653-672) cunhado em Ispalis (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 122, p. 188) – um tremissis de Wamba (672-680) (FARIA 1988, n.º 27) – um tremissis de Egica (687-695) (FARIA 1988, n.º 34) – um tremissis de Egica-Vitiza (695-702) cunhado em <i>Egitania</i> (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 154, p. 193)
Lousa (Castelo Branco)	1	– um tremissis de Recaredo (581-601) cunhado em <i>Monecipio</i> (BARRAL Y ALTET 1976, n.º 69, p. 180)
Castelo Branco (Castelo Branco)	6	– um tremissis suévico cunhado em nome de Valenciano III (BARRAL Y ALTET 1976, n.º S-2, p. 166) – um tremissis suévico do tipo <i>Munita</i> (BARRAL Y ALTET 1976, n.º S-6, p. 167) – dois tremisses suévicos (BARRAL Y ALTET 1976, n.º S-12 e S-13, p. 167) – dois tremisses visigóticos cunhados em nome de Justino II (BARRAL y ALTET 1976, n.ºs. 25 e 26, pp. 172-173)

exemplares), em Castelo Velho (Guarda) (2 exemplares), em Monsanto (2 exemplares), em Santana da Azinha (Guarda) (1 exemplar) e na Lousa (Castelo Branco) (1 exemplar)²⁶. Acrescentemos, ainda, o aparecimento de patenas *crismalis* visigóticas no Castro da Trepá (Sobral Pichorro, Fornos de Algodres) e em Safail (Gouveia), ambos estudados por Fernando Russel Cortez²⁷, e de uma placa de cinturão visigótica em Salvaterra do Extremo, divulgada por José Leite de Vasconcelos e

²⁶ Os elementos constantes dos achados numismáticos encontram-se sistematizados no quadro do Anexo 1, com a respectiva referência bibliográfica.

²⁷ Cf. CORTEZ F. R. 1950. O achado de Safail – um prato de patena com respectivo cabo – apresenta uma inscrição com o antropónimo ARGIMIRI, de raiz germânica.

D. Fernando de Almeida²⁸. Há, por isso, uma verdadeira “nebulosa” de achados germânicos nas Beiras, que enquadram a área que temos vindo a estudar e que anunciam a possibilidade de virem a aparecer mais testemunhos nesta zona num futuro próximo²⁹.

São estes os parcos vestígios altimediéviicos que se podem recensear na área em estudo. Eles revelam a presença de comunidades humanas que, partindo de um substrato cultural romanizado, abraçaram o Cristianismo numa fase relativamente tardia e assimilaram os seus valores. Estruturaram-se em amplas paróquias, à maneira altimediéviica, e tumularam os seus mortos em locais memorizados, piedosamente, por epígrafes. A importância demográfica e económica encontra-se espelhada na criação das *cecas* visigóticas da Vilarça e de Calábria e, do ponto de vista religioso, na elevação desta última paróquia suéviica à condição de Bispado (ambos acontecimentos do Séc. VII). No entanto, depois de uma centúria onde todos os elementos conhecidos apontam para um crescente desenvolvimento desta área, com os inícios do Séc. VIII viriam tempos mais difíceis.

1.2. A Ocupação Muçulmana

1.2.1. Os testemunhos toponímicos

A invasão muçulmana de 711 marcou um duro golpe para a civilização altimediéviica peninsular, cujas consequências se prolongaram por vários séculos. No entanto, os eventos do ano de 711 poucas repercussões terão tido de imediato na zona que estamos a estudar. Na realidade, os exércitos invasores apenas parecem ter conseguido estender o seu domínio a estas paragens depois de dobrado o meado da década. Em 713 as forças muçulmanas conquistam *Egitania* (actual Idanha-a-Velha), que, tal como Calábria, fora sede de uma *ceca* e de um Bispado durante o reino visigótico. Em 715-716 os exércitos norte-africanos alcançam *Conimbriga* e *Eminio*, cidades que preferem negociar a sua rendição a enfrentar as consequências de uma conquista militar. Deve ter sido apenas na segunda metade da década que as forças muçulmanas alcançaram o vale do Douro e a zona que nos interessa. Em 720-22, quando Pelágio consegue sustentar o avanço das forças invasoras, em Covadonga, o processo de ocupação militar encontra-se, nas suas linhas gerais, praticamente concluído.

A ocupação muçulmana prolongou-se, a Norte do Douro, por perto de dois séculos, entre 715-716 (data em que o vale do Mondego se encontra dominado pelos exércitos invasores e estes se dirigem para Norte) e os finais do Séc. IX (quando as campanhas de Afonso III das Astúrias colocaram a fronteira cristã no vale do Rio Douro). Adivinha-se que esses terão sido tempos difíceis. Mas são, sobretudo, tempos obscuros, onde escasseiam as referências documentais e onde a Arqueologia ainda não conseguiu lançar luz. Aos primeiros anos – a fase dos Governadores (711-756) – sucede o Emirado de Córdova (756-912), inaugurado por Abd al-Rahman I (756-788) com mão firme.

O estudo da zona do Nordeste de Portugal nos primeiros tempos de dominação muçulmana esbarra ante o silêncio dos registos cronísticos e mesmo das descrições geográficas que os autores árabes nos legaram. Nem a *Crónica do Mouro Rasis* lhe reserva qualquer menção, nem as várias Geografias, nomeadamente a de al-Idrisi (já do Séc. XII)³⁰, a ela se reportam. Este silêncio não deve ser entendido como sintoma de que a zona estava deserta, sem povoadores, mas, como

²⁸ Cf. VASCONCELOS J. V. 1932-34, pp. 4-5; ALMEIDA F. 1962, n.º 365. Segundo revela Leite de Vasconcelos, a placa de cinturão terá aparecido em 1926 num “campo onde apareceram também tijolos antigos e sepulturas feitas de lage” (VASCONCELOS J. V. 1932-34, n.º 6, p. 5).

²⁹ Apareceu uma fivela de bronze no povoado desertificado de Sabugal Velho que foi apresentada publicamente como sendo “altimediéviica” (vd. OSÓRIO 1998, no prelo), mas na realidade trata-se de uma fivela gótica, da Baixa Idade Média, que não poderá ser anterior ao Séc. XII.

³⁰ MACHADO J. P. 1964, p. 30.

Maria-Jesús Viguera Molins sublinhou recentemente, deve ser encarado antes como um reflexo da marginalidade desta área, que nunca chegou a ser plenamente integrada dentro do sistema político do Emirado de Córdova, permanecendo sempre à margem dos grandes eixos do seu espaço político e económico³¹. É esta marginalidade que ajuda a explicar porque é que o processo da Reconquista Cristã progrediu tanto e tão depressa na zona da *Marca Inferior*, enquanto que nas zonas mais ricas, nomeadamente na *Marca Superior*, que foram desde cedo plenamente integradas no espaço económico e político do Emirado, a progressão da fronteira enfrentou tantas dificuldades durante vários séculos. Recordemos apenas que, na *Marca Superior*, a fronteira cristã se estabeleceu no vale do rio Ebro em 809, e que daí só conseguiu avançar já em pleno Séc. XI.

Em 868 Vimara Peres procedeu à presúria do Porto em nome de Afonso III das Astúrias, sendo poucos anos depois secundado por Odoário (que reconquistou Chaves em 872) e por Hermenegildo Guterres (que presuriou Coimbra em 878). Com estes eventos a linha de fronteira cristã ficou definitivamente colocada no Vale do Douro e, no extremo ocidente, avançou mesmo até ao Vale do Mondego. No entanto, se a Norte do Douro o processo se revelou definitivo, a Sul do Douro o processo não foi linear nem definitivo, tendo ficado marcado por avanços e recuos da linha de fronteira, podendo ser individualizadas diversas fases. Como referimos o conde Hermenegildo procedeu à presúria de Coimbra em 878. Mesmo que alguns indícios revelem que este processo não esteve isento de problemas – recordemos que só em 904 a comunidade muçulmana é expulsa da cidade – o domínio cristão no vale do Mondego é efectivo nos inícios da segunda década do Séc. X. A Igreja moçárabe de S. Pedro de Lourosa da Serra, sagrada em 912, é um testemunho eloquente, como o são outros vestígios arquitectónicos moçárabes da Beira. Deste modo, podemos dizer que no último quartel do Séc. IX (depois de 878) e durante as primeiras décadas do Séc. X, o espaço da Beira Ocidental voltou a estar na posse das forças cristãs. A zona a Leste de Lamego, compreendida entre os rios Távora e Côa, também foi integrada no espaço cristão, tendo sido aí construídos 10 castelos por iniciativa condal, como teremos oportunidade de referir mais adiante. Mas, com a aproximação dos finais do Séc. X, depois da subida ao poder de al-Mansur e das suas devastadoras campanhas militares, que se sucedem a um ritmo anual, toda esta zona ocidental a Oeste do rio Côa, que integrava a *Marca Inferior* e que tinha sido temporariamente incorporada no espaço cristão, voltou a cair na posse dos exércitos muçulmanos, para só mais tarde, em meados do Séc. XI, ser de novo, e definitivamente, incorporada dentro dos limites da Cristandade. E se até aos fins do Séc. X a zona entre o Távora e o Côa esteve na posse das forças cristãs (embora não definitivamente), na área a Leste deste último rio a presença muçulmana parece ter-se prolongado de forma mais ou menos contínua até às vésperas da Campanha das Beiras, organizada por Fernando Magno entre 1055/58 e 1064. Uma ocupação que se prolonga, portanto, durante perto de três séculos e meio.

Deste modo, não podemos estranhar que seja forte a marca deixada pela presença muçulmana ao nível da toponímia e, sobretudo, da microtoponímia desta região. Este é um aspecto que tem sido quase sempre silenciado pela nossa Historiografia e que carece de um estudo atento que, para ser significativo, deveria envolver uma área mais ampla e contar com o sancionamento das fontes documentais. Por ele passará, por certo, a compreensão da presença muçulmana nestas zonas mais setentrionais da Península, ao longo da *Marca Inferior*, onde os testemunhos arqueológicos e documentais permanecem muito escassos e lacunares. Arrisquemos, por isso, uma primeira abordagem.

Um dos primeiros autores a chamar a atenção para a importância da toponímia no estudo de Ribacôa foi Luís Filipe Lindley Cintra, na notável “Introdução” que escreveu para *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*³². Nesse marcante estudo, Lindley Cintra defendia um quase-ermamento da zona de Ribacôa entre a Invasão Muçulmana e o Séc. XI e salientava a escassez de

³¹ VIGUERA MOLINS 1998, p. 152.

³² CINTRA 1959.

topónimos que se podiam imputar aos tempos anteriores à dominação muçulmana, a esta e aos primeiros presores:

“São nela escassos, embora não faltem completamente, os nomes cuja fixação possamos com alguma segurança fazer remontar a uma data anterior ao repovoamento de Fernando II. Efectivamente, não me parece possível apontar qualquer nome de lugar povoado que provenha com certeza de época romana ou visigótica. Só os nomes dos rios – Coa (< Cuda), Águeda (< Agata) – se mantiveram desde época anterior à própria romanização. Quanto à ocupação muçulmana, são raríssimos os vestígios toponímicos que deixou, seguro sinal da sua muito fraca densidade nesta área: talvez apenas em Almeida (< al-ma’ida, ‘a mesa, a meseta, o pequeno planalto’) e em Caria Talaia (< qarīja tâti, ‘povoação-atalaia’, isto é, seguramente, ‘povoação fortificada, acastelada’), possamos ver um indício da fixação de gentes nesta época. Nem Alfaiates, nem talvez Almofala (< al-mahalla, ‘acampamento’ > ‘expedição guerreira’), palavras que ao contrário do que aconteceu com Almeida, penetraram no léxico comum, são vestígios seguros de povoamento na fase sarracena. Quanto aos primeiros séculos da Reconquista, há, segundo creio, apenas um topónimo actual que a documentação conservada permita fazer remontar até eles: Almendra. Pela sua origem e forma, outro nome de lugar sugere a hipótese de uma fixação em data muito recuada: Escarigo; não é, no entanto, impossível que provenha do repovoamento do Séc. XII.”³³

A posição de Lindley Cintra é cautelosa e deve ser tida em atenção, mas julgamos que o cepticismo que dela perpassa pode ser um pouco matizado. Uma década depois da edição do estudo de Lindley Cintra, Pedro Cunha Serra, com a sua *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, voltou a chamar a atenção para a importância da toponímia para o estudo do processo de repovoamento do Noroeste³⁴. Recentemente, e no que respeita à nossa zona, Maria-Jesús Viguera Molins teve ensejo de arrolar alguns topónimos de origem muçulmana ou árabe do Nordeste de Portugal na zona de Riba Côa e áreas limítrofes – *Alfândega da Fé, Marofa, Marvão, Murça, Almeida, Arrifana, Caria, Meimoa, Alcafozes, Almofala, Algodres, Benespera, Alverca, Atalaia e Alfaiates* – salientando que *“es complejo decidir el proceso de su instalación y uso, estando en ocasiones documentada desde finales del siglo IX, como es complejo determinar quiénesson exactamente (mozárabes?, Muladies? beréberes residuales?), los portadores de toda esa onomástica árabe”³⁵*. Segundo a mesma autora, uma tal profusão de topónimos de origem árabe apenas se poderia explicar por uma permanência de colonos árabes e berberes no vale do Douro, inclusive depois da retirada maciça destes últimos, nos meados do Séc. IX³⁶, ou pela chegada de populações moçárabes, vindas do Sul:

“... es antroponímia de origen árabe, sin duda, pero ‘sin que sirva para conocer la adscripción o no de sus portadores a una determinada comunidad religiosa’. Es decir, que tan abundante onomástica arábizada (‘que se manifesta claramente hacia mediados del siglo X, y cuyo uso decae paulatinamente en las décadas siguientes, para pasar a ser un hecho residual en el siglo XI’) podrían llevarla cristianos venidos de al-Andalus, cristianos autóctonos, muladíes o ex-muladíes, árabes o beréberes residuales.”³⁷

Se as conclusões de Maria-Jesús Viguera Molins nos parecem acertadas, já o universo de amostra toponímica apontado por esta autora pode ser muito ampliado. Na realidade, a microto-

³³ CINTRA 1959, pp. XXXIII-XXXVI.

³⁴ SERRA 1967.

³⁵ VIGUERA MOLINS 1998, p. 148.

³⁶ VIGUERA MOLINS 1998, p. 149.

³⁷ VIGUERA MOLINS 1998, p. 149.

ponímia desta região fornece muitos mais exemplos dignos de nota, para além da dezena e meia de casos arrolados por Viguera Molins.

Muitos topónimos referem-se indiscriminadamente a “Mouros”, quer directamente (*Moura*, freg. Póvoa, conc. Miranda do Douro; *Moira*, freg. Ervedosa, conc. Pinhel) quer, sobretudo, como qualificativo. Como sabemos, o nosso povo costuma remeter para o “tempo dos mouros” tudo quanto lhe parece antigo. Por isso, muitas das designações “... dos Mouros” podem perder a sua força probatória. Mas, apesar das suas limitações, vale a pena registar aqui alguns exemplos: *Cruz Mourisca* (freg. Póvoa, conc. Miranda do Douro); *Cabeço da Moura* (freg. Valverde, conc. Mogadouro); *Urreta Mourisca* (freg. Vilar de Rei, conc. Mogadouro); *Castelo dos Mouros* (freg. Vilarinho dos Galegos, conc. Mogadouro); *Cabeça do Mouro* (freg. Cabeça Boa, conc. Mogadouro); *Cova da Moura* (freg. Poiares, conc. Freixo de Espada à Cinta); *Tapada dos Mouros* (freg. Stª. Comba, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Chã dos Mouros* (freg. Escalhão, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Castelo da Moura* (freg. Carvalhal, conc. Meda); *Lomba do Moiro* (freg. Ervedosa, conc. Pinhel); *Vale do Mouro* (freg. Tamanhos, conc. Trancoso); *Prado da Nave do Moiro* (freg. Malpartida, conc. Almeida), *Poço dos Mouros* (freg. Nave de Haver, conc. Almeida), *Vale Mourisco* (freg. Lomba, conc. Sabugal) e *Fonte da Moura* (freg. Lomba, conc. Sabugal).

Mas há outros topónimos substancialmente mais esclarecedores. Sem uma preocupação de exaustividade, registemos aqui alguns exemplos, partindo e Norte para Sul: *Mola*³⁸ (freg. Póvoa, conc. Miranda do Douro); *Cabeço Almouro*³⁹ (freg. Palaçoulo, conc. Miranda do Douro); *Azenha do Andaluz* (freg. Malhadas, conc. Miranda do Douro); *Azenha da Atafona*⁴⁰ (freg. Malhadas, conc. Miranda do Douro); *Almofada*⁴¹ (freg. Mogadouro, conc. Mogadouro); *Algo-sinho*⁴² (freg. Bem-posta, conc. Mogadouro); *Quinta da Alfarela*⁴³ (freg. Torre de Moncorvo, conc. Torre de Moncorvo); *Maçores*⁴⁴ (freg. Maçores, conc. Torre de Moncorvo); *Quinta de Farfão*⁴⁵ (freg. Lousa, conc. Torre de Moncorvo); *Mesquita* (dois topónimos distintos na freg. Fornos, conc. Freixo de Espada à Cinta); *Calçada de Alpajares* (freg. Poiares, conc. Freixo de Espada à Cinta); *Numão*⁴⁶ (freg. Numão, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Almoinhas*⁴⁷ (freg. Freixo de Numão, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Murça*⁴⁸ (freg. Murça, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Ribeiro do Almacabra*⁴⁹ (freg. Muxagata, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Almendra* (freg. Almendra, conc. Vila Nova de Foz Côa); *Algodres*⁵⁰ (freg. Algodres, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Quinta das Arzilas*⁵¹ (freg. Escalhão, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Almenara*⁵² (freg. Mata de Lobos, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Almofala*⁵³ (freg. Almofala, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Serra da Marofa*⁵⁴ (freg. Castelo Rodrigo, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Cabeço da Mesquita* (freg. Castelo Rodrigo, conc. Figueira de Castelo Rodrigo); *Alcarva*⁵⁵ (freg. Ranhados, conc. Meda); *Ponte de Alcarra* (freg. Ranhados, conc. Meda); *Quinta de Marvão*⁵⁶ (freg. Longroiva, conc.

³⁸ *Mola* deriva do árabe *molá* “dono, proprietário, senhor” – cf. MACHADO 1991, p. 109.

³⁹ Sobre a origem de *Almouro*, tal como *Almourol*, vd. LOPES 1968, p. 166; MACHADO 1991, p. 109.

⁴⁰ Atafona, do árabe *aT-Tahuna*, “moinho” ou “moinho de moer trigo” – cf. LOPES 1968, p. 37; MACHADO 1991, p. 78.

⁴¹ Do árabe *al-mukhad-dâ*, “coxim, traveseiro” – cf. MACHADO 1991, p. 67.

⁴² Talvez derivado do árabe *al-gozz*, nome de tribo – cf. MACHADO 1991, p. 60.

⁴³ Do árabe *al-fakhkhar*, “faiança, louça”, + *ariu* – cf. MACHADO 1991, p. 54.

⁴⁴ Tal como *Maçores* (Maçores, Arouca; Maçores, Tondela) deriva do nome próprio *Mansur* ou *al-Mansur* – cf. MACHADO 1991, p. 106; SERRA 1967, p. 50.

⁴⁵ Do nome próprio *Farhun* – cf. SERRA 1967, p. 41.

⁴⁶ Do nome próprio *Nu'man* – cf. SERRA 1967, pp. 44-45.

⁴⁷ Como *Almuinhas*, do árabe *al-munia*, “casal, herdade” – cf. LOPES 1968, pp. 34-35; MACHADO 1991, p. 69.

⁴⁸ Tal como Murça (Alijó), Murça (Stª. Eulália, Arouca), Murça (Silvares, Braga) e Murça (Crestuma, Vila Nova de Gaia), é topónimo que deriva do nome próprio *Muça* – cf. LOPES 1968, p. 28; MACHADO 1991, p. 111; SERRA 1967, p. 65.

⁴⁹ Do árabe *al-maqabarâ*, “cemitério”, de onde vem *Almocavar* – cf. LOPES 1968, p. 164; MACHADO 1991, p. 62.

⁵⁰ Como *Fornos de Algodres* e *Algodres* (freg. de Fornos de Algodres), é forma divergente de *algodor*, plural de *gadir*, “pequeno rio” – cf. LOPES 1968, p. 164; MACHADO 1991, p. 59.

⁵¹ Como *Arzila*, topónimo marroquino – cf. LOPES 1968, pp. 175-176; MACHADO 1991, p. 77.

⁵² Do árabe *al-mnara* ou *al-manara*, “farol, local onde está a luz” – cf. MACHADO 1991, p. 66; LOPES 1968, pp. 94-95.

⁵³ Do árabe *al-mahallâ*, “campo, arraial, acampamento, aldeia” – cf. LOPES 1968, p. 164-165; MACHADO 1991, p. 67.

⁵⁴ Do nome próprio *Ma'rif* – cf. SERRA 1967, p. 53.

⁵⁵ Do árabe *al-qarbâ*, “proximidade, vizinhança” – cf. MACHADO 1991, p. 48.

⁵⁶ Do nome próprio *Marwan* – cf. LOPES 1968, p. 28; SERRA 1967, pp. 51-52.

Meda); **Alcaria**⁵⁷ (freg. Coriscada, conc. Meda); **Marrocos** (freg. Cidadelhe, conc. Pinhel); **Alto da Falifa**⁵⁸ (freg. Pinhel, conc. Pinhel); **Arrifana**⁵⁹ (freg. Pala, conc. Pinhel); **Mangide**⁶⁰ (freg. Pereiro, conc. Pinhel); **Almofada**⁶¹ (freg. Pínzio, conc. Pinhel); **Falifa**⁶² (freg. Côtimos, conc. Trancoso); **Casal da Atafona**⁶³ (freg. Póvoa do Concelho, conc. Trancoso); **Malpartida**⁶⁴ (freg. Malpartida, conc. Almeida); **Prado das Fátimas**⁶⁵ (freg. Malpartida, conc. Almeida); **Almeida**⁶⁶ (freg. Almeida, conc. Almeida); **Ribeira da Alverca**⁶⁷ (freg. Almeida, conc. Almeida); **Mesquitela** (freg. Mesquitela, conc. Almeida); **Arrifana**⁶⁸ (freg. Vilar Maior, conc. Sabugal); **Alfaiates**⁶⁹ (freg. Alfaiates, conc. Sabugal); **Alvercas**⁷⁰ (freg. Casteleiro, conc. Sabugal); **Arrabalde**⁷¹ (freg. Sortelha, conc. Sabugal); **Fatela**⁷² (freg. Sortelha, conc. Sabugal); **Quinta das Almoinhas**⁷³ (freg. Bendada, conc. Sabugal); **Malcata**⁷⁴ (freg. Malcata, conc. Sabugal); **Marofa**⁷⁵ (contraforte da Serra da Malcata); **Alcambar**⁷⁶ (freg. Vale de Espinho, conc. Sabugal).

Apesar de não excluirmos no nosso horizonte as considerações de Lindley Cintra, nomeadamente no que diz respeito ao perigo de se considerarem topónimos cujas expressões entraram no domínio da linguagem comum (como será o caso de *Atalaia*, de *Almenara*, de *Almoinha* ou de *Alfaiates*, entre outros), julgamos que a nossa lista oferece topónimos bastante elucidativos (como *Atafona*, *Falifa*, *Fatela*, *Fátimas*, *Murça* e *Marvão*, entre outros exemplos sobejamente conhecidos). Uma tal densidade de toponímia de raiz muçulmana apenas se pode explicar pela fixação de comunidades muçulmanas ou berberes nesta zona, durante os séculos em que a zona esteve sob domínio do Emirado ou do Califado.

1.2.2. Os testemunhos arqueológicos

A esta densidade de testemunhos toponímicos de raiz muçulmana, que se afiguram como as “testemunhas silenciosas” de um passado que quase não encontra registo na documentação escrita, corresponde apenas um testemunho arqueológico digno de nota. Referimo-nos à Cisterna Muçulmana de Castelo Rodrigo, que chegou até aos nossos dias praticamente inédita⁷⁷. Efectivamente, na zona ocidental do povoado de Castelo Rodrigo, junto da linha de muralhas que o delimitam e não muito longe da Porta de Alverca, encontra-se uma notável cisterna, em parte escavada no afloramento. Acima da linha de solo eleva-se um corpo construído com altura de um edifício térreo, socorrendo-se de silhares de granito. A construção corresponde, actualmente, ao lote urbano n.º 121, no Levantamento Aero-Fotogramétrico de Castelo Rodrigo, promovido pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. A Cisterna de Castelo Rodrigo é uma construção de planta irregular, sub-trapezoidal, que apresenta duas fases distintas: o corpo à direita, corresponde a uma fase mais antiga, ostentando uma porta com arco ultrapassado quebrado; o corpo

⁵⁷ Do árabe *al-qariâ*, “aldeia, pequena povoação” – cf. LOPES 1968, p. 30; MACHADO 1991, p. 47.

⁵⁸ Do árabe *khaniifâ*, “pele de cordeiro, manto de lã” – cf. MACHADO 1991, p. 94.

⁵⁹ Do árabe *ar-rihana*, “murta” – cf. MACHADO 1991, p. 77.

⁶⁰ Como *Magide*, do árabe *masjid*, “mesquita” – cf. LOPES 1968, p. 76, nota 3; MACHADO 1991, p. 106.

⁶¹ Do árabe *al-mukhad-dâ*, “coxim, travesseiro” – cf. MACHADO 1991, p. 67.

⁶² Do árabe *khaniifâ*, “pele de cordeiro, manto de lã” – cf. MACHADO 1991, p. 94.

⁶³ Do árabe *aT-Tahuna*, “moinho” ou “moinho de moer trigo” – cf. LOPES 1968, p. 37; MACHADO 1991, p. 78.

⁶⁴ Cf. LOPES 1968, p. 146.

⁶⁵ Do nome próprio feminino – cf. LOPES 1968, pp. 28 e 170; MACHADO 1991, p. 95.

⁶⁶ Do árabe *al-maidâ*, “mesa, outeiro” – cf. LOPES 1968, pp. 33-34; MACHADO 1991, p. 65.

⁶⁷ Do árabe *al-birkâ*, “piscina, lagoa” – cf. LOPES 1968, p. 35; MACHADO 1991, p. 73.

⁶⁸ Do árabe *ar-rihana*, “murta” – cf. MACHADO 1991, p. 77.

⁶⁹ Do árabe *al-khaiiat*, com o mesmo sentido – cf. MACHADO 1991, p. 53.

⁷⁰ Cf. LOPES 1968, p. 35; MACHADO 1991, p. 73.

⁷¹ Cf. LOPES 1968, p. 54; MACHADO 1991, p. 76.

⁷² Derivado do nome próprio *Fathallah* – cf. SERRA 1967, p. 41.

⁷³ Do árabe *al-munia*, “casal, herdade” – cf. LOPES 1968, pp. 34-35; MACHADO 1991, p. 69.

⁷⁴ Cf. LOPES 1968, p. 146.

⁷⁵ Do nome próprio *Ma'ruf* – cf. SERRA 1967, pp. 52-53.

⁷⁶ Talvez derivado do árabe *al-qanbar*, “calhandra, cotovia” – cf. MACHADO 1991, p. 46.

⁷⁷ Apenas conhecemos uma pequena referência em SILVA J. J. 1992, pp. 37-38, mas que, no entanto, não a valoriza devidamente enquanto testemunho civilizacional.

do lado esquerdo corresponde a um acrescento gótico, apresentando uma porta com arco apontado. Esta segunda porta, de vão amplo, dá acesso a um balcão que permitia aos habitantes de Castelo Rodrigo retirarem a água com maior comodidade, puxando o recipiente na vertical, com ajuda de cordas, a partir de uma cota um pouco superior ao actual nível da rua. Na realidade, para se alcançar o referido balcão é necessário subir alguns degraus. Por seu turno, a porta de origem muçulmana, mais antiga, rasgada à cota da rua, optava por uma diferente modalidade de extracção da água, dando acesso a uma escadaria que, adossada às paredes da cisterna, permitia descer até junto da linha de água e aí recolher a água. Deste modo, a primitiva cisterna da vila de Castelo Rodrigo, que servia o povoado civil que se desenvolveu à sombra do castelo, era uma construção com uma capacidade de armazenamento bastante mais modesta do que a que hoje ali se pode observar. Com a reforma gótica, que a julgar pelo tipo de arco e sua modinatura deverá ser obra do Século XIV, a cisterna muçulmana viu ampliada a sua capacidade de armazenamento de água para mais do dobro. Esta reforma gótica deve ter correspondido a uma fase de desenvolvimento demográfico do povoado civil, que sempre demonstrou grande atenção aos problemas de abastecimento de água⁷⁸ e que no Séc. XIV sentiu necessidade de ampliar as suas reservas de água. Uma inscrição do Séc. XIX, gravada na fachada principal desta notável construção, revela que ela foi limpa pelo povo de Castelo Rodrigo em 25 de Agosto de 1874 e que a cisterna alcança os 13 metros de profundidade.

A cisterna de Castelo Rodrigo constitui o testemunho arquitectónico muçulmano mais setentrional que conhecemos em Portugal⁷⁹, e bem merecia que fosse objecto de classificação patrimonial (protecção de que ainda não goza...). Do ponto de vista tipológico-estilístico, o arco muçulmano da Cisterna de Castelo Rodrigo – que, como referimos, é um arco ultrapassado quebrado – encontra paralelos na arquitectura califal, podendo ser atribuído ao Séc. X. Ele tem paralelo, nomeadamente, na *Puerta Vieja de la Bisarga* e na *Puerta del Sol*, ambas da muralha de Toledo, portas que têm sido unanimemente consideradas obras califais e atribuídas ao Século X. Na realidade, a *Puerta Vieja de la Bisarga* apresenta, ao centro, uma entrada munida de arco ultrapassado com lintel, à maneira cordovesa, a qual se encontra enquadrada por três arcos cegos: um, central, mais amplo, que enquadra o vão da porta, os dois laterais ostentando arcos quebrados ultrapassados (ou arcos de ferradura apontados). Quer a solução do arco central (ultrapassado com lintel) quer os cenográficos arcos cegos laterais apontam para o Século X. A mesma cronologia tem sido atribuída ao arco ultrapassado quebrado da *Puerta del Sol*, também das muralhas de Toledo. Trata-se de uma porta que ostenta um duplo arco: o interior ultrapassado, sem lintel, o mais exterior, um arco cego com maior projecção, optando pelo perfil ultrapassado quebrado. Deste modo, a Cisterna de Castelo Rodrigo pode ser cronologicamente atribuída ao Século X ou, quando muito, aos inícios do Século XI. Seria, portanto, uma obra califal enquadrável no tempo de al-Mansur, quando este caudilho estendeu, com renovado vigor, o domínio muçulmano até à margem sul do Douro, depois de ter reconquistado e destruído a cidade de Coimbra (em 987) e de ter lançado uma série de expedições militares, a um ritmo anual, contra as possessões cristãs que culminam, no Ocidente Peninsular, na célebre expedição contra Santiago de Compostela (em 997).

⁷⁸ Nos arredores de Castelo Rodrigo, junto da EN, encontra-se uma fonte de chafurdo gótica, impropriamente chamada “Fonte Romana”, que revela o cuidado colocado pela população de Castelo Rodrigo no abastecimento de água ao povoado, que nos períodos de estio se costumam agudizar. A fonte de chafurdo está ligada ao povoado de Castelo Rodrigo por um caminho antigo que caiu hoje em desuso.

⁷⁹ Em termos de espólio móvel, há vestígios mais setentrionais, nomeadamente o achado de candís árabes junto a Chaves (hoje conservados na colecção do Museu Flaviense). No entanto, e como já referimos a propósito do espólio germânico, a mobilidade destes testemunhos diminui o seu valor probatório.

2. A EVOLUÇÃO DA ARQUITECTURA MILITAR NA ZONA RAIANA

2.1. Do Castelo da Reconquista ao Castelo cabeça-de-Terra (960-1170)

Como já referimos, o processo da Reconquista Cristã teve no reinado de Afonso III das Astúrias (866-909) um momento de crucial importância, quando a linha de fronteira avançou do vale do rio Minho (onde se posicionara em 854 com a presúria de Tuy) para o vale do rio Douro. Este avanço ficaria marcado pela presúria do Porto por Vimara Peres, em 868, logo acompanhada pela presúria de Chaves pelo conde Odoário, em 872, que, respectivamente, abrem as portas à ocupação da zona de Braga-Guimarães, cerca de 879, e à ocupação da zona de Trás-os-Montes ocidental, em torno do eixo Chaves-Lamego. Menos de uma década depois das primeiras presúrias, a cidade de Coimbra era reconquistada em 878 pelo Conde Hermenegildo e a linha de fronteira cristã avançava, na fachada atlântica, até ao vale do Mondego. Na fase final do reinado de Afonso III, o processo da Reconquista regista outros avanços significativos a Leste do actual território português, consolidando a fronteira do vale do Douro: as presúrias de Zamora (em 893), Simancas (em 899), Toro (em 900) e Burgo de Osma (em 912).

Nos alvares do Século X as forças cristãs encontram-se na posse de um vasto território que, grosso modo, tinha a sua fronteira no vale do Douro mas que, na zona da fachada atlântica, actual território português, descia até ao vale do Mondego e, caminhando para interior, acompanhava a bacia hidrográfica do Mondego até atingir o vale do rio Côa, que se assumia como espaço de fronteira. Na realidade, ultrapassado este rio, os domínios cristãos recuavam até ao vale do Douro, posicionando-se nele até à zona de León e de Toro. Cremos, efectivamente, que o vale do Côa, tão alcantilado, terá servido (nesta como noutras épocas) de fronteira entre diferentes senhorios. O silêncio que encontramos para a presença cristã no território entre o Côa e o Águeda ao longo do Século X, contrastando com os elementos que conhecemos para o interflúvio Távora-Côa para a mesma época, leva-nos a pensar que a linha de fronteira do vale do Mondego subiria, pelo vale do Côa, até às arribas do Douro.

Coevos deste progresso da linha de fronteira podem ser referidos diversos testemunhos. Do ponto de vista arquitectónico mencionemos, entre outros, os conhecidos vestígios moçárabes da igreja de S. Pedro de Lourosa da Serra (templo sagrado em 912, um ano antes de S. Miguel de Escalada), as ruínas do templo moçárabe de Viseu (junto da Sé) e os elementos arquitectónicos avulsos de Soure, Coimbra, Lorvão, Fráguas e S. Pedro do Sul (todos do Séc. X). Mais junto do Douro, são os vestígios moçárabes do Mosteiro de Arouca e, às portas de Lamego, a Igreja de S. Pedro de Balsemão (a mais *asturiana* das igrejas portuguesas, do Séc. X). Uma cerrada rede de sepulturas escavadas na rocha, que tem vindo a ser inventariada e que abrange todo o espaço da Beira, testemunha igualmente a presença de comunidades nestes tempos da Reconquista. Estes cemitérios, que podem ir desde extensas necrópoles (algumas com mais de meia centena de enterramentos, como S. Pedro de Marialva e St^a. Maria de Moreira de Rei) até pequenos núcleos de um, dois ou poucos mais exemplares, documentam-nos a presença de comunidades que ainda não se encontravam estruturadas numa rede paroquial à maneira gregoriana, que seria difundida no Séc. XII, quando se impôs o modelo que associa intimamente o templo (espaço de baptismo e de culto) ao cemitério.

Do ponto de vista militar, esta nova fase inaugura-se com importantes inovações. Primeiro, e antes de tudo, com o aparecimento das primeiras estruturas militares que, verdadeiramente, devem ser classificadas como *castelos*. Até então todas as estruturas defensivas tinham optado, invariavelmente, pela solução da fortificação do *habitat*. Esta opção prende-se, antes do mais, com a própria estrutura de povoamento, onde o predomínio do habitat concentrado permitia que as necessidades de defesa se satisfizessem por meio da construção de uma muralha em torno do local onde residia uma parte significativa da população. No entanto, ao contrário do mundo

romano (que optou pelo povoamento concentrado como forma predominante de organizar a paisagem) e da Alta Idade Média germânica (que manteve um povoamento baseado essencialmente na mesma matriz), a Reconquista Cristã enfrentou problemas muito distintos, com um povoamento que, ao fim de alguns séculos de paulatina evolução, era estruturalmente disperso. Perante uma matriz de povoamento disperso a satisfação das necessidades de defesa não podiam passar apenas pela fortificação de povoados: havia que fortificar a própria paisagem, e nesse processo radica a origem do castelo, uma inovação medieval, e o processo do *Incastelamento*. É nesse contexto que se assiste ao aparecimento dos primeiros exemplos seguros de castelos. No Norte de Portugal esses primeiros exemplos podem ser apontados a partir de 875. Trata-se, portanto, de um fenómeno que não pode deixar de ser colocado em paralelo muito estreito com o avanço da linha de fronteira com Afonso III, o Magno, e com as novas circunstâncias que se geraram, com uma agudização das necessidades defensivas.

A segunda inovação que se regista foi ao nível da organização da paisagem, com o aparecimento das *civitates*. A incorporação dentro dos limites do espaço cristão de uma tão vasta área territorial, como aquela que resultou das presúrias de Afonso III entre 868 e 878, obrigou, naturalmente, à reformulação dos mecanismos de defesa e de gestão deste espaço de *Estremadura*. O vale do Douro assiste, então, a uma reforma da organização territorial e militar, com o aparecimento das *civitates*. Estas eram grandes unidades territoriais comandadas, do ponto de vista militar, a partir de um “lugar central” que era confiado a um Conde ou um *Dux*, o qual ficava encarregado de coordenar os esforços defensivos. A primeira *civitas* que se encontra documentada é a de *Anégia*, que se implantou na periferia de um povoado castrejo com uma ocupação altimedieval, junto da confluência do Tâmega com o Douro. A *civitas* de *Anégia* corresponde, hoje, ao morro da Senhora da Cidade (Eja, Entre-os-Rios)⁸⁰. Esta extraordinária estrutura militar, que vem referida nas Crónicas Asturianas de Afonso III, controlava um vasto território que se desenvolvia por ambas as margens do rio Douro, abrangendo, a Norte, uma boa parte do actual distrito do Porto (alargando-se pelos concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses e Baião) e, na margem Sul, abrangendo os concelhos de Castelo de Paiva e de Cinfães e ainda a zona Norte do concelho de Arouca. O seu território ficava, na margem Norte do Douro, compreendido entre os rios Sousa (a Oeste) e Gove (a Leste), enquanto que na margem Sul do Douro, ia desde o vale do Alarda (a Oeste) até ao Paiva (a Leste), ultrapassando um pouco este limite. A *civitas* de Anégia, amplamente documentada desde 875 até à segunda metade do Séc. XI, pode, deste modo, ser apontada como um primeiro exemplo do “*modelo condal*” de organização militar: um lugar central, confiado a um Conde ou *Dux*, com uma estrutura militar incipiente, quase sem arquitectura, essencialmente construída com recurso à movimentação de terras e à criação de taludes, com muralhas em *pedra seca* ou *mamposteria*, sem silhares aparelhados, ignorando torreões e (obviamente) a Torre de Menagem. Subordinado a esse lugar central encontrava-se um vasto território envolvente, onde conviviam outras estruturas militares, erguidas pelas populações locais para sua defesa. Anégia não foi, obviamente, exemplo isolado no Norte de Portugal. A seu lado podem ser identificadas outras *civitates* como *Portucale* (Porto), Maia, Santa Maria (Feira), Lamego, Montemor-o-Velho, Coimbra, Seia, etc. Este modelo de organização territorial e militar, que tem paralelo na Galiza, em León e noutras zonas do Norte da Península, não teve, aparentemente, aplicação na orla oriental de Trás-os-Montes e na Beira Interior. Aqui a situação foi distinta, embora a organização do território fosse, igualmente, confiada a um conde ou, pelo menos, a uma família condal.

⁸⁰ O estudo fundamental sobre a *civitas* de Anégia continua a ser o artigo de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA e LOPES 1981-82). Outros contributos mais recentes encontram-se em BARROCA 1990-91 e em LIMA 1993.

2.1.1. O Castelo da Reconquista

Para o estudo das estruturas fortificadas da zona da Beira Interior no Séc. X, o documento mais importante de que dispomos é a ampla doação com que D. Flâmula Rodrigues contemplou o Mosteiro de Guimarães em 960. D. Flâmula era filha de D. Rodrigo Tedones e de D. Leodegúndia Dias, descendendo, deste modo, de duas famílias condais: a de D. Afonso Betote, o presor de Tuy (de quem era bisneta pelo lado paterno), e a de Diogo Fernandes, o povoador da zona de Lamego (de quem era neta pelo lado materno)⁸¹. D. Flâmula era, ainda, sobrinha de D. Mumadona Dias, em casa de quem fez, em 960, a importante doação ao mosteiro de Guimarães, onde resolveu entrar como *deovota*. Nesse extenso diploma, onde se arrolam dezenas de propriedades concentradas sobretudo no Entre-Douro-e-Minho, refere-se a dado passo:

“... *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobria, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa strematura...*”⁸².

A identificação destes dez topónimos – na maior parte dos casos simples e óbvia, mas num ou noutro caso bastante mais problemática – já foi ensaiada por diversos autores, desde Luís Filipe Lindley Cintra a Almeida Fernandes, e nós próprios já sobre ela nos debruçámos⁸³. Julgamos, no entanto, ter progredido um pouco mais na identificação dos topónimos mais problemáticos. Começamos pelas identificações “pacíficas” para analisarmos as ilações que delas podemos retirar. *Trancoso* corresponde, obviamente, a Trancoso, sem qualquer oscilação ortográfica. *Moraria* foi, durante os tempos medievais, conhecida por Moreira e passou, mais tarde, a ser conhecida por Moreira de Rei, recordando o facto de D. Sancho II ter aí permanecido a sua derradeira noite no Reino, quando se dirigia para o exílio no conturbado ano de 1247. *Longobria* é hoje Longroiva, *Nauman* corresponde a Numão, *Pena de Dono* corresponde a Penedono, *Seniorzelli* é hoje Sernancelhe e *Caria* ainda nos nossos dias se designa Caria. A cartografia destes sete topónimos revela uma coerência surpreendente: todos eles se localizam no interflúvio Távora-Côa. Ou, dito por outras palavras, eles constituíam uma mancha coerente de castelos nos quais se estruturava o território cristão que se estendia a Leste do território de Lamego, entre os rios Távora e Côa. Aquilo que, nos documentos medievais, se dizia, com toda a justiça, ser a *Strematura*. A Leste do Côa, como já referimos, iniciavam-se os domínios muçulmanos e a fronteira cristã posicionava-se de novo no vale do Douro. Esta área entre o Távora e o Côa constituía, portanto, um espaço de fronteira com uma importância crucial. Os castelos de D. Flâmula estendiam-se por uma área que ia até Trancoso, o mais meridional de todos os castelos referidos, situado 40 km a Sul do curso do Douro. Deixamos para o fim os três topónimos mais problemáticos: *Vacinata*, *Amindula* e *Alcobria*. Atendendo à coerência geográfica denunciada pelos exemplos anteriores, julgamos que eles devem ser procurados no espaço compreendido entre o Távora e o Côa. Lindley Cintra acreditava que o topónimo latino *Amindula* correspondia a Almendra (freg. do conc. de Vila Nova de Foz Côa)⁸⁴. No entanto, se assim fosse, *Amindula* seria o único castelo de D. Flâmula que se localizava a Leste do Côa. Pela nossa parte, já noutro estudo sugerimos a identificação de *Amindula* com a actual Meda, que nos documentos medievais do Séc. XIII surge com a grafia *Amida*⁸⁵, e que fica em pleno entre-Távora-e-Côa, no coração do território dos castelos de D. Flâmula. Nesse mesmo estudo levantamos a hipótese de que *Vacinata*, outro dos topónimos do Séc. X que permanece por identificar, correspondesse ao microtopónimo Castelo, junto a Muxagata,

⁸¹ Vd. MATTOSO 1981, pp. 137 e 153.

⁸² PMH, DC 81 = VMH, 11.

⁸³ Vd., entre outros, CINTRA 1959, pp. XXXVI-XXXVIII; BARROCA 1990-91, p. 94 e ss.; BARROCA 1998, no prelo.

⁸⁴ CINTRA 1959, pp. XXXVI-XXXVII.

⁸⁵ BARROCA, 1990-91, p. 94.

igualmente a Ocidente do rio Côa. Finalmente, em relação a *Alcobria*, topónimo para o qual não havíamos proposto qualquer identificação em 1990-91, julgamos que deve corresponder a Alcarva, uma pequena aldeia a Leste de Ranhados, onde, de resto, sobrevive o topónimo Castelo, embora deste não restem vestígios.

As visitas que realizámos a todos estes locais, na expectativa de encontrarmos elementos coevos da referência documental de 960, permitiram-nos identificar, em 1990, a notável Torre Moçárabe do castelo de Trancoso, que permanece testemunho único em Portugal. Trata-se, efectivamente, da velha estrutura moçárabe doada por D. Flâmula ao Mosteiro de Guimarães em 960, e que se conservou ao longo dos anos, sendo mais tarde incorporada no interior do perímetro do castelo românico, onde passou a desempenhar as funções de Torre de Menagem. No entanto, ao contrário da esmagadora maioria dos exemplos conhecidos, em que a Torre de Menagem é mais tardia do que o Castelo, aqui a situação é a inversa. A Torre de Trancoso é uma construção muito mais antiga do que o castelo românico que se ergue em seu torno, como várias das suas características denuncia⁸⁶. Em primeiro lugar, o seu perfil tronco-cónico, com paredes que se vão tornando mais estreitas à medida que ganham altura, numa opção que denuncia arcaísmo e antiguidade. Por outro lado, a porta de entrada, rasgada ao nível do primeiro andar, apresentando arco ultrapassado tipicamente moçárabe, com impostas de grande desenvolvimento. Finalmente, registamos que a Torre de Trancoso foi erguida com recurso a um aparelho de construção não-isódomo, cheio de cotovelos, de cunhas e de rolhas, numa das mais extraordinárias demonstrações da técnica de construção moçárabe típica das manchas graníticas. Entre os seus silhares encontramos, igualmente, silhares almofadados, que surgem noutros monumentos do Séc. X, testemunhando o ressurgimento de técnicas classicistas. Todos estes pormenores – aparelho não-isódomo, com cotovelos, cunhas e rolhas, ostentando silhares almofadados – remetem-nos para a técnica de construção pré-românica, em que o pedreiro-talhante assumia igualmente as funções de pedreiro-assentador. O sistema de acesso ao interior da torre, que era móvel, encontra-se documentado nos encaixes para a escada de madeira, talhados nos silhares imediatamente abaixo da soleira da porta. O *Castello* de Trancoso de D. Flâmula era, deste modo, constituído por uma robusta torre, de planta quase quadrada, erguida com espessos muros e com porta rasgada no primeiro andar, munida de acesso móvel. A Torre foi construída no alto do mais destacado afloramento rochoso da zona de Trancoso, que, por isso mesmo, mais tarde recebeu o castelo românico. O conjunto das estruturas militares assumiu-se desde cedo como “núcleo-gerador” do fenómeno urbano, polarizando em torno de si a área mais antiga do burgo de Trancoso. No entanto, o povoamento desta zona nesses remotos tempos da Reconquista não se encontra apenas documentado pelas estruturas militares. A elas pode ser associada uma pequena, mas interessante, necrópole de sepulturas escavadas na rocha que sobrevive junto do actual Tribunal de Trancoso, onde se contabilizam sepulturas de adulto e de criança, e onde se pode admirar um dos raros exemplos portugueses de tampas associadas a estes sepulcros⁸⁷.

Depois do invulgar exemplo de Trancoso, notável pelo seu estado de conservação, há um outro *castello* de D. Flâmula para o qual podemos apontar elementos militares coevos do Séc. X. Referimo-nos ao Castelo de Sernancelhe, que se erguia no alto do Monte do Castelo, um pouco a Norte da Igreja paroquial de Sernancelhe (onde, sublinhemos, existem igualmente sepulturas escavadas na rocha). No Monte do Castelo são visíveis testemunhos importantes do velho castelo da Reconquista. O Monte sofreu bastantes maus-tratos num passado recente: no limitado

⁸⁶ De resto, nesta altura (Séc. X) o castelo ignorava, ainda, a Torre de Menagem.

⁸⁷ São raros os exemplos de sepulturas escavadas na rocha que apresentam, associadas, as respectivas tampas (com excepção, como é obvio, das necrópoles reveladas por meio de escavações arqueológicas). No entanto, na zona que nos tem vindo a ocupar, registamos alguns exemplos de tampas que chegaram até aos nossos dias associadas aos respectivos sepulcros: na pequena necrópole do povoado de St^ª. Cruz da Vilarça (conc. de Torre de Moncorvo), na necrópole da Igreja de Castelo de Penalva (conc. de Penalva do Castelo), na necrópole da Igreja de Sernancelhe (conc. de Sernancelhe) e na necrópole do Tribunal de Trancoso (conc. de Trancoso). No primeiro caso as tampas eram formadas por uma única laje de xisto, no segundo caso várias lajes de granito, nos dois restantes as tampas, de granito, apresentavam secção triangular ou em duas águas, recordando as tipologias das tampas de sarcófagos mais tardios.

espaço da sua coroa construiu-se um depósito de água, ergueu-se um monumento religioso e implantou-se um marco geodésico. Ao longo da encosta lançou-se uma escadaria monumental para facilitar o acesso a esse que é, seguramente, o melhor miradouro da vila de Sernancelhe, de onde se desfruta um notável domínio da paisagem. E, a meia encosta, junto de uma plataforma intermédia que também abrigou estruturas de habitat medievais, ergueu-se um coreto e construíram-se mesas para merendas. Todas estas intervenções já tinham mutilado de forma significativa os restos do velho Castelo de Sernancelhe, cuja existência se adivinhava apenas pelo troço de muralha. Recentemente novas obras voltaram a maltratar o Castelo de D. Flâmula: abriram-se valas no alto do morro para se construir um passeio, fizeram-se desaterros a meia encosta para ampliar a área de merendas, e reformulou-se a escadaria de acesso, mutilando-se de novo a topografia do local. Aproveitando o revolvimento de terras tivemos oportunidade de recolher fragmentos de cerâmicas da Alta Idade Média, de fabrico manual ou em torno lento, que podem ser atribuídos aos Séc. VII-VIII, e outros, mais tardios, da Baixa Idade Média. Estes achados revelam-se importantes por documentarem uma ocupação aparentemente anterior aos meados do Séc. X, data da referência ao Castelo de D. Flâmula. Apesar de todas as malfeitorias, o Castelo de D. Flâmula continua a resistir. Sobrevive parte da sua linha de muralhas (em cima da qual se implantou o marco geodésico...), com um característico aparelho de construção pré-românico, ignorando a isonomia e optando pelos silhares com cotovelos, cunhas e pequenas rolhas. A muralha, que percorria a parte superior do monte, ignorava os torreões, como era natural para a época, mas parece adoptar já um flanqueamento reentrante, como vemos noutros castelos do Séc. XI, nomeadamente em S. Martinho de Mouros. Infelizmente, as intervenções modernas eliminaram os vestígios da porta, que deveria ficar na zona da actual escadaria (a única área onde não há vestígios contínuos de muralha antiga). Mas, apesar de todos os maus-tratos sofridos, o Castelo de Sernancelhe continua a ter uma importância assinalável, documentando a ocupação cristã em tempos tão recuados, no que é corroborado pela presença de sepulturas escavadas na rocha (em torno da Igreja), pela presença de uma tampa de sepultura com decoração muito arcaica (igualmente no Adro da Igreja) e por um capitel coríntio pré-românico (embutido na parede Sul do templo, em posição invertida, reaproveitado como Pia de Água Benta).

No entanto, nem todos os locais mencionados no diploma de D. Flâmula tiveram a sorte de Trancoso ou de Sernancelhe, conseguindo que, apesar de tudo, testemunhos tão significativos sobrevivessem até aos nossos dias. Na realidade, em diversos outros locais encontramos testemunhos de ocupação coevos da Reconquista, como é o caso das necrópoles de sepulturas escavadas na rocha (presentes em Trancoso, Longroiva, Moreira de Rei, Numão e Sernancelhe), ou de testemunhos pré-românicos em estruturas de cariz religioso (como acontece em Sernancelhe e Numão). No entanto, das estruturas militares referidas no diploma de 960 mais nenhum testemunho significativo conseguiu chegar até aos nossos dias. O castelo de Moreira de Rei sofreu uma profunda reforma românica que veio alterar irremediavelmente a sua fisionomia, dotando-o de Torre de Menagem e de novas muralhas. Essa reforma do Séc. XII seria responsável pela destruição dos vestígios do *castello* de D. Flâmula, que era coevo da notável e extensa necrópole de sepulturas escavadas na rocha que se polariza em torno da igreja paroquial. Por seu turno, o castelo de Longroiva foi objecto de reforma no tempo de D. Gualdim Pais, que promoveu a construção da sua Torre de Menagem em 1174. Deve ter sido por essa altura que se eliminaram os derradeiros vestígios do castelo que D. Flâmula doara ao Mosteiro de Guimarães em 960. No entanto, junto do Castelo de Longroiva e da Capela de N^a. S^a. do Torrão ainda subsistem sepulturas escavadas na rocha. O Castelo de Numão, onde detectámos um pequeno troço de muralha com características mais antigas, teve igualmente uma profunda reforma românica, depois completada com intervenções góticas, que ditaram a quase total anulação dos testemunhos do castelo do Séc. X. Mas no interior do povoado (junto da Igreja de St^a. Maria) e no seu exterior (em torno da Capela de S. Pedro) encontramos de novo necrópoles de sepulturas escavadas na rocha. O

Castelo de Penedono, por seu turno, sofreu uma profunda reforma no Séc. XV, que adaptou o castelo a estrutura residencial, que anulou os vestígios mais remotos. Por fim, devemos registar que em relação a *Vacinata* (Muxagata?), *Amindula* (Meda?), *Alcobria* (Alcarva) e *Caria* (Caria), os únicos vestígios disponíveis são toponímicos. Nalguns casos conhecemos o local onde esses castelos se implantaram, mas deles não sobrevivem vestígios arqueológicos.

A passagem documental de 960 permite compreender que, já então, existia uma hierarquia bem definida dentro das estruturas militares e de povoamento. Seguindo uma ordem de decrescente importância, tínhamos os *castellos*, as *penellas* e as *populaturas*. Os primeiros, porque eram de posse condal e porque eram as estruturas mais importantes e cuidadas, com maiores requintes arquitectónicos, mereceram ser individualizados um a um na doação ao mosteiro de Guimarães. Já as *penellas*, mais numerosas e menos importantes, não foram individualizadas. Provavelmente não seria apenas uma questão de motivação, mas também de verdadeira impossibilidade: sendo mais numerosas, seria impossível estar a mencionar de forma individualizada no diploma de 960. Julgamos que as *penellas* deviam corresponder ao que hoje vulgarmente classificamos como “castelos roqueiros”, erguidos no alto das penedias. E, finalmente, as *populaturas*, que deviam corresponder aos povoados abertos, sem defesas, dependentes das estruturas militares supracitadas, constituíam a rede de povoamento da zona. Corresponderiam, portanto, às nossas aldeias. Aparentemente, apenas os castelos, as estruturas mais importantes e mais monumentalizadas, eram de posse condal directa. D. Flâmula chama-lhes, claramente, “*nostros castellos*”. As restantes unidades de povoamento estavam subordinadas a eles. Por isso o diploma se refere aos “*nostros castellos... cum alias penellas et populaturas*”.

Quadro 2
Castelos de D. Flâmula Rodrigues (960)

Topónimo Medieval (PMH DC 81)	Topónimo actual	Vestígios coevos e outros indícios
<i>Trancoso</i>	Trancoso	– Torre Moçárabe no Castelo de Trancoso – Necrópole de sepulturas escavadas na rocha (junto do Tribunal)
<i>Seniorzeli</i>	Sernancelhe	– Monte do Castelo, com muralha antiga e vestígios de habitat; cerâmica altimedieval – Necrópole de sepulturas escavadas na rocha (junto da Ig. Paroquial)
<i>Moraria</i>	Moreira de Rei	– Necrópole de sepulturas escavadas na rocha (junto da Ig. de St ^a . Maria) – Castelo românico; cerâmica medieval
<i>Longobria</i>	Longroiva	– Necrópole de sepulturas escavadas na rocha (Cap. N ^a . S ^a . Torrão) – Castelo românico, reconstruído em 1174; cerâmica medieval
<i>Nauman</i>	Numão	– Troço antigo na muralha de Numão – 2 necrópoles de sepulturas escavadas na rocha (Cap. S. Pedro e Ig. St ^a . Maria) – Castelo românico; cerâmica medieval
<i>Vacinata</i>	Muxagata (?)	– Microtopónimo “Castelo”
<i>Amindula</i>	Meda (?)	– Monte do Castelo, com afloramentos rochosos cortados artificialmente
<i>Pena de Dono</i>	Penedono	– Castelo reconstruído na Baixa Idade Média
<i>Alcobria</i>	Alcarva	– Microtopónimo “Castelo”
<i>Caria</i>	Caria	–

Como se pode verificar, o documento 81 dos *Diplomata et Chartae* ocupa um lugar central nos estudos de Castelologia medieval portuguesa: primeiro, porque permite a identificação de um

conjunto coerente de fortificações condais; depois, porque possibilitou a identificação, no terreno, de vestígios arqueológicos sobreviventes; finalmente, por se tratar do nosso documento que, até ao ano 1000, encerra o maior número de referências a castelos. Bastará, a este propósito, sublinhar que, até esse ano, se conhecem em Portugal referências documentais para 50 estruturas castelares distintas e que, só no PMH, DC 81, encontramos menção a 10 castelos. No entanto, não se deve confundir estruturas *documentadas* com estruturas *existentes*. Não temos dúvida que o número de castelos era muito superior ao número total de estruturas referidas nos nossos diplomas.

Na ausência de testemunhos documentais escritos, a matriz de povoamento terá de ser reconstruída, para estas remotas épocas, com recurso a documentos arqueológicos. Para a época que temos vindo a tratar – entre as presúrias do Séc. IX e a reorganização militar dos meados e segunda metade do Séc. XI – podemos contar com um precioso testemunho: o das sepulturas escavadas na rocha. Como se sabe, as sepulturas escavadas na rocha correspondem a uma moda de enterramento que arranca nos fins do Séc. VIII ou inícios do Séc. IX, e que foi sobretudo popular entre os Séc. IX e XI, quando triunfaram as tipologias antropomórficas. Depois do Séc. XI esta moda de tumulação entrou em decadência e, embora alguns casos possam ser um pouco mais tardios, atingindo o Séc. XIII ou até o Séc. XIV, a maioria dos exemplos conhecidos deve quedar-se pelos finais do Séc. XI ou pelos inícios da centúria seguinte. Poderíamos dizer, portanto, que a decadência das sepulturas escavadas na rocha acompanha o triunfo da reforma litúrgica gregoriana e a crescente influência de Cluny e de França na liturgia e no monaquismo peninsular. As necrópoles de sepulturas escavadas na rocha são, assim, um fenómeno que precede a afirmação do modelo românico de paróquia, que levou à concentração, num único local, do baptistério, do templo e do cemitério (isto é, o local onde o cristão recebe os primeiros sacramentos, onde assiste semanalmente ao culto e onde recebe os últimos sacramentos e a derradeira morada). A imposição deste modelo paroquial foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma nova noção de territorialidade do espaço paroquial. Mas, antes do triunfo deste novo modelo, uma paróquia podia ter mais do que um espaço de enterramento, que não tinha de estar necessariamente polarizado em torno do templo. Por isso podemos encontrar, dentro de um mesmo espaço paroquial, mais do que um núcleo de sepulturas escavadas na rocha. E, também por isso, muitos dos nossos “cemitérios” rupestres são compostos por um escasso número de sepulcros que, muitas vezes, não ultrapassa o limiar da dezena de exemplos. As sepulturas escavadas na rocha apresentam uma evolução tipológica que, embora não caiba explorar aqui em todas as suas implicações, é susceptível de fornecer elementos cronológicos interessantes. Referimo-nos, nomeadamente, ao predomínio de sepulturas não-antropomórficas nos séc. VIII e IX, ao aparecimento das primeiras soluções de antropomorfismo no decurso do Séc. IX, ao triunfo das soluções antropomórficas com simetria axial perfeita nos Séc. X e XI, e ao aparecimento das “almofadas” na zona da cabeceira e dos rebordos desenvolvidos nos Séc. XI e XII. Mesmo que algumas premissas desta perspectiva evolucionista possam suscitar dúvidas, este modelo, apoiado nos estudos de Alberto del Castillo e de outros investigadores, continua globalmente a responder de forma positiva⁸⁸.

O levantamento que empreendemos, embora incompleto, revelou mais de quatro centenas de sepulcros – para sermos rigorosos mais de 411 sepulturas⁸⁹. Na sua esmagadora maioria estas sepulturas adoptam contornos antropomórficos, denunciando uma cronologia aparentemente mais avançada e, portanto, um povoamento igualmente mais tardio. Apesar das deficiências de levantamento que se sentem em certas zonas (como seja o caso dos concelhos de Pinhel e de Sabugal), não podemos deixar de salientar como a distribuição geográfica deste tipo de sepultu-

⁸⁸ Sobre a cronologia das sepulturas escavadas na rocha vejam-se os estudos clássicos de Alberto del Castillo (1968 e 1972) e, entre uma bibliografia mais vasta, BARROCA 1987, pp. 103-175.

⁸⁹ Atendendo a que em vários casos não conseguimos determinar o número total de sepulcros, contabilizamos esses casos como sendo 1 sepultura, conscientes de que apenas incorremos em erro por defeito, nunca por excesso. Por isso, podemos dizer que o número total de sepulcros será seguramente superior a 411.

ras se revela interessante: raras na zona Norte da nossa área de trabalho (concelho de Miranda do Douro), concentrando-se particularmente na zona do Vale do Douro e sobretudo na margem Sul e na Beira, mas tornando-se de novo mais raras nas zonas mais meridionais (concelho do Sabugal). Os números são elucidativos: o concelho de Miranda do Douro possui sepulcros destes em apenas 2 locais, o de Mogadouro em 7 lugares distintos, o de Torre de Moncorvo em 10 e o de Freixo de Espada-à-Cinta em 3 lugares distintos. Ao todo, para a zona a Norte do Douro, possuímos pelo menos 75 sepulcros repartidos por 22 núcleos distintos. A zona a Sul do Douro conta pelo menos com 336 sepulturas escavadas na rocha. O concelho de Vila Nova de Foz Côa possui sepulcros destes em 6 locais distintos, o de Meda em 13 lugares, o de Figueira de Castelo Rodrigo em 16 lugares, o de Pinhel com 2 lugares⁹⁰, o de Almeida em 11 lugares e o do Sabugal num único local (cf. Quadro 3). Por outro lado, sublinhemos que é na zona da Beira que se concentram as grandes necrópoles portuguesas. Na realidade, a Norte do rio Douro as necrópoles mais extensas não vão além da dezena e meia de sepulcros. Pelo contrário, na Beira encontramos necrópoles com 86 sepulturas (Ig. de S. Pedro de Marialva), com mais de 50 sepulcros (Ig. de St^a. Maria de Moreira de Rei), com 38 sepulcros (Necrópole de Malpartida, Almeida), com 31 enterramentos (Necrópole de Vascoveiro, Pinhel). Parece confirmar-se a tendência já detectada no Entre-Douro-e-Minho (onde predominam as necrópoles de reduzidas dimensões, excedendo raras vezes a dezena de sepulcros) e da Beira (que na amostragem da zona de Viseu já evidenciava algumas necrópoles mais extensas, embora nunca ultrapassando a meia centena de sepulcros)⁹¹.

Quadro 3
Sepulturas escavadas na rocha

A Norte do Douro:	N.º Sep
– Igreja paroquial de Picote (Picote, Miranda do Douro)	não determ.
– Capela de S. Paulo (Sendim, Miranda do Douro)	1 sep.
– Igreja paroquial de Azinhoso (Azinhoso, Mogadouro)	não determ.
– Ribeirinha (Mogadouro, Mogadouro)	4 sep.
– Igreja paroquial de Mogadouro (Mogadouro, Mogadouro)	não determ.
– Algosinho (Peredo da Bemposta, Mogadouro)	3 sep.
– Igreja paroquial de Travanca (Travanca, Mogadouro)	1 sep.
– Igreja paroquial de Urrós (Urrós, Mogadouro)	4 + 3 sep.
– Capela de S. Facundo (Urrós, Mogadouro)	3 sep.
– Igreja de S. Mamede, Baldoeiro (Adeganha, Torre de Moncorvo)	15 sep.
– Cervadeira (Adeganha, Torre de Moncorvo)	não determ.
– A Derruída ou St ^a . Cruz da Vilariça (Cardanha, Torre de Moncorvo)	3 sep.
– Olival dos Berrões, Zambulheira (Cabeça Boa, Torre de Moncorvo)	10 sep.
– Quinta de Vilar Maior (Cabeça Boa, Torre de Moncorvo)	não determ.
– Ribeira de Cananor (Carviçais, Torre de Moncorvo)	14 sep.
– Lagares (Castedo, Torre de Moncorvo)	1 sep.
– Caminho das Sepulturas, St ^a . Marinha (Mós, Torre de Moncorvo)	não determ.
– Quinta da Alfarela (Torre de Moncorvo, Torre de Moncorvo)	não determ.
– Capela de S. Pedro de Mós (Mós, Torre de Moncorvo)	não determ.
– Fornos (Fornos, Freixo de Espada-à-Cinta)	não determ.
– Quinta do Picão da Fonte Santa (Lagoaça, Freixo de Espada-à-Cinta)	3 sep.
– Capela de S. Tiago, Monte de S. Paulo (Poiães, Freixo de Espada-à-Cinta)	não determ.

(contin.)

⁹⁰ Devemos ao Dr. Laurindo Saraiva Monteiro as informações sobre a Necrópole de Vascoveiro, para a qual nos facultou, amavelmente, todos os elementos disponíveis. Para além da Necrópole de Vascoveiro sabemos da existência de sepulturas escavadas na rocha no adro da Capela da Senhora da Ajuda (Pereiro). No entanto, existem mais núcleos de sepulturas escavadas na rocha no concelho de Pinhel.

⁹¹ Para o Entre-Douro-e-Minho vd. BARROCA 1987; para a zona de Viseu vd. MARQUES 1995.

A Sul do Douro:	N.º Sep
– Quinta da Barca (Chãs, Vila Nova de Foz Côa)	2 sep.
– Prazo (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)	13 sep.
– Tapada da Eira (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa)	não determ.
– Cap. S. Pedro de Numão, Castelo de Numão (Numão, Vila Nova de Foz Côa)	19 sep.
– Igreja de Stª. Maria, Castelo de Numão (Numão, Vila Nova de Foz Côa)	3 sep.
– Crelgo (Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Foz Côa)	1 sep.
– Mosteiros, Casteirão (Casteirão, Meda)	1 + 5 sep.
– Alto dos Muimentos, Quinta do Cônsul (Fonte Longa, Meda)	20 sep.
– Fulgaroso (I) (Fonte Longa, Meda)	não determ.
– Fulgaroso (II) (Fonte Longa, Meda)	não determ.
– Fulgaroso (III) (Fonte Longa, Meda)	não determ.
– Capela de Nª. Sª. do Torrão, Longroiva (Longroiva, Meda)	3 + 4 sep.
– Relva de Baixo (Longroiva, Meda)	7 sep.
– Capela do Espírito Santo (Marialva, Meda)	3 sep.
– Igreja de S. Pedro, Marialva (Marialva, Meda)	86 sep.
– Quinta do Covelo, Banhos de Ariola (Outeiro dos Gatos, Meda)	1 sep.
– Quinta do Paço, Banhos de Ariola (Outeiro dos Gatos, Meda)	7 sep.
– Capela da Quinta de Vila Maior (Pai Penela, Meda)	1 sep.
– Quinta de S. Pedro (Ranhados, Meda)	1 sep.
– Algodres (Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Fontenares (Cinco Vilas, Figueira de Castelo Rodrigo)	1 sep.
– Mimosa, Gravanceiro (Colmeal, Figueira de Castelo Rodrigo)	14 sep.
– Luzelos (Colmeal, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Mata de Lobos (I) (Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Mata de Lobos (II) (Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Mata de Lobos (III) (Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Sanca (Mata de Lobos, Figueira de Castelo Rodrigo)	7 sep.
– Quinta dos Vilares (Quintã de Pero Martins, Figueira de Castelo Rodrigo)	1 sep.
– Capela de S. Martinho (Quintã de Pero Martins, Figueira de Castelo Rodrigo)	9 sep.
– Quintã de Vilar Tomé (I) (Quintã de Vilar Tomé, Figueira de Castelo Rodrigo)	6 sep.
– Quintã de Vilar Tomé (II) (Quintã de Vilar Tomé, Figueira de Castelo Rodrigo)	não determ.
– Raposeira (Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo)	14 sep.
– Vale de Olmos (Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo)	1 sep.
– Vale da Baralha (Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo)	1 sep.
– Quinta da Vila ou Canto dos Linhos (Figueira de Castelo Rodrigo)	2 sep.
– Capela de Nossa Senhora da Ajuda (Pereiro, Pinhel)	6 sep.
– Necrópole de Vascoveiro, Negrelos (Vascoveiro, Pinhel)	31 sep.
– Quinta do Dagoberto, Seixo (Ade, Almeida)	4 + ? sep.
– Azinhal (Azinhal, Almeida)	não determ.
– Freineda (Freineda, Almeida)	não determ.
– Freixo (Freixo, Almeida)	não determ.
– Igreja paroquial de Leomil (Leomil, Almeida)	1 sep.
– Campo das Almuinhas, Leomil (Leomil, Almeida)	2 sep.
– Malhada Sorda (Malhada Sorda, Almeida)	não determ.
– Nave dos Moiros, Malpartida (Malpartida, Almeida)	38 sep.
– Naves (Naves, Almeida)	não determ.
– S. Pedro de Rio Seco (S. Pedro de Rio Seco, Almeida)	não determ.
– Vilar Formoso (Vilar Formoso, Almeida)	não determ.
– Sortelha (Sortelha, Sabugal)	3 + 1 sep.

Os domínios cristãos a Sul do Douro, que, como vimos, se estendiam no Séc. X até ao vale do Mondego e ao vale do Côa, penetrando 40 km a sul do Douro, foram duramente afectados pelas campanhas de al-Mansur dos fins do Séc. X. Na realidade, depois da reforma do exército muçulmano, ordenada c. 980, o poder ofensivo de al-Mansur viu-se significativamente acrescido, o que se traduziu numa série de campanhas devastadoras, que se sucederam a um ritmo anual e que investiram contra a Catalunha, León e o Ocidente Peninsular. Para a área actualmente portuguesa interessa a campanha de 986 (contra Condeixa), a campanha de 987 (contra Coimbra, com

a conquista desta cidade em 28 de Julho de 987, pondo termo a quase um século de domínio cristão)⁹², a campanha de 990 (contra Montemor-o-Velho), a campanha de 995 (contra o castelo de Aguiar de Sousa, às portas do Porto) e, sobretudo, a célebre campanha de 997 (contra Santiago de Compostela). Julgamos ter sido no contexto desta última campanha militar que os territórios cristãos a Sul do Douro – quer os que D. Flâmula tinha doado ao Mosteiro de Guimarães, em 960, quer os da área da *civitas* de Lamego – caíram de novo nas mãos das forças muçulmanas. A fronteira cristã recuou, voltando a fixar-se no Vale do Douro, onde se manteve até aos meados do Séc. XI. A expedição de al-Mansur contra Santiago teve início a 3 de Julho de 997, quando uma das colunas do exército muçulmano saiu de Córdoba, dirigindo-se por Cória até Viseu, onde, segundo Reinhart Dozy, se viu engrossada com efectivos dispensados pelos condes cristãos aliados⁹³. A referência cronística esclarece que Viseu estava, então, do lado de al-Mansur o que parece afastar a ideia de uma conquista militar. Terá havido antes um pacto, que evitou o derramamento de sangue. As forças militares, assim reforçadas, alcançaram o vale do Douro e dirigiram-se para o Porto, onde se reuniu uma outra ala do exército muçulmano que tinha partido de Alcácer do Sal por via marítima. A partir do Porto al-Mansur avançou para Norte, percorrendo o Entre-Douro-e-Minho que, ainda nas palavras de Dozy, “*pertenecia a los condes aliados*”, atingindo a zona de Valadares, nas margens do rio Minho. Passado este rio, al-Mansur entrou em território adverso, dirigindo-se a Iria Flávia e a Santiago, tendo em ambos locais deixado um rasto de destruição. Depois de permanecer uma semana em Santiago, al-Mansur empreendeu a viagem de regresso, transportando consigo as portas da cidade e os sinos da basílica de Compostela, dois despojos de guerra carregados de simbolismo. Para trás deixou uma basílica arrasada e incendiada. Sabemos que passou por Lamego, onde se separou dos efectivos cristãos que o apoiaram na expedição e onde repartiu o saque de guerra⁹⁴. A referência a Lamego, que o cronista muçulmano declara que tinha sido *conquistada* por al-Mansur, parece revelar que, ao contrário de Viseu, aqui houve lugar a intervenção militar e que esta poderá ter tido lugar quando os exércitos muçulmanos passaram para Norte. Depois de repartir os proveitos de guerra, al-Mansur atravessou de novo a Beira e veio a entrar, triunfalmente, em Córdoba⁹⁵.

Deve ter sido no contexto desta expedição de 997 que os castelos da Beira que tinham pertencido a D. Flâmula, e que esta senhora tinha doado ao Mosteiro de Guimarães em 960, caíram de novo na posse das forças muçulmanas. Na realidade, a partir dos derradeiros anos do Séc. X a fronteira entre cristãos e muçulmanos voltou a deslocar-se para Norte, fixando-se de novo no vale do Douro. A excepção vai para a zona litoral, a ocidente do sistema montanhoso de Montemuro, onde os territórios da margem Sul do Douro, englobando a zona de Arouca e o território da *civitas* de Santa Maria, permaneceram na posse cristã. Com a fronteira posicionada, nesta zona litoral, ao longo do vale do rio Vouga, a *civitas* de Santa Maria viu incrementada a sua importância estratégica. Mas, para lá do sistema montanhoso de Montemuro a fronteira estava de novo posicionada no vale do Douro. Perdia-se, assim, uma vasta área territorial que, desde as campanhas de Afonso III das Astúrias, e por mais de um século, havia permanecido na posse das forças cristãs.

As notícias referentes aos castelos da zona Norte das Beiras são claras no que toca a esse recuo da linha de fronteira: depois de dobrado o ano 1000 os castelos de S. Martinho de Mouros, de Cárquere, de Lamego, de Tarouca, e todos os castelos que tinham pertencido outrora a D. Flâmula (Numão, Muxagata, Longroiva, Meda, Alcarva, Penedono, Sernancelhe, Caria, Moreira de Rei e Trancoso) encontravam-se de novo na posse das forças muçulmanas. A estes devemos ainda

⁹² A conquista de Coimbra em 987 foi de tal maneira destruidora que a cidade permaneceu desabitada por 7 anos, sendo apenas de novo povoada em 994 (DOZY 1861, vol. III, p. 169). A cidade ficaria sob domínio muçulmano até ao ano de 1064, quando foi definitivamente reconquistada pelas forças de Fernando Magno.

⁹³ DOZY 1861, vol. III, p. 186.

⁹⁴ DOZY 1861, vol. III, p. 189.

⁹⁵ Sobre a expedição de al-Mansur veja-se, entre outros, o clássico estudo de DOZY 1861, vol. III, pp. 186-190.

acrescentar os castelos de Terrenho, de S. Justo (hoje Marialva) e, mais a Sul, os de Viseu, Travanca e Castelo de Penalva. E, a Leste do Côa, o castelo de Castelo Rodrigo que, aparentemente, ainda não deixara de estar na posse muçulmana. Este recuo da fronteira manter-se-ia por mais de meio século, até à “Campanha das Beiras” de Fernando Magno. No entanto, não é fácil apontar testemunhos arqueológicos que se possam identificar, com segurança, com a efêmera passagem destas fortificações de novo pelas mãos muçulmanas. Pelo menos nesta zona, já que na área do Vale do Mondego, onde vários castelos caíram igualmente na posse muçulmana, podemos apontar alguns exemplos onde sobrevivem vestígios arqueológicos identificáveis com essa fase (como, por exemplo, em Montemor-o-Velho e na Lousã).

A fragmentação do poder muçulmano, com o fim do Califado de Córdoba e a formação das 1^{as} Taifas (1031-1094), permitiu que nos meados do Séc. XI a conjuntura militar se invertesse. Para a zona actualmente portuguesa essa nova fase ficaria plasmada na chamada “Campanha das Beiras” que Fernando Magno conduziu entre 1055 e 1064, ao longo de nove anos (ou, como se regista na *Chronica Gothorum*, ao longo de oito anos) e que conduziu à reconquista, definitiva, dos castelos de Viseu, Seia, S. Martinho de Mouros, Lamego, Travanca e Castelo de Penalva:

“... Era MXCVI. IIII^o Calend. Augusti in die S. Cucufatis rex domnus Fernandus cepit civitatem Viseum, postea Geisam, et S. Martinus de Mauris, et Travanca, et Penalviam, atque cetera castella christianorum vicinitatum per annos VIII...”⁹⁶.

No *Chronicon Conimbricense*, exarado no *Livros das Eras* do Mosteiro de St^a. Cruz de Coimbra, registam-se outros eventos relacionados com esse momento:

“... In Era M. LXL.^a V.^a Fuit presa civitas Lamecos III^o Kalendas december, in die Sancti Saturnini per manus Fernandi Regis. In Era M.^a C.^a II.^a Presa fuit civitas Viseu, VIII^o Kalendas Augusti, in die Sancti Cucufati, per manus Fernandi Regis”⁹⁷.

A maior parte dos registos analísticos portugueses memoriza os eventos da Campanha das Beiras, pelo que podemos acompanhar com alguma segurança a evolução das expedições militares nos finais do reinado de Fernando Magno. Assim, a 29 de Novembro de 1057, que, como as fontes medievais registam, foi um Sábado, dia de S. Saturnino, era reconquistada a cidade de Lamego⁹⁸. A conquista de Lamego abriu portas à reconquista dos castelos durienses, nomeadamente o de S. Martinho de Mouros, que foi conquistado em 1058⁹⁹, o de Cárquere e o de Tarouca. É provável que por essa ocasião tenham também sido reconquistados os castelos de D. Flâmula, como veremos mais à frente. No ano seguinte, em 1058, o monarca leonês investiu contra a *civitas* de Viseu, que conquistou no dia de S. Cucufate, ou seja, a 25 de Julho¹⁰⁰. A tomada deste importante castelo possibilitou a conquista de uma série de outros pontos fortificados da Beira, nomeadamente os castelos de Travanca, de Castelo de Penalva e de Seia, todos tomados ainda em 1058¹⁰¹. Aos castelos acima referidos acrescenta o Monge de Silos ainda o de S. Justo (hoje Marialva). Toda esta intensa movimentação militar preparou e anunciou a conquista definitiva de Coimbra, que viria a acontecer em 1064. Depois de seis meses de cerco, iniciado a 20 de Janeiro desse ano, a cidade acabaria por se render a 9 de Julho de 1064¹⁰².

⁹⁶ PMH, Script., pp. 9-10.

⁹⁷ PMH, Script., p. 2.

⁹⁸ PMH, Script., pp. 2, 4, 9, 18 e 19.

⁹⁹ PMH, Script., p. 10.

¹⁰⁰ PMH, Script., pp. 2, 4, 9-10 e 19.

¹⁰¹ PMH, Script., p. 10.

¹⁰² A data da reconquista definitiva de Coimbra anda envolta em polémica dadas as divergências registadas nas diversas fontes medievais (o que acontece igualmente com outros eventos militares). Segundo Augusto Botelho da Costa Veiga, a verdadeira data da tomada de Coimbra seria 9 de Julho de 1064 (VEIGA 1938).

Como referimos, foi no contexto desta campanha militar que os castelos que D. Flâmula doara, em 960, ao Mosteiro de Guimarães regressaram de novo ao poder das forças cristãs. Na realidade, a reconquista destes pontos fortificados deve ter ocorrido em 1057 ou, o mais tardar, em 1058. Ou seja, no rescaldo da reconquista de Lamego (1057) ou no contexto da reconquista de Viseu (1058). O certo é que em 1059 eles estavam seguramente de novo na posse das forças cristãs, tendo o monarca leonês restituído esses castelos ao Mosteiro de Guimarães. O regresso destas propriedades à posse dos monges vimaranenses ficaria testemunhado num inventário de bens do Mosteiro, datado de 1059, onde os castelos que a condessa doara em 960 voltam a ser referidos entre os bens do Mosteiro:

“... et in extremis ex alia parte Durio castellos. id sunt Trancoso cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinata. Penna de Domno. Amendula. Seniorzelli. Alcobria et Caria. istas penas cum toto sua devido...”¹⁰³.

Curiosamente, à lista já nossa conhecida é acrescentado um 11^o castelo – o de Terrenho. Um pormenor que revela que esta fortificação, que certamente estaria englobada em 960 dentro do grupo das *penellas*, tinha conseguido aumentar a sua importância a ponto de já merecer, em 1059, uma referência individualizada. Houve, portanto, um re-ordenamento das fortificações beiroas nesse século que medeia entre a doação primitiva (960) e o novo inventário (1059).

No entanto, o esforço de Fernando Magno não se circunscreveu apenas aos “feitos de armas”. Na realidade, depois das conquistas militares, o monarca demonstrou uma preocupação com o povoamento e a reorganização militar e administrativa da zona recém-reconquistada. Nesse contexto devem ser enquadrados os forais concedidos por Fernando Magno a S. João da Pesqueira, Penela da Beira, Paredes da Beira, Linhares e Ansiães, cinco povoações que se concentram junto das duas margens do Douro¹⁰⁴. São diplomas para os quais desconhecemos quase tudo, desde a data rigorosa do outorgamento (seguramente compreendida entre [1055-1065]) até ao próprio texto original (já que a sua existência está apenas comprovada pelas confirmações assinadas por D. Afonso Henriques em [1137-1139] e em [1169-1175]¹⁰⁵). Mas a importância política destes forais não fica diminuída por essas circunstâncias. Na realidade, eles revelam o empenho directo do monarca leonês no incremento do repovoamento de uma área que ficava “encravada” entre o território de influência da *civitas* de Lamego e o território dos castelos do Mosteiro de Guimarães. Recordemos que Fernando Magno, depois da reconquista de Coimbra, entregaria ao Alvazil D. Sesnando o governo de todos os territórios a Sul do Douro, desde Lamego até à foz do Douro e desde o vale deste rio até ao Mondego¹⁰⁶. Essa doação, para a qual desconhecemos a data exacta, teve lugar forçosamente entre 1064 (data da reconquista de Coimbra) e 1065 (data da morte do monarca). Os forais outorgados a S. João da Pesqueira, Penela, Paredes, Linhares e Ansiães foram concedidos a povoações que não estavam nem dentro dos limites do território de Lamego (confiado pelo monarca a D. Sesnando), nem dentro dos limites do território do Mosteiro de Guimarães (ao qual o monarca devolvera os velhos castelos condais). O monarca leonês apenas se preocupou, portanto, com o espaço que quedava sob administração régia directa.

No entanto, as preocupações de Fernando Magno não se circunscreveram ao povoamento do território. Também do ponto de vista administrativo se verificam inovações. O velho sistema de organização territorial baseado nas *civitates*, que fora implementado a partir das presúrias de

¹⁰³ PMH, DC 420; VMH, 45.

¹⁰⁴ Linhares e Ansiães pertencem ao concelho de Carrazeda de Ansiães, a Norte do Douro; S. João da Pesqueira e Paredes da Beira pertencem ao concelho de S. João da Pesqueira; e Penela da Beira pertence hoje ao concelho de Penedono, na margem Sul do Douro.

¹⁰⁵ PMH, Leges, pp. 343-348; DMP, DR 157; DMP, DR 302 e 303.

¹⁰⁶ Sobre este momento fundamental da Reconquista, o papel de D. Sesnando e os vestígios castelares veja-se o que escrevemos em BARROCA 1990-91, pp. 101-111.

Afonso III, nos fins do Séc. IX, começava a revelar-se incapaz de garantir a eficaz gestão de um espaço tão vasto. Em seu lugar começam a surgir, a partir dos meados do Séc. XI, as referências às Terras, unidades espaciais mais pequenas controladas a partir de uma estrutura fortificada. O aparecimento das Terras, como já tivemos oportunidade de sublinhar noutros estudos¹⁰⁷, pode não ter sido um processo inteiramente pacífico, mas acabaria por conduzir, após uma fase de transição, à afirmação de um único castelo por cada território – o *castelo cabeça-de-terra*. Serão estas estruturas castelares que assistirão ao triunfo do castelo românico, com o aparecimento da Torre de Menagem, a multiplicação dos torreões adossados aos panos de muralha e a todos os mecanismos defensivos típicos do castelo românico.

O aparecimento das Terras não foi o resultado de um processo sincrónico ou contínuo, isto é, as Terras não surgem todas ao mesmo tempo nem correspondem a manchas contínuas. Não estamos perante o resultado de uma medida administrativa bem localizada no tempo, mas perante um processo lento, de afirmação crescente de territórios e de uma nobreza local, interessada em ganhar protagonismo. Por isso, a sua geografia revela-se complexa, com os territórios imbricando-se uns nos outros e com fronteiras por vezes pouco claras e lineares. A geografia destes espaços apenas se clarifica numa fase mais avançada, já em pleno Séc. XII, quando adquirem os contornos que nos habituamos a encontrar, por exemplo, nas Inquirições de 1220. Ou seja, quando o seu poder territorial está plenamente consagrado. A cartografia das primeiras Terras, ensaiada por Amorim Girão e Paulo Merêa num artigo já clássico¹⁰⁸ e depois confirmada pelo levantamento empreendido por Torquato Sousa Soares¹⁰⁹, é bem clara quanto à zona onde esta nova organização territorial se conseguiu impôr de uma forma mais precoce. A primeira zona a receber a nova organização territorial foi a fachada litoral: o Entre-Douro-e-Minho, particularmente na zona do Douro Litoral, e o Entre-Douro-e-Mondego. Se quiséssemos apontar territórios extremos, diríamos que se tratou, primeiro, da zona que se estendia desde a Terra de Faria, nas margens do Cávado, até ao vale do Mondego, e desde as Terras de Panóias, de Viseu e de Seia até ao litoral atlântico. Para a zona que nos interessa – Trás-os-Montes Oriental e Beira Interior – o processo de afirmação das Terras parece ter sido mais tardio. Pelo menos essa é a impressão que fica da análise da documentação conhecida. Julgamos que existem motivos que explicam este atraso. Em primeiro lugar, a zona a Norte do Douro, que engloba o que designamos por Trás-os-Montes Oriental, de Miranda do Douro ao castelo de Alva, encontrava-se dominada, na segunda metade do Séc. XI e no Séc. XII, pela poderosa linhagem dos Braganções. É natural que estes próceres tivessem, de alguma forma, colocado entraves ao triunfo dos territórios castelares que implicavam, obviamente, a afirmação de famílias da pequena nobreza local. Por isso, a Terra de Bragança adquiriu uma inusitada extensão geográfica. Por outro lado, a Sul do Douro, desde este rio até ao Sabugal, as dificuldades de povoamento levaram os monarcas a optar pelo reforço do poder municipal, criando uma forte rede de municípios, dotados de forais. Naturalmente, estes municípios não viram com bons olhos o aparecimento de Terras com a inerente ascensão da Nobreza. Por isso ofereceram sempre alguma resistência à implantação da nobreza terra-tenente, e muitas vezes apenas o consentiram depois de serem fortemente pressionados. Vejam-se os exemplos paradigmáticos de Numão e de Sortelha que cederam terrenos do seu âmbito territorial a conhecidos nobres depois de estes terem manifestado de forma insistente o seu “grande interesse” nessas terras (no primeiro caso cedendo, em 1238, terras no lugar de Touça a D. Abril Peres de Lumiares; no segundo caso entregando terras a D. Ponço Afonso de Baião onde este nobre fundou a aldeia de Águas Belas). Julgamos que a tardia afirmação das Terras nesta zona de Portugal se pode explicar precisamente pela resistência que a organização municipal terá ofe-

¹⁰⁷ Vd. BARROCA 1988, pp. 164-165; BARROCA 1990-91, pp. 119-121; BARROCA 1998c, pp. 21-23.

¹⁰⁸ Cf. MEREIA e GIRÃO 1943, pp. 255 e ss..

¹⁰⁹ Levantamento incluído numa extensa nota da edição crítica da *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* de Henrique da Gama Barros (BARROS 1945-54, XI, pp. 221-396).

recido à implantação da nobreza terra-tenente. Registemos que não conhecemos nenhuma referência documental segura para Terras nesta zona ao longo de toda a segunda metade do Séc. XI (quando elas começam a aparecer e a multiplicar-se noutras zonas do futuro reino), e que mesmo dentro do Séc. XII o seu aparecimento se revela muito tardio e mesmo esporádico. Para encontrarmos referências a Terras e a Tenentes na nossa zona de estudo será necessário aguardar pelo Séc. XIII: Pinhel possui tenentes apenas desde 1209¹¹⁰, Marialva desde 1211¹¹¹, Numão desde 1247¹¹². Mas é necessário aguardar pelos meados do Séc. XIII, nomeadamente pelas Inquirições de Afonso III, para vermos este sistema territorial definitivamente implantado nesta zona interior e raiana do reino português.

Desde os meados do Séc. XI, fruto do avanço da Reconquista com as campanhas de Fernando Magno, começa a desenhar-se uma nova fase na nossa arquitectura militar. As mudanças verificam-se em dois planos: ao nível da técnica de construção e ao nível das soluções arquitectónicas. No que respeita às técnicas construtivas verifica-se uma progressiva evolução dos aparelhos de construção, que se vão afastando cada vez mais do aparelho pré-românico num percurso cujo corolário será a adopção do aparelho românico (pseudo-isódomo). As experiências dos meados e da segunda metade do séc. XI denunciam uma aproximação crescente a este tipo de aparelho construtivo, optando por uma regularidade cada vez maior e procurando evitar os silhares com cotovelos muito pronunciados, embora nesta fase ainda não se tenham assimilado plenamente as regras da isodomia. Este tipo de aparelho de construção, que chamamos Proto-Românico, denuncia uma crescente “optimização” dos estaleiros, com pedreiros que se especializam cada vez mais, até se atingir, com o Românico, a total separação entre pedreiro talhante e pedreiro assentador (o primeiro encarregado de cortar os silhares, o segundo tendo como missão assentar os silhares e erguer os muros). Ao nível das plantas e das soluções arquitectónicas, as mudanças também começam a surgir. Alguns castelos começam a adoptar torreões para flanqueamento dos seus muros (muito embora ainda se esteja longe da multiplicação dos torreões que ocorrerá nos castelos românicos e, sobretudo, góticos). Noutros casos, como em S. Martinho de Mouros, as muralhas adoptam um flanqueamento reentrante. Por outro lado, as arquitecturas vão-se tornando cada vez mais elaboradas, e tendem a desaparecer os castelos de iniciativa das populações, quase sem arquitectura.

Apesar dos testemunhos arqueológicos serem escassos para épocas tão remotas, conhecemos alguns castelos onde se detectam vestígios que podem ser associados aos meados ou segunda metade do Séc. XI e a esse movimento de renovação das nossas estruturas castelares. Na zona que se estende desde Lamego até Coimbra, confiada por Fernando Magno ao governo de D. Sesnando, este Alvazil promoveu uma série de reformas (em Lamego, S. Martinho de Mouros, Montemor-o-Velho, Soure, Lousã, Penela, etc). Na área que temos vindo a analisar não conseguimos personalizar o protagonista dessas reformas, mas foi-nos possível identificar testemunhos que podem ser associados a essa fase Proto-Românica. Ordenando esses exemplos segundo um critério geográfico, de Norte para Sul, registemos os casos de Miranda do Douro, de Numão e de Vilar Maior. Devemos advertir, no entanto, que a identificação desses vestígios se apoia, exclusivamente, em aspectos tipológicos, isto é, na estereotomia dos muros, na forma como o seu aparelho de construção se organiza, o que pode ser um critério insuficiente para uma atribuição cronológica segura. Na realidade, pode haver sobrevivências de arcaísmos em zonas mais remotas, mais isoladas e mais conservadoras. Temos, na nossa área de estudo, um exemplo claro onde tal aconteceu: na muralha de Torre de Moncorvo, que sabemos documentalmente ser obra da segunda metade do Séc. XIII (c. 1285), encontramos, junto da Praça da Republica, um trecho de paramento que apresenta características que poderiam, numa primeira impressão, ser confundi-

¹¹⁰ LDTarouca, 478.

¹¹¹ VENTURA 1992, vol. II, p. 1036.

¹¹² LDTarouca, 626.

das com aparelho pré ou proto-românico. Julgamos, desta forma, que o critério tipológico, baseado apenas na estereotomia dos muros, deverá ser sempre aplicado com precaução e ser sujeito a posteriores confirmações.

Miranda do Douro, o mais setentrional dos povoados fortificados abarcados pelo nosso estudo, é uma póvoa de fronteira que ganha importância na Baixa Idade Média, sobretudo a partir dos finais do Séc. XII¹¹³. Antes dos finais dessa centúria não são conhecidas referências documentais seguras para Miranda e o seu passado revela-se obscuro, envolto em lendas. No entanto, atendendo ao que se conhece do ritmo da Reconquista Cristã, a presúria de Miranda deverá ter ocorrido nos finais do Séc. IX ou inícios do Séc. X, depois de 868-872 (presúrias de Porto e Chaves) e antes de 893 (presúria de Zamora). Na ausência de elementos mais seguros, diríamos que a conquista deverá ter ocorrido próximo da tomada de Zamora, da qual não pode ser dissociada. A muralha de Miranda do Douro é, obviamente, muito posterior a estes remotos tempos, fruto da reconstrução de D. Dinis e das remodelações de D. João I e de monarcas posteriores. No entanto, junto da Porta Oeste, que dá acesso à Rua da Costanilha, uma das ruas com maior número de casas medievais e manuelinas de Miranda do Douro, encontramos um troço de muralha com características muito arcaicas. A reforma de D. Dinis alterou o sistema defensivo da Porta, reconstruindo-a integralmente e dotando-a de duas possantes torres de planta quadrada. Mas à esquerda das torres e da Porta, preserva-se reaproveitado um pano de muralha que pertencia a um sistema defensivo mais antigo, que foi quase integralmente eliminado pela reforma dionisina. Esse troço de muralha apresenta aparelho não-isódomo, com rolhas e cunhas, denunciando a técnica construtiva pré ou proto-românica, podendo ser atribuído ao Séc. XI. Apesar de, tecnicamente, contrastar muito com toda a restante muralha de Miranda, este troço chegou até hoje inédito, passando despercebido ao olhar dos investigadores. Ele constitui o mais remoto testemunho de Miranda do Douro, demonstrando que o primitivo burgo ocupou uma área periférica em relação à vila tardo-medieval, encaixando-se na zona que fica compreendida entre a Rua da Costanilha e o Castelo.

Em Numão, como já referimos, detectámos um troço de muralha com características arcaicas, pré ou proto-românicas, na zona Sul do recinto amuralhado, num pano de muralha voltado à actual vila. Nesta zona, a muralha de Numão apresenta quatro fases distintas: uma, nas fiadas superiores, fruto dos restauros deste século, levados a cabo pela DGEMN; uma segunda fase, gótica, que se detecta pontualmente em algumas zonas do povoado, nomeadamente na Torre da Porta de S. Pedro e no ângulo Noroeste da muralha; uma terceira fase, mais antiga, que se detecta por todo o circuito amuralhado do povoado, e que corresponde à muralha românica, seguramente anterior a 1189; e, finalmente, uma quarta fase, que identificámos junto do alicerce do pano de muralha da zona Sul, que ostenta uma técnica construtiva muito distinta das duas fases da Baixa Idade Média. Na realidade, ao contrário delas, esta fase mais remota ignora a regra da isodomia plena, adoptando silhares deficientemente esquadriados, com faces laterais não paralelas, e denuncia uma grande mestria no trabalho da pedra. Mas, à maneira pré e proto-românica, denuncia igualmente uma assimilação das funções de pedreiro-talhante e assentador na mesma pessoa. Trata-se, por isso, de uma técnica de construção que torna o trabalho mais moroso, mas que nem por isso diminui a sua qualidade. No entanto, o contraste com o aparelho de construção românico e gótico, que adoptam naturalmente a isodomia, é bem nítido. No povoado abandonado de Numão há, como referimos, duas necrópoles de sepulturas escavadas na rocha que testemunham a vitalidade deste povoado nos difíceis tempos da Reconquista, quando esta era uma zona de fronteira: uma necrópole muito mutilada, de que restam apenas 3 sepulcros, em torno da Igreja de St^a. Maria, intra-muros; e uma extensa e muito interessante necrópole de sepulcros dos

¹¹³ Alguns autores têm referido que D. Afonso Henriques outorgou carta de foral a Miranda do Douro em 1136 (cf., por exemplo, GEPE, vol. XVII, pp. 353-356) quando, na realidade, esse diploma foi outorgado a Miranda do Corvo, junto a Coimbra. As primeiras referências documentais seguras a Miranda do Douro remontam aos fins do Séc. XII: Julho de 1172 (DMP, DR 312), Agosto de 1196 (DS 97), Setembro de [1189-1197] (DS 103) e [1195-1198] (DS 113).

Séc. X-XI, polarizada em torno da Capela de S. Pedro, onde se contabilizam perto de duas dezenas de sepulcros, alguns com tipologias muito interessantes, e onde se encontram duas sepulturas inacabadas¹¹⁴. Estes dois exemplares são particularmente importantes pela problemática que suscitam e por servirem para ilustrar a técnica de criação destes sepulcros rupestres. Apresentam o contorno dos monumentos já totalmente gravado no afloramento, com a solução antropomórfica na zona da cabeceira, mas no que respeita à escavação da cavidade mortuária ela não ultrapassou a fase dos primeiros levantamentos.

Finalmente, o povoado de Vilar Maior, a Leste do Côa, na zona do Sabugal, revela diferentes fases de obras de defesa. No alto do monte, coroando o ponto mais destacado, encontra-se o castelo, com a sua cerca ovalada munida de dois acessos: a Porta de entrada principal, voltada a Sul, e a Porta da Traição, estreita e camuflada, rasgada a Nordeste. No exterior do Castelo ergue-se, imponente, a Torre de Menagem, obra de D. Dinis. No alto do monte encontramos ainda a arruinada Igreja de St^a. Maria e o cemitério moderno. A meia encosta desenvolve-se o povoado civil, que Duarte d'Armas desenhou no seu *Livro das Fortalezas do Reino*, e que foi protegido por muralha erguida (ou reformulada) em 1280 por iniciativa de Afonso X, o Sábio, conforme atesta uma inscrição gravada na imposta da Porta da Rua do Arco¹¹⁵. As condições topográficas acabaram por ditar o abandono do povoado mais elevado, na zona do Castelo, e a fortuna do arrabalde de meia encosta e de vale, com condições mais favoráveis à vida quotidiana. Aqui foi construída uma ponte medieval, sobre o Rio Cesarão, e ergueu-se o pelourinho manuelino. Aos poucos, a transferência do povoado traçou o destino das duas Igrejas, votando a de St^a. Maria, no alto do monte, ao abandono e à ruína, e a de S. Pedro, a meia encosta, ao papel de paroquial. Os vestígios mais antigos concentram-se, naturalmente, na zona superior. Na realidade, o castelo de Vilar Maior apresenta o seu circuito amuralhado quase integralmente construído com recurso a uma técnica arcaica, com silhares almofadados, negando a regra da isodomia, embora já sendo rara a opção pelas rolhas e cunhas. É certo que algumas zonas sofreram intervenções posteriores, nomeadamente na zona da Porta de entrada do Castelo, que foi reformulada em época gótica, passando a ostentar arco quebrado. Mas a maior parte da muralha deste castelo ainda obedece a uma técnica de construção pré ou proto-românica. Sublinhemos que o castelo de Vilar Maior não apresenta qualquer torreão adossado, o que está de acordo com a época em que foi erguido. Mais tarde, depois de ter permanecido muito tempo na posse da coroa leonesa, o castelo de Vilar Maior foi tomado por D. Dinis em 1296, sendo a sua posse pelo reino de Portugal formalmente reconhecida com a assinatura do Tratado de Alcanices (1297). A mudança de senhorio ficaria assinalada com a construção da Torre de Menagem e, possivelmente, com a reforma da Porta de entrada do castelo. Mas o monarca não alterou substancialmente a muralha, que continuou a encerrar e defender o pátio do castelo, com o seu poço. Já na centúria de Quatrocentos, Vilar Maior sofreria uma nova reforma, quando se acrescentou uma barbacã extensa, que Duarte d'Armas teve oportunidade de desenhar em 1509-1510 e da qual hoje quase não restam testemunhos. Mas esta nova intervenção também não interferiu com o velho circuito amuralhado que, desta forma, conseguiu chegar até aos nossos dias em relativo bom estado de conservação.

2.1.2. O Castelo Românico

É sabido que o aparecimento do castelo românico é um fenómeno que está, entre nós, indelivelmente ligado à afirmação das Terras, circunscrições de âmbito territorial mais reduzido que o das *Civitates*, dotadas de um governo mais personalizado e de uma estrutura militar (o castelo *cabeça-de-terra*). Na realidade, não se pode separar o processo de afirmação do castelo românico

¹¹⁴ O Castelo de Numão, e nomeadamente a zona da Capela de S. Pedro e da sua necrópole rupestre, está a ser objecto de intervenção arqueológica orientada por Isabel Justo Lopes, Paula Abranches e Heloisa dos Santos.

¹¹⁵ Cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, Insc. n.º 394, pp. 818-819.

desse outro processo que foi a ascensão da nobreza terra-tenente. E, apesar de ser só numa fase muito avançada que assistimos à implantação plena do sistema das Terras e à afirmação da nobreza terra-tenente na zona Leste de Trás-os-Montes e da Beira Interior, isso não significa que não se tenha verificado a penetração do modelo do *castelo românico*.

As experiências arquitectónicas que se ensaiaram em Miranda do Douro, em Numão e em Vilar Maior anunciam o aparecimento do castelo românico que, nesta zona, onde as Terras e a nobreza terra-tenente encontraram maiores dificuldades de afirmação, foi obra sobretudo dos municípios.

Como se sabe, o castelo românico caracteriza-se por obedecer a uma concepção de defesa passiva, feito mais para resistir do que para contra-atacar. Os exércitos do Séc. XI ou XII não estavam preparados para levantar cercos muito prolongados, que exigiam um complicado apoio de retaguarda para fornecimento de víveres e armamento. Por isso, potenciando o efeito de surpresa, a guerra procurava apoiar-se em incursões rápidas e devastadoras. A introdução de algumas melhorias nas estruturas arquitectónicas dos castelos – ao nível das muralhas, das portas e do flanqueamento dos muros – veio revelar-se suficiente para responder às concepções tácticas da época e à reduzida capacidade ofensiva dos exércitos. As principais modificações do castelo românico verificam-se, assim, ao nível das muralhas, que abandonam a opção pelos taludes (típica de períodos mais remotos), libertando as duas faces do muro e desenvolvendo-se em altura. Para garantirem a sua segurança e estabilidade aumentam a espessura e adoptam um sistema de construção de dupla face, com interstício preenchido por *blocage* com pedra miúda, saibro e restos de construção. As muralhas passam a ser erguidas com um aparelho pseudo-isódomo, que respeita a regularidade das fiadas e permite separar definitivamente o pedreiro-talhante do pedreiro-assentador, aumentando significativamente a capacidade construtiva dos estaleiros. Estas muralhas, de perímetros não muito desenvolvidos, delimitam pequenos pátios aos quais se pode ter acesso por duas portas: a porta principal e a “Porta da Traição”. Esta última, ao contrário do que o nome pode induzir, destinava-se sobretudo ao envio de emissários com pedido de reforços em caso de cerco do castelo. O seu aparecimento constituiu uma inovação e uma solução típica do castelo românico¹¹⁶. No interior do pátio localizava-se a reserva de água, seja na forma de cisterna ou, preferentemente, na forma de poço, capaz de garantir a autonomia do castelo e a resistência em caso de cerco. Ao nível das muralhas, coroadas pelo adarve, detecta-se pela primeira vez de uma forma sistemática o uso do parapeito coroado por ameias. E, embora ainda não os adopte de uma forma sistemática e alargada, o castelo românico começa a dotar de torreões os panos de muralha mais extensos e mais vulneráveis. No entanto, a principal inovação do castelo românico ergue-se no centro do seu pátio: a Torre de Menagem. Na realidade, os primeiros exemplos de Torres de Menagem portadores de elementos de datação seguros e explícitos surgem, em Portugal, pelos meados do Séc. XII, todos eles associados aos Templários, tendo depois o modelo sido rapidamente adoptado pela arquitectura militar portuguesa¹¹⁷. A Torre de Menagem, que *comanda* todos os organismos do castelo, revela-se como o elemento-chave de toda a fortificação. Erguida no centro do pátio do castelo, evitando o contacto com os panos de muralha, ela constituía um verdadeiro “castelo dentro do castelo” e rapidamente adquire um valor especial para a fortificação e para o seu Senhor.

Muito embora a maioria dos castelos tenha sofrido reformas góticas ou modernas, que desvirtuaram o traçado original, na zona que temos vindo a tratar ainda podemos apontar alguns bons exemplos de castelos românicos, que preservam o essencial da lógica construtiva dessa época. É o caso, por exemplo, dos castelos de Mogadouro, de Penas Róias, de Ranhados, de Marialva, de Longroiva e de Sortelha.

¹¹⁶ Na realidade, a Porta da Traição é uma inovação românica e, apesar de continuar a existir em castelos que sofreram reformas góticas, constituiu uma característica típica do Castelo Românico, do castelo de “defesa passiva”.

¹¹⁷ Vd. BARROCA 1990-91, p. 121; BARROCA 1995, vol. I, pp. 362-365; BARROCA 1996-97, pp. 193-194.

O destino dos Castelos de Mogadouro e de Penas Róias andou, no passado, intimamente associado já que pertenceram ambos à Ordem do Templo. Na realidade, cerca de 1145 o prócere D. Fernão Mendes de Bragança, cunhado de D. Afonso Henriques (uma vez que era casado com D. Sancha Henriques, irmã do primeiro monarca), entregou por título de doação à Ordem do Templo três castelos que estavam na sua posse: Mogadouro, Penas Róias e Longroiva. Estes castelos – dois a Norte do Douro, um a Sul deste rio – manter-se-iam na posse da Ordem até aos finais do Séc. XII. Mas, com a aproximação do final da centúria surgia a vontade régia de voltar a ter sob sua alçada os dois castelos transmontanos de fronteira. Em 23 de Janeiro de 1197 D. Sancho I doava Idanha-a-Velha e seu termo aos Templários em reconhecimento de serviços prestados pelos cavaleiros e em troca dos castelos de Mogadouro e Penas Róias que voltavam, deste modo, de novo à posse do monarca¹¹⁸. E dois anos mais tarde, em 5 de Julho de 1199, o monarca doava a Herdade de Açafa (hoje Vila Velha de Rodão), um amplo território na margem Norte do Tejo, em troca das Igrejas de Mogadouro e Penas Róias¹¹⁹. Desta forma, no momento da viragem da centúria os Templários já só detinham o castelo de Longroiva, que conservaram na sua posse até à extinção da ordem, entrando depois no rol dos bens fundacionais da Ordem de Cristo. Os Templários não perderam, no entanto, todos os seus bens e interesses na zona de Mogadouro e de Penas Róias uma vez que, ao longo de quase todo o Séc. XIII se conhecem documentos onde continua a ser mencionado o Comendador de Mogadouro e de Penas Róias, em contendas com a população local e com o Arcebispo de Braga: em 1227¹²⁰, em 1253¹²¹, em 1254¹²², em 1259¹²³, em 1260¹²⁴. Finalmente, registemos que em 1272 D. Afonso III outorgaria forais a Mogadouro e Penas Róias¹²⁵, e que, um ano depois, em 1273, assinaria novos diplomas¹²⁶.

O Castelo de Mogadouro encontra-se, hoje, em adiantado estado de ruína, com parte significativa do seu circuito muralhado derrubado. Foi construído no alto de afloramentos graníticos relativamente destacados, sobranceiros ao Largo da Misericórdia e ao Pelourinho manuelino, na zona mais elevada de Mogadouro. Os afloramentos rochosos sofreram cortes artificiais, que melhoraram as condições de defesa do local, como é bem evidente na vertente voltada ao Largo da Misericórdia. Do castelo dos Templários sobrevive, hoje, um troço de muralha que corresponde a sensivelmente metade do perímetro do castelo e a sua Torre de Menagem. O pano de muralha, erguido em xisto e com os cunhais reforçados com silhares de granito, não revela torreões adossados e define um pátio ovalado no centro do qual se localiza a cisterna. A Torre de Menagem, de área relativamente modesta, foi objecto de profundas reformas modernas, que lhe adulteraram a porta de entrada, rasgada ao nível do primeiro andar, e transformaram as frestas em amplas janelas rectangulares. Esta intervenção moderna visou, certamente, adaptar a Torre de Menagem a espaço residencial, complementar de outras estruturas residenciais que Duarte d'Armas desenhou com algum pormenor em 1509-1510. Junto da Torre de Menagem encontra-se a porta de entrada do Castelo, que ainda se conserva. Julgamos que a Torre de Menagem, pelas suas características tipológicas, pode ser atribuída à “fase templária” do castelo de Mogadouro, podendo deste modo ser incluída dentro dos primeiros exemplos portugueses deste tipo de construções. Certamente que não andarão muito desfasada da construção da Torre de Menagem do Castelo de Penas Róias, a escassa distância, para a qual possuímos elementos cronológicos mais precisos.

¹¹⁸ DS 100, pp. 160-161.

¹¹⁹ DS 117, pp. 181-182.

¹²⁰ Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1156, p. 492; *Idem*, n.º 1165, p. 493.

¹²¹ Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1119, p. 485.

¹²² Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1141, p. 487.

¹²³ Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1042, p. 468.

¹²⁴ Gavetas ANTT, vol. II, n.º 1021, p. 466.

¹²⁵ Foral de Mogadouro, de 1272 – PMH, Leges, pp. 725; Foral de Penas Róias, de 1272 – PMH, Leges, p. 725.

¹²⁶ Foral de Penas Róias, de 9 de Junho de 1273 – PMH, Leges, pp. 732-733; Foral de Mogadouro, de 18 de Novembro de 1273 – PMH, Leges, pp. 731-732.

O Castelo de Penas Róias, que entrou na posse dos Templários ao mesmo tempo que o de Mogadouro, por doação de Fernão Mendes de Bragança, encontra-se ainda em pior estado de conservação. Não fosse a vista desenhada por Duarte d'Armas nos inícios do Séc. XVI e dificilmente poderíamos imaginar como fora o seu aspecto original. Da sua muralha não resta mais do que um torreão, de planta semi-circular. Quase todo o restante pano de muralha desapareceu, sobrevivendo apenas um ou outro pequeno troço, reduzido a simples talude de contenção de terras. Na plataforma superior, entre vários afloramentos, há um que se destaca particularmente por ter sido escolhido para a construção da Torre de Menagem. Este é o organismo do velho castelo medieval que se preserva em melhor estado de conservação. Isolada no centro do pátio, à boa maneira românica, erguida sobre os afloramentos mais destacados, apresentando dimensões relativamente modestas, com 7,5 m de lado, a Torre de Penas Róias é um bom protótipo para este primeiro grupo de Torres de Menagem. A porta de entrada, rasgada no primeiro andar, era apenas acessível por meio de escada móvel. Hoje, na sua ausência, o interior conserva-se inacessível. No lintel da porta gravou-se uma inscrição, de leitura muito difícil, datada de 1172, onde se assinala o protagonismo dos Templários na construção desta Torre, em pleno mestrado de D. Gualdim Pais¹²⁷. A vista de Duarte d'Armas mostra-nos um castelo dotado de duas portas: a principal, ladeada por um torreão quadrado, voltada ao povoado civil; e a "Porta Falsa", ou da Traição, voltada à encosta mais íngreme. E revela, ainda, que o castelo possuía uma segunda linha de muralha, que se desenvolvia a uma cota inferior, no sopé do monte, junto da povoação, da qual hoje não sobrevivem vestígios.

Certamente que poderíamos acrescentar mais exemplos de fortificações a Norte do Douro onde se plasmam as características do castelo românico. É o caso dos castelos que foram abandonados no decurso do Séc. XIII ou nos inícios do Séc. XIV e que, porque estavam já nessa altura destituídos de valor estratégico, nunca chegaram a sofrer reformas góticas. Poderíamos incluir nesse grupo o castelo de Bemposta (freg. Bemposta, conc. Mogadouro), o castelo de Adeganha (freg. Adeganha, conc. Torre de Moncorvo), o castelo de Urros (freg. Urros, conc. Torre de Moncorvo) e o castelo de Alva (freg. Poiares, conc. Freixo de Espada à Cinta). No entanto, deles poucos vestígios sobrevivem e apenas uma investigação arqueológica mais profunda poderá ajudar a caracterizar melhor estas estruturas.

A Sul do Douro encontramos outros exemplos de fortificações que se revestem de características eminentemente românicas. Registemos, sem uma preocupação de exaustividade, os exemplos dos castelos de Ranhados, de Marialva, de Longroiva e de Sortelha.

O Castelo de Ranhados (freg. Ranhados, conc. Meda) é um castelo relativamente mal caracterizado do ponto de vista documental. Não vem mencionado na lista de D. Flâmula, de 960, revelando que nessa altura ainda não tinha adquirido a importância que veio a ter mais tarde. Na realidade, a doação da condessa refere *Alcobria*, que julgamos ser Alcarva, povoação vizinha de Ranhados e que mais tarde viria a fazer parte do seu termo, mas não se menciona Ranhados de forma individualizada. A importância desta povoação começaria, no entanto, a desenhar-se pouco depois da Campanha das Beiras, de Fernando Magno, nos meados do Séc. XI, acompanhando o declínio progressivo de Alcarva. Sabemos que Ranhados recebeu carta de foral das mãos de D. Dinis em 26 de Julho de 1286 e que, um século mais tarde, em 1377, D. Fernando a doou, com seu termo, a dois membros da linhagens dos Távoras, os irmãos Pedro e Rui Lourenço de Távora. No entanto, o castelo que hoje ali se pode observar apresenta vestígios que são, seguramente, anteriores a estes dois marcos históricos. Erguido na zona superior do povoado, aproveitando afloramentos graníticos, o Castelo de Ranhados permite o controlo dos vales dos rios Teja e Torto, facto que ajuda a compreender a importância estratégica que veio a adquirir. O castelo, hoje adaptado a cemitério, apresenta uma espessa linha de muralhas, com pelo menos duas fases construtivas, e duas portas: a Principal, radicalmente alterada no Séc. XIX; e a da Traição, voltada

¹²⁷ Cf. BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, Insc. n.º 142, pp. 314-315. Vd. tb. BARROCA 1996-97, pp. 186-187.

a Sul e hoje entaipada. Um recinto interior, que coroa os afloramentos mais destacados, onde se deve ter implantado a desaparecida Torre de Menagem, é o que apresenta características mais arcaicas sugerindo que foi aqui que se começou a desenvolver a primitiva fortificação. O sistema muralhado mais vasto, que se desenvolve a cota mais baixa e que englobava o primitivo núcleo da povoação, apresenta características mais tardias, optando por aparelho pseudo-isodomo. Ao longo de todo o seu circuito amuralhado, o Castelo de Ranhados apresenta apenas um torreão, de planta rectangular, revelando como no momento em que foi erguido os princípios de flanqueamento eram ainda incipientes. Esvaziado de valor estratégico depois da assinatura de Alcanices, o castelo de Ranhados não apresenta sintomas de reformas góticas: não tem mecanismos de defesa activa (como os balcões com matacães) nem recebeu barbacã.

O Castro de S. Justo, que já se encontra referido nas crónicas da Reconquista, foi tomado por Fernando Magno no contexto da Campanha das Beiras, nos meados do Séc. XI: “... *castrum Sancti Iusti super flumen Malvam...*”. Pouco depois, em data desconhecida mas seguramente antes dos meados do Séc. XII, passou a ser conhecido pelo nome de Marialva, topónimo que ainda hoje conserva¹²⁸. O castelo desta vila ocupa o morro granítico muito destacado, sobranceiro à Igreja de Santiago, a primitiva paroquial do povoado. Em seu redor desenvolveu-se, depois, um povoado medieval amuralhado que entraria em declínio no Séc. XVIII e que seria abandonado nos meados dessa centúria, quando a população se transferiu para o arrabalde de S. Pedro. No Castelo de Marialva encontramos as principais características que definem o castelo românico. Um pátio, acidentado e de limitadas dimensões, ao qual se tem acesso por meio de duas portas: a principal, voltada a Ocidente, com porta de dupla fiada de aduelas; e a da Traição, debruçando-se sobre a Igreja de Santiago. Uma Torre de Menagem que se ergue isolada, no centro do pátio, no alto de afloramentos rochosos que ajudam a conferir-lhe uma posição de destaque e de supremacia. Como recomendavam as “normas” românicas, a Torre evita o contacto com a muralha e apresenta acesso facultado por meio de uma porta rasgada ao nível do primeiro andar, à qual se acedia por escada móvel. Ao lado da Torre de Menagem encontramos a cisterna, um pequeno compartimento abobadado e revestido a estuque, cujo único acesso era garantido a partir de abertura rasgada na abobada. No quadro de um conceito de defesa passiva, em que o castelo é pensado para resistir a cercos prolongados, a presença da cisterna revela-se fundamental. As muralhas do Castelo de Marialva, embora hoje estejam muito destruídas, possuíam adarve e parapeito coroado com merlões. E, apesar de nenhum destes sobreviver *in situ*, encontramos várias pedras correspondentes ao remate superior dos merlões reaproveitadas no adro da Igreja de Santiago, no sopé do morro do castelo. As ameias do Castelo de Marialva seriam, assim, semelhantes às ameias do sistema muralhado da vila abandonada, de que hoje sobrevivem apenas alguns escasos exemplares. Certamente que o castelo que hoje ali podemos ver não conheceu os conturbados tempos da Campanha das Beiras, quando o Castro de S. Justo foi tomado pelas forças de Fernando Magno, em 1055-58. Com estas características e com esta técnica construtiva, ele tem, forçosamente, de ser um produto de uma reconstrução mais recente, realizada no Séc. XII, que o dotou dos mecanismos arquitectónicos típicos do castelo românico, de que pode ser considerado um bom paradigma.

O castelo de Longroiva pode ser igualmente apontado como um bom exemplo da arquitectura militar românica. Como já referimos, Longroiva foi doada aos Templários por D. Fernão Mendes de Bragança, em 1145, sensivelmente na mesma altura em que o cunhado de D. Afonso Henriques lhes confiava, igualmente, os castelos de Mogadouro e de Penas Róias. Começava-se, assim, a desenhar uma mancha de domínios da Ordem do Templo na zona Leste do Reino, junto da fronteira com Leão e Castela, que se viria a completar, mais tarde, com as doações régias de

¹²⁸ No Foral outorgado por D. Afonso Henriques, em data desconhecida mas compreendida entre 1158 e 1169, a povoação já é referida como Marialva: “... *vobis hominibus de Marialva qui ibidem populosos estis per mandatum meum et de filiis meis qui venerint ad populandum...*” (PMH, Leges, p. 440; DMP, DR 264).

Monsanto, Idanha-a-Velha e Açafa/Vila Velha do Ródão e com a cedência, concelhia, dos terrenos onde os Templários ergueram Vila do Touro. Do Castelo de Longroiva, que os Templários receberam em 1145, não sobrevivem hoje grandes vestígios. Sabemos que essa fortificação já existia em 960 uma vez que é referida na doação de D. Flâmula Rodrigues ao Mosteiro de Guimarães. Conquistada por al-Mansur em fins do Séc. X, viria ser incorporada definitivamente nos domínios cristãos com as campanhas de Fernando Magno, em meados do Séc. XI, seguramente antes de 1059, altura em que volta a ser referida entre as propriedades do Mosteiro de Guimarães. Com o advento da nacionalidade, Longroiva foi confiada ao governo de D. Fernão Mendes de Bragança, o Bravo, que foi *tenens* da Terra de Bragança entre 1128 e 1145. Sabemos que os interesses deste Braganção não se circunscreveram apenas à zona de Trás-os-Montes, mas que desde muito cedo se alargaram à margem Sul do Douro. Na realidade, dois anos depois de surgir à frente da importante Terra de Bragança, D. Fernão Mendes de Bragança assina, em 1130, o Foral de Numão – “... *Naumam cognomento Monforte...*”¹²⁹. Apesar de terem tomado posse desses três castelos em 1145, os Templários só parecem ter investido na sua reformulação arquitectónica depois de terminada a grande empresa de construção do Castelo de Tomar, que lhes consumiu as energias durante perto de uma década (1160-1169). Depois de concluída a obra de Tomar, os freires lançaram uma campanha de obras que abrangeu quase todos os castelos que detinham, com intervenções arquitectónicas documentadas em Pombal (em 1171), Almourol (em 1171), Cardiga, Zêzere, Idanha-a-Velha e Monsanto (estes quatro seguramente antes de 1171). Na zona que nos interessa documentam-se obras em Penas Róias (em 1172) e em Longroiva (em 1174). Como referimos acima, julgamos que a construção da Torre de Menagem de Mogadouro pode ser atribuída a esta mesma fase (c. 1172-1174). A intervenção de D. Gualdim Pais no Castelo de Longroiva ficou marcada pela construção da Torre de Menagem, que ainda hoje ali se pode admirar, e que se encontra datada por meio de uma inscrição:

[in e]RA : M CC : XII : MAGISTER /
 GALDINus : CONDUTOR : PORTUGALEN /
 SIUM . MILITUM . TEmPLI . REGNA /
 [nt]E ALFO(n)SO : PORTUGALE(n)SIUm REG(e) /
 CUM . MILITIBUS . SUIS . EDI /
 FICAVIT . HANC . TURRIS¹³⁰.

A construção da Torre de Menagem de Longroiva remonta, portanto, a 1174, dois anos depois de ter sido erguida a sua congénere de Penas Róias. Deste modo, Longroiva integra o restrito grupo dos primeiros exemplos portugueses deste tipo de estrutura, inaugurado em Tomar em 1160, facto que seria, por si só, digno de nota. Mas, esta é uma construção que revela outros aspectos de vanguarda, nomeadamente por constituir o mais remoto exemplo que conhecemos, em Portugal, de uma *hurdicio*. Efectivamente, na parte superior desta torre encontramos uma série de orifícios quadrangulares, afastados por espaços regulares, que denunciam a presença, outrora, de uma galeria de madeira. Esta Torre de Menagem, erguida por D. Gualdim Pais em 1174 e detentora de tão grandes novidades para o nosso panorama militar, beneficiou dos conhecimentos de arquitectura militar que o Mestre adquirira no Próximo Oriente, onde se deslocou na década de '50, no quadro da IIª Cruzada, tendo participado nomeadamente na defesa de Antioquia e na tomada de Escalona (1153).

Por fim, o exemplo mais setentrional que elegemos para abordar o castelo românico é, igualmente, o mais tardio de todos. O Castelo de Sortelha, erguido perifericamente em relação ao povoado amuralhado, no alto de um imponente maciço rochoso, é uma obra que remonta aos iní-

¹²⁹ PMH, *Leges*, pp. 368-370.

¹³⁰ BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, *Insc.* n.º 148, pp. 324-326 (onde se indica outra bibliografia).

cios do Séc. XIII. Trata-se de uma fundação régia, de iniciativa de D. Sancho I, que procurou, assim, dar resposta à transferência da vila do Sabugal do “Sabugal Velho” para o actual assentamento, junto da margem direita do Côa, por iniciativa de Afonso IX de Leão. Na realidade, sabemos que em 1210 o município da Covilhã, respondendo a um pedido de D. Sancho I, cedeu a Gil Sanches e a Paio Pais os terrenos onde se viria a erguer a vila da Sortelha. O castelo seria erguido pouco depois dessa data uma vez que em 1220 já possuía alcaldes. A iniciativa de D. Sancho I encontra-se, por outro lado, corroborada no foral que D. Sancho II outorgou a Sortelha em 1228-29, onde o monarca declara que o faz a “... *vobis populatoribus de Sortelia tam presentibus quam futuris, tam illis quam ibi venistis et habitastis a tempore avi mei quam eis qui ibi venistis de populatione de Valencia quam eciam omnibus aliis qui ibi venerint populare de omnibus terris...*”¹³¹.

O castelo de Sortelha, que ostenta uma importante reforma manuelina, apresenta ainda as características estruturais do castelo românico. Erguido sobre penedias, procurando beneficiar as condições defensivas com as acentuadas diferenças de cota, este castelo é servido por duas únicas portas: a principal, voltada ao Largo da Vila, onde depois se ergueu o Pelourinho e a Casa da Câmara; e a da Traição, voltada a Sul, à encosta mais pedregosa e de acesso virtualmente impossível. Uma vez franqueada a porta principal temos acesso a um pátio de reduzidas dimensões, apresentando uma cisterna de boca quadrada ao centro, e onde metade da superfície definida pelas muralhas é ocupada pelos afloramentos escolhidos para apoio da Torre de Menagem. Esta obedece aos protótipos românicos: opta por uma planta quadrada, de dimensões modestas, e ergue-se isolada das muralhas do castelo, evitando qualquer contacto físico com estas, apoiada sobre afloramentos que lhe proporcionam um lugar de destaque na paisagem e que melhoram as condições de defesa. O adarve deste castelo, que certamente era rematado por parapeito com ameias, foi radicalmente afectado pela reforma manuelina, que referiremos mais à frente.

Todos os castelos que temos vindo a abordar tinham Torre de Menagem, o mais simbólico e importante contributo do Românico no domínio da arquitectura militar. Evidentemente, poderíamos apontar mais exemplos de fortificações munidas de Torre de Menagem. Por exemplo, o Castelo de Numão, que recebeu Torre de Menagem no último quartel do Séc. XII, comemorada por inscrição de 1189¹³², talvez o mais claro sintoma do aparecimento desta *Terra*. Ou, embora ainda mais tardios, os casos da Torre de Menagem de Castelo Rodrigo, que flanqueava o Castelo na banda Sul, erguendo-se voltada ao povoado amuralhado, da Torre de Menagem de Pinhel, erguida isolada no centro do pátio do seu castelo, e das Torres de Menagem de Vilar Maior e de Sabugal, erguidas por D. Dinis numa clara demonstração de senhorio sobre estas praças recentemente incorporadas no território nacional. No entanto, devemos sublinhar que não é obrigatório que todos os castelos desta zona fossem munidos com Torres de Menagem. Julgamos que Castelo Melhor, junto do Douro, nunca deve ter tido Torre de Menagem. Na parte superior deste castelo, no alto dos afloramentos rochosos, subsistem os alicerces de uma construção rectangular, mas que nunca foi uma Torre de Menagem: a espessura dos seus muros revela que se trata de uma estrutura civil, e não militar, e, por outro lado, era uma construção rectangular dotada de dois compartimentos.

Evitamos, propositadamente, falar das defesas de povoados, como as muralhas de Miranda do Douro, de St^a. Cruz da Vilarça, de Numão, de Castelo Rodrigo, de Vila do Touro, etc. O universo das povoações fortificadas é, como se sabe, substancialmente distinto do dos castelos, com motivações por vezes até distintas. Mas não podemos deixar de sublinhar a existência de sistemas muralhados desde épocas relativamente recuadas (fins do Séc. XI e Séc. XII), e, por outro lado, a extensão que o fenómeno do urbanismo criado adquiriu nestas zonas raianas, sobretudo ao longo do Séc. XIII, com D. Afonso III e D. Dinis, que fomentaram uma política régia que, não raro, conduziu à transferência de povoados e à fundação de vilas novas.

¹³¹ PMH, Leges, p. 608.

¹³² BARROCA 1995, vol. II, tomo 1, Insc. n.º 185, pp. 394-395 (onde se indica outra bibliografia).

O papel militar dos castelos não pode ser interpretado isoladamente, mas deve ter em atenção outras estruturas que lhes andaram intimamente associadas. Na realidade, embora o aparecimento das Terras se tenha traduzido numa redução do âmbito geográfico dos territórios castelares e na afirmação de uma única estrutura militar dentro de cada território, os castelos não

Quadro 4
Atalaias e Pontos de Vigilância

Atalaia	Testemunho	Freguesia	Concelho
A Norte do Douro:			
Alto do Facho	Toponímico	Duas Igrejas	Miranda do Douro
Alto do Pendão	Toponímico	Genízio	Miranda do Douro
Pendão	Toponímico	Ifanes	Miranda do Douro
Facho	Toponímico	Malhadas	Miranda do Douro
Esculca	Toponímico	Picote	Miranda do Douro
Pendão	Toponímico	Póvoa	Miranda do Douro
Vigia	Toponímico	S. Martinho	Miranda do Douro
Belage	Toponímico	Angueira	Miranda do Douro
Atalaia	Toponímico	Vila Chã de Braciosa	Mogadouro
Facho Segundo	Toponímico	Peredo da Bemposta	Mogadouro
Pendão	Toponímico	Peredo da Bemposta	Mogadouro
Pendão	Toponímico	S. Martinho de Peso	Mogadouro
Facho	Toponímico	Azinhoso	Mogadouro
Pendão	Toponímico	Brunhosinho	Mogadouro
Atalaia da Q ^a . da Alfarela	Arqueológico	Castelo Branco	Torre de Moncorvo
Atalaia de Ferronho	Arqueológico	Torre de Moncorvo	Torre de Moncorvo
Pendão	Toponímico	Mós	Torre de Moncorvo
Atalaia da Q ^a . de Baldoeiro	Arqueológico	Horta da Vilariça	Torre de Moncorvo
Atalaia da Lagoaça	Arqueológico	Adeganha	Freixo Espada à Cinta
Cabeço do Facho	Toponímico	Lagoaça	Freixo Espada à Cinta
Atalaia do Monte S. Paulo	Arqueológico	Freixo Espada à Cinta	Freixo Espada à Cinta
A Norte do Douro:			
Alto da Atalaia	Toponímico	Algodres	Vila Nova Foz Côa
Atalaia	Arqueológico	Almendra	Vila Nova Foz Côa
Fumo	Toponímico	Almendra	Vila Nova Foz Côa
Custóias	Toponímico	Custóias	Vila Nova Foz Côa
Facho	Toponímico	Touça	Vila Nova Foz Côa
Picão da Atalaia	Toponímico	Vilar de Amargo	Vila Nova Foz Côa
Pendão	Toponímico	Prova	Meda
Casarão da Torre	Arqueológico	Almofala	Figueira Cast. Rodrigo
Alto da Sentinela	Arqueológico	Escalhão	Figueira Cast. Rodrigo
Cabeço do Facho	Toponímico	Escarigo	Figueira Cast. Rodrigo
Almenara	Arqueológico	Mata de Lobos	Figueira Cast. Rodrigo
Alto do Facho	Toponímico	Vermiosa	Figueira Cast. Rodrigo
Sentinela	Toponímico	Vermiosa	Figueira Cast. Rodrigo
Torre da Vigia	Arqueológico	Castelo Bom	Almeida
Sentinela	Toponímico	Junça	Almeida
Atalaias	Arqueológico	Malpartida	Almeida
Talaião e Tapada da Atalaia	Toponímico	Malpartida	Almeida
Alto do Barranco do Pendão	Toponímico	Miuzela	Almeida
Cabeço da Atalaia	Toponímico	Senouras	Almeida
Atalaia da Tinassa	Arqueológico	Vale da Mula	Almeida
Atalaia	Arqueológico	Vale da Coelha	Almeida
Atalaia (I)	Toponímico	Vilar Formoso	Almeida
Atalaia (II)	Toponímico	Vilar Formoso	Almeida
Atalaia	Toponímico	Atalaia	Pinhel
Cabeço da Atalaia	Toponímico	Pereiro	Pinhel
Atalaia	Toponímico	Póvoa del Rei	Pinhel
Pendão	Toponímico	Sorval	Pinhel
Atalaia	Toponímico	Aldeia da Ribeira	Sabugal
Atalaia das Moitas	Toponímico	Vilar Maior	Sabugal

tinham possibilidade de controlar todo o seu território. Procurando suplantar essas limitações, lançaram uma rede de atalaias que tiveram um papel relevante na vigilância e defesa do território. Cada castelo estava, normalmente, ligado a várias atalaias, em média duas ou três, nalguns casos mais. Como é natural, as atalaias adensam-se nas zonas mais acidentadas das Terras e nas áreas mais afastadas do castelo, ou seja, nas zonas onde não era possível obter contacto visual directo a partir do castelo cabeça-de-Terra. No caso da área geográfica que temos vindo a analisar, tratando-se de um espaço de fronteira, a rede de atalaias densificou-se igualmente ao longo da raia, vigiando os movimentos dos exércitos inimigos. Apesar do papel crucial que desempenharam do ponto de vista estratégico, a maior parte dos estudos tem descurado o papel das atalaias. Por isso, a sua estrutura material continua a ser relativamente mal conhecida em Portugal. Conhecemos alguns exemplos de atalaias com plantas quadrangulares como, por exemplo, a atalaia de Ferronho (freg. Mós, conc. Torre de Moncorvo), a atalaia de Baldoeiro (freg. Adeganha, conc. Torre de Moncorvo), a atalaia de S. Paulo (freg. Poiães, conc. Freixo de Espada à Cinta), e as atalaias de Atalaia (freg. Almendra, conc. Vila Nova de Foz Côa; e freg. Vale da Coelha, conc. Almeida). Noutros casos optou-se pelas estruturas turriformes de planta circular, como é o caso da atalaia da Quinta de Alfarela (freg. e conc. Torre de Moncorvo), da atalaia de Atalaia (freg. Malpartida, conc. Almeida) e da atalaia da Tinassa (freg. Vale da Mula, conc. Almeida). Julgamos, no entanto, que a maior parte das atalaias que optam por plantas circulares correspondem a estruturas de Época Moderna, coevas da Guerra da Restauração, que teve aqui cenário particularmente sensível. No entanto, sublinhemos que continuamos a carecer de um estudo cuidado sobre as atalaias. Na área que nos ocupa conseguimos detectar indícios da presença de 50 atalaias. Na maior parte dos casos as indicações recolhidas respeitam a referências toponímicas (37 exemplos, representando 74%), que não permitem definir uma cronologia segura e que, por isso mesmo, carecem de confirmação no terreno. Na realidade, alguns topónimos, como *Atalaia*, são usuais em épocas muito distintas, prolongando-se na linguagem comum até à actualidade, pelo que perdem boa parte do seu valor probatório. Mas há outros topónimos que, porque caíram em desuso, se revelam cronologicamente mais elucidativos. É o caso, por exemplo, de *Custóias* ou, sobretudo, de *Esculca* e de *Almenara*. Mas, para além das referências toponímicas, registemos 13 casos (26%) de atalaias onde sobrevivem vestígios arqueológicos.

2.2. O Domínio Leonês na zona Leste do Côa (1170-1297)

No derradeiro quartel do século XII e ao longo de quase todo o século XIII, grosso modo entre 1171 e 1296-97, a zona de Riba Côa, a Leste deste rio, encontrava-se sob domínio leonês. Não cabe explorar, aqui, os aspectos históricos relacionados com essa presença da monarquia leonesa, mas apenas sondar as suas repercussões ao nível das estruturas militares. Efectivamente, do ponto de vista militar esta situação reveste-se de enorme interesse, porque ajuda a compreender os ritmos de construção e de reforma (ou abandono) dos castelos, a sua implantação no terreno e algumas diferenças que se detectam nas opções arquitectónicas.

A zona de Riba Côa conseguiu atrair a atenção das monarquias portuguesa e leonesa, que cedo compreenderam a importância estratégica desse espaço de fronteira. A história do Mosteiro de St^a. Maria de Aguiar é espelho disso mesmo, tendo atraído os favores de D. Afonso Henriques e dos seus sucessores¹³³, mas também tendo sabido cativar a generosidade de Afonso IX e de outros monarcas leoneses, que não deixaram de contemplar o mosteiro cisterciense com doações¹³⁴.

¹³³ Vd. AZEVEDO R. 1962.

¹³⁴ Vd., entre outros, AZEVEDO P. A. 1913, p. 185-186. Sobre a evolução histórica do Mosteiro de St^a. Maria de Aguiar veja-se a recente síntese de António Balcão Vicente (VICENTE 1996).

No que respeita aos incentivos para o povoamento, o empenho leonês neste espaço de fronteira encontra-se plasmado na concessão dos Foros e Costumes que Afonso IX de Leão (1188-1230) outorgou em 1209 (?) a Castelo Melhor¹³⁵ e a Castelo Rodrigo¹³⁶, e, em data não explicitada, a Castelo Bom¹³⁷ e a Alfaiates¹³⁸. Outras vilas fortificadas desta zona, como Almeida e Sabugal, receberam igualmente foros leoneses, cujos diplomas se perderam mas para os quais se conhecem referências indirectas. E, como seria de esperar, os incentivos leoneses não deixaram de ter resposta por parte dos monarcas portugueses, que promulgaram diplomas para a fixação de populações nesta zona de fronteira, mais instável e ingrata. É nesse contexto que se pode perspetivar a fundação da cidade da Guarda (1199) e a concessão de diversos forais para povoações da margem esquerda do Côa, ao longo da primeira metade do Séc. XIII. D. Sancho I outorgou o Foral a Pinhel, uma póvoa de fronteira com importância estratégica decisiva, no ano de 1209¹³⁹, precisamente aquele em que Afonso IX concedera Foros e Costumes a Castelo Rodrigo e Castelo Melhor. Por seu turno, Vila de Touro, póvoa fortificada fundada pelos Templários, recebe Foral das mãos de Mestre Pedro Alvites em 1220¹⁴⁰, sensivelmente na mesma ocasião que Afonso IX promovia a deslocação da vila de Sabugal do local primitivo (Sabugal Velho) para as margens do rio Côa. Alguns anos mais tarde, em 1228-29, D. Sancho II concedia diploma semelhante a Sortelha¹⁴¹, cuja fundação, uma década antes, se enquadra nesse mesmo contexto político. Em 1229 era a vez de Castelo Mendo, povoação portuguesa fronteira a Castelo Bom (então de posse leonesa), receber Foral das mãos do monarca¹⁴², sensivelmente na mesma ocasião que Moreira (de Castelo Mendo) recebia o seu diploma das mãos de Mestre Vicente¹⁴³. Houve, portanto, uma relativa sincronia entre os vários incentivos promovidos pelas duas coroas para incremento do povoamento da raia fronteiriça. E, como não podia deixar de ser, o empenho das coroas acabou por gerar tensões militares que, por diversas vezes resultaram em conflitos. Assim aconteceu a Norte do Douro, na área de Trás-os-Montes, nos derradeiros anos do Séc. XII, em 1196-97, quando os exércitos de Afonso IX invadiram o reino e conseguiram tomar diversos castelos (como o de Alva). E, na zona de Riba Côa, com a “Lide de Ervas Tenras”, em finais da centúria (cerca de 1198-99), onde morreram diversos nobres portugueses, que deve ser igualmente enquadrada no contexto de uma crescente tensão fronteiriça¹⁴⁴. Anos mais tarde, entre 1210 e 1215, voltaram a estalar conflitos entre Sancho I e Afonso II, por um lado, e Afonso IX, por outro. Miranda do Douro seria tomada pelos exércitos leoneses, tendo sido apenas devolvida em 1213, e vários castelos de fronteira, como Freixo de Espada à Cinta, Urrós, Mós e Alva, foram igualmente afectados.

Ao nível das estruturas militares, os monarcas leoneses dotaram os principais e mais antigos núcleos de povoamento de estruturas defensivas. Assim aconteceu com Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Monforte de Riba Côa, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Caria Atalaia, Alfaiates e Sabugal. Na maior parte dos casos optaram por erguer um castelo e, mais tarde, fortificar o

¹³⁵ PMH, Leges, pp. 897-939. A data de 1209 tem merecido reservas aos historiadores que se debruçam sobre a história desta região, desde Lindley Cintra e Martinez Diez até, mais recentemente, José Artur Anes Duarte Nogueira. Martinez Diez defendeu que a outorga dos foros a Castelo Melhor ocorreu depois de 1237, hipótese a que José Duarte Nogueira aduziu novos dados – vd., nomeadamente, MARTINEZ DIEZ 1971, p. 346 e ss.; NOGUEIRA 1982, pp. 418-421.

¹³⁶ PMH, Leges, pp. 849-896. A data expressa nestes foros (1209) oferece igualmente dúvidas. Martinez Diez entende que serão posteriores a 1230 (MARTINEZ DIEZ 1971, p. 346 e ss.). Vd. igualmente NOGUEIRA 1982, pp. 374-388.

¹³⁷ Foros não datados, portanto compreendidos entre [1188-1230], segundo alguns autores depois de 1237 – cf. PMH, Leges, pp. 745-790. Vd. MARTINEZ DIEZ 1971, p. 346 e ss.; NOGUEIRA 1982, pp. 412 e ss.

¹³⁸ Foros igualmente não datados, portanto [1188-1230], que alguns autores atribuem a c. 1226 – cf. PMH, Leges, pp. 791-848. Gonzalo Martinez Diez atribuiu-lhes uma datação crítica compreendida entre [1209-1227] – MARTINEZ DIEZ 1971, p. 346 e ss.; NOGUEIRA 1982, p. 404 e ss.

¹³⁹ PMH, Leges, pp. 541-543; DS, n.º 186. A fundação de Pinhel remonta a 1189 e recebe um primeiro foral das mãos do Prior do Mosteiro premonstratense de Ermida de Paiva em 1191.

¹⁴⁰ PMH, Leges, pp. 586-589.

¹⁴¹ PMH, Leges, pp. 608-610.

¹⁴² PMH, Leges, pp. 610-612.

¹⁴³ Diploma não datado, atribuído a [1229-1248] – cf. PMH, Leges, p. 632.

¹⁴⁴ Neste caso, gerada pela fundação de Pinhel, em 1189, e, na margem leste do Côa, da Ordem de S. Julião de Pereiro, sensivelmente na mesma ocasião. Sobre a localização da “sede” desta Ordem Militar veja-se AZEVEDO R. 1981, pp. 713-729.

povoado que se desenvolveu à sua sombra. E, numa fase sequente, outorgaram os estatutos municipais. Houve, no entanto, diferentes opções. Em Castelo Melhor ergueu-se um castelo no sopé do qual se desenvolveu, depois, um povoado que permaneceu sempre aberto, sem nunca ter sido dotado de defesas. Em Castelo Rodrigo construiu-se um castelo no alto do morro, e defendeu-se o povoado com uma potente cintura de muralhas. Significativamente, ao contrário de Castelo Melhor, que quase não possuía termo, Castelo Rodrigo foi, desde antanho, cabeça de um amplo termo, o que explica as diferenças demográficas que se espelham nos dois povoados e a diferença de monumentalidade ao nível dos seus recintos fortificados. Monforte de Riba Côa, tanto quanto nos é dado perceber pelas suas ruínas, foi um povoado fortificado sem que se distinguisse uma zona militar (alcáçova) do povoado civil, e o mesmo parece ter acontecido com Caria Atalaia, outra povoação abandonada no decurso do Séc. XIV. Vilar Maior, não muito longe de Caria Atalaia, teve um castelo de origem relativamente antiga, e o povoado que se desenvolveu no sopé do monte acabaria por receber, no último quartel do Séc. XIII, uma cintura de muralhas para sua protecção. Para a sua construção, concluída em 1280, não deverá ser estranho o desenvolvimento de um termo, individualizado na zona Norte do amplo termo do Sabugal. Esta última povoação, criada no primeiro quartel do Séc. XIII por transferência de assentamento do Sabugal Velho, apresentava-se defendida por uma dupla muralha delimitando um espaço ovalado.

Estes pontos fortificados, alinhados estrategicamente ao longo da raia, estabeleceram “diálogo” com estruturas que eram detidas pelos monarcas portugueses, entre as quais se contavam Numão, Meda, Longroiva, Pinhel, Gouveias, Castelo Mendo, Vila de Touro e Sortelha. Em vários pontos podemos detectar uma oposição clara de sistemas fortificados, de um lado e de outro da fronteira. Assim acontece com Pinhel e Monforte de Riba Côa, com Castelo Mendo e Castelo Bom, com Sortelha e Sabugal. O esgotamento deste espaço de fronteira ditaria, mesmo, o abandono de alguns povoados fortificados depois da assinatura do Tratado de Alcanices, como foi o caso de Monforte de Riba Côa (junto a Pinhel) e de Caria Atalaia (hoje Sr^a. das Preces, em frente a Rapoula do Côa), que depois de se verem esvaziados de importância estratégica acabariam por cair no esquecimento. Nos dois casos hoje apenas sobrevivem Ermidas que, distinguidas com romarias anuais, memorizam a implantação das primitivas igrejas paroquiais, ainda referidas e em funcionamento em 1320-21.

A permanência do território entre o Côa e o Águeda-Tourões na posse leonesa levou, obviamente, a que diversos sistemas fortificados tivessem sido erguidos por iniciativa desses monarcas. É o caso da estrutura fortificada de Castelo Melhor, da muralha do povoado de Castelo Rodrigo e de boa parte do seu castelo, do recinto amuralhado inferior de Vilar Maior (erguido por Afonso X, o Sábio, em 1280), e da muralha do povoado do Sabugal. E, como referimos, há especificidades arquitectónicas que apenas se compreendem se tivermos em mente o panorama histórico em que estas estruturas surgem. Sublinhemos, por exemplo, que todos os castelos da iniciativa portuguesa, a Ocidente do Côa, optaram, no século XII, por torreões de planta quadrada, mais simples de construir que os torreões de planta semi-circular. Há, no entanto, um pequeno conjunto de estruturas militares que optaram pelos torreões de planta semi-circular, e que se localizam precisamente na “zona leonesa” de Riba Côa, a Leste deste rio. Encontramos um magnífico exemplo desses torreões no castelo de Castelo Melhor, onde o único torreão que flanqueia toda a muralha adopta uma planta semi-circular. Erguido na face Norte, voltada ao povoado actual, ele permitia reforçar as defesas do castelo precisamente na vertente de acesso. A forma como este torreão se articula com o pano de muralha demonstra que se trata de um elemento que foi acrescentado numa segunda fase, quando se procurou melhorar os mecanismos de defesa do castelo de Castelo Melhor. É provável que tenha sido construído por Afonso IX de Leão (1188-1230) ou até já por Fernando III (1230-1252), ao que parece o monarca que outorgou os seus Foros e Costumes. O aparecimento de um dinheiro de Fernando III na base do torreão, noti-

ciado por Michael Mathias¹⁴⁵, embora não associado aos seus alicerces, parece corroborar esta última hipótese. Outros exemplos de torreões de planta semi-circular encontram-se no sistema muralhado da vila de Castelo Rodrigo, que julgamos ser fruto da iniciativa de Afonso IX. As semelhanças tipológicas entre os torreões de Castelo Rodrigo e o de Castelo Melhor (quer ao nível da planta, quer do perfil) não podem deixar de sugerir que foram criados sensivelmente na mesma altura e, talvez, até pelo mesmo mestre. Ainda hoje sobrevivem quatro torreões desses em Castelo Rodrigo, mas a muralha urbana teve, na Idade Média, um número seguramente superior. Duarte d'Armas, por exemplo, desenha seis torreões semi-circulares na perspectiva tirada de Sul. Castelo Rodrigo possuía, igualmente, o mais setentrional exemplo de uma torre albarrã que conhecemos no território actualmente português, que infelizmente foi demolida, mas que conhecemos por intermédio da mesma vista de Duarte d'Armas. Essa torre albarrã deve ter sido iniciativa de Afonso IX e encontrava-se, em 1509-1510, anulada pela construção da barbacã (que passou a abraçar a torre, anulando o efeito de "torre albarrã"). Salientemos que os exemplos portugueses de torres desta tipologia são todos muito mais meridionais. Na realidade, conhecemos torres albarrãs nos castelos de Alcobça, Vila Viçosa, Lagos, Loulé, Silves, Salir e Paderne, todos concentrados na zona Sul do reino, o que torna o exemplo de Castelo Rodrigo singular. Mas já no caso do reino de Leão, a presença de torres albarrãs regista-se em zonas muito mais setentrionais. Bastará, para tanto, invocar aqui o exemplo de San Félix de los Gallegos, povoação vizinha de Castelo Rodrigo.

De todos os sistemas defensivos erguidos por iniciativa leonesa, de Castelo Melhor e Castelo Rodrigo até Alfaiates e Sabugal, apenas um deles está claramente datado, por meio de inscrição. Referimo-nos ao sistema muralhado que defendia, a cota mais baixa, o povoado de Vilar Maior, que se desenvolveu no sopé do monte onde se construíra o velho castelo. Desse sistema muralhado, ainda parcialmente registado por Duarte d'Armas no seu *Livro das Fortalezas do Reino*, só resta um pequeno troço, na chamada *Rua do Arco*. O "Arco" memorizado na toponímia era uma das portas de acesso ao povoado, de que apenas sobrevive a ombreira esquerda, até à altura da imposta e do arranque da primeira aduela. Da muralha sobrevive um pequeno troço, com bom aparelho pseudo-isodomo, que permite determinar a espessura da muralha. A Porta medieval foi sacrificada quando foi necessário ampliar a largura dos acessos. No entanto, no primeiro silhar da sua ombreira esquerda, imediatamente abaixo da imposta, encontra-se uma inscrição que chegou até aos nossos dias praticamente inédita, e onde se regista:

ERA : D(e) M /
[c]CC : XVIIJ¹⁴⁶.

A epígrafe documenta, portanto, o empenho de Afonso X, o Sábio, na construção do sistema defensivo da povoação de Vilar Maior, então ainda na posse da coroa castelhano-leonesa (e apenas integrada em Portugal em 1296-1297).

2.3. Da assinatura do Tratado de Alcañices aos meados do Séc. XV (1297-1450)

O Século XIII ficou assinalado, um pouco por toda a Europa, por assinaláveis progressos na arte de construir castelos. Essas inovações, mais precoces em certas zonas do que noutras, conduziram ao aparecimento do castelo gótico e explicam-se por uma mudança do conceito de defesa subjacente à concepção das estruturas fortificadas. Se o castelo românico fora concebido à luz

¹⁴⁵ MATHIAS, 1998 (no prelo). Agradecemos a informação a este Autor que tem, desde 1997, vindo a desenvolver um projecto de estudo das ruínas do castelo de Castelo Melhor.

¹⁴⁶ BARROCA, 1995, vol. II, tomo 1, Insc. n.º 394, pp. 818-819.

de um conceito de “defesa passiva”, dotado de mecanismos que o tornaram capaz de resistir aos cercos, o castelo gótico será concebido na óptica de um conceito de “defesa activa”, tornando-se capaz de responder, de forma eficaz, às forças sitiadas. Essas mudanças, que em França se desenham desde Filipe Augusto (1180-1223), demoraram algum tempo a chegar até nós, tendo começado a manifestar-se com o reinado de D. Afonso III, um monarca que, fruto do seu itinerário pessoal, tinha estado em íntimo contacto com a realidade francesa durante mais de uma década. Já num outro estudo nosso tivemos ensejo de tentar equacionar alguns motivos que justificaram este atraso de quase meio século no aparecimento, entre nós, das primeiras manifestações consistentes do castelo gótico¹⁴⁷. Se D. Afonso III foi o responsável pelas primeiras manifestações do castelo gótico em Portugal, seu filho, D. Dinis, seria o responsável pelo mais ambicioso programa de reforma dos nossos castelos, abrangendo um número de fortificações até então nunca visto. Na realidade, este monarca promoveu reformas em pelo menos 55 fortificações, na sua maioria alinhadas ao longo da fronteira terrestre, e num período que se prolonga sobretudo entre 1288-90 e 1315.

Entre as várias inovações que ficaram a assinalar o triunfo do castelo gótico registemos o aparecimento dos mecanismos de tiro vertical (balcões com matacões e *machicoulis*), que se podem considerar os elementos mais característicos do castelo gótico. Tendo surgido primeiro em número reduzido, sobretudo coroando as portas, melhorando as condições de defesa dos acessos ao interior dos castelos, eles acabariam por se multiplicar por outras zonas das fortificações. Mas houve outras novidades ao nível das muralhas: a multiplicação dos torreões adossados aos muros (que melhoraram a capacidade de tiro flanqueado); o alargamento do adarve; as melhorias sensíveis nos acessos a este; o aparecimento das “ameias deitadas”, mais largas, aptas a defender melhor o guerreiro. As portas de entrada dos castelos, zonas mais sensíveis, foram sistematicamente reformuladas passando muitas vezes a ser enquadradas por duas torres de planta quadrada e coroadas por balcões com matacões. Ao nível das torres de menagem registam-se igualmente novidades quer nas suas dimensões (mais amplas, beneficiando as condições residenciais), quer nas plantas (com o aparecimento das primeiras plantas poligonais), quer na própria implantação (agora adossadas aos muros do castelo, defendendo as zonas mais sensíveis, nalguns casos erguidas mesmo no exterior do circuito muralhado). Acrescentemos ainda que, ao nível da concepção do espaço, o castelo gótico assinala o aparecimento das primeiras fortificações com plantas geométricas. Finalmente, numa fase mais avançada, que ultrapassa já os limites do reinado de D. Dinis, começariam a surgir entre nós as barbacãs, muros baixos e avançados, separados da muralha do castelo pela liça. A introdução de todas estas mudanças acabou por se traduzir na mais profunda mutação a que a nossa arquitectura militar assistira até então.

Na zona que temos vindo a estudar, de Miranda do Douro ao Sabugal, existem diversas fortificações que permitem acompanhar o triunfo de todas estas inovações. Sabemos, por intermédio do Conde D. Pedro, que D. Dinis promoveu reformas em muitos castelos do reino, nomeadamente, na zona que nos interessa, nos castelos de Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Castelo Rodrigo e Sabugal¹⁴⁸. A *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, redigida c. 1419, e a *Crónica d’El Rei D. Dinis*, de Rui de Pina, já do Séc. XVI, acrescentam a essa lista, e para a zona que nos ocupa, os castelos de Castelo Melhor, S. Félix de Galegos, Pinhel, Almeida, Castelo Bom, Castelo Mendo, Vilar Maior e Alfaiates¹⁴⁹. Ao todo, portanto, podemos registar, por via cronística, a intervenção de D. Dinis em doze castelos desta zona. Ou seja, cerca de 20% das reformas dinisinas elegeram castelos da zona de Trás-os-Montes oriental e, sobretudo, de Riba Côa, o que constitui um bom testemunho da importância estratégica que era reconhecida a estas zonas,

¹⁴⁷ BARROCA 1998a, no prelo.

¹⁴⁸ Cf. Conde D. Pedro, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. IV, Lisboa, 1990. p. 243.

¹⁴⁹ Cf. *Crónica dos Sete primeiros Reis de Portugal*, ed. de Carlos da Silva Tarouca, vol. II, Lisboa, 1952, pp. 6-7; Rui de Pina, *Crónica del Rei D. Dinis*, Porto, 1977, p. 312.

nomeadamente à chamada “Porta das Beiras”. É de resto sintomático que as duas maiores concentrações de castelos com reformas de D. Dinis estejam a zona de Riba Côa e do Alto Alentejo, duas “portas” que, ciclicamente, foram eleitas pelos exércitos invasores para penetrar no espaço do reino. Julgamos, por outro lado, que é particularmente significativo que D. Dinis tenha promovido obras em *todos* os castelos que entraram na posse da coroa portuguesa com a assinatura do Tratado de Alcañices, em Setembro de 1297, e que se mantiveram no activo (castelos de Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, S. Félix de Galegos, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal e Alfaiates). Não se trata apenas de uma necessidade de actualização dos mecanismos de defesa destes castelos, mas também de uma clara vontade de afirmação política, de afirmação de senhorio sobre essas posições recentemente incorporadas nos limites do reino. É, de resto, neste contexto que se deve perspectivar a colocação de novos símbolos de soberania nesses castelos, nomeadamente os escudos com as armas do Reino, como vemos em Castelo Rodrigo, em Castelo Bom, em Vilar Maior e no Sabugal, nas torres das portas de entrada ou nas torres de menagem desses castelos. No entanto, as reformas de D. Dinis não incidiram sobre todas as fortificações indiscriminadamente. Houve uma avaliação do seu valor estratégico, o que explica que em relação a Monforte de Riba Côa o monarca tenha optado por não promover qualquer reforma. Na realidade, e como registou Rui de Pina, D. Dinis

“... nom fez ho castello de Monforte de Riba Coa, que tambeem lhe foy dado, por estar em maa despoziçam da teerra, e sua força pera defenção do Regno nom seer muito necessaria...”¹⁵⁰.

Depois da assinatura do Tratado de Alcañices, a povoação fortificada de Monforte de Riba Côa, erguida na margem direita do Côa, sobranceira ao rio e numa posição fronteira a Pinhel, ficou esvaziada de importância estratégica. O povoado não recebeu obras de beneficiação do seu sistema defensivo e entrou rapidamente em decadência, a ponto de ter sido abandonado. Hoje, para além do morro pedregoso onde sobrevivem as parcas ruínas desse povoado desertificado, apenas a Capela de N.ª. S.ª. de Monforte, distinguida anualmente por pequena romaria, memoriza a implantação da velha povoação leonesa. No entanto, este não foi o único exemplo de abandono causado pela mudança da linha de fronteira. Um processo semelhante afectou o povoado de Caria Atalaia (ou Caria Talaia), igualmente erguido na margem direita do Côa, sobranceiro ao rio. Esgotada a sua importância estratégica com a transferência da fronteira, este povoado de altitude, que se erguia fronteiro a Rapoula do Côa e junto de um ponto de passagem do rio e que teve inicialmente uma função essencialmente de vigilância¹⁵¹, acabaria por ser preterido por Rapoula do Côa, povoação de vale, com condições topográficas mais convidativas para a vida quotidiana. E também no caso de Caria Atalaia a única memória do povoado medieval que chegou até hoje é a capela dedicada a N.ª. S.ª. das Preces, herdeira da velha igreja paroquial que ainda foi taxada em 1320-21, e que hoje continua a ser alvo de romaria anual. A última referência documental conhecida para Caria Atalaia remonta a 1332, em pleno reinado de D. Afonso IV, dando uma boa ideia da velocidade destes processos de decadência e desertificação, que neste caso se arrastou por pouco mais de três décadas. Acrescentemos a este curto rol de povoados desertificados o caso do Sabugal Velho, cuja decadência e abandono parece ser anterior à extensão do domínio português a estas paragens a Leste do Côa. Também aqui a memória do antigo povoado ficou reduzida à presença de uma ermida. Na realidade, o povoado do Sabugal Velho, primitivo assentamento do Sabugal, que se localiza entre Soito e Aldeia Velha, seria totalmente abandonado, preservando-se apenas a memória da igreja paroquial na Ermida de N.ª. S.ª. dos Prazeres, alvo de romaria anual. Das estruturas do antigo povoado adivinham-se duas linhas de muralhas e diversas construções

¹⁵⁰ Rui de Pina, *Crónica del Rei D. Dinis*, ed. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmãos, 1977, p. 312.

¹⁵¹ O povoado de Caria Atalaia ergue-se sobranceiro a uma ponte que veio substituir um vau. A existência desse vau encontra-se memorizada no topónimo do local – Poldras.

de planta rectangular, alinhadas em diversas ruas. Outras fortificações entrariam igualmente em decadência, sendo esquecidas, embora os povoados que lhes estavam associados tenham conseguido sobreviver. Foi o que aconteceu com o Castelo de Gouveias que, na ausência de trabalhos de conservação, acabaria por desaparecer. Erguido a Ocidente do Côa, este castelo perdeu, a partir de 1297, toda a importância que tinha quando era uma fortificação de fronteira e acabou por ser ignorado pelas reformas góticas dos castelos raianos. A povoação chegou até hoje, mas da velha fortificação, que ainda se documenta em 1241, apenas a custo se conseguem encontrar vestígios nos entalhes dos afloramentos.

O Castelo de Sabugal pode ser eleito como o protótipo do castelo dionisino, quer para estas paragens de Ribas do Côa quer mesmo para o âmbito nacional. No entanto, começaremos por abordar outros exemplos de intervenções de D. Dinis, reservando esse castelo para o fim da nossa análise.

Quando o Tratado de Alcañices foi rubricado, o castelo de Castelo Melhor, que se erguia no alto do morro sobranceiro à actual povoação, ostentava um circuito amuralhado erguido com xisto, definindo um espaço ovalado, inicialmente sem torreões, ao qual, depois, se tinha acrescentado um torreão semi-circular. Com a reforma de D. Dinis não houve lugar à multiplicação do número de torreões nem, sequer, à construção de qualquer torre de menagem. Este castelo, que tinha uma implantação relativamente marginal em relação aos espaços estratégicos, sofreria apenas uma reforma pontual, ao nível do sistema de entrada. D. Dinis reformulou o sistema de acesso ao castelo, cuja porta passou a estar enquadrada por dois torreões de planta quadrangular, que estão hoje arruinados até uma cota relativamente baixa. Conserva-se, no entanto, o sistema de porta, munida de uma *herse* ou rastrilho, grade de descida vertical, solução bem patente nos encaixes laterais.

No castelo de Castelo Rodrigo as reformas de D. Dinis passaram igualmente pela reconversão do sistema de entrada, que se viu dotado de duas torres de planta quadrangular ostentando cada uma, no prospecto principal, o brasão régio. Entre estas duas torres, e coroando a porta de entrada, foi construído um balcão com matacões, de que hoje apenas sobrevivem os apoios inferiores, camuflados pelo frontão acrescentado aquando da reforma moderna ordenada por D. Cristóvão de Moura, no Séc. XVII. A análise da estereotomia dos muros, sobretudo na face voltada ao pátio do castelo, documenta de forma indiscutível esta intervenção de D. Dinis, centrada apenas na zona da entrada. Com a reforma de D. Dinis o castelo de Castelo Rodrigo viu-se, igualmente, dotado de uma nova Torre de Menagem, de planta quadrangular, que foi construída no exterior do castelo, adossada ao seu muro e voltada ao povoado civil. Esta opção por se erguer a Torre de Menagem no exterior do castelo, fora da protecção do seu pátio, impensável no contexto do castelo românico, foi uma das mais originais opções do castelo gótico. Infelizmente, esta Torre de Menagem, bem representada em Duarte d'Armas, foi duramente afectada pelas obras ordenadas por D. Cristóvão de Moura, quando este nobre adaptou o castelo medieval a Paço residencial, nos fins do Séc. XVI e inícios do Séc. XVII. Numa fase posterior à reforma de D. Dinis, toda a estrutura do castelo de Castelo Rodrigo – tal como aconteceu com o povoado – passou a estar envolvida por uma barbacã, obrigando a que o acesso ao interior da fortaleza se fizesse num itinerário de envolvimento, com capacidade de tiro vertical, numa solução que decalca a adoptada no castelo do Sabugal. Mas estas barbacãs, como referimos, são obra posterior ao reinado do Lavrador.

Em Castelo Mendo, povoação portuguesa erguida fronteira a Castelo Bom, encontramos testemunhos da intervenção régia na porta de entrada do segundo recinto fortificado, que foi reformulado nos primeiros anos do Séc. XIV. Trata-se de uma porta de dimensões generosas, enquadrada por torreões, hoje embebidos no tecido urbano, e que ostenta, na secção da muralha, um escudo régio português inscrito em campo quadrado.

Em Almeida, a julgar pelas informações veiculadas por autores antigos, a intervenção de D. Dinis terá incluído a transferência do povoado para o actual local, mais propício para a defesa. Na realidade, o P^e António Carvalho da Costa registou, na sua *Corografia Portuguesa*, a propósito de

Almeida que “... o seu antigo sitio, que foy em hum campo mais para o Norte, aonde vemos agora hum valle, que se chama o Enxido da Carça, o qual era melhor, & mais plano & mais idoneo que o de agora, que fica em hum recosto para o Nascente...”, acrescentando que “ElRey Dom Dinis a fundou no sitio em que hoje está mandando edificar o seu castello”¹⁵². Ou seja, o monarca, apesar de a primitiva Almeida estar construída em local mais plano, portanto mais propício para a vida quotidiana, teria preferido transferir a povoação para uma zona mais acidentada para beneficiar as condições de defesa. Ergueu, então, um castelo de planta sub-quadrangular que Duarte d’Armas ainda teve ensejo de desenhar (embora já denunciando as reformas manuelinas que tinha, entretanto sofrido e a que nos referiremos mais à frente), e que viria a ser destruído com a espectacular e trágica explosão do Paiol de Pólvora em 27 de Agosto de 1810, durante o cerco que o General Massena levantou a Almeida no quadro da 3ª Invasão Francesa. Essa explosão, cujos efeitos ainda são bem visíveis nas deformações dos silhares da escarpa e contra-escarpa da fortificação moderna, destruiu quase totalmente o Castelo de Almeida. Muitos autores entendiam, no entanto, que a estrutura que a explosão de 1810 tinha destruído era a moderna que, por sua vez, tinha sido responsável pelo desaparecimento do castelo medieval. No entanto, tivemos a oportunidade de identificar, recentemente, os vestígios do velho castelo medieval, capeados e encobertos pela fortificação moderna¹⁵³. Na realidade, quando se procedeu à reforma do Castelo de Almeida, adaptando-o à lógica da piobalística, a opção não foi demolir totalmente a fortificação medieval. Pelo contrário, aproveitaram-se os seus alicerces e embasamento, que foram capeados por uma nova estrutura. Como, para permitir o tiro rasante com armas de fogo praticado a partir do parapeito, a nova estrutura tinha de ser relativamente baixa, sendo por isso mais fácil de vencer por escalamento, optou-se por paredes inclinadas e construí-se um fosso com recurso à criação de uma contra-escarpa artificial, igualmente inclinada. Deste modo, a cota do leito do fosso corresponde, grosso modo, à cota do piso medieval antes das intervenções modernas. A estrutura moderna assim criada manteve uma planta semelhante à do castelo de D. Dinis: um espaço quadrangular munido de torreões circulares nos ângulos. No entanto, ao invés da estrutura dionisina, que tinha os muros siglados e verticais, a nova estrutura apresenta parede inclinada (a *escarpa*), que apenas deveria adquirir a verticalidade no *parapeito*, depois de ultrapassado o *cordão*. No entanto, a construção da estrutura moderna não implicou a demolição integral da estrutura medieval. Ela foi revestida pelos muros modernos inclinados e ficou integrada no *reparo* da nova fortificação, ajudando a criar o volume de terras necessário a este. Hoje, em diversos pontos onde caíram pedras da estrutura moderna, é possível ver, de novo, as paredes sigladas, verticais, do tempo de D. Dinis. São esses vestígios, que identificámos recentemente, que nos permitem reconstituir integralmente a planta do castelo de D. Dinis, dominada por uma notável modernidade e por uma grande regularidade geométrica.

No entanto, os mais claros testemunhos da vontade de D. Dinis de reformular as defesas do reino encontram-se mais a Sul, em Vilar Maior e no Sabugal. Em Vilar Maior, como já referimos, existia um castelo com um circuito arredondado, que evitava ângulos e ignorava torreões, erguido na 2ª metade do Séc. XI, com aparelho proto-românico de boa qualidade. E, na base do monte, o povoado civil viu-se, desde os tempos de Afonso X, o Sábio, defendido por uma linha de muralha, datada por meio de inscrição do ano de 1280. Quando, em Setembro de 1297, este castelo entrou na posse de D. Dinis, o monarca promoveu a construção de uma Torre de Menagem de grandes dimensões, de planta quadrangular, que se implantou no exterior do castelo, tangente à muralha proto-românica. O posicionamento desta nova construção revela, tal como acontece com os exemplos de Castelo Rodrigo e de Sabugal, a confiança que se depositava na eficácia dos novos mecanismos defensivos dos castelos, a ponto de se adoptar por uma implantação que,

¹⁵² COSTA 1706-12, vol. I, p. 214. No local do primitivo povoado estão documentados achados de cerâmica.

¹⁵³ Uma primeira referência a essa descoberta encontra-se na síntese da arquitectura militar que apresentámos às Jornadas de Património da Guarda (BARROCA 1998a, no prelo).

aparentemente, a tornava uma estrutura mais fragilizada. No entanto, dotada de andar térreo sem qualquer abertura, e com o acesso ao seu interior garantido apenas a partir do adarve do castelo, a Torre de Menagem de Vilar Maior não descurava totalmente as suas defesas. Por outro lado, devemos ter em atenção que a Torre de Menagem de Vilar Maior, que passou a *comandar* toda a estrutura militar, veio reforçar de forma muito significativa a defesa da porta de acesso ao interior do castelo. Esta notável construção apresenta, de forma ostensiva, na face da Torre voltada ao acesso ao castelo, o brasão do novo senhor de Vilar Maior – um escudo com campo carregado com as cinco quinas dispostas em cruz e a bordadura de castelos, numa solução que não pode deixar de recordar a Torre de Menagem do Castelo de Chaves. O local escolhido para se colocar este brasão régio espelha uma clara vontade de afirmação de posse e de senhorio, a mesma vontade de propaganda que já vimos em Castelo Rodrigo e que se pode ver noutros castelos onde se registam reformas de D. Dinis.

No Castelo de Sabugal, a intervenção de D. Dinis foi ainda mais radical. O povoado do Sabugal, como já tivemos ensejo de sublinhar, resulta de uma transferência de um primitivo assentamento – o *Sabugal Velho* – para este novo local, ocorrido num contexto político de enfrentamento dos dois reinos. O Castelo, erguido com sacrifício de algumas construções civis, implantou-se dentro do circuito muralhado herdado dos monarcas leoneses, numa encosta voltada ao rio Côa, que descreve aqui um pronunciado meandro que enquadra a vila do Sabugal. O Castelo optou por uma planta geométrica quase perfeita, com um pátio sub-rectangular definido por uma linha de muralhas munidas de quatro torreões quadrangulares. D. Dinis ergueu uma Torre de Menagem de planta pentagonal, herdeira das torres quinárias dos Templários e de D. Sancho I. Tal como em Castelo Rodrigo e em Vilar Maior, esta Torre também se implantou no exterior do pano de muralha do castelo, completando as defesas da porta de acesso ao pátio. Esta torre, com acesso garantido a partir do adarve do castelo (tal como a de Vilar Maior), viu-se munida de balcões com matacães em todas as suas faces, permitindo tiro ofensivo sobre quem tentasse entrar dentro do castelo. O efeito destes balcões seria potenciado, mais tarde, com a construção de uma extensa barbacã, que passou a impôr um itinerário de envolvimento, com possibilidade de tiro vertical, obrigando que quem quisesse entrar no castelo tivesse de contornar uma porção considerável de muro.

Para as obras dionisinas do Sabugal temos alguns dados que podem sugerir a autoria do risco desta fortificação medieval, o que a torna num exemplo ainda mais excepcional no panorama português. Na realidade, em 3 de Julho de 1302 Fr. Pedro, monge de Alcobaça e casteleiro dos castelos de Monsanto e Sabugal, recebeu de D. Dinis uma carta de quitação das despesas que contraíra com as obras destes dois castelos¹⁵⁴. A referência a um monge de Alcobaça a desempenhar as funções de Casteleiro em duas fortificações de fronteira, escassos seis anos depois das campanhas militares de D. Dinis a Leste do Côa (1296) e cinco anos depois da assinatura do Tratado de Alcanices, não pode deixar de ser sublinhada. O que faria um religioso cisterciense à frente de fortificações de tal importância estratégica? Sendo os cistercienses, como se sabe, exímios construtores, não podemos deixar de sugerir que Fr. Pedro tenha sido o arquitecto das reformas dionisinas de Monsanto e de Sabugal. O seu envolvimento no processo de reforma das fortificações parece, de resto, confirmado pela referência às dívidas que contraíra e ao facto de o monarca, certamente reconhecendo que tinham sido em prol do interesse da coroa, o ter quitado de tais encargos. Supomos, por isso, que podemos sugerir que o risco do castelo do Sabugal se ficou a dever a Fr. Pedro, mestre arquitecto cisterciense formado no seio da Abadia de Alcobaça. Com a identificação da autoria do risco fica, igualmente, melhor compreendida a excelência da sua arquitectura militar. O caso do Sabugal não foi, de resto, o único. Ocorreu um processo muito similar com Miranda do Douro. Na realidade, D. Dinis passou, em 1299, uma carta a Fr. João e a Fr. Estevão, ambos monges de Alcobaça, quitando-os das dividas

¹⁵⁴ Cf. Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, vol. V, Lisboa, 1650, fl. 295 vº.

que tinham contraído com os trabalhos de fortificação de Miranda do Douro¹⁵⁵. O monarca, reconhecendo certamente a qualidade dos mestres de pedraria cistercienses, entregara-lhes a orientação de vários trabalhos de fortificação de povoações raianas.

Não muito longe do Sabugal e de Vilar Maior encontra-se um outro monumento que, não sendo uma fortificação, adopta mecanismos de índole militar e que tem sido normalmente associado à iniciativa de D. Dinis. Referimo-nos à Ponte de Sequeiros (Vale Longo, Sabugal), lançada sobre o Rio Côa, que era uma ponte fortificada. Trata-se de uma ponte que reúne algumas das melhores características das nossas pontes medievais dos fins do Séc. XIII e inícios do Séc. XIV. Na realidade, apresenta tabuleiro em cavalete e silhares siglados, comportando três arcos quebrados de flecha desigual, sendo o central mais amplo. Os seus pilares apresentam talhamares pontiagudos a montante e contrafortes escalonados a jusante, numa opção típica do reinado de D. Dinis, que encontramos noutras pontes (como a Ponte de Barcelos, erguida c. 1325-1328). Numa das extremidades da ponte erguia-se uma torre que barrava completamente o trânsito, permitindo um controle eficaz do movimento viário. Esta torre, hoje reduzida ao nível do andar térreo, apresenta ainda os dois arcos que estavam associados a dois diferentes mecanismos de encerramento: um com porta de madeira girando em torno de eixos laterais, o outro com uma grade de descida vertical (*herse* ou rastrilho). A Ponte de Sequeiros integra, juntamente com a Ponte de Ucanha (Tarouca), o limitado conjunto das pontes fortificadas que conseguiram chegar até aos nossos dias (uma vez que outros exemplos documentados, como seja o caso da Ponte de Barcelos e da Ponte de Ponte de Lima, que foram igualmente dotadas de torres militares de controle do trânsito, não conseguiram sobreviver até aos nossos dias). Apesar de algumas dúvidas que recentemente têm sido levantadas sobre a cronologia desta ponte fortificada, valorizando-se nomeadamente notícias de obras (certamente de restauro) do Séc. XVII, não temos dúvidas em atribuir a sua fábrica aos finais do Séc. XIII, não só pelas suas características técnicas como, também, pelo contexto político em que terá de ser enquadrada a iniciativa da sua construção. Na realidade, ela só ganha coerência quando o rio Côa constituía um espaço de fronteira, ligando dois reinos tantas vezes rivais. Por isso, julgamos que a sua construção deverá ser entendida como anterior a 1297, à assinatura do Tratado de Alcanices. A motivação subjacente à construção desta ponte fortificada não terá andado, portanto, muito longe da motivação que presidiu à construção de Castelo Bom e de Castelo Melhor, dois pontos fortificados, erguidos de um lado e do outro da fronteira, permitindo o controle do Porto de S. Miguel, no rio Côa, ponto de passagem de um reino para o outro. Ou a fundação de Caria Atalaia, vigiando um vau do Côa.

Como se pode depreender de todo o panorama que temos vindo a traçar, o reinado de D. Dinis constituiu, em Portugal e na zona de Riba-Côa, um momento de viragem decisivo no panorama da nossa arquitectura militar. Mas, depois desse momento-chave, as mudanças na arquitectura militar continuaram a surgir. A partir dos meados do Séc. XIV e ao longo de todo o Séc. XV os castelos da raia fronteira viram-se munidos de uma série de estruturas que melhoraram as suas condições defensivas. Na maior parte dos casos isso passou pela inclusão de barbacãs extensas, envolvendo as velhas estruturas militares. Estas barbacãs, ante-muros de cota mais baixa, contornando no todo ou em parte as velhas muralhas, apresentavam portas rasgadas fora do alinhamento das portas de acesso aos castelos, obrigando a itinerários de envolvimento, percorrendo parte da liça, sempre controlados por tiro vertical. Assim aconteceu com o castelo de Castelo Rodrigo e com a muralha urbana de Castelo Rodrigo. Aqui, a construção da barbacã extensa acabou por anular o efeito flanqueante da Torre Albarrã. No Sabugal, o castelo do tempo de D. Dinis seria reforçado com a construção de uma barbacã que definiu uma estreita liça, com 5 metros de largura, o estritamente necessário para a movimentação das forças militares. A bar-

¹⁵⁵ Cf. Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, vol. V, Lisboa, 1650, fl. 252v^o-253v^o. As obras de fortificação de Miranda prolongaram-se por mais de cinco anos, uma vez que já em 1294 o Lavrador tinha concedido diversos privilégios à vila de Miranda do Douro para facilitar as obras de fortificação (BRANDÃO 1650, *idem*).

bacã do Sabugal apresenta, ainda, dois níveis distintos de troeiras, denunciando duas linhas de fogo. Duarte d'Armas, no seu *Livro das Fortalezas*, desenhou barbacãs extensas em vários castelos onde, por vezes, hoje poucos ou nenhuns testemunhos subsistem (Castelo Bom, Castelo Mendo, Vilar Maior). A cronologia destas reformas parece ser bastante lata. Na realidade, se temos casos de barbacãs que foram construídas ainda no Séc. XIV, a esmagadora maioria dos exemplos deve corresponder a obras já do Séc. XV, por vezes com cronologias muito avançadas (já dentro do reinado de D. João II e de D. Manuel I). E houve mesmo casos de barbacãs que ainda estavam em construção nos inícios do Séc. XVI. Duarte d'Armas, que desenhou o seu *Livro das Fortalezas do Reino* entre 1509 e 1510, regista a barbacã do povoado de Castelo Rodrigo ainda em plena construção (ao invés da barbacã do castelo, que já estava terminada). O caso não é sequer inédito: a barbacã de Freixo de Espada à Cinta estava, em 1509-10, completa na vertente Sul, voltada ao povoado, mas quedava-se ainda inacabada na vertente Norte, e a barbacã de Vinhais foi desenhada quando ainda só tinha abertos os alicerces para os seus torreões.

Quando não se justificava a construção de uma barbacã extensa, ou quando era impossível a sua implantação no terreno, a opção recaía sobre a construção das barbacãs de porta. Na zona que nos ocupamos, de Miranda ao Sabugal, não conhecemos nenhum exemplo sobrevivente de uma barbacã de porta mas, um pouco a sul da nossa zona de estudo, encontramos um magnífico testemunho desta solução arquitectónica no Castelo de Monsanto, cuja entrada foi dotada de uma barbacã de porta munida de três troeiras voltadas ao acesso.

Para além das reformas de castelos, o Séc. XIV assistiu também à construção ou à reforma de muitos sistemas fortificados urbanos, de que se podem apontar diversos exemplos. São conhecidas referências documentais ao longo de todo o Séc. XIV (e até de boa parte do Séc. XV) às obras nos muros de Torre de Moncorvo, de Freixo de Espada à Cinta, de Castelo Rodrigo, etc.

No primeiro caso, registemos referências de 1295 (uma década depois da fundação da póvoa, por iniciativa do Lavrador), de 1337, 1366, 1385 e ainda em 1439 e em 1490. Estas referências documentais não espelham apenas um processo moroso (como na realidade foi) mas, também, diferentes obras. Certamente que a nomeação de Luís da Costa para Vedor das Obras Reais em Torre de Moncorvo, a 7 de Março de 1490, corresponde já à reforma do sistema de acesso ao povoado, de que ainda hoje sobrevivem vestígios, nomeadamente a ombreira da porta, defendida por troeiras. Essas obras foram, portanto, iniciativa de D. João II. Mas os primeiros esforços remontam logo a D. Dinis, que fundou esta povoação em 1285 e que, logo em 17 de Novembro de 1295, concedia a terça das Igrejas de Vila Flor para ajudar a custear as obras da muralha de Moncorvo. Mas o processo de construção dos muros de Torre de Moncorvo – particularmente bem caracterizado do ponto de vista documental pelos sucessivos protestos que originou – foi muito prolongado:

- em 11 de Junho de 1337 os Mestres João Peres e Pedro Peres comprometem-se a construir porta na muralha de Torre de Moncorvo;
- em 15 de Julho de 1337 os moradores de Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Urros e Maçores contribuíam para a adua dos muros de Moncorvo;
- em 1366 os moradores de Urros e Peredo erão obrigados a trabalhar nos muros de Moncorvo;
- em 7 de Maio de 1377 D. Fernando manda os moradores de Vila Flor e Vila Nova de Foz Côa contribuir para as obras do Castelo de Torre de Moncorvo;
- em 23 de Fevereiro de 1385 os moradores de Alfandega, Castro Vicente, Mogadouro, Bemposta e Penas Róias prestam adua nos muros de Torre de Moncorvo;
- em 1439 uma referência dá o muro de Torre de Moncorvo como muito arruinado, a necessitar de obras.

No que respeita a Freixo de Espada à Cinta sublinhemos a importância da construção da Torre do Galo, estrutura que veio substituir a primitiva Torre de Menagem na sua função de comandamento de toda a fortificação. Na realidade, a Torre do Galo tornou-se a mais elevada construção do Castelo de Freixo de Espada à Cinta, tendo passado portanto a comandar o conjunto das estruturas militares. Assumiu, por isso, as funções de “torre de menagem”. Esta torre notabiliza-se, ainda, pela sua planta poligonal, e pelos requintes arquitectónicos de que se reveste – desde o coroamento com machicoulis até à organização dos espaços interiores, com abóbadas de nervura de belo efeito estético. Não se estranha, por isso, que os seus arquitectos tenham tido o cuidado de perpetuar o seu nome nas paredes da Torre, por intermédio de inscrição gravada no salão abobadado do primeiro piso. Sabemos, por esse registo epigráfico, que se tratava dos Mestres João Fernandes e Gomes Saúde. Infelizmente, estes não dataram a inscrição, o que ajudava a dissipar todas as dúvidas sobre a cronologia da Torre do Galo. Mas as características paleográficas desta inscrição permitem-nos situá-la no primeiro quartel do Séc. XIV, revelando, assim, que as obras decorreram no reinado de D. Dinis. No reinado de D. Fernando voltamos a encontrar referências a obras nos sistemas defensivos de Freixo quando, a 6 de Março de 1376, este monarca ordenou aos moradores de Torre de Moncorvo para contribuírem para as obras que decorriam nos muros de Freixo de Espada à Cinta. No entanto, as obras de defesa de Freixo de Espada à Cinta prolongaram-se pelo Séc. XV. Em 1412-23 e em 1423 há referências documentais a privilégios concedidos por D. João I para facilitar o financiamento das obras dos muros de Freixo de Espada à Cinta¹⁵⁶, que supomos que correspondiam às obras da barbacã. As obras prosseguiram ainda em 25 de Abril de 1435¹⁵⁷.

Nos finais do Séc. XIV documentam-se, igualmente, obras nas defesas de Castelo Melhor e de Castelo Rodrigo, com os moradores de Almeida a queixarem-se, em 10 de Março de 1383, a D. Fernando que, porque serviam nas obras de Castelo Melhor, deviam ser escusados de contribuir para as de Castelo Rodrigo¹⁵⁸. Ao mesmo monarca são atribuídas umas obras de restauro das muralhas de Vilar Maior, numa notícia que não revela mais pormenores sobre os trabalhos em causa. Mas sabemos que D. João I mandou reparar o castelo de Vilar Maior em 1398, procurando recompor a fortificação dos eventos bélicos que a tinham flagelado uns três anos antes. Na realidade, nessa mesma altura os habitantes de Vilar Maior queixavam-se ao monarca que tinham perdido o original do Foral de D. Dinis com a guerra, em 1395. As obras de 1398 deviam, portanto, ter sido motivadas por esses eventos bélicos que tinham ocorrido nas vésperas de serem assinadas as tréguas com Castela (1396).

A D. João I podemos atribuir igualmente a reforma da Torre de Menagem de Miranda do Douro. Esta Torre, que se ergue imponente no pátio do Castelo de Miranda do Douro, apresenta uma largura de 10,40 m e tinha o seu espaço interior estruturado em três andares com pisos abobadados. Na face principal, onde se rasga a porta de entrada da Torre de Menagem (uma porta térrea, ao contrário do que era usual nas Torres de Menagem) encontra-se um brasão régio com o escudo com campo carregado com as cinco quinas e uma bordadura de castelos colocado sobre uma cruz flordelizada. Como se sabe, D. João I introduziu esta variante no escudo régio português como referência ao facto de ter sido Mestre da Ordem militar de S. Bento de Avis (que usa a cruz flordelizada como símbolo). Os seus sucessores imediatos (D. Duarte e D. Afonso V) continuaram a utilizar esse escudo, mas D. João II modificou as armas do reino reduzindo-as, de novo, ao escudo com cinco quinas e bordadura de castelos. Deste modo, a Torre de Menagem de Miranda do Douro só pode ter sido obra de iniciativa de D. João I ou dos seus imediatos sucessores¹⁵⁹. Há, no entanto,

¹⁵⁶ MONTEIRO J. G. 1999 (no prelo).

¹⁵⁷ MONTEIRO J. G. 1999 (no prelo).

¹⁵⁸ MONTEIRO J. G. 1999 (no prelo).

¹⁵⁹ Conhecemos apenas um outro brasão na região que temos vindo a estudar que pode ser atribuído a D. João I ou seus imediatos sucessores, por apresentar o escudo régio carregado com as quinas e a bordadura de castelos colocado sobre cruz com remates em flor-de-lis. Trata-se da Ermida da Sr^a. do Mosteiro (S. Pedro de Rio Seco, Almeida), uma ermida perdida nas planuras raianas que apresenta,

mais dados que ajudam a cimentar a nossa atribuição desta iniciativa a D. João I. Na realidade, em 23 de Fevereiro de 1418 os moradores do Castelo de Outeiro de Miranda tinham obtido uma isenção de adua para não terem de servir nas obras de Miranda e de Bragança¹⁶⁰. Julgamos que as obras de que ficaram isentos os de Outeiro de Miranda em 1418 eram as que se plasmam na Torre de Menagem de Miranda do Douro. A Torre de Menagem de Miranda do Douro teve, tal como o Castelo de Almeida, um itinerário atribulado. Na realidade, a sua estrutura, certamente porque apresentava espessas paredes de pedra (com 2,50 m de espessura) foi escolhida em fins do Séc. XVIII para albergar o Paiol do Castelo de Miranda. Em 8 de Maio de 1792, no contexto da Guerra dos Sete Anos, o Paiol explodiu violentamente, e a Torre de Menagem joanina ficaria seriamente afectada. Os devastadores efeitos dessa explosão, ocorrida dezoito anos antes dos dramáticos eventos de Almeida, ficaram bem visíveis na estrutura, tendo motivado a queda de uma parede da Torre e o desaparecimento de todos os pisos abobadados (de que ainda se podem admirar os arranques das abóbadas de canhão, feitas em tijolo).

2.4. As adaptações à pirobalística e o advento da fortificação moderna (1450-1510)

O aparecimento das primeiras armas pirobalísticas, que surgem no palco de guerra peninsular no último quartel do Séc. XIV, não teve impacto imediato na nossa arquitectura militar. Na realidade, não só o poder de impacto dessas bocas de fogo era reduzido como, também, a fiabilidade das armas deixava muito a desejar. No início muitos tiros saíam “frouxos” por deficiente adaptação do projectil à alma da boca de fogo, deixando espaços livres por onde escapava ar no momento da explosão. Apenas com o triunfo da noção de calibre, com a regularização das almas das bocas de fogo e a correspondente normalização dos projecteis (permitida pelo abandono dos pelouros de pedra e a adopção das balas de ferro, fundidas em moldes), foi possível tornar os tiros mais fiáveis. Deste modo, perante armas que nem sempre disparavam e que, mesmo quando disparavam, nem sempre o tiro era eficaz, a oposição que os velhos muros medievais podiam oferecer permanecia suficiente. No entanto, à medida que nos vamos aproximando dos finais do Séc. XV, o poder das armas de fogo tornou-se cada vez maior, colocando crescentes problemas à defesa dos muros. Por outro lado, houve necessidade de adaptar as fortificações ao tiro de armas de fogo, que passaram a integrar cada vez mais as armas defensivas dos nossos castelos. O processo de adaptação à pirobalística fez-se em duas etapas: numa primeira fase criaram-se mecanismos adaptados à prática de tiro a partir do interior das fortificações, e numa segunda fase começaram a introduzir-se as modificações arquitectónicas susceptíveis de tornar a estrutura mais resistente ao impacto do tiro inimigo. A primeira fase tem como principal emblema a *troeira*, adaptação da seteira ao tiro com arma de fogo¹⁶¹. A segunda fase, bastante mais tardia, já de pleno Séc. XVI (e que por isso escapa à nossa análise) tem como principal emblema o aparecimento dos *reparos* e o enterramento progressivo das estruturas militares, que passam a estar dotadas de fosso e escarpa.

Ao longo do Séc. XV a importância crescente das armas de fogo – nomeadamente do *trom*, pequeno canhão de berço, que lançava pelouros com 14 a 20 arráteis de peso – acabou por justificar as primeiras adaptações dos castelos góticos ao novo tipo de armamento. Uma arma de fogo, como se compreende, é mais eficaz quando permite tiro rasante ao terreno. Desta forma, e

na fachada, reaproveitada, uma pedra de armas com essas características. A capela corresponde ao velho “*monasterium de Magidi*” que é referido nos limites do foral de Castelo Bom, entre *Sciada* e *Azial Velido* (hoje Azinhal). A memória deste Mosteiro perpetua-se, hoje, não só na ermida como no próprio nome desta. O edifício, embora tenha sido objecto de uma profunda reforma no Séc. XVIII (em 1733, conforme se atesta em inscrição no cunhal direito), ainda preserva a capela-mor tardo-gótica, com abóbada de nervuras e contrafortes posicionados nos ângulos externos. Continua a ser distinguida, anualmente, com concorrida romaria.

¹⁶⁰ MONTEIRO J. G. 1999 (no prelo).

¹⁶¹ Não foi a primeira adaptação que as seteiras medievais sofreram: já no séc. XIII as seteiras simples, apenas com ranhura vertical, aptas para tiro com arco, tinham sofrido uma adaptação ao uso crescente das bestas, passando a ostentar ranhura horizontal e assumindo um formato em cruz.

apesar de existirem casos de troeiras no alto de torres (como vemos em Pinhel) e no adarve das muralhas (como Duarte d'Armas representou em diversas fortificações), a tendência predominante foi para que as troeiras fossem rasgadas a uma cota baixa. Na maior parte dos casos a solução passou pela criação de barbacãs extensas, espécie de ante-muro que, com uma altura menor, para não prejudicar o tiro a partir do adarve do castelo, permitia uma linha de defesa avançada. Como já tivemos oportunidade de sublinhar, julgamos que uma parte significativa deste esforço de construção de barbacãs extensas corresponde à segunda metade do Séc. XV, aos reinados de D. João II e D. Manuel I. Noutros casos, em que as barbacãs já existiam, foram rasgadas troeiras. O certo é que, nos finais da centúria a maior parte dos castelos raianos tinham recebido adaptações (pontuais, não de fundo) para o uso de armas de fogo. No Quadro que preparámos é possível visualizar as fortificações que, na zona em que nos temos movido, receberam os novos mecanismos de tiro. De um total de 31 castelos, 8 estavam já desactivados e abandonados no Séc. XV, 11 não receberam qualquer reforma, e 12 foram objecto de melhoramentos que envolveram a criação de troeiras. Foram estes os castelos de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Longroiva, Pinhel, Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal, Sortelha e Alfaiates. Se prolongássemos o nosso olhar até ao vale do Tejo encontrávamos igualmente troeiras nos castelos de Penamacor, Penha Garcia, Salvaterra do Extremo e Idanha-a-Nova. Mas houve muitos castelos que já não mereceram a atenção da coroa portuguesa: ou porque já estavam definitivamente abandonados ou, o que é ainda mais significativo, porque já não mereceram esse investimento. Tinham perdido valor estratégico. E, neste sentido, a ausência de reformas tardo-góticas (nomeadamente de troeiras) afirma-se como tão eloquente como a sua presença. Não pode deixar de ser significativo que, em Trás-os-Montes apenas 3 castelos apresentam troeiras (Miranda, Moncorvo e Freixo) e que os castelos de Mogadouro, Bemposta, Penas Róias, Adeganha e Alva as ignorem. O vale do rio Douro, muito escarpado, constituía uma fronteira efectiva, capaz de se opor a qualquer tentativa de invasão, permitindo alguma "economia" de meios nessas fortificações. Mas o mesmo já não acontece com as zonas de "raia seca", quer a Noroeste de Miranda, quer a Sul do Douro. Por isso, a maior parte das reformas surgem concentradas em torno da "Porta das Beiras", nos castelos mais raianos (Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal, Sortelha e Alfaiates). Mas não aparecem em Numão, Castelo Melhor, Meda, Ranhados, Marialva, Castelo Mendo ou Vila de Touro, sintoma de que a sua importância estratégica se estava a esvaziar.

Encontramos barbacãs extensas em diversas estruturas desta área, desde o exemplo mais setentrional, de Miranda do Douro, onde apesar do muro da barbacã ter sido demolido em tempos modernos ainda sobrevivem vestígios suficientes para definir a própria largura da liça. Aqui as reformas tardo-góticas não se circunscreveram apenas à criação da barbacã, mas incidiram igualmente na zona do Castelo, com troeiras junto da Torre de Menagem. Em Torre de Moncorvo as reformas envolveram igualmente a construção de um castelo, de planta sub-rectangular, que se implantou junto da actual Praça Francisco António Meireles, na periferia do espaço urbano amuralhado, definido por uma cerca ovalada. Desse castelo, que escavações nunca publicadas colocaram parte da estrutura à mostra, sobrevive parte da porta de acesso, ladeada por troeiras. A Sul do Douro encontramos barbacãs extensas em Castelo Rodrigo (duas: uma protegendo o Castelo, outra rodeando o povoado civil), em Almeida (desenhada por Duarte d'Armas e destruída com as reformas seiscentistas), em Castelo Bom e em Castelo Mendo, em Vilar Maior (igualmente retratada pelo pintor régio e hoje desaparecida) e no Sabugal.

Do conjunto das reformas tardo-góticas merecem destaque as intervenções manuelinas em quatro castelos raianos. Referimo-nos aos castelos de Sabugal, Sortelha, Almeida e Alfaiates. Com elas encerraremos o nosso périplo pelas estruturas militares.

Já sublinhámos como o Castelo do Sabugal constitui um marco importante na nossa arquitectura militar gótica, a ponto de poder ser eleito como seu protótipo. O povoado de fundação leo-

Quadro 5
Reformas Góticas e Tardo-Góticas nos Castelos Raianos entre Miranda do Douro e Sabugal

Castelo	Balcão com Matacães	Machicoulis	Barbacã Extensa	Troeiras	Duarte d'Armas
Miranda do Douro	não	não	sim	sim	sim
Mogadouro	não	não	sim	não	sim
Bemposta	não	não	não	não	não
Penas Róias	sim	não	não	não	sim
Torre de Moncorvo	não	não	não	sim	não
Mós	em 1376 já se encontrava desactivado				não
Urros	em 1372 já se encontrava desactivado				não
Stª. Cruz da Vilarça	entra em decadência a partir de 1285, sendo depois abandonado				não
Adeganha	não	não	não	não	não
Freixo Espada Cinta	sim	sim	sim	sim	sim
Alva	entra em decadência a partir de 1236, sendo depois abandonado				não
Numão	não	não	não (?)	não	não
Longroiva	não (hurdício)	não (hurdício)	não	não	não
Meda	não	não	não	não	não
Alcarva	já se encontrava desactivado nos inícios do Séc. XIV				não
Ranhados	não	não	não	não	não
Marialva	não	não	não	não	não
Pinhel	sim	não	não	sim	não
Monforte Riba Côa	entra em decadência a partir de 1297, sendo depois abandonado				não
Gouveias	entra em decadência a partir dos meados do Séc. XIII, sendo abandonado enquanto estrutura militar				não
Castelo Melhor	não	não	não	não	não
Castelo Rodrigo	sim	não	sim	sim	sim
Almeida	sim	não	sim	sim	sim
Castelo Bom	não	não	sim	sim	sim
Castelo Mendo	não	não	sim	não	sim
Vilar Maior	sim	não	sim	sim	sim
Caria Atalaia	entra em decadência a partir de 1297, sendo depois abandonado				não
Vila de Touro	não	não	não	não	não
Sabugal	sim	não	sim	sim	sim
Sortelha	sim	não	não	sim	não
Alfaiates	não	não	não	sim	não

nesa, protegido por cerca ovalada, recebeu com D. Dinis uma notável fortificação de planta sub-rectangular com quatro torreões e uma Torre de Menagem quinária, implantada no exterior dos muros, melhorando as condições de defesa da zona de acesso ao castelo. Com a aproximação dos finais da Idade Média, o castelo do Sabugal recebeu novas estruturas defensivas que permitiram a sua adaptação ao uso das armas de fogo. Sabemos, graças ao extraordinário labor de Sousa Viterbo, o nome do arquitecto responsável pelas obras ordenadas por D. Manuel I. Chamava-se João de Ortega e residia em Penamacor, onde foi responsável pela reforma manuelina desse Castelo. O protagonismo de João da Ortega na reforma do Castelo do Sabugal encontra-se asse-

gurado por uma carta que o arquitecto enviou ao monarca queixando-se que lhe tinham ficado a dever 200.000 reais. Nesse diploma o arquitecto intitula-se “*Joan dortegua morador em Pena Macor mestre das obras do Castelo do Sabugall*”, apelando ao monarca para que “*me mandase pagar dozentos mjl reaes que se me devem das ditas obras pera dele aver de pagar aos officiaes e aos que me am emprestado dinheiro e mantjmentos e outras cousas...*”¹⁶². No diploma revela, igualmente, ter sido responsável por outras obras: “*nas tereçenas de Pjnhel e em Castel Boõ em Sabugall (e) em Pena Macor...*”. Ficamos, por isso, a saber que o arquitecto militar João de Ortega foi o autor da reforma do castelo de Penamacor, nomeadamente pela construção da sua notável Torre de Menagem, coroada por machicoulis, que ostenta no prospecto principal o escudo régio português ladeado pela Esfera Armilar, empresa do Venturoso. Segundo nos revela o próprio, tinha sido igualmente responsável pelas obras nas tereçenas de Pinhel e pela reforma do castelo de Castelo Bom. Esta última intervenção corresponde à construção da estrutura que se erguia na zona superior do povoado, junto do templo paroquial, e que foi quase totalmente destruída. Tratava-se de um castelo de planta quadrangular com torreões redondos nos ângulos. Dessa estrutura sobrevivem alguns vestígios, nomeadamente um dos torreões redondos, que era munido de troeiras (uma delas destruída quando, ao adaptar-se o torreão a curral de gado, se rasgou uma porta de acesso). No Castelo do Sabugal supomos que a intervenção de João de Ortega se pode detectar em dois planos: na muralha do povoado e na barbacã do castelo. Na muralha do povoado do Sabugal houve uma intervenção manuelina que ficou assinalada pela colocação de um escudo régio acompanhado de duas Esferas Armilares, sobreposto à porta de entrada principal do povoado, junto da Torre do Relógio. Nesta mesma torre há também sintomas de intervenção manuelina (nomeadamente pela presença de troeiras). No castelo do Sabugal, João de Ortega foi responsável pela construção da barbacã que rodeia o castelo dionisino, munida de dois níveis de troeiras, criando assim uma dupla linha de fogo, de extraordinária modernidade.

Sensivelmente ao mesmo tempo que João de Ortega orientava a reforma do Castelo de Sabugal, D. Manuel I promovia igualmente a reforma do Castelo de Sortelha. A velha estrutura militar, construída no primeiro quartel do Séc. XIII, continuou a ostentar a mesma organização espacial, uma vez que não era topograficamente possível acrescentar-se uma barbacã. No entanto, todo o coroamento medieval do castelo foi alterado e adaptado ao uso de armas de fogo. Anularam-se as ameias, abandonando-se o perfil recortado do parapeito, para se optar um parapeito corrido onde se rasgaram troeiras. O balcão com matacões, que se acrescentara sobre a porta de acesso, foi igualmente modificado e adaptado para o uso de armas de fogo, passando a ser popularmente conhecido como a “*Varanda de Pilatos*” por estar voltado à praça principal do povoado, onde se erguia a Casa da Câmara e o Pelourinho manuelino. Ao lado da “*Varanda de Pilatos*”, e assinalando o protagonismo desta reforma, foi colocado um escudo régio nacional ladeado por duas Esferas Armilares.

No caso de Almeida, a intervenção manuelina foi da responsabilidade de um outro arquitecto, Francisco Danzinho ou Danzilho, cujo nome conhecemos igualmente graças ao labor de Sousa Viterbo, a quem se deve a maior parte dos dados biográficos que se conhecem para esse mestre¹⁶³. Mestre Francisco Danzinho ou Danzilho era um arquitecto biscaíno que viera, juntamente com outros biscaínhos, servir a coroa portuguesa. Foi nomeado cavaleiro da Casa Real e foi responsável por diversas intervenções ao nível da arquitectura militar no primeiro quartel do Séc. XVI, nomeadamente em Alcácer Ceguer e em Ceuta¹⁶⁴. A reforma do Castelo de Almeida foi realizada nos inícios do Séc. XVI, antes da sua ida para o Norte de África, e estava concluída em 1510. Isso nos garante não só o facto de Duarte d’Armas a ter retratado no *Livro das Fortalezas do Reino*, manuscrito realizado entre 1509-1510, mas também o facto de neste

¹⁶² VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. II, p. 231.

¹⁶³ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, pp. 270-275.

¹⁶⁴ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, p. 272 e 274-275.

último ano D. Manuel ter mandado Mateus Fernandes, mestre de pedraria do Mosteiro da Batalha, ir examinar a barreira do castelo de Almeida que fora erguida por Francisco Danzinho¹⁶⁵. O valor da empreitada que fora confiada a Mestre Francisco Danzinho – 1.550\$000 reais – assegura-nos que o que fora construído não se resumia a uma simples barreira, mas que era obra mais vasta. Julgamos, efectivamente, que ela incidiu sobre o Castelo de Almeida, estrutura de planta rectangular erguida no tempo de D. Dinis (como já tivemos oportunidade de referir) e agora reformada e alterada, com torreões circulares nos ângulos e balcões com troeiras coroando os parapeitos. O Vedor das obras do Castelo de Almeida fora Rui de Andrade, cavaleiro da Ordem de Santiago, que, antes de 1517, fora igualmente vedor das obras de Castelo Bom e de Castelo Rodrigo, numa clara demonstração da sincronia das várias intervenções manuelinas nestes castelos raianos: “... *Rui damdrade, cavalleiro da ordem de Santiago e veador e recebedor que certo tempo da obra que se fez nos muros da fortaleza da villa dalmeida Castell Boo e Castell Rodrigo...*”¹⁶⁶. A obra que Mateus Fernandes fora inspeccionar deve ter agradado ao monarca, como parece indicar o facto de D. Manuel I ter enviado Francisco Danzinho para o Norte de África, para orientar obras de fortificação particularmente delicadas. As obras de Mestre Danzinho em Almeida foram, mais tarde, adaptadas a Paiol, que explodiu em 27 de Agosto de 1810, quando a praça estava cercada pelos exércitos de Massena.

Por fim, resta-nos abordar a reforma do Castelo de Alfaiates que foi, de todas as que temos vindo a acompanhar, a mais radical de todas. D. Manuel I já tinha manifestado, em 1510, a intenção de reconstruir o castelo e as defesas desta póvoa raiana. Sabemos que em 1512 as obras já tinham começado, conhecendo-se referências ao “*recebedor das obras*”, e que em 1520 Mestre Martim Teixeira tinha sido nomeado para as obras da muralha da vila¹⁶⁷. O diploma, revelado por Sousa Viterbo, é no entanto suficientemente esclarecedor para sabermos que a Martim Teixeira foram confiadas obras na cerca da vila, e não propriamente no castelo: “*o dito Martim Teixeira se obrigou fazer huu muro e cerqua darredor do arravalde e povoaçom dAlfayates...*”¹⁶⁸. Segue-se, com um notável pormenor, a descrição de todas as obras que deviam ser feitas ao abrigo do contrato, bem como as suas características construtivas. No entanto, não parece que essas obras, que se iniciavam em 1520 e deviam estar concluídas dois anos depois, incluíssem o castelo. Cinco anos depois, em 1525, D. Manuel I enviava Diogo de Arruda para terminar as obras do Castelo de Alfaiates:

*“Eu elRey mamdo a voz, Tomee do Mercado, almoxarife da minha vila Dalfayates e recebedor das obras da dita villa, que, de qualquer dinheiro que das ditas obras teverdes, paguees a Diogo Daruda, mestre de minhas obras, o que lhe momtar aver na medida que ora lhe mando fazer nas ditas obras da dita vila...”*¹⁶⁹.

A nomeação de Diogo de Arruda para as obras de Alfaiates (mesmo tendo em atenção que se tratava já de um arquitecto em final de carreira, que viria a falecer em 1531) revela bem o empenho de D. Manuel na reforma deste castelo. O Castelo novo de Alfaiates reaproveitou a Torre de Menagem da velha estrutura defensiva mas procedeu a uma radical alteração de todo o seu espaço. Na realidade, a nova fortificação, concebida de raiz para o uso das armas de fogo, apresenta uma planta quadrangular com duas torres em ângulos opostos: uma, albergando o sistema de entrada; outra, no extremo oposto, resultado do reaproveitamento da velha Torre de Menagem. Rodeando o castelo foi construída uma barbacã com troeiras, envolvendo a praça e as duas torres. Rasgada nesta, a porta de entrada surge flanqueada de troeiras e coroada pelo

¹⁶⁵ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, p. 271.

¹⁶⁶ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, p. 271.

¹⁶⁷ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. III, pp. 84-86.

¹⁶⁸ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. III, p. 84.

¹⁶⁹ VITERBO, F. M. S., 1899-1922, vol. I, p. 53.

brasão régio português. Este, ladeado por duas Esferas Armilares (tudo ainda com policromia), testemunha o protagonismo de D. Manuel na reforma desta estrutura militar. Dominado por um extremo geometrismo e por um grande rigor de desenho, o Castelo de Alfaiates, concluído c. 1525, não pode deixar de recordar outros exemplos como o Castelo roqueiro de Vila Viçosa, inspirado num esboço de Leonardo da Vinci (como sugeriu John B. Bury).

Como se pode avaliar, o reinado de D. Manuel I ficou assinalado, na nossa zona, por algumas marcantes intervenções que vieram modificar de maneira radical a capacidade defensiva do reino. De resto, o interesse do Venturoso pelas fortalezas da raia seca não se circunscreveu apenas à zona da Beira Interior, entre o Douro e o Tejo, mas alargou-se a muitas outras estruturas militares. Depois do esforço notável desenvolvido por D. Dinis, e que foi responsável pela difusão do Castelo Gótico em Portugal, o reinado de D. Manuel I ficou a assinalar novo ponto de viragem, com um assinalável volume de obra realizado. De resto, a encomenda do *Livro das Fortalezas do Reino*, que o monarca fez junto do pintor régio Duarte d'Armas, e que obrigou este a percorrer a fronteira terrestre portuguesa desde Castro Marim até Caminha, entre 1509 e 1510, espelha de forma eloquente o interesse do monarca pelas fortificações do reino. Tratava-se, afinal, de avaliar o estado das defesas do reino para definir as prioridades de renovação. Por isso, as vistas e as plantas de Duarte d'Armas, recheadas de anotações de interesse estratégico, se revelam sempre tão ricas em ensinamentos: elas estão, verdadeiramente, no fim de uma época, anunciando novas experiências e novos ventos.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Carlos d' (1990) – *O Concelho de Freixo de Espada à Cinta no Século XVIII segundo dois manuscritos inéditos*, Moncorvo, PARM.
- ____ (1998) – *Torre de Moncorvo. Percursos e Materialidades Medievais e Modernos*, Diss. de Mestrado, ed. policopiada, Porto, FLUP.
- ____ (1999) – “A criação do Concelho de Torre de Moncorvo, construção da fortaleza na sua sede e respectiva forma urbana”, *Carlos Alberto Ferreira de Almeida in memoriam*, vol. I, Porto, pp. 23-32.
- AFONSO, Virgílio (1985) – *Sabugal. Terras e Gentes*, s/l.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1973) – “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”, sep. *Revista da Faculdade de Letras – História*, 1.ª Série, vol. III, Porto, pp. 113-136.
- ____ (1979) – “A Propósito de ‘Galicia Sueva’ de Casimiro Torres”, *Gallaecia*, vol. 5, Santiago de Compostela, pp. 305-316.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; LOPES, Francisco Gaspar de Almeida (1981-82) – “Eja (Entre-os-Rios). A Civitas e a Igreja de S. Miguel”, *Portugalia*, vol. II-III, Porto, pp. 131-139.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1962) – “Arte Visigótica em Portugal”, *O Arqueólogo Português*, Nova Série, Lisboa.
- ALMEIDA, João (1945) – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, 3 vols, Lisboa.
- ALVES, Francisco Manuel (1908-1910) – “Moncorvo”, *Ilustração Transmontana*, 1º Ano, Porto, 1908, pp. 156-160, 169-175, 188-192; 2º Ano, Porto, 1909, pp. 8-11, 59-60, 76-77, 107-108, 155-156, 173-176; 3º Ano, Porto, 1910, pp. 11-16, 26-28, 42-44.
- ____ (1934) – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, vol. 9, Porto.
- ____ (1940) – “O Castelo de Penas Róias, fundado pelos Templários nos inícios da Nacionalidade Portuguesa”, *Anais* (da A.P.H.), vol. III, Lisboa, pp. 55-61.
- ____ (1976) – *Guia Epigráfico do Museu do Abade de Baçal*, Bragança.
- ANTUNES, João Viana; BAËRE, Pedro (1996) – “Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo (Longroiva – Meda)”, *Douro – Estudos e Documentos*, vol. 1, Porto, pp. 270-275.

- ARMAS, Duarte d' (1997) – *Livro das Fortalezas*, Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, INAPA, 2ª ed.
- AZEVEDO, Pedro A. de (1910) – “Documentos de Santa Maria de Aguiar (Castello Rodrigo)”, *Revista Lusitana*, vol. XIII, Lisboa, pp. 1-17.
- _____ (1913) – “Explorações Archivísticas. Dois documentos de Riba-Côa de Época Leonesa”, *Revista de História*, vol. II, Lisboa, pp. 184-186.
- AZEVEDO, Rui de (1934) – “Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Côa antes do Tratado de Alcanices (1297)”, *Biblos*, vol. 10, Coimbra, pp. 454-466.
- _____ (1962) – “Riba Côa sob Domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques. O Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, de fundação portuguesa e não leonesa”, *Anais* (da Academia Portuguesa de História), IIª Série, vol. 12, Lisboa, pp. 231-298.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1981) – “A Ordem Militar de S. Julião do Pereiro, depois chamada de Alcântara”, *Anuário de Estudos Medievales*, vol. 11, Barcelona, pp. 713-729.
- BARRAL Y ALTET, Xavier (1976) – *La Circulation des Monnaies Suèves et Visigothiques. Contribution à l'histoire économique du royaume visigoth*, Munchen.
- BARRIOS GARCIA, A. Angel (1988) – “El proceso de ocupación y de ordenación del espacio en la Raya leonesa”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 155-183.
- BARROCA, Mário Jorge (1984) – “Notas sobre a Ocupação Medieval em Baião”, *Arqueologia*, vol. 10, Porto, pp. 116-136.
- _____ (1987) – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, diss. para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, ed. policopiada.
- _____ (1988) – “A Ocupação Medieval em Castelo de Matos (Baião). Primeira Abordagem”, *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 159-171.
- _____ (1990-91) – “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, pp. 89-136.
- _____ (1991) – “As Pizarras Visigodas: A Propósito de uma obra de I. Velázquez Soriano”, *Conimbriga*, vol. 30, Coimbra, pp. 139-159.
- _____ (1992) – “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, vol. IX, Porto, pp. 53-85.
- _____ (1995) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Diss. de Doutoramento, 4 vols, Porto, ed. policopiada (ed. impressa, Lisboa, FCG-FCT, 2000).
- _____ (1996-97) – “A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII”, *Portugalia*, Nova Série, vol. XVII-XVIII, Porto, pp. 171-209.
- _____ (1998a) – “D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa”, *Actas das IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, pp. 801-822.
- _____ (1998b) – “Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar na Beira Interior”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, pp. 215-238.
- _____ (1998c) – “Castelos Medievais Portugueses. Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)”, *La Fortaleza Medieval. Realidad y Símbolo*, Actas de la XV Asamblea General de la Sociedad Española de Estudios Medievales, Alicante, pp. 13-30.
- BARROS, Henrique da Gama (1945-54) – *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Ed. Crítica de Torquato de Sousa Soares, 11 vols., Lisboa.
- CABRAL, António Augusto Dinis (1961) – “Castelo Rodrigo. Subsídios para a sua História”, *Beira Alta*, vol. 20 (4), Viseu, pp. 717-745.
- _____ (1962) – “Algumas Notas sobre o Castro do Castelo de Calabre e, Almendra”, *Studium Generale*, vol. 9 (1), Porto, pp. 138-158.
- _____ (1963) – *História da cidade de Calábria em Almendra (Subsídios)*, Porto.

- _____ (1965) – “A Torre de Aguiar ou Turrís Aquilaris”, *Beira Alta*, vol. 24, Viseu, pp. 425-432.
- CARVALHO, Amorim (1995) – *Castelo Mendo. Um conjunto histórico a preservar*, s/l.
- CARVALHO, José Vilhena (1973) – *Almeida. Subsídios para a sua história*, 2 vols., Viseu (2ª ed., 1988).
- CARVALHO, Teresa Pires de (1999) – “Contributo para a tipificação dos vãos de decoração manuelina de Freixo de Espada à Cinta”, *In Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, vol. I, Porto, pp. 249-264.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1959) – *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa (2ª ed., facsimilada, Lisboa, INCM, 1984).
- COCHERIL, D. Maur (1972) – *Notes sur l'Architecture et le Décor des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Lisboa.
- _____ (1978) – *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Lisboa.
- COELHO, Luís (1972) – “Breve Nota sobre a Epigrafia numa pequena placa de xisto goda proveniente de Plasência (Espanha), hoje no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia”, *O Arqueólogo Português*, IIIª Série, vol. 6, Lisboa, pp. 275-280.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá; TRABULO, António Alberto Rodrigues (1995a) – *Evolução Político-Administrativa na Área do Actual Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Séculos XII a XX)*, Vila Nova de Foz Côa.
- _____ (1995b) – *Por terras do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. Subsídios para a sua História. Estudo e Inventário do seu Património*, Vila Nova de Foz Côa.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (1996) – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa.
- _____ (1997) – *Um Projecto, a Investigação, a Musealização e um Circuito: Freixo de Numão 1980-1996*, Freixo de Numão.
- CORREIA, Joaquim Manuel (1906) – “Memória sobre o Concelho do Sabugal – Origens: As terras de Riba-Côa”, *O Arqueólogo Português*, 1ª série, vol. XI, Porto, pp. 50-63.
- _____ (1946) – *Terras de Riba Côa. Memórias sobre o Concelho de Sabugal*, Sabugal (2ª ed., fac-similada, 1992).
- CORTEZ, Fernando Russel (1950), “Objectos de Liturgia Visigótica encontrados em Portugal”, *O Instituto*, vol. 114, Coimbra, pp. 52-92.
- COSME, Susana Rodrigues (1998) – “Aldeia Nova – Resultados de uma primeira sondagem”, *Côavisão*, n.º 0, Vila Nova de Foz Côa, pp. 63-68.
- COUTO, João (1927) – *O Convento de Santa Maria de Aguiar em Riba-Côa, termo de Castelo Rodrigo*, Porto.
- DAVID, Pierre (1947) – *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe Siècle*, Lisboa.
- DIAS, Mário Simões (1996a) – *Vilar Maior. História, Monumentos e Lendas*, Coimbra.
- _____ (1996b) – *Os Forais de Vilar Maior*, Coimbra.
- DIAZ Y DIAZ, Manuel C. (1961) – “Sobre la posible data de las pizarras salamantinas con signos numéricos”, *Zephyrus*, vol. 12, pp. 234-239.
- _____ (1975) – “Consideraciones sobre las pizarras visigóticas”, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, vol. V, Santiago de Compostela.
- DOZY, Reinhart P. (1861) – *Historia de los Musulmanes de España*, 4 vols., Barcelona, Turner, 1988 (1ª ed., 1861).
- FARIA, António Marques de (1988) – “On Finds of Suevic and Visigothic Coins in the Iberian Peninsula and their interpretation”, *Problems of the Medieval Coinage in the Iberian Area*, ed. by M. Gomes Marques e D. M. Metcalf, Santarém, pp. 71-88.
- FERNANDES, A. de Almeida (1965-69) – “Paróquias Suevoas e Dioceses Visigóticas”, *Arquivo do Alto Minho*, vol. IV, Viana do Castelo, 1966, pp. 164-205; vol. V, 1967, pp. 5-57; vol. VI, 1968, pp. 97-144; vol. VII, 1969, pp. 5-34.
- _____ (1967) – “Os limites da Arquidiocese Bracaraense até o tempo de S. Frutuoso”, *Bracara Augusta*, XXI, Braga, pp. 277-288.

- _____ (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca.
- FERREIRA, João Albino Pinto (1953) – *Antiguidades de Numão*, Porto.
- _____ (1954) – *Freixo de Numão. Apontamentos*, Porto.
- _____ (1962) – “Numão – Notável estação arqueológica”, *Studium Generale*, vol. 9 (1), Porto, pp. 118-124.
- _____ (1966) – “Cabeceiras de Sepulturas Medievais existentes em Numão”, *Lucerna*, vol. V, Porto, pp. 690-691.
- _____ (1978) – “Numão através da História”, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, AAP, pp. 411-420.
- FIDEL, Pe. Fidel (1913a) – “Caliabria Romana”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. 62, Madrid, pp. 173-182.
- _____ (1913b) – “Caliabria y Ciudad Rodrigo”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. 62, Madrid, pp. 264-275.
- FONSECA, Acácio Augusto da (1908) – “Mogadouro”, *Ilustração Transmontana*, Porto, pp. 183-186.
- FRADE, Helena (1990) – “Novos elementos sobre o templo romano de Almofala”, *Conimbriga*, vol. XXIX, Coimbra, pp. 91-101.
- GARCIA, José Maria (1965) – “Torre das Águias em Almofala – Riba Côa”, *Beira Alta*, vol. 24 (2), Viseu, pp. 223-233.
- GARCIA MORENO, Luís A. (1998) – “Riba Coa en el Periodo Visigodo”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 115-130.
- GOMES, Paulo Dordio (1993a) – “O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho”, *Arqueologia Medieval*, vol. II, Porto, pp. 171-189.
- GOMES, Paulo José Antunes Dordio (1993b) – *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A Reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (Séculos XII-XV)*, diss. de Mestrado, Porto, ed. policopiada.
- GOMES, Rita Costa (1988) – *Castelos. Raia da Beira. Distrito da Guarda*, Guarda.
- _____ (1996) – *Castelos da Raia*, vol. I, Beira, Lisboa.
- GOMEZ CENTURIÓN, José (1913) – “Historia Civitatisense”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, vol. 62, Madrid, pp. 545-554.
- GOMEZ MORENO, D. Manoel (1966) – *Documentación Goda en Pizarra*, Madrid.
- GUIMARÃES, Gonçalves (1995) – “Arqueologia do Vale do Côa – A Estação Arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35, 4, Porto, pp. 569-575.
- _____ (1996) – “A Estação Arqueológica da Quinta da Ervamoira – Muxagata, Vila Nova de Foz Côa”, *Douro – Estudos e Documentos*, vol. 1, Porto, pp. 263-265.
- _____ (1997) – *Museu de Ervamoira – Guia do Visitante*, Vila Nova de Gaia.
- _____ (1998) – “Cerâmica Romana e Medieval de Ervamoira”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, pp. 171-184.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino; BENÉITEZ GONZÁLEZ, Carmen; LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia *et. al.* (1994) – “Las Pueblas Fronterizas entre León y Portugal en los Siglos XII y XIII: “Ciudadelas” de Riba-Côa (Beira, Portugal)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXIV, 3-4, Porto, pp. 381-404.
- LADERO QUESADA, Miguel Angel (1997) – “La Formación de la Frontera de Portugal en los Siglos XII y XIII y el Tratado de Alcañices (1297)”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo CXCIV, Madrid, pp. 425-458.
- _____ (1998) – “O Tratado de Alcanices visto de Espanha”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 11-30.
- LEMONS, Francisco Sande (1993) – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, diss. de doutoramento, 4 vols. em 6 tomos, Braga, ed. policopiada.
- LIMA, Alexandra Cerveira, *et. al.* (1988a) – “Escavações Arqueológicas da Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo)”, *Arqueologia*, vol. 17, Porto, pp. 231-234.

- LIMA; Alexandra Cerveira; RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson; GOMES, Paulo Dordio; TEIXEIRA, Ricardo *et. al.* (1988b) – “Escavações Arqueológicas na Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVIII, 3-4, Porto, pp. 187-204.
- LIMA, António Manuel Carvalho (1993) – *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro*, diss. de mestrado, Porto, ed. policopiada.
- LOPES, David (1968) – *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, Lisboa.
- LOPES, Isabel Alexandra; SANTOS, Heloisa Valente dos; ABRANCHES, Paula Barreira (1998) – “Capela de S. Pedro de Numão – 1ª Intervenção na Vila Velha de Numão”, *Côavisão*, n.º 0, Vila Nova de Foz Côa, pp. 57-62.
- MACHADO, José Pedro (1964) – “A Península Hispânica segundo um geógrafo árabe do Século XII”, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Jan.-Março 1964, pp. 17-52.
- _____ (1991) – *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa.
- MARQUES, José (1998) – “Os Municípios Dionisinos nos finais do Século XIII”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 211-231.
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses (1995) – *Sepulturas escavadas na rocha na Região de Viseu*, diss. de Mestrado, policopiada, Porto.
- MARQUES, Maria do Rosário; BAËRE, Pedro; COSME, Susana (1996) – “Calábria (Almendra, Vila Nova de Foz Côa). Primeira Notícia”, *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I, Porto, pp. 278-279.
- MARQUES, Mário Gomes; CABRAL, J. M. Peixoto; MARINHO, J. Rodrigues (1995) – *Ensaio sobre História Monetária da Monarquia Visigoda*, Porto, SPN.
- MARTÍN, José-Luís (1998) – “San Julián del Pereiro entre Calatrava y Alcántara”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 185-195.
- MARTINEZ DIEZ, Gonzalo (1971) – “Los Fueros de la Familia Coria Cima-Coa”, *Revista Portuguesa de História*, vol. XIII, Coimbra, pp. 343-373.
- MATEU Y LLOPIS, Felipe (1979) – “Gothorum Reges in Calábria”, *Nvmmvs*, 2ª Série, vol. I, Porto, pp. 7-12.
- MATHIAS, Michael (1995) – “Elementos para o estudo do povoamento medieval do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Distrito da Guarda”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35 (3), Porto, pp. 495-500.
- _____ (1998) – “O Projecto “Castelo de Castelo Melhor”, Vila Nova de Foz Côa, Distrito da Guarda – Investigação Arqueológica e Estudo de Conservação/Recuperação”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, pp. 287-300.
- MATTOSO, José (1981) – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa.
- _____ (1987) – “Da Comunidade Primitiva ao Município. O Exemplo de Alfaiates”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Ed. Estampa, pp. 35-48.
- MERA, Paulo; GIRÃO, Aristides de Amorim (1943) – “Territórios Portugueses no Século XI”, *Revista Portuguesa de História*, vol. II, Coimbra, pp. 255-263.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Coimbra, Ed. Colibri.
- MORENO, Humberto Baquero (1982) – “A Vila de Torre de Moncorvo no Reinado de D. João I”, *Estudos Medievais*, vol. 2, Porto, pp. 33-43.
- _____ (1986a) – “A Irmandade de Riba Côa dos Fins do Século XIII”, *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 27-32.
- _____ (1986b) – “Elementos para o Estudo dos Coutos de Homiziados instituídos pela Coroa”, *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, pp. 93-138.
- _____ (1998) – “O Tratado de Alcanices à luz da Diplomacia”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 41-51.
- MOURINHO, António Maria (1986) – “Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947”, *Brigantia*, VI (1-2-3), Bragança, pp. 3-36.

- ____ (1987) – “Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947”, *Brigantia*, vol. VII (1), Bragança, 1988, pp. 101-133.
- NETO, José Maria (1975) – *O Leste do Território Bracarense*, Braga.
- NEVES, Victor Manuel Leal Pereira (1979) – *A Antiga Vila de Sortelha, Aldeia-Museu de Portugal*, s/l.
- ____ (1996) – *As Aldeias Históricas de Marialva, Linhares e Castelo Mendo – Conjuntos Históricos a Valorizar*, Lisboa.
- NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte (1982) – “A organização municipal da Extremadura Leonesa nos Sécs. XII e XIII”, *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LVIII, Coimbra, pp. 373-431.
- ____ (1998) – “Os Municípios Medievais em Riba Côa dos inícios do Século XIII a 1297”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 197-209.
- OLIVEIRA, Miguel de (1941) – *Epigrafia Cristã em Portugal*, Lisboa.
- OSÓRIO, Marcos (1998) – “Sabugal Velho – Primeiras Acheugas para o Estudo da Estação Arqueológica”, *I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, 2000, pp. 201-214.
- PINTADO, Francisco António (1992) – *O Castelo de Freixo de Espada à Cinta. Notas para o seu estudo*, Freixo de Espada à Cinta, C. M.
- POLICARPO, D. José da Cruz (1998) – “A Cidade Romana e a Diocese de Calábria”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 107-114.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1957) – “A Vila Morta de St^a Cruz da Vilarça”, *Horizonte*, vol. 4(45), Guarda, pp. 73-76.
- ____ (1965) – “O Templo romano de Almofala. Nova Interpretação sobre o Casarão da Torre”, *Beira-Alta*, vol. 24 (4), Viseu, pp. 433-435.
- RODRIGUES, Adriano Vasco; BRANDÃO, D. Domingos de Pinho (1962) – “Missão de Estudo Arqueológico na Região da Vilarça – Moncorvo”, *Studium Generale*, vol. 9 (1), Porto, pp. 336-351.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1983) – *Terras de Meda. Natureza e Cultura*, Meda.
- RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson (1995) – “Cerâmicas Medievais do Baldoeiro (Adeganha, Torre de Moncorvo)”, *1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo*, Tondela, pp. 51-66.
- SALGADO, Abílio José (1983) – “O Castelo de Mogadouro no sistema defensivo do Nordeste Transmontano”, *Livro do Congresso. II Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, pp. 26-29.
- SANTOS, Heloisa; LOPES, Isabel; ABRANCHES, Paula Cristina (1996) – “Vila Velha de Numão (Vila Nova de Foz Côa). Uma Primeira Abordagem”, *Douro – Estudos e Documentos*, vol. I, Porto, pp. 280-281.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1980) – “O Castelo dos Mouros, Castro do Monte de S. Paulo e a sua Calçada de Alpajares (Freixo de Espada à Cinta)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23, 4, Porto, pp. 373-391.
- ____ (1983) – “A Derruída ou Vila Velha de Santa Cruz da Vilarça”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 24, 3, Porto, pp. 538-548.
- SERRA, Pedro Cunha (1967) – *Contribuição Topo-Antroponímica para o Estudo do Povoamento do Noroeste Peninsular*, Lisboa.
- SILVA, José J. (1992) – *Monografia do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo*, Figueira de Castelo Rodrigo.
- VASCONCELOS, José Leite de (1932-34) – “Antigalhas do Museu Etnológico”, *Revista de Arqueologia*, vol. I, Lisboa, pp. 4-5.
- VEIGA, Augusto Botelho da Costa (1938) – “Solução do problema cronológico da segunda Reconquista Cristã de Coimbra”, sep. de *Brotéria*, vol. XXVI, Lisboa.
- VEIGA, Francisco António (1856) – *O Castello de Caliabria*, Coimbra.
- VELAZQUEZ SORIANO, Isabel (1989) – *Las Pizarras Visigodas. Edición Crítica y Estudio*, Murcia.
- VENTURA, Leontina (1992) – *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Diss. de Doutoramento, 2 vols., Coimbra.

- VICENTE, António Maria Balcão (1996) – *Santa Maria de Aguiar – Um Mosteiro de Fronteira. Património Rural e Paisagem Agrícola (Séculos XII-XIV)*, Diss. de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras UL.
- VIGUERA MOLINS, Maria Jesús (1998) – “En torno a Riba Coa y al-Andaluz”, *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, Lisboa, UCP, pp. 131-152.
- VITERBO, Francisco Maria de Sousa (1899-1922) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 3 vols., Lisboa, 1899-1904-1922 (2ª ed., fac-similada, Lisboa, INCM, 1988).
- VIVES, José (1969) – *Inscripciones Cristianas de la España Romana y Visigoda*, 2ª ed., Barcelona.

A CESTARIA TRADICIONAL EM PENAFIEL*

Teresa Soeiro**

RESUMO:

É objecto deste estudo a cestaria tradicional da área do Município de Penafiel. Tentaremos acompanhar o percurso da profissão no tempo longo, encontrar a memória das mais recentes, mas desaparecidas, gerações de cesteiros e acompanhar os últimos e exímios artistas. Identificam-se também as formas e o saber-fazer que caracterizam estes fabricos, com realce para a cestaria de madeira rachada e os açafates de vara fina pintados, ambos no limiar da extinção.

Palavras-chave: Cestaria tradicional, Penafiel

ABSTRACT:

The purpose of this work is to study the making of traditional basketware in Penafiel district. We attempted to trace the profession of basket making and its artisans within the background of the local crafts, since the Modern Age. We identified also the forms and know-how which are characteristic, with emphasis on the basketry products made of woven, plaited and checkered ribbon-like strips of peeled off wood, as well as the ancient manufacture of fine painted baskets of woody plant twigs. Both these handicrafts are nearing extinction.

Key-words: Traditional basketware, Penafiel

Em memória de Perfeito Moreira Lucas, o cesteiro

Num tempo sem plástico nem outros materiais sintéticos, em que o papel era caro, raro e pouco resistente, as necessidades de acondicionamento para deslocação e arrumação dos mais diversos bens tiveram de ser supridas com os recursos acessíveis, fossem eles contentores feitos de pele ou têxteis, recipientes cerâmicos e de madeira, ou a cestaria, presente num sem número de situações de todos os quotidianos, objecto deste trabalho.

De comprovada antiguidade, esta arte manteve-se na área de Penafiel, o espaço que iremos observar, no limiar entre trabalho doméstico e especialização oficial, integrando, pelo menos nos últimos séculos, contextos, modelos e técnicas de fabrico reconhecidos como tradição, perfeitamente identificados e contraponíveis a outros forâneos, aqui representados pela produção de grupos populacionais itinerantes (nomeadamente ciganos), e por bens artesanais e industriais difundidos pelo comércio ou trazidos na sequência de deslocações. Mas nem sempre o próprio significou o mais valorizado, como também ao cesteiro foi reservado um lugar discreto na socie-

* Agradecemos ao Museu Municipal de Penafiel a possibilidade de estudar as colecções, bem como toda a colaboração.

** UP – FLUP/CITCEM.

dade. O mais conhecido e muito difundido aforismo que se lhe refere, *cesteiro que faz um cesto faz um cento, se lhe derem verga e tempo*, sublinha a facilidade da execução rotineira da arte, mas o seu frequente emprego com outro valor semântico remete para alguma ambiguidade, frequentemente associada aos homens dedicados a trabalhos profissionais realizados sem grande esforço físico e no espaço doméstico, providos de manha mais do que de músculos.

Anónima porque património da tradição comum, recreada em cada peça que se levanta, a obra de cestaria tem sempre particularidades distintivas, assinatura qualitativa do cesteiro que começa por permitir ao cliente a elementar separação entre trabalho cuidado e atabalhoado, profissional destro ou adventício, para depois passar a patamares mais subtis e personalizados de gosto, destreza e inventiva, apanágio dos cesteiros penafidenses que nos servirão de guia.

CANASTREIROS E CESTEIROS

Ofício de homens, que trabalhavam em casa e realizavam curtas deslocações à residência do cliente¹, muita vezes isolados e apenas ajudados pela mulher e filhos nas tarefas intermédias de preparação da matéria-prima, nunca o veremos no feminino se estivermos a falar da arte maior de dar forma à cestaria de madeira rachada, trabalhada no banco, a obra dos canastreiros. As mulheres puderam, pelo menos na segunda metade de século vinte, apenas dedicar-se à confecção de açafates de vara fina, uma produção mais delicada, com materiais ligeiros que dispensam ferramenta mas exigem contagem e gentileza no complexo entrelaçar das varas, tantas vezes finalizado com uma chamativa nota decorativa introduzida pela pintura polícroma.

Já no foral manuelino de Entre-os-Rios, de 1519, encontramos referência quer aos cestos que se vendiam – canastras, cestos redondos, cestos de mão e cestas – pelos quais se cobrava um ceitil, quer a bens acondicionados em cestos para serem comercializados, como por exemplo a fruta e os ovos, que se arrumavam em canastras². Esta forma de transportar os mais diversos produtos ou de expor a mercadoria para venda parece ter sido uma constante, surgindo a cada passo nas posturas municipais de Arrifana/Penafiel, a propósito das mais variadas situações, como a referência ao direito a cortar uvas em propriedade alheia para comer mas não para “*levar para casa em cesto*” (1751); às pessoas que vêm vender à cidade coisas por miúdo, das quais se cobrava “*por cada canastra ou sexto des reis*” (1817 art. 7); à proibição de vender lenha, mato ou giestas “*uma vez que seja conduzida em molhos ou cestos*”, pelo menos sem a declaração de proveniência (1837); às padeiras que “*pagarão de assento 20 reis por cada vez que venderem o pão nas canastras no chão*”, enquanto das canastras do peixe se cobrava metade (1842); à obrigação dos “*carreções que conduzirem carne às costas deverão usar de cestos ou caixões cobertos com os mesmos oleados*” (1865, tit. 14 §5), ou mesmo aos que carregam estrumes na cidade em carros e cestos (1870).

Mas se a menção, muitas vezes indirecta, à cestaria é uma constante, já os seus artífices parecem não ter recebido uma particular atenção dos poderes estabelecidos, nem assumir visibilidade entre os mesteres existentes no concelho. Nos tombos (1657 e 1705) que regulamentam a procissão do Corpo de Deus não há lugar para cesteiros ou canastreiros, apesar da obrigação de participar abranger um largo espectro social, dos nobres e ouvidor aos jornaleiros e cabaneiras, incluindo mais de vinte grupos de profissionais³. Também aquando da elaboração dos *regimentos* dos ofícios, que tanto preocupou a recém-criada Câmara de Arrifana de Sousa, em 1742, foram esquecidos, não havendo mesmo nos aditamentos posteriores qualquer menção a esta activi-

¹ As deslocações são aqui de pequeno raio e individuais, pelo que não deram lugar a situações de carácter gremial, longas e repetidas movimentações em grupo, propícias mesmo à formação de uma linguagem própria e identitária: BOUZA BREY, Fermín – *Os cesteiros galegos de Mondariz e a sua fala gremial*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1992.

² AMMCV – *Foral de Entre Ambos os Rios*. 1519, fl. 6 e 7.

³ SOEIRO, Teresa – *Os dias grandes*. *Cadernos do Museu*. Penafiel, 6-7 2000-2001, p. 137-220.

dade. Recordemos que no Porto também não existia regimento para os canasteiros, ainda que participassem na montagem da festa de Corpo do Deus integrados no conjunto dos ofícios da madeira liderado pelos carpinteiros⁴. Na capital do reino viram-se igualmente esquecidos pela organização mesteiral⁵.

Esta omissão de menções à profissão abrange ainda os registos paroquiais setecentistas estudados, referentes ao núcleo urbano⁶. Apenas no século seguinte elas irão surgir com persistência, um pouco por todo o município, não sem ambiguidades já que um canasteiro ou cesteiro podia facilmente, em anos seguintes, ser identificado como jornaleiro ou lavrador, que de facto também seria porque o mester não o ocupava a tempo inteiro.

Um documento muito pormenorizado sobre a distribuição profissional existente em Paço de Sousa, no ano de 1815, pode elucidar-nos sobre a quota deste ofício numa grande freguesia rural. De um total de quatrocentos e setenta e quatro profissionais, apenas dez eram canasteiros (três mestres, cinco oficiais e dois aprendizes), número ao nível do verificado para ferreiros e sapateiros, mas bem inferior ao dos tamanqueiros (18), pedreiros (24), carpinteiros (26) ou alfaiates (28)⁷.

Na cidade haveria, em 1820, um canasteiro em Fornos⁸. No *Livro do lançamento da décima* do ano de 1833 um homem de Aldea (Rande – Duas Igrejas) é dito *sesteiro da cesta* e outro, de Pinheiro, freguesia de Vila Cova, também vive da arte⁹. No ano seguinte, o centro urbano teria dois, na zona baixa, em Santo António Velho¹⁰.

O recenseamento eleitoral de 1836 detectou, em todo o município, quatro canasteiros (Eja, Eja, Manoel Ferreira; Paredes, Granja, António Ferreira; Portela, Cruz, Jozé dos Santos; Valpedre, Oldrões, Jozé Soares) e cinco cesteiros (Santiago, Novelhe, Manoel Gomes; Peroselo, Calvário, Manoel de Souza; três em Vila Cova), em nove freguesias, sempre isolados excepto em Vila Cova, onde trabalhavam Joze da Costa, no lugar de Cruzes, João Ferreira no Outeiral e Manuel Ferreira em Ribaboa¹¹. Pouco mais de quatro décadas passadas, em 1879¹², persiste a distinção entre canasteiros, agora treze, e cesteiros, em número de cinco, espalhados por catorze freguesias, sem sobreposição. Indicaremos no ponto seguinte, o nome e a residência destes homens, alguns dos quais conseguimos relacionar com núcleos de cestaria mais recentes.

Apesar de já serem mais, os canasteiros e cesteiros nem por isso ganharam consideração no mundo do trabalho, que continua a olhá-los como detentores de um saber vulgar e fácil de adquirir. Com certo desprezo os tratou o Inquérito Industrial de 1881, que os inseriu na classificação do mapa *obras de verga e palha*, item *cesteiro*. Em Penafiel foram então contadas oito unidades, depois comentado laconicamente: “*por toda a parte se fazem cestos, gigos, canastras e n’esta especie nada ha que acrescentar aos numeros do mappa*”¹³.

Nem os diferentes recenseamentos que se seguiram acrescentaram ao número de profissionais deste ofício, que se vão encontrar, quase sempre, dispersos. Serão dezasseis, em dez fre-

⁴ CRUZ, António – *Os mesteres do Porto. Subsídios para a história das antigas corporações dos ofícios mecânicos*. Porto, 1953, p. 72.

⁵ LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*, v. 1, Lisboa, 1943, p. 416.

⁶ SANTOS, GERALDA MARIA MARQUES FERREIRA DOS – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1700-1729 (ensaio de demografia histórica)*. Lisboa, 1979; MARQUES, MARIA LUCÍLIA DE SOUSA PINHEIRO – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1730 – 1759 (ensaio de demografia histórica)*. Lisboa, 1974; DUARTE, MARIA CELESTE DOS SANTOS DUARTE DE OLIVEIRA – *A freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa de 1760-1784 (ensaio de demografia histórica)*. Porto, 1972.

⁷ ACL – Série Azul, ms 1774 – BACELAR, Simão de Jesus Maria Castelinho – *Mappa estatístico da freguezia do Salvador de Paço de Souza na Comarca de Penafiel, Bispado do Porto*.

⁸ AMPNF – 1478 *Livro do lançamento da décima desta cidade*, 1820.

⁹ AMPNF – 1501 *Livro do lançamento da décima e maneios do termo desta cidade de Penafiel no anno de 1833*.

¹⁰ AMPNF – A 1502 *Livro do lançamento da décima dos prédios urbanos e rústicos desta cidade e subúrbios, e dos maneios e ordenados*. Penafiel, 1834.

¹¹ AMPNF – A 1590 a 1621 *Livro(s) de recenseamento a que mandou proceder o decreto de 8 de Outubro de 1836 para a eleição de deputados*

¹² AMPNF – A 1633 a 1641 *Caderno(s) de recenseamento de eleitores e elegíveis*, 1879

¹³ *Relatório apresentado ao Excmo Snr Governador Civil do districto do Porto pela sub-comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, 1881, p. 8-9 e 50.

guesias, no ano de 1894; quinze distribuídos por nove freguesias no ano de 1923; outros tantos, em dez freguesias, por 1940, onze repartidos por dez freguesias cinco anos depois e dezasseis, em dez freguesias nos meados dos anos cinquenta¹⁴. Depois, ver-se-ão cada vez mais esquecidos ou melhor, assimilados a outras actividades, já que no inquérito directo reportado ao final da década de oitenta se mantêm os níveis precedentes, sobressaindo, porém, a faixa etária a que pertenciam, já bastante elevada¹⁵, circunstância que, aliada à falta de renovação e ao abandono por parte dos então mais jovens, conduziu à precária situação actual, que procuraremos estudar neste trabalho.

Penalizados pela perda do mercado tradicional, que já quase não utiliza a cestaria nas diversificadas funções para que foi indispensável, os cesteiros que resistiram reinventaram formas e utilidades para a sua arte, quer pela própria percepção da mudança, quer seguindo as sugestões da clientela, que agora pretende cestos com utilidade doméstica e mais-valia decorativa e simbólica, sobretudo pequenos volumes, mas também alguns médios destinados a arrumar na sala a lenha, os periódicos ou os brinquedos das crianças.

A descrição que se segue, atinente aos profissionais, modelos e técnicas que configuram a cestaria tradicional praticada em Penafiel, será muito mais inteligível se o leitor conhecer o trabalho-guia de Fernando Galhano – *Cestaria de Entre Douro e Minho*¹⁶ – realizado num tempo em que estas peças eram ainda regularmente confeccionadas e utilizadas, magnificamente ilustrado pela ímpar qualidade do seu desenho.

CESTARIA DE MADEIRA RACHADA – A LINHAGEM DE CESTEIRO DE PEROSELO

A cestaria desenvolvida em Peroselo, que documentámos na herança familiar directa por mais de um século, servirá de paradigma para a tecnologia tradicional da madeira rachada trabalhada em entrelaçado cruzado. Tomámos como referência o saber e a arte de Perfeito Moreira Lucas (n. 1925 – f. 2009), filho e neto de cesteiros desta mesma freguesia, de quem herdou a mestria.

José Tomé Moreira, do lugar da Igreja, surge no recenseamento eleitoral de 1923 identificado como cesteiro, contando sessenta e dois anos. Em 1940, residia no Calvário e estava viúvo e com a idade de setenta e seis anos, o que remete para uma data de nascimento em 1861/3 e a probabilidade de já exercer a profissão nas décadas finais do século XIX. Na mesma freguesia é arrolado, em 1923, António Moreira Lucas, de vinte e um anos, sediado em Outeiro, que se identifica como canastreiro. Estabelecido no lugar de Souto Novo, era igualmente cesteiro, em 1940, José Moreira Lucas, filho de José Tomé, casado e com quarenta e oito anos, que por sua vez foi pai de Perfeito Moreira Lucas, aprendiz da arte desde os oito anos.

Mas a aplicação familiar à cestaria não se ficou por aqui, já que com os dois anteriores aprendeu José Moreira Lucas, respectivamente seu neto e sobrinho, que levou para Rio de Moinhos este saber fazer exercido com perfeição, mesmo que não tenha sido esta a profissão adoptada como principal meio de subsistência. Perfeito Moreira Lucas ensinou ainda alguns dos seus filhos e filhas e as netas Elsa e Paula Garcês, que o acompanhavam, estando neste momento apto a trabalhar o primogénito, Manuel Leal Moreira, que emparceirou com o pai desde criança até, com cerca de vinte e sete anos, optar por outra profissão para, na conjuntura da actual crise de emprego considerar a hipótese de regressar aos cestos que aquele já não pode fazer. Recor-

¹⁴ AMPNF – A 1643 – *Livro do recenseamento de eleitores e elegíveis*, 1894; A 1646 – *Livro do recenseamento de eleitores e elegíveis*, 1923; A 1649 – *Livro de recenseamento eleitoral*, 1940; A 1654 – *Livro de recenseamento eleitoral*, 1945; A 1665 – *Livro de recenseamento eleitoral*, 1955.

¹⁵ Inquérito realizado sob a direcção de Adriano Augusto Fonseca da Silva, no âmbito da Educação de Adultos – Artes e ofícios tradicionais.

¹⁶ GALHANO, Fernando – *Cestaria de Entre Douro e Minho*. Contribuição para o estudo da cestaria portuguesa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 18 1961-1962, p. 257-335.

damos também que o senhor Perfeito foi, na década de oitenta, formador num curso profissional apoiado pela União Europeia, como tantos sem resultados visíveis.

Todas estas gerações se identificaram profissionalmente como canastreiros ou cesteiros, ainda que o tempo diário despendido com a actividade fosse restrito, compatível com o amanho da terra, sua ou por conta. No caso de Perfeito Moreira Lucas, este calculava que nas últimas décadas dedicaria aos cestos, em média, duas ou três horas diárias, com fortes disparidades, já que em ocasiões de preparação da madeira ou de uma maior pressão da procura podia aumentar o tempo de trabalho, por sua vez abandonado quando a lavoura e a apicultura urgiam.

Era em casa (Fig. 1.1) que agora preparava as matérias-primas e levantava os cestos, mas tempos houve em que precisou, com o filho por ajudante, de procurar serviço pelas quintas e casas de lavoura que, no caso de serem grandes e empregarem muita mão-de-obra, os podiam ocupar mais de uma semana (p.e. duas semanas para a Quinta de Abol, Eja). Nas últimas décadas, vendia os trabalhos na área das feiras dedicada ao artesanato e em casa, tanto a clientes da região como a outros de origem mais distante, que tomavam conhecimento dos seus produtos naqueles certames. Nas deslocações à sede do concelho, de ritmo mensal, levava alguns cestos no transporte público para os deixar numa loja do centro vocacionada para artigos de utilidade doméstica e serventia na lavoura.

O ofício não era muito exigente quanto a instalações, sendo vulgar ver, como neste caso, o cesteiro trabalhar num espaço amplo dos baixos da habitação, onde também podia arrecadar as madeiras, penduradas e arrumadas em molhos, e alguma obra feita. O banco de lavar ou a tábua de erguer os cestos eram fáceis de mudar de posição, adaptavam-se a qualquer chão, apenas devendo receber luz directa para reduzir despesas. Importante seria dispor de um tanque ou ponto de água próximo onde demolhar as madeiras. Embora se pudesse trabalhar no exterior, a coberto do sol, os materiais seriam mais flexíveis se mantivessem a humidade, numa temperatura fresca.

A matéria-prima utilizada dividia-se em dois grupos, a madeira de austrália ou salgueiro para urdir, o vime e a salgueirinha para tecer. Assim, para preparar as correias com que se ia urdir o cesto, ou seja levantar a sua estrutura, procurava-se madeira de árvores jovens, hoje maioritariamente salgueiro e austrália, há uns anos atrás também castanheiro ou mesmo carvalho, esta difícil de trabalhar mas tornando os cestos muito resistentes. Cortava-se com serrote e machadinha, em período *morto* ou de pouca seiva, aparavam-se-lhe os ramalhos e podia ser guardada anos. Para a estonar, se isso não fosse realizado no abate, era preciso acender uma fogueira, sobre a qual se montava uma espécie de grelha de paus para, sobre ela, colocar a madeira que interessava descascar, assim aquecida (mas não queimada) para mais facilmente largar a tona. Quando o trabalho decorria em casa do lavrador esta operação era quase obrigatória, pois aquele teria cortado a madeira poucos dias antes ou de véspera, apresentando-se por isso com casca e demasiado húmida, indo para a fogueira para estonar e ficar mais seca e vergadiça.

Depois de descascado, o tronco, se tivesse um diâmetro razoável, era aberto com a foice, batendo-o sobre o cepo (Fig. 1.2), em sucessivos cortes radiais, até que cada gomo atingisse a espessura precisa para o trabalho, que seria posteriormente regularizada no banco. Se o tronco fosse mais grosso, deveria ser aberto com cunhas, também radialmente. Caso contrário, se demasiado fino, o corte era diferente, já que o raio daria uma largura insuficiente à correia. Optava-se então por aproveitar toda a largura do pau, em cortes paralelos.

Para tecer, empregava-se o vime ou a salgueirinha, cortados com tesoura ou podão de Janeiro a Março, quando tinham viço e eram fáceis de estonar, depois ficavam com *moliço* e não prestavam. Se não tivessem seiva, colocavam-se com o pé na água para ramalhar e então podiam ser descascados, secos e guardados. Em casa dos lavradores acabaria por ir para o fogo como a demais madeira, por ser mais rápido do que esperar o viço, o mesmo sucedendo sempre na época de inverno. As varas cortavam-se, para todo o ano, dos vimeiros e touças que cresciam na margem dos campos da borda da água, sendo pagas ao lavrador em dinheiro ou espécie, algum cesto.

Abastecido de madeira e varas, o cesteiro podia dedicar dias apenas à sua preparação, para quando precisasse de fazer os cestos ter o material pronto. A madeira rachada passava ao banco, como dissemos. Este é, em Penafiel, horizontal e próprio para trabalhar sentado numa das extremidades, muitas vezes feito pelo próprio cesteiro que o adequa à sua estatura e jeito de lavar. Formam-no um forte cepo com um dos extremos rematado em círculo, que servirá de assento. Uma perna à frente e duas sob o assento dão-lhe a altura requerida. Deste cepo arranca uma tábua inclinada que diante do cesteiro ganha alguma altura, apoiada na espera. Servirá para sobre ela colocar a correia a aplainar. Para que esta fique segura, sem ocupar as mãos do trabalhador, a tábua e o cepo são atravessados por uma peça que se movimenta dentro do rasgo aberto, tendo na parte inferior uma travessa onde apoiam os pés, a apanha, e na extremidade oposta outra mais grossa, o barrelete, que segura o material. Se os pés do cesteiro empurram a apanha para diante, o barrelete, simetricamente, recua e trilha a correia contra a tábua, fixando-a para ser trabalhada (Fig. 2).

A correia era regularizada em espessura e nas bordas, pelos dois lados, com a passagem da plaina de cavacar, instrumento comprado no comércio. Podia ser destinada a *asas*, as mais longas, ou a *travessas*, as médias, tudo madeira de fundos que seria completada pelos *fechos*, as mais pequenas, sendo cada categoria arrumada em diferente molho. Distinguiam-se ainda as enleias, fitas muito flexíveis da melhor madeira, sem nós, que podiam ser levadas a espessuras mínimas e serviriam para revestir as asas em voltas apertadas. A vara de *por riba*, era relativamente grossa e fazia o bordo do cesto.

Também as varas de tecer eram abertas, partindo de uma rachadela dada com a plaina ou o podão, para depois serem esgaçadas à mão. Não se utilizava ou conhecia o escachador. No banco dava-se-lhe o apuro, com a plaina. Seriam guardadas em molhos, em local seco, agrupadas por espessuras e outras características. Toda a madeira teria de ser demolhada umas horas antes da utilização.

O cepo baixo, de rachar, e o banco de lavar são elementos essenciais para a preparação da madeira, como vimos, permanecendo usualmente na oficina doméstica do cesteiro. Já os instrumentos da arte são poucos e fáceis de transportar, servindo tanto para a preparação das madeiras como para armar o cesto (Fig. 1.3 e 4). Referimo-nos antes à foice (de mais de um tamanho, com cabo metálico ou de madeira), à machada e ao serrote de cortar a madeira, e à tesoura de poda e podão, para as varas, tudo ferramentas que se podiam adquirir no comércio e que também se utilizavam em outras actividades. Para rachar sobre o cepo servia a mesma foice, auxiliada pelo atacador, um pau circular com cerca de quarenta centímetros de comprimento que se ia metendo na fenda e batendo com as costas da foice, para que a rachadela respeitasse a textura da madeira. Também já anotámos que se fosse mais grosso, o tronco se abria com cunhas e ponteiros de metal ou madeira.

A multifuncionalidade característica da utilização da ferramenta estendia-se à plaina de cavacar, com que se rachavam correias finas e verga, antes de as lavar no banco. Para erguer o cesto, o profissional gostava de dispor de uma tábua para pousar no chão, constituindo uma espécie de praça de trabalho plana, limpa e macia onde podia começar a dispor a madeira de fundos, apertando-a ou *atacando-a* com a ponta da ferramenta metálica, que assim ficava protegida do desgaste que resultaria de bater num chão mais áspero, e com o atacador. Se o chão fosse de madeira, dispensava-se a tábua, mas aquele podia ficar com cortes e rasgos superficiais do roçar da ponta dos instrumentos. Para apertar cada fiada da tecedura era à faca que se recorria, batendo com as costas sobre a vara. As facas de cesteiros que pudemos ver são preparadas expressamente para a função, cortadas numa chapa de aço alongada (num caso, talvez de suspensão de camião), com espessura de cerca de meio centímetro na lâmina, em segmento de círculo, com gume afiado, e um centímetro no cabo, se secção quadrangular. Já o podão pequeno, com lâmina recta de ponta encurvada e cabo de madeira, e a navalha eram produtos comercializados que serviam

para aguçar pontas e cortar as sobras, bem como para *farpear* o cesto e rematar toda a obra, evitando possíveis ferimentos ao utilizador.

O cesteiro, antes de começar a erguer um cesto, colocava a tábua no chão, dispunha em redor a madeira humedecida e a ferramenta de que iria necessitar, descalçando-se, pois também utilizaria os pés, já que a obra era feita com o profissional em pé, dentro do cesto. Para *fundar*, colocava na tábua quatro correias compridas, paralelas, ditas *asas*, sendo as centrais mais largas, fixando-as com os pés. Se as futuras pegas do cesto fossem laterais, teria de deixar duas *asas*, alternadas, mais longas para cada lado, que no fim seriam dobradas para formarem o elemento de prensão. Seguiu-se o posicionamento das *travessas*, verticalmente opostas, cinco ou mais, sempre em número ímpar, com o prumo do meio mais largo, que se entreteciam nas *asas*. Na maioria dos gigos, estas travessas faziam apenas o fundo e uma altura, sendo completadas do outro lado, alternadamente, pelo *fecho*, de igual largura, que entrava no fundo e ia até ao bordo. Apenas na obra pequena as travessas faziam toda a urdidura. À medida que entretecia *asas* e *travessas* o cesteiro batia-as com as costas da faca ou o pau de atacar para que ficassem bem juntas (Fig. 2.1).

Entrava agora a primeira verga, cuja ponta se rematava apertando-a na madeira do fundo, na travessa do meio (Fig. 2.2). Sendo destro, o cesteiro tecia com a mão direita passando a vara pela frente/traseira de cada elemento da urdidura, forçando a sua curvatura para cima com a mão esquerda contra a pressão interior exercida pelo dedo maior do pé esquerdo. Para tomação, ou colmatar de todos os espaços que os elementos iniciais deixavam entre eles à medida que a parede do cesto se ia alargando, logo após a primeira fiada da tecedura entravam os fechos dos cantos, duas correias aguçadas na ponta que preenchiam o ângulo vazio entre *asas* e *travessas*. Continuava-se a tecer à volta, vara a seguir a vara, o cesteiro em pé dentro do cesto e vergado sobre a obra. Sempre que se criavam novos vazios na urdidura, introduziam-se mais fechos, por forma a que todo o entretecido ficasse bem preenchido. Também se cuidava para que as varas fossem de largura e cor semelhante, menos largas se como resultado se pretendia um trabalho fino ou miúdo, que valorizaria a aparência da peça, sobretudo quando destinada a uso doméstico ou de transporte de aparato. Também tinha de ficar apertada a tecedura do cesto das sementes, para que não escapassem. Em geral, um trabalho com as varas bem batidas e sem nós ou outras desconformidades prestigiava o cesteiro.

Ao atingir a altura e abertura de boca desejadas, a parede do cesto era rematada por uma vara mais grossa e forte, a *vara de por riba*, que se entretecia na urdidura como as demais. Sobre ela iriam ser dobradas as pontas das *asas*, *travessas* e *fechos* que, aguçadas, penetravam na malha anteriormente formada, ficando rematadas na direcção oposta à que tinham na última fiada. A esta operação chamava-se *virajar o bordo*. Podia agora o artesão sair de dentro do cesto, que já estava formado. Passava à tarefa de dobrar as pontas das peças do fundo que deixara mais longas, para formar as *asas*. Como dissemos, a primeira e terceira destas correias ou *asas* aguçavam-se e dobravam-se para a direita, penetrando a malha da parede de forma a ficar saliente apenas o arco que constitui verdadeiramente a asa. Do lado contrário da boca do cesto fazia-se outro tanto, dobrando a segunda e quarta correias para obter a asa esquerda (Fig. 2.3). Deste procedimento resultavam duas *asas* opostas, na borda do cesto, mas que não eram, de facto, simétricas. Para as tornar mais fortes e cómodas, as *asas* eram *enleadas*, revestidas em espiral por uma fita de madeira muito flexível, a enleia. Terminada a armação, a peça precisava de ser rematada, aparadas todas as pontas das varas e das travessas do fundo, farpeadas as superfícies.

A descrição anterior serve genericamente para enumerar os procedimentos de fabricação de um gigo ou cesto, mas precisamos agora de introduzir algumas distinções que têm a ver com a respectiva forma e função. E começaremos por indicar as principais peças que estes cesteiros faziam.

São de estrutura muito semelhante os gigos e cestos utilizados em diferentes trabalhos agrícolas, variando sobretudo a sua dimensão consoante o fim a que o recipiente se destinava (Fig. 4.1). Fundo quadrangular com cerca de um palmo, paredes a abrir levemente arqueadas, boca arredondada sempre alongada no eixo das asas, duas asas laterais opostas pouco salientes sobre a borda.

O maior formato corresponde ao chamado *gigão* ou *cesto da folha*, com capacidade para 12 alqueires, quase 50cm de altura e 61/68cm de diâmetro de boca (Fig. 4.2). Destinado a recolher folha, para servir de penso e fazer estrume, a leveza da carga justifica o volume do contentor. Porque um homem o carregaria apoiado no ombro, além das duas asas do bordo, a que a mão não chegaria sem o braço estar absurdamente esticado, o *gigão* tem uma terceira a meio da parede, para o equilibrar durante a deslocação. Em alguns locais podia arrecadar milho em grão mas, neste caso, ficava imóvel na loja. Também foi procurado pelas carpintarias para arrumar o serrim e as pontas, que em tempos de carência tinham valor comercial como combustível.

A peça menor deste modelo seria o *cesto da terra*, conteúdo pesado, daí a capacidade de 0,5 alqueires e os apenas 20cm de alto e 34/37cm de boca (Fig. 4.2). Numa lavoura apurada, a terra do último rego virado devia ser transportada em cestos para o lado oposto do campo, para cobrir o primeiro, dando assim grande regularidade ao trabalho¹⁷. Muitas outras motivações levariam à necessidade de transportar terra ou entulho, igualmente pesado.

Entre os anteriores extremos, temos o *gigo* ou *cesto*, de transportar uvas ou espigas de milho nas vindimas e colheitas, prestável para outros serviços. A capacidade variaria entre 2,5 e 3 alqueires e as dimensões rondavam os 38cm de altura e os 51/55cm de diâmetro. Era importante que mantivesse uma capacidade sensivelmente constante, já que servia de unidade de medida para muitos pagamentos e rendas. O *meio-gigo* ou *meio-cesto* perfaz aproximadamente metade do volume do anterior, enquanto o *cesto da erva* não necessita destes rigores (Fig. 4.3).

Destinados ao trabalho quotidiano e a frequentes fricções em superfícies ásperas, ou a estarem pousados em solos húmidos, nos gigos ou cestos havia o cuidado de reforçar o fundo externamente com duas *embaladeiras*, vergas de madeira colocadas depois do cesto montado, no sentido das asas e próximo das arestas. Eram elas que se desgastavam ao arrastar o cesto e criavam uma altura que afastava o fundo da terra ou da humidade.

Uma outra nota do esmero posto na execução prende-se com a previsão do gesto no carregar. Na maior parte das situações, estes cesto de trabalho eram levados à cabeça, se transportados por uma mulher, e sobre o ombro caso ficassem por conta de um homem. Neste segundo caso, era importante que o lado que pousava no ombro, sobre o vestuário, o mesmo em que ficava uma das asas, não tivesse pontas ou remates mais agressivos, como eram os das travessas/fechos. Já quando os cestos eram pensados para serem levados com as duas mãos, em posição frontal inferior, por vezes apoiados sobre a perna, seria útil o contrário, que não houvesse pontas dos lados opostos às asas, pois ao roçar nas calças desgastariam muito o vestuário. Um bom exemplo de cesto em que havia o cuidado de, contra a norma, fazer as asas do lado das travessas, era o do estrume. Como nunca se carregava ao ombro, mas sim baixo e diante das pernas, era importante que fossem as correias inteiras e de quina boleada das *asas* a ficarem voltadas para a pessoa, enquanto nas faces em que estavam as pegas do cesto não estorvavam os remates das travessas.

Modelo muito vendido era a *cesta de vindima*, sempre com asa em arco onde se passava uma tira de couro com um gancho de madeira, o *cambito*, ou de ferro, que facilitava o pendurar do recipiente na escada de vindima, no tutor da uveira ou na ramada, despejando-se depois o conteúdo para gigos¹⁸ (Fig. 5), ou em qualquer galho se a colheita fosse de outra espécie de fruto pequeno. Conhecemos no município de Penafiel duas variantes para esta forma.

¹⁷ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Alfaia agrícola portuguesa*. Lisboa, 1976, p. 25.

¹⁸ VILARINHO S. ROMÃO, Visconde de – *O Minho e as suas culturas*. Lisboa, 1902.

A mais frequente, que abrange todo o centro e sul do espaço, apresenta-se com fundo rectangular e boca alongada ($\pm 19 \times 33$ cm de fundo, 32×51 cm de boca e 21cm de altura), ostentando uma asa em arco tripla, formada pelo prolongamento das três travessas centrais, sendo que as laterais, opostas, se cruzam antes de penetrar no tecido do lado contrário. No topo deste arco, a junção é reforçada por uma vara ou enleia que as une (Fig. 6.2).

A outra variante encontra-se na área norte, confinante com Amarante, Lousada e Marco de Canaveses, onde também é vulgar. Tem como característica dominante o facto de ser mais arredondada, de parede alta e reentrante para a boca. A asa apresenta arco simples, constituído por duas correias centrais e simétricas da urdidura, bastante longas, que se vão dobrar justapostas, fazendo-as penetrar no tecido do lado oposto. Cobre e reforça-as uma enleia (Fig. 6.3).

A população da região utilizou também uma cesta parecida com as de vindima, a que talvez se ajuste melhor a designação *canastrel*, para ir à cidade com pequenas cargas, delicadas. Em fotografias antigas, a copa é alongada e a asa de arco simples, enleada (Fig. 6.1).

Tipo com sucesso hodierno, bem para lá da sua função inicial, é a *cesta das sementes* (Fig. 6.2). Relativamente pequena, de fundo quadrado ou levemente rectangular e boca arredondada ($22/20$ cm e $40/36,5$ cm respectivamente), tem uma copa com cerca de 20cm de alto, de tecido apertado para não deixar escapar a semente, a que se sobrepõe asa de arco idêntico ao acima descrito, sendo este lavrado. O padrão decorativo é um enxaquetado miúdo no extradorso, obtido pela aplicação sobre a travessa que faz a asa de três varas longitudinais, que servem de urdidura ao tecido horizontal de enleias, envolvendo também o intradorso. A dimensão, o cuidado da tecedura e o acabamento decorativo da asa parecem tornar esta cesta apelativa para o público urbano, que a procura insistentemente.

Estas cestas de menores dimensões, assim como outras ainda mais pequenas, de modelos inovadores, iniciavam-se sobre a tábua, cabendo apenas um pé no interior. Seguidamente eram tecidas com o cesteiro sentado num banco baixo, apoiando-as sobre o cepo ou nos joelhos, pois de outra forma tornar-se-ia muito incómoda a sua confecção.

Os *açafates* eram cestas destinadas a ser carregadas à cabeça pelas mulheres, particularmente usadas quando iam levar a merenda aos que trabalhavam no campo ou se deslocavam a feiras. Vazias, traziam-se debaixo do braço (Fig. 7.1). A designação *açafate* pode induzir em confusão, uma vez que este termo se aplica há séculos para nomear o cesto redondo de varas finas de que falaremos adiante e não para estes de madeira rachada, com os quais formal e tecnicamente em nada se compara. A homonímia poderá derivar de uma utilização similar e talvez seja recente ou parcelar, até porque Helena Santos Silva, em trabalho de 1954, lhe chama *giga baixa ou comprida*, por oposição ao *gigo alto*¹⁹.

De diferentes dimensões, iam de rectangulares e relativamente grandes ($26/46$ cm de fundo, 38×62 cm de boca e 22cm de alto) até ao *açafate* redondo onde a mulher aconchegava apenas o seu próprio almoço e, por vezes, um trabalho de fiar ou tricotar (Fig. 7.2). Também empregues em casas mais abastadas para colocar a roupa passada a ferro, parece ser esta a funcionalidade prevalecente na actualidade (Fig. 8.1). Uma forma de *açafate*-tabuleiro rectangular (32×46 cm de fundo), com paredes muito baixas (± 7 cm) e duas asas laterais (Fig. 8.2) servia para a colocação dos maços de mortalhas de palha de milho que as mulheres cortadoras preparavam para levar às unidades fabris desta indústria, concentrada entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX na área norte do município e na cidade²⁰.

A *condessa* apresenta-se como um cesto fechado e resistente, que se transportava à cabeça (mulheres) ou pegando na asa central da tampa (Fig. 9). É basicamente composto por duas metades feitas separadamente. A cesta propriamente dita, de fundo rectangular reforçado externamente por embaladeiras, parede curva e boca sub-rectangular com os topos arredondados, era

¹⁹ SILVA, Maria Helena Santos – *O cesto. Estudo linguístico, etnográfico e folclórico*. Coimbra, 1961, p. 63.

²⁰ SOEIRO, Teresa – A indústria de mortalhas em palha de milho no concelho de Penafiel. *Cadernos do Museu*. Penafiel, 1 1995.

urdida e tecida como os exemplares anteriores. Cobre-a uma tampa independente, feita apenas depois da anterior estar terminada para bem se ajustar à sua boca. Pelo tipo de estrutura e tecido, muito deverá à técnica de fazer canastras de que adiante falaremos.

Começava-se esta tampa pelo rebordo, uma lâmina de madeira, algo mais forte do que as da urdidura, que se dobrava em arco e ajustava à boca do cesto. Duas peças transversais de madeira, destinadas a ficar pelo interior, reforçavam a estrutura, dividindo o trabalho da tampa em três secções. A preencher o aro, pregadas nestas travessas, colocavam-se as correias longitudinais que serviriam de urdidura, bastante juntas. Como os topos da tampa são arredondados, rematavam-se por meio de uma correia perpendicular às anteriores, com uma das faces curvas. O tecido de varas rachadas que cobria esta estrutura teria de ser trabalhado por secções, mas passando sempre pela urdidura superior, o aro de rebordo e um segundo aro mais fino que faz a borda da tampa, recentemente substituído por arame coberto. Considerava-se a secção central, entre as travessas de reforço, e as duas áreas simétricas exteriores a estas, todas tecidas em malha perpendicular ao lado maior. Já nos topos a correia complementar da urdidura teria de ser presa às talas anteriores realizando furos nas extremidades destas, onde passaria o tecido que também envolve o rebordo e fica numa disposição perpendicular ao da restante tampa.

Para completar a tampa faltava adicionar-lhe a asa. A fim de a prender, passava-se um arame em pequenos furos abertos na tala central da urdidura, deixando salientes para o exterior duas argolas onde irá articular a asa. Esta compunha-se de um cerne em aro de arame dobrado, cujos topos eram argolas que iam articular com as da tampa, estrutura recoberta por duas talas estreitas, longitudinais, unidas e revestidas por uma enleia fina e apertada. Faltava ainda dotar o cesto e a tampa das alças de fita torcida ou arame que articulam a tampa com a cesta, respectivamente metidas no tecido, na direcção em que este se interrompe por causa dos reforços interiores. Na face dianteira, uma ou duas vergas prendiam-se ao tecido da cesta, formando pequenos arcos salientes, prontos a receber as argolas de verga torcida (ou arame revestido) e enleada pendentes do bordo da tampa. Um pauzinho atravessado nos arcos sobre as argolas trava este sistema de fecho.

Vulgar até ao fim da década de sessenta nas deslocações ou despacho de encomendas realizados em comboio ou camioneta de carreira, esta cesta, de preço relativamente elevado, teria deixado de ser procurada por parte da clientela tradicional, que a substituiu por materiais mais modernos e em conta. Regressou nos últimos decénios, valorizada pelo público das feiras de artesanato.

Embora já não as víssemos fazer de novo, por obsoletas, é consensual que a *canastra* se revelava um dos trabalhos mais exigente para o cesteiro, obrigando-o a dominar uma técnica diferente da utilizada para levantar a demais cestaria de madeira rachada, e apenas copiada, não sabemos desde quando, na preparação das tampas das condessas.

A canastra de padeira era uma variante peculiar, de grande difusão regional, especificamente relacionada com o transporte à cabeça, por mulheres, de pão branco, nomeadamente o pequeno e de fabrico *industrial*, diariamente entregue ao domicílio. O nosso cesteiro de referência, Perfeito Moreira Lucas, fez e consertou canastras de padeiro (44x103cm de boca e 24,5cm de altura), bem como exemplares idênticos mas de muito pequena dimensão (20 a 30 cm de longo), que as unidades de panificação colocavam em exposição nas montras ou balcões para fins decorativos e de propaganda (Fig. 10).

Iniciava-se o fabrico pela disposição do aro do bordo, de facto dois arcos de madeira rachada ou vara grossa dobrados e dispostos simetricamente, com as pontas largamente sobrepostas para poderem ser pregadas formando o contorno superior da canastra. A dimensão da peça ficava definida pelo tamanho deste arco do bordo. De seguida começava a ser posicionada a urdidura, uma estrutura formada por talas de madeira dispostas longitudinalmente. As do fundo eram em número ímpar e as três centrais as primeiras a entrar, porque além de fazerem a base,

curvavam para desenhar os topos, rematando duas dobradas sobre o arco da boca e presas com enleias. A média, mais larga, era a última destas e rematava dobrada abaixo das anteriores para que esta folga entre o seu término e o arco servisse para meter a mão e agarrar o bordo à maneira de asa.

Cada lado tinha quatro talas justapostas, as ilhargas, paralelas ao bordo, que se colocam à vez, a partir daquele, sendo logo presas com algumas voltas da enleia. A última era mais curta e precisava de ser aguçada, bem como os fechos laterais do fundo, para se adaptarem à curvatura da canastra. Uma vez completada esta estrutura, era tapada com uma espécie de enleia, delgada e muito flexível, que passava alternadamente por entre as talas e dava a volta no bordo, formando um padrão de enxaquetado, que se adensava ao aproximar dos topos, onde as peças do fundo e laterais se uniam, fixadas por fita mais estreita e malha apertada.

Como nos demais cestos de trabalho que frequentemente se pousam, o fundo era reforçado com três embaladeiras longitudinais pregadas, cujas pontas rematavam entrando na tecedura dos topos. Peças iguais protegiam o rebordo exterior do cesto, ficando as pontas rematadas nas dobras das talas do fundo sobre o arco, e ainda o trato inferior da parede, quase na volta para o fundo.

No exemplar fotografado, a estrutura foi ainda reforçada internamente, não sabemos se de origem, por duas peças inteiriças em madeira, que acompanham a curvatura da canastra, perpendiculares ao lado maior, no centro, separadas entre si vinte centímetros.

Este modelo, ainda que muito difundido entre as padeiras da região, não era o único utilizado, já que documentámos até à segunda metade do século vinte uma outra canastra, menos alongada, mais larga e com as três talas centrais do fundo a sobressaírem bastante do bordo²¹. Também foi usada pelas padeiras penafidelenses, mas cumpria muitas outras funções de carga à cabeça, como levar os cântaros do leite, substituir açafate na condução de comida para o campo ou deslocação a feiras, quando não estava mesmo ocupada pela deposição de uma criança de peito entretanto adormecida (Fig. 11.1).

OUTROS CESTEIROIS COM TRABALHO DE MADEIRA RACHADA

Em Lagares, o profissional da cestaria era até há pouco conhecido como canastreiro. Aliás, no lugar da Igreja, onde em meados do século XX trabalhava o senhor Gaspar, que demolhava as madeiras no tanque público, este manteve por muito tempo a designação de *lavadouro do canastreiro*.

Recordam os vizinhos que fazia cestaria de madeira rachada, usando tiras de loureiro, salgueiro, amieiro e lodo para urdir e de loureiro, salgueiro ou amieiro para tecer, conseguindo, se tivesse a madeira já preparada, armar três cestos simples por dia. Trabalhava na sua oficina mas também se deslocava às casas de lavoura para fazer de novo ou remendar os cestos existentes.

Fabricava gígões grandes para recolher a folha, que também eram muito usados para arrumar o milho, não sendo neste caso possível empregá-los para transporte ou deslocá-los, já que chegavam a arrecadar mais de seis alqueires, demasiado peso para a sua estrutura. Fazia ainda gígas que levavam dois alqueires, gígos da erva, gígos pequenos da terra e cestas de vindima com asa, a que se aplicava uma tira de couro e gancho de ferro para pendurar durante o corte, sendo as uvas depois vertidas para gígos e nestes levadas no carro.

Para outros fins preparava os açafates, com vários tamanhos, desde o pequeno onde a mulher levava o seu almoço e recolhia os novelos e agulhas com que tricota as meias até ao açafate grande de transportar a merenda aos que trabalham no campo, que anda à cabeça, escolhido também para ir à feira ou à loja e empregue em casa para depositar a roupa passada a ferro. A

²¹ SILVA, Maria Helena Santos – *O cesto. Estudo linguístico, etnográfico e folclórico*. Coimbra, 1961, p. 96-97.

condessa era a cesta de viagem, fechada, com estrutura rígida e protectora de conteúdos mais frágeis ou de estimação. Embora não fosse obra específica de cesteiro, também sabia preparar as sibanas para os carros de bois.

Nas décadas seguintes, Lagares foi servida por Américo da Cruz, cesteiro de Figueira, que aprendera jovem a arte do seu pai, também cesteiro, mas fixado na vizinha freguesia de Valpedre. Hoje cabe a Manuel Rodrigues, morador no lugar da Igreja, o desempenho do ofício mas, o seu percurso torna-o num caso à parte, fora da cadeia de transmissão do saber tradicional (Fig. 12.1). A atracção pela cestaria teria começado em jovem, aprendendo a empalhar garrafões em contacto com uma comunidade cigana de passagem na freguesia. Continuou a fazer este serviço ocasionalmente, enquanto por muitos anos exerceu funções no comércio e em instituições e unidades ligadas à lavoura, em vários pontos do Norte do país. Regressado a Lagares a tempo inteiro, foi lavrador e sacristão até que em 1986, aos 58 anos, pôde acompanhar um curso de formação profissional financiado pela União Europeia na freguesia, que não frequentou como aluno regular devido à idade, apesar da motivação, mas para o qual veio a ser recrutado como formador na especialidade de empalhar garrafões, três horas orientadas por si a que se seguiam as de cestaria, leccionadas por outro formador, o senhor Constantino de Castelo de Paiva, com quem aprendeu. Dos vinte e cinco formandos de então, nenhum resistiu a outros apelos, mais rentáveis e gregários, deixando a ocupação de confeccionar a cestaria apenas na mão deste quase colega de lição que a exercerá certamente até não mais poder.

Não foi, no entanto, a singularidade da aprendizagem tardia que nos levou a não integrar as obras deste cesteiro no presente trabalho, apesar da sua imensa disponibilidade e simpatia para atender quem tem curiosidade de saber e para se deslocar a escolas e todo o tipo de acções públicas de divulgação do artesanato. A questão reside no facto de a cestaria aprendida *no curso* não ser a própria desta região, de madeira rachada, mas sim a de *varas*, que usa como matéria-prima apenas o vime, mobiliza instrumentos e técnicas específicas, bastante mais simples, e produz modelos completamente diferentes, em forma e função, sendo que a própria valorização social do executante diverge, desvalorizando-o (*arte cigana*) em relação aos cesteiros e canasteiros que trabalham com madeira. Tendo partido de uma primordial aprendizagem da arte de empalhar vasilhas, não foi difícil a este homem adquirir os conhecimentos que lhe permitiram passar a elaborar cestos dos mais variados tamanhos e formatos, sobretudo procurados para usar em casa (no feminino) e não relacionados com os trabalhos agrícolas.

Fica a nota de que trabalha ajudado pela esposa, utilizando sobretudo vime local, oferecido ou comprado aos lavradores, cortado por estes na época das podas, por Dezembro e Janeiro, ou por si, de preferência já em Março ou Abril. Isto porque o primeiro não *dá a casca*, tendo de ser fervido durante cerca de três horas antes de se poder pelar, à mão, encarecendo a operação. Fica com um tom mais acastanhado, de que tira partido para efeitos decorativos. O segundo traz o viço da primavera, sendo fácil de descascar logo que é cortado ou uns dias depois, tendo neste caso de permanecer bem coberto e abrigado para não secar antes de estonar.

As varas mais grossas precisam ainda de ser abertas com o escachador, pequeno cilindro de madeira com uma das pontas rematada em estrela de três ou quatro ranhuras e bico que, pressionado a partir do topo mais grosso, fenderá longitudinalmente a vara. Depois, ficarão arrumadas em molhos, segundo a sua espessura, até irem para a água, a demolhar, umas horas antes da utilização. A tesoura da poda serve no fim para cortar as pontas sobranes; o espeto ajuda a abrir as malhas onde têm de entrar os arremates e as pontas falsas das asas e fundos; a pequena mascota de madeira bate bordos e fundos para assentar; com a faca (podão pequeno) e a navalha aguçam-se as pontas a introduzir no tecido e remata-se a obra (Fig. 12.2).

Quando começou a trabalhar, nos finais dos anos oitenta, e na década seguinte, Manuel Rodrigues vendia em casa e nas feiras de artesanato toda a produção, e mais que fosse. Agora tem alguma dificuldade, apontando como principal causa a saturação do mercado com *obra vinda*

da China, que não tem qualidade nem dura, mas é mais barata no acto de comprar e muitos clientes são pouco exigentes ou sabedores.

Em Abragão exercia o ofício, em 1990, João de Magalhães, de setenta anos, natural de Vez de Avis, que aprendera em criança com um mestre não familiar. No recenseamento de 1957 já fora identificado como cesteiro, embora nos seguintes surja com a profissão de jornalista. Seguiu modelos e técnicas tradicionais, trabalhava sozinho, vendia toda a produção na oficina, em feiras ou através de lojas e intermediários. Fora precedido por Augusto Pereira e José Pereira, ambos de Ribaçais, em actividade pelo menos desde o início da década de trinta, e por António Mendes, do lugar de Crasto, que preencheu a função nas primeiras décadas do século XX. Devemos acrescentar ainda que em Ribaçais, não sabemos se tendo alguma relação com os precedentes, trabalhou em cestaria, pelo menos desde os anos setenta do século XIX até ao dealbar do XX, Guilherme de Barros.

O cesteiro de Boelhe (Carvalhinhas) era em 1988 Agostinho Pinto, de setenta e dois anos, natural de Sande, Marco de Canaveses, mas já recenseado como cesteiro e morador em Souto Velho em 1945. Começara a trabalhar em menino, com o pai, exercia o ofício em casa, apenas ajudado pela mulher e não tinha problema em vender toda a obra, que era a tradicional na região.

Duas Igrejas é uma freguesia onde a cestaria esteve longamente presente. Em 1879 encontramos Joaquim Pinto de Araújo a trabalhar em Castanheira de Cima; na última década do século este cesteiro já tem a companhia de José Pinto de Araújo, vinte anos mais novo, que ainda exerce em 1923, de provecta idade. Em simultâneo, figura no recenseamento de 1894 José da Rocha Aguiar, do lugar do Padrão, com apenas vinte e três anos e no de 1923 Manuel Pinto da Cruz, de Cimo de Vila, com trinta anos. No início da década de quarenta preenchia a profissão António da Rocha Loureiro, de Campo (cinquenta e um anos), e em meados de cinquenta Agostinho dos Santos Ribeiro, de Castanheiro de Cima (quarenta e dois anos), Fernando Rocha Lourenço, de Cimo de Vila (vinte e dois anos) e Joaquim dos Santos, de Cruzeiro (vinte e oito anos). No final dos anos oitenta era ainda cesteiro Agostinho dos Santos Ribeiro, de setenta e cinco anos, natural de Castanheira de Cima, como os primeiros referidos, que aprendera com o pai, na juventude. Na freguesia havia então um cesteiro em Cimo de Vila.

Como dissemos antes, o último cesteiro de Figueira, na década de oitenta, foi Américo Cruz, morador no lugar da Igreja, que também servia a freguesia de Lagares. Natural de Pousada, Valpedre, aí aprendeu a arte, com o pai, Manuel do Paço, cesteiro. Trabalhava em casa, realizando os modelos tradicionais, que vendia facilmente. Os filhos guardam os instrumentos e conhecem o trabalho mas exercem outras actividades.

Em Luzim, Raul Jaime da Silva estava estabelecido como cesteiro no lugar de Condeça, em 1940, tendo vinte e nove anos. Transmitiu o saber a um filho que criou, tendo este posteriormente abandonado a arte como profissão principal, ainda que dela usasse, procurado, por exemplo, pelos que precisavam de fazer ou consertar canastras de padeira.

S. Martinho de Recezinhos pôde contar com o trabalho de Manuel Fernando Bessa, natural da Lavandeira, que aprendeu com o pai desde a infância a levantar a obra própria da região. David Bessa fora arrolado como cesteiro no recenseamento eleitoral de 1940.

Cesteiro de Vila Cova, no final do século XX, foi José de Araújo, do lugar do Outeiral, nascido nos primeiros anos da República, que aprendera a arte aos dezassete anos, em casa de um mestre. Trabalhava sozinho, em casa, e em tudo o mais seguia os padrões conhecidos. No recenseamento de 1940 são identificados como cesteiros José Luís e Joaquim Ferreira da Silva, do lugar das Cruzes, com vinte e cinco anos.

Agruparemos, por fim, outros nomes de canastreiros e cesteiros que no último século e meio exerceram a actividade no município de Penafiel, alguns por períodos longos, levando a que surjam em diferentes recenseamentos, por vezes acompanhados por filhos ou familiares com o mesmo apelido, que também podemos ver sediados em novos lugares ou freguesias próximas,

embora seja pouco comum a mudança de cesteiro estabelecido para residência fora da freguesia (Fig. 11.2). A idade nem sempre foi indicada com exactidão, mas serve-nos, pelo menos, para posicionar gerações:

1879 – Cabeça Santa, Perosinho, António José dos Santos (46 anos) e António dos Santos (31 anos); Castelões, Lama do Chão, Francisco Cerqueira (30 anos); Fonte Arcada, Fundo de Vila, Francisco Nogueira (33 anos); Galegos, Outeiro, José Alves (42 anos); Lagares, Ordins, António Soares de Azevedo (55 anos); Oldrões, Real de Cima, Manuel Soares de Azevedo (34 anos) e Pedreira, Victorino Moreira da Silva (37 anos); Paredes, Lajes, António Carlos (35 anos); Pinheiro, Pinheiral, Bernardo Pinto (40 anos); Portela, Monte, Lourenço de Oliveira (76 anos) e José de Oliveira (41 anos), Granja, José de Sousa (37 anos); Santiago, Novelhe, José Gomes (41 anos); Valpedre, Barreiros, Luís da Silva (28 anos).

1894 – Bustelo, Bustelo, Adão Barbosa (28 anos); Castelões, Agrela, Francisco Cerqueira (57 anos); Croca, Paredes, António de Sousa (52 anos); Galegos, Outeiro, João Alves (56 anos); Portela, Curveira, António Vieira Castro (70 anos) e Cruz, Joaquim dos Santos (74 anos); Recezinhos (S. Mamede), Venda do Campo, José Joaquim Fernandes (68 anos); Santa Marta, Estrada, Vitorino Coelho (23 anos); Valpedre, Maragoça, Manuel de Oliveira (61 anos) e Alfredo da Rocha (32 anos), Barreiros, Luís da Silva (47 anos).

1923 – Bustelo, Bustelo, Adão Barbosa (58 anos); Oldrões, Monte, Manuel de Sousa Almeida (38 anos); Paço de Sousa, S. Lourenço, Pedro Rodrigues da Rocha (23 anos); Pinheiro, Novelhos, Manuel da Silva (21 anos) e Várzea, Vitorino de Sousa Oliveira (24 anos); Recezinhos (S. Mamede), Aldeia Nova, Joaquim Augusto de Sousa Peixoto (27 anos); Rio de Moinhos, Cans, João Sousa Castro (57 anos) e Ricardo Sousa Castro (23 anos); Santa Marta, Souto, Vitorino Coelho (57 anos) e António Coelho (21 anos).

1940 – Croca, Covinhos, Agostinho de Brito (35 anos); Paredes, Ponte das Cabras, Albino de Sousa Oliveira (39 anos); Penafiel, r. Eng. Matos, António Mendes (53 anos) e r. Tenente Valadim, João Teixeira (48 anos) e Francisco Rodrigues (34 anos); Santa Marta, Souto, Vitorino Coelho (68 anos) e Fonte, Joaquim Coelho (23 anos).

1945 – Castelões, Brageses, Serafim Ribeiro (38 anos); Croca, Covinhos, Agostinho de Brito (35 anos); Paredes, Ponte das Cabras, Albino de Sousa Oliveira (51 anos); Penafiel, r. Eng. Matos, António Mendes (58 anos) e r. Tenente Valadim, João Teixeira (53 anos); Portela, Carvalho, Ricardo de Sousa Castro (46 anos); Santa Marta, Fonte, Joaquim Coelho (28 anos); Vila Cova, Pinheiro, Joaquim Ferreira da Silva (27 anos).

1955 – Croca, Covinhos, Agostinho de Brito (46 anos) e Acucanha, Baltasar Barbosa (31 anos); Guilhufe, Mastro, Albino Martins (52 anos); Paredes, Ponte das Cabras, Manuel de Sousa Oliveira (28 anos); Penafiel, r. Eng. Matos, António Mendes (65 anos); Portela, Carvalho, Ricardo de Sousa Castro (55 anos); Santa Marta, Fonte, António Coelho (53 anos) e Crasto, Joaquim Coelho (51 anos) e Manuel Coelho (29 anos); Vila Cova, Ventozela, Joaquim Ferreira da Silva (37 anos).

AÇAFATES DE VARAS FINAS

Dissemos antes, a propósito da obra do actual cesteiro de Lagares, que nesta região não é tradicional a cestaria de vime ou outra vara rachada. Não devemos, contudo, confundi-la com os vetustos trabalhos em vara fina, cuja forma exemplar é o açafate redondo, muitas vezes pintado, tão ao gosto feminino, de tal modo valorizado que seria o preferido para os dias de festa e na condução processional de oferendas, bem composto com toalhas de linho, rendas e fitas (Fig. 13.1). No açafate pequeno as serviçais ou *açafatas* apresentavam às suas senhoras as peças de

toucador e a roupa interior. Como pequeno cesto de costura e labores femininos, de frutos ou outros primores está presente na pintura portuguesa desde o início do século XVI²².

Como já indicamos, a confecção de açafates é muitas vezes entregue a mulheres, o que também acontece em Espanha²³. No Norte de Portugal a procura de açafates estava associada a deslocações festivas de grupos de jovens, onde pontificavam as moças que, cortadas e descascadas as varas, no início da primavera se dirigiam em grupo, cantando e dançando, até à oficina do açafateiro, para aí deixar a matéria-prima com que seriam feitas as peças, recolhidas dias depois também em festivo grupo. Augusto César Pires de Lima verificou a mesma prática em Santo Tirso, Famalicão e Guimarães, onde estes açafates se designam com o velho termo *balai*²⁴.

O açafate maiato, pintado²⁵, encantou Ramalho Ortigão, que impressivamente registou o ambiente lúdico e cerimonioso que presidia à sua confecção: “*Persiste também, felizmente indisputado, o fabrico de cestos; mas esta indústria não ocupa em geral o operário senão por um curto espaço do ano. Na Maia, em um dos primeiros domingos depois do corte dos vimeiros, as raparigas vão em festa ao som da Chula e da Caninha Verde, tangidas pelas rabecas e pelos clarinetes da freguesia, depor em casa do açafateiro, que as espera com aparato, os molhos de vimes representando a encomenda do ano. Quando o açafateiro tem feito tantos canastréis quantas as molhadas que lhe levaram, anuncia o sucesso de lugar em lugar por meio do bando do Zé-Pereira, composto de um bombo e de uma caixa de rufo; e as raparigas voltam, com a Chula à frente, a receber a obra que o açafateiro distribui às danças*”²⁶.

Vamos acompanhar o fabrico de açafates junto de Maria Isabel Correia Soares, residente em Ventozela, Vila Cova, mas oriunda de uma família de Paços, Luzim, que já detinha este saber há várias gerações. Viu de criança a avó paterna, Maria Luísa, fazer açafates, que também saem das mãos de uma tia, Joaquina Luísa Soares. Aprendeu com elas, entre a observação e a ajuda, mas não praticou a cestaria de forma sistemática até ser instada para estar presente na área de artesanato da terceira edição da Agrival, em 1988, representando esta arte familiar. Por sua vez, tem tentado transmitir às filhas e neta este saber-fazer que não é profissão mas complemento de outras actividades, para si a lavoura e a tecelagem, ocupação de tempos mortos que cada vez menos existem.

Trabalha no próprio domicílio, com a ajuda eventual da filha, por pequenos períodos que calculou perfazerem cerca de três meses por ano. A mesa da cozinha serve para iniciar o fundo do açafate, que em operações seguintes coloca sobre os joelhos para melhor o assentar e trabalhar o exterior. A tesoura de poda é a única ferramenta de que precisa, ao lado do coco da água em que constantemente molha os dedos e alguma extremidade das varinhas.

A matéria-prima é constituída por varas finas de salgueiro – as preferidas, de vime – mais difíceis de trabalhar e de zangarinheiro, sanguinho ou amieiro negro – que dão peças de tom amarelo-douradas com superfícies macias. Corta-as nos pés distribuídos pela borda dos campos, entre o mês de Fevereiro, quando começam a despontar os gomos, e Maio, porque a partir dessa época tornam-se quebradiças depois de curadas. Têm de ser descascadas de imediato, caso contrário põem-se escuras, recorrendo para isso a um simples pau dobrado em cujo ângulo interior as roça longitudinalmente para levantar a pele. Por fim são colocadas a secar ao sol, aguçadas com a tesoura na extremidade mais forte e agrupadas, bem enxutas, em molhos com múltiplos da dúzia amarrados por fiteiras, contendo cada um as diferentes varas que leva cada açafate. Calcula-se que um exemplar médio leve, só para levantar, dez dúzias da melhor, a que crescem

²² Ver referências em: SILVA, Maria Helena Santos – *O cesto. Estudo linguístico, etnográfico e folclórico*. Coimbra, 1961, p. 18 e segs.

²³ KUONI, Bignia – *Cestería tradicional ibérica*. Barcelona, 1981, p. 227-229; SÁNCHEZ SANZ, Maria Elisa – *Cestería tradicional española*. Madrid, 1982, p. 26-27.

²⁴ CARNEIRO, A. Lima; LIMA, Augusto César Pires de – Notas sobre os açafates. *Douro Litoral*. Porto, 2ª série, 3 1945, p. 50-51.

²⁵ PESSANHA, Sebastião – Açafates pintados. *Terra Portuguesa*. Lisboa, 1 1916, p. 109.

²⁶ ORTIGÃO, Ramalho – *As farpas. O país e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1963, p. 65.

as varas do fundo, começado com vinte e quatro, e as necessárias para tapar e para o cordão. Todo este material terá de ser demolido imediatamente antes de dar início à obra.

O fundo (Fig. 13.3) é começado dispendo sobre a mesa uma cruz de dois grupos de quatro ou seis varas, devendo alternar em cada conjunto as pontas mais longas, resultando daí que cada vara perfaz o comprimento do fundo e se alonga apenas para um dos lados, que irá ajudar a tecer, enquanto a vizinha fica em posição simétrica (Fig. 14.1). Este procedimento assegura a robustez da obra, uma vez que o fundo fica solidário com as paredes porque feitos com a mesma vara. A esta primeira cruz sobrepõe-se uma segunda, desencontrada, de varas algo mais escolhidas porque é aquela que fica mais visível no centro interior do fundo. Para facilitar o trabalho e garantir a sua boa aparência, a artesã fixa provisoriamente estas duas cruzes tecendo-as com uma fiteira que as manterá bem apertadas e na posição desejada.

A tecedura verdadeira começa com três varas finas trabalhadas em paralelo que vão dar duas voltas entrelaçadas na cruz (Fig. 14.2). Agora já se pode retirar a fiteira porque o centro do fundo está fixado e pode ser tecido em redor, tendo por base da urdidura os oito braços das cruzes que se dividem para formar dezasseis raios reforçados com outras varas longas que se introduzem ao seu lado e irão levantar a parede. O diâmetro do fundo deve ser proporcional ao tamanho calculado para o açafate, e a regularidade da circunferência verifica-se com um pauzinho-medida do tamanho do raio. Ao atingir o pretendido, enleia-se novamente o perímetro com uma fiteira para ajudar a fixar a última volta. Entretanto as pontas das varas que vão terminando devem ter ficado rematadas e voltadas para o exterior. As sobrantes aparam-se à tesoura.

É tempo de voltar o fundo, aparar as pontas e, na face exterior, introduzir à força no tecido novos grupos de varas longas que vão preencher o espaço entre os anteriores raios da urdidura, juntando-se a eles para levantar a parede do açafate (Fig. 14.3). Dobradas todas estas varas na quina do fundo, a parede começa a ser levantada trabalhando com cada grupo de varas radiais, que se torce em parábola com a curva à altura máxima da parede, para depois deixar as pontas a par do fundo, quatro espaços adiante. O segundo grupo de varas faz o mesmo movimento mas passando encanastrado no trajecto descendente do primeiro e assim sucessivamente de maneira que as últimas varas a ser trabalhadas vão completar, encanastradas, o interior da primeira parábola (Fig. 15.1.1). Levantada, a parede fica com uma tecedura com espaços entre o encanastrado, que podem ser mantidos, para efeito decorativo, ou colmatados (Fig. 13.4).

Chama-se tapar (Fig. 15.2) à operação de introduzir novas varas em paralelo aos grupos anteriores, respeitando o encanastrado e evitando sempre que a ponta mais grossa e aguçada que se está a enfiar no tecido chegue ao bordo. A outra extremidade, mais fina, fica bastante saliente e junta-se às pontas remanescentes do levantar e a algumas novas varas muito finas para, entrançadas, formarem o cordão saliente de rebordo exterior do fundo (Fig. 15.3).

O açafate é sempre redondo, podendo levar, em contados casos, duas asas simétricas sobre o bordo. Designa-se por cesta se for oval e algo mais alta, neste caso dispendo frequentemente de uma asa de arco (Fig. 13.2). Para a realização desta parte-se de varas da urdidura, estruturais e simétricas, a que se juntam outras introduzidas, sendo um grupo das estruturais e as introduzidas torcidas sobre si e entre elas num sentido, penetrando as pontas no tecido fronteiro, enquanto o segundo grupo de varas da estrutura faz o percurso contrário, torcido sobre as anteriores. Como já dissemos quanto à relação parede/fundo, também aqui o facto de a asa usar varas da estrutura dá-lhe grande segurança, muito maior do que se fosse um elemento totalmente independente, apenas com as pontas introduzidas no tecido da parede.

Os açafates e cestas, que podem ir de menos de um palmo de diâmetro a quase um metro, apresentam-se, geralmente, no tom bege próprio das varas descascadas no corte, que recebe bem a pintura em cores primárias e fortes com que se decoram. Os motivos principais são de tipo floral, uma linha de flores, por exemplo dispostas na horizontal e em sequência, com pétalas vermelhas, centro amarelo e folhagem verde. Se o açafate é de dimensão média ou superior, há

ainda lugar para uma banda de pintas vermelhas e azuis ou verdes no exterior da borda e sobre o cordão de remate inferior.

Tendo conhecimentos técnicos para realizar os trabalhos anteriores, esta artesã sabe também levantar qualquer outro modelo de cesta em que se empreguem as varas por rachar, uma vez que o fundo seria elaborado pelo mesmo processo, deixando a urdidura para levantar as paredes rectas, aprumadas ou inclinadas, terminadas por um bordo encordoado. Era com este mesmo procedimento que se preparavam as condessas, de contorno elíptico, feitas em duas peças isoladas, o cesto e a tampa, articuladas por alças de fina vara torcida, com tampa central. Não dispondo de uma estrutura tão rígida como as condessas de madeira rachada, nem atingindo as mesmas dimensões, também este cesto fechado protegia bem o conteúdo e facilitava o transporte. Por vezes pintavam-se à maneira dos açafates.

A pouca produção desta cesteira é integralmente vendida em exposições e feiras de artesanato, ou encomendada e depois procurada em casa. Apesar de algumas propostas interessantes, não tem conseguido o número de exemplares suficiente para responder a pedidos na ordem da meia centena.

OUTROS TRABALHOS DE CESTARIA

Para além da cestaria de madeira rachada, obra do canastreiro ou cesteiro, e dos açafates e demais artigos de vara fina, faziam-se no quotidiano outros trabalhos de cestaria, cabendo a sua execução a não especialistas, o utilizador ou algum vizinho mais habilidoso. Duas peças exemplificam bem este labor, que utiliza frequentemente as varas sem grande preparação: a sibana ou sebe do carro de bois²⁷ e o covo para a pesca fluvial.

O primeiro deve ser construído expressamente para o carro em que vai ser usado, pelo que muitas vezes era o proprietário deste que pegava na sebe antiga para a replicar. Quando os lavradores não se ajeitavam ou não as queriam fazer, caberia a tarefa ao cesteiro a trabalhar temporariamente na casa. Podia começar por colocar a antiga de pé, no chão, para acertar os elementos verticais, alguns dos quais teriam de bater certo com os buracos dos estadulhos do carro onde depois se fixaria. Também as havia que apenas encostavam aos esdadulhos, por dentro, amarradas a estes com arame ou fiteiras.

Definido o contorno, fixavam-se as peças verticais da estrutura, *as latas*, que ficavam algo enterradas para se manterem em posição e assim constituir a urdidura, a tecer com varas de salgueiro ou amieiro, demolhadas e por descascar, num vaivém de volta atrás de volta, curvadas sobre si ao chegar às latas da ponta para continuar até atingir a altura pretendida, pré-definida pela das latas, rematada na borda com um entrançado torço. Concluída, devia permanecer no sítio em que se construía para ganhar *cama*, ou seja ficar com a modelação pretendida. Muitos cesteiros e lavradores recordam a factura deste elemento do carro, próprio para as cargas mais miúdas ou mesmo para o estrume, mas reconhecem que há décadas se viu substituído por tapamentos de tábuas, mais fáceis de obter.

O covo (Fig. 16.1) é uma arte de pesca para ser colocada no rio isolada e iscada, presa a qualquer elemento fixo da margem. A nosso pedido, um pescador da borda do Tâmega (Boelhe) voltou a fabricar, em 1987, um covo tradicional, destinado ao Museu. Trata-se de uma estrutura tronco-cónica de superfície arqueada, que na base circular apresenta uma armadilha reentrante e afunilada, o nasso. A estrutura é de varas grossas de silva a que se retiraram os espinhos, mas com casca. Cada vara é dobrada a meio, formando duas talas da urdidura do covo, e o cruzamento dos respectivos ângulos constitui o vértice da armadilha. Sobre esta estrutura uma tecedura realizada com varas de videira.

²⁷ GALHANO, Fernando – *O carro de bois em Portugal*. Lisboa, 1973, p. 72-73.

Também, por exemplo, as cestas para reter as galinhas chocas ou as que têm pintos pequenos, algumas armadilhas para caçar pássaros e as respectivas gaiolas, que nem sempre são verdadeiros trabalhos de cestaria entrelaçada, usam idênticos recursos materiais.

CONCLUSÃO

A cestaria tradicional executada no município de Penafiel, que hoje quase não tem artesãos no ofício, como dissemos, deve ser olhada no quadro dos trabalhos desta arte que por todo o país se faziam, deitando mão a recursos naturais e técnicas variadas, a partir das quais se fixaram tradições diferenciadas, mesmo que para dar resposta a necessidades semelhantes²⁸. Técnicas e formas/funções que se repetem em Espanha²⁹, França³⁰ e outros estados europeus.

No país vizinho, a cestaria de madeira rachada e de varas de plantas arbóreas cobre todo o Norte, dos Pirinéus à costa ocidental atlântica, a Espanha húmida, prolongando-se pelo Norte e Centro de Portugal³¹. Trata-se, sobretudo, de produções resistentes para utilização no trabalho e no transporte. A seu par, também deparamos nesta área, e em outras bastante mais extensas³², com cestos de varas finas, como os açafates de Penafiel, femininos, destinados a momentos especiais, civis ou religiosos, e a cuidados domésticos, em que a robustez cedia a primazia à delicadeza e ao aparato. A representação deste tipo de trabalho em capiteis de templos românicos da Catalunha testemunha a vetustez da muito elaborada cestaria de varas finas.

Mais próxima da interamnense, a cestaria galega³³ mostra toda a gama de produções que conhecemos no norte de Portugal³⁴, entre as quais há uma grande variedade de peças fabricadas com madeira rachada, trabalhada no banco, com as mesmas ferramentas. Estruturalmente semelhantes, os cestos realizados naquele país apresentam uma variação e complexidade formal muito mais rica do que a verificada em Penafiel, bem como algumas particularidades de confecção e finalização³⁵. Relativamente aos açafates de vara fina, Carlos Fontales identifica-os como um trabalho já raro, sobretudo o feito com varinhas de giesta estonada³⁶.

De regresso à publicação que nos serviu de guia³⁷, podemos prestar uma melhor atenção à divisão que Fernando Galhano discerniu dentro da cestaria de madeira rachada, depois de reunido o material. O autor agrupa por um lado os cestos de madeira do Baixo-Minho, que exemplificou com o modelo de Arnoso (Famalicão), acrescido de muitas pequenas variações, e por outro os do Alto-Minho, mais próximos dos fabricos e formas galegas. Penafiel insere-se indubitavelmente no primeiro grupo, podendo mesmo existir especificidades próprias das Terras de Sousa e Baixo-Tâmega, tal é a homogeneidade verificada entre as produções que conhecemos de alguns cesteiros de qualidade.

Há formas que se mostraram bastante esquivas, como a canastra de pentes, que, no entanto, permaneceu viva na memória penafidense. Deve ter cedido o lugar à mais especializada canas-

²⁸ RIBEIRO, Emmanuel – *La vertu de l'osier et du genêt*. Coimbra, 1930; SILVA, Maria Helena Santos – *O cesto. Estudo linguístico, etnográfico e folclórico*. Coimbra, 1961; GALHANO, Fernando – Cestaria e esteiraria, in LIMA, Fernando Castro Pires de (dir.) – *A arte popular em Portugal*, v. 1, Lisboa, s/d., p. 265-295; OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim – *Alfaia agrícola portuguesa*. Lisboa, 1976, p. 333-347.

²⁹ KUONI, Bignia – *Cestería tradicional ibérica*. Barcelona, 1981; SÁNCHEZ SANZ, Maria Elisa – *Cestería tradicional española*. Madrid, 1982.

³⁰ JAOUËL, Martine; GOLDSTEIN, Bernardette – *La vannerie française*. Paris, 1990.

³¹ KUONI, Bignia – *Cestería tradicional ibérica*. Barcelona, 1981, p. 103-149.

³² KUONI, Bignia – *Cestería tradicional ibérica*. Barcelona, 1981, p. 225-229

³³ LORENZO, Xaquín – *Os ofícios*. Vigo, 1983, p. 53-64; MÉNDEZ GARCIA, Rosa Maria; SÁENZ-CHAS DÍAZ, Maria Belén – *A cestería*. Santiago, 1993; FONTALES, Carlos – *Cestería de los pueblos de Galicia*. Vigo, 2005.

³⁴ GALHANO, Fernando – Cestaria de Entre Douro e Minho. Contribuição para o estudo da cestaria portuguesa. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 18 1961-1962, p. 257-335.

³⁵ FONTALES, Carlos – *Cestería de los pueblos de Galicia*. Vigo, 2005, p. 109 e segs..

³⁶ FONTALES, Carlos – *Cestería de los pueblos de Galicia*. Vigo, 2005, p. 78-79.

³⁷ GALHANO, Fernando – Cestaria de Entre Douro e Minho. Contribuição para o estudo da cestaria portuguesa. Porto, 18 1961-1962, p. 257-335.

tra de padeira, até há poucos anos feita e reparada pelos cesteiros. A fixação do seu tipo estará ligada, como dissemos, à divulgação do pão industrial distribuído ao domicílio. Estruturalmente diferente dos cestos de madeira rachada, partilha com eles muitos aspectos técnicos e pode mesmo ter influenciado a maneira de realizar a tampa das condessas que, como ela, parecem de concepção tardia, muito incrementada pela difusão do transporte público. O açafate de varas finas será um caso particular de longevidade e sucesso, cobrindo áreas onde a demais cestaria de verga tem uma limitada penetração, excepto para trabalhos pontuais como o empalhar de garrafões, tantas vezes deixado ao cuidado de grupos adventícios.

Uma última nota para o carácter familiar e disperso das oficinas, sempre lideradas por um homem, que frequentemente aprendeu a arte na infância ou juventude como ajudante do pai ou de outro familiar. Apenas os açafates de varas finas podem ser da responsabilidade de mulheres, que muito reticentemente se classificam como cesteiras. A industrialização da produção que se verificou no vime, voltada para o mercado urbano, não teve aqui lugar, e o trabalho continua manual e a tempo parcial, sustentando parcamente o agregado familiar, pouco motivador para as novas gerações.

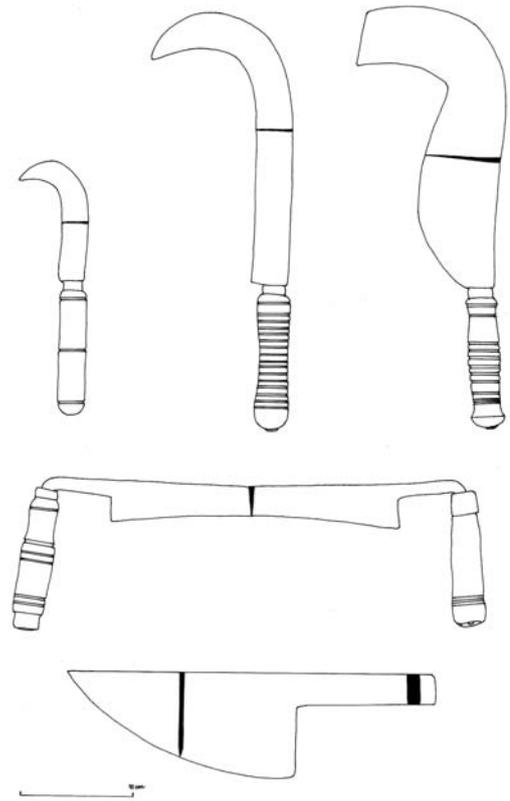
A universalidade da cestaria extravasou mesmo para outros materiais, como o plástico que por vezes a imita em forma e aparência, para mais facilmente se insinuar e a substituir na função (Fig. 16.2).



1



2



4



3

Fig. 1 - A oficina de cesteiro (Peroselo)

1. Interior da oficina (1992); 2. Rachar a madeira no cepo (2008); 3. Ferramenta;
4. Foice, podão, podão pequeno, plana de cavacar e faca (Fot. Sinalvídeo, F. Albuquerque e T. Soeiro)



1

2



Fig. 2 - Trabalhar no banco de cesteiro (Peroselo)

1. Cavacar a madeira com a plaina (1992); 2. Banco de cesteiro (Fot. F. Albuquerque e T. Soeiro)



1



2



3

Fig. 3 - Fazer um gígo (Peroselo, 2008)

1. Fundar na tábua; 2. Iniciar a tecedura; 3. Rematar as asas (Fot. Sinalvídeo)



1



2



3

Fig. 4 - Cestos ou gigos

1. Trabalhos na eira (Foto Antony); 2. Gigão e cesto da terra; 3. Gigos e meios gigos (Peroselo, 1992, fot. F. Albuquerque)



Fig. 5 - Vindima, utilizando cestas de vindima e gigos (Fot. Emílio Biel, repr. de Vilarinho S. Romão, 1902)



1



2



3

Fig. 6 - Cestas de arco

1. Vendadeira de ovos com canastreis (Fot. Foto Antony); 2. Cesta de vindima do norte do concelho (Fot. F. Albuquerque); 3. Cesta de vindima e cesta das sementes



1



2

Fig. 7 - Açafates de madeira rachada

1. A recoveira e vendeira de manteiga (Fot. Foto Antony);
2. Açafate comprido e açafate redondo (Peroselo, 1992, fot. F. Albuquerque)



1



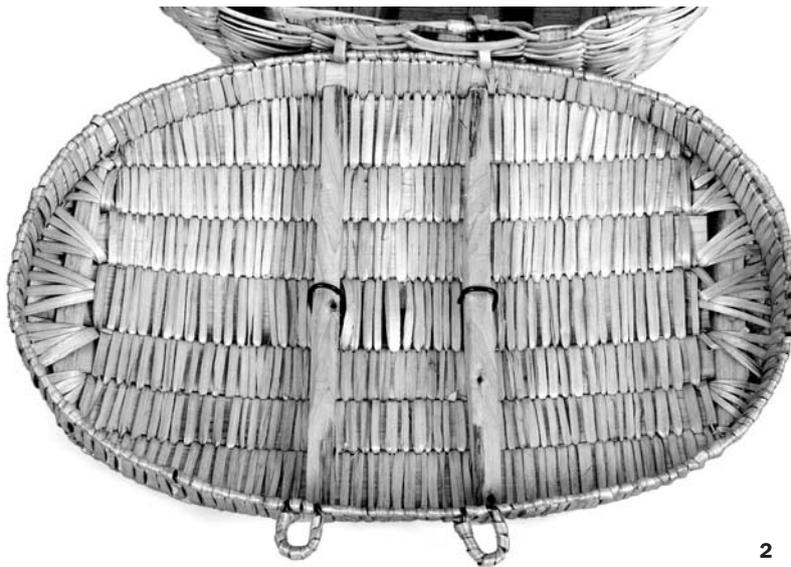
2

Fig. 8 - Cestos compridos e baixos

1. Açafate ou giga comprida (Peroselo, 1992); 2. Tabuleiro das mortalhas (Fot. F. Albuquerque)



1



2

Fig. 9 - Condessa (Peroselo, 1992) (Fot. F. Albuquerque)

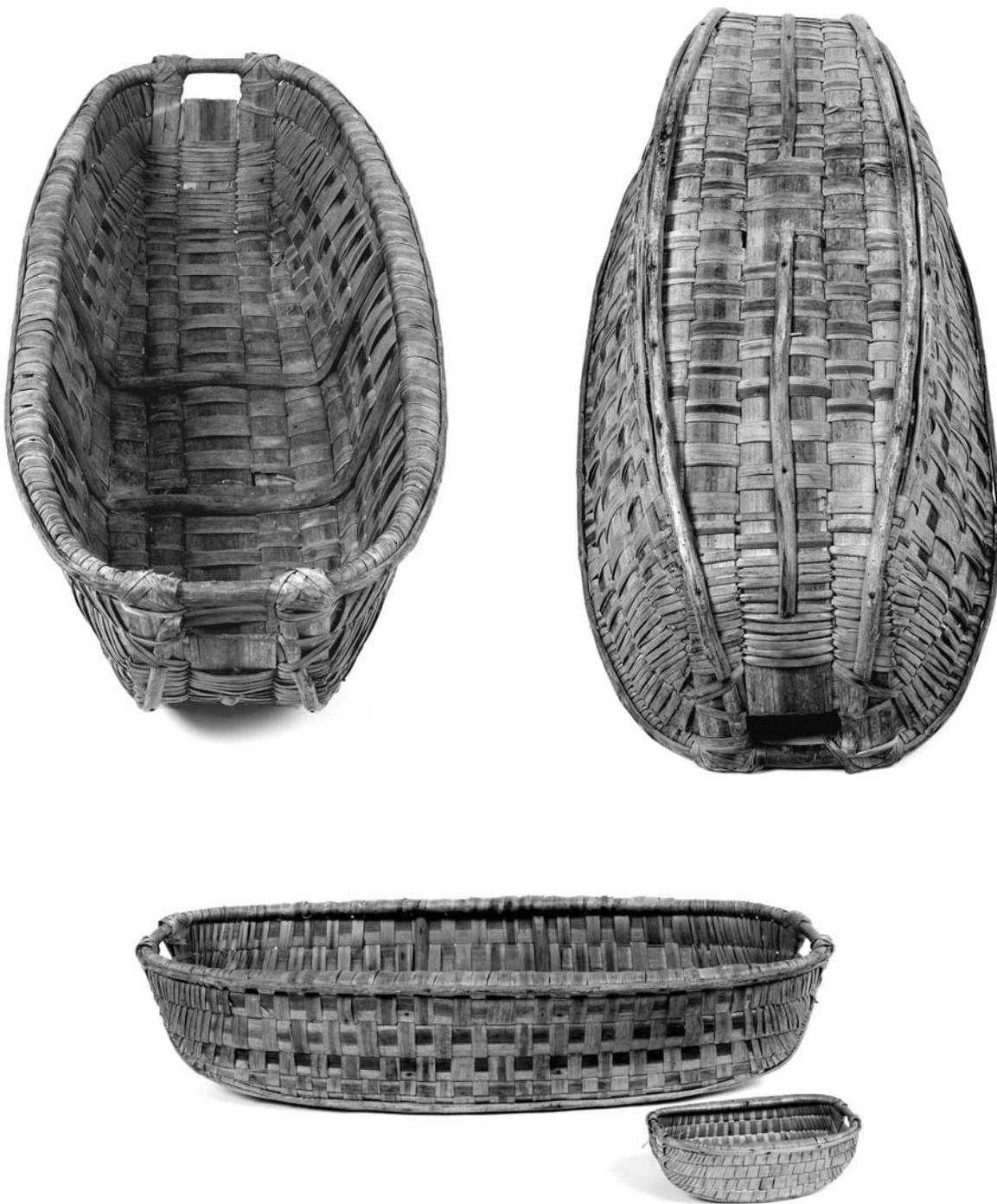
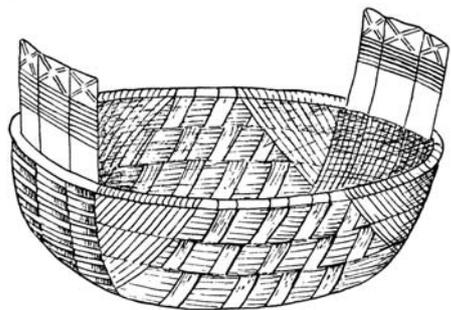
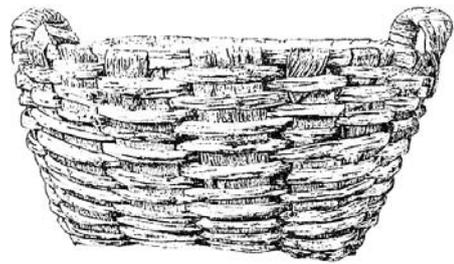


Fig. 10 - Canastra de padeira e miniatura (Fot. F. Albuquerque)



1



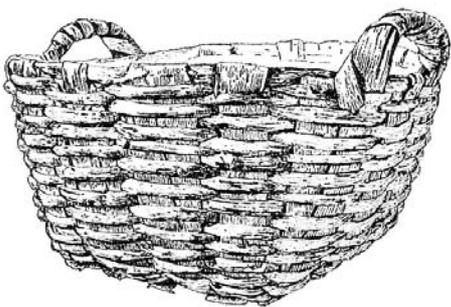
2a



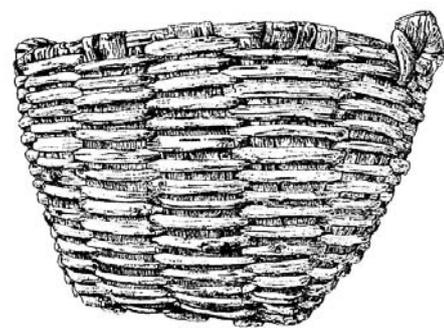
2b



2c



2d



2e

Fig. 11 - Cestaria de Penafiel da primeira metade do séc. XX

1. Canastra de leiteira (ant. 1954, repr. de SILVA, 1961:96); 2. Cestos utilizados em Paço de Sousa: a) cesto das uvas, b) cesto de semear, c) cesto de vindima, d) cesto da terra e e) gigão (ant. 1930, repr de RIBEIRO, 1930: 19-25)



1



2

Fig. 12 - Cesteiro de Lagares, 2009
1. Trabalho com vime; 2. Ferramenta



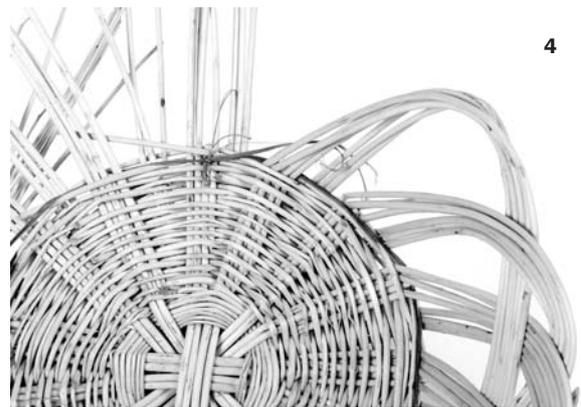
1



3



2



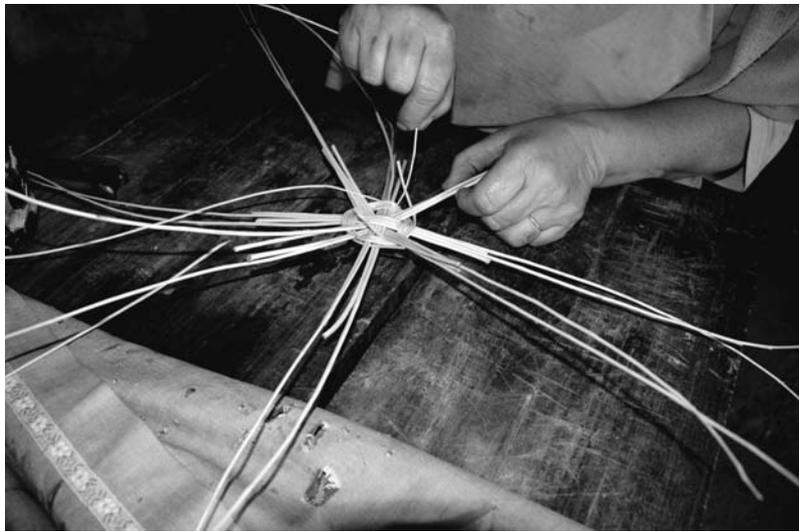
4

Fig. 13 - Açafates

1. Mulher de Penafiel em traje domingueiro (BPI ed. Secretariado da Propaganda Nacional – Exposição de Paris 1937); 2. Açafate e cesta pintados; 3. Fundo; 4. Pormenor do fabrico (Vila Cova, 2009, fot. F. Albuquerque)



1



2



3

Fig. 14 - Fabrico do açafate (Vila Cova, 2009)

1 e 2. Fazer a cruz e tecer o fundo; 3. Introduzir as varas para levantar



1



2



3

Fig. 15 - Fabrico do açafate (Vila Cova, 2009)

1. Tecer a parede; 2. Tapar; 3. Entrançar o cordão do fundo



1

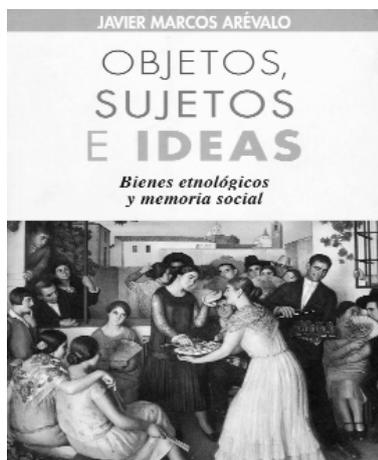


2

Fig. 16 - Outros trabalhos e imitações

1. Covo para a pesca no Tâmega; 2. Cesta de vindima em plástico (Fot. F. Albuquerque)

RECENSÕES



Arévalo, Javier Marcos – *Objetos, Sujetos e Ideas* – *Bienes etnológicos y memoria social*, Badajoz, Servicio de Publicaciones del Ayuntamiento de Badajoz, 2008

O Património entre a Teoria e a Prática – da investigação à intervenção

Objetos, Sujetos e Ideas – *Bienes etnológicos y memoria social* é o título do mais recente livro de Javier Marcos Arévalo, Director do Departamento de Antropologia e Psicologia da Universidade da Extremadura... um título elucidativo da forma e do conteúdo com que o autor expõe as mais recentes e sistemáticas abordagens do que se entende por Património.

Explicando com clareza pedagógica aos públicos interessados na matéria, como pode e deve trabalhar-se esta dimensão cultural numa perspectiva antropológica, Javier Marcos apresenta uma série de ensaios redigidos ao longo dos últimos anos resultantes da sua pesquisa, experiência e reflexão sobre o assunto, sem perder de vista a fundamentação científica que é urgente imprimir a esta problemática. De uma forma inovadora e efectivamente útil, este livro de Javier Marcos defronta o leitor com o reconhecimento da necessidade de repensar a questão, para além da tendências conjunturais da valorização do “antigo” e do “tradicional” como exibição de uma certa consciência cultural, politicamente correcta, nos dias que correm.

Na verdade, a problemática do património tem sido, regra geral e com raras excepções, sujeita a uma dicotomia analítica que urge denunciar para corrigir e que, para esse efeito, carece de uma explicitação fundamentada capaz de alterar os princípios subjacentes à filosofia da preservação patrimonial que, a julgar pelas aparências, parece dominar as políticas culturais contemporâneas na Península Ibérica. Por um lado, perspectiva-se o património material na sua asserção monumental, artística e arquitectónica e, por outro lado, o ainda que vago mas já enunciado património imaterial, como um conjunto de manifestações populares de carácter folclórico e, se assim podemos dizer, “kitsch”.

Chamando a atenção para a dimensão ideológica revelada pelas manifestações políticas sobre estas conceptualizações relativas à cultura, Marcos Arévalo permite que entendamos as políticas culturais ibéricas nesta matéria como uma forma de atenuar o impacto social da globalização homogeneizante em curso, face ao sentimento de desenraizamento e à resistência cultural que o mesmo pode suscitar na opinião pública, designadamente, entre as gerações que viveram o mundo rural que antecedeu a chegada da tecnologia que viabilizou e incrementa este processo. Sem que o autor se refira a Portugal, mantendo a delimitação da sua análise ao que ocorre no pano-

rama político-cultural espanhol, é, sem dúvida alguma, lícito, extrapolar as suas afirmações para o espaço português e para a sua realidade contemporânea, cuja política cultural nada tem de novo para oferecer ao país e onde nem sequer se ouvem críticas ou propostas alternativas a esse facto.

O carácter polissémico do conceito de património, a sua acepção tradicional identificada com processos de “coisificação” são, a par da definição do mesmo (reiterada e sustentada depois neste livro, ao longo do seu capítulo VI dedicado às considerações da UNESCO sobre os bens etnológicos) e da referência crítica, particularmente dirigida ao facto de ser comum o esquecimento de que “(...) a *significação cultural dos testemunhos patrimoniais deriva dos seus contextos de referência (...)*” (p. 22), o ponto de partida do livro. É aqui, na primeira parte do seu *Objetos, Sujetos e Ideas – Bienes etnológicos y memoria social* que, partindo da consideração da cultura como dimensão simbólica e mental, subjacente à própria criatividade material, Javier Marcos afirma que o sentido do património material decorre do património imaterial porque: “(...) *na prática, todo o património material tem incorporados componentes imateriais, tais como valores, símbolos, saberes, conhecimentos técnicos, etc. (...)*” (p. 23).

Afirmando a relevância assumida em termos de constituição e consolidação da memória social e colectiva das populações que a afirmam nomeadamente como recurso da auto-legitimação de uma identidade presente no seu património etnológico através da característica da *atemporalidade* (verificável, como bem destaca o autor na análise das expressões populares que visam datar fenómenos ou existências sociais e culturais, tais como: “*foi sempre assim*”, “*conheço isso desde que nasci*”, etc.), o autor esclarece o papel estruturante da memória. Primeiro, referindo que a memória partilha um *tempo individual* (de uma ou duas gerações) e um *tempo social* (a memória colectiva que respeita ao tempo de longa duração e na qual se inscrevem também os processos de idealização, mistificação e invenção) e, depois, identificando-a com a própria tradição e caracterizando-a como um processo selectivo, mutável e construído a partir do presente como recordação do passado e recurso de construção do futuro.

As palavras são de Javier Marcos: “(...) *Património y memoria são fenómenos interrelacionados. O património transmite a memória e na expressão de Bourdieu é um capital simbólico vinculado à noção de identidade. Quer dizer, o património como memória colectiva, mas também como algo vivo; tendo em conta que os povos e as suas tradições se estão re-criando continuamente. Porque uma das características do património é a sua função de nexos ou vínculo que liga o passado ao presente. De facto, o património adquire sentido quando os contemporâneos o revivem e deste modo, dele se apropriam. De maneira que o património numa visão viva e dinâmica integra a permanência e a mudança; a tradição e a modernidade. A capacidade do património de representar a memória colectiva decorre do seu valor, primeiro, afectivo-emocional, depois do seu valor social e, por último, da sua significação simbólica e identificatória. (...)*” (p. 25). Neste contexto, o autor explica os conceitos de “*bens culturais*” e de “*património cultural*” articulando-os, por um lado, com a dinâmica dos “*valores de uso*” próprios da tradição e com a vigência dos “*valores de mudança*” que se reflectem no turismo e no mercado e, por outro lado, com as configurações socio-territoriais locais e regionais, problematizando a relação entre formações identitárias e desenvolvimento.

Este interessantíssimo livro que parte de actualizadas conceptualizações teóricas, para proceder em seguida, através de uma aproximação de enfoque antropológico, às especificidades da arquitectura popular extremenha, é também, sem dúvida alguma, um trabalho notável no que se refere aos procedimentos didácticos inerentes ao estudo científico dos sub-sistemas culturais. Neste texto, o autor antecipa o que será posteriormente aprofundado no capítulo V, dedicado ao património antropológico e à realidade sociocultural da Extremadura que torna este livro uma referência incontornável da etnologia extremenha e uma obra significativa na história da etnologia ibérica. Aqui, a análise detalhada e bem observada – como aliás, é devido a um verdadeiro trabalho antropológico – da arquitectura regional da região extremenha, exemplifica bem a riqueza científica que a etnologia pode trazer para o conhecimento contemporâneo não só em termos de compreen-

são teórica dos modos de vida e de construção da organização social mas, muito especialmente, em termos de apoio ao desenvolvimento dos projectos de intervenção social que a mudança vai imprimindo cada vez mais e mais rapidamente, às sociedades tradicionais.

De facto, uma das notáveis mais-valias deste livro de Javier Marcos deriva da sua preocupação com o presente e o futuro da sociedade e da cultura extremenhas, preocupação que persiste, como uma constante, ao longo das cerca de 370 páginas deste livro e cuja pertinência transcende, em larga medida, o âmbito territorial da sua investigação por poder constituir-se como um referencial comparativo e orientador de um trabalho etnológico pormenorizado a levar a efeito em toda a Espanha e, porque não dizê-lo, em toda a Europa onde a política cultural está ainda muito aquém das potencialidades das próprias culturas que existem, vivas, como património e enquanto memória, em cada região e em cada país.

Neste sentido, merecem particular destaque os capítulos relativos, um, aos rituais festivos, testemunho da dimensão patrimonial imaterial que o autor tão bem explica e caracteriza, outro, às funções da tradição, do património imaterial e da identidade como lugares da memória social e outro ainda, ao papel do património cultural no desenvolvimento sustentado.

Contudo, quero aqui realçar a importância conferida pelo autor à dimensão museológica no que se refere à salvaguarda do património e da memória e à qual dedica três capítulos deste livro cuja apresentação crítica me apraz trazer a esta revista.

Instrumentos de valorização, estudo e preservação das heranças culturais patrimoniais, os museus ditos etnográficos são de uma utilidade social e pedagógica fundamental para a transmissão da memória e para o reconhecimento identitário das populações e dos lugares. Objecto de uma análise rigorosa e de uma crítica indispensável ao desenvolvimento de uma rede museológica de qualidade, Javier Marcos estudou os museus etnográficos existentes e emergentes na região espanhola da Extremadura, reflectindo cientificamente sobre o seu papel no desenvolvimento local e regional e contribuindo deste modo para a construção de uma política cultural que efectivamente promova essa dimensão da vida humana cuja existência tem sido relegada para um plano não prioritário da vida política, em detrimento da integração social dos cidadãos e das populações.

Diz o autor: “(...) *Na Extremadura, de forma geral, quer os museus existentes, quer os que estão em vias de abertura, não surgiram a partir de uma planificação lógica, estimulada/regulada pelo governo autonómico mas, isso sim, de forma espontânea e anárquica. (...) quando se fala de museus etnográficos, em determinados casos seria mais correcto falar de museus de História Local uma vez que, com relativa frequência, apesar de albergarem materiais etnográficos, contam com secções de arqueologia, arte religiosa, belas artes, artes sumptuosas ou arte contemporânea, etc. Neste sentido são herdeiros de uma herança decimonónica. A exibição de materiais de distintas tradições disciplinares introduz um elemento de confusão, apesar da sua exposição conjunta ser compreensível quando se pretende transmitir uma visão global da cultura local. Tal como é compreensível quando se pensa nos limitados recursos com que contam os pequenos municípios e como consequência da dificuldade em sustentar vários edifícios (...)*” (p. 93).

O olhar crítico de Javier Marcos não se permite escamotear a realidade; por isso, afirma: “(...) *Por outro lado, dá a impressão de que alguns museus locais justificassem a sua existência forçando uma suposta identidade, de que se toma consciência a partir da mudança social que se experimenta no meio rural nas últimas décadas. Reconstroem-se fragmentos alheados de uma cultura tradicional (...) que, sem sombra de dúvida, não joga apenas com o sentido de valorizar assepticamente o património mas, que arrasta também, implicitamente, importantes doses de etnocentrismo, que predispõem a supervalorizar o próprio em detrimento do alheio. Produz-se, com relativa frequência, uma sobre-estima do particular, que chega a idealizar-se mediante um processo desfocado de ensimesmamento e uma omissão consciente de outras formas culturais (...)*” (p. 94).

Colocando o “dedo na ferida”, o antropólogo conclui que, aos museus etnográficos: “(...) *Falta uma visão de conjunto da cultura e da interrelação dos aspectos distintos que configuram o sis-*

tema sociocultural (tecnoeconómico, sociopolítico, ideológico-simbólico). Esquecem-se de mostrar o próprio nexa de união entre tradição/progresso, quer dizer, não mostram nem a evolução da cultura nem a mudança social que constantemente experimenta o sistema sociocultural.(...)” (p. 94).

Reconhecendo a falta de dotação orçamental indispensável, Javier Marcos destaca a ausência de pessoal técnico como um dos maiores débitos da museografia contemporânea onde predominam, com prejuízo para a qualidade do trabalho produzido e para o rigor científico que se pretende transmitir aos públicos de acordo com os próprios objectivos museográficos, concepções e formações auto-didactas e amadoras.

Na realidade, como bem o afirma: “(...) Pretender que os aficionados, profissionais não antropólogos, etc., realizem as tarefas para as quais se prepararam disciplinarmente os antropólogos é uma ingenuidade ou uma ignorância científica.(...)” (p. 95) uma vez que: “(...) Só os antropólogos possuem formação teórica e metodológica adequada para fazer estudos etnológicos, ou seja, explicativos sobre a cultura, sobre as realidades socioculturais, sobre o património antropológico, material ou imaterial. (...)” (p. 95). A afirmação remete aliás para uma dimensão do trabalho museológico que, também em Portugal, tem sido ignorada, isto é, à dimensão de pesquisa que deveria estar integrada no trabalho corrente dos museus. No entender do autor, cabe aos museus promover e realizar investigação científica de carácter etnológico e apresentar devidamente sistematizados os seus resultados.

Não pretendo resumir aqui a obra do autor; pelo contrário, a minha intenção, na qualidade de autora desta recensão, é a de dar a conhecer um antropólogo e uma obra que merecem, inquestionavelmente, a nossa leitura e a nossa reflexão. Por isso, apesar da tentação, limito-me a referir o facto do livro de Javier Marcos integrar ainda um estudo antropológico de caso sobre as “culturas do vinho” perspectivadas em termos da interacção “simbolismo, sociabilidade e património vitivinícola” e terminar com a apresentação da legislação sobre o património etnológico nas comunidades autónomas do Estado espanhol a que se segue a enunciação de uma série de medidas para a salvaguarda e preservação de práticas sociais vivas e bens culturais, enquanto parte integrante do património imaterial que é, inquestionavelmente, a alma do Património e da Cultura.

Objetos, Sujetos e Ideas – Bienes etnológicos y memoria social, um livro a ler e a merecer a nossa melhor atenção que muito me honra trazer ao conhecimento de todos.

Nota: as citações do autor aqui apresentadas foram traduzidas pela autora desta recensão

Ana Paula Fitas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A PORTVGALIA pretende ser um espaço de debate em torno das grandes questões teóricas e metodológicas da Arqueologia e de divulgação dos mais recentes resultados da investigação arqueológica nas suas diversas áreas cronológicas (desde a Pré-História Antiga até à Arqueologia Moderna e Contemporânea). Do ponto de vista geográfico, a PORTVGALIA assume como vocação primordial a publicação de resultados da investigação arqueológica do Norte de Portugal e do Noroeste da Península Ibérica, mas também é receptiva a artigos que incidam sobre outras zonas.

A revista publica estudos inéditos que sejam considerados contributos relevantes, recorrendo à arbitragem científica sempre que entender necessário. Nesse caso, o artigo é submetido, em versão anónima, à peritagem de um ou mais elementos do seu Conselho Científico ou, se for necessário, a especialistas externos de reconhecida competência na matéria.

Os textos devem ser enviados em versão impressa e em CD (em Word) acompanhados da digitalização das ilustrações (em alta definição). A revista não se responsabiliza pela devolução dos originais.

Os textos deverão ser apresentados indicando título, autor(es), indicando-se em nota a instituição a que pertence(m) e o cargo que desempenha(m). A abrir o artigo deverá ser apresentado um resumo em português e inglês («Resumo» e «Abstract»), com a extensão máxima de cinco linhas, acompanhado da indicação de quatro palavras-chave («Palavras-chave» e «Key-words»). A revista PORTVGALIA não aceita artigos que não venham acompanhados dos resumos e palavras-chave.

As citações ao longo do texto deverão seguir as seguintes normas:

a) Artigo em revista:

APELIDO em maiúscula, Iniciais do Nome (ano), Título do artigo, *Revista*, série, volume (fascículo ou número indicado entre parêntesis), local de edição, editora, páginas.

b) Artigo em obra colectiva:

APELIDO em maiúsculas, Iniciais do Nome (ano), Título do artigo, In APELIDO do Coordenador, Iniciais do Nome (Coord. de), *Título da Obra*, volume, Local de edição, editora, páginas.

c) Livro:

APELIDO em maiúsculas, Iniciais do Nome (ano de edição) – *Título do livro*, volume, local de edição, editora, páginas. O ano indicado reporta-se à edição utilizada. No caso de haver mais do que uma edição indica-se, no fim, entre parêntesis o local e ano da 1ª edição.

Qualquer texto com mais de três autores será citado pelo APELIDO do primeiro autor, Iniciais do Nome, seguido da expressão «et al.».

Todas as ilustrações (desenhos, fotografias) serão designadas por «Fig.». Se dentro da mesma figura coexistirem diferentes ilustrações serão distinguidas por numeração em árabe. Cada artigo não poderá exceder, no máximo, as 16 páginas de figuras, dependendo o número de ilustrações da sua extensão. A PORTVGALIA não publica desdobráveis nem imagens a cores.

Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.

A revisão das primeiras provas é feita pelos autores, aos quais é dado um prazo de cinco dias úteis (a contar a partir da data de carimbo do correio) para o fazer. Findo esse prazo, a revista poderá dar andamento ao processo tipográfico.

Em fase de revisão de provas não são permitidas alterações de conteúdo. Apenas se aceitam correcções de gralhas tipográficas. Estas deverão ser assinaladas na margem das provas, a vermelho e de maneira clara e inequívoca.

A PORTVGALIA oferece um exemplar da revista e 25 separatas ao(s) autor(es) de cada artigo de fundo.

Os artigos devem ser enviados para o Director da revista, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Apartado 55038 – 4150-564 PORTO.